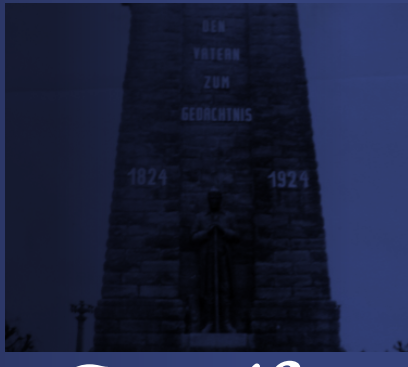
número 166

Dossiê Bicentenário da Imigração Alemã

revista







Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Julho • 2024

ISSN 1678-3484

número 166

Dossiê Bicentenário da Imigração Alemã

revista

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 104, n.166, 2024.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1, (jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1922-.

Descrição baseada em: número 164 (2023)
Inclui bibliografia
ISSN 1678-3484
Periodicidade semestral
475p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65
CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza e Priscila Pereira Pinto.

Ilustrações: Imagem 1: Monumento ao centenário da Imigração Alemã (1924), São Leopoldo. Imagem 2: Coral masculino em São Sebastião do Caí. Imagem 3: Kalender für die Deutschen in Brasilien (1925) [Almanaque para os alemães no Brasil], editado pela firma Rotermund, São Leopoldo. Todos os originais das imagens se encontram no Acervo Benno Mentz, depositado no Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural – PUCRS. Gentileza da professora Gislene Monticelli.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil
Atendimento ao Público com Agendamento
Prévio: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min
Telefone/Fax: (51) 3224-3760 E-mail: ihgrgs@gmail.com
Site: www.ihgrgs.org.br
Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs
Youtube: youtube.com/@ihgrgs
Facebook: facebook.com/IHGRGS/
Instagram: instagram.com/ihgrgs/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2022-2024
Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo
Diretor Administrativo: Luciana da Costa Oliveira
Diretor Financeiro: Pedro Câncio
Diretor Operacional: Jefferson Teles Martins

Conselho Fiscal
José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Honorários
Earle Diniz Macarthy Moreira, Moacyr Flores.

Membros Efetivos
Alexandre Veiga, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Carlos Roberto Winckler, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Daniela Marzola Fialho, Dóris Bittecourt Almeida, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Hilda Jaqueline Fraga, Ieda Gutfreind, Jefferson Teles Martins, Jorge Stocker, José Carlos Teixeira Giorgis, José Daniel Craidy Simões, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luciana da Costa de Oliveira, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Ondina Fachel Leal, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pedro Câncio, René Ernaini Gertz, Simone Steigleder Botelho, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes
Adilson Cezar, Adriano Comissoli, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Aldovan Moraes, Alex Antônio Vanin, Alexandre Pena Matos, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Angelita Peixoto, Antônio Carlos Soares, Arnoldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno César Euphrasio, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Perrone Jobim Junior, Carolina Martins Etcheverry, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Charles Monteiro, Clarissa Maroneze Garcia, Daniele Machado Vieira, Edson Huttner, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Gislene Monticelli, Gustavo Figueira Andrade, Henrique Montagner, Homero Dornelles, Inês Martina Lersch, Israel Aquino Cabreira, Jacqueline Custódio, Jeanice Ramos, João Batista Santafé Aguiar, José Carlos Cardozo, José Francisco Alves, José Newton Cardoso Marchiori, Leandro Goya Fontella, Letícia Pimenta, Letizia Nicoli, Luciana Fernandes Boeira, Luciana Gransotto, Luis Felipe Alencastre Escostegui, Luis Fernando Spinelli Pinto, Luis Roselfield, Marco Aurélio Biermann Pinto, Marcos Palermo, Marcus Vinicius, Maren Guimarães Taborda, Maria Helena Câmara Bastos, Maria Medianeira Padoin, Maria Stephanou, Maria Thereza Rosa Ribeiro, Mario Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Mônica Marchesan Rossato, Nádia Maria Weber Santos, Neandro Thesing, Patrícia Bosenbecker, Pedro Paulo Pons, Pedro Von Mengden Meirelles, Regina Portella Schneider, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Rodrigo Luis dos Santos, Rodrigo Trespach, Ronaldo Marcos Bastos, Ronaldo Queiróz De Morais, Sérgio Augusto Pereira de Borja, Thiago Vaucher, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Victor Emanuel Vilela Barbuy, Virgilio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Evanir Plaszewiski, Fernando Antonio Quiroga Fonseca, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Luiz Alberto Homrich Gusmão, Marcela Kröeff , Maria Regina Leite Boucinha Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Organizadores do Dossiê "Bicentenário da Imigração Alemã"

Martin N. Dreher

René E. Gertz

Conselho Editorial
Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS),
Arno dal Ri Jr (UFSC), Camilo López Burian (Universidade da República/UY),
Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA),
Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu),
Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS),
João Francisco (Universidade Católica de Angola/AO),
Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS) , Fábio Kuhn (UFRGS),
Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos
Gustavo Castagna Machado (UFPEL), José Carlos Cardozo (FURG),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Editor-Junior
Carlos Otaviano Passos (FURG), Tiago Leles de Oliveira (FURG)

Avaliadores
Adriano Malikoski (UCS), Alexandra Begueristain da Silva (FURG), Antonio de Ruggiero (PUCRS), Carolina Akie Ochiai Seixas Lima (UFMT), Caroline da Rocha Franco (IFPR)Cristiane Bondan Rampazzo (UCS), Daliane Rahmeier (UNIOESTE), Diego Oliveira de Souza (UFSM), Eduardo da Silva Soares (UFSM), Eduardo Ortiz (UFRGS), Evelise Amgarten Quitzau (UFV), Fabiana Regina da Silva (UFSM), Fabricio José Nazzari Vicroski (UPF), Felipe Cittolin Abal (UPF), Felipe Vidal Benvenuto Alberto (UERJ), Gerson Roberto Neumann (UFRGS), Hermes Gilber Uberti (UNISINOS), Hugues Velleda Soares (UFRGS), João Vitor Sausen (UFSM), Juliana Maria Manfio (UFSM), Leomar Tesche (UNIJUI), Leticia Thurmann Prudente (UFRGS), Maria Catarina Zanini (UFSM), Mauro Dillmann Tavares (UFPEL), Patrícia Bosenbecker (UFRGS), Regina Weber (UFRGS), Rodrigo dos Santos (Unicentro), Rodrigo Luis dos Santos (IFFarroupilha), Ronaldo Bernardino Colvero (UNIPAMPA), Rosane Marcia Neumann (FURG), Sibele Paulino (UFPR), Silvana de Freitas Ferreira (UFRGS), Valter Luciano Goncalves Villar (UFPA).



Apresentação

Neste ano de 2024, transcorre o bicentenário do início da imigração sistemática de populações de fala alemã para o Rio Grande do Sul. Não temos notícias de que no ano "jubilar" de 1849 (aos 25 anos) tenha ocorrido alguma comemoração ou alguma reflexão, a respeito. No cinquentenário, em 1874, o clima, entre a opinião pública, esteve afetado pelo episódio *mucker*, que projetou luz profundamente desabonadora sobre esta população, classificando-a negativamente, tanto do ponto de vista étnico quanto religioso – mesmo que nem todos fossem protestantes. Por enquanto, desconhecem-se referências à passagem dos 75 anos, em 1899 – aparentemente, esta data também passou "em branco". Mas o centenário, em 1924, registrou intensa mobilização. Ainda que possa ter havido alguma manifestação de insatisfação no sentido de que o projeto imigrantista não teria atingido todos os objetivos esperados – como o "branqueamento da raça brasileira", por exemplo –, não há dúvida de que houve muitas manifestações positivas.

Do ponto de vista do registro de dados e da produção de estudos sobre a história destes primeiros cem anos, cabe lembrar publicações como *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*, de Ernesto Pellanda[1], o grosso volume intitulado *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*, cujo texto foi elaborado, sobretudo, pelo padre jesuíta Theodor Amstad e pelo jornalista Arno Philipp[2], e um dossiê sobre a colônia de São Leopoldo na *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. A segunda obra teve edição em português[3] – com tradução do professor Arthur Blásio Rambo –, em 1999, e o material da revista foi republicado, recentemente, em livro.[4] Os 125 anos, em 1949, foram, novamente, ofuscados, agora pelo clima criado durante a Segunda Guerra Mundial.

Circunstâncias favoráveis foram responsáveis pelo fato de que em 1974 – aos 150 anos –, mais uma vez, fossem promovidas intensas comemorações. A publicação oficial, neste caso, não apresenta material extenso – mesmo abordando vários assuntos, os textos são bastante breves, e pouco aprofundados.[5] Mas os festejos do sesquicentenário foram responsáveis pelo surgimento de, no mínimo, dois "lugares" de intensificação dos estu-

---

1 PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

2 VERBAND DEUTSCHER VEREINE (Ed.). *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824-1924*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

3 *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1999.

4 DREHER, Martin N.; MÜGGE, Erny (Apresent.). *Os primórdios da colônia alemã de São Leopoldo*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2023.

5 DUARTE, José Bacchieri (Org.). *Sesquicentenário da imigração alemã*: álbum oficial. Porto Alegre: EDEL, 1974.

dos. Trata-se do Instituto Histórico de São Leopoldo e dos Simpósios de História da Imigração e Colonização no Rio Grande do Sul, por ele promovidos, que registram atividade ininterrupta, desde então. A partir destas iniciativas, novas pesquisas e novas produções historiográficas se espalharam pelo estado, envolvendo diversas pessoas e instituições – de âmbito acadêmico ou não –, cujos resultados foram muito significativos.

A aproximação do bicentenário, naturalmente, deu origem a novas iniciativas de pesquisa e divulgação. Neste contexto, cabe destacar, por exemplo, a reedição (ampliada) do livro clássico de Jean Roche sobre *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*.[6] Além disso, deverá ocorrer uma série de publicações inéditas. Lembrando que o destacado membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul Eduardo Duarte teve muito a ver com o Arquivo Público e com sua revista, que ele – num contexto problemático, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial – editou uma obra com material referente às comemorações[7] de 1924, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* não poderia deixar de publicar um dossiê que revela pequena amostra do processo de ampliação e de aprofundamento dos estudos sobre imigração e colonização alemã, nos últimos 50 anos. A variedade de temas abordados fornece uma ideia da multiplicidade de enfoques com que este episódio histórico é encarado, na historiografia gaúcha mais recente.

Por fim, publicamos também as Memórias do Visconde de São Leopoldo, que nasceu em 8 de maio de 1774, em homenagem aos seus serviços e relembrando os 250 anos de seu nascimento.

Martin N. Dreher
René E. Gertz

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Martin N. Dreher
René E. Gertz
Organização do Dossiê "Bicentenário da Imigração Alemã"

6 ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2022.
7 DUARTE, Eduardo (Ed.). *O centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. (Sem indicações), 1946.

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt
Dr. Fábio Kühn
Me. Heinrich Hasenack
Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado
Dr. José Carlos da Silva Cardozo
Belª. Priscila Pereira Pinto
Ma. Thais Nunes Feijó
Dr. Wagner Silveira Feloniuk
Comissão Executiva

Carlos Otaviano Passos
Tiago Leles de Oliveira
Editor-Junior

Sumário

ARTIGOS

17 **Eram os colonos alemães "isolados"? (Re)Interpretações de uma tese**
Were german colonists "isolated"? (Re)Interpretations of a thesis
Marcos Witt

35 **Alemães no extremo sul brasileiro: novas leituras da colonização e perspectivas para uma historiografia a partir do sul do Rio Grande do Sul**
Germans in the extreme south of Brazil: new interpretations of colonization and perspectives for a historiography from the south of Rio Grande do Sul
Patrícia Bosenbecker

63 **A pomeraneidade na região meridional do Rio Grande do Sul: percursos e aspectos do campo investigativo**
Pomeraneidade in the southern region of Rio Grande do Sul: paths and aspects of the investigative field
Patrícia Weiduschadt
Myrna Susan Gowert Madia Berwaldt
Beatriz Hellwig Neufeld

89 **A presença alemã no movimento operário de Porto Alegre (1892-1932)**
German presence in the workers' movement of Porto Alegre (1892-1932)
Frederico Duarte Bartz

111 **"Desbravando novas fronteiras": as colonizadoras particulares e o avanço da colonização no planalto rio-grandense na primeira república**
Breaking new ground": private colonizers and the advance of colonization on the rio grande do sul plateau in the first republic
Rosane Marcia Neumann

137 **Assentamento e propriedade na floresta "Urwald" colonizada: os alemães no Brasil meridional (séculos XIX e XX) e influências sobre a vida comunal**
Settlement and property in the colonized forest "Urwald": the Germans in southern Brazil (19th-20th centuries) and influences on communal life
Eduardo Relly

157 **Entre o machado e a proteção: um balanço historiográfico sobre a imigração alemã e o meio ambiente no Rio Grande do Sul**
Between the ax and protection: a historiographic review of German immigration and the environment in Rio Grande do Sul
Elenita Malta Pereira

183 **Panos de parede como objetos da cultura camponesa pomerana: um estudo no sul do Rio Grande do Sul**
Wall cloths as objects from the Pomeranian peasant culture: a study in the south of Rio Grande do Sul
Vania Grim Thies
Renata Menasche

205 **Antiga colônia alemã de São Leopoldo: os lugares de memória teuto-brasileiros no centenário da imigração (1924)**
Former German colony of São Leopoldo: German-Brazilian sites of memory on the centenary of immigration (1924)
Jorge Luís Stocker Júnior
Inês Martina Lersch

229 **A Igreja Metodista e os teutos no Rio Grande do Sul**
The Methodist Church and German-Brazilians in Rio Grande do Sul
Vicente Martins Dalla Chiesa

247 **O Turnerbund e suas conexões com escolas em Porto Alegre/RS (1870-1920)**
The Turnerbund and its connections with schools in Porto Alegre/RS (1870-1920)
Janice Zarpellon Mazo
Alice Beatriz Assmann
Tuany Defaveri Begossi

273 **Alemães e descendentes no carnaval de Porto Alegre na segunda metade do século XIX (1850-1885)**
Germans and descendants at Porto Alegre's carnival in the second half of the 19th century (1850-1885)
Caroline Pereira Leal

295 **A historiografia da imigração alemã ficcionalizada no romance A Ferro e Fogo: a participação dos imigrantes alemães e seus descendentes na Guerra do Paraguai**
The Historiography of German Immigration Fictionalized in the Novel

A Ferro e Fogo: The Participation of German Immigrants and Their Descendants in the Paraguayan War
Eduardo Ortiz

DOCUMENTAÇÃO

323 **Cartas do pastor João Jorge Ehlers (1844)**
João Jorge Ehlers
Martin N. Dreher (tradutor)
René E. Gertz (tradutor)

347 **Ilhas linguísticas alemãs em municípios italianos**
W. von der Elbe (pseud.)
Vicente Martins Dalla Chiesa (tradutor)

357 **O motivo da vingança política em Vapor Velho, 1º Distrito de Montenegro**
Ernesto Gustavo Biehl
René E. Gertz (tradutor)

369 **Jose Feliciano Fernandes Pinheiro, o construtor do Rio Grande**

Artigos

ERAM OS COLONOS ALEMÃES "ISOLADOS"?[1] (RE) INTERPRETAÇÕES DE UMA TESE

WERE GERMAN COLONISTS "ISOLATED"? (RE) INTERPRETATIONS OF A THESIS

Marcos Witt[2]

RESUMO

O presente texto tem como objetivo, em primeiro lugar, verificar se determinados aspectos levantados em minhas pesquisas se confirmam (ou devem ser refutados), especialmente a tese do isolamento atribuída aos imigrantes alemães e seus descendentes. Em segundo lugar, abordar pesquisas mais recentes que tomaram a antiga colônia alemã de São Leopoldo como objeto de estudo. A ideia consiste em localizar elementos nessa historiografia mais recente que estão – ou não – em sintonia com aquilo que desenvolvi e afirmei, em pesquisas anteriores, acerca do tema das migrações. O foco central do presente texto é a discussão em torno da validade da tese do isolamento, segundo a qual colônias alemãs mantiveram-se isoladas e praticamente incomunicáveis ao longo do século XIX e parte do século XX. O recorte espacial compreende as antigas colônias alemãs de São Leopoldo e de Torres, fundadas, respectivamente, em 1824 e 1826.

Palavras-chave: tese do isolamento; imigração alemã; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This text aims, firstly, to verify if certain aspects raised in my research are confirmed (or should be refuted), especially the thesis of isolation attributed to German immigrants and their descendants. Secondly, it addresses more recent research that has taken the former German colony of São Leopoldo as its object of study. The idea is to locate elements in this recent historiography that are – or are not – in line with what I have developed and asserted in previous research on the topic of migrations. The central focus of this text is the discussion about the validity of the isolation thesis, according to which German colonies remained isolated and virtually uncommunicative throughout the 19th century and part of the 20th century. The spatial scope comprises the former German colonies of São Leopoldo and Torres, founded in 1824 and 1826, respectively

Keywords: *Isolation thesis; German immigration; Rio Grande do Sul.*

1 Inspiro-me no título do livro de Erich von Däniken (2022), "Eram os deuses astronautas?", para intitular o presente texto.

2 Professor no curso de Graduação em História e de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo. Possui graduação (1998) e mestrado (2001) em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008).

La vida no es la que uno vivió,
sino la que uno recuerda
y cómo la recuerda para contarla.

Gabriel García Márquez

PALAVRAS INICIAIS

A edificação da *Magnoliashaus* foi concluída em 10 de agosto de 2019. A casa, que também se configura como espaço cultural, está situada na antiga colônia alemã do Vale do Rio Três Forquilhas, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – LNRS. A partir desta data, passei a conviver mais de perto com o cenário colonial que remonta ao projeto de 1826, quando o governo imperial decidiu fundar uma colônia alemã junto às Torres[3]. Observando mais de perto, pude constatar que determinados aspectos trabalhados nas minhas pesquisas correspondem àquilo que se chama de "real" ou "realidade". Outros, nem tanto. Aproximando-me da condição de antropólogo e de *flâneur*[4], constato que há rupturas e continuidades nesses 200 anos de imigração e colonização alemã no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Deste modo, caro leitor, o presente texto está inserido nas comemorações do bicentenário das migrações alemãs no Brasil. O recorte espacial mais específico circunscreve-se ao Rio Grande do Sul, província que recebeu os primeiros imigrantes alemães em julho de 1824. O objetivo que se busca alcançar está dividido em duas partes complementares: depois de alguns anos, verificar se determinados aspectos levantados nas minhas pesquisas se confirmam (ou devem ser refutados), e abordar pesquisas mais recentes que tomaram a antiga colônia alemã de São Leopoldo como objeto de estudo. A ideia consiste em localizar elementos nesta historiografia mais recente que estão – ou não – em sintonia com aquilo que desenvolvi e afirmei em pesquisas anteriores acerca do tema das migrações.

Como *flâneur*, observo os efeitos de longa duração em um espaço de-

3 A partir de 1826, colonos alemães ocuparam parte do Litoral Norte do Rio Grande do Sul – LNRS, sendo que os católicos se fixaram nas terras mais próximas do pequeno vilarejo das Torres, onde havia um assentamento militar. Já os protestantes (evangélico-luteranos) foram enviados ao vale do rio Três Forquilhas, um pouco mais distante das Torres, pois um pastor e um médico acompanhavam esse grupo de agricultores, artesãos e soldados. Sobre os motivos que levaram à divisão da colônia alemã das Torres em dois núcleos, ver o texto esclarecedor de Ruy Ruben Ruschel, "Por que foram os colonos separados por motivos religiosos?" (2000).

4 Aproprio-me da figura muito utilizada pela colega Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (in memoriam), a qual, em muitos escritos, trouxe a metáfora do flâneur para abordar questões relacionadas ao patrimônio histórico e à memória.

dicado à imigração e colonização no LNRS. Fica cada vez mais evidente que a estratégia da negociação foi um trunfo nas mãos dos imigrantes e de seus descendentes. Sem negociar com as autoridades nacionais e com todos os outros[5] que encontraram nas terras *brasílicas*, sobreviver teria sido ainda mais difícil. No uso da língua, nas reclamações políticas e legais, no exercício da religião e da religiosidade, por exemplo, é possível encontrar traços dessa negociação, que garantiu o acesso à terra, aos mercados locais e provinciais, e à cidadania de segunda ordem, sobretudo para os imigrantes e descendentes protestantes (evangélico-luteranos)[6]. O ato de reclamar, junto ao de solicitar, impregna quase todos os documentos produzidos pelos imigrantes e sobre eles. Uma vez atravessado o Atlântico, muito dificilmente haveria a possibilidade de retorno. Assim, reclamar e negociar constituíram aprendizado básico e imediato para os agricultores, artesãos e soldados trazidos ao Brasil a partir do início do século XIX.

1 A TESE DO ISOLAMENTO

Desde que iniciei as pesquisas sobre o tema das migrações, sobretudo a partir de 1999, tenho trabalhado com questões que giram em torno da tese do isolamento. Essa tese ganha força em três eventos cruciais da história dos imigrantes alemães e de seus descendentes no Brasil: na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), durante o Estado Novo (1937-1945) e na Segunda Guerra Mundial (1939-1945, que coincide com o período do Estado Novo)[7]. Nessas três situações, estrangeiros e seus descendentes foram acusados de não integração, ou seja, foram vistos como pessoas que se mantiveram quase exclusivamente vinculadas aos seus países de origem. Na visão de governantes e intelectuais ligados ao governo brasileiro, não quiseram se abrasileirar. Um dos grandes vilões que teria proporcionado o "enquistamento étnico" seria o isolamento vivido pelos imigrantes e seus descendentes desde o século XIX. Outros aspectos, como a germanidade[8], também explicariam os porquês do suposto vínculo com a Alemanha e o

5 Os "outros", neste texto, são os indígenas, os africanos escravizados e libertos, os nacionais (brasileiros) e os demais estrangeiros chegados ao Brasil.

6 Protestantes ou evangélico-luteranos: alemães e descendentes vinculados àquilo que é hoje a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

7 Naquilo que tange à I Guerra Mundial, o livro organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS traz diversas abordagens sobre o tema (Ruggiero, Fay e Gertz, 2015). Sobre o Estado Novo e a II Guerra Mundial, Rodrigo Luis dos Santos investiga os dois eventos a partir de trajetórias que congregam educação, política e religião em suas ações (Santos, 2018; Santos, 2021).

8 Em relação à germanidade, ver: Giralda Seyferth (2016), Imgart Grützmann (1999), Isabel Cristina Arendt (2008) e René E. Gertz (1987).

distanciamento com o Brasil.

Contudo, o suposto isolamento extrapola os períodos mencionados. A prova disso é que, já no início da colonização, são produzidos documentos que revelam a preocupação das autoridades brasileiras com o uso exclusivo da língua alemã. O receio de que os imigrantes se isolassem em comunidades muito ou totalmente "fechadas" subjaz ao escrito. Em carta de 14 de maio de 1825, referente à colônia alemã de São Leopoldo, está registrado:

> Parecia-me tambem mui conveniente a criação alli de huma escola das Primeiras Letras destinada á instrucção dos filhos dos Colonos, para cuja despeze (*sic*) e Ordenado assás chega a renda do Subsidio Litterario da Provincia; não escapará de certo ás luzes superiores de V. Ex.ª quanta influencia isso pode ter sobre os costumes, e quanto importa ir destruindo o uzo excluzivo da Linguagem Allemãa (*sic*) (*Revista do Archivo Publico*, 1924, p. 39)[9].

O trecho retirado da correspondência oficial de 1825 evidencia que a educação estava no horizonte das autoridades responsáveis pela instalação da colônia. Porém, a informação mais importante para essa análise encontra-se no final da descrição: a influência sobre os costumes e a destruição do uso exclusivo da língua alemã.

Não há dúvida de que essa foi uma preocupação constante das autoridades do país receptor, ou seja, minimizar os costumes que vinculavam os imigrantes e seus descendentes à pátria-mãe, e torná-los brasileiros o mais rápido possível. Desde o início da colonização, deveria-se romper com o "isolamento" das comunidades imigrantes, e uma das formas de se efetivar tal ação seria através da criação de escolas que ensinassem a língua portuguesa.

Em suma, o documento de 1825 demonstra que o capital imaterial dos imigrantes, especialmente a língua, foi objeto de interesse das autoridades brasileiras desde os primórdios da colonização. Em muitos casos e em muitas situações, creditou-se a manutenção da cultura emigrante ao "isolamento" que as famílias enfrentavam, principalmente as destinadas aos minifúndios. Nesse sentido, uma grande sorte de documentos – e também escritos de muitos viajantes – foi usada a fim de se construir e solidificar a ideia de que a maioria dos imigrantes e seus descendentes manteve

9 Em função das comemorações do bicentenário da imigração alemã, Erny Mügge e Martin N. Dreher organizaram a reprodução da *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul*, coletânea de maior importância que reúne documentos dos primórdios da colonização alemã do Rio Grande do Sul. Ver: MÜGGE; DREHER, 2023.

sua cultura – germânica – em função do pouco contato estabelecido com os outros.

De acordo com levantamento historiográfico realizado (Witt, 2022), parte da historiografia que se dedica aos estudos migratórios concorda com a ideia de que os imigrantes e seus descendentes se mantiveram "isolados". Por vontade própria, ou abandonadas pelas autoridades brasileiras, as famílias que compuseram as colônias teriam tido pouca oportunidade de dialogar com outras pessoas que não os seus pares. As dificuldades geográficas, de modo especial os caminhos e as estradas, teriam impedido maior contato entre os próprios colonos, inclusive. Na contramão dessa assertiva, Marcos Justo Tramontini[10] relativizou tal ideia e buscou apresentar ao leitor visão discordante acerca da imigração e colonização. O autor lançou luz sobre a colônia alemã de São Leopoldo e, ao desdobrar os conflitos ocorridos entre os próprios imigrantes e seus descendentes, mas também com os outros, constatou que o universo colonial era muito mais complexo do que parte da historiografia insistia em demonstrar.

Como seu orientando durante o Mestrado em História (1999-2001), cursado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, busquei seguir os passos do orientador, uma vez que, por razões familiares, e mesmo antes de me tornar um acadêmico, me causava estranheza o discurso do "isolamento". As visitas à antiga colônia alemã do vale do rio Três Forquilhas mostravam-me outra realidade, outra forma de se relacionar, que ia de encontro à ideia de que aqueles colonos estiveram incomunicáveis desde o século XIX. Na dissertação (Witt, 2001), investiguei como os colonos alemães do LNRS participaram da política, tanto no sentido mais geral quanto da política partidária. Ao vasculhar arquivos e acervos pessoais, a probabilidade de se construir assertiva contra o isolamento se solidificava. Contudo, a dissertação ficou circunscrita ao cenário litorâneo e pouco dialogou com outras experiências de colonização.

No doutorado (2004-2008), por sua vez, cursado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, sob a orientação de René Ernaini Gertz, surgiu a oportunidade de ampliar a experiência investigativa do mestrado. O exercício comparativo, respaldado por metodologia específica desse ramo, permitiu que algumas áreas coloniais dialogassem, sobretudo as antigas colônias, como São Leopoldo, Três Forquilhas e São

10 A tese em História de Marcos Justo Tramontini, *A Colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, em 1997, recebeu orientação de René Ernaini Gertz. Ver: TRAMONTINI, 2000.

Pedro de Alcântara. Desse modo, buscando ainda outras colônias, a fim de agigantar a comparação, rastreei a atividade agrícola, comercial e industrial (da época) de famílias que se destacaram, por mim chamadas de "exponentes". Ao fazer isso, constatei que seus empreendimentos foram vitais para viabilizar o deslocamento de pessoas, mercadorias, impressos e ideias. As vendas (armazéns; comércio) locais, regionais e citadinas atuavam como coração pulsante das colônias, assim como as igrejas e as escolas. O vaivém que ocorria no interior das vendas colocava pessoas, famílias e instituições em permanente contato. Através do estudo desse tipo de comércio, cheguei à conclusão de que a tese do isolamento pouco se sustentava (Witt, 2015).

Além de estudar o perfil econômico das colônias, continuei abordando o cenário político que norteava a vida dos imigrantes e dos seus descendentes. A maioria dos "exponenciais" buscou inserção política, pois ocupar cargos públicos demonstrava clara capacidade de ascensão social. A posse de escravizados seguia essa mesma lógica, ou seja, investir em mão de obra cativa atestava poder econômico e político para tal empreendimento. A inserção econômica e política dos investigados também demonstrou que a mobilidade física (mas também de documentos e de ideias) era condição imprescindível para a conquista e a manutenção de objetivos materiais e imateriais. Mais uma vez, o isolamento parecia não existir.

Muito embora os documentos produzidos pelos diretores das colônias e pelas câmaras municipais instaladas nos núcleos coloniais que recebiam esse tipo de instituição tragam a informação de que era recorrente a denúncia acerca do isolamento a que as comunidades estavam submetidas, percebi que se tratava de estratégia política, com o intuito de conquistar determinadas melhorias para a região. Assim, ao ler as atas da câmara municipal de Santo Antônio da Patrulha e de São Leopoldo, por exemplo, tomei conhecimento de toda sorte de dificuldades quanto à abertura e conservação de estradas. Aí reside o perigo interpretativo, pois muitas vezes se considerou a precariedade dos caminhos como sinônimo de isolamento. Questões geográficas, como rios e serras, reiteradas vezes justificaram o discurso da pouca ou nenhuma comunicação de uma comunidade com o mundo exterior. Assim, agrimensores, comerciantes, militares, padres, pastores, políticos, professores, viajantes nacionais e estrangeiros, dentre outros, produziram documentos importantes, que informam sobre a geografia dos espaços destinados à colonização. Para além disso, deixaram o registro formal de que o acesso às comunidades, bem como o vaivém de mercadorias, deveria ser facilitado através de obras públicas. Contudo, análises posteriores dessa documentação tomaram o discurso ao pé da letra, isto é, relacionaram muito facilmente a precariedade das estradas e pontes com o isolamento. Uma chave interpretativa possível é de que se tratava de

discurso político, afinal, restava muito pouco a não ser denunciar e/ou reclamar junto aos setores competentes.

Em inúmeros documentos, constata-se que a denúncia e/ou a reclamação vinha acompanhada de requerimentos. Quando pesquisei no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS pela primeira vez, para o Mestrado em História, exultei quando me foi apresentada a pasta dos requerimentos redigidos pelos ou a favor dos colonos alemães. Praticamente todos os assuntos da vida cotidiana ficaram gravados nesses velhos papéis. Todavia, questões envolvendo a posse da terra (medição, demarcação, titulação, conflitos por divisas e estragos nas plantações) e as dificuldades em se locomover e vender os produtos agrícolas (estradas, pontes, mercados distantes, impostos) ocuparam a maioria dos registros. Os dois assuntos, tão presentes nos requerimentos, são indissociáveis, afinal, plantar significava colher, transportar e vender aquilo que a terra produzia. Se, por um lado, essa documentação escracha a real dificuldade em se locomover, o que envolve os produtos vendidos para os vendeiros (donos das vendas; comerciantes) e os dele comprados, por outro, ilumina a capacidade dos colonos em denunciar, estabelecer conflitos de diversas ordens, buscar recursos e ajuda, selecionar quem pode ajudar e/ou representar, quem são os pares e os nacionais confiáveis e capazes de solucionar problemas que estavam além de suas possibilidades de resolução. Muitos colonos foram representados, conforme se lê nos documentos. Dificuldades com a língua portuguesa, o distanciamento das vilas, onde se encontrava o poder jurídico e policial, e o receio e a desconfiança em relação às autoridades (medo ancestral dos camponeses) explicam a representação nos requerimentos. A arte e a engenharia político-social de tentar resolver problemas que estavam do outro lado da cerca da propriedade, isto é, eram maiores do que as cenas cotidianas vivenciadas pelas famílias, igualmente me fazem pensar que o mundo dos imigrantes e dos seus descendentes não se restringia aos minifúndios recebidos e/ou comprados do governo ou de particulares.

Como exemplo, apresento o requerimento de Felippe Deutsch, Antonio Kreutzburg, Miguel Magnus e outros. Eles eram moradores da colônia alemã católica de São Pedro de Alcântara, e reclamaram da violência praticada pelos vizinhos, os quais, segundo eles, invadiram suas propriedades. O documento apresenta um pequeno histórico das terras, informando que pertenciam ao brigadeiro João Maria Xavier Brito, as quais foram retiradas pelo governo e concedidas a Elias Silveira. Logo depois, repartiram-nas em quatro colônias (minifúndios), dadas aos solicitantes. O documento denuncia que os invasores envolveram os suplicantes em processos dispendiosos e questões judiciais: "*alguns colonos têm sido processados pelas autoridades policiais do lugar, acontecendo simplesmente que as autoridades são justamente aquelas que*

reclamam as terras, ou seus parentes e amigos". No final, há a sugestão para que se proceda nova demarcação, em toda a Colônia alemã das Torres, pois o estado em que ela se encontra é um obstáculo ao seu desenvolvimento.[11]

A título de fechamento do presente subcapítulo, prezado leitor, quis trazer evidências de que o isolamento dos imigrantes alemães e dos seus descendentes pode ser relativizado. Há o perigo de se interpretar o recebimento de terras incultiváveis, a ausência e/ou a precariedade de caminhos e estradas, e a manutenção do uso de línguas alemãs como sinal de isolamento. Essas questões atravessaram a vida dos agricultores e artesãos em praticamente 150 anos de sua história no Brasil (do total de 200 anos). Pode-se dizer que algumas comunidades ainda enfrentam dificuldades assim, como as decorrentes das chuvas e enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, neste ano de 2023. Isso não significa que as comunidades de Caraá, no LNRS, ou de Roca Sales, no Vale do Taquari, estejam isoladas, sujeitas às intempéries, porque foram instaladas em locais indevidos e/ou de difícil acesso. Ao mesmo tempo, o isolamento é discurso, é estratégia política que visa a preencher lacunas, e resolver necessidades importantes para uma comunidade. No próximo subcapítulo, o tema continuará a ser abordado sob a luz de recortes historiográficos que, espacialmente, têm a antiga colônia alemã de São Leopoldo como *locus* privilegiado de pesquisa.

2 SÃO LEOPOLDO HISTORIOGRÁFICA

A Conforme explicitado no subcapítulo anterior, a orientação acadêmica recebida de Marcos Justo Tramontini serviu de norte para as minhas pesquisas. Antes de realizar o Mestrado em História, já havia sido orientado por ele no Trabalho de Conclusão de Curso em História, na mesma universidade (UNISINOS, 1993 a 1998). Nesse trabalho, pesquisei sobre os colonos alemães católicos de São Pedro de Alcântara e os colonos alemães protestantes do Vale do Rio Três Forquilhas que possuíam escravizados em suas propriedades. Alguns deles tinham um número significativo de cativos, levando em conta que se tratava de minifúndio e atividade agrícola-artesanal. Mesmo sendo a minha primeira pesquisa acadêmica, ficou claro que a posse de escravizados colocava esses colonos na vitrine social da época, ou seja, tinham recursos financeiros para comprar e manter os cativos, e capital político para mapear e se inserir nos jogos econômico-sociais do Oitocentos brasileiro. Ao localizar as famílias que utilizavam escravizados em seus serviços domésticos e fabris, perguntei-me como tão rapidamente

11 AHRS – Diretor Geral das Colônias Alemãs – Lata 296 – Maço 67 – Ofício n. 7 – Torres – 1851.

conseguiram interresar o *modus vivendi* da sociedade receptora (Witt, 2014). A partir daí, passei a desconfiar da segurança e da certeza com que se propalava a tese do isolamento.

Ao estudar mais profundamente a historiografia da imigração alemã, impactei-me com a tese de doutorado de Janaína Amado, da década de 1970[12]. Como Tramontini, estabeleci um longo diálogo com a produção de Amado, pois o tema encantava (os *Mucker*), e a construção analítica era respaldada por ampla documentação (fontes variadas de qualidade inquestionável). Para a minha pesquisa, o tema específico da tese doutoral de Amado não se configurava como o aspecto mais relevante. Interessou-me a análise sobre a economia e a sociedade colonial, especialmente a atuação de lideranças políticas e econômicas, como os vendeiros. Mesmo discordando de determinados pontos defendidos pela autora, sua análise da sociedade colonial deu corpo e densidade a uma das minhas teses centrais, isto é, de que as colônias alemãs instaladas no Brasil eram comunicáveis, e não ilhas isoladas. Sendo uma tese de 1970, o suporte teórico-metodológico adotado por Amado acompanhou aquilo que se pensava e discutia naquele momento. O ponto mais discordante se refere à ideia de que os primeiros anos de vida da colônia alemã de São Leopoldo (1824-1846) teriam sido marcados por uma espécie de fraternidade e harmonia, que garantiram a cooperação e a reciprocidade entre as famílias. A documentação levantada por Tramontini, e depois por seus discípulos, bem como a feitura de outras perguntas para as fontes clássicas da imigração, revelaram um cenário complexo e conflituoso, que bate de frente com a análise de Amado.

No entanto, a importância da contribuição da tese de Janaína Amado vai muito além. Para o tema específico, os *Mucker*, significou uma nova abordagem, acadêmica e isenta; para São Leopoldo, trouxe o sabor das relações políticas, econômicas e sociais inquiridas a partir de discussões tão presentes na década de 1970, sob a ótica da História Econômica. A antiga colônia alemã de São Leopoldo se revelou íntima e cotidiana nas mãos de Amado. Para o presente texto, sua tese contribui no sentido de clarear o quanto a colônia era viva e pulsante, no que se refere às relações entre os próprios colonos alemães e entre estes e os outros.

Vinte e um anos depois, outra tese tomaria a colônia alemã de São Leopoldo como estudo. À semelhança de Amado, não no aspecto teórico-metodológico, Tramontini mergulhou nas entranhas políticas e conflitu-

12 A tese de Janaina Passos Amado, em História Econômica, defendida na Universidade de São Paulo, em 1976, foi publicada em duas edições, 1978 e 2002. Ver: AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker.* 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002; AMADO, Janaína. *Conflito Social no Brasil*: a revolta dos "Mucker". São Paulo: Símbolo, 1978.

osas dos colonos alemães. Desse modo, o autor inovou ao verticalizar sua análise e considerar os conflitos ocorridos no seio da colônia não como mácula, mas sim como estratégia político-social dos imigrantes alemães e seus descendentes. O falecimento precoce do historiador, em 2004, interrompeu sua vida acadêmica individual; no entanto, a orientação recebida permitiu que mestrandos, doutorandos e mesmo outros interlocutores dessem prosseguimento à sua análise e forma de ver o espaço colonial. Atendendo aos propósitos do presente texto, os autores citados até este momento, e os que ainda serão abordados, contribuíram para a minha própria formação e, mediante seus estudos, mantiveram-me firme quanto à relativização da tese do isolamento.

Dando prosseguimento à análise, em 2003, o espaço onde ocorreu o conflito *Mucker* foi alvo de nova investigação através da tese de doutorado de Doris Rejane Fernandes [Magalhães]. A pesquisadora analisou como senhores, homens livres, colonos e escravos se relacionaram na ocupação nordeste da antiga colônia alemã de São Leopoldo. Parte dessa região testemunhou a formação e a dissolução do movimento *Mucker*. Conhecedora da região, após levantamento exaustivo de fontes, Fernandes esmiuçou todas as formas de acesso à terra, fato que incluía a compra e a venda legal, mas, em muitos casos, as posses informais decorrentes de lacunas jurídico-legais e/ou conflitos de magnitudes diversas. Assim sendo, se Fernandes voltou-se à ocupação do território, ao mercado de terras, Dalva Neraci Reinheimer (2010), em sua tese em História, investigou a criação e o desenvolvimento da navegação fluvial na República Velha rio-grandense, exemplo de negócio que combinava capital da iniciativa privada e do setor público. No mestrado em História, em 1999, Reinheimer já havia se dedicado ao tema das navegações, vinculando os rios à criação e ligação das colônias alemãs com a capital da província, Porto Alegre. Os trabalhos de Fernandes e Reinheimer se complementam, pois o espaço destinado à colonização, em permanente transformação – agrária, econômica e política –, tornou-se objeto de investigação das autoras.

Nos estudos de Fernandes e Reinheimer, encontro subsídios para relativizar a tese do isolamento. A expansão do mercado de terras mediante o crescimento da primeira colônia alemã da província do Rio Grande do Sul não deixa dúvidas sobre o constante movimento em busca de novas terras para o assentamento de imigrantes recém-chegados e/ou das primeiras gerações nascidas em solo brasileiro. A dinâmica da compra e venda de terras, a publicidade em torno desse negócio e os documentos de foro íntimo, como cartas, postais e diários, confeccionados para dar notícias e amainar a saudade, atestam o poder de comunicação das e entre as famílias imigrantes. Maíra Ines Vendrame (2017) e Martin N. Dreher (2019), por exemplo, es-

tudam esse tipo de fonte, pela qual é possível mapear não somente as sensibilidades, mas, de modo muito evidente, as questões políticas e econômicas que perpassavam o dia a dia dos imigrantes e seus descendentes.

Do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB[13], vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Martin N. Dreher elaborou um projeto de pesquisa a fim de desvendar os equívocos que rondavam a vinda e a fixação dos emigrantes de Mecklenburg-Schwerin, Alemanha. Originaram-se desse projeto o livro que trata dos degredados de Mecklenburg-Schwerin e dos primórdios da imigração alemã no Brasil (2010), organizado por Dreher, e a dissertação de mestrado em História de Caroline von Mühlen (2013), a qual recompôs trajetórias de ex-prisioneiros deste estado alemão, a fim de analisar a exclusão e a inclusão social nos movimentos migratórios destinados ao Rio Grande de São Pedro oitocentista. A tese em História da mesma autora (2017) investiga, de forma inovadora, criminalidade, justiça e cotidiano na colônia alemã de São Leopoldo, entre os anos de 1846 e 1871. A tese de Mühlen exemplifica, com precisão, o trânsito possível entre a pesquisa municipalista e a produção acadêmica. De igual modo, a dissertação de mestrado em História de Miquéias H. Mügge (2012) analisa a formação de guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na Província do Rio Grande do Sul, tendo como recorte espacial a colônia alemã de São Leopoldo, na segunda metade do século XIX. Mügge chama a atenção para um dos temas menos explorados na discussão historiográfica da imigração alemã. O autor demonstra que a vida militar ou similar, no Oitocentos, afetava e, por vezes, transtornava o cotidiano dos imigrantes alemães e seus descendentes.

Os estudos de Mühlen e Mügge trazem novos elementos para a análise em curso. Imigrantes indesejados, criminosos e presos, soldados e cidadãos comuns ganham vez e voz em suas pesquisas. Um dos pontos originais é o incremento da complexidade social vivenciada pelos habitantes – todos – da primeira colônia alemã instalada na província mais ao sul do então Império brasileiro. A questão geográfica merece destaque, pois a proximidade com a capital, Porto Alegre, a mobilidade permitida por todos os rios que ali desaguam e a fronteira aberta com os países limítrofes

13 Arthur Blásio Rambo criou o Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, em 1990. Mais tarde, Isabel Cristina Arendt e Martin N. Dreher se somaram ao grupo de pesquisadores atuantes no núcleo. Em seu interior, projetos de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses nasceram, e contribuíram para a historiografia da imigração alemã. Em 2017, os responsáveis pelo NETB, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, *in memoriam*, Maíra Ines Vendrame, Marcos Antônio Witt e Paulo Roberto Staudt Moreira, redimensionaram o núcleo, alterando o seu nome para Centro de Estudos Internacionais de História das Mobilidades, Diásporas e Migrações – CEMIDI.

(hoje, Uruguai e Argentina), permitiam deslocamentos, chegadas e saídas, encontros e desencontros de pessoas que poderiam ser, ou não, imigrantes alemães e seus descendentes. Aventureiros, caixeiros-viajantes, funcionários públicos, religiosos, soldados, tropeiros, viajantes, dentre outros, como bem demonstram Mühlen e Mügge, se aproximaram, alguns se fixaram, outros se retiraram, da antiga colônia alemã de São Leopoldo.

Mediante o grau de verticalização da pesquisa dos autores mencionados, pergunto-me como as comunidades formadas por agricultores e artesãos, às vezes desestabilizadas pela presença de estranhos, os de fora, poderiam estar isoladas, incomunicáveis e politicamente apáticas. As pesquisas aqui referidas demonstram dinamicidade e complexidade, em um cenário oitocentista, próprio de um país continental que ainda estava em formação, sobretudo no sul. É neste contexto que o projeto de imigração e colonização para o Brasil é pensado e posto em prática.

PALAVRAS FINAIS

A título de fechamento do presente texto, devo deixar muito claro que as obras selecionadas representam uma pequena parte da historiografia da imigração alemã. A quantidade de escritos acadêmicos e não acadêmicos que abordam este tema é imensa. Portanto, seria inviável consultá-los e inseri-los em tão poucas linhas. Para se ter ideia da grandiosidade numérica, a listagem bibliográfica a respeito da imigração alemã no Rio Grande do Sul, organizada por René Ernaini Gertz e disponível em seu site, aponta, hoje, para aproximadamente 5.800 títulos! (https://www.renegertz.com/ Acesso em 27/9/2023, às 10h28min). Ao mencionar a complexa classificação da historiografia da imigração alemã, acadêmica e não acadêmica, indico a leitura do texto "A historiografia das migrações alemãs no Bicentenário (1824-2024)" (Witt, 2022), publicado no livro organizado por Karl Monsma (2022). Neste capítulo, pude aprofundar a análise sobre a historiografia que se dedica aos estudos migratórios. Em vários aspectos, ele complementa o presente texto.

Uma das complementaridades diz respeito ao âmago da discussão aqui apresentada, isto é, em que obras, ou tipo de obras, o isolamento é mais facilmente encontrado. Em primeiro lugar, nos escritos não acadêmicos, também identificados como memorialistas. É muito característico neste tipo de narrativa enaltecer os imigrantes e seus descendentes, após terem vencido todas as dificuldades encontradas, desde o momento em que decidiram emigrar. A saída da aldeia, a viagem e a chegada aos portos europeus, a travessia do Atlântico, as primeiras semanas no Brasil, o deslocamento até as colônias e, por fim, o início dos trabalhos nos minifúndios. Vencidas

todas essas barreiras, os imigrantes e seus descendentes são metamorfoseados em heróis, distinção muito atribuída aos pioneiros. De modo algum se quer negar todas as dificuldades encontradas e todas as promessas não cumpridas por parte de governos e particulares que se envolveram com a empresa imigratória. Ao contrário, o capital trazido pelos imigrantes e ressignificado na América foi fundamental para garantir a sobrevivência nos países receptores (Relly, 2022).

Na outra margem historiográfica, encontra-se a produção acadêmica, fruto das pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação. Em artigos, capítulos, dissertações e teses, o tema da imigração alemã aparece seguindo as orientações da academia, tanto no que se refere à pesquisa quanto à escrita e à publicação. Em muitos trabalhos, a diversidade de fontes consultadas aumenta o espectro da análise, permitindo resultados inovadores ou que relativizam velhas assertivas. Ainda assim, o isolamento é capaz de se mostrar, especialmente quando as questões geográficas e de infraestrutura são confundidas com a suposta incapacidade de comunicação das comunidades imigrantes. Caminhos intransitáveis não bloqueavam o trânsito de mercadorias/produtos, pessoas e ideias. Afora isso, como já afirmado, "chorar", reclamar, denunciar e solicitar/requerer eram ferramentas que orbitavam entre a oralidade e a escrita. Em muitos casos, se configuraram como os únicos canais de comunicação possíveis, interligando o local ao provincial.

Ao fazer menção às rupturas e continuidades, penso que a tese do isolamento se insere na esfera da longa duração. Ao constatar que o isolamento permeia obras acadêmicas e não acadêmicas, em maior ou menor grau de análise e difusão, reflito sobre o peso e a constância de determinados aspectos que definem a identidade dos imigrantes e seus descendentes. Mesmo em autores jovens e atuais (Braun, 2022), o isolamento ganha força e é propagado em espaços distintos, com ênfase nas comunidades imigrantes. Em filmes, a ideia de comunidades isoladas assume feições de lugares idílicos ou amedrontadores, como em *Walachai* (2011) e *A Colmeia* (2019). A identidade é um conceito fundamental para a compreensão e análise da permanência da tese do isolamento. Como a identidade é negociada (Lesser, 2001), o pêndulo historiográfico reflete, de alguma maneira, as tendências teóricas e metodológicas que pesquisadores com perfis muito diferentes utilizam.

Vale ressaltar que a reflexão que norteou as páginas que o leitor tem em mãos se dá no âmbito das comemorações do bicentenário das migrações alemãs para o Brasil, com foco no Rio Grande do Sul (1824-2024). Ao relativizar a tese do isolamento, objetivei, de igual modo, retirar certos ró-

tulos que identificam os imigrantes e seus descendentes. Nem vítimas, nem heróis, nem bandidos, nem mocinhos. Os agricultores, os artesãos e os soldados trazidos ao Brasil, ou que vieram por iniciativa própria, se configuraram como sujeitos históricos ativos, políticos, participantes, portanto, de todas as esferas sociais e culturais ao seu alcance. É certo que tudo isso foi marcado por rupturas e continuidades, e que o acesso aos bens materiais e imateriais variou de acordo com as redes e as estratégias que as comunidades, as famílias e os indivíduos conseguiram manejar. O mundo imigrante oscilava, era dinâmico e repleto de complexidades que atravessavam todos os espaços, desde o local até o global.

Por fim, constato, mediante o exposto, que a antiga colônia alemã de São Leopoldo continua a oferecer aos pesquisadores contínuas e promissoras oportunidades de investigação. Como uma experiência única e inovadora do início do século XIX, a comunidade formada às margens do rio dos Sinos é um laboratório que serve especialmente às ciências humanas. O microscópio dirigido à antiga colônia alemã de São Leopoldo amplia o mundo oitocentista e novecentista, interligando realidades locais e globais. Partindo dessa premissa, vejo conexões, mobilidades e circulações — empalidecido e frágil, o isolamento.

***

Para encerrar, mesmo que momentaneamente, recupero a epígrafe que abre o presente texto. Desde que li a autobiografia de Gabriel García Márquez, as palavras cuidadosamente selecionadas pelo escritor para falar de memória retornam com força e lucidez. Concordo totalmente com sua afirmação: a vida é 'cómo la recuerda para contarla'. No confronto entre memória e história, a provocação do autor estremece e faz pensar sobre o papel do historiador. A discussão em torno do isolamento parcial ou total das comunidades imigrantes é um pouco assim… Desde a academia, penso em como homens e mulheres do Oitocentos agiram, reagiram; na incapacidade de dialogar com as pessoas físicas que viveram aquela época, aproprio-me do jogo entre memória e história para narrar, ficcionalmente (mesmo que baseado em fontes históricas), o cotidiano de imigrantes e seus descendentes. Pode parecer pouco – e não é –, mas é o limite da produção histórica em favor daqueles que permaneceriam presos às memórias individuais e coletivas, produzidas por si e/ou pelos outros.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker.* 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

AMADO, Janaína. *Conflito Social no Brasil*: a revolta dos Mucker. São Paulo: Símbolo, 1978.

ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, religião e identidade étnica*: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

BRAUN, Felipe Kuhn. *Famílias teuto-brasileiras*: história e genealogia. São Leopoldo: Oikos, 2022.

DÄNIKEN, Erich von. *Eram os deuses astronautas?* São Paulo: Melhoramentos, 2022.

DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Esquecimentos e lembranças. 3. ed. São Leopoldo: Oikos, 2019.

DREHER, Martin N. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

FERNANDES [MAGALHÃES], Doris Rejane. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2003.

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*: germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul*: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 1999.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Vivir para contarla*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, s/p.

MONSMA, Karl (Org.). *Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil*: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022.

MÜGGE, Erny; DREHER, Martin N. (Orgs.). *Os primórdios da colônia alemã de São Leopoldo*. Reprodução fac-simile da *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul* – 1924, com relatos de João Daniel Hillebrand e outras personalidades. São Leopoldo: Oikos, 2023.

MÜGGE, Miquéias. *Prontos a contribuir*: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2012. [Volume 3 – Coleção EHILA – PPGH – UNISINOS].

MÜHLEN, Caroline von. *Réus e vítimas*: criminalidade, Justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2017.

MÜHLEN, Caroline von. *Degredados e imigrantes*: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX). Santa Maria: UFSM, 2013.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre:* estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 1999.

RELLY, Eduardo. *Sob a sombra dos commons*: capital social, meio ambiente e imigração alemã no Brasil meridional. São Leopoldo: Oikos, 2022.

RUGGIERO, Antonio de; FAY, Cláudia Musa; GERTZ, René E. (Orgs.). *Vivências da I Guerra Mundial*: entre a Europa e o Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2015. [Vol. 18 da Coleção EHILA – PPGH-UNISINOS].

RUSCHEL, Ruy Ruben. Por que foram os colonos separados por motivos religiosos? In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Terra de Areia:* marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2000, p. 38-41.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Um caminho, múltiplas trajetórias*: Carlos de Souza Moraes e sua atuação política e intelectual no Rio Grande do Sul (1933-1998). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2021.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Tramas enlaçadas*: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. [E-book].

SEYFERTH, Giralda. *Estudos sobre a imigração alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Unisinos, 2000.

VENDRAME, Maíra Ines. "Com tinta do meu sangue". Redes e mobilida-

des através das cartas de um imigrante italiano. In: BENEDUZI, Luis Fernando; DADALTO, Maria Cristina (Orgs.). *Mobilidade humana e circularidade de ideia*. Diálogos entre a América Latina e a Europa. Venezia: Edizioni Ca'Foscari, 2017, p. 67-78.

WITT, Marcos Antônio. A historiografia das migrações alemãs no Bicentenário (1824-2024). In: MONSMA, Karl (Org.). *Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil*: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022, p. 23-60.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol*: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX). 2. ed. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2015. [Volume 19 – Coleção EHILA – PPGH-UNISINOS].

WITT, Marcos Antônio. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo: UPF, vol. 14, p. 21-35, 2014.

WITT, Marcos Antônio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*: a participação de nacionais e de colonos alemães. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2001.

Recebido em: 30/10/2023
Aceito em: 15/02/2024

ALEMÃES NO EXTREMO SUL BRASILEIRO: NOVAS LEITURAS DA COLONIZAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA UMA HISTORIOGRAFIA A PARTIR DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

GERMANS IN THE EXTREME SOUTH OF BRAZIL: NEW INTERPRETATIONS OF COLONIZATION AND PERSPECTIVES FOR A HISTORIOGRAPHY FROM THE SOUTH OF RIO GRANDE DO SUL

Patrícia Bosenbecker[1]

RESUMO

A região sul do Rio Grande do Sul é múltipla, quando se trata de imigração, tendo recebido alemães, irlandeses, franceses, italianos, poloneses, portugueses, entre outros, em períodos distintos, tanto em imigração urbana quanto na colonização, que fixou centenas de colonos pela Serra do Sudeste, divididos pelo Rio Camaquã, em dois locais (Serra do Herval e Serra dos Tapes), e que hoje é mais conhecida pelo termo geo-turístico Costa Doce. Com foco na colonização de alemães e pomeranos, se destacam colônias estatais e privadas, com ênfase em São Lourenço, a maior delas, e, a partir dessa, se espalham pela região. Tratamos ainda de observar as novas pesquisas sobre identidade, cultura, religiosidade e patrimônio da imigração alemã-pomerana. Este trabalho é, portanto, uma tentativa de construção de uma historiografia alternativa da imigração alemã, a partir do sul do Rio Grande do Sul, buscando delimitar as principais características contidas nas obras publicadas nos últimos anos, sobre a temática.

Palavras-chave: Historiografia; Colonização; Alemães; Região sul.

ABSTRACT

The southern region of Rio Grande do Sul has a multiple immigration situation, receiving Germans, Irish, French, Italians, Poles, Portuguese, among others, in different periods, both in urban immigration and colonization, which settled hundreds of settlers in the Serra do Sudeste, divided by the Camaquã River into two locations (Serra do Herval and Serra dos Tapes),

1 Possui graduação em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande/FURG (2007), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (2011) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (2017), com doutorado sanduíche realizado na Ruhr-Universität Bochum, Alemanha. Tem experiência na área de sociologia histórica, com ênfase nas migrações internacionais. Investigou em sua tese de doutorado o empreendedorismo de imigrantes alemães estabelecidos no Brasil, em sua trajetória familiar transgeracional. Desenvolve pesquisas sobre colonização no Brasil, especialmente sobre imigrantes alemães e colonização privada. Tem experiência em pesquisa documental, especialmente referente aos séculos XIX e XX, utilizando também métodos de pesquisa da genealogia.

and today is known by the geo-tourist term Costa Doce. Focusing on the colonization of Germans and Pomeranians, they stand out in state and private colonies, with an emphasis on São Lourenço, the largest of them, and from there, they spread throughout the region. We also try to observe new research on identity, culture, religiosity and heritage of German-Pomeranian immigration. This work is, therefore, an attempt to construct an alternative historiography of German immigration from the south of Rio Grande do Sul, seeking to delimit the main characteristics contained in the works published in recent years on the subject.

***Keywords**: Historiography;. Colonization; Germans; South.*

INTRODUÇÃO

O bicentenário da imigração alemã no Brasil tem suas comemorações delimitadas a partir da chegada dos primeiros alemães à Colônia São Leopoldo, como parte de um projeto político de colonização do solo nacional, ainda durante o Primeiro Reinado, em 1824. A instalação dos alemães na colônia, há 200 anos, marcou a configuração da migração de europeus ao país, inaugurou uma condição agrária específica do sul brasileiro, e contribuiu para a formação de um conjunto histórico, social e econômico que transformaria a então província do Rio Grande do Sul. As transformações no Rio Grande do Sul eram, assim, orquestradas ao norte da província, e incluíam a formação de uma indústria de produtos coloniais, com o investimento de capital excedente – de vendeiros ou empreendedores das colônias – na urbanização e industrialização daquilo que hoje chamamos região metropolitana, e do crescimento do comércio, com visíveis marcas de progresso, no final do Império, como linhas de trem, por exemplo. De tal forma que, em algum momento da virada do século XIX para o XX, o lado norte da província tomava do sul o posto de mais importante, isto é, tomou espaços políticos antes restritos aos gabinetes pelotenses, fez frente à economia da chamada indústria do charque, assumindo a condução do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, e quase tirou da cidade de Rio Grande o principal porto do sul do país.

A historiografia, no âmbito dos estudos migratórios abordou, leu e releu tal processo mais pelo norte que pelo sul gaúcho, e, assim, seja pela historiografia, seja pelo imaginário, temos a certeza de que o sul perdeu algo. Mas, quando pensamos em imigração alemã no sul do estado, uma série de lacunas ainda permanece, tanto sobre o processo migratório em si quanto sobre o papel da imigração alemã na conjuntura política, econômica e social local. As contradições também são evidentes, como já mencionado (Bosenbecker, 2022). Enquanto a imigração, em geral, e a imigração alemã, em específico, tem seu papel bem definido no processo de industrialização do norte, é no sul que nasce a grande indústria, justamente com imigrantes

alemães. Investigar os contornos das experiências dos alemães no sul ainda é desafio, mas novos trabalhos procuram evidenciar as especificidades e condições deste processo. Como já referi em outros momentos, a imigração alemã na região sul tem seus próprios caminhos, ou seja, é preciso entender os contextos locais, observar as especificidades da imigração na região e observar as consequências dessa imigração, que, evidentemente, são outras, diferentes das condições do norte.

Este trabalho é uma tentativa de construção de uma historiografia alternativa da imigração alemã, a partir do sul do Rio Grande do Sul, buscando delimitar os principais pressupostos, e elencar os trabalhos produzidos nos últimos anos sobre a temática. Apresentamos, primeiramente, algumas discussões iniciais sobre a delimitação da região sul, com especial ênfase em seu processo de colonização/imigração, passando para as principais discussões suscitadas pelas pesquisas mais atuais.

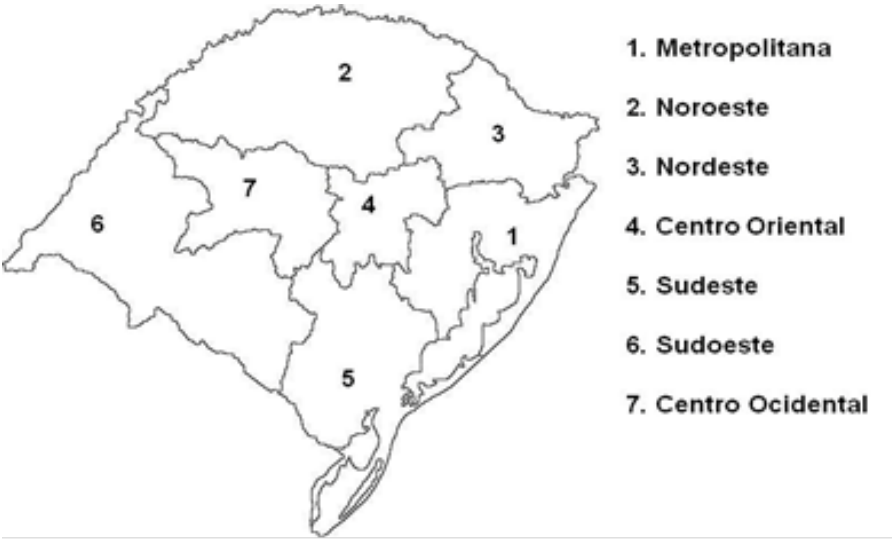
Por inúmeras questões, não será possível tratar da imigração alemã de caráter urbano neste texto. A imigração alemã para as principais cidades do nosso recorte, como Pelotas e Rio Grande, foi muito significativa, ao longo do tempo. Artífices, artesãos, operários, religiosos, empreendedores, e, especialmente, comerciantes, penetraram nessas cidades, estabelecendo uma sólida e diversa situação, se comparada com a da majoritária condição dos colonos da Serra dos Tapes, por exemplo. Além disso, cidades como Jaguarão, Bagé ou Piratini, entre tantas outras, receberam imigrantes, principalmente comerciantes. Apesar da presença de imigração alemã, especialmente urbana, pela Campanha e Fronteira, a produção histórica centraliza-se, contudo, em Pelotas e Rio Grande. Dois trabalhos são basilares sobre imigração urbana na região, o primeiro é da professora Beatriz Loner (2001), com a *Construção da Classe*, e o segundo do professor Silva Jr. (2004), com a tese *As sociedades de socorros mútuos*. No entanto, entre os trabalhos específicos sobre alemães em Pelotas, chamam atenção a dissertação de Quintana (2019), que investigou os hotéis de propriedade de alemães, que foram atacados durante a Segunda Guerra Mundial, com boa parte deles destruídos, além da pesquisa de Manke (2003) sobre a formação do bairro *Três Vendas*.

1 A colonização na Costa Doce

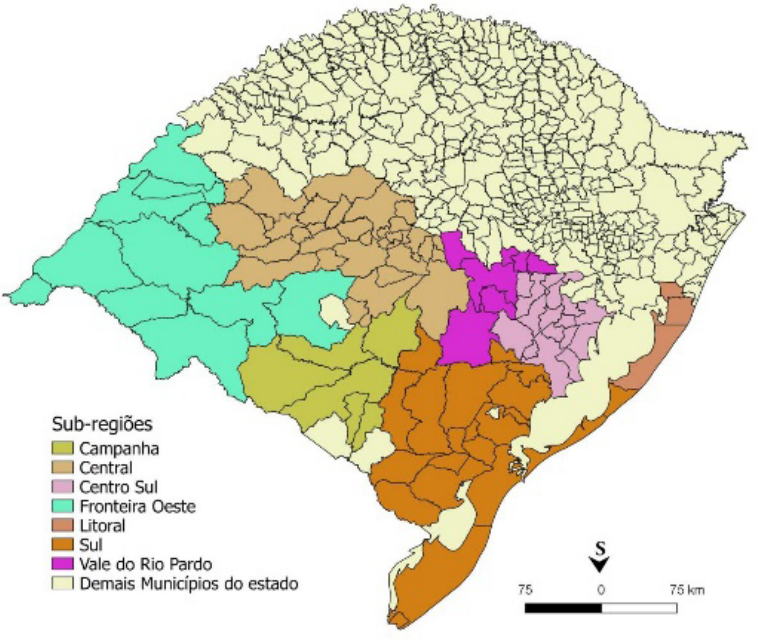
A primeira tarefa é buscar uma definição para a região sul, em termos de sua configuração sócio-histórica. Entre tais definições, uma leitura da configuração geográfica se faz necessária. Não utilizaremos, nesse trabalho, a noção de *metade sul*, comumente utilizada nos trabalhos que investigam os aspectos econômicos e as diferenças sociais entre sul e norte do

estado. Por *metade sul*, se entende um conjunto de 98 municípios, com 56,6% do território do estado, e cerca de 25% da população, incluindo municípios das mesorregiões Sudoeste e Sudeste, e de outras mesorregiões, inclusive cidades nas regiões centrais e metropolitana de Porto Alegre (Rückert *et al.*, 2002, p. 47, nota 3). Outra possibilidade para a noção de *metade sul* é apresentada no projeto de lei que criaria a *RIDE Metade Sul* (Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul). No projeto, a *metade sul* contempla cerca de 100 municípios, e está dividida em sete sub-regiões: Campanha; Central (incluindo Santa Maria, por exemplo), Centro Sul (incluindo Camaquã e São Jerônimo); Fronteira Oeste; Litoral; Vale do Rio Pardo; e Sul (Brasil, 2018).

Figura 1– Mesorregiões do RS x Metade Sul.



Fonte: IBGE, 2006.



Fonte: Soares; Sassi, 2019.

Já a *região sul* que aqui utilizamos, inclui as mesorregiões Sudoeste e Sudeste, que podem ser vistas na Figura 1, mas trocando as atuais cidades do vale do Rio Pardo e do Centro do estado, pela microrregião de Camaquã (incluindo Tapes, Dom Feliciano, Barra do Ribeiro, etc.), que, por sua vez, integra a mesorregião Metropolitana. Esta microrregião de Camaquã faz parte de um projeto turístico chamado *Costa Doce*[2], recorte que parece dar certo sentido ao nosso desenho geográfico. Os municípios integrantes desse roteiro turístico, como podemos notar pela Figura 2, a seguir, possuem alguma relação social, histórica e econômica, que nos interessa, particularmente, por se tratar da região que concentrou a colonização na *região sul*. Assim, em termos de colonização, a *Costa Doce* é a região que concentrou os projetos de colonizadores privados e do próprio Estado, que instalaram alemães, irlandeses, italianos, franceses e poloneses nas paisagens do extremo sul, ao longo do século XIX e início do XX.

2 A *Costa Doce* conta com os municípios divididos em duas partes: 1) CENTRO-SUL: Arambaré, Barra do Ribeiro, Camaquã, Dom Feliciano, Guaíba, Mariana Pimentel, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes. 2) SUL: Arroio Grande, Canguçu, Cerrito, Chuí, Jaguarão, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, Turuçu.

Figura 2 – Municípios da Costa Doce.



Fonte: Viaje [...], 2023.

Divididas pelo Rio Camaquã, estão as duas principais áreas de colonização do sul do estado. O clássico mapa de Roche (1969), que pode ser visto na Figura 3, é ponto de partida importante para a constituição do processo migratório da região, mostrando, objetivamente, o papel central da Colônia São Lourenço (que no mapa ganhou o número 19), empreendimento privado, fundado em 1857-1858, que se tornou uma das maiores colônias alemãs do país. Logo após, é possível visualizar a Colônia São Feliciano (número 20 – que está na origem do município de Dom Feliciano), colônia do governo provincial, também fundada em 1857, mas que somente começaria a receber imigrantes na década de 1870, e apenas no final do século ganharia impulso com a chegada dos poloneses, embora também tenha recebido alemães. O mapa inclui ainda Barão do Triunfo (número 21), empreendimento do governo central, já no início da República, que parece ter se expandido, chegando a Mariana Pimentel. Esta região de colonização da Serra do Her-

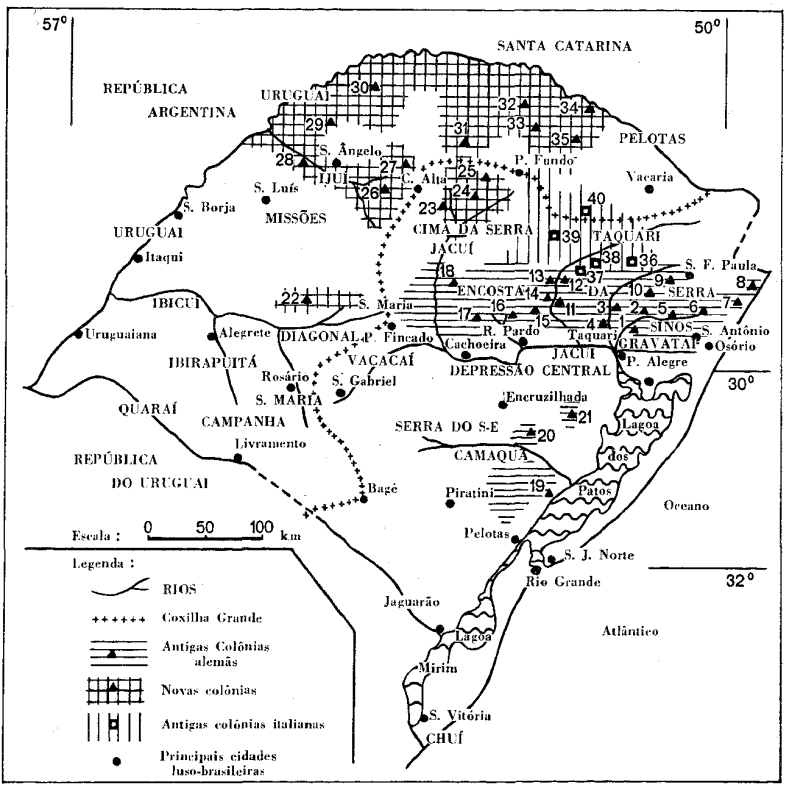
val, ao sul de Porto Alegre, limitada pelo Camaquã, é ainda pouco analisada pelos estudiosos da colonização alemã, tendo recebido imigrantes franceses[3], alemães, italianos e poloneses, destacando-se "os citados núcleos de colonização polonesa (Dom Feliciano e Mariana Pimentel), mas também Sertão Santana, de colonização alemã" (Gertz, 2011, p. 249).

Poucos estudos são encontrados sobre Sertão Santana, que abrigou ainda um empreendimento privado, fundada pela *Companhia colonizadora rio-grandense*, liderada pelo comendador Eduardo Secco. Ressalto o trabalho *Estudo da Gênese e das transformações da identidade de Sertão Santana* (Andrade; Rückert; Saldanha, 2006), da área da geografia. Se, neste primeiro conjunto de colonização, ao sul de Porto Alegre, as publicações ainda são escassas, do outro lado do rio Camaquã a situação se alterou, sensivelmente, nos últimos anos, muito embora São Lourenço sempre tenha recebido destaque, entre os principais escritores da imigração alemã.

No mapa de Jean Roche, as colônias aparecem praticamente isoladas na *região sul*, com São Lourenço dominando o cenário abaixo da linha do Rio Camaquã, corroborando a própria noção de Roche de ilhas da colonização. Quando descreve as áreas teuto-brasileiras, o autor as divide em três partes: as ilhas, as áreas do pé da Serra e do Planalto. Há duas ilhas realçadas pelo autor: o litoral norte e a região de São Lourenço (Roche, 1969, p. 179).

3 Entre os primeiros grupos a chegar a São Feliciano estavam os franceses. Conforme Betemps (1999, s/p), São Feliciano seria o quarto, e último, núcleo com franceses da então província, acabando por atrair diversos franceses que iam chegando ao RS. Depois de alguns anos de dificuldade, os franceses abandonaram São Feliciano partindo para uma colônia de iniciativa privada, Santo Antônio, em Pelotas.

Figura 3 – Colonização no RS.



O RIO GRANDE DO SUL E AS PRINCIPAIS COLÔNIAS

Antigas colônias alemãs: 1. São Leopoldo; 2. Nôvo Hamburgo; 3. Caí; 4. Montenegro; 5. Taquara; 6. Rolante; 7. Três Forquilhas; 8. Tôrres; 9. Gramado; 10. Nova Petrópolis; 11. Estrêla; 12. Roca Sales; 13. Arroio do Meio; 14. Lajeado; 15. Venâncio Aires; 16. Santa Cruz; 17. Candelária; 18. Sobradinho; 19. São Lourenço; 20. São Feliciano; 21. Barão do Triunfo.

Novas colônias: 22. Jaguari; 23. Selbach; 24. Não-Me-Toque; 25. Caràzinho; 26. Ijuí; 27. New Wurttemberg (Panambi); 28. Cêrro Azul; 29. Santa Rosa; 30. Três Passos; 31. Sarandi; 32. Erechim; 33. Getúlio Vargas; 34. Marcelino Ramos; 35. Sananduva.

Antigas colônias italianas: 36. Caxias; 37. Garibaldi; 38. Bento Gonçalves; 39. Guaporé; 40. Nova Prata.

Fonte: Roche, 1969.

São Lourenço, assim, mantinha sua supremacia e liderança na colonização, no extremo sul, mesmo que ainda não houvesse uma aprofundada análise de suas condições mais específicas. Autores geralmente denomina-

dos "clássicos" sempre mencionaram São Lourenço pelo seu importante papel, como em *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*, na qual a colônia é descrita pelo grande contingente migratório, que chegou em 1879 a 860 famílias alemãs: "O mérito principal dessa colonização homogênea, cabe a seu fundador, que não mediu nenhum esforço, nem sacrifício ao se tratar de fortalecer a sua colônia com novos reforços. Por esta razão, Jakob Rheingantz se credencia a um lugar de honra entre os colonizadores" (Amstad, 2005, p. 94).

Em texto de 1982, a professora Hilda Flores, buscou explorar os dados sobre a Colônia São Lourenço, com o sugestivo subtítulo "um capítulo pouco estudado da colonização alemã no Rio Grande do Sul". No artigo, além da biografia do fundador da colônia, há tópicos sobre o estabelecimento e os contratos iniciais, a organização da colônia, seu desenvolvimento e as desordens e os conflitos. Já expondo os problemas agrários e os conflitos entre colonos e direção, Flores (1982, p. 70), também apontou que Ernesto Pellanda teria sido um dos primeiros a elencar, categoricamente, que Rheingantz era um dos responsáveis pelos problemas, devido à "ganância dos empresários" (Pellanda, 1925, p. 34). Rheingantz também perdeu parte de seu papel na interpretação de Oberacker Jr., que alegou que o empresário "desleixou na sua colônia o desenvolvimento de um centro urbano" (1968, p. 306), e, comparando-o a Hermann Blumenau, Oberacker Jr. (1968, p. 305-306) afirma:

> Não que, para Jacó Rheingantz, a colonização tenha sido uma simples especulação comercial ou apenas um caso de loteamento de terras. Apesar de que ele também se tivesse preocupado com o aspecto cultural da colonização não lhe foi possível praticar um ato cultural de tal amplitude como o fez Hermann Blumenau.

O debate historiográfico sobre o papel de Jacob Rheingantz na colonização centralizou boa parte das publicações e das discussões sobre imigração alemã no sul do estado, contudo, parece que Oberacker Jr. foi um dos únicos autores a chamar Jacob de Jacó (mas não Hermann de Germano). A família Oberacker sempre manteve uma posição duramente crítica sobre a atividade dos Rheingantz, pois viveu na região, por bom tempo, tendo, inclusive, o autor Oberacker Jr. nascido em Arroio do Padre, em agosto de 1910. Embora, na época em que os Oberacker estiveram na região colonial de Pelotas, os Rheingantz já haviam deixado a colônia, Oberacker (o pai) escreveu um texto, pouco conhecido até o momento, sobre a história de vida de Jacob (Oberacker Sr., 2010).

A discussão marcou, especialmente, as conjunturas locais, tendo princípio com um trabalho de Carlos Guilherme Rheingantz, publicado primeiro em alemão, e traduzido e publicado no almanaque organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues (Rheingantz, 1909), no qual fala dos primeiros momentos da colônia, e aponta os primeiros dados mais substancias sobre a própria família Rheingantz. O trabalho de Carlos Guilherme (1909) foi a base para muitas leituras sobre São Lourenço e a família Rheingantz, ao longo do tempo, além de ser a base da obra de Vivaldo Coaracy (1957), uma das mais importantes do município, lançada por ocasião do centenário da colônia. Coaracy também teve acesso aos documentos da colônia, publicando cópias no livro, especialmente, da listagem de imigrantes e seus respectivos lotes coloniais. Tais documentos estavam em poder da família Rheingantz, na época.

Ainda em 1909, no mesmo almanaque, seria publicada uma resposta ao trabalho de Rheingantz, produzida por Augusto Moreira Paes (1909), genro de Oliveira Guimarães, fazendeiro e sócio de Rheingantz, na construção da colônia, mostrando que antigas disputas de terras ainda persistiam. Paes buscava mostrar que Rheingantz não estava sozinho, e cobrava a participação de Oliveira Guimarães e dos fazendeiros locais no empreendimento colonial. A disputa, portanto, saía do âmbito agrário para a historiografia.

Pesquisas mais recentes buscam investigar mais profundamente esses embates. A primeira, intitulada *Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*, foi realizada por Eduardo Iepsen, que explorou o conflito Rheingantz versus Oliveira Guimarães, bem como observou as formas de representações de Rheingantz, através da recuperação de memórias não-oficiais, e de documentos e discursos que transformam o fundador coloniais em formulador de condutas, um mito proclamado pela produção local.

Nos trabalhos centrais de Bosenbecker (2017, 2020), a discussão sobre as disputas agrárias de Rheingantz e Oliveira Guimarães também foi destacada, embora em *Uma colônia cercada de estâncias* apresente uma história social da inserção dos imigrantes em São Lourenço, buscando mapear os primeiros anos da imigração. Entre as questões agrárias, nota-se a construção da cidade de São Lourenço, projeto de Oliveira Guimarães, em parte de suas terras, fora da área colonial. No trabalho de Samila Pereira Ferreira (2010), *Políticas de memória, políticas de esquecimento: um estudo sobre a antiga zona portuária de São Lourenço do Sul*, a autora explora a constituição do porto local e das atividades mercantis através dos iates que abasteciam a localidade, remontando um passado mercantil e náutico, pouco estudado.

Através da paisagem cultural, a autora desvenda a história de grupos sociais esquecidos, mas ativos na construção da cidade. Ferreira (2010) também detalha as antigas casas comerciais do porto de São Lourenço, parte delas de imigrantes alemães, e significativas na composição econômica, social e cultural da região.

2 A criação de novas colônias e a expansão a partir de São Lourenço

Apesar de não ser o primeiro empreendimento colonial da região sul do estado, que em 1850 recebeu uma colônia de irlandeses, em Pelotas, a Colônia São Lourenço foi, certamente, a primeira colônia alemã do sul, tornando-se um dos maiores e mais importantes núcleos privados. Conforme pode ser visto na Figura 4, a seguir, a área inicial da colônia (em azul no mapa) recebeu imigrantes entre 1858 e início da década de 1870. Rumo sul, após o Arroio Grande, que corta a serra em direção à Lagoa dos Patos, há um conjunto importante de colônias pequenas, mas mais antigas (também em azul no mapa), entre as quais se destacam: Santa Clara, Santa Silvana, Bonito e Arroio do Padre. Ainda seguindo o desenho do mapa, podemos ver áreas de expansão, com novas colônias criadas, em amarelo, até 1887, e, após essa data, em verde. Em trabalho precursor, Marinês Z. Grando (1989, p. 73) mostrou que:

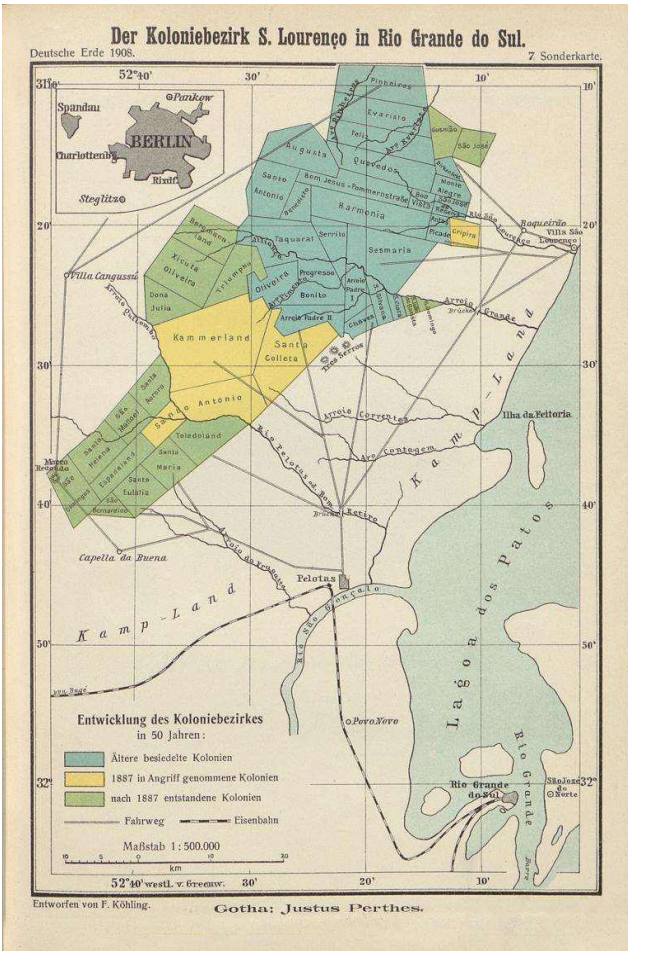
> A quantidade de terras incultas na Serra de Tapes, muito próximas de dois importantes mercados consumidores e exportadores, Rio Grande e Pelotas, favoreceu a expansão da colonização nessa região do Rio Grande do Sul, a partir do desenvolvimento de São Lourenço. Assim como a Colônia de São Leopoldo é considerada o fator de expansão dos núcleos agrícolas que avançaram para o Norte do Estado, a Colônia de São Lourenço é reputada como a origem dos núcleos do Sul.

Foi também Grando, que redescobriu o trabalho, originalmente publicado pela FEE, em 1984, do professor C. Otto Ullrich, que escreveu o texto em 1898, intitulado *As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul*, no qual ele (Ullrich) destaca 29 colônias em Pelotas, se dedicando a estudar a situação de 27 delas. O principal trabalho em termos de dados e fontes documentais sobre a colonização na região de Pelotas é de Leila Fetter (2002), com seus extensivos seis anexos, contendo mapas, quadros dos núcleos, relações de entradas, compradores de lotes, transações em cartórios e fichas produzidas pela pesquisa. Apesar de ser de difícil acesso, e, talvez por isso, pouco

utilizada pelos estudiosos da colonização, o trabalho apresenta dados e documentos imprescindíveis para a pesquisa do tema.

Pensar nas diferenças entre os empreendimentos e categorizar as colônias foi tentativa realizada por Bosenbecker (2019), que identificou cerca de 70 colônias na Serra dos Tapes, embora ainda haja muitas dúvidas sobre proprietários, além de divergências, dúvidas ou falta de informações sobre colônias e suas fundações. Destas colônias, apenas 52 foram avaliadas, juntamente com seus proprietários, sendo que 39 eram de pequeno porte (com menos de 100 lotes), 3 tinham acima de 100 lotes, e apenas uma colônia passou dos 250 lotes.

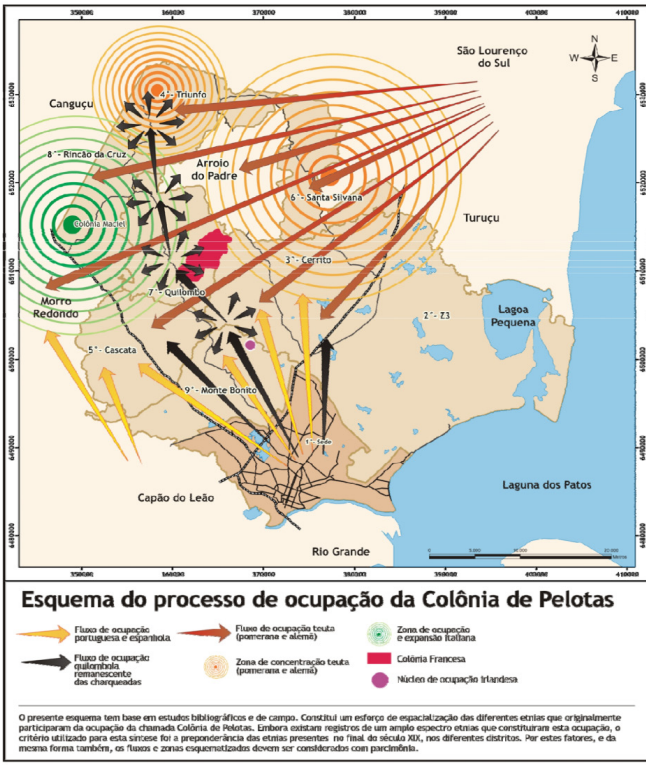
Figura 4 – A região colonial de São Lourenço/Pelotas.



Fonte: *Deutsche Erde* (1908).

O trabalho de Karen Melo da Silva (2009), *Patrimônio cultura, ruralidade e identidade territorial: diversidade na colônia de Pelotas-RS*, aborda a ruralidade contemporânea da região, que a autora chama colônia, isto é, todo o interior rural do município remanescente de colonização. Entrelaçando ruralidade, patrimônio e estudo de caso, apontando a valorização de vida, da ambiência e da paisagem das áreas rurais, Silva avalia o modo de vida, associado ao ambiente da colônia e à identidade cultural local. Trabalha ainda as implicações relacionadas à identificação das noções de patrimônio existentes perante os moradores da região colonial enquanto um amplo e heterogêneo território, devido às diferentes origens dos grupos colonizadores. A autora avalia Cerrito Alegre, Triunfo, Cascata, Santa Silvana, Quilombo, Rincão da Cruz e Monte Bonito, tornando-se trabalho imprescindível para aqueles que procuram entender a configuração social da região colonial, inclusive oferecendo diversos mapas, como o mapa da Figura 5, que nos indica as frentes de expansão da colonização, a partir da antiga colônia São Lourenço.

Figura 5 – Expansão da colonização na região Sul do RS.



Fonte: Silva, 2009, p. 127.

Como podemos observar na Figura 5, várias expansões e migrações podem ser percebidas em direção ao interior da Serra dos Tapes, contudo, nos interessamos pela expansão agrícola, a criação de novas colônias e a migração da antiga colônia de São Lourenço para as regiões de Morro Redondo, Arroio do Padre, Pelotas e Canguçu. Schneider (2003, p. 53) observa que os primeiros colonos alemães chegaram a Canguçu no início do século XX, adquirindo terras no 1º e 2º distritos do município, sendo mais expressivos um primeiro grupo, em 1906, e um segundo grupo migrante, em 1912. Ainda entre as novas leituras sobre a migração na região e a configuração social local, podemos ressaltar o trabalho de Jordana Fischer Bötefür (2021), *A história de Morro Redondo: contribuições para a história local*.

3 A historiografia e a identidade alemã-pomerana

Talvez a mais significativa ampliação dos trabalhos e pesquisas sobre colonização na região sul do estado seja referente aos trabalhos da imigração e cultura pomerana. Uma publicação introdutória e exemplo da virada nas pesquisas sobre história e cultura da imigração pomerana, no país e no sul do estado, é a edição da IHU ON-LINE, revista do Instituto Humanitas Unisinos, intitulada *Pomeranos: 150 anos de histórias e contradições* (Pomeranos [...], 2008), que apresenta uma série de entrevistas com pesquisadores e também políticos sobre o tema. Uma das entrevistas mais destacadas é a do pesquisador e professor Carmo Thum, intitulada *Silenciados pela hegemonia alemã*, na qual o autor estabelece sua análise sobre os pomeranos da antiga colônia São Lourenço:

> Com pouca participação política nas colônias alemães, os pomeranos "sempre foram representados. A ação política deles restringia-se nos domínios da comunidade", comenta Thum, que em seguida reitera: "A voz dos pomeranos não foi pronunciada e, nos casos em que aconteceu, não foi ouvida, porque era silenciada pelas estruturas locais de poder, que na maioria das vezes estavam nas mãos de imigrantes alemães". Além de sofrerem impactos culturais de seus conterrâneos, as crenças religiosas desse povo também foram criticadas e desvalorizadas, com o intuito de retirar-lhes a autoridade. "A decisão de se ter um pastor próprio da comunidade, que escolhia entre os seus um representante para assumir a tarefa dos ritos religiosos e educativos da comunidade foi vista pelas organizações germânicas do Brasil como algo sem fundamento, sem valor (Fachin, 2008, p. 16).

Para Thum (2009), a imigração pomerana no sul do estado se di-

ferencia, de modo singular, dos outros grupos imigrantes, inclusive dos alemães, tanto devido às conjunturas históricas quanto dos processos de isolamento e silenciamentos vividos pelos pomeranos. O silenciamento da cultura pomerana se deu "nas abas do poder", isso é, na escola, na religião, no comércio e na linguagem. Na vida cotidiana, tal silenciamento significou a manutenção de práticas, mas também a reinvenção, no encontro com outras culturas locais. Dessa maneira, na concepção do autor, é necessária uma educação comprometida, que respeite as diferenças e capacidades de reinvenção da cultura pomerana, pois:

> Pesquisar a cultura local da Serra dos Tapes ganha significado porque há relativamente poucos dados sobre a cultura regional, e os que existem, ou são de pequeno fôlego ou seguem a perspectiva hegemônica de incluir essa região dentro dos mesmos parâmetros conceituais dos grupos imigrantes alemães da região central do Rio Grande do Sul, tornando invisível, assim, a especificidade local. Há vasta bibliografia sobre o mundo imigrante, pouquíssima sobre a história da cultura local da Serra dos Tapes (Thum, 2009, p. 25).

Para Thum, os pomeranos estão submetidos à cultura hegemônica alemã, seja na vida religiosa ou política, limitando o acesso dos pomeranos ao trabalho na terra, enquanto outros grupos alemães/germânicos teriam mais acesso à vida pública e ao comércio. Tal condição de servidão está presente na região colonial da Serra dos Tapes. Assim, "em relação aos pomeranos, no processo de conflito entre os grupos, a classificação de procedência já os colocava em grau de exclusão, pois os grupos hegemônicos os consideravam de cultura menos desenvolvida" (Thum, 2009, p. 141). Nessa leitura em particular, os alemães hegemônicos são do eixo São Leopoldo – POA – Santa Cruz, embora o trabalho mostre que os outros alemães, ou germânicos em geral, tenham tais características. Portanto, conforme Thum, há, primeiramente, um silenciamento da cultura pomerana, em detrimento de uma cultura hegemônica alemã; depois, que poucos trabalhos pesquisavam a referida cultura, sendo papel de pesquisadores e educadores observarem e destacarem a condição pomerana; e, assim, uma identidade pomerana se constrói, em oposição a uma alemã. A tese de Carmo Thum abriu importante campo de estudos na região colonial mais ao sul do estado, contudo, outros trabalhos pensam a condição pomerana de formas diferentes.

Outros autores também procuram mostrar que os pomeranos não se enquadram como alemães. Segundo Kolling (2000), os pomeranos são a exceção entre os grupos étnicos germânicos, pois eles não se sentiam,

ou sentem, como parte do grupo germânico. Kolling (2008, p. 884) busca raízes históricas para o sentimento de pertença pomerano, chegando ao conflito do natal de 1867, que é chamado de levante dos pomeranos, e teria sido "uma forma de protesto popular contra a forma de semiescravidão e endividamento, bem como o não cumprimento de promessas da parte do colonizador Rheingantz"; portanto, o autor associa a condição de servidão e exploração do povo pomerano, que perdurou por séculos na Europa, às condições de exploração econômica vivenciadas pelos imigrantes inseridos em São Lourenço. A partir de tais conjunturas, uma união entre pomeranos é estabelecida.

Salamoni (2000), em trabalho pioneiro, buscou estudar a produção familiar em Santa Silvana, em Pelotas, analisando, especialmente, a constituição pomerana da imigração na região. As pesquisas da professora Giancala Salamoni (cf. Salamoni; Acevedo; Estrela, 1995) influenciaram pesquisas sobre cultura pomerana na região sul, desde a década de 1990. Um de seus mais importantes trabalhos é *A imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso da comunidade pomerana de Pelotas*, mas a leitura aqui ocorre a partir da condição camponesa e da agricultura familiar, como determinante positivo da constituição identitária. Nesse sentido: "As colônias agrícolas, assim formadas, reuniam condições que asseguravam a posse da terra aos agricultores, dando-lhes também aquele *sentimento de dignidade* necessário a quem trabalha e procura produzir: a propriedade dos seus meios de produção" (Salamoni, 2001, p. 15, *grifo nosso*).

Uma concepção mais crítica é oportunizada por Paulo Maltzahn (2011), que se debruçou mais efetivamente sobre a construção identitária local, avaliando o processo de constituição da identidade étnica teuto-brasileira, a partir da década de 1980, através de histórias de vida, repensando uma etnicidade teuto-brasileira em relação a apropriações simbólicas e produções de sentidos pela trajetória de vida, vivências familiares e comunidade. O autor também evidencia que a redefinição do conjunto de identificados étnicos está associada à autocompreensão da própria identidade étnica, mas também à mercantilização da identidade, pelo apelo político e econômico do poder público local. Inclui-se ainda uma discussão sobre o papel da municipalidade na criação de laços com a Alemanha, e do turismo histórico cultural. Neste sentido, ele avalia:

> Os imigrantes alemães, portanto, eram grupos étnicos distintos com diferenças significativas, falando seus respectivos dialetos, mas que perante a nova realidade, isto é, assentados em solo brasileiro e confrontados com uma cultura estranha, comparada com a de seus vizinhos de origem

> "germânica", desenvolveram entre eles um sentimento comum de pertencimento étnico (Maltzahn, 2011, p. 61).

Em sua tese, portanto, o conjunto de pertencimento étnico germânico é sentido pela maioria dos descendentes de alemães em geral, em São Lourenço do Sul. Ao entrevistar moradores locais, investigando suas identidades e visões, Maltzahn não encontra clara cisão entre as identidades, mas que em determinadas ocasiões há identificação com uma ou outra, tanto que usa "alemães" e/ou "pomeranos", em seu texto. Assim, questiona:

> Sabemos que a cultura "pomerana" não está clara para o coletivo étnico "pomerano", no momento, mas o comprometimento e a intervenção do educador e da universidade no processo de formação e construção da identidade étnica "pomerana", ou seja, sua emancipação, conforme defendido por Thum (2009), não seria também um processo de opressão cultural? [...]. A ideia de uma identidade "pomerana" separada da "alemã" deverá, portanto, partir do coletivo "pomerano". Assim, permanece outro questionamento: o que o coletivo "pomerano" quer efetivamente? (Maltzahn, 2011, p. 281).

Por sua vez, Gislaine Maltzahn (2011) estuda as transmissões familiares de valores e saberes entre descendentes de pomeranos na região de Pelotas, investigando os ciclos de vida dos pomeranos, a formação da identidade e da socialização. Além das crenças e das práticas presentes na memória familiar, Gislaine Maltzahn também observa e ressalta a importância da religiosidade luterana, em diferentes perspectivas, e de seus rituais, para a constituição da identidade familiar (e também local), intercruzada pela memória. Ao se debruçar intensamente sobre as transmissões culturais entre gerações familiares, a autora afirma:

> Considero que os distintos grupos étnicos que compõem a região *não podem ser vistos a partir de um olhar essencialista*, pois suas crenças, costumes e valores estão em constantes processos de re-significação ao longo do tempo. *Nem mesmo o grupo dos imigrantes pomeranos pode ser considerado como um grupo homogêneo*, já que possui em seu meio a presença de diferentes instituições religiosas ligadas ao luteranismo, cada qual com suas próprias práticas e especificidades, tal como foi demonstrado no texto, quando mencionei as crenças dos pomeranos das igrejas livres em contraste com aqueles vinculados as igrejas filiadas aos sínodos (Maltzahn, 2011, p. 124-125, *grifos nossos*).

4 Religiosidade e cultura nas configurações locais

A religiosidade também teve ampliada sua agenda de pesquisa na *região sul*. Um grande e diverso conjunto de trabalhos oferece um desenho da constituição religiosa da área de colonização, incluindo pesquisas sobre a constituição do Sínodo Missouri, do Sínodo Rio-Grandense, além das comunidades livres. Patrícia Weiduschadt (2007) busca entender a formação identitária do Sínodo Missouri, estabelecido na antiga colônia, nas primeiras décadas do século XX, ao abordar suas origens histórias e bases doutrinárias, ainda na Alemanha, com sua migração para os Estados Unidos, e expansão para o Brasil. Destaca o papel do sínodo na formação de pastores e professores, qualificando-os no trabalho religioso e escolar, a partir do primeiro seminário em São Lourenço, localizado no interior da comunidade pomerana. A autora também evidencia a formação de uma cultura escolar, na presença do sínodo na região. A relação entre as instituições escolares e a imigração na região de Pelotas são temas de interesse nesse campo (Weiduschadt; Castro, 2015).

Neste sentido, a interconexão entre religião e escola ganha incremento investigativo. Em texto mais recente, Karen Romig e Weiduschadt (2023) discutem as escolas particulares luteranas na Serra dos Tapes, entre 1938 e 1971, a partir de uma cultura material escolar, com ponto de partida na discussão das singularidades do processo de colonização alemã e pomerana, intercruzada com a intervenção da nacionalização do ensino. As autoras destacam as marcas de etnicidade do grupo, a partir de entrevistas e análise documental, e da análise de quatro instituições escolares particulares, ligadas a comunidades religiosas, nos municípios de Canguçu e Arroio do Padre (veja também Beiersdorf; Weiduschadt, 2013).

Importante trabalho sobre a religião na *região sul* é de Tamara Oswald, que investiga as comunidades livres de São Lourenço, no período de 1886 a 1945, justamente o intervalo de tempo no qual o Sínodo Rio-Grandense se espalha pelo interior, enviando pastores ordenados, filiando comunidades autônomas, e buscando novos fieis. Além disso, o Sínodo Missouri se instalaria na região da picada Bom Jesus, por volta de 1900. As chamadas comunidades livres permanecem em boa medida no contexto de disputa religiosa e institucional. Nesse sentido, Oswaldo (2014) também avalia o independentismo frente às discussões sobre o luteranismo, e como os distúrbios políticos e étnicos no período afetaram as comunidades. Com acesso a documentos importantes obtidos nas próprias comunidades, a autora desenha a história da religião evangélica na região colonial de São Lourenço, tornando-se trabalho imprescindível para a história da imigração alemã, e pomerana, na região.

Com o recorte em uma comunidade luterana livre, Vanessa Patzlaff Bosenbecker (2012) avalia a arquitetura dos descendentes de imigrantes pomeranos nas colônias Osório e Py Crespo, no distrito de Cerrito Alegre. A partir dos modos de construir e organizar as funções das propriedades, a partir de famílias que são a terceira geração de pomeranos na região. A dissertação é enriquecida com mapas, plantas baixas e fotos de residências da comunidade, que busca manter tradições, conservando algumas características dos antepassados, mas, por motivos diversos, com alterações, acrescentando algumas características à nova realidade, especialmente, mas não somente, pela falta de determinados materiais de construção.

Também no âmbito da religiosidade, da memória e dos ritos, através das manifestações que são passadas de geração para geração, encontra-se o trabalho de Airton A. Iepsen (2022), na área de Mestrado Profissional de História, que descreve os processos religiosos, avançando sobre as benzeduras e superstições da região colonial pomerana. No âmbito do patrimônio cultural, inúmeros trabalhos têm ressaltado a preservação e a salvaguarda tanto do patrimônio histórico, através de museus, por exemplo, mas também da comida, da música e do idioma. Nesta linha, o extenso trabalho Cristiano Gehrke (2018) avalia os acervos fotográficos do museu da imigração pomerana e de outros museus das imigrações francesa e italiana na região, proporcionando uma recente revisão historiográfica das migrações na região.

Observando a emergência de novos sujeitos de direito no campo do patrimônio cultural, tanto naquilo que tange às políticas públicas, patrimônio e tradição, há um discurso de valorização, e um resgate e uma preservação da cultura das famílias camponeses de origem pomerana. Assim, Krone (2014), em seu trabalho *Comida, memória e patrimônio cultural: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil*, explora, atentamente, as ações e as políticas locais, destacando o turismo rural e as comemorações de cunho étnico. Neste contexto, se insere a alimentação pomerana como patrimônio cultural.

No âmbito da música, o trabalho de Danilo Kuhn da Silva (2016) busca valorizar e salvaguardar a cultura pomerana, através de um projeto realizado em escolas, a partir das canções tradicionais pomeranas. Dessa forma, destaca-se a interconexão entre a emigração pomerana e as realidades cotidianas na Serra dos Tapes. Já na sua tese, Kuhn da Silva (2019) proporciona uma etnografia musical pomerana no sul, com reflexões sobre memória, identidade e patrimônio cultural, inclusive com releituras e análises sobre a historiografia até então produzida sobre representações identitárias na região. Apesar de evidente hibridismo, o autor mostra que a música alemã/

pomerana permanece ligada às suas raízes, ao seu passado presente e suas tradições musicais, em um ponto de equilíbrio cultural, na qual a comunidade local a reconhece e respalda.

Já as pesquisas no âmbito da linguística também ganharam fôlego, sendo um dos campos com mais trabalhos produzidos. Diante disso, entre os trabalhos dedicados a estudar a manutenção da língua pomerana, abordo a pesquisa de Daiane Mackedanz (2016) inscrito na análise do contato linguístico entre português e pomerano, e em como o contato com o português afeta a manutenção do pomerano, na comunidade de Santa Augusta. Mackedanz observa a constituição de uma identidade bilíngue desde a pré-escola até o 9º ano do ensino fundamental. Embora se fale pomerano em casa, em família e na lavoura, na igreja e na escola é falado o português, contudo em algumas interações aluno-aluno, alguns preferem o pomerano, mesmo na escola.

Escritores locais também têm apresentado suas contribuições, seja na literatura (Costa, 2007), na história, com, por exemplo, os vários volumes do Dr. Edilberto Luiz Hammes (2010), ou na genealogia, ressaltando: a nova "bíblia" da genealogia da região colonial (Hammes, 2017); além de *Recortes da imigração alemã em Pelotas* (Heidrich, 2017); e *Um bávaro entre os pomeranos* (Freitas Jr., 2020).

5 As relações interétnicas: particularidades em Canguçu

Em trabalho pioneiro, Dilza Pôrto Gonçalves (2008) apresenta investigação importante sobre as relações interétnicas em Canguçu, abordando as identidades germânicas, o grupo denominado "alemães", mas também as categorias "pomeranos" e "alemães legítimos", seu contato com "brasileiros" e "negros". A autora evidencia que "embora seja uma região predominante de colonizadores lusos, é comum ouvir frases do tipo: 'os alemães já estão dominando tudo'; 'os alemães são mais trabalhadores que os brasileiros'" (Gonçalves, 2008, p. 31). A autora, na sua pesquisa sobre identidade germânica, manteve parte de seu foco na Congregação Luterana Manuel do Rego, que integra a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, mas era composta por membros em sua maioria negros.

Gonçalves (2008, p. 94) também percebe que parte da população negra daquela região entende o dialeto pomerano. Ao observar os corais das igrejas de duas congregações (Manoel do Rego e Redentora), a autora evidencia que, "enquanto no coral da Manuel do Rego só havia negros, homens e mulheres de idades variadas, no coral da Redentora havia somente homens, 'alemães' e 'negros', e, segundo os membros do coral, 'não existe

nenhum 'brasileiro'" (Gonçalves, 2008, p. 111-112). A autora conclui que "o trabalho, a igreja e os jogos de futebol são os espaços em que 'alemães', 'negros', 'pomeranos' e 'brasileiros' convivem melhor com as diferença", e que, em parte, a aproximação entre negros e pomeranos "pode ser resultado de trajetórias de dificuldades e aceitação semelhantes (respeitadas aqui as especificidades de cada grupo)", e os afastamentos foram sentidos, em certo período de tempo, na igreja, e, em geral, nas relações afetivas (Gonçalves, 2008, p. 136).

Outro trabalho que integra os estudos sobre relações interétnicas é a dissertação transformada em livro de Schneider (2017), a partir do estudo de quilombolas e descendentes de pomeranos, nos limites de Pelotas e Canguçu. O livro mostra invisibilidades e visibilidades construídas a partir do processo de formação social da região, mas também por políticas públicas. A pesquisa aborda a comunidade quilombola do Algodão e a comunidade da Favila, bem como a colônia Triunfo, mostrando realidades locais da atualidade, sob viés da antropologia.

Já o texto *Afro-pomeranos: entre a Pomerânia lembrada e a África esquecida* (Weiduschadt; Souza; Beiersdorf, 2013, p. 251) busca refletir o contexto de interação étnica entre afrodescendentes e pomeranos, a partir da escola e da igreja "como espaços sociais, onde a Pomerânia e África, como origem de diáspora, podem reescrever a identidade destes dois grupos em um cenário de luta e reconhecimento de seus direitos e presença na construção da nação brasileira". O texto, a partir da questão evidenciada pela lei 10.639 sobre a formação docente e discente, repensa a escola como uma instituição social imersa em uma sociedade plural, do ponto de vista étnico e cultural, caso explicitado ao se deparar com os afro-pomeranos ou pomeranos negros de Canguçu, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul. O artigo tem o objetivo de compreender como se deram tais relações entre os grupos, com base em processos históricos e sociais diferenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se tem avançado nas pesquisas sobre a colonização alemã no sul do Rio Grande do Sul, e o texto aqui produzido tem por objetivo detalhar alguns desses avanços. Trabalhos sobre a configuração histórico-social da região colonial, da preservação da memória e das representações, entre suas lideranças, no estudo do patrimônio material e cultural, na educação e na religiosidade local, e, fundamentalmente, os trabalhos centrados na cultura pomerana. Dessa forma, o artigo aqui apresentado buscou mostrar as mais novas produções, pelo menos aquelas produzidas do ano 2000 até os dias atuais, que, embora cientes da escrita "consagrada" sobre os alemães

no sul do estado, redesenham as configurações da imigração e colonização na região sul.

Alguns fatores contribuem para a ampliação e disseminação dos trabalhos. O primeiro deles envolve a expansão dos cursos de pós-graduação no sul do Rio Grande do Sul, com a criação de cursos de mestrado, e depois doutorado, especialmente, mas não exclusivamente, na Universidade Federal de Pelotas, marca uma renovação da geração de pesquisadores em diversas áreas, particularmente nos programas de pós-graduação de Memória Social e Patrimônio Cultural, História, Educação e Sociologia (antes Ciências Sociais). Um segundo fator é a própria expansão da universidade, que ganhou novos *campi*, em muitos municípios, garantindo acesso de novos grupos sociais à formação acadêmica, por um lado, mas também, por outro, levando demandas de pesquisadores para a universidade. Possibilitando assim, talvez, uma maior aproximação entre universidade e as comunidades que a cercam.

Outro importante fator é o aumento do interesse de pesquisadores e pesquisadoras na história local, fato que envolve investigar novos locais, novos sujeitos e novas perspectivas. O que exige espaços de preservação, releituras históricas, acesso a fontes documentais, entre tantas outras demandas da pesquisa. Coisa que não é, ou não deveria ser, apenas perspectiva e preocupação dos pesquisadores acadêmicos. Aquilo que evidencia a mais importante crítica que envolve a continuidade do desenvolvimento da história da colonização alemã do sul é justamente o acesso aos documentos históricos, a criação (e institucionalização) dos arquivos e acervos, bem como o cuidado e o rigor exigidos pela pesquisa histórica.

REFERÊNCIAS

ALTENBURG, Patrícia Schneid. *Deutsche in Brasilien*: A trajetória da construção histórica da comunidade de São Lourenço do Sul. 2021. TCC (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

AMSTAD, Theodor. *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*. 1824-1924. Tradução Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005.

ANDRADE, Marli Tereza Michelsen de; RUCKERT, Aldomar Arnaldo; SALDANHA, Dejanira. Encontro Estadual de Geografia (24. Santa Cruz do Sul, RS). *Anais [...]*. Porto Alegre: AGB, 2006.

BEIERSDORF, Cassia Raquel; WEIDUSCHADT, Patrícia. Arroio do Padre /RS e sua identidade luterana: Práticas de educação e cultura de uma comunidade (1950-1960). *Revista Latino-Americana de História*, São Leo-

poldo, vol. 2, n. 7, p. 1-17, 2013.

BETEMPS, L. R. Aspectos da colonização francesa em Pelotas. *História em Revista*, Pelotas, vol. 5, n. 5, 1999.

BÖHLKE, Moacir. A colônia particular de São Lourenço: seu contexto dentro do processo colonial do Rio Grande do Sul. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pelotas, 2003.

BONOW, Nathália. *A escola como lugar de preservação da cultura pomerana em Arroio do Padre/RS:* um estudo de caso. Artigo Científico (Especialização em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

BOSENBECKER, P. A colonização privada na Serra dos Tapes/RS: perfil dos colonizadores e as disputas entre fazendeiros brasileiros e investidores estrangeiros. In: RAHMEIER, Andrea Helena Petry; MÜHLEN, Caroline von; GEVEHR, Daniel Luciano; SANTOS, Rodrigo Luiz dos (Orgs.). *Migrações, educação e desenvolvimento: convergências e reflexões*. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, vol. 2, p. 353-368.

BOSENBECKER, P. Elites imigrantes alemãs no sul do Rio Grande do Sul: redes, transnacionalismo e empreendedorismo. In: MONSMA, Karl (Org.). *Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil*: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022, p. 81-110.

BOSENBECKER, P. *Três gerações de empreendedorismo*: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BOSENBECKER, P. *Uma colônia cercada de estâncias*: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857-1877). Pelotas: EdUFPel, 2020.

BOSENBECKER. Vanessa Patzlaff. *Influência Cultural Pomerana Permanências e Adaptações na Arquitetura Produzida Pelos Fundadores da Comunidade Palmeira Cerrito Alegre*, Terceiro Distrito de Pelotas (RS). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2012.

BÖTEFÜR, Jordana Fischer. *A história de Morro Redondo*: contribuições para a história local. Pelotas, TCC (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de lei n. 129, de 2018 (Complementar)*. Auto-

riza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Brasília, DF: Senado Federal, 2018.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. *Anais do IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição*. UFPel, 2010, p. 872-874. Disponível em: <http://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COARACY, Vivaldo. *A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Saraiva, 1957.

COSTA, Jairo Scholl. *O Pescador de Arenques*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

DEUTSCHE ERDE. *Zeitschrift für Deutschkunde*: Beiträge zur Kenntnis deutschen Volkstums allerorten und allerzeiten. Gotha: Iuftus perches, 1908.

FACHIN, Patrícia. Carmo Thum: Silenciados pela hegemonia alemã. POMERANOS: 150 anos de histórias e contradições. *IHU ON-LINE*, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 1 set. 2008, edição n. 271, p. 16-19. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2092-carmo-thum>. Acesso em: 15 mar. 2010.

FERREIRA Maria Leticia Mazzucchi, HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*. FFyL – UBA, n. 30, p. 137-154, 2009.

FERREIRA, Samila Pereira. *Políticas da memória, políticas do esquecimento:* um estudo sobre a antiga zona portuária de São Lourenço do Sul. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2010.

FETTER, Leila Maria Wulff. *A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX.* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Universidade Católica de Pelotas, 2002.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. A colônia São Lourenço. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 8, n. 1, p. 63-81, 1982.

FREIRE JÚNIOR, Alceu. *Um bávaro entre os pomeranos*. A história do imigrante Rudolf e a genealogia da família Zehetmeyer no Brasil. [*S. l.: s. n.*], 2020.

GEHRKE, Cristiano. *Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes/RS*: descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colô-

nia Maciel e Museu da Colônia Francesa. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2018.

GERTZ, René E. A colonização no período Republicano – segunda fase. In: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Orgs.). *Releituras da História do Rio Grande do Sul.* Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011, p. 243-264.

GONÇALVES, Dilza Pôrto. *A memória na construção de identidades étnicas*: um estudo sobre as relações entre "alemães" e "negros" em Canguçu. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GRANDO, Marinês Zandavalli. Pequena agricultura em crise: o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE (teses nº 14), 1989.

HAMMES, Edilberto Luiz. *Dicionário de Sobrenomes de origem alemã de São Lourenço do Sul e as colônias adjacentes*. São Leopoldo: Studio Zeus, 2017.

HAMMES, Edilberto Luiz. *São Lourenço do Sul: Radiografia de um município* – das origens ao ano 2000. Vol. 1, 2, 3 e 4. São Leopoldo: Ed. Studio Zeus, 2010.

HEIDRICH, Denise Nogueira (Org.). *Recortes da imigração alemã em Pelotas - 1858 a 1928*. Os imigrantes Neutzling, Halfen, Schneid, Seus, Heidrich, Leitzke e Brod. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 2017.

IEPSEN, Airton Fernando. *Uma narrativa da religiosidade do povo pomerano em São Lourenço do Sul*. Dissertação (Mestrado Profissional em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço*: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

KOLLING, Nilo Bidone. A presença teuta a partir de São Lourenço do Sul/RS. *Anais do 9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras* (2006). Entre vales e serras: fronteiras. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008. p. 867-892. CD-ROM – ISBN: 987.85.61598.01.3

KOLLING, Nilo Bidone. *Educação e escolas em contextos de imigração pomerana no sul do Rio Grande do Sul – Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2000.

KRONE, Evander Eloí. *Comida, memória e patrimônio cultural*: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em

Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, 2014.

LONER, Beatriz Ana. *Construção da classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. UFPel, 2001.

MACKEDANZ, Daiane. *O papel da identidade para a manutenção do pomerano na Serra dos Tapes, RS*. Pelotas, Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pelotas, 2016.

MALTZAHN, Gislaine Maria. *Família, ritual e ciclos da vida*: estudo etnográfico sobre narrativas pomeranas em Pelotas (RS). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, 2011.

MALTZAHN, Gislaine Maria. *Um casalzinho novo para a comunidade*: etnografia de um casamento pomerano, São Lourenço do Sul (RS). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, 2007.

MALTZAHN, Paulo César. *A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)*. Tese (História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MANKE, Lisiane Sias. *Uma pequena Alemanha em Pelotas*: formação do bairro Três Vendas; 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, 2003.

OBERACKER JR., Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

OBERACKER, Sr., Karl H. *Fahrt und Tat des Jakob Rheingantz*. Herausgeber: Freudeskreis der Burg Sponheim e. V., 2010.

OSWALD, Tamara. *Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, 2014.

PAES, Augusto Moreira. A Colônia São Lourenço. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909, p. 164-167.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Livraria do Globo, 1925.

PODEWILS, Denise Oswald. *Colonização germânica*: a colônia de São Lourenço e suas particularidades. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2011.

POMERANOS: 150 anos de histórias e contradições. *IHU ON-LINE*, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 1 set. 2008, edição n. 271. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/271 Acesso em: 15 mar. 2010.

QUINTANA, Caroline Beskow. *Hotelaria alemã na década de 1940*: o quebra-quebra nos hotéis pelotenses. Pelotas, Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humana, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

RHEINGANTZ, Carlos Guilherme. Colônia de São Lourenço. Breve Histórico de sua fundação, extrahido das notas do archivo de seu fundador Jacob Rheingantz. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Almanak literário e estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Pinto e Cia/Livraria Americana, 1909, p. 143-164.

RIO GRANDE DO SUL. *Plano de ação regional – Turismo RS. Costa Doce.* 2014. Disponível em: <https://www.cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20180652/28095229-planejamentocosta-doce.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

ROMIG, K. L. K.; WEIDUSCHADT, P. Escolas particulares luteranas da Serra dos Tapes – RS (1938-1971): aspectos de uma cultura material. *História da Educação*, vol. 27, 2023.

RÜCKERT, I. N.; BORSATTO, M. L.; RABELO, M. *As Finanças Municipais e os Gastos Sociais no Rio Grande do Sul –1995-1999.* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2002. — (Documentos FEE; n. 50).

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso da comunidade pomerana de Pelotas. *História em Revista*. Pelotas, vol. 7, n. 1, 2001.

SALAMONI, Giancarla. *Produção familiar*: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS. Tese (Doutorado em Geografia). Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 2000.

SALAMONI, Giancarla; ACEVEDO, Hilda Costa; ESTRELA, Ligia Costa (Coord.). *Valores culturais da família pomerana no Rio Grande do Sul* – Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Ed. Universitária, 1995.

SCHNEIDER, Marlene Lemke. O desenvolvimento econômico de Canguçu. In: SCHIVAON, Carmen G. Burgert (Org.). *Anais do Seminário Regional de História*: O município de Canguçu em debate. 1ª ed. Pelotas: Educat, 2003.

SCHNEIDER, Maurício. *Identidades em rede*: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes. Pelotas: Ed. UFPel, 2017.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos*: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Danilo Kuhn da. "O casamento da vovó": uma canção pomerana emigrante. *Saeculum*, n. 35, p. 7-24, 2016.

SILVA, Karen Melo da. *Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial*: diversidade na Colônia de Pelotas – RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, 2009.

SILVA, Tieissa Fonseca da. *Os pomeranos no município de Canguçu/RS*: uma leitura a partir dos códigos culturais. TCC (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Pelotas, 2021.

SILVEIRA, Maria Helena Moreira da. Os pomeranos na história de Canguçu. In: SCHIVAON, Carmen G. Burgert (Org.). *Anais do Seminário Regional de História*: O município de Canguçu em debate. 1ª ed. Pelotas: Educat, 2003, p. 85-91.

SOARES, P. R. R.; SASSI, L. O. A RIDE Metade Sul do Rio Grande do Sul e as escalas do planejamento regional. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 34, p. 124-134, 2019.

THUM, Carmo. *Educação, história e memória*: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

ULLRICH, C. O. *As colônias alemãs no sul do Rio Grande do Sul*. História em Revista, vol. 5, n. 5, 1999.

VIAJE pela Costa Doce Gaúcha. Way Content/SEBRAE-RS, 2023.

WEIDUSCHADT, P.; CASTRO, R. B. de. Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928-1953). *HISTÓRIA UNICAP*, vol. 2, n. 4, p. 170-185, 2015.

WEIDUSCHADT, P.; SOUZA, M. T.; BEIERSDORF, C. R. Afro-pomeranos: entre a Pomerânia lembrada e a África esquecida. *Identidade!*, vol. 18, n. 2, p. 249-263, 2013.

WEIDUSCHADT, Patrícia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX*: identidade e cultura escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

Recebido em: 30/11/2023

Aceito em: 15/02/2024

A POMERANEIDADE NA REGIÃO MERIDIONAL DO RIO GRANDE DO SUL: PERCURSOS E ASPECTOS DO CAMPO INVESTIGATIVO

POMERANEIDADE IN THE SOUTHERN REGION OF RIO GRANDE DO SUL: PATHS AND ASPECTS OF THE INVESTIGATIVE FIELD

Patrícia Weiduschadt[1]
Myrna Susan Gowert Madia Berwaldt[2]
Beatriz Hellwig Neufeld[3]

RESUMO

Este artigo pretende realizar um levantamento sobre a constituição das pesquisas que tratam do grupo pomerano na região meridional do Rio Grande do Sul, na Serra dos Tapes, para discutir a constituição dessa pomeraneidade, ou seja, aquilo que é usado para adjetivar determinado grupo, perpassando a ideia de identidade construída e negociada. A partir de um levantamento pautado nos descritores "Pomeranos e Serra dos Tapes" na Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Google Acadêmico, foram selecionados estudos concentrados nas seguintes temáticas: geografia rural e cultural, religiosidade luterana, questões históricas e de memória, processos históricos e atuais de escolarização, aspectos linguísticos e do letramento, agricultura e ligação com a terra, patrimônio e manifestações culturais. Tendo como base as investigações levantadas, constata-se que a pomeraneidade é relacional e contrastiva pela etnicidade, e é contornada pela manutenção da língua pomerana e reverberada em manifestações culturais, sociais e educacionais. No entanto, não foi possível defini-la a partir das informações levantadas, apenas potencializar contornos e problematizações

Palavras-chave: Pomeraneidade; Serra dos Tapes; Investigações.

ABSTRACT

This paper aims to carry out a survey on the constitution of research that deals with the Pomeranian group in the southern region of Rio Grande do Sul, in the Serra dos Tapes, in order to discuss the constitution of this "pomeraneidade," i.e., what is used to describe a certain group,

1 Doutora em Educação pela Uninversidade do Vale dos Sinos. Professora efetiva da Universidade Federal de Pelotas – Ufpel – Faculdade de Educação- Departamento de Fundamentos de Educação- Programa de pós graduação em educação. Lider do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos e Investigações em História da Educação- CEIHE, Bolsista PQ 2.

2 Doutoranda em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação, Integrante do grupo CEIHE - Centro de estudos e investigações em História da Educação. Bolsista Capes.

3 Doutoranda em Educação do Programa de Pós graduação em Educação, Integrante do grupo do CEIHE - Centro de estudos e investigações em História da Educação.

approaching the idea of a constructed and negotiated identity. Based on research using the descriptors "Pomeranos e Serra dos Tapes" [Pomeranians and Serra dos Tapes] in the Brazilian Digital Library of Dissertations and Theses (BDTD), the Catalogue of Theses and Dissertations from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes), and Google Scholar, we selected studies focused on the following themes: rural and cultural geography, Lutheran religiosity, historical and memory issues, historical and current processes of schooling, linguistic and literacy aspects, agriculture and land connection, heritage, and cultural manifestations. Based on the conducted research, pomeraneidade is relational and contrastive by ethnicity, maintained through the Pomeranian language and reverberated in cultural, social, and educational manifestations. However, we could not define it based on the gathered information. We could only strengthen its contours and problematizations.
Keywords: *Pomeraneidade; Serra dos Tapes; Investigations.*

INTRODUÇÃO

Ao nos aproximarmos dos estudos de grupos étnicos, a etnicidade é mobilizada com o sentido de movimento e relação, e a pomeraneidade faz parte dessa mobilidade relacional e contrastiva. Tal expressão – pomeraneidade – começou a ser veiculada na região meridional do Rio Grande do Sul, denominada Serra dos Tapes, por organizações e associações comunitárias e por investigações no campo acadêmico-científico, a partir de um olhar que se distancia de perspectivas essencialistas e de perspectivas que advogam a existência de uma tradição cristalizada e naturalizada nas manifestações e nos processos étnicos. Assim, essa ótica se aproxima do conceito de comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008) não essencialistas (WOODWARD, 2000), por considerar que tais grupos são eivados de tradições reinventadas (HOBSBAWM, 1997).

Do ponto de vista de percursos acadêmicos, talvez não consigamos definir exatamente o que é a pomeraneidade, pois a identidade e a etnicidade, na nossa concepção, são sempre relacionais e construídas na contrastividade e no autorreconhecimento (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART; BARTH, 2011). Por esse motivo, em muitos casos, para demarcarmos certa identidade, é importante perceber aquilo que não define o pomerano, ou seja, quais as relações de contraste da pomeraneidade com a germanidade e com a brasilidade, por exemplo.

Tais semânticas de composição dos grupos étnicos operam com o sufixo "dade" (SIMÕES, 2009)[4], o qual determina certo movimento e adje-

4 Conforme Simões (2009, p. 58), o sufixo "dade" carrega sentidos de "qualidade abstrata", "condição", "característica", "atributo", "essência", "existência de um estado qualquer", "admiração", "apreço", "amor", "ato efetivo", "efeito", "ideia de ação realizada", "coleção".

tivação das palavras. Cabe destacar que esses vocábulos foram muito utilizados para exaltar ou apagar certas culturas. No entanto, o termo "pomeraneidade", em específico, não possui definição em dicionários da língua portuguesa.

No Rio Grande do Sul, estudos sobre a imigração alemã fazem parte de um campo consolidado, que se concentra na metade norte do estado gaúcho e em universidades e grupos de pesquisa dessa região, sendo representados por autores clássicos como Martin Dreher, Arthur Blásio Rambo, René Gertz e Lúcio Kreutz. Entre esses estudos e pesquisadores, instaurou-se um percurso pioneiro, que possibilitou alavancar as pesquisas no estado.

Na região meridional do Rio Grande do Sul, a imigração pomerana começou em 1868, com a fundação da colônia privada de Jacob Rheingantz. Embora a historiografia tradicional o tenha instituído como mito fundador e promotor de tal colonização, Iepsen (2008) questiona se Rheingantz seria um herói ou um explorador dos primeiros colonos. Diante desta história com tensionamentos, o pomerano é percebido como um grupo mais reservado, acostumado com a servidão no país de origem, mas, ao mesmo tempo, rebelde frente à exploração. Para Iepsen (2008), que confrontou diferentes discursos atuais acerca da constituição histórica da colônia, observando que a memória é um campo de disputas, coexistem os discursos dos mitos fundantes e os discursos disseminados pela academia.

No campo científico, uma das primeiras investigações a discutir a etnia pomerana consistiu no trabalho de Giancarla Salamoni (1996, 2001), situado na geografia social. A partir disso, foi necessário um percurso de pesquisa para corroborar a ideia de que o grupo étnico pomerano diferia dos demais grupos étnicos germânicos, já que, até então, a imigração alemã, muitas vezes, era tratada como única e homogênea.

Evidentemente, houve interesses econômicos em tal "valorização" ou "resgate" da história pomerana, a fim de possibilitar a constituição de iniciativas turísticas, a exemplo do "Caminho Pomerano", em São Lourenço do Sul. Entretanto, em âmbito acadêmico, muitos estudos acerca da etnia pomerana propiciaram contribuições relevantes na área da educação, da antropologia, da sociologia, da história, da geografia social, da linguística e do desenvolvimento rural.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é realizar um levantamento sobre a constituição do campo investigativo-acadêmico, cujo cerne consiste no grupo pomerano da região meridional do Rio Grande do Sul, na Serra dos Tapes, para desencadear um debate sobre a constituição dessa pomeraneidade, ou seja, daquilo que é empregado para adjetivar determinado grupo, perpassando a ideia de identidade construída e negociada (LESSER,

2001). A partir desse levantamento, denominado estado do conhecimento e realizado nas principais plataformas de buscas, foi possível listar e abordar os principais estudos acerca do tema.

Destaca-se que as pesquisas de estado do conhecimento não se limitam a identificar as produções existentes, mas têm como propósito examinar e explorar os múltiplos prismas envolvidos. Em outras palavras, no estado do conhecimento, busca-se promover "identificação, registro, categorização que leva à reflexão e descrições sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações" (Morosini; Fernandes, 2014, p. 155). Diante do exposto, é relevante destacar, ainda, a importância desse tipo de pesquisa, não apenas pelas suas contribuições acadêmicas, mas também pela sua relevância social, já que o levantamento e a revisão das investigações produzidas sobre certo tema representam uma etapa fundamental para o desencadeamento do método de análise qualitativa de estudos, em diferentes áreas do conhecimento.

Para conduzir esta pesquisa, realizada entre os meses de setembro e novembro de 2023, as plataformas selecionadas como fonte de busca foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Google Acadêmico. Utilizando o descritor "Pomeranos e Serra dos Tapes", a primeira busca resultou em 52 trabalhos, dos quais, após a leitura dos títulos e dos resumos, foram selecionados 39 para leitura completa, porque alguns eram somente desdobramentos do mesmo autor e não apresentavam dados novos relevantes para a discussão ora proposta.

Percebe-se, a partir desse mapeamento inicial, que as pesquisas se concentram em temáticas como a geografia rural e cultural, a religiosidade luterana, questões históricas e de memória, processos históricos e atuais de escolarização, elementos linguísticos e de letramento, agricultura e ligação com a terra, patrimônio e manifestações culturais. No decorrer deste artigo, iremos explorar e visibilizar os principais trabalhos que tratam dessas temáticas, e, nas considerações finais, retomar aspectos que possam delinear elementos da pomeraneidade, compreendendo-a como um processo..

1 Mapeamento do campo investigativo sobre grupos pomeranos

Ao realizar o levantamento no banco de dissertações e teses, constatamos que a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) concentra muitos trabalhos em relação à temática dos pomeranos no Rio Grande do Sul. A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) também possui pesquisas no âm-

bito da linguística. Há, ainda, outras universidades gaúchas que possuem trabalhos relacionados à imigração pomerana, tais como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com nove trabalhos, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com três trabalhos, e a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com dois trabalhos. As investigações concentram-se, em sua grande maioria, na área das ciências humanas: educação, antropologia, memória e patrimônio cultural, geografia, ensino, ciências sociais e linguística. Já no Google Acadêmico, a maior representatividade de pesquisas sobre pomeranos no Rio Grande do Sul consiste em dissertações defendidas nessas áreas.

2 Patrimônio e manifestações culturais: a geografia e o espaço social

Como já mencionado, um dos primeiros trabalhos a abordar os valores e as manifestações da cultura pomerana na região da Serra dos Tapes foi o da pesquisadora Giancarla Salamoni (1996), que discorre sobre aspectos da cultura pomerana e da organização espacial, a partir de um enfoque histórico, econômico e social. Esse estudo, intitulado *Valores culturais da família pomerana no Rio Grande do Sul*, foi um dos primeiros a denominar tal grupo étnico como pomeranos, diferenciando-o dos alemães de forma homogeneizadora. A formação da autora como geógrafa permitiu visibilizar a Serra dos Tapes como um espaço ocupado por esse grupo étnico e mostrar suas especificidades culturais, afirmando que havia características distintas em relação aos alemães, como a língua e os hábitos culturais. Houve algumas iniciativas no âmbito do desenvolvimento rural para dar visibilidade a esse grupo étnico, mas não se utilizava ainda a expressão "pomeraneidade", apenas a diferenciação entre pomeranos e outros grupos étnicos germânicos.

Nesse sentido, tais pesquisas foram relevantes por problematizarem a identidade a partir de perspectivas de diferenciação. Aquilo que antes se considerava como um apagamento certo, pois o grupo pomerano era vinculado somente aos alemães de forma homogeneizadora, começou a ganhar sentido, tendo apoio no conceito de etnicidade de Barth, que a define como contrastiva e relacional. Dilza Porto Gonçalves (2009) já abordava essa contrastividade entre grupos étnicos alemães e lusos como forma de autorrepresentação. Ela observa, com base nas entrevistas realizadas com descendentes em 2003, que havia certo estigma em se autorreconhecer como pomerano. Posteriormente, ela se surpreendeu ao constatar que, em 2007, já havia certo reconhecimento dessa cultura e uma ressignificação, fazendo, por exemplo, com que uma loja em Canguçu, município rio-grandense, adornasse sua vitrine com elementos da cultura pomerana. Tais estudos

mostram o quanto as identidades são móveis na dinâmica social e cultural.

Buscando superar a visão da etnicidade essencialista (WOODWARD, 2000), ligada a aspectos biológicos e a estereótipos constituídos, muitos estudos que tratam do patrimônio e das manifestações culturais foram sendo consolidados, especialmente na área das ciências humanas. A própria noção de patrimônio foi se modificando e se alinhando às manifestações culturais de todos os segmentos sociais, não se limitando apenas a obras de uma determinada elite.

Ferreira e Heiden (2009), por exemplo, explicitam que a municipalidade, no caso de São Lourenço do Sul, criou diversos canteiros patrimoniais como o "Caminho Pomerano", as festividades comemorativas dos 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes na cidade (e sua continuidade com a festa dos 151 anos), o Museu do Colono, entre outros. Os autores destacam a importância da valorização das manifestações da cultura pomerana, especialmente no campo das práticas, dos saberes e dos fazeres, na perspectiva da aquisição do patrimônio imaterial por meio das partilhas da comunidade local, manifestações essas que agora são acionadas para compor direcionamentos de comemoração. Apesar de alertarem para uma reinvenção de tradições motivada pela necessidade de evidenciar traços culturais para patrimonializar, o estudo sugere que houve uma reapropriação de valorização desse grupo em práticas consideradas banais, como o fazer de cucas e bolos, e o sentir-se valorizado por um saber específico dentro de seu grupo social, o que passa pelo sentido relacional daquilo que se quer autocompreender como pomerano. Além disso, indicam que o Caminho Pomerano traz elementos diferenciadores de outras práticas étnicas, como a prática do "convidador do casamento" e o costume da noiva usar preto. Tais práticas também adquirem relevância turística, sendo apoiadas pela comunidade local.

Outra perspectiva voltada ao turismo é apresentada por Magda Micheline Spindler (2013) ao abordar o turismo rural no Caminho Pomerano, em São Lourenço do Sul. Nesse estudo, evidencia-se a potencialidade positiva da experiência turística no município em questão, pelo fato de grande parte da população estar assentada na zona rural e organizada em pequenas propriedades. A autora detalha o Caminho Pomerano e dá voz aos envolvidos, os proprietários das atrações turísticas e a secretaria do município, reconhecendo que tal envolvimento foi pensado mais como alternativa econômica do que como forma de discutir o patrimônio imaterial e desenvolver a pomeraneidade. Reconhece, assim, que se consolidou o sentimento de valorização por parte dos pomeranos, mas adverte que poderia ter-se:

> Um trabalho junto à comunidade, especialmente com descendentes de imigrantes pomeranos, com o objetivo de inventariar especialmente o patrimônio imaterial desses descendentes (mesmo sem o desejo de reconhecimento legal), muito provavelmente enriqueceria as atividades desenvolvidas no roteiro (SPINDLER, 2013, p. 222).

Tais discussões poderiam ser importantes para enriquecer o levantamento de inventários, como aponta, por exemplo, a pesquisa de Karen Laiz Krause Romig (2018), intitulada "Aspectos geográficos e culturais de uma região cultural pomerana no sul do Rio Grande do Sul". A partir de um trabalho de campo em quatro municípios – São Lourenço do Sul, Canguçu, Pelotas e Arroio do Padre – com observações sistemáticas e 20 entrevistas, o estudo apresenta uma cartografia da região cultural pomerana no sul do estado gaúcho, revelando certos códigos culturais, como língua, religião, costumes, culinária e modos de vida, demonstrando que há uma concentração cultural na Serra dos Tapes ocupada pelos pomeranos.

O trabalho de Danilo Kuhn da Silva e Cristiano Gehrke também aborda as manifestações culturais desse grupo étnico. Silva (2019), em sua tese de doutorado intitulada *Festa, dança e alegria: uma etnografia musical pomerana ao sul do sul do Brasil – São Lourenço do Sul/RS*, defende que os espaços se formam na inter-relacionalidade, havendo, portanto, conflitos discursivos para conformar aquilo que faria parte de uma identidade pomerana:

> A colônia de São Lourenço do Sul revela-se, portanto, um espaço complexo, pluriétnico e inter-relacional, terreno fértil para disputas memoriais e identitárias, tanto para mais quanto para menos. Ou seja, essas disputas podem evidenciar-se através de dominação ideológica – renanos versus pomeranos, o mito de Rheingantz, a hipótese de Carmo Thum (2009) sobre o silenciamento da cultura pomerana, através do germanismo –, ou podem resultar em certo grau de hibridização, gerando um senso de pertença comum – os contatos interétnicos, as memórias migrantes e a hipótese de Paulo César Maltzahn (2011) sobre a construção de uma identidade teuto-brasileira na região, sem fronteiras fortemente marcadas entre "alemães" e "pomeranos" (SILVA, 2019, p. 86).

Por fim, ele adota uma perspectiva de olhar a pertença por meio de hibridizações, que é um percurso na cultura. Não é que haveria uma música tipicamente pomerana, mas elementos culturais híbridos do passado e presente constituídos. A etnografia de algumas músicas e suas revisita-

ções permitiram observar os usos e desusos de determinados instrumentos, como, por exemplo, o "bandoneon como instrumento representativo da música alemã/pomerana da Serra dos Tapes, a renovação musical (aulas de música para crianças e jovens), o hibridismo, os contatos interétnicos, o *ethos* camponês, e a música relacionada às festas (notadamente casamentos)" (SILVA, 2019, p. 366).

Gehrke (2018), por sua vez, apresenta elementos do cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes, contando, para isso, com a descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, do Museu da Colônia Maciel e do Museu da Colônia Francesa. Na mostra desses três museus, situados na zona rural da Serra dos Tapes, congrega-se a figura do colono e da vida comunitária. Aquilo que se percebe como distintivo da etnia pomerana é o predomínio da cultura letrada, por meio de um maior número de fotografias não de instituições escolares, mas de imagens de corais, inferindo a necessidade da habilidade de leitura.

> O mesmo ocorre com a troca de correspondências, neste caso, de cartões postais. Mesmo que um número significativo deles tenha sido doado por uma única pessoa, outros integrantes da comunidade fizeram doações com materiais dessa tipologia. Mais uma vez, percebemos que, para que alguém pudesse enviar e até mesmo receber um cartão postal, era necessário que o indivíduo soubesse ler e escrever (GEHRKE, 2018, p. 688).

Nessa mesma direção, o grupo de antropologia da alimentação liderado pela professora Renata Menasche dedicou-se a entender a cultura pomerana, sobretudo por meio da dissertação de Evander Krone (2014), orientada por Menasche, intitulada *"Comida, memória e patrimônio cultural: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil"*. Esse trabalho buscou analisar de que forma ações de cunho patrimonial desenvolvidas no município gaúcho de São Lourenço do Sul têm sido compreendidas por atores sociais envolvidos em processos que buscam o reconhecimento e a valorização da cultura e da identidade de camponeses de origem pomerana. De natureza antropológica, tal estudo levou o pesquisador a participar de atividades turísticas e festas da comunidade, e a conviver com famílias em seu dia a dia, fato que permitiu observar que muitas dessas tradições apresentadas não eram mobilizadas no cotidiano familiar dos pomeranos:

> Não obstante, a construção dessa pomeraneidade se dá como se as práticas, saberes, fazeres, receitas tradicionais,

> comidas típicas e manifestações culturais pomeranas tivessem se mantido intactos diante da ação do tempo e da vida contemporânea. [...]. Assim, afirmamos que as práticas, saberes, receitas tradicionais e as manifestações culturais pomeranas fazem parte de um sistema de valores em constante movimento e são, a cada momento, reinventados (KRONER; MENASCHE, 2014, p. 164-165).

Nesse sentido, essa investigação revela a presença de reinvenção e certos artificialismos, mas enfatiza que, mesmo com as manipulações e os interesses turísticos e econômicos, essa pomeraneidade está imbricada com os sujeitos e o grupo social.

> Mas cabe comentar que, mesmo que as políticas locais de valorização do patrimônio cultural pomerano desenvolvidas em São Lourenço do Sul estejam centradas na recuperação de formas originais e exotizadas do "ser pomerano", isso não significa que essa reconstrução não seja importante para a afirmação da identidade dos pomeranos. As ações públicas municipais realizadas na última década ainda são recentes, e novos estudos serão necessários para avaliar se e como esse processo apresenta efeitos além da mercantilização da cultura pomerana, impactando também na construção e afirmação de uma nova identidade pomerana, superando a condição estigmatizada anteriormente imposta (KRONE; MENASCHE, 2018, p. 239).

Aquilo que se depreende de tais estudos consiste na relevância de perceber como as comunidades se constituem e se reafirmam, não implicando na busca por uma autêntica pomeraneidade, mas sim um alerta contra o que se denomina de discurso essencialista (WOODWARD, 2000) ou purista. Outra investigação que se volta a essa temática é empreendida por Vanessa Patzlaff Bosenbecker (2012), que teve como principal objetivo identificar as permanências e as adaptações no modo de construir e organizar as funções nas propriedades das pessoas que compõem a terceira geração dos pomeranos, em solo brasileiro. A partir de observações e visitas em comunidades representativas, a autora conclui que:

> O sistema construtivo considerado efetivamente centro-europeu é o enxaimel, porém nos sítios estudados, bem como no exemplo de arquitetura pomerana apresentada no Capítulo II (p. 60) este sistema não foi utilizado [...]. A estrutura dos telhados é um ponto de destaque do trabalho, pois, mesmo que as técnicas construtivas difiram daquela que é

> amplamente conhecida como germânica, os telhados são estruturados com o sistema de caibros, apresentado no segundo capítulo (p. 73), não com o sistema de tesouras romanas (p. 62) tipicamente portuguesas e sistema mais comum no Brasil (BOSENBECKER, 2012, p. 129)

Pode-se perceber, assim, que há permanências e continuidades na forma de construção das casas. No caso em tela, não se optou pela construção enxaimel, mas por adaptar a edificação de acordo com os valores culturais do grupo, inclusive similares às casas da antiga Pomerânia.

A pesquisa de Bosenbecker serviu como referência ao trabalho desenvolvido por Gerson Scherdien Altenburg (2017), que propõe uma sequência didática utilizando as formas geométricas das arquiteturas pomeranas como fonte de ensino da geometria plana desenvolvida no *software* GeoGebra. Nesse trabalho, o autor mobiliza alunos da educação básica da região para registrarem imagens das casas pomeranas e utiliza o *software* para ensinar elementos de geometria. Também pensando no ensino, Tamires Holz Gehrke (2020), com a dissertação *Receitas culinárias pomeranas: integrando saberes e sabores em uma escola multisseriada do município de São Lourenço do Sul*, abordou em sala de aula elementos da geometria, realizando visitas às casas das famílias, pesquisando receitas e executando tais receitas no âmbito escolar. A autora conclui que, por meio de fazeres e saberes de receitas tradicionais, o ensino pode ser ressignificado.

Outra pesquisa nessa mesma direção foi a de Jordane Rutz Mairin (2022), entrelaçando diário de viagem com narrativas pomeranas para pensar o ensino de Artes Visuais a partir do contexto dos alunos. Ao explorar tais práticas artísticas na escola, precisou constituir e retomar a produção histórica dentro da comunidade escolar. Nesse sentido, houve envolvimento com a comunidade de pomeranos, com visitas às famílias e ressignificação da cultura.

Em tais abordagens que envolvem a realidade escolar atual pomerana, é possível perceber que há processos de busca de artefatos e objetos de rememoração por meio de fotografias, arquiteturas, modos de fazer e modos de se constituir. Uma das hipóteses do êxito de tais práticas pedagógicas é o envolvimento do grupo com a escola, já que há a tradição escolar do binômio escola-igreja, como em outros grupos étnicos. O diferencial seria, neste caso, recorrer à cultura pomerana e considerar que ela tem um valor.

No grupo social pomerano, os papéis sociais são bem definidos, fato que motivou alguns estudos a tentar entender o universo feminino nesse contexto. Gislaine Maltzahn (2011), em sua dissertação *Família, ritual e ciclos de vida: estudo etnográfico sobre narrativas pomeranas em Pelotas (RS)*, observa

o papel de uma moral camponesa em lugares citadinos que lembram a ruralidade. Tal pesquisa é realizada com mulheres de várias gerações e tenta entender como se perpetuam os ritos religiosos, institucionais ou não, nas famílias pomeranas. Não se acredita também em uma visão essencialista que imagina que os costumes permaneceriam congelados, mas sim em uma noção de pertencimento que vai se constituindo a partir dos ritos. Corroborando tal abordagem, Romig (2019) traz em seu estudo aspectos do trabalho feminino no meio rural, mobilizando as categorias de gênero e etnicidade ao mostrar os papéis atribuídos às mulheres, indicando que as novas gerações não aceitam tão facilmente esses papéis. Tais trabalhos fazem parte das manifestações culturais que entrelaçam aspectos de religiosidade, educação e memória, temas que são abordados a seguir.

3 Religiosidade, educação e memória

Uma das primeiras reflexões sobre religiosidade, educação e memória foi feita por Edla Eggert, em 2004, na pesquisa intitulada *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular*, que apresenta as narrativas de seis mulheres trabalhadoras rurais dos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu, fazendo uma contextualização do início da organização do ensino entre os pomeranos da região. A autora explica que "as escolas foram um dos principais motivos de organização das comunidades pomeranas. Junto a elas faziam-se as celebrações, geralmente realizadas por um professor escolhido pela comunidade" (Eggert, 2004, p. 3). Ademais, apresenta a perspectiva da educação formal instituída pela igreja e do saber denominado informal, que está muito presente na vida dessas mulheres. Tal valorização do binômio escola-igreja está implícito no luteranismo e presente em todos os grupos étnicos teutos no Brasil.

Da mesma forma, a imigração pomerana-alemã na Serra dos Tapes se constituiu pela religiosidade, especialmente pela religiosidade luterana. Weiduschadt (2007), em sua dissertação de mestrado, já discutia a chegada da instituição oficial do Sínodo Missouri (atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil – IELB), com a presença nesse contexto das igrejas independentes e do Sínodo Riograndense. O independentismo luterano abordado por Teichmann (1996) e Osvald (2014) foi uma reação dos pomeranos à oficialidade religiosa, devido à opressão da igreja no lugar de origem. Grande parte dessas comunidades, ainda hoje, não está ligada aos sínodos, ou seja, nem ao Sínodo Missouri (IELB) nem ao Sínodo Rio-Grandense (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB). Os estudos de Teichmann e Osvald apontam que essas comunidades livres se solidificaram na Serra dos Tapes como grupo religioso e participaram da história local, representando

igrejas com liberdade religiosa frente às demais organizações luteranas.

Os trabalhos que abordam a religiosidade se concentraram no âmbito da História da Educação, como exemplificado nas pesquisas de Weiduschadt (2007, 2015) e Weiduschadt e Tambara (2016), que discutiram as escolas étnicas na busca por diferenciações entre os três tipos de luteranismo nesse contexto. No campo escolar e religioso, o uso da língua alemã era predominante na escrita, na leitura e nos ritos religiosos. Nessa mesma linha, Romig (2021) analisa as relações entre o ritual da confirmação e o processo escolar de crianças e jovens em escolas luteranas situadas na região cultural pomerana. Ele apresenta a confirmação luterana como um ritual de passagem para essas comunidades, permitindo aos adolescentes pomeranos passar da infância para as responsabilidades da vida adulta. Esse rito de confirmação ocorre na reafirmação da fé cristã desses jovens, mas para participar desse rito são necessárias habilidades de leitura e escrita, que antes da nacionalização do ensino eram ministradas em alemão e depois em português. Beiersdorf e Weiduschadt (2013), por sua vez, discutem a educação pomerana luterana, principalmente na perspectiva da IECLB, apresentando práticas culturais e educacionais da igreja entre os jovens, observando que a educação, por meio das instituições, vai além da escolarização, sendo promovida em atividades da igreja.

Os materiais usados nessas escolas foram produzidos por editoras dos sínodos e usados também em tais escolas independentes. Observa-se, nesse contexto, o uso da língua alemã tanto na escrita quanto na oralidade, no espaço escolar e religioso, e do pomerano no ambiente doméstico.

Neunfeld (2016) realizou uma pesquisa no contexto escolar com alunos do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola inserida dentro da comunidade pomerana do interior do município de São Lourenço do Sul, onde a grande maioria dos alunos é falante da língua pomerana e mantém muitos aspectos da memória pomerana. Tais alunos evidenciaram, em suas falas, a necessidade da valorização dessa cultura.

Por sua vez, Weiduschadt, Thum e Thies (2018) buscaram compreender a cultura local do povo pomerano por meio da análise de dados coletados em rodas de diálogos nas escolas das comunidades da região meridional do Rio Grande do Sul, nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul. Para isso, em propostas pedagógicas, foram abordados assuntos como as festividades, o trabalho, a religiosidade, os ritos, os mitos e a escolarização pomerana. Tais aspectos mostraram alguns indicadores da permanência da cultura pomerana, buscando a rememoração do grupo como forma de visibilidade e superação do silenciamento.

A esse respeito, Weiduschadt (2021) conclui que o processo de es-

colarização dos pomeranos na Serra dos Tapes ocorreu em língua alemã, da mesma forma como em outras comunidades étnicas alemãs. O diferencial é que até hoje o pomerano continua sendo usado no espaço doméstico e social, de maneira que o pertencimento étnico, por meio da língua oral, permaneceu, uma vez que sua disseminação não dependia de aspectos institucionais. Em certa medida, houve a necessidade de discutir o uso da língua e sua valorização pelo sistema escolar. Tal demanda se manifestou nos estudos investigativos e também nas escolas, motivo pelo qual a seção a seguir aborda a temática da língua pomerana.

4 Língua pomerana

As pesquisas sobre a língua pomerana na região da Serra dos Tapes tiveram como objetivo investigar seu uso no contexto escolar. Uma parte específica dos estudos concentra-se nos desafios relacionados à aquisição da escrita e leitura em português, reiterando a importância do reconhecimento do *status* da língua pomerana, especialmente devido ao estigma pejorativo frequentemente associado a ela.

Não há consenso sobre o estatuto da língua pomerana. Souza (2017), por exemplo, questiona a ênfase que Tressmann (2005) coloca na taxonomia da língua pomerana e sua busca por "independentizar" a noção do pomerano da língua alemã, "Isso porque é comum, do ponto de vista germanístico, incluir por sua origem o pomerano no grupo de línguas de imigração alemã" (Souza, 2017, p. 21). As pesquisadoras Blank (2013) e Santos (2017), por sua vez, adotam a designação do pomerano como um dialeto da língua alemã, apesar de Blank (2013) indicar o estigma sofrido pelo povo pomerano.

Ao considerar a língua pomerana como língua materna, Spinassé (2006) salienta que esta não é necessariamente a língua da mãe ou a primeira língua aprendida. Além disso, ela não se restringe a uma única língua, podendo abranger a língua aprendida inicialmente em casa, por meio dos pais, sendo frequentemente a língua da comunidade. A autora destaca que diversos aspectos, tanto linguísticos quanto não linguísticos, estão associados a essa definição, ressaltando que a língua dos pais pode ser diferente da língua predominante na comunidade, e que em situações de bilinguismo o indivíduo pode adquirir mais de uma língua materna. Portanto, conforme indicado, a valorização da língua materna nessas comunidades de descendentes de imigrantes vai além da simples aquisição da língua oral ou escrita, envolvendo também aspectos culturais e o modo de vida específico do povo pomerano.

A pesquisa de Mackedanz (2016) identificou que o português é mais utilizado frequentemente na escola e na igreja, ambientes considerados

mais formais, ao passo que no lar e no trabalho agrícola, ambientes informais, o pomerano prevalece como a língua mais empregada. Devido às atividades agrícolas realizadas em contexto familiar, o predomínio do pomerano em ambos os domínios representa um ato identitário, uma vez que a língua étnica carrega consigo os valores familiares pomeranos. Os valores em questão estão intrinsecamente associados à prática da agricultura, uma característica que não possui apenas relevância econômica na comunidade, mas também sociocultural. A língua pomerana assume o papel principal no ambiente doméstico e nas atividades familiares relacionadas à agricultura. Além disso, os locais de aprendizagem para ambas as línguas são claramente delineados: o pomerano é ensinado no âmbito familiar, enquanto o português é adquirido na escola. Nesse cenário, a família desempenha uma função crucial na preservação do pomerano, como indicado por Silva (2001).

Já a pesquisa de Souza (2017) evidencia que a preservação da língua e da cultura materna enfrentou desafios significativos durante o governo de Getúlio Vargas. Influenciado pelo contexto que precedeu a Segunda Guerra Mundial, Vargas implementou em 1938 uma política de nacionalização do Estado Novo. Essa estratégia tinha como objetivo evidente desencorajar a manutenção das tradições pelos imigrantes, procurando assim integrá-los à sociedade brasileira na busca por uma homogeneidade nacional, com repercussões que persistem nas comunidades pomeranas até os dias atuais. Além disso, a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha intensificou a repressão linguística, resultando no fechamento de escolas, na restrição do ensino e posteriormente na restrição ao uso de línguas minoritárias em ambientes públicos. O impacto dessas medidas contra o plurilinguismo permanece vivo na memória de muitos falantes, alguns dos quais agora ex-falantes, testemunharam esse período.

De acordo com Blank (2019), nas comunidades do território, observa-se que as crianças ainda têm o português como segunda língua, utilizando-o apenas na escola ou em interações com falantes nativos dessa língua. Tal situação se configura levando em consideração o contexto linguístico em que estão inseridos. Os resultados obtidos por Mackedanz (2016) indicam que as práticas pedagógicas reforçam a persistência da influência monolinguística do português brasileiro no cenário educacional local. A associação da escola ao ensino da norma padrão em detrimento da língua pomerana evidencia um desafio na promoção de uma abordagem mais sensível às diversidades linguísticas presentes na comunidade. Apesar dos esforços para valorizar a cultura local, a escola ainda lida com a manutenção de um papel tradicional que impacta diretamente as representações do Brasil como um país monolíngue. Assim, de acordo com Mackedanz (2016), uma adaptação ao contexto e uma reavaliação das práticas educativas são

fundamentais para promover um ambiente escolar mais inclusivo e alinhado às influências linguísticas da comunidade pomerana. Esse cenário exige uma abordagem que não apenas reconheça, mas também celebre a diversidade linguística, proporcionando um espaço de aprendizado que respeite e valorize as línguas minoritárias, enriquecendo assim a experiência educativa dos alunos.

A condição de não utilização da língua se expandiu consideravelmente, especialmente nas comunidades onde o pomerano é tratado como segunda língua. Em muitos casos, a língua pomerana vem se extinguindo na terceira geração. Schramm (2015) corrobora tal reflexão ao indicar o fato de que os falantes das duas línguas, pomerano e português, na Serra dos Tapes, pertencem a uma geração de pomeranos consideravelmente distante da primeira geração que imigrou para o Brasil, cujos descendentes foram adquirindo de forma transgeracional a língua na família, o que ocasionou além de variações linguísticas a perda significativa da tradição oral entre os descendentes pomeranos. Isso ocorre porque a manutenção e valorização da língua exigem mais do que uma simples atitude individual ou familiar. Para Schramm (2015), necessita-se de um suporte socioestrutural; caso contrário, há maior risco de que ocorra a transição do bilinguismo para o monolinguismo.

Na perspectiva de Souza (2017), a vitalidade da língua pomerana permanece mais forte na área rural, especialmente entre falantes com perfil sociocultural característico desse meio, ou seja, aqueles envolvidos em atividades rurais. O ambiente rural consolida-se como o principal espaço de utilização do pomerano, embora seu emprego em contextos urbanos não seja descartado, uma vez que as atividades do campo se estendem para a cidade, como no caso do comércio. Assim, a associação entre a língua minoritária e a territorialidade rural não está ligada à condição social dos falantes, refutando a concepção comum de ser uma "língua de colono". Sua predominância no meio rural decorre de certo fortalecimento étnico e linguístico presente nesse lugar, proporcionando uma representatividade demográfica significativa de falantes de pomerano, garantindo uma rede de comunicação na língua, pelo menos até que falantes monolíngues em português passem a integrar essa rede. De acordo com Souza (2017), a língua minoritária perdura devido à presença de falantes bilíngues que sustentam as práticas linguísticas em pomerano. No entanto, há outras tendências que extrapolam as territorialidades linguísticas e contribuem para a compreensão do cenário da língua pomerana em ambos os contextos.

Para Souza (2017), a redução do isolamento geográfico, a consequente diminuição das barreiras linguísticas, a modernização da comunidade e

o aumento do contato com uma língua de maior prestígio, em diversos domínios, representam desafios para a continuidade da transmissão da língua pomerana entre as gerações mais jovens. Segundo a autora, a preservação da língua pomerana ainda hoje se sustenta no seio familiar, onde a transmissão da língua aos descendentes desempenha papel fundamental. Nesse contexto, a dimensão intergeracional emerge como um meio crucial para a manutenção da língua pomerana. A participação da geração dos avós na transmissão da língua minoritária aos netos é apontada como um elemento crucial para a preservação contínua da língua pomerana nas gerações futuras. Para a autora, a geração dos filhos, muitas vezes bilíngue em português e pomerano ou com proficiência limitada na língua materna, pode não se sentir habilitada a transmitir a língua pomerana para a próxima geração, ao contrário dos avós, que são vistos como modelos de falantes. A transmissão efetiva da língua aos netos ocorre quando há um contato regular e contínuo com os avós, evidenciando a importância de manter a língua viva no ambiente familiar como pré-requisito para seu ensino às novas gerações. Além disso, tal fenômeno chama atenção para a manutenção ou a necessidade de manter a língua pomerana, especialmente no meio agrícola, aspecto discutido no tópico a seguir.

5 Pomeranos e a relação com a terra

O sistema econômico inicialmente adotado pelos imigrantes pomeranos na Serra dos Tapes foi caracterizado pela policultura, refletindo a tradição cultural e o desejo de manter a independência econômica. Os estudos de Salamoni (2001) evidenciam que o trabalho familiar desempenhou papel fundamental na consolidação dessa autonomia, uma vez que não se recorria à utilização de mão de obra externa, entre os colonos. Todos os membros da família trabalhavam, fortalecendo, assim, a ideia de autossuficiência econômica.

A investigação realizada por Delpino (2011) destaca que a comunidade pomerana na Serra dos Tapes mantém uma forte ligação com a agricultura, que se configura como um elemento central de sua identidade cultural. Nas entrevistas realizadas com diversas famílias, a autora evidenciou a presença significativa de práticas campesinas cotidianas, abrangendo a criação de animais, o cultivo de vegetais e frutas sazonais e o manejo de plantas medicinais. Algumas famílias expressaram a intenção de se dedicarem exclusivamente à produção de plantas medicinais, prescindindo da comercialização de outros produtos, como pães, hortaliças e frutas. O cultivo e a transmissão de conhecimento sobre o uso de plantas medicinais ocorrem de geração em geração, havendo, portanto, de acordo com Delpino

(2011), uma relação simbólica com o cultivo de plantas medicinais, que está intrinsecamente ligada à saúde e ao bem-estar dos agricultores pomeranos.

O *maischnaps*, considerado um "símbolo de bebida" entre os pomeranos, foi abordado por Delpino (2011) como uma prática tradicional em seu estudo. Além de ser apreciada como aperitivo, essa bebida possui um ritual específico, e desempenha diversas funções terapêuticas, incluindo o alívio de dores de estômago, problemas gastrointestinais e cólicas. Conforme evidenciado pelos relatos dos entrevistados por Delpino (2011), há variação nos rituais associados ao *maischnaps*, posto que cada família utiliza as ervas disponíveis em sua casa para a produção da bebida, fato que desemboca numa singularidade de sabores para o *maischnaps*, em cada residência. Uma família destacou a manutenção de um ritual adicional à preparação da bebida, que consiste na coleta de todas as 31 folhas de plantas medicinais de diferentes espécies no último dia de maio. Essas folhas são então adicionadas à cachaça, evitando esquecimentos de plantas medicinais devido à rotina de trabalho.

O estudo de Schneider e Menasche (2011) vai ao encontro dos achados de Delpino (2011) acerca do uso de plantas medicinais e do *aaischnaps* pelos descendentes de pomeranos, na Serra dos Tapes, indicando que tal uso pode ser compreendido como uma prática que coexiste com a incorporação de elementos trazidos pela modernidade. A diversidade de práticas relacionadas ao *aaischnaps* ressalta a importância da planta medicinal como componente integrante da cultura e da alimentação dos pomeranos, destacando sua simbologia e seus usos multifacetados.

Uma transformação significativa na economia dos pomeranos ocorreu a partir da década de 1980, com a expansão da produção de tabaco, na região. Os agricultores, que anteriormente se dedicavam principalmente à subsistência e ao comércio em pequena escala, passaram a buscar maior rentabilidade em suas atividades produtivas. A fumicultura tornou-se a principal fonte de renda para muitos colonos, alterando, de forma substancial, o sistema produtivo tradicional.

De acordo com a pesquisa de Schneider (2015), na região da Serra dos Tapes, atualmente, é representativa a presença de plantações de fumo. Muitas famílias de colonos aderiram à fumicultura, e uma parte delas continua produzindo alimentos e seguindo aquilo que é considerado como agricultura "convencional", caracterizada pelo uso de insumos químicos, e pela falta de restrições quanto ao emprego de sementes transgênicas. Em contrapartida, outra parcela da população optou por adotar práticas de agricultura de base ecológica. No entanto, na rotina das famílias pomeranas na região, segundo o autor, essas duas formas de trabalhar na terra co-

existem, e, por vezes, ocorrem na mesma propriedade.

Para Bandeira (2012), os agricultores aceitaram as condições previstas pelas empresas do setor de fumo e a assistência técnica oferecida para promover o cultivo do tabaco, pois esse cultivo viabilizou a sobrevivência dos pequenos agricultores, nas áreas rurais, uma vez que os outros produtos cultivados em grande escala na região, como o milho e a soja, exigiram extensas áreas de terra e a utilização de maquinários agrícolas, que a maioria dos agricultores não tinha condições de adquirir. Bandeira (2012) evidencia, ainda, certa expansão do cultivo da soja, que se caracteriza por ser praticado em grandes propriedades, e resultar em uma concentração de renda nas mãos de poucos proprietários. Em contraste, o cultivo de tabaco ocorre em pequenas propriedades, com mão de obra familiar, gerando uma renda mais distribuída entre os agricultores.

Teixeira (2011), por sua vez, indica que, no âmbito da agricultura familiar, a expansão do turismo rural na Serra dos Tapes foi possibilitada pelos itinerários turísticos nas propriedades que já se dedicavam à atividade rural há algum tempo. Nesse contexto de consolidação e expansão, de acordo com Teixeira (2011), surgiu o Caminho Pomerano, em 2006, sendo concebido e apoiado por agentes públicos municipais, que planejaram a sua criação como uma maneira de valorizar a zona rural e a cultura pomerana. No entanto, o cenário atual do ambiente rural, com sua área de atuação mais ampla, que vai além das funções tradicionais de cultivo, inclui atividades secundárias de trabalho, até mesmo no setor terciário, demonstrando uma tendência crescente de incorporação de associações para o aprimoramento e o fortalecimento dessas atividades.

Esse estudo explicita, igualmente, que o sistema econômico inicial dos imigrantes pomeranos na Serra dos Tapes revela uma estrutura fundamentada na policultura, refletindo a tradição cultural e o desejo de independência econômica. O trabalho familiar desempenha papel crucial, com os colonos engajados em tarefas domésticas e agrícolas, sem exigir mão de obra externa. Assim, a ênfase na agricultura de subsistência e na criação de animais confere aos pomeranos uma notável independência econômica, com excedentes frequentemente permutados ou vendidos, para fortalecer as relações econômicas na comunidade (TEIXEIRA, 2011).

A introdução da fumicultura, a partir da década de 1980, transformou significativamente a economia, tornando-se a principal fonte de renda, e impactando a paisagem. Todavia, a coexistência de práticas de fumicultura e agricultura ecológica na mesma propriedade revela uma dinâmica complexa na comunidade, desafiando visões simplistas. O turismo rural, representado pelo Caminho Pomerano, surge como uma estratégia de de-

senvolvimento, ampliando o escopo das comunidades pomeranas para além da produção de matérias-primas. Envolvidas em associações rurais, essas comunidades se tornam agentes dinâmicos, no ambiente rural, adaptando-se às transformações sociais, econômicas e ambientais. Em resumo, a história dos pomeranos na Serra dos Tapes é marcada por uma constante adaptação e ressignificação, refletindo não apenas uma resistência cultural, mas também uma capacidade de integração diante das demandas contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tentou problematizar a pomeraneidade por meio do levantamento de um campo investigativo-acadêmico, delimitando os estudos realizados na Serra dos Tapes, região meridional do Rio Grande do Sul. Após o levantamento das publicações que tratam sobre a temática abordada neste trabalho, percebe-se a relevância de pesquisas de "estado do conhecimento", pois, nesse tipo de pesquisa, a metodologia não se limita ao quantitativo das produções, abrangendo também o aprofundamento dos estudos, com a exploração de múltiplas perspectivas da temática proposta.

Ao realizar o levantamento de investigações, observou-se que as áreas das ciências humanas, como antropologia, memória e patrimônio, linguística e desenvolvimento rural, foram as mais mobilizadas no âmbito da UFPel. Tal dado aponta que a referida universidade agrega estudos da sociedade local, fato que evidencia a valorização do estudo acerca do grupo pomerano em relação aos seus diferentes aspectos, como o turismo, as escolas e outras instituições que permeiam as comunidades desses grupos étnicos.

As investigações existentes ressaltam a importância das manifestações culturais, do patrimônio imaterial e das práticas do cotidiano na construção da identidade pomerana. A abordagem da etnicidade e a compreensão da identidade como construtiva e relacional emergem como fundamentais para entender as transformações ao longo do tempo. As pesquisas destacam, assim, a fluidez e a mobilidade dessa identidade, sublinhando que esta não é fixa, mas resulta de processos históricos, sociais e culturais.

Percebem-se iniciativas políticas locais de valorização do patrimônio cultural pomerano, buscando reconstruir formas "idealizadas" do "ser pomerano". No entanto, os investigadores alertam para a necessidade de avaliar se tais processos vão além da mercantilização da cultura, contribuindo efetivamente para a construção e afirmação de uma nova identidade pomerana, livre dos estigmas anteriores.

A perspectiva antropológica apresentada nas pesquisas evidencia que a pomeraneidade é constantemente reinventada, refletindo não apenas as tradições do passado, mas também as influências contemporâneas, os interesses turísticos e econômicos. Os estudos revisados convergem para a compreensão de que a identidade pomerana é uma construção dinâmica, sendo edificada e reconstruída ao longo do tempo, permeada por elementos culturais, sociais, econômicos e políticos. A ressignificação dessa identidade não implica em buscar uma pureza purista, mas sim valorizar as diversas influências que moldam a comunidade pomerana, contribuindo para uma compreensão mais rica e inclusiva de sua identidade.

De certa maneira, tais investigações ressaltam a importância da valorização das expressões da cultura pomerana, especialmente no âmbito das práticas, realizações e conhecimentos voltados à preservação do patrimônio imaterial. A retomada desses elementos, especialmente em ocasiões de celebrações, revela uma reconexão comunitária e uma busca por reafirmação identitária. Nesse sentido, as pesquisas antropológicas enfatizam a dinâmica das práticas culturais pomeranas, reconhecendo que essas tradições são constantemente reinventadas, mesmo diante dos interesses turísticos e econômicos.

A discussão sobre a construção da pomeraneidade alerta para discursos "puristas", enfatizando a importância de compreender a identidade como um processo em constante movimento. Apesar de considerarem a existência de "mitos" acerca da cultura, tais pesquisas indicam uma reapropriação de valor em práticas consideradas cotidianas, como a produção de cucas e bolos, contribuindo para a autovalorização dentro do grupo social pomerano. A inter-relação entre etnicidade, memória e construção identitária é evidente, destacando a constante reinvenção desses elementos.

Uma das dificuldades enfrentadas no levantamento realizado foi agrupar as pesquisas em categorias, pois, em muitos casos, um mesmo estudo poderia estar alinhado ao aspecto educacional, às manifestações culturais ou às questões linguísticas, por exemplo. Contudo, tais obstáculos mostraram que a inter-relação e a correlação entre os aspectos linguísticos, religiosos, educacionais e culturais permeiam e contornam a pomeraneidade. Usamos o termo "contorno" porque ainda não é possível afirmar que há uma definição clara da pomeraneidade, nem temos certeza se há a necessidade de tal definição. Alguns aspectos fornecem pistas de como ela se delineia: há uma ligação com a terra, sendo o turismo rural estimulado na mancha cultural da Serra dos Tapes; há a ligação de vínculos comunitários religiosos que ainda reverberam na organização escolar pública; há disputas de memórias na narrativa histórica dos pomeranos e nos costumes

considerados "típicos"; e, mais importante, há movimentos e reflexões que permitem problematizar esses diferentes aspectos, especialmente a partir de chaves teóricas mais móveis e fluidas, como as da identidade negociada, da tradição reinventada, da comunidade imaginada, da etnicidade e da contrastividade.

Ainda cabe mencionar o fato de que a maioria das investigações analisadas consiste em dissertações de mestrado, havendo apenas quatro teses que abordaram o contexto pomerano, duas relacionadas à linguística e duas à memória e patrimônio. Não estamos dizendo que não há qualidade nas dissertações, mas queremos evidenciar que, devido à necessidade de maior aprofundamento e sustentação, não foi possível encontrar dados e empiria, até o momento, para sustentar trabalhos de maior profundidade.

Percebe-se, assim, que o mapeamento realizado pode servir como base para novas pesquisas, especialmente aquelas que abordam aspectos da identidade pomerana na região da Serra dos Tapes. Isso se justifica pelo fato de que o tema em questão não se esgotou neste estudo; pelo contrário, apenas iniciou seu percurso, estabelecendo a necessidade e a relevância de investigações mais aprofundadas nesse território.

REFERÊNCIAS

ALTENBURG, Gerson Scherdien. *Sequência didática*: as formas geométricas das arquiteturas pomeranas como fonte de ensino da geometria plana desenvolvida no software GeoGebra. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Pelotas, 2017.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANDEIRA, Silvana de Matos. *A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano*: os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS – BRASIL). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

BEIERSDORF, Cássia Raquel; WEIDUSCHADT Patrícia. Arroio do Padre/RS e sua identidade luterana: práticas de educação e cultura de uma comunidade (1950-1960). *Revista Latino-Americana de História*, São Leopoldo: UNISINOS, vol. 2, n. 7, 2013.

BLANK, Marceli Tessmer. *Influências fonológicas na aquisição da escrita do português por crianças bilíngues (pomerano/português brasileiro)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, 2013.

BLANK, Marceli Tessmer. *Percepção e conhecimento linguístico na aquisição da*

escrita de alunos bilíngues (pomerano/português). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, 2019.

BOSENBECKER, Vanessa Patzlaff. *Influência cultural pomerana*: permanências e adaptações na arquitetura produzida pelos fundadores da comunidade Palmeira Cerrito Alegre, Terceiro Distrito de Pelotas (RS). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2012.

DELPINO, Gabriela Barcelos. *Simbologia do uso de plantas medicinais por agricultores familiares descendentes de pomeranos no sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Obstetrícia) – Universidade Federal de Pelotas, 2011.

EGGERT, Edla. Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer igreja, teologia e educação popular. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo: UNISINOS, ano 2, n. 13, 2004.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; HEIDEN, Roberto. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 30, p. 137-154, 2009.

GONÇALVES, Dilza Porto. *A memória na construção de identidades étnicas*: um estudo sobre as relações entre "alemães" e "negros" em Canguçu. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GONÇALVES, Dilza Porto "Muitas lágrimas custaram esses pães": etnia e memória na formação contrastiva das identidades. *Cadernos do LEPAARQ* – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas: UFPel, vol. VI, n. 11/12, 2009.

GEHRKE, Tamires Holz. *Receitas culinárias pomeranas*: integrando saberes e sabores em uma escola multisseriada do município de São Lourenço do Sul. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Pelotas, 2021.

GEHRKE, Cristiano. *Imagens e cotidiano de imigrantes alemães, franceses, italianos e seus descendentes na Serra dos Tapes/RS*: descrição e interpretação dos acervos fotográficos do Museu da Imigração Pomerana, Museu da Colônia Maciel e Museu da Colônia Francesa. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2018.

HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço*: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

KRONE, Evander Eloi; MENASCHE, Renata. Em busca dos saberes rurais pomeranos: patrimônio, turismo e consumo ao sul do Brasil. *Revista de Humanidades*, Zaragoza, n. 24, p. 217-242, 2018.

KRONE, Evander Eloi. *Comida, memória e patrimônio cultural*: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, 2014.

LESSER, Jefrey. *A negociação da identidade nacional*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

MALTZAHN, Gislaine Maria. *Família, ritual e ciclos de vida*: estudo etnográfico sobre narrativas pomeranas em Pelotas (RS). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, 2011.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação por Escrito*, vol. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*: seguido de grupos étnicos e suas fronterias de Ferderik Barth. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

ROMIG, Karen Laiz Krause. O papel da mulher pomerana no contexto social e familiar: narrativas em gênero e etnicidade. In: MARCHI, Darlan de Mamann Marchi; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; POLONI, Rita Juliana Soares (Orgs.). *Memória e patrimônio*: tramas do contemporâneo. Porto Alegre: Casaletras, 2019, v. 1, p. 158-171.

ROMIG, Karen Laiz Krause; PITANO, Sandro de Castro; NOAL, Rosa Elena. Aspectos geográficos e culturais de uma região cultural pomerana no sul do Rio Grande do Sul, *Geosul*, vol. 35, n. 75, p. 300-324, 2020.

ROMIG, Karen Laiz Krause. *O rito da confirmação luterana e o processo escolar dos pomeranos na Serra dos Tapes – RS (1938-1971)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

MACKEDANZ, Daiane. *O papel da identidade para a manutenção do pomerano na Serra dos Tapes, RS*. Dissertação (Mestrado Letras) – Universidade Federal de Pelotas, 2016.

MAIRIN, Jordana Rutz. *Entrelaçando diário de viagem com narrativas pomeranas*: uma abordagem de ensino de Artes Visuais a partir do contexto dos alunos. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Pelotas, 2021.

NEUNFELD, Beatriz Hellwig. *A história oral na escola*: memórias e esquecimentos na cultura do povo tradicional pomerano e no ensino de História em São Lourenço do Sul/RS. Dissertação (Mestrado em História)

– Universidade Federal do Rio Grande/FURG, 2016.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. *História em Revista*, Pelotas, vol. 7, p. 25-42, 2001.

SALAMONI, Giancarla (Coord.). *Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas, UFPEL, 1996.

SANTOS, Paola Oliveira dos. *O papel da consciência fonoarticulatória na aquisição da escrita de falantes monolíngues e bilíngues (pomerano/português)*: dados de Arroio do Padre. Pelotas, Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Pelotas, 2017.

SCHNEIDER, Maurício; MENASCHE, Renata. O caldo pomerano e a sopa de galinha: trabalho na terra, cosmologias e pertencimentos entre camponeses na Serra dos Tapes. In: MENASCHE, Renata (Org.). *Saberes e sabores da colônia*: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. E-book. p. 227-242.

SCHRAMM, Renata Carpena. *Falar mais de uma língua pode aumentar a criatividade?* Um estudo cognitivo sobre o impacto do bilinguismo na atenção e na criatividade. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, 2015.

SCHWARTZ, Losane Hartwig. *Organização espacial e reprodução social da agricultura familiar*: um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul, RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, 2008.

SCHNEIDER, Maurício. *Identidades em rede*: um estudo etnográfico entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, 2015.

SILVA, Danilo Kuhn da. *Festa, dança e alegria*: uma etnografia musical pomerana ao sul do sul do Brasil – São Lourenço do Sul/RS. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2019.

SIMÕES, Lisangela. *O estudo semântico e diacrônico do sufixo dade na língua portuguesa*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, 2009.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Os conceitos língua materna, segunda língua e língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no sul do Brasil. *Contingentia*, Porto Alegre: UFRGS, vol. 1, n. 1, 2006.

SOUZA, Luana Cyntia dos Santos. *Revitalização de línguas minoritárias em contextos plurilíngues*: o pomerano em contato com o português no Brasil.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TEIXEIRA, Andressa Ramos. *A contribuição das associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre Rural para o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TRESSMANN, Ismael. *Dicionário enciclopédico pomerano-português*. Santa Maria de Jetibá: Secretaria de Estado da Educação, 2006.

WEIDUSCHADT, Patricia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX – identidade e cultura escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, 2007.

WEIDUSCHADT, Patrícia; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. Cartilhas e livros didáticos nas escolas pomeranas luteranas no sul do Rio Grande do Sul (1900-1940). *História da Educação* [online], Santa Maria, vol. 20, n. 50, p. 275-296, 2016.

WEIDUSCHADT, Patrícia; THUM, Carmo; THIES, Vania Grim. A cultura local e as interfaces com a memória entre pomeranos na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, vol. 32, n. 65, p. 493-526, 2018.

WEIDUSCHADT, Patrícia. As escolas luteranas e o pertencimento étnico alemão-pomerano na Serra dos Tapes (1848-1938). In: LUCHESE, Terciane ngela; MALIKOSK, Adriano (Orgs.). *Italianidades, polonidades e germanidades* [recurso eletrônico]. Caxias do Sul: Educs, 2021, p. 387-422.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103- 133.

Recebido em: 26/11/2023
Aceito em: 15/02/2024

A PRESENÇA ALEMÃ NO MOVIMENTO OPERÁRIO DE PORTO ALEGRE (1892-1932)

GERMAN PRESENCE IN THE WORKERS' MOVEMENT OF PORTO ALEGRE (1892-1932)

Frederico Duarte Bartz[1]

RESUMO

Entre o final do século XIX e começo do século XX, na cidade de Porto Alegre, existiu grande comunidade operária de língua alemã, e diversas associações de trabalhadores que buscavam fazer convergir uma identidade étnica teuta e uma identidade de classe. A participação dessas associações e de seus membros foi importante, não apenas dentro de uma comunidade étnica, mas também em sua relação com o restante do movimento operário, como pode ser observado na fundação do Partido Socialista, da Federação Operária e das escolas racionalistas. O objetivo deste artigo é entender a história destas organizações e de seus militantes, a partir de suas orientações ideológicas, suas relações de solidariedade e suas rivalidades, compreendendo este movimento como um fenômeno rico e complexo, que marcou a história da cidade e de sua classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Movimento Operário; Imigração Alemã; Sindicalismo; Classe Trabalhadora; Porto Alegre.

ABSTRACT

Between late 19th century and the beginning of the 20th century, in the city of Porto Alegre, there was a large German-speaking working community and several workers' associations that sought to converge a German ethnic identity and a class identity. The participation of these associations and their members was important not only within an ethnic community, but also in their relationship with the rest of the labor movement, as can be seen in the founding of the Socialist Party, the Workers' Federation and the rationalists schools. The goal of this article is to understand the history of these organizations and their militants based on their ideological orientations, their relationships of solidarity and their rivalries, understanding this movement as a rich and complex phenomenon, which marked the history of the city and its working class.

***Keywords**: Labor Movement; German Immigration; Trade Unionism; Working Class; Porto Alegre.*

1 Possui graduação em Historia Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), graduação em História da Arte Bacharelado (2016) mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) e doutorado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Atualmente é técnico em assuntos educacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em história do movimento operário gaúcho e brasileiro.

INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas depois do início da imigração (1824), já era registrada a presença de pessoas de língua alemã em Porto Alegre. Estes teutos, vindos dos diversos estados da Confederação Germânica, além de outras regiões da Prússia, Rússia e do Império Austríaco[2], se dedicaram, em especial, ao comércio e ao artesanato, concentrando-se em algumas regiões específicas da cidade, constituindo uma vida associativa importante, com a fundação de entidades como a *Gesselschaft Germania* (Sociedade Germânia), em 1855, o *Deutscher Hilfsverein* (Sociedade Beneficente Alemã), em 1858, e o *Deutscher Krankenverein* (Sociedade de Assistência Médica), em 1869.[3] No final do século XIX, depois da Proclamação da República, Porto Alegre passou por uma série de mudanças sociais e econômicas, se consolidando como desaguadouro dos fluxos comerciais vindos das colônias, e centro de um pujante crescimento industrial; neste processo, aumentou a presença de imigrantes de língua alemã vindos da Europa, e de migrantes procedentes das zonas coloniais do interior do Rio Grande do Sul.[4]

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, se conformou uma burguesia industrial e comercial na capital gaúcha, onde estes alemães tiveram destaque, mas também surgiu uma numerosa classe operária, na qual a quantidade de trabalhadores de língua alemã ou identificados com a cultura germânica era significativa. Este operariado teuto de Porto Alegre teve presença constante e decisiva no movimento operário da cidade, participando da fundação de sindicatos, partidos, ligas e federações, mas também constituindo uma vida associativa própria, onde a identidade étnica, linguística e de classe social se amalgamavam. Apesar destas convergências, a vida associativa deste grupo foi marcada pela diversidade, com militantes social-democratas, anarquistas, comunistas, católicos e antifascistas constituindo entidades próprias, que transitavam desde a colaboração amigável até as mais duras rivalidades.

2 Quando faço referência a alemães, teutos ou germânicos, estou me referindo a um grupo étnico que vivia em diversas regiões da Europa, compartilhando o uso da língua alemã (e de seus diversos dialetos), e traços culturais comuns. Antes do surgimento do Império Alemão, em 1871, muitas dessas regiões faziam parte da Confederação Alemã (*Deutscher Bund*), que foi uma associação entre diversos reinos, ducados, principados e cidades livres, que existiu entre 1815 e 1866, tendo como membros mais poderosos o Reino da Prússia e o Império Austríaco.

3 GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX. 1850-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH-RS, 2004, p. 21-109; e AMSTAD, Theodor (Org.). *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005 (Reedição de 1924), p. 303-312.

4 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: Riocell, 1985, p. 26-41.

Diferente das instituições tradicionais vinculadas à elite ou ao movimento cooperativista, que sobreviveram, mesmo mudando seus nomes e abrindo-se para fora da comunidade alemã, as associações operárias desapareceram, e tiveram suas memórias apagadas da história da cidade. Depois dos anos 1930, por uma série de fatores, como a repressão ao sindicalismo e aos grupos de esquerda, a supressão do uso da língua alemã, a desindustrialização e as mudanças dos territórios ocupados pelo operariado fabril, a trajetória destas organizações foi sendo esquecida. O registro e a divulgação de suas histórias foram, paulatinamente, recuperados a partir dos anos 1980, através do trabalho de historiadores como René Gertz, Sílvia Petersen e Lucas Delwing, mas permanecem ainda hoje pouco conhecidas.[5]

O objetivo deste artigo é divulgar a história do operariado alemão e de sua vida associativa em Porto Alegre, seguindo os esforços de pesquisa anteriormente realizados, mas procurando sistematizar o conhecimento sobre a formação e o devir das organizações. O período escolhido coincide com a existência da principal associação operária formada por teutos, que foi o *Allgemeiner Arbeiter Verein*, que se manteve ativo por quarenta anos, entre 1892 e 1932. Antes desse período, não havia um vínculo claro entre ligas operárias e uma identidade étnica específica, e, no período posterior, a organização de um sindicalismo vinculado ao Ministério do Trabalho, as leis de nacionalização da mão de obra, e as disputas entre nazistas e antinazistas, alteraram, significativamente, uma tradição militante que buscava associar germanidade e pertencimento de classe.

No espaço de um artigo bastante sintético não seria possível realizar um panorama extenso da história da comunidade operária de língua alemã, por esta razão vou me ater à história das principais associações, procurando entender suas filiações ideológicas e sua relação com o restante do movimento operário porto-alegrense. Além da busca por uma limitação metodológica, essa escolha também objetiva contar uma história que esteja inserida em um contexto social e econômico mais amplo, como atores importantes de um momento crucial na formação da capital gaúcha. Desta forma, acredito que esses sujeitos, suas lutas e os lugares em que eles viveram possam ser entendidos como parte da história da cidade, como refe-

5 GERTZ, René E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, vol. 6, n. 11, 1985/1986; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria"*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001; e DELWING, Lucas Becker. *"Começou combatendo o Kayser e acabou combatendo Hitler"* a trajetória de Friedrich Kniestedt e os trabalhadores falantes de alemão em Porto Alegre (1917-1947). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

rências importantes, tanto para a classe trabalhadora quanto para a comunidade teuto-brasileira.

1 O *Allgemeiner Arbeiter Verein* e a hegemonia socialdemocrata (1892-1917)

Os alemães estiveram presentes na organização dos trabalhadores desde os primeiros momentos da formação de um movimento operário organizado em Porto Alegre. Durante a década de 1880, antes da Proclamação da República, operários, artesãos e pequenos industriais fundaram as primeiras associações para representar os interesses do mundo do trabalho urbano, em uma cidade cuja política era dominada pelos tradicionais partidos monárquicos (Liberal e Conservador). Nesse contexo, entidades como a Sociedade Beneficente União Operária (1888) e a Liga Agrícola Industrial (1889) registravam entre as suas lideranças nomes que revelam origem teuta, como Franz Herzog e João Maria von Held, ou de pessoas culturalmente próximas, como o imigrante holandês Joahannis Steenhagen.[6]

Depois da Proclamação da República, os grupos operários se aproximaram bastante do Partido Republicano Riograndense, com Steenhagen sendo eleito como "representante operário" para a Constituinte de 1891. Esta relação, no entanto, estava permeada de contradições, com grupos de trabalhadores seguindo diferentes tendências republicanas, e reproduzindo suas rivalidades, fato que resultou em uma grande crise para um movimento ainda muito jovem. A saída para essa crise foi desenhada por militantes operários brasileiros, italianos e alemães, que defendiam a organização dos trabalhadores a partir de seus vínculos étnicos e classistas mais próximos, afastando-os do governo e da burguesia.

Nesta conjuntura, surgiu o *Allgemeiner Arbeiter Verein* (Associação Geral dos Trabalhadores), em fevereiro de 1892, a primeira organização socialdemocrata de Porto Alegre.[7] Sua fundação ocorreu em um grande encontro de trabalhadores que reuniu mais de uma centena de trabalhadores

6 LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República. *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, vol. 17, n. 31, p. 120-129, 2010.

7 A socialdemocracia foi uma das principais correntes do movimento operário internacional, durante a segunda metade do século XIX. Esse movimento surgiu na Europa, onde se destacou por organizar a classe trabalhadora em grandes sindicatos e partidos políticos, que buscavam reformas que atendessem aos interesses do operariado. O *Allgemeiner Arbeiter Verein* de Porto Alegre tomou seu nome da associação operária fundada por Ferdinand Lassalle, em Leipzig, no Reino da Saxônia, em 1863, e que foi uma das origens do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD). BEER, Max. *História do socialismo e das lutas sociais*: da antiguidade aos tempos modernos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968, p. 522-524.

no Salão Preussler, na Rua Dr. Flores; nesta reunião e na seguinte, a nova sociedade aprovou seus estatutos, e elegeu uma Diretoria na qual se destacavam Franz Goerisch e Willhelm Koch.[8] Poucos meses depois, em agosto daquele ano, a sociedade já reunia cerca de 150 membros, e havia criado um escritório de colocação de trabalho, uma caixa beneficente para problemas de saúde e uma escola de formação profissional. Em um artigo publicado na *Deutsche Zeitung*, o *Allgemeiner* deixava explícito que não pretendia tomar uma posição nas disputas entre cassalistas e castilhistas, mas que pretendia construir "uma associação respeitável que pudesse se transformar em um partido forte".[9]

Imagem 1 – Fundação da Associação Geral de Trabalhadores.



Niels Andersson.

Behufs Gründung eines
„Arbeitervereins"
werden sämmtliche Arbeiter, sowie alle sich hierfür Interessirenden zu der am Sonntag, den 21. ds. M., Vormittags 9 Uhr, im Salon Preußler stattfindenden Versammlung eingeladen.
Franz Görisch.

Fonte: Convite dirigido à classe trabalhadora, para fundação do *Allgemeiner Arbeiter Verein* [Associação Geral de Trabalhadores], de orientação socialdemocrata, no dia 21 de fevereiro de 1892, no Salão Preussler (*Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1892).

> "Com a finalidade de fundar uma 'associação de trabalhadores', todos os trabalhadores bem como todos os demais interessados estão convidados para a reunião a realizar-se no domingo, dia 21 deste mês, às 9 horas da manhã, no Salão Preussler. Franz Görisch".

Apesar da grande atividade que marcou seu surgimento, o *Allgemeiner* não conseguiu dar sequência aos seus intentos; uma das razões que podem explicar este arrefecimento é o fato de o Rio Grande do Sul

8 *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 23/2/1892, p. 2; e *Deutsche Zeitung*. Porto Alegre, 8/3/1892, p. 2.
9 *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 23/8/1892, p. 3.

estar passando pela Revolução Federalista, entre 1893 e 1895, situação que dificultou a capacidade para a organização de atividades públicas. A mobilização foi retomada, aos poucos, a partir de 1894, mas o movimento operário porto-alegrense vai reestruturar-se, efetivamente, com a fundação da Liga Operária Internacional, em novembro de 1895.[10] A Liga, diferente do *Allgemeiner*, não tinha caráter étnico delimitado, mas estava aberta a todos os grupos étnicos e raciais, além de procurar organizar trabalhadores de diferentes profissões. Estas duas associações (*Allgemeiner* e Liga Operária) eram socialdemocratas, colaboravam entre si, e compartilhavam o mesmo espaço, o Salão Internacional, na Rua Ramiro Barcelos; são elas que vão organizar a classe operária da cidade, pelos próximos anos.

Em maio de 1897, as duas entidades colaboraram na fundação do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, que defendia a eleição de representantes operários para o parlamento, a extensão do ensino para os filhos das famílias pobres e uma série de leis sociais que objetivavam dar proteção aos trabalhadores. Entre os 34 fundadores que assinaram o manifesto, havia pelo menos 19 nomes de origem germânica, mostrando a força da influência dos militantes teutos na formulação desta proposta.[11] Ainda neste ano, foi convocado o Primeiro Congresso Operário Regional, realizado em Porto Alegre, em janeiro de 1898. Neste encontro, o *Allgemeiner* participou junto às sociedades de caráter puramente classista, e outras que também compartilhavam uma identidade étnico-racial e de classe, como a Sociedade Operária Sueca e a Sociedade Floresta Aurora, dos trabalhadores negros da capital. A associação teuta enviou como delegados Hermann Enge, Wilhelm Koch e Josef Zeller-Rethaler, mas é importante ressaltar que militantes alemães natos ou descendentes também marcaram presença através de outras entidades; o presidente do congresso, inclusive, foi Eduardo Mallmann, representando a Sociedade Operária de Alegrete.[12]

Durante esse período, o *Allgemeiner* colaborou com outras entidades na organização de demonstrações públicas, como o aniversário da Revolução de 1848, em 18 de março, e o Dia Internacional dos Trabalhadores, no 1º de maio.[13] Nesta data, inclusive, são registradas as presenças de mulheres

10 PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria"*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 96-101.

11 PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Tchê, 1992, p. 95.

12 PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria"*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 111-116.

13 *Gazetinha*, Porto Alegre, 21/3/1897, p. 2; e *Gazetinha*, Porto Alegre, 6/5/1897, p. 1.

operárias de origem teuta, como Antônia Bauer, Elisa Sonnenstrahl e Leopoldina Schacherslehner, sendo que estas últimas discursaram para suas companheiras de classe, e declamaram poesias. O número de mulheres nas fábricas, especialmente as tecelãs, crescia naquele período, e entre estas, também havia um grande número de operárias de língua alemã.

Depois desse momento de crescimento organizativo, o movimento operário em Porto Alegre passou por um período de crises e divergências. Essa divisão começou em 1898, com a cisão de dois grupos, capitaneados, respectivamente, por Francisco Xavier da Costa e Pedro Tácito Pires; os dois líderes operários eram tipógrafos, e eram negros, mas tinham divergências que (provavelmente) remontavam às lutas entre cassalistas e castilhistas, no início da República, fato que impactava suas concepções organizativas. Entre os dois grupos havia operários alemães, como Pedro Meyer e Augusto Schimmelpfining, que ficaram junto a Tácito Pires, e Wilhelm Koch e Josef Zeller-Rethaler com Xavier da Costa.[14] A partir dos primeiros anos do século XX, o movimento de trabalhadores começou a se reorganizar, com o surgimento de novas associações, ganhando impulso com o aparecimento de um periódico socialista e de uma nova organização partidária.

Em 1º de maio de 1905, foi lançado o jornal socialista *A Democracia*, e junto com ele foi publicado o manifesto do Partido Operário.[15] Assim como o seu congênere de 1897, a nova agremiação tinha a finalidade de organizar os trabalhadores na defesa de seus direitos, e se transformar em um canal de participação política para o proletariado. A principal figura de ambas as iniciativas era Francisco Xavier da Costa, mas os militantes do *Allgemeiner* também tinham destaque na formação do novo partido, tanto que a Comissão Central era composta por Henrique Mathias, Xavier da Costa, Roberto Schmidt, Josef Zeller-Rethaler e Wilhelm Koch (os dois últimos eram os principais dirigentes dos socialdemocratas alemães em Porto Alegre).

Esse processo de reorganização também incidiu na luta por melhores condições de trabalho. Em setembro de 1906, os marmoristas da oficina de Aloys Friedrichs paralisaram suas atividades, reivindicando oito horas de trabalho e melhores salários. A greve logo se espalhou para outras categorias, que também cruzaram os braços, mobilizando mais de três mil operários de estaleiros, bondes, fundições, curtumes, fábricas de fios, tecidos, doces, meias e móveis, pedreiros, estivadores, entre outros. Durante o mês de setembro, o movimento que começou com um protesto isolado

14 PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria"*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 119-134.

15 *A Democracia*, Porto Alegre, 1/5/1905, p. 2-3.

se tornou a primeira Greve Geral da capital gaúcha. Depois de uma longa queda de braços entre a comissão dos grevistas e a União dos Industriais, a paralisação se encerrou em 21 de outubro, com o estabelecimento de nove horas para o proletariado porto-alegrense.[16]

Essa "parede" teve grandes implicações para a comunidade operária de língua alemã da cidade, porque, tanto entre as lideranças grevistas quanto entre os industriais, havia grande número de pessoas de origem germânica. Esse foi um momento importante em que uma solidariedade étnica, que era utilizada pelos burgueses para atenuar os conflitos existentes dentro das fábricas, foi quebrada em favor de um conflito aberto de classe.[17] Outro elemento importante da Greve Geral de 1906 foi o surgimento de um movimento anarquista organizado, que propunha métodos diferentes dos socialdemocratas, e se contrapunha a estes últimos. Em alguns momentos, as diferenças entre anarquistas e socialistas também adquiriram caráter étnico, porque os primeiros foram identificados como os poloneses e italianos, enquanto os socialdemocratas foram identificados como trabalhadores alemães.

Durante o movimento grevista foi lançada a ideia de criar uma Federação Operária, que organizaria e coordenaria as diferentes entidades de trabalhadores. O responsável pela articulação da nova associação, depois da greve, foi o sapateiro alemão Rudolph Pflugrath; ele era um trabalhador experiente, mas acabou falecendo pouco antes do projeto se concretizar.[18] Em março de 1907, foi empossada a Comissão Central da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), tendo como presidente Adolph Brandt; tesoureiro, Wilhelm Koch, e como secretário-geral, Francisco Xavier da Costa.

Assim como aconteceu com o Partido Operário, a Federação Operária contou com a participação decisiva dos membros do *Allgemeiner Arbeiter Verein* para compor sua direção; seu tesoureiro, por exemplo, era Wilhelm Koch, que era chamado de "nosso Marx", por Rudolph Pflugrath. Uma das principais bases do *Allgemeiner* era a União Metalúrgica, um sindicato cujo idioma oficial era o alemão, e que reunia, principalmente, trabalhadores alemães, austro-húngaros e russos em seu quadro associativo; seu presidente, Adolph Brandt, também era o dirigente máximo da FORGS. Além dos metalúrgicos, o Sindicato dos Chapeleiros e o Sindicato dos Marcenei-

16 SCHMIDT, Benito Bisso. *De mármore e de flores*: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 13-72.

17 BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre. *MÉTIS: história & cultura*, vol. 2, n. 4, p. 196-210 e 218-220, 2003.

18 *A Democracia*, Porto Alegre, 13/1/1907, p. 1.

ros também tinham uma maioria germânica em suas direções.[19]

Esse momento foi talvez o de maior influência da socialdemocracia e dos militantes de origem germânica no interior do movimento operário de Porto Alegre; mas, no cerne desta hegemonia, também se desenhava o germe de sua contestação. A partir de 1907, os militantes anarquistas foram alcançando influência cada vez maior entre os operários organizados. Da mesma forma, cresceram as críticas aos socialdemocratas, inclusive com debates muito violentos, através dos jornais, entre as principais lideranças dos dois grupos. Os libertários defendiam a ação direta, através das greves, do boicote e da propaganda escrita e falada, sem negociações com governos ou políticos profissionais, enquanto os socialistas iam perdendo cada vez mais espaço, com sua principal liderança (Xavier da Costa) se aproximando agora do Partido Republicano.[20] Na União Metalúrgica, que era uma das principais bases da socialdemocracia, um grupo de serralheiros e fundidores, liderados por um operário espanhol, articulou um movimento contra o predomínio do idioma alemão na associação, resultando na reformulação de seus estatutos, e em uma maior abertura para outros grupos.[21] Este pode ser um indicador de que, com a perda da influência da socialdemocracia, também tenha ocorrido uma contestação do germanismo dentro das entidades. O resultado desse processo foi uma mudança de hegemonia, em que os anarquistas substituíram os socialistas na direção da Federação e dos sindicatos mais influentes, a partir de 1911.

As novas direções da FORGS eram mais cosmopolitas (ou menos vinculadas a um grupo étnico específico), destacando-se nomes como Polidoro Santos, Luiz Derive, Joaquim Hoffmeister, Lucidio Marinho Prestes e Carlos Nogueira. Entre os anarquistas, que se organizavam na União Operária Internacional, havia militantes de origem étnica alemã (como os membros da família Reichenbach Martins), mas esta identidade aparece como muito mais tênue e indireta. Os anos 1910 também foram marcados por uma mudança territorial nos espaços de militância, com a FORGS e diversas entidades filiadas mudando-se para o Arrabalde do Bonfim, que era um bairro marcado pela diversidade social, e sem um predomínio étnico definido. Mesmo com esta perda de espaço, o *Allgemeiner Arbeiter Verein* se manteve filiada à FORGS, constituindo-se na quarta maior entidade, pelo número de membro, em 1913, com 150 filiados.[22]

19 *A Democracia*, Porto Alegre, 24/3/1907, p. 1.

20 BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 42-108.

21 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/8/1909, p. 2; e *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/9/1909, p. 2.

22 PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do Movimento Operário Gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Tchê, 1992, p. 307.

Em meados da década, no entanto, o *Allgemeiner* e os socialdemocratas sofreram perda de visibilidade, que pode ser percebida por sua ausência nas notícias sobre mobilizações operárias e atividades sindicais, tornando-se muito mais difícil rastrear suas ações; um dos motivos plausíveis para isso seriam as consequências da Primeira Guerra Mundial. No ano de 1915, Nikolas Behr, membro do Partido Social Democrata alemão (SPD), visitou Porto Alegre, em uma excursão para angariar apoio à participação do Império Alemão no conflito europeu; o *Allgemeiner* recepcionou e abriu as portas da FORGS para o visitante palestrar no dia 1º de maio.[23] Enquanto isso ocorria, os anarquistas organizavam campanhas pela paz entre os povos, e contra o militarismo. Nesta conjuntura, a relação com os libertários deve ter-se tornado muito mais difícil, pois, se o germanismo não era um problema em si, o chauvinismo devia parecer para o restante do movimento operário como algo inaceitável.

2 Socialdemocratas, anarquistas e comunistas em um momento de pluralidade associativa (1917-1932)

Os anos posteriores à deflagração da Primeira Guerra Mundial foram muito difíceis para a classe trabalhadora de Porto Alegre, com o recuo de suas mobilizações e de sua organização, por conta dos efeitos da crise econômica e do desemprego generalizado. Como resposta às privações econômicas, os anarquistas mobilizaram o proletariado na maior Greve Geral daquele período, que paralisou a cidade, entre os dias 31 de julho e 4 de agosto de 1917. Para a comunidade germânica, por sua vez, aquele ano foi particularmente difícil, sobretudo depois do afundamento de navios brasileiros pela marinha alemã, fato que desencadeou uma onda de xenofobia, que resultou na destruição de casas e negócios de alemães, durante o mês de abril.[24] Foi nesta conjuntura de crises e conflitos que o anarquista Friedrich Kniestedt chegou à capital gaúcha, junto de sua companheira Elisa Hedwig e de seus filhos, provocando grandes mudanças políticas na comunidade operária de língua alemã e nas suas organizações.

Kniestedt era um operário vassoureiro, nascido em Köthen, na Saxônia. Ele havia passado por um período de militância no Partido Social Democrata, com o qual rompeu, para se tornar importante liderança anarquista em seu país de origem. Depois de passar por um período de migrações pela Europa e de ter vivido em outras partes do Brasil, se estabeleceu

23 *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 24/4/1915, p. 3; e *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 4/5/1915, p. 2.
24 SILVA JR., Adhemar Lourenço. *"Povo! Trabalhadores!"*: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 169-200 e 266-340.

em Porto Alegre, em agosto de 1917. Ainda durante este ano, se filiou à maior associação de operários alemães da cidade, o *Allgemeiner Arbeiter Verein*, que, naquele momento, estava desmobilizado, politicamente. Como resultado de sua capacidade organizativa, depois de algum tempo, Kniestedt se tornou o presidente do *Allgemeiner*, imprimindo novo caráter à organização, ao mesmo tempo que se afirmou como figura importante entre os militantes anarquistas de Porto Alegre.[25]

A partir dessa convergência entre o anarquismo de Kniestedt e a estrutura do *Allgemeiner*, a velha entidade socialdemocrata voltou a ter relevância no panorama geral do movimento operário, e se tornou espaço atrativo para um maior número de trabalhadores de origem alemã, reunindo socialdemocratas, sindicalistas e anarquistas. A sede do *Allgemeiner*, no Arrabalde da Floresta, se tornou palco de diversas palestras, que tratavam sobre a situação dos trabalhadores no Brasil e na Europa, tendo sido, talvez, o primeiro lugar no país em que se tenha debatido, publicamente, sobre a Revolução Alemã.[26] Como sinal da relevância da entidade, podemos citar o fato de que o lançamento da União Geral dos Trabalhadores (que era uma organização criada para reunir sindicatos orientados pelo anarquismo), em uma reunião pública para explicar seu programa ao operariado, se deu na sede do *Allgemeiner*, em junho de 1918.[27]

Durante o ano de 1919, ocorreram diversas paralisações, que desaguaram em uma Greve Geral, entre os meses de agosto e setembro. O conflito trabalhista acabou resultando em uma dura repressão, com lideranças sindicais presas e sedes de associações fechadas. Em janeiro de 1920, o *Allgemeiner* elegeu nova diretoria, ocasião marcada por debates sobre a orientação da entidade diante do socialismo revolucionário.[28] Esse parece

25 DELWING, Lucas Becker. *"Começou combatendo o Kayser e acabou combatendo Hitler"*: a trajetória de Friedrich Kniestedt e os trabalhadores falantes de alemão em Porto Alegre (1917-1947). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022, p. 41-87; e KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989, p. 7-124.

26 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1/4/1919, p. 4. A Revolução Alemã de 1918 foi um movimento insurrecional de operários, soldados e marinheiros, com forte influência da Revolução Russa, que resultou na derrubada da monarquia, e na proclamação da República, na Alemanha. Um dos principais grupos atuantes nesse período foi o *Spartakusbund* (Liga Espartaquista), que defendia o aprofundamento do processo revolucionário, e a instauração de uma república socialista, mas foram derrotados e reprimidos, nos primeiros meses de 1919. Ao final do processo, as tendências vinculadas aos socialdemocratas conseguiram se impor, resultando na constituição de um modelo liberal-democrático, que ficou conhecido como a República de Weimer.

27 *O Exemplo*, Porto Alegre, 16/6/1918, p. 3.

28 *O Syndicalista*, Porto Alegre, 24/1/1920, p. 3.

ter sido o prenúncio de uma crise, e um indício de que as ideias libertárias não eram unânimes, dentro da velha associação, pois, nos meses seguintes, um grupo de militantes partiu para a construção de uma organização anarquista própria, o *Sozialistischer Deutscher Arbeiterverein* (Associação dos Trabalhadores Socialistas Alemães), que seria responsável pela publicação do jornal *Der freie Arbeiter* (O trabalhador livre).[29]

Poucos anos depois desta primeira divisão entre socialdemocratas e anarquistas, surgiu nova corrente política, dentro da comunidade operária de língua alemã, com a organização de um grupo comunista. Em fins de 1922, Fritz Haberald chegou a Porto Alegre vindo da Alemanha. Haberland era militante do *Kommunistische Partei Deutschlands* – KPD – (Partido Comunista Alemão), e havia participado da Revolução Alemã de 1918; inclusive, uma das primeiras sedes da Liga Espartaquista em Berlim ficava em sua casa, no bairro Neukölln.[30] Durante a República de Weimer, ele se tornou funcionário do partido, e dirigente sindical, sendo posteriormente encarregado de migrar para o Brasil, para organizar uma célula teuto-comunista. A escolha por Porto Alegre parece bem justificada, pois, além da vasta comunidade alemã, ali ficava o mais antigo núcleo comunista do país, e dali partiram as principais articulações internacionais para a formação do PCB.

Em Porto Alegre, Fritz Haberland encontrou Jean Heffner, e neste ponto é necessário abrir um longo parêntese, para discorrer sobre a importância de sua família. Heffner havia sido militante anarquista com atuação na Alemanha, durante a década de 1890, especialmente na região de Mainz e no Vale do Reno, sendo muito admirado por seu desprendimento e sua coragem.[31] No começo do século XX, com sua companheira Katharina Heffner e seus filhos, se estabeleceu em Porto Alegre; mais tarde, no ano de 1914, ele e sua família estiveram envolvidos na organização da primeira Escola Mo-

29 GERTZ, René E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, vol. 6, n. 11, 1985/1986, p. 77; e KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989, p. 132-133.

30 *Der freie Arbeiter*, Porto Alegre, 9/6/1923, p. 3-4; SONNENBERG, Uwe; SCHÜTRUMPF, Jörn. *Rosa Luxemburg in der deutschen Revolution*. Berlin: Rosa Luxemburg Stiftung, 2020, p. 54; e *Fritz Haberland*. Disponível em: <https://www.rosalux.de/stiftung/historisches-zentrum/rosa-luxemburg/fritz-haberland>. Acesso em: 5 de junho de 2024.

31 O epitáfio de Jean Heffner foi escrito por Rudolf Roecker, e publicado no número 47 do jornal *Der Syndicalist* de Berlin. O texto foi reproduzido na página do *Allgemeines Syndikat* Düsseldorf. Disponível em: <https://duesseldorf.fau.org/jean-heffner-gestorben-+-1927/>. Agradeço ao Professor René Gertz pela ajuda com a tradução do texto original, assim como dos textos que aparecem nas ilustrações deste artigo.

derna da cidade, no Arrabalde dos Navegantes.[32] Entre 1915 e 1920, desenvolveram um projeto educacional voltado, principalmente, para os filhos de imigrantes, a Escola Moderna dos Navegantes, sendo necessário destacar também o papel de Katharina Heffner como uma das principais professoras desta escola.[33] No começo dos anos 1920, Jean Heffner se tornou comunista, criando assim um vínculo precioso para os militantes que vinham da Alemanha.

Imagem 2 – Escola Moderna.



Hugo Metzler.

Escola Moderna

System „Francisco Ferrer".

Beginn des 2. Schuljahres am Montag, den 1. Februar,
Unterricht in allen Elementarfächern einschl. Portugiesisch,
von 8—11 Uhr vormittags
„ 2— 4 „ nachmittags.
Das monatliche Schulgeld beträgt 2$000;
Handarbeiten wie: Sticken, Stricken, Stopfen, Häkeln und Handnähen von Kinder- und Unterwäsche mit einbegriffen.

Navegantes — Rua Sertorio Nr. 111.

Die Lehrerin **Frau Kath. Heffner.**

Fonte: Anúncio da Escola Moderna Navegantes, Porto Alegre (*Deutsche Zeitung*, 29 de janeiro de 1915).

> "Escola Moderna, sistema 'Francisco Ferrer'. Início do segundo ano escolar, segunda-feira, dia 1º de fevereiro, com ensino das disciplinas elementares, incluindo português, das 8 às 11 horas da manhã e das 2 às 4 da tarde. Mensalidade 2$000. Estão incluídos trabalhos manuais, como: bordar, tricotar, cerzir, fazer crochê, e costurar roupas de crianças e roupas íntimas, à mão. Navegantes – Rua Sertório, n. 111. A professora Sra. Kath[arina] Heffner".

32 *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/10/1913, p. 2; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7/3/1914, p. 5; e *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 4/4/1914, p. 3. As Escolas Modernas tiveram sua origem na cidade de Barcelona, a partir da ação do professor Francisco Ferrer, que defendia uma concepção racionalista de ensino, com especial atenção para a formação dos filhos e das filhas de famílias operárias, com o objetivo de combater os dogmas religiosos e preconceitos sociais.

33 *Deutsche* Zeitung, Porto Alegre, 29/1/1915, p. 3; e *Der freie Arbeiter*, Porto Alegre, 28/9/1920, p. 3.

Voltando a Fritz Haberland e suas articulações políticas, quando ele chegou a Porto Alegre, imediatamente se integrou no *Sozialistischer Deutscher Arbeiterverein*, dos militantes anarquistas. A partir desta associação, procurou criar contatos para a formação de uma Célula Teuto-Comunista. Ao mesmo tempo, sua atuação junto à família Heffner acabou resultando, em março de 1923, na abertura de uma nova Escola Moderna dos Navegantes, que ficava na Avenida Italiana (atual Arabutã), entre os arrabaldes industriais de Navegantes e São João.[34] Naquele contexto, a criação de uma escola para crianças operárias poderia garantir aos comunistas um poderoso meio de acesso entre os trabalhadores da zona industrial. Ainda neste ano, o grupo teuto-comunista também lançou um jornal chamado *Befreiung* (Libertação). Este processo não se deu de forma pacífica, pelo contrário, foi permeado por duros conflitos entre anarquistas e comunistas, com Friedrich Kniestedt publicando suas críticas através de *Der freie Arbeiter*, e Jean Heffner respondendo através da *Neue Deutsche Zeitung;* também ocorreram episódios de violência física envolvendo Kniestedt e a família Haberland.[35]

Um dos desdobramentos destes conflitos foi a convocação de um Congresso Socialista de Trabalhadores Alemães no Brasil, realizado em Porto Alegre, em maio de 1923. Além de uma Comissão Organizadora liderada por Kniestedt, o congresso contou com dois delegados da Federação Operária, dois do *Sozialistischer*, um do *Allgemeiner* e de cada círculo de leitores de *Der freie Arbeiter* espalhados pelo interior do estado, vindos, respectivamente, de São Leopoldo, Sampaio, Isabella, Rio Grande, Cruz Alta, Ijuí (Vila e Colônia), Santo Ângelo, Agudo e New Würtenberg. Entre as principais resoluções do congresso, estavam a condenação ao fascismo, o apoio à maior difusão de *Der freie Arbeiter*, a defesa do estabelecimento de colônias (anarco) comunistas, e da organização dos trabalhadores sob uma perspectiva anarquista, com uma crítica ao comunismo partidário. O PCB não participou do encontro e a perspectiva libertária de Kniestedt dominou o debate, apesar de terem existido algumas vozes dissonantes, como o delegado Brauks, vindo de Ijuí.[36]

34 *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 26/2/1923, p. 3.

35 KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989, p. 135-136; *Der freie Arbeiter*, Porto Alegre, 20/1/1923, p. 3; *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 26/3/1923, p. 3; *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 7/4/1923, p. 3; *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 11/4/1923, p. 3; *Der freie Arbeiter*, Porto Alegre, 14/4/1923, p. 4; *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 5/5/1923, p. 3; *Neue Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 19/5/1923, p. 3; e *Der freie Arbeiter*, Porto Alegre, 26/5/1923, p. 3-4.

36 KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989, p. 137-138; *Der freie Arbeiter*. Porto Alegre, 9/6/1923, p. 2-3;

Se o ano de 1907 foi o ápice da influência dos trabalhadores de língua alemã no movimento operário de Porto Alegre, 1923 foi o momento em que eles se mostraram mais divididos, em um quadro de rivalidade e disputa entre projetos, situação que respondia a mudanças ocorridas no contexto imediatamente anterior. Além do influxo de informações que vinham da Europa, sobre as consequências da Guerra Mundial e a deflagração de movimentos revolucionários, talvez fosse necessário pensar no impacto da chegada de novos imigrantes. O caso de Friedrich Kniestedt e Fritz Haberland, vindos da Alemanha com experiências completamente novas, são os mais significativos, mas isto pode ter-se repetido com outros trabalhadores, que chegaram a Porto Alegre, e procuraram se organizar, imprimindo dinâmica diferente às organizações operárias.

Depois de 1923, a presença de militantes de origem germânica no movimento comunista local continuou significativa; entre 1924 e 1925, o PCB publicou o jornal *Martelo e Foice/Hammer und Sichel*, com metade de sua edição em português e a outra metade em alemão, onde apareciam nomes como de H. Schondelmayer (responsável pela seção alemã) e W. Fremdling (gerente da publicação).[37] Nos anos finais da década, especialmente depois de um processo geral de reorganização, em 1929, os militantes de origem alemã se tornaram mais diluídos entre imigrantes de outras origens e trabalhadores nacionais, perdendo o protagonismo que tiveram, inicialmente.[38]

Quanto ao tradicional *Allgemeiner Arbeiter Verein*, nunca mais recuperou o prestígio das décadas anteriores. Durante os anos 1920, os socialistas apareceram propondo algumas ações conjuntas com os anarquistas, que visavam o proletariado alemão da cidade, como em agosto de 1922, quando o *Allgemeiner* demonstrou interesse em criar uma Associação de Autodefesa conjunta com o *Sozialistischer*, e em fevereiro de 1924, quando as duas sociedades planejaram criar um *Freievolksbühne* (Palco de Teatro Popular).[39] Além desses exemplos, a participação do *Allgemeiner* no Congresso Alemão e a divulgação de suas atividades em *Der freie Arbeiter*, parecem indicar uma aliança de anarquistas e socialdemocratas, à revelia dos comunistas.

Der freie Arbeiter, Porto Alegre, 9/6/1923, p. 2; e *Der freie Arbeiter*, Porto Alegre, 9/6/1923, p. 2.

37 *Martelo e Foice/Hammer und Sichel*. Porto Alegre, 7/6/1924, p. 1; e *Martelo e Foice/Hammer und Sichel*, Porto Alegre, 31/12/1924, p. 1.

38 PEIXOTO, Artur Duarte. *Da organização à Frente Única*: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 108-155.

39 *Der freie Arbeiter*, Porto Alegre, 19/8/1922, p. 4; e *Der freie Arbeiter*, Porto Alegre, 23/2/1922, p. 4.

Imagem 3 – Charge representando o líder anarquista Frederico Kniestedt.



Fonte: "De nossa seção de notas breves – Em viagem de propaganda". Charge, satirizando a campanha de divulgação do jornal *Aktion*, do líder anarquista Frederico Kniested (*Die Gross Stadt Brille*, Porto Alegre, dezembro de 1933).

Em relação aos anarquistas, é necessário destacar o papel de Friedrich Kniestedt, como dirigente da FORGS e como editor de *Der freie Arbeiter*, que foi publicado até 1930. Em 1925, Kniestedt e Elisa Hedwig abriram a Livraria Internacional, na Rua Voluntários da Pátria, que se tornou local importante para a divulgação de literatura social vinda da Alemanha.[40] Na virada da década, o prédio abrigou um salão de leituras, se tornou ponto de encontro de sindicatos e da própria Federação Operária do Rio Grande do Sul.[41] Em 1931, Kniestedt incentivou as associações beneficentes do Arraba-lde dos Navegantes, principalmente as que tinham recorte étnico teuto, a se juntarem em uma federação, que tomou o nome de *Verband der Kranken- und Sterbenkasse* (Federação das Caixas de Doença e Morte).[42] Foi nesse contexto que o *Allgemeiner Arbeiter Verein* desapareceu, incorporado na *Unterstützungskasse Navegantes* (Caixa de Auxílio Navegantes), em janeiro de 1932.[43]

Depois da Revolução de 1930, que reorganizou o movimento sindical do país, houve esforço do governo federal em prol da nacionalização da mão-de-obra e das próprias entidades sindicais, contexto que dificultou a formação de associações operárias com recorte étnico específico. Isso talvez explique a reorientação de Kniestedt, buscando reunir os trabalhadores alemães através de entidades beneficentes, onde poderia divulgar e incentivar, livremente, seu modelo de solidariedade libertária. A partir de 1933, com a ascensão do nazismo na Alemanha, as ações dos grupos nazistas no Brasil ganharam maior visibilidade e intensidade, e novos problemas se apresentaram para os militantes vinculados às diversas correntes socialistas, que tiveram de lutar contra a crescente influência do fascismo dentro da sua própria comunidade. Neste caso, o fim do *Allgemeiner Arbeiter Verein*, a mais tradicional organização política dos trabalhadores teutos, diluída em uma associação beneficente em 1932, é simbólico e revelador, pois mostrava que as condições que haviam propiciado o florescimento de um movimento operário alemão em Porto Alegre, nas quatro décadas anteriores, já não existiam mais.

40 KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989, p. 138-140.

41 *A Luta*, Porto Alegre, 4/1929, p. 4; *A Luta*, Porto Alegre, 6/1929, p. 4; *A Luta*, Porto Alegre, 1/1930, p. 2; e *O Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, 7/2/1930, p. 10.

42 *Mitteilungsblatt des Verbandes deutscher Kranker- und Sterbekassen*, Porto Alegre, 10/1931, p. 1.

43 *Mitteilungsblatt des Verbandes deutscher Kranker- und Sterbekassen*, Porto Alegre, 2/1932, p. 3-4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurei sistematizar a história das organizações que reuniam trabalhadores de língua alemã em Porto Alegre, entre 1892 e 1932. Por ser um período muito longo e dinâmico, muitas informações acabaram sendo omitidas ou resumidas, mas, na medida do possível, procurei abordar a história dos diferentes grupos e de seus militantes como um processo complexo, que pode ser dividido em uma primeira fase, quando se observa o predomínio da influência socialdemocrata e a proeminência de uma associação (*Allgemeiner Arbeiter Verein*), e um segundo momento, marcado por uma maior pluralidade associativa e ideológica entre socialistas, anarquistas e comunistas. Espero ter demonstrado que o movimento operário que reunia organizações e militantes alemães foi relevante para a história das lutas dos trabalhadores, deixando sua marca nas mobilizações sociais, assim como na história do associativismo da capital gaúcha. Longe de ser uma versão definitiva da história da comunidade operária alemã de Porto Alegre, o presente texto deve ser entendido como um incentivo à busca por mais informações sobre um período tão rico de acontecimentos e articulações, mas ainda muito pouco estudado.

Imagem 4 – Jornais operários de língua alemã em Porto Alegre.



Fonte: Jornais operários de Porto Alegre dos anos 1920 e 1930, em língua alemã ou bilíngue: *Der freie Arbeiter* (edição de setembro de 1920), *Hammer und Sichel/Martelo e foice* (edição de junho de 1924), *Mitteilungsblatt des Verbandes deutscher Kranken- und Sterbekassen* [Boletim da Associação de Caixas Alemãs de Auxílio Doença e Morte] (edição de outubro de 1931), e *Aktion* (edição de maio de 1933).

REFERÊNCIAS

AMSTAD, Theodor (Org.). *Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005 (Reedição de 1924).

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre. *MÉTIS: história & cultura*, vol. 2, n. 4, 2003.

BEER, Max. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. da antiguidade aos tempos modernos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

DELWING, Lucas Becker. *"Começou combatendo o Kayser e acabou combatendo Hitler"*: a trajetória de Friedrich Kniestedt e os trabalhadores falantes de alemão em Porto Alegre (1917-1947). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX. 1850-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH-RS, 2004.

GERTZ, René E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, vol. 6, n. 11, 1985/1986.

KNIESTEDT, Friedrich. *Memórias de um imigrante anarquista*. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: René E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana. 1989.

LONER, Beatriz Ana. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República. *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, vol. 17, n. 31, 2010.

PEIXOTO, Artur Duarte. *Da organização à Frente Única*: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria"*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do Movimento Operário Gaúcho. (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Tchê, 1992.

SCHMIDT, Benito Bisso. *De mármore e de flores*: a primeira greve geral do Rio

Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SILVA JR., Adhemar Lourenço. *"Povo! Trabalhadores!"*: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SONNENBERG, Uwe; SCHÜTRUMPF, Jörn. *Rosa Luxemburg in der deutschen Revolution*. Berlin: Rosa Luxemburg Stiftung, 2020.

Recebido em: 14/12/2023
Aceito em: 09/04/2024

"DESBRAVANDO NOVAS FRONTEIRAS": AS COLONIZADORAS PARTICULARES E O AVANÇO DA COLONIZAÇÃO NO PLANALTO RIO-GRANDENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

BREAKING NEW GROUND": PRIVATE COLONIZERS AND THE ADVANCE OF COLONIZATION ON THE RIO GRANDE DO SUL PLATEAU IN THE FIRST REPUBLIC

Rosane Marcia Neumann[1]

RESUMO

O bicentenário das imigrações alemãs no Brasil independente (1824-2024) é uma ocasião singular para refletir sobre os processos migratórios e os seus impactos nas sociedades estabelecidas, tanto no pretérito quanto no presente. Considerando a produção historiográfica e as novas abordagens teórico-metodológicas, objetiva-se revisitar a temática das empresas de colonização e as colônias particulares, no Planalto Rio-grandense, durante a Primeira República, destino do fluxo migratório do excedente populacional colonial no período. Como caso emblemático de colonizadora e colônia particular, estuda-se o projeto de colonização da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, uma companhia estrangeira, fundada em 1898, com sede em Leipzig, Alemanha, a qual adquiriu várias glebas de terra nos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões, com o propósito de estabelecer uma colônia particular, étnica-alemã e a-confessional. Para tanto, analisou-se a documentação administrativa e as publicações da colonizadora. Assim, observou-se que a Colonizadora Meyer tinha um projeto de colonização bem estruturado, adaptado às circunstâncias do cotidiano, com um viés capitalista, evidenciado no comércio de terras, e um viés cultural, ao propiciar assistência religiosa e educacional, voltada à preservação da germanidade. Portanto, as empresas de colonização foram fundamentais na expansão da fronteira colonial, via colônias particulares – étnicas, mistas, confessionais –, na região do Planalto Rio-grandense, na Primeira República.

Palavras-chave: Migrações. Colonizadoras. Colônias particulares. Rio Grande do Sul. Primeira República.

ABSTRACT

The bicentenary of German immigration to independent Brazil (1824-2024) is a unique occasion to reflect on migratory processes and their impact on established societies, both in the past and in the present. Considering historiographical production and new theoretical-meth-

1 Doutora em História (PUCRS). Pós-doutorado em História (Universidade Livre de Berlim; PUCRS). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC). Professora Visitante voluntária no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG). Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL/RS).

odological approaches, the aim is to revisit the theme of colonization companies and private colonies on the Rio Grande do Sul Plateau in the First Republic, the destination of the migratory flow of the colonial population surplus in the period. As an emblematic case of a colonization company and a private colony, we studied the colonization project of the Dr. Herrmann Meyer Colonization Company, a foreign company founded in 1898, based in Leipzig, Germany, which acquired several plots of land in the municipalities of Cruz Alta and Palmeira das Missões, with the aim of establishing a private, ethnic-German and a-confessional colony. To this end, the administrative documentation and publications of the colonization company were analyzed. Thus, it was observed that Colonizadora Meyer had a well-structured colonization project, adapted to the circumstances of everyday life, with a capitalist bias, evidenced in the land trade, and a cultural perspective, by providing religious and educational assistance, aimed at preserving Germanness. Therefore, colonization companies were fundamental in the expansion of the colonial frontier, via private colonies – ethnic, mixed, confessional – in the region of the Rio Grande do Sul Plateau in the First Republic.

***Keywords**: Migrations. Colonizers. Private colonies. Rio Grande do Sul. First Republic.*

INTRODUÇÃO

O bicentenário das imigrações alemãs no Brasil independente (1824-2024) traz à tona as narrativas e memórias construídas e consolidadas no decorrer deste período, tanto no espaço coletivo dos núcleos coloniais, reatualizadas de geração em geração, quanto pela historiografia.[2] Os escritos de memorialistas e pesquisadores diletantes responsabilizaram-se por preservar a memória do "imigrante herói", que venceu as agruras do *urwald*/floresta, e contribuiu, com a sua persistência e o seu trabalho, no desenvolvimento e progresso do sul do país, deixando suas marcas na economia, na sociedade e na cultura – hábitos, tradições, costumes, língua, arquitetura, culinária –, reforçando e (re)atualizando as identidades étnicas. Como desdobramento, essas zonas de colonização de línguas alemãs se representam, são representadas e são vistas como pequenos redutos europeus em terras brasileiras – imagem amplamente difundida nos meios de comunicação e no setor do turismo.

Em termos de historiografia, a obra-síntese de Jean Roche, *A colonização alemã no Rio Grande do Sul* (1969, 2ª edição 2022), tornou-se clássica, sobre o tema, dado a densidade de pesquisa, sua abrangência e seu acesso às fontes. Trata-se de uma obra síntese e totalizante, que abre pouca margem para críticas ou contestações. Logo, no apagar das luzes do século XX,

2 O Rio Grande do Sul comemora o dia 25 de julho como a data da chegada da primeira leva de imigrantes de línguas alemãs à Real Feitoria do Linho Cânhamo, renomeada, então, para Colônia Alemã de São Leopoldo, no ano de 1824, seguida por novas levas de imigrantes, alimentando um fluxo migratório contínuo. Logo, 2024 marca a passagem dos 200 anos de fundação da colônia alemã de São Leopoldo.

concluiu-se que "tudo que há sobre (i)migração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, já está escrito". Neste contexto, propor qualquer nova pesquisa representava mais uma narrativa de reafirmação da identidade étnica individual, familiar ou local, ou seja, "mais do mesmo".

Contudo, essa leitura totalizante e laudatória, reproduzida também em espaços acadêmicos, nos quais "migrações" era/é tema de pesquisa marginal – pelo menos até os anos 2000 –, gradualmente mostrou-se parcial e capenga. Primeiro, porque ao discutir imigrações alemãs, referiam-se às colônias do período imperial, situadas no entorno de São Leopoldo (1824), consagradas pela historiografia como "colônias velhas", território incorporado, em parte, à região metropolitana de Porto Alegre, e urbanizado. O turista desavisado, ao dirigir-se a São Leopoldo em busca dos "traços típicos de uma colônia alemã", vai se decepcionar, visto que restaram apenas alguns vestígios sutis. Segundo, pelo desconhecimento por parte dos pesquisadores acadêmicos das particularidades e da dinâmica migratória no restante do estado, em especial, a colonização do Planalto Rio-grandense, na Primeira República, sua pluralidade étnico-racial, sua cultura, suas tradições, seus hábitos e costumes.

Ao circular por essas regiões hoje, o estranhamento inicial é em relação ao relevo e à paisagem, ou seja, os imigrantes/descendentes das colônias velhas se estabeleceram nos morros e nos vales dos grandes rios – Sinos, Taquari e Caí –, onde cultivavam, em pequenas propriedades, e preservam extensas áreas florestais; já os imigrantes alemães/descendentes do Planalto Rio-grandense têm como paisagem as coxilhas, com algum terreno mais acidentado, onde as florestas cederam espaço, rapidamente, às extensas lavouras de milho, trigo, e, a partir da década de 1960, à soja. As diferenças se refletem também nos seus espaços urbanos e na área territorial dos municípios.

Enfim, há, neste horizonte, um mesmo grupo étnico, resultado de um longo processo de imigração, estabelecido em um mesmo território, mas em regiões geográficas distintas, que influenciam o desenvolvimento posterior, e sua concepção de "zona de imigração alemã". Assim, deste lugar histórico-geográfico – o noroeste do Planalto Rio-grandense – e olhar de pesquisadora – descendente de famílias teuto-brasileiras que fizeram o deslocamento das "colônias velhas" para as "colônias novas" (como aponta Abdelmalek Sayad (1998), migrante chama migrante), local onde se uniram pelo casamento e formaram suas famílias – foi sendo lapidado um objeto de pesquisa, abordado tangencialmente pela historiografia: as empresas de colonização particulares. Contribuiu para a escolha do tema e o recorte a disponibilidade de um acervo com a documentação de uma empresa de

colonização[3], bem como a familiaridade com a nomenclatura da colonização, como vivência cotidiana: colono/*kolonist*, linha/*pikade*, colônia/*kolonie* etc.[4] Iniciava-se, assim, uma trajetória de pesquisa, na qual as companhias de colonização – as empresas – são o fio condutor, ao qual estão atrelados os colonos – os sujeitos – e as colônias – o espaço da ação, e, costurando essa estrutura, os agentes de imigração e/ou os diretores das colônias, que funcionavam como mediadores entre o colonizador, a colônia, o colono e o Estado/poder público.

Delimitado o objeto de estudo, a problemática e as fontes primárias, coube delimitar o referencial teórico, e correlacionar a colonizadora e seu projeto em estudo com outros empreendimentos de colonização privados. Detectou-se, então, que se tratava de uma temática inexplorada pela historiografia acadêmica, um *urwald* a adentrar, implicando na construção e delimitação de conceitos, categorias de análise, metodologia de estudo e interpretação das fontes. Relativo às fontes, há um arquivo administrativo da empresa de colonização, mas suas ramificações alastravam-se em diversos documentos, espalhados em diferentes arquivos. Foi quando se compreendeu que pesquisar companhias colonizadoras é como procurar "uma agulha em um palheiro", uma vez que os documentos são múltiplos e se encontram em várias instâncias – administrativos, documentos públicos, judiciais, notariais, inventários, plantas, mapas, escrituras públicas, contratos, imprensa etc.

Os inúmeros percalços deram início a uma investigação *a la* Sherlock Holmes – coisa que o historiador deve fazer, conforme o paradigma indiciário do Carlo Ginzburg (1989) – perseguindo pistas, vestígios, formulando hipóteses, construindo redes de "suspeitos", até conseguir montar o quebra-cabeça aproximado da estrutura e do funcionamento deste univer-

3 O acervo da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer encontra-se sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann, de Panambi/RS (MAHP). A documentação inclui relatórios, cartas, contratos de terras, escrituras, inventário, plantas, mapas, livro caixa, publicações, fotografias, além de cópias autenticadas de documentos recolhidos em outros acervos. Considerável parcela da documentação é manuscrita, e, com exceção dos documentos emitidos pelos órgãos públicos, encontra-se em língua alemã. O acesso aos documentos é público.

4 A memória oral local ainda menciona no cotidiano "a colônia Neu-Württemberg", ou o nome antigo das linhas coloniais. Os nomes das linhas e do então distrito foram nacionalizados, mas a estrutura ainda é preservada. O hoje município de Panambi e Condor é dividido em "Linhas", que por sua vez, são divididas em lotes coloniais, e os antigos "travessões" são a referência para definir as divisas. As Linhas ainda preservam a estrutura ou os resquícios dela, organizada pela Colonizadora: um lote colonial central, com escola, igreja, cemitério, sociedade cultural, residência do professor, área esta administrada de forma comunitária pelos colonos, via sociedade jurídica sem fins lucrativos.

so colonial, seus agentes e atores, para "resolver o caso", e construir uma narrativa plausível.

Traçada a trajetória da escolha do tema de pesquisa, será esboçado, a seguir, um apanhado geral sobre colonização e colônias particulares, e, na sequência, uma discussão sobre o modelo de colonização particular, com o recorte teórico-metodológico voltado à Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que atuou no cenário da colonização do Planalto Rio-grandense, a partir de 1897/1898 até 1932, concentrando seus negócios nos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões.

1 Imigração espontânea e colonização privada: um projeto de Estado

Imigração, terras, colonização e trabalho pautaram as discussões do Império, ao longo do século XIX, perpassando as discussões dos Ministérios, da Câmara dos Deputados e do Senado, bem como das instâncias provinciais e municipais. O ponto central da divergência residia no modelo de colonização a ser adotado e na necessidade de imigrantes estrangeiros, quando se avançava na discussão sobre qual imigrante era o ideal. No decorrer do Império, debateu-se a necessidade de mão de obra livre para substituir o trabalho escravo e aumentar a densidade demográfica de regiões interioranas, mas, ao mesmo tempo, questionava-se a opção em trazer imigrantes estrangeiros, alegando a disponibilidade de braços "ociosos" nos centros urbanos, que poderiam ser direcionados para projetos de colonização. Nessa queda de braço, muito mais política que socioeconômica, mantiveram-se dois modelos de colonização: as colônias próximas aos centros urbanos e consumidores, destinadas aos imigrantes europeus, e as colônias militares, situadas em zonas estratégicas e afastadas, destinadas aos colonos nacionais e militares.

No Segundo Reinado, os relatórios dos sucessivos ministros do Ministério do Império (1832-1888) se debatiam, em um primeiro momento, em torno do modelo de imigração e colonização a ser adotado no país, considerando que o governo sozinho não podia nem deveria arcar com esse investimento, que, a seu ver, era elevado, e com resultados pouco efetivos. Neste quesito, lembravam o modelo de imigração subsidiada ainda no governo de D. João VI, com a fundação de colônias públicas mediante o estabelecimento de imigrantes de línguas alemãs no sul da Bahia e no Rio de Janeiro, as quais acabaram por se dissolver, diluindo sua população pelas redondezas. Já no 1º Império, por iniciativa de D. Leopoldina, houve a fundação da colônia pública de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, nas imediações da capital, Porto Alegre. Essas tentativas de colonização, corrompidas na

sua gênese, tanto naquilo que se refere ao descumprimento das promessas feitas aos imigrantes por parte do Império, quanto às relações de trabalho e à desqualificação dos imigrantes para o trabalho agrícola, foram apontados como fatores negativos, a serem evitados em qualquer outro projeto de colonização. Para interiorizar a atuação do governo, garantir a abertura de estradas e a navegação fluvial, o Império passou a apostar na criação de colônias militares, em locais estratégicos, agregando às mesmas também colonos nacionais.

O segundo ponto referia-se aos sujeitos a serem colocados nas colônias: imigrantes estrangeiros ou colonos nacionais? Aqui, as discussões sinalizavam para a necessidade de "imigrantes morigerados, camponeses e trabalhadores", com acesso à terra como pequenos proprietários, e não como assalariados. Como desdobramento, os defensores da imigração estrangeira reivindicavam uma Lei de Terras, aprovada em 1850, e regulamentada em 1854, que facultou a compra e venda de terras; bem como sinalizavam para a carência de mão de obra nas fazendas de café do sudeste, em virtude da extinção do tráfico negreiro, avançando, por vezes, no debate, chamando atenção ao quanto o trabalho escravo afastava o imigrante do país (Iotti, 2001).

O terceiro aspecto referia-se ao fracasso da colonização pública, até então. A colônia de São Leopoldo, fundada em 1824, após superar a fase de estruturação, passou por um período de estagnação, entre 1835 e 1845, em razão da Guerra dos Farrapos ou Farroupilha, quando a Província do Rio Grande do Sul estava ocupada com o conflito. Os dados estatísticos apontam que a colônia manteve um crescimento abaixo do esperado, porém constante, permitindo-lhe um rápido desenvolvimento ao final da guerra civil. O desenvolvimento econômico e humano da colônia sulina serviu de modelo, a partir de então, para expandir a área colonial no estado sulino, incentivando a entrada de mais imigrantes.

Não obstante, toda pauta de imigração e colonização, já no Império, ressaltava que a imigração espontânea e a colonização privada eram mais efetivas, uma vez que o imigrante deveria trazer consigo capital suficiente para adquirir um lote colonial, e estabelecer-se como camponês. Por tratar-se de uma colônia privada, o colonizador teria mais cuidado na seleção dos imigrantes, a fim de não ter prejuízos. Com esse modelo de imigração e colonização, caberia aos empresários arcar com as despesas, além de evitar a entrada de imigrantes miseráveis. Embora este fosse o modelo mais promissor, havia dúvidas, uma vez que os empreendimentos da iniciativa privada mostraram-se inviáveis, revertendo as terras e a colônia à União – por exemplo, Blumenau, em Santa Catarina, e Rheingantz, no sul do Rio Gran-

de do Sul –, e renderam ao país o *Rescrito von der Heydt*, de 1859, promulgado pela Prússia, em decorrência das denúncias de exploração e maus tratos aos imigrantes nos cafezais, cujo ápice foi a revolta na fazenda do Senador Vergueiro, em São Paulo, liderada pelo imigrante suíço Thomas Davatz.[5]

O modelo de colonização baseado na imigração espontânea e colonização particular foi implementado de forma efetiva, e em larga escala, no final do século XIX, com a abolição da escravidão e a Proclamação da República. O modelo passou a prevalecer nos três estados sulinos, incorporando o Planalto-riograndense, o Centro-oeste catarinense e o Centro-oeste paranaense à zona de colonização – as colônias novas –, assumindo cada projeto feições próprias e específicas, evidenciando que o universo das colônias particulares é heterogêneo e multiétnico, habitado por empresários e colonos capitalistas, interessados na compra e venda de um bem: o lote colonial.

Portanto, no decorrer do século XIX, o Império foi o protagonista na política de imigração e colonização, haja vista ser o maior detentor de terras devolutas, direcionando a instalação de núcleos coloniais em zonas estratégicas, defendendo fronteiras e incrementando a produção, o crescimento demográfico e a expansão das vias de comunicação e transporte, conexão modernizada com a introdução da via férrea e do telégrafo. A partir de 1899, com a Proclamação da República, a política imigratória não sofreu modificações significativas, passando a ser de responsabilidade dos estados. Ao longo de mais de um século de imigração no Brasil, o perfil do imigrante se modificou, tal qual as exigências para seu recebimento. De 1824 a 1907, não havia uma lei constitucional brasileira que regulamentasse a imigração, nem ao menos uma definição sobre quem era o imigrante. O decreto de 31 de dezembro de 1924 passou a exigir o registro das companhias de navegação autorizadas a desembarcar imigrantes, entendendo-se como tal "todo passageiro de segunda ou terceira classe, chegado em navio pertencente a uma dessas companhias" (Roche, 2022, p. 143; Iotti, 2001).

No Brasil meridional, a colônia (o lugar) e os colonos (os sujeitos) são expressões de uso corriqueiro, e remetem a núcleos formados com imigrantes de origem europeia e seus descendentes, no decorrer dos séculos XIX a meados do século XX. Define-se como colônia a terra a ser ocupada e cultivada pelos colonos, destinada à atividade agrícola, em pequena propriedade. Todavia, nem todo colono era imigrante, mas a maioria era colono. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la

5 O Rescrito de Heydt também proibia a propaganda em favor da emigração ao Brasil, e uma emigração limitada ao sul do país. Em 1871, a proibição foi estendida a toda a Alemanha, com a unificação. A restrição só foi revogada em 1896. Em todo período, houve um fluxo regular de imigração no Brasil, mas em número reduzido.

produtiva. Os imigrantes, paulatinamente, passaram a se identificar e se reconhecer como colonos, e seu espaço, colônias. Por sua razão social, chamam-se "colônias públicas" aquelas fundadas pelo governo, com seus recursos – imperiais/governo federal, provinciais/governo estadual e municipais –, e "colônias particulares" aquelas implantadas pela iniciativa privada com recursos próprios – empresas de colonização ou indivíduos particulares.

Ao historiar a origem desses termos e sua ambiguidade, Jean Roche (2022, p. 36) situa-os no tempo e no espaço. Segundo o autor, no pós-independência, o imperador D. Pedro I "anuncia que apelará para agricultores livres, brancos, mas não portugueses, pois a instituição da escravatura degradou o trabalho manual aos olhos dos luso-brasileiros". Os colonos seriam alocados em regiões remotas e estratégicas. Nessa perspectiva, no século XIX "colonizar é, por um lado, introduzir com novos habitantes mão de obra inexistente no lugar, e, por outro, empregá-la nos estabelecimentos agrícolas". Nos atos administrativos, na tribuna das assembleias parlamentares e na imprensa, a palavra colonizar é usada com esse sentido. No século XX, "desejando dar uma nova definição jurídica ao imigrante, o legislador brasileiro adotava como critério a intenção manifestada pelo estrangeiro de estabelecer-se num ponto do território e nele exercer uma profissão, de preferência agrícola". Iniciava-se, então, uma colonização tutorada pelos órgãos encarregados de controlar a imigração. "Estabelecidos nas terras concedidas, os imigrantes foram, primeiramente, agricultores e artesãos rurais, como se lhes pedia, *colonos*, isto é, homens ligados à terra que exploravam". Por sua vez, o emprego da palavra "colonização" pelos brasileiros provém de "uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela. Falando de colonização alemã, entende-se a exploração de uma região sob a direção do governo brasileiro por mão de obra originária da Alemanha".

Sendo assim, as colônias alemãs, italianas, polonesas, holandesas etc. que se formaram no Brasil não mantinham uma relação jurídica de metrópole e colônia com o seu país de origem. Os laços transnacionais preservados e retroalimentados eram de natureza social, cultural, econômica, inseridos em uma rede mais ampla e complexa. Roche (2022, p. 37) argumenta que "o termo *kolonist* designa, especialmente, o homem que desbrava e cultiva a terra e que seja um neologismo local, o de *kolonie* possui, em alemão, outras acepções além de lote ou de estabelecimento rural". Para além do sujeito e do seu território, o "ser colono" carrega consigo uma identificação do grupo étnico e da nacionalidade predominante no referido núcleo colonial, como uma forma de diferenciação em relação aos "outros".

Na mesma linha, Renzo M. Grosseli assinala que o entendimento europeu do termo colonização difere do latino-americano:

Na área latino-americana, o termo colonização significa povoamento de vastas áreas do território por meio especialmente de agricultores a quem são distribuídos, grátis ou mediante pagamento, lotes de terra, em particular áreas em que atua uma estrutura administrativa denominada "colônia" [...]. Colonização, portanto, é um termo que se refere aos programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organizações públicas e privadas, visando a colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e o desenvolvimento de atividades de auxílio, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenas proprietários rurais (Grosseli, 1987, p. 274-275).

Por sua vez, Leo Waibel (1958, p. 214) afirma que no Brasil não houve, predominantemente, colonização espontânea, mas "tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém", seja pelo governo federal, das províncias ou estados, dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras, individualmente. Por conseguinte, "os métodos aplicados e os resultados alcançados diferem muito, de acordo com o tipo de colonização". Para o governo, a colonização é a política de povoamento e o desenvolvimento de regiões estratégicas, dependente de fatores políticos, frequentemente instáveis, e que interferem diretamente na administração das colônias:

> Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que o ganhará se conseguir uma boa qualidade de terra, e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. Esta é a razão pela qual as companhias particulares foram tão bem-sucedidas na colonização do sul do Brasil, e Santa Catarina foi a região em que o princípio foi aplicado pela primeira vez em larga escala (Waibel, 1958, p. 217-218).

Concernente à estrutura da colônia, as colônias públicas e as colônias particulares seguiam um padrão semelhante. Com referência à formação territorial de colônia particular, sobressaem-se duas tendências: o colonizador recebia, mediante requerimento, uma gleba de terras devolutas, com o compromisso de colonizá-la com imigrantes, num prazo preestabelecido; o descumprimento implicava rescisão de contrato, comum durante no Império; o colonizador comprava as terras de particulares ou do próprio governo, arcava com todas as despesas, contando com a imigração espontânea/não subsidiada ou migração interna, modelo predominante durante a República. Em ambos os casos, a colônia restringia-se a uma área delimita-

da, sem muitas opções de expansão, e os proprietários retiravam-se quando concluída a comercialização das terras. A área da colônia era subdividida em lotes coloniais, com área média de 48 hectares, no início do século XIX, passando a 25 hectares no final do século. Os lotes eram alinhados por uma linha, travessão ou picada, que também servia como via de comunicação e estrada. As "linhas coloniais" ou "picadas" seguiam, em geral, os fundos de vales fluviais, alinhados lado a lado, com centenas de metros de distância entre si. A extensão das linhas coloniais era variável, podendo abrigar dezenas ou centenas de lotes:

> Esses lotes são estreitos ao longo da estrada e do rio, mas se estendem numa longa faixa retangular para o fundo, muitas vezes até o divisor de águas. É este exatamente o tipo de povoamento e a distribuição da terra que eram usados no fim da Idade Média, na colonização das montanhas do leste da Alemanha. Lá, este tipo de povoamento é chamado *waldhufendorf*. *wald* significa floresta, *dorf* quer dizer vila e *hufe* se refere à faixa comprida e estreita de terra que foi entregue a cada colono. [...] este tipo de povoamento é quase desconhecido no norte, no oeste e no sul da Alemanha, de onde vieram os primeiros imigrantes. Quase toda essa população é originária de vilas aglomeradas (*haufendörfer*), onde eles moravam comprimidos uns aos outros (Waibel, 1958, p. 243).

As colônias públicas e as colônias particulares se aproximavam nos aspectos formais: a estrutura da colônia, com sede urbana, subdivisão em linhas ou picadas, que, por sua vez, se dividiam em lotes coloniais; a pequena propriedade rural de produção agrícola, produção diversificada, venda do excedente da produção, associação entre agricultura, pecuária, atividade de ofício e comércio; o emprego da mão de obra familiar do colono; os agentes de colonização ofertavam lotes coloniais demarcados, contrato de compra e venda, e escritura pública dos lotes de terras. Em outros aspectos, se distanciavam: as colônias públicas estavam sob a incumbência do governo federal/estadual/municipal, e eram administradas com recursos e funcionários públicos, atendendo a projetos definidos, e aprovados em diferentes instâncias; o pagamento da dívida colonial revertia aos cofres públicos, e os colonos podiam prestar serviços para abater parte da dívida colonial; o governo era responsável pela imigração e despesas de colonização; o número de colônias era reduzido, mas cada colônia abrangia uma área extensa de terras; formação de colônias étnicas, durante o Império, e colônias mistas na República; nas primeiras décadas do século XX, a coloni-

zação pública significava a venda de lotes coloniais, sem a formação de uma estrutura de colônia.

As colônias particulares, por sua vez, tinham perfis múltiplos: pertenciam a empresas colonizadoras nacionais ou estrangeiras, a pessoas físicas que formavam uma empresa, a sociedades limitadas, associações, ou pessoas físicas que vendiam sua propriedade fragmentada; por vezes, as colonizadoras apresentavam um projeto de colonização, outras não, enquanto outras procediam à simples venda de uma gleba de terras dividida em lotes; os preços das terras e os prazos de pagamento eram variados; forneciam contrato de compra e venda, escritura pública; delimitação ou não de sede urbana; atração de compradores via agentes de imigração, propaganda na imprensa; instalação e subsídio à igreja, à escola e aos serviços de filantropia; o perfil das colônias era variável, com colônias étnicas, colônias confessionais, colônias de perfil partidário. As colônias privadas ocuparam, em geral, uma pequena área de terras, adquiridas de particulares ou do Estado, com número limitado de lotes. Internamente, cada qual ditava suas regras e seus preços das terras. Sob este viés, cada colônia particular era um micro espaço complexo e singular, resultado da negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os lavradores nacionais, os proprietários adjacentes e o poder público, e das contingências macro históricas. A colônia particular representa um universo, com suas próprias regras, suas demandas e seus conflitos, subordinada à legislação brasileira. Observando-as em escala reduzida, é possível apontar algumas de suas dinâmicas.

No Rio Grande do Sul da Primeira República, o número de colônias rapidamente se multiplicou. No arrolamento total das colônias fundadas no estado até 1924, independentemente da nacionalidade dos colonos, constam 50 colônias públicas, 27 de empresas, e 186 de particulares, totalizando 263 colônias. Isso significa que 80,9% das colônias pertenceram à iniciativa privada. No período republicano, até 1922, foram instaladas no estado 12 colônias públicas e 51 colônias particulares, totalizando 63 colônias (Pellanda, 1924; Roche, 2022). Enquanto política pública, o governo estadual reduziu, gradualmente, os subsídios à imigração e colonização, até retirá-los completamente, incentivando a imigração espontânea e a realocação do excedente populacional das antigas zonas coloniais nas "colônias novas". Os dados estatísticos coletados pelo estado relativos à colonização pública e privada, no período, corroboram para dimensionar a colonização como uma questão social, que implicava em um dinâmico mercado de terras e deslocamentos migratórios, e, ao final da década de 1920, na emergência do Planalto Rio-grandense como novo polo populacional e produtor do estado.

Conforme a Tabela 1, a área colonizada em todo estado, em 1929, era de aproximadamente 4.024.000 hectares. Em termos de colonização pública e particular, a área colonizada pelo estado representava o dobro da área colonizada pela iniciativa privada. Observa-se, porém, que durante o período entre 1927 e 1929, a área colonizada teve um aumento de 117.343 hectares, sendo 37.343 hectares de colonização oficial e 80.000 hectares de colonização particular, ou seja, a colonização particular teve um aumento de área colonizada duas vezes maior que a colonização pública.

Tabela 1 – Área colonizada no Estado até 1929.

Área colonizada no Estado (ha)	**1927**	**1929**
colonização antiga	3.110.000	3.110.000
colonização nova	914.500	1.031.843
Total da superfície colonizada	**4.024.500**	**4.141.843**
Área colonizada oficial	2.704.500	2.741.843
área colonizada por particulares	1.320.000	1.400.000
área desmatada (cultivada)	2.300.000	2.441.843
área em mato	1.724.000	1.700.000

Fonte: Relatório OP, 1927, p. 54; Relatório OP 1929, p. 585. Elaborado pela autora.

A análise da correlação de dados entre colônia/área de colonização confirma que, em termos de número, havia mais colônias privadas que públicas, no estado, mas a área colonizada pelas colônias públicas era superior. Os dados de 1929 informam 60 colônias públicas, que ocupavam uma área de 2.741.843 hectares, ou seja, uma média de 46.697,38 hectares por colônia, que, por sua vez, representam 1.867,89 lotes coloniais de 25 hectares. As colônias particulares, em número de 112, ocupavam uma área de 1.400.000 hectares, com uma média de 12.500 hectares por colônia, ou 500 lotes coloniais. O avanço da zona de colonização no Planalto Rio-grandense, somada à pressão dos colonos pelos títulos de propriedade, contribuíram para agilizar a regularização das posses de terra. Assim, em 1928, dos 79 municípios em que estava dividido o estado, em 52 deles havia núcleos coloniais. Esses núcleos, em número de 172, foram fundados: 60 pelos poderes públicos (federal, estadual e municipal), somando a área total colonizada de 2.694.104ha; e por particulares, 112 núcleos com a área total colonizada de 1.400.000 hectares (Tabela 1 e 2).

Tabela 2 – Colônias nos municípios, públicas e privadas.

	1927	1929
Total de núcleos coloniais	172	172
pela união	37	37
pelo estado	19	19
Pelos municípios	4	4
por particulares	112	112

Fonte: Relatório OP, 1927, p. 54; Relatório OP, 1929, p. 585. Elaborado pela autora.

Decorridas quatro décadas de colonização no estado, sob a Primeira República, marcada pelo positivismo castilhista-borgista, sobressai o trabalho da Diretoria de Terras e Colonização, no sentido de identificar, demarcar, medir e legitimar as terras públicas e privadas do estado, com foco central na região do Planalto Rio-grandense, onde a questão agrária era indefinida. Houve o avanço da propriedade privada, e, em proporção inversa, a redução das terras públicas e das áreas florestais, transformadas em áreas cultivadas (Quadro 1).

Quadro 1 – Situação territorial do Estado, 1929.

Terras públicas – matas (7,86%)	21.000 km²
Terras particulares (86,78%)	244.000 km²
Superfície lacustre (5,36%)	15.000 km²
Superfície do Estado	280.000 km²
Campos nativos – criação de gado (63,57%)	178.400 km²
Área desmatada – terras de cultura (9,64%)	26.600 km²
Matas – públicas e particulares (21,43%)	60.000 km²
Superfície lacustre (5,36%)	15.000 km²
Superfície do Estado	280.000 km²

Fonte: Relatório, 1929, p. 584-585.

O governo castilhista-borgista, via Diretoria de Terras e Colonização, apesar de não impor entraves à atuação de empresários e empresas de colonização no estado, desde que atendessem à legislação vigente, era crítico em relação às colônias privadas. Segundo seus relatórios, as colônias particulares se situam "geralmente em terras legitimadas adquiridas para esse fim, bem como em terras entregues pelo estado como indenização por outras de que se houvera utilizado" (Relatório OP, 1928, p. 59). O diferencial entre a colonização pública e privada residia na finalidade: "tendo a colonização particular, como preocupação exclusiva, somente fins utilitários de lucro imediato acarretando posteriormente aos poderes públicos pesados ônus mormente com trabalhos de viação, o estado não tem feito mais, desde alguns anos, concessão de grandes áreas a particulares, para esse fim" (Relatório OP, 1928, p. 59). Na leitura do poder público, a colonização particular almejava, em primeira linha, o lucro, enquanto o estado tinha uma preocupação social em relação ao colono e ao futuro da colônia.

O jogo discursivo do poder público e das próprias colonizadoras ajustava-se aos interesses em questão. Na essência, ambos compartilhavam do mesmo objetivo: retalhar as terras do estado, revendendo-as em pequenos lotes coloniais para colonos europeus ou nacionais, obtendo uma margem de lucro. Nesse movimento, o Planalto Rio-grandense foi palco da atuação de dezenas de empresas de colonização, cujo limite era a gleba de terras disponível para colonização. Por exemplo, no grande município de Cruz Alta, do início do século XIX, do qual se desmembraram Palmeira e Passo Fundo, foram instaladas 23 colônias particulares, conforme o Quadro 2, número que aumenta quando contabilizadas as colônias públicas. O protagonismo na colonização, porém, foi do estado, via Diretoria de Terras e Colonização, na figura do diretor engenheiro Ernesto Torres Gonçalves, ao manter sob o domínio do poder público as terras devolutas, revendendo-as diretamente aos colonos – sem a intermediação das companhias colonizadoras –, obtendo dividendos aos cofres públicos, além da arrecadação de impostos e aumento da produção.

Quadro 2 – Colônias particulares no território de Cruz Alta na Primeira República.

Município	Ano	Colônia	Fundador	Área (ha)	Pop.	Nac. pred.
Cruz Alta	1896	Santa Clara	Diversos	666	1.200	alemã
	1898	Gen. Osório	Serafim Fagundes & Cia./ Companhia de Colonização	14.735	3.000	alemã
	1898	Neu-Württemberg	Hermann Meyer & Cia.	10.146	3.500	alemã
	1898	Visconde Rio Branco	Antonio Alves Ramos	6.988	2.000	italiana
Palmeira	1897	Xingu	Hermann Meyer & Cia.	2.087	200	alemã
	1897	Boi Preto	Hermann Meyer & Cia.			
	1910	Neu-Württemberg (Palmeira)	Hermann Meyer & Cia.	3.744	200	alemã
	1915	Tesouras	Matte, Vargas, Meira	3.700	300	alemã, nacionais
Passo Fundo	1897	Alto Jacuí	Diversos; Schmidt e Annes	32.965	9.700	alemã; italiana
	1897	Não-Me-Toque	Schmitt & Opitz Cia.			
	1897	Barra do Colorado	Companhia de Colonização			
	1899	Saldanha Marinho	Castro Silva & Cia.	2.791	1.960	alemã

Passo Fundo	1900	Ernestina	Ernesto Carneira Fontoura	3.600	680	alemã
	1904	Gerisa	Companhia Imobiliária e Agrícola	2.448	740	alemã
	1909	Boa Esperança		9.900	1.800	alemã
	1909	Coronel Selbach	Coronel Selbach	3.872	220	alemã
	1911	7 de Setembro		1.470	2.000	italiana
	1912	Dona Júlia	Vargas	2.000	320	italiana
	1914	Arroio Cotovelo		1.690	500	nacionaisalemã
	1915	Tamandaré	Matte, Vargas, Meira	9.160	1.000	italiana
	1915	Weidlich	Weidlich	4.800	600	alemã
	1916	Sarandi	Selig & Cia.; Kreiser & Cia.	24.900	1.800	alemã; italiana
	1916	15 de Novembro	Albert Schmitt	?	800	alemã; italiana
	1916	Emílio Calo	Emílio Calo	6.000	300	alemã

Fonte: Pellanda (1925, p. 44-51); Roche (2022, p. 152-155); Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no estado, 1919). Elaborado pela autora.

2 Colonizadora Meyer, um projeto de imigração e colonização

Na configuração do universo colonial do noroeste do Rio Grande do Sul, sobressaem algumas características e representações, que o descrevem e singularizam: a colônia/município Ijuí, fundada em 1890, se representa como a "terra das etnias diversificadas" e/ou a "colmeia do trabalho"; a colônia Neu-Württemberg/município de Panambi, fundada em 1898, se representa como alemã, protestante e industrial, assumindo o cognome de "Cidade das Máquinas"; e a colônia Serro Azul/município de Cerro Largo, fundada em 1902, se apresenta como alemã e católica. Como ponto em comum, além de sua localização, as três colônias foram fundadas no alvorecer da Primeira República, atendendo à demanda política da região, e receberam imigrantes europeus e colonos descendentes de imigrantes, alocados em lotes coloniais de 25 hectares. O aspecto que as diferencia, e as torna singulares, são seus projetos de colonização, e o desvio da política oficial republicana.

Os republicanos de cunho positivista que assumiram o governo no Rio Grande do Sul, liderados por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, receberam da União a recém-fundada colônia de Ijuí, em 1890, para a qual enviaram o engenheiro Augusto Pestana. Logo, foi o primeiro experimento de colonização mista, misturando em uma mesma colônia diferentes grupos étnicos e religiosos, provenientes de vários países europeus, eslavos e árabes, com os elementos nacionais, descendentes de portugueses, espanhóis, africanos, indígenas. Nos primórdios da colônia, os primeiros imigrantes foram transportados às expensas dos cofres públicos, subsídio logo retirado, prevalecendo a imigração espontânea. A marca positivista está presente na sua organização interna, pois trata-se de uma colônia planejada: a área urbana, dividida em terrenos e quadras, e a parte central em setores (administração, bancos, comércio, serviços), alinhados à praça central; as linhas numeradas e distribuídas conforme os pontos cardeais – Linha Base, Linha 1 Leste, Linha 1 Oeste. Em síntese, foi o primeiro experimento de uma colonização mista – em termos étnicos e religiosos –, de imigração espontânea, e situado em terras públicas, tornado município já em 1912. Esse modelo foi replicado, posteriormente, como política de colonização do estado em todo Planalto Rio-grandense, em particular nas colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1917), e nas áreas colonizadas de modo avulso, resumindo-se à demarcação e à venda de terras.

Na contramão da política oficial castilhista-borgista, estavam os projetos de colonização privados das colonizadoras *Bauernverein* (Associação de Agricultores), que fundou, em outubro de 1902, a extensa colônia de Serro Azul, com área de 100.000 hectares, destinada a imigrantes e colonos

alemães católicos, localizada na região das Missões, nas imediações da colônia pública de Guarani (1891); e da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, que fundou a colônia Neu-Württemberg, em agosto de 1898, como colônia de e para imigrantes alemães, e (preferencialmente) protestantes.

Ambos os projetos são singulares pela sua trajetória, e por se opor à política oficial em vigor, ao implementar um projeto étnico e confessional, defendendo-o como pré-requisito para o efetivo desenvolvimento de uma colônia. Para sustentar seu argumento, os empreendedores destacavam os problemas centrais das colônias mistas: as migrações e os reagrupamentos internos dos (i)migrantes para junto de seu grupo étnico, o abandono das colônias mistas, as dificuldades religiosas, linguísticas e educacionais, os conflitos sociais de motivações múltiplas. Nota-se, contudo, que ambos os empreendimentos se situaram nas imediações de uma colônia pública, usufruindo da infraestrutura prévia e dos desvios de imigrantes destas colônias. Intencional ou coincidência, essa localização, somada à expansão da linha férrea, foram fatores favoráveis ao desenvolvimento dessas colônias (Neumann, 2016).

Ao observar o mosaico dos empreendedores e dos empreendimentos de colonização privados em ação na Primeira República, o caso da Colonizadora Meyer é singular e excepcional, pela sua razão jurídica, seu projeto e sua trajetória. A chegada do Dr. Hermann Meyer na estação de trem de Cruz Alta, em fins de novembro de 1898, dá uma pista das expectativas em relação ao seu projeto de imigração e colonização, manifestas pelas autoridades políticas, a elite intelectual e as classes econômicas de Cruz Alta:

> quando o trem entrou na estação de Cruz Alta, começou a estalar em todos os cantos. Foguetes estouraram e uma banda de música executou um dobrado alegre. A plataforma estava literalmente tomada por enorme multidão, e qual não foi o meu espanto, quando vi à frente o meu Carlos Dhein e um grupo de cavalheiros trajados a rigor que logo tomaram conta de mim, ao descer do vagão. Em poucos segundos conhecia as mais altas autoridades da cidade e logo eu me encontrei cercado de gente. A música silenciou, todos descobriram as cabeças, embora chovesse torrencialmente, eu fui saudado com um solene discurso, no qual me chamaram de "*distintíssimo explorador, colonizador e amigo da terra ilustríssima do Rio Grande do Sul*", atribuindo-se-me, ainda, qualidades e virtudes, das quais nunca sequer sonhara. Para externar os meus mais profundos agradecimentos pela régia recepção, faltaram-me, na verdadeira acepção do termo, "as palavras". Evidentemente devia eu responder em português; creio ter-

> -me portado a altura, apesar das muitas palavras mal-empregadas que deram um sentido completamente deturpado ao discurso. [...]. A seguir fui conduzido numa carruagem pela cidade por algumas autoridades à residência de Dhein. [...]. Em breve encheu-se a casa com uma multidão de pessoas e eu verifiquei que não se viaja impunemente a Cruz Alta, e essa cidade é uma região de cultura. Trouxeram champanhe, e oito discursos me alvejaram, da câmara, da municipalidade, da imprensa e de diversas sociedades, e fui obrigado a responder todos (Meyer, 1899, p. 79-80 – grifos no original).

Mais do que um estrangeiro desembarcando na estação de trem, então o símbolo da modernidade, cujos trilhos chegaram ao município em 1894, Meyer representava o capital necessário e a possibilidade da materialização de um complexo colonial privado, no território cruzaltense, demanda reivindicada por décadas. E, possivelmente, havia a curiosidade em saber quem era Meyer e a que vinha.

Nos documentos da Câmara de Vereadores de Cruz Alta, relativos ao século XIX, há indícios de que a região do Planalto Rio-grandense era desconhecida por parte das autoridades provinciais, e, até mesmo, das autoridades locais. Em diferentes ocasiões, houve saídas a campo para recolher informações *in loco*, a fim de informar sobre a qualidade do solo, o relevo, o clima, a hidrografia, as madeiras e seu potencial para colonização. Como resultado, os relatórios produzidos informavam sobre os aspectos físicos e naturais, bem como apontavam possibilidades de exploração econômica, mas pouco informavam sobre seus habitantes e a propriedade da terra, passando a impressão de tratar-se de uma zona de mata, majoritariamente despovoada (Neumann, 2016).

Partindo desse pressuposto, a Colonizadora Meyer optou por essa região para estabelecer seu complexo colonial. Entretanto, nas primeiras incursões em busca de terras para comprar, o sócio e representante da empresa, Carlos Dhein, se queixava da dificuldade para obter terras, e instalar uma extensa colônia, dado a presença de muitos proprietários ocupando a área, somado às terras devolutas e à densa ocupação por lavradores nacionais, especialmente ervateiros. Tal circunstância foi o primeiro revés para a colonizadora, que não conseguiu adquirir uma área de terras extensa, em um período no qual a política do governo castilhista-borgista apregoava não conceder terras à iniciativa privada para qualquer fim, mas, sim, reaver ao poder público as terras apropriadas de forma irregular. Assim, a Colonizadora Meyer limitou-se a comprar terras de particulares, devidamente regularizadas, conforme a oferta no mercado, desenhando os contornos do seu

complexo colonial, formado por fragmentos descontínuos: em Cruz Alta, a colônia-modelo e central do empreendimento, Neu-Württemberg (1898); em Palmeira, as colônias Xingu (1897), Guarita/Fortaleza/Erval Seco (1899) e a posse Boi Preto (1898); e em Júlio de Castilhos, a posse Castilhos (1903), perfazendo todo complexo cerca de 24.689 hectares.

Em razão de sua localização próxima à ferrovia e da sede urbana de Cruz Alta, a colônia Neu-Württemberg foi escolhida como sede do empreendimento, recebendo os maiores investimentos, e uma sólida infraestrutura, além de sediar o escritório e a direção da empresa. Tendo em vista a demanda por lotes coloniais e urbanos, a área da colônia foi ampliada, com a compra de sucessivas glebas de terras, adentrando o território do município de Palmeira das Missões, hoje parte do município de Condor. A colônia Xingu, menor em área, viu-se isolada, distante das vias de comunicação, ofertando terras a preços mais acessíveis, reproduzindo em menor escala a estrutura e o projeto de colonização implementado em Neu-Württemberg. Já a colônia Fortaleza/Erval Seco só foi colonizada na década de 1920, fruto da especulação de terras frustradas, uma vez que a área não se valorizou, contribuindo para isso o terreno acidentado e a queda do preço dos lotes coloniais, no mercado de terras. Para liquidar as terras da área, optou-se por delimitar duas sedes urbanas, e impulsionar a venda de vários lotes a um mesmo comprador, sem exigência de moradia e cultivo, independentemente da origem étnica. Daí a presença significativa de colonos italianos, luso-brasileiros, poloneses (somando cerca de 35%), e colonos alemães (aproximadamente 65%). As posses Boi Preto e Castilhos foram medidas e vendidas em grandes áreas, sem qualquer outro investimento. A colonização desordenada sinaliza para a ausência de um projeto claro, no momento da compra das glebas de terras, e, ao mesmo tempo, as práticas variáveis, dentro de um mesmo empreendimento/projeto colonial, ditadas pelo tempo, o espaço e o mercado.

Dado o panorama geral, cabe situar o Dr. Meyer no mundo colonial, seu empreendimento, seu projeto de colonização e sua rede social. O capital social, intelectual e financeiro da família Meyer, proprietários do Instituto Bibliográfico de Leipzig, na Alemanha, foi a base financeira para o empreendimento de colonização no noroeste do Rio Grande do Sul. O jovem Dr. Hermann Meyer (1871, Hildburghausen – 1932, Leipzig) obteve seu título de Doutor em Filosofia, na área de Antropologia e Etnografia, na Universidade de Jena, em 1895, após defender tese sobre a cultura indígena do Brasil central. Para aprofundar seus conhecimentos e coletar material empírico, Meyer organizou duas expedições à região das nascentes do rio Xingu, no Mato Grosso. A primeira, de fevereiro de 1896 a janeiro de 1897, partiu da Europa em setembro de 1895, permaneceu por várias semanas no Rio de Ja-

neiro e duas em Florianópolis, quando passou pelo Rio Grande do Sul para contratar o teuto-brasileiro Carlos Dhein; a segunda, de janeiro de 1899 a novembro de 1899, Meyer partiu da Alemanha em fins de agosto de 1898, fazendo várias escalas no Brasil, chegando ao Rio Grande do Sul, provavelmente, em 23 de setembro, demorando-se, por alguns dias, na capital, quando realizou viagem pela antiga zona colonial alemã e pelas colônias italianas, em outubro/novembro. Posteriormente, realizou uma viagem de reconhecimento pelo noroeste rio-grandense, quando conheceu seu complexo colonial, entre novembro e dezembro. Na virada daquele ano, encerrou a passagem pelo estado, deslocando-se para a região da Campanha, até o Uruguai. Sua última viagem ao país e seu núcleo colonial ocorreu no segundo semestre de 1900, retornando nas primeiras semanas de 1901, acompanhado de sua esposa Elisabeth Meyer (Neumann, 2016).

Nessas expedições, Meyer percebeu no comércio de terras via colonização um campo de investimento promissor, alinhado às discussões dos intelectuais americanistas, que viam com bons olhos a emigração de alemães para o Rio Grande do Sul. Foi nessa trajetória que entrou em contato com o teuto-brasileiro, filho de colonos da região de Montenegro, Carlos Dhein e seus irmãos, o qual se prontificou em materializar um projeto de colonização no Planalto Rio-grandense, atuando como seu representante – unia-se, assim, o capital estrangeiro e o saber do colono rio-grandense. A sociedade entre ambos foi formalizada em 1898, e desfeita no final de 1900. A partir de então, Meyer era o único proprietário da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, com sede em Leipzig, Alemanha, e escritório em Neu-Württemberg, onde mantinha um diretor da colônia e um guarda-livros, em geral, imigrantes alemães, logo, era uma empresa privada de capital estrangeiro. A Colonizadora Meyer ficou na ativa até 1932, quando entrou em inventário e liquidação, em virtude do falecimento de seu proprietário, encerrando, formalmente, suas atividades.

O projeto de colonização do Dr. Meyer, implementado por intermédio da colonizadora, foi pensado e adaptado à conjuntura da nova zona colonial, no transcorrer do processo, fazendo concessões, ora pressionado pelos colonos, ora pela concorrência, ora pelos seus próprios administradores, ora pelas circunstâncias políticas, econômicas e sociais que sacudiram o Brasil e a Alemanha entre 1897 e 1932, especialmente a Primeira Guerra Mundial, e, no período posterior, atravancaram o processo de liquidação do empreendimento. A concessão da autorização para a emigração por parte do governo da Alemanha, em 1906, por si só, assegurava sua legitimidade e credibilidade, ponto sempre ressaltado em sua propaganda. Em termos de "projeto de colonização étnico", apresentou-se aos emigrantes alemães em potencial como alternativa diferenciada em relação às demais opções, uma

vez que se propunha a realizar e subsidiar um "trabalho cultural" centrado na educação e na assistência religiosa, aspectos negligenciados nas demais áreas coloniais do Rio Grande do Sul, e, neste contexto, nas colônias mistas. Empenhou-se na construção de uma "colônia-modelo", onde era possível "ser" e "permanecer" alemão, retardando ao máximo a assimilação do meio cultural nacional. Tal ideário também seduziu os colonos das colônias velhas no estado, atraídos pelos preços reduzidos dos lotes coloniais e pela fertilidade do solo. Seu objetivo consistia na realização de um trabalho cultural, porém não assistencialista ou filantrópico (Neumann, 2016).

O discurso da Colonizadora Meyer, ao longo de sua atuação, procurou reforçar sua imagem de empresa interessada na preservação da germanidade dos imigrantes, afastando-se da alcunha de empresa estrangeira e capitalista, que tinha por propósito o retorno do capital investido, por meio da comercialização de lotes coloniais, a preços relativamente elevados – a infraestrutura era um diferencial, e os colonos deveriam pagar por isso. A representação externa oscila entre essas duas imagens. Internamente, a documentação administrativa revela o fracasso financeiro do empreendimento, uma vez que o capital investido não foi recuperado, nem gerou os lucros esperados, não vacilando em cobrar as dívidas dos colonos. Para compensar a decepção financeira, Meyer reforçou o papel cultural e modelar do seu empreendimento de colonização, retirando-se, gradualmente, do cenário colonial. Enquanto o idealizador e proprietário da empresa era obscurecido, no complexo colonial, o imigrante alemão Hermann Faulhaber, pastor luterano, e, posteriormente, diretor da colônia, emergiu como a figura-chave e referência de colônia alemã e colonização no Planalto Rio-grandense.

Enfim, ao analisar no microscópio esse protótipo de empresa de colonização e seu complexo colonial, foi possível lançar luz sobre a estrutura e o funcionamento dos empreendimentos de colonização privados, e sua interface com o Estado, bem como compreender a construção de políticas públicas – ou sua ausência – de imigração e colonização, e como estas (re) configuraram o acesso, a posse e a propriedade da terra – no Planalto Rio-grandense, o lote colonial fragmentou o latifúndio e elevou a densidade demográfica.

PALAVRAS FINAIS

Portanto, as empresas de colonização foram fundamentais na expansão da fronteira colonial, via colônias particulares – étnicas, mistas, confessionais – na região do Planalto Rio-grandense na Primeira República. Empresas/colonizadoras, empresários/colonizadores e empreendedores/colonos são categorias em revisão e (re)atualização na historiografia, que, a

cada novo estudo, evidencia que o assistencialismo e a filantropia não estavam nos objetivos das colonizadoras privadas, que funcionavam como empresas capitalistas, muito menos dos seus proprietários, que agiam como empresários. Esse perfil sobressai no caso da Colonizadora Meyer, a qual tinha um projeto de colonização bem estruturado, adaptado às circunstâncias do cotidiano, com um viés capitalista, evidenciado no comércio de terras, e um viés cultural, ao propiciar assistência religiosa e educacional, voltada à preservação da germanidade.

E os colonos, sujeitos desse processo, como se comportavam? Os indícios apontam para um imigrante/colono europeu empreendedor, que optou por mudar sua trajetória de vida, ao emigrar e empreender em uma nova colônia – esse era o projeto ou a utopia vendidos pela Colonizadora Meyer, ao oferecer uma nova Württemberg aos emigrantes alemães, em terras rio-grandenses. Independente da terminologia, os lavradores nacionais, quilombolas e indígenas foram marginalizados e excluídos deste processo, empurrados para fora das áreas coloniais, categorizados como "intrusos". As políticas de assentamento dessas populações marginais foram tímidas, assumindo mais um projeto personalista de um ou outro agente público, do que política estatal.

Finalmente, o estudo das empresas ou companhias de colonização constrói um universo na historiografia da imigração e colonização, distinto da realidade das colônias públicas. Embora o acesso aos documentos das colonizadoras ainda seja um dos principais obstáculos, muito se tem avançado, especialmente em relação ao Planalto Rio-grandense, ao Centro-Oeste de Santa Catarina e ao Paraná. Significativa parcela desse esforço de estudo, sistematização e socialização dos resultados de pesquisa pode ser conferida nos volumes da coletânea "Colonos, colônias e colonizadoras", organizada por João Carlos Tedesco e Rosane Marcia Neumann.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ). 1932 a 1888. Disponível em: https://bndigital.bn.br/acervo-digital/brasil-ministerio-imperio/720968. Acesso em 10 de ago. de 2023.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização*: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Caxias do Sul: Educs, 2001.

NEUMANN, Rosane Marcia. Empresas colonizadoras e empresários: a colonização particular no Rio Grande do Sul (séc. XIX e XX). In.: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras*: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. VI. Passo Fundo: Ed. UPF, 2023, p. 13-58.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura*: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul: 1897-1932. São Leopoldo: Oikos/UNISINOS, 2016.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1919.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Augusto Pestana, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 25 de julho de 1927. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 31 de maio de 1928. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1928.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Eng.º Civil João Fernandes Moreira, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 25 de julho de 1929. Vol. 1. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1929.

RELATÓRIO da Diretora de Terras e Colonização. Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no Estado, 1919.

RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado Engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1915.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras*: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. VI. Passo Fundo: Ed. UPF, 2023.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras:* aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. V. Passo Fundo: Ed. UPF, 2019.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras:* aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. IV. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *Colonos, colônias e colonizadoras*: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. v. III. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

Recebido em: 17/11/2023

Aceito em: 03/06/2024

ASSENTAMENTO E PROPRIEDADE NA FLORESTA "*URWALD*" COLONIZADA: OS ALEMÃES NO BRASIL MERIDIONAL (SÉCULOS XIX E XX) E INFLUÊNCIAS SOBRE A VIDA COMUNAL

SETTLEMENT AND PROPERTY IN THE COLONIZED FOREST "URWALD": THE GERMANS IN SOUTHERN BRAZIL (19TH-20TH CENTURIES) AND INFLUENCES ON COMMUNAL LIFE

Eduardo Relly[1]

RESUMO

A colonização alemã no sul do Brasil teve início em 1824, e moldou, de forma permanente, a paisagem natural e cultural desta região. Devido a políticas específicas gerenciadas pelas classes políticas brasileiras nos séculos XIX e XX, os colonos alemães se estabeleceram no interior do sul do Brasil, onde ocuparam paisagens densamente florestadas. Estas florestas (que os imigrantes chamavam de *urwald*) faziam parte do bioma da Mata Atlântica, e, em geral, não eram limitadas por nenhum tipo de lei ou direito formal nacional/imperial. Além disso, os colonos alemães adquiriram, com o tempo, plenos direitos de propriedade privada sobre o

1 Eduardo Relly é um historiador ambiental e das ciências na América Latina com ênfase em biotecnologia, recursos genéticos, ciências agrárias, silvicultura e climatologia. Doutor pela Freie Universität Berlin (2015-2019) junto ao Lateinamerika-Institut, com subsídio do CAPES/DAAD. Atualmente, é pesquisador e docente na Friedrich-Schiller-Universität Jena junto ao projeto colaborativo "Structural Changes of Property", financiado pela Deutsche Forschungsgemeinschaft (2021-2024). Antes disso, concluiu seu Pós-Doutorado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2019-2020) com bolsa de pesquisa da CAPES. No Brasil, concluiu o seu Mestrado interdisciplinar em Ambiente e Desenvolvimento (área Ciências Ambientais) pela Universidade do Vale do Taquari (2013), onde também graduou-se em História no ano de 2008. Além de ter obtido Magna cum Lauda como nota final de seu doutoramento, os resultados de sua tese foram premiados pela Associação Austríaca de História Ambiental. Tem estadias de pesquisa na Universidade de Bielefeld (Bielefeld Graduate School in History and Sociology, 2014) e no Rachel Carson Center da Ludwig-Maximilian-Universität-München (2021). Possui experiência e interesse nas áreas de história das ciências, história ambiental, global history, história das imigrações e teoria dos commons, propriedade intelectual de recursos genéticos, buscando integrar as agendas de pesquisa em clima e biodiversidade nas Américas e suas conexões globais. Fez parte do Conselho Editorial da Revista História Unisinos. É também membro do podcast Appropriate e colaborador do Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Avanzados Latinoamericanos -CALAS, Cono Sur y Brasil (Laboratório IV: Identidades estratégicas e crise na América Latina, Processos e tensões). É afiliado em diversas associações de pesquisa tanto na América Latina quanto na Europa, das quais destaca-se a AHILA (Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos) e ADLAF (Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina).

solo florestado. O resultado deste conjunto institucional causou profundas mudanças ecológicas, mas também originou formas específicas de vida comunitária e padrões de assentamento, que podem ser, parcialmente, atribuídos aos enquadramentos culturais do campesinato alemão, e ao crescente controle estatal sobre os recursos florestais, mineiros e agrícolas. Assim, este texto pretende associar aspectos da propriedade da terra (especificamente, a propriedade em solo florestal), vida comunal e estruturas de assentamento de forma binacional (Alemanha e Brasil), observando tal processo no Brasil meridional.

Palavras-chave: Colonização alemã; Colonização; Propriedade; Mata Atlântica; Vida comunal.

ABSTRACT

German colonization to southern Brazil started in 1824 and shaped the natural and cultural landscape of this region permanently. Due to specific policies managed by the Brazilian political classes in the 19th-20th centuries, German colonists settled in the southern Brazilian hinterland where they occupied dense forested landscapes. These forests (the immigrants used to call them urwald) were part of the Mata Atlântica biome and they were in general unrestricted by any kind of national/imperial formal law or right. Moreover, German colonists had meanwhile acquired full private property rights over forested soil. The output of this institutional set caused profound ecological changes, but also originated specific ways of communal life and settlement standards which partially may be attributed to the cultural framings of the German peasantry and impending state control over forest, mining and agricultural resources. Therefore, this text aims to associate aspects of property of the land (specifically property on forested soil), communal life and settlement structures in a binational manner (Germany and Brazil), but with a focus in southern Brazil.

***Keywords**: German colonization. Settlement. Property. Mata Atlântica. Comunal Life.*

INTRODUÇÃO

A forma como a colonização florestal do *urwald* no Brasil meridional se desenvolveu apresenta diferenças contrastantes com o mundo camponês dos antigos estados alemães ("Alemanhas", de agora em diante). Destaca-se de antemão, no Brasil, a inexistência da aldeia ou do *dorf* como unidade de assentamento básica, e, por consequência, houve uma distribuição/fragmentação das áreas de moradia pela paisagem ocupada.

Viver no *urwald* do Brasil meridional era, sobretudo, viver na picada (*pikade*), na linha ou ainda na *schneise*, termos que foram readaptados no contexto sul-brasileiro de antigas denominações regionais ou suprarregionais, que, via de regra, também indicavam os processos de colonização florestal da Europa central, a partir do fim da Alta Idade Média. A vida na picada teuto-brasileira foi alicerçada, também, através do vínculo de propriedade privada, existente entre os colonos e o lote rural, que se intensi-

ficou, sobretudo, a partir de 1850, com a Lei de Terras implementada pelo extinto Império Brasileiro. Ademais, os agricultores e as agricultoras teuto-brasileiro(a)s adquiriram terras dentro de uma estrutura pré-planejada de assentamento, que visava a maximizar o uso da terra, no curto e médio prazo, para fins de exploração agrícola, e ocupação territorial permanente.

No entanto, padrões ancestrais e históricos de ocupação territorial nas "Alemanhas" pré-modernas conjugavam experiências de propriedade comunal, assentamento no território e formas de sociabilidade de modo radicalmente distinto. Diferentemente de um contexto aldeão da Europa central, no Brasil, especificamente no interior de sua colônia ou prazo de terra, os colonos e as colonas podiam organizar com relativa liberdade a distribuição espacial de sua propriedade rural. Operaram-se no Brasil, logo, sob o signo da colonização, mudanças, adaptações e permanências, que ainda são visíveis na paisagem física e nas formas de relação social intracomunitária vigentes na região meridional do país. Assim, e sob os aspectos da propriedade do solo, analisaremos as interrelações entre os padrões de assentamento na Mata Atlântica sul-brasileira, propiciadas pela colonização de povos alemães e as expressões da vida comunal que resultaram deste processo. O foco empírico da análise remonta à colônia de Santa Cruz, no contemporâneo estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

1 As picadas, linhas e *urwaldschneisen*

Desde o remoto período carolíngio, tempo de desmatamento e de colonização dos principais maciços florestas ocidentais das "Alemanhas", o sistema de picadas ou *schneisen* pode ser rememorado (Geisbüsch, 2004). Johann Wäppaus (1871, p. 1835) relembra que tal designação, no caso da descrição da organização do povoamento alemão no Rio Grande do Sul, era uma sobrevivência de uma antiga palavra renana, que permaneceu na língua e cultura geográfica e comunitária dos colonos. Nas "Alemanhas", *schneise* veio a significar importante elemento da nova infraestrutura florestal advinda da moderna silvicultura ou *forstwirtschaft*: o termo designou os caminhos que cortavam a floresta em áreas regulares, no sentido de facilitar a derrubada e o transporte de árvores (Hachenberg et al., 1992). Paul Langhans (1889), ao cartografar Santa Cruz, não escondia a sua admiração pela excelência do sistema de picadas, que possibilitou a existência da colônia, em meio a uma floresta densíssima.

"*Eine Pikade ist nichts anderes, als ein in den Wald gehauener Durchschlag, ein Waldweg überhaupt. Die Landloose werden dabei so aufgetheilt, daß jedes an*

diesen Weg oder diese Pikade stößt"[2] (Hörmeyer, 1863, p. 185). Com estas palavras, descreveu Joseph Hörmeyer a espacialidade do assentamento em Santa Cruz, de modo que o caminho estreito pela mata orientava a distribuição dos lotes rurais. Este padrão de ocupação florestal não era totalmente novo, na história das colonizações florestais europeias. Frederick Luebke (1990) e Leo Waibel (1949) identificaram a similaridade do modelo espacial da picada teuto-brasileira em relação aos assentamentos do tipo *waldhufen*, que marcaram as colonizações florestais no quadrante leste dos antigos territórios alemães, para além do rio Oder (*ostsiedlung*), e nos contemporâneos estados federais da Saxônia e da Turíngia. Concebido originalmente no *Odenwald*, nas imediações de Heidelberg, os assentamentos *waldhufen* – assim como nas colônias do sul do Brasil – testemunharam o uso de técnicas de queima florestal ou *brandwirtschaft* (Williams, 2003). Porém, nos séculos XVIII e XIX, a colonização de florestas na Prússia não apresentava mais este padrão. As colônias florestais que surgiram na despovoada Pomerânia, na conjuntura pós-Guerra dos Sete Anos, não apresentavam mais esta configuração espacial.

A picada foi o modelo de assentamento que preponderou no Brasil meridional, na Argentina, no Paraguai, e, em menor escala, no Chile. Só em raras ocasiões, coube aos colonizadores alemães reconstruírem, completamente, suas experiências de assentamentos concentrados no sul do Brasil (Weimer, 2004). Por vezes, uma picada podia ser reaproveitada de algum caminho já existente, e ser, assim, convertida para fins de colonização. O termo era tão comum, nas bocas dos atores, que durante a colonização da Picada Rio Pardinho, entre 1851 e 1852 (o segundo assentamento florestal da colônia Santa Cruz), os colonos antigos, estabelecidos no núcleo original desde 1849, já viviam na *Alte Pikade* ou Picada Velha. O desenvolvimento da colonização em picadas em Santa Cruz ocorreu, cronologicamente, desta forma: 1849, Picada Santa Cruz; 1851, *Querpikade* ou Travessão da Picada Velha; 1852, Picada Nova ou Rio Pardinho; 1854, Travessa Dona Josefa e Picada Dona Josefa; 1855, Linha Bom Jesus (fracassada); 1856, Linha Andrea e Entrada Rio Pardinho; 1857, Linha São João e Sinimbu; 1858, Picada Vila Tereza; 1859, Linha Ferraz; 1860, Nove Colônias; 1862, Picada Cima da Serra. Estes núcleos conformavam a área administrativa da colônia Santa Cruz (Martin et al., 1999). O sucesso do empreendimento trouxe, entretanto, investidores privados, que adquiriram terras florestais nos arrabaldes, com fins de colonização para estrangeiros. Destacaram-se, neste sentido,

2 "Uma picada não é outra coisa que um corte transversal na floresta, um caminho florestal acima de tudo. Os lotes são distribuídos de tal forma que todos eles devem se comunicar com esse caminho, com essa picada". (Tradução do autor).

a Picada Karlsruhe (1860), Rio-Pardense (1862) Picada Schwerin (1870). As picadas eram assim distribuídas, e nelas os assentamentos refletiam formas de organização comunal que assumiam expressões culturais distintas (religiosas, territoriais de origem, familiares, etc.).

2 Habitat em fileiras: a vizinhança

O sistema de vizinhança foi um desenvolvimento relevante para a reconfiguração espacial do *urwald*, e é consequência do modelo de picadas na floresta. De alguma forma, Jean Roche (1969, p. 209), que também o chamou de "habitat em fileiras", o entendeu como uma reação ao assentamento disperso, que, repetidas vezes, foi a causa da sensação de solidão e isolamento dos colonos, em meio às matas. Tratava-se, sobretudo, de uma tendência dos colonizadores em construir suas casas próximo às estradas ou picadas que davam acesso longitudinal aos seus lotes. Esta disposição reorientou a vida social e econômica dos colonos, de modo que a recomendação de Albert Sellin ("*man von unten nach oben [...] colonisieren muß*"[3]) tornava-se factível em relação ao processo de colonização do lote individual. O habitat em fileiras era para Roche a infraestrutura espacial de um modelo político-econômico por ele denominado como "democracia rural" (Roche, 1969, p. 633), uma categoria pouco analisada pela ciência social e pela historiografia brasileiras até nossos dias. A democracia rural da classe agrária teuto-brasileira tinha um forte componente geográfico, uma vez que o geógrafo francês associava o ambiente florestal, o isolamento de comunidades teuto-falantes e o estiolamento cultural dos colonos e das colonas como origem de tal agregado sociológico. A democracia rural era, sobretudo, econômica, pois se baseava na autarquia econômica do núcleo familiar, moldado num mecanismo de integração mista com os mercados capitalistas, e socialmente reprodutível, através do processo de "enxamagem" demográfica ou por migrações internas (Roche, 1969, p. 777).

Tomemos Santa Cruz como exemplo. Ali, o sistema de vizinhança apresentava dimensões variadas. Comunidades grandes, fundadas ao longo do curso do rio Pardinho e do Taquari-Mirim, como a Picada Rio Pardinho e a *Alte Pikade* contavam, respectivamente, em meados da década de 1870, com cerca de 92 e 148 lotes rurais. A picada de Dona Josefa, que fazia um ecótono em sua fronteira sul com áreas abertas de campo, contava com cerca de 107 lotes; Linha Ferraz, com 54 prazos coloniais. Estes dados foram colhidos pelo antigo diretor do assentamento, Carlos Trein Filho, para avaliação da dívida colonial.

3 "Deve-se colonizar de cima para baixo". (Tradução do autor).

Um mapa anônimo confeccionado entre 1870 e 1871, e que retratava as picadas Rio Pardinho e Santa Cruz, fornece informações preciosas para averiguação dos padrões de assentamento. O modelo de fileiras e vizinhança é plenamente perceptível. As moradias se dispunham ao longo das estradas, algumas preservaram certa distância, e as casas – principalmente em Rio Pardinho – foram, geralmente, instaladas em áreas não suscetíveis às enchentes. Rio Pardinho e Santa Cruz foram descritas no mapa de Paul Langhans (1889, p. 185-187) como áreas "*gebirgig aber fruchtbar*"[4], e, por isso, ali os assentamentos se alongavam até os contrafortes da Serra Geral, concentrando florestas, na parte traseira do lote, gerando uma similaridade com o padrão *waldhufen*. As propriedades rurais, frequentemente, se limitavam seguindo os acidentes geográficos locais, montanhas, outras picadas (travessões) e cursos de água. Em Santa Cruz, os lotes mediam, primeiramente, 77 hectares, depois, a partir de 1851, 48,4 hectares (Vogt, 2006).

O assentamento rural disperso na paisagem foi menos frequente na história das "Alemanhas". Ele é identificado, sobretudo, nos Alpes, e em áreas acidentadas da Baviera e da Áustria, onde recebeu o nome de *einzelhof* ou *einödhof* (Willems, 1946, p. 74); sua origem pode estar ligada à especialização da economia de laticínios em terras não propícias à agricultura (Winckler, 2012). O assentamento em aldeias (*verdorfung*) tem suas origens, contudo, nos múltiplos controles comunitários existentes sobre as terras comuns (*allmende*), fato que gerou, por consequência, alterações na reorganização do trabalho comunal. Daniel Curtis (2013) e Tine de Moor (2008) exploram esta assertiva, e formulam – a partir de pesquisas no mundo rural alemão e holandês da Baixa Idade Média – a prevalência de duas forças para a aglutinação dos assentamentos rurais na Europa central: o comunalismo e o sistema de campos abertos, não cercados ou (*open fields*); este demandava o uso comunalmente regulado (*flurzwang*) do solo agrícola disponível, e a aldeia favorecia o controle deste arranjo, já que os usuários camponeses tinham a obrigação de ter suas residências no perímetro da aldeia.

Por viverem anteriormente em assentamentos concentrados, a *streusiedlung*, ou assentamento em fileiras das colônias teuto-brasileiras, teve na picada-estrada seu eixo de comunicação principal. Sem a praça da aldeia (*dorfplatz*) ou da cidade (*stadtplatz*), os colonos passaram a desenvolver diversas atividades artesanais, no interior de seus lotes. Ferrarias, selarias, carpintarias, etc., eram construídas, inicialmente, dentro das propriedades – no pátio interno ou no *hof* do colono –, alterando a percepção secular do exercício de ofícios em ambientes concentrados ou semi-urbanos. Em Santa Cruz, todavia, coube aos faxinais (Faxinal João Faria, Faxinal Dona

4 "Acidentadas-montanhosas, mas férteis". (Tradução do autor).

Josefa, Faxinal dos Fagundes, etc.) sediarem os nascentes centros urbanos planejados pelas autoridades brasileiras; eles refletiam o padrão lusitano de assentamento no Rio Grande do Sul, em áreas abertas e/ou de campo.

Günter Weimer (1998), num *insight* de *histoire croisée*, defende a ideia de que o habitat em fileiras ou sistema de vizinhança não pode ser entendido fora da experiência social prévia do *dorf*, pois o primeiro estruturou não só uma ruptura na espacialidade, mas, por outro lado, reforçou, informalmente, uma série de compromissos e obrigações comunais, entre os vizinhos. A estrutura comunitária das expressões religiosas reforçou esta tendência, sendo muito comum que vizinhanças no *urwald* se definissem em termos confessionais (Dreher, 2005). Tais obrigações diziam respeito, sobretudo, à mutualidade dos trabalhos agrícolas, à escola das crianças e à vida religiosa (Gertz, 2007); viver na vizinhança, na picada, obviamente não significava imunidade a desentendimentos, motivados, frequentemente, por invasões de terras, pisoteamento de lavouras por animais de criação e limites duvidosos de propriedade (von Mühlen, 2017).

Eventualmente, as bases policêntricas do poder comunal (Majo, 2019) como existentes na aldeia ou na terra comunal camponesa (*allmende/commons)* nas "Alemanhas", e os efeitos a longo prazo da controversa "democracia rural" de Roche para o fenômeno de transplantação do mundo camponês alemão para o Rio Grande do Sul, permanecem como fatores hipotéticos para o desenvolvimento da vida comunal no Brasil meridional. A discussão divide os especialistas regionais, principalmente no eixo da ciência política e da economia do desenvolvimento; eles se agrupam, ora sob o eixo histórico-cultural da teoria do capital social de Robert Putnam (Dallabrida, 2006), ora sob as concepções agenciais do desenvolvimento (Mueller, 2020). Na historiografia, René Gertz (2010) tem liderado a discussão sob o prisma weberiano, e o autor (2022) busca refletir a história dos *commons* europeus no Brasil meridional através do argumento Polanyiano e marxista. O debate está aberto para novas e necessárias pesquisas.

3 Centros comunitários e ofícios

A acomodação de vizinhança e estabelecimento de laços comunitários gerava, com frequência, um impulso centralizador. Alguns colonos, normalmente irmanados religiosamente, e, não raro, mais prósperos, cediam terrenos para fins de vida comunitária. Em Dona Josefa, por exemplo, em 1864, o colono August Pfaffendorf cedeu parte de seu lote rural para a instalação de uma igreja em enxaimel (Dummer et al., 2015), um dos templos protestante-luteranos mais antigos do Brasil e da América Latina. A própria administração da colônia reservava, ocasionalmente, áreas para tais fins.

Os centros comunitários, ou vilas, congregavam, normalmente, as seguintes edificações e aparelhos sociais: escola (e a casa do professor), igreja (eventualmente, anexa à casa do pastor ou padre), salão de festas, capela mortuária, e cemitério (Dreher, 2005). Configuradas nas interseções das picadas-estradas, as vilas passavam a atrair em pouco tempo os ofícios e as atividades comerciais (Seyferth, 1974). Neste sentido, em Santa Cruz, e em outros assentamentos teuto-brasileiros no Brasil meridional, foram igualmente relevantes a existência de casas comerciais (vendas), bodegas (tabernas), moinhos, serrarias, sapatarias, carpintarias, olarias, funilarias, ferrarias, carijos para a erva-mate, entre outras instalações, na dinamização comunitária (Vogt, 2006). Virgínia Etges e Silvio Correa (2002) relacionaram este processo inicial de concentração dos assentamentos em Santa Cruz à emergência de um tímido *strassendorf* (aldeia construída ao longo de uma estrada), na medida em que as edificações seguiam o traçado da picada-estrada sem manifestas ramificações.

De modo geral, a sede das colônias estatais dispunha de uma praça urbana para futuras instalações comerciais e outras pertencentes às esferas do poder civil, militar e religioso. O núcleo primitivo da picada Santa Cruz se estabeleceu, primeiramente, sobre o Faxinal de João Faria, e foi, embora acanhado, já nos idos de 1850, sempre percebido como uma cidade. O *status* urbano do povoado ganhou impulso em 1860, quando o pastor Bergfried amealhou recursos do Conselho Superior Eclesial da Prússia para a ereção de um templo evangélico; um pouco antes, em 1859, a colônia já possuía uma capela curada (Radünz, 2006; Vogt, 2006), tornando-se freguesia, a menor unidade administrativa-religiosa do padroado imperial brasileiro. Estes elementos – aliados ao traçado ortogonal da sede da colônia, com suas grandes praças centrais – tiravam de Santa Cruz sua característica de aldeia, alcançando, assim, um posto semelhante às cidades rurais (*ackerbaustädte)* das províncias renanas e pomeranas. No entanto, esta percepção era também dependente de fatores culturais que se relacionavam com as vivências anteriores dos atores. Dessa forma, explica-se uma anedota local que ilustra a chegada de um grupo de boêmios de língua alemã a Monte Alverne, em 1873; ao chegarem no *Stadtplatz* da mesma colônia e por virtude da exiguidade de casas e a precariedade de infraestrutura urbana, as mulheres do grupo teriam exclamado: "Senhor Deus, se isto é para ser a cidade, como não será então a aldeia!" (Vogt, 2006, p. 142).

Se as cidades dispunham de alguma atenção estatal para a formação de aparelhos sociais básicos, a manutenção de uma vila teuto-brasileira exigia alguns sacrifícios diretos dos membros da vizinhança. Não havia, no *urwald* brasileiro, em suas picadas e vilas uma *gemeinde* política (ente comunal administrativo formalizado) (Bertram, 1914) para diluir custos de apa-

relhos sociais coletivos; tampouco, um nobre com jurisdição patrimonial (*gutsherr)*, uma *domäne* principesco ou real (áreas de propriedade exclusiva do príncipe ou do rei, que ora revertia benfeitorias para comunidades próximas), ou qualquer outro tipo de posse comum – como era o caso da floresta da *gemeinde* (*gemeindewald)* no Hunsrück (Gildemeister, 1962) – para financiar estruturas comunitárias. Não se deve, entretanto, menosprezar as energias dos diretores de colônias e os recursos que eles mobilizavam; mas a urgência das obras infraestruturais e a pressão do caixa provincial eclipsaram, de certa forma, tais desenvolvimentos. Restava, frequentemente, aos colonos pagar o professor e o pastor, construir escola, cemitério e igreja, a partir das relações estabelecidas na vizinhança (Dreher, 2006).

Se por um lado, as relações de vizinhança e comunitárias eram de vital importância para as comunidades teuto-brasileiras e se mantiveram como esteios da vida comunal no sentido de diminuir os custos de transação da colonização rural, por outro aspecto, as relações de propriedade no Brasil tendiam a uma privatização da gestão territorial e da própria gestão econômica doméstica. Neste sentido, o Brasil oferecia solo e naturezas coloniais (reputados vazios e postos à disposição dos neófitos europeus), além de amplas liberdades jurídicas na relação com os recursos ambientais. A escravidão, teoricamente, não poderia existir nos assentamentos, e a propriedade fundiária não deveria se igualar ao modelo de grande lavoura existente nos polos econômicos mais dinâmicos do país. Obviamente, esta realidade trouxe também impactos à vida comunal dos teuto-brasileiros.

4 Os colonos e as colonas como waldbesitzer ou proprietários da floresta

"*Alles was ich arbeite und erziele, ist ungeschmälert das Meinige*"[5], assim dizia orgulhosamente o colono Carl Heinrich Merten, em carta datada de janeiro de 1853, postada na *Allgemeine Auswanderungs Zeitung*. O *landrat* von Arnin, de Simmern, explicava no século XIX que as terras no Brasil se constituíam "*teils in Weiden, teils in Waldungen […] als Eigentum*"[6] (Faller, 1974, p. 8); acrescentava que a atração da monarquia bragantina nas comunas regionais se fundamentava, justamente, nas possibilidades de acesso à propriedade fundiária e florestal. Michael Mullhall (1974), em 1873, manifestou admiração pelo orgulho dos alemães de São Leopoldo em se considerarem proprietários de suas terras e matas.

De fato, a grande propriedade privada florestal era uma realidade

5 "Tudo que trabalho e almejo é sempre para mim". (Tradução do autor).

6 "Parte em campos, parte em florestas como propriedade". (Tradução do autor).

insondável na Prússia do século XIX para a maioria da população camponesa, sobretudo a parte mais empobrecida, que foi empurrada para a emigração (Schmidt, 2010). E dela – numa perspectiva de propriedade liberal absoluta – somente podemos falar a partir do *landkulturedikt* (1811) da era Stein-Hardenberg (Hasel, 1974), que buscou intermediar a dissolução das relações servis no campo prussiano.

As chances de famílias originariamente camponesas das províncias prussianas do Reno e da Pomerânia (origens da maior parte das famílias emigradas para Santa Cruz) possuírem florestas sob a rubrica da propriedade privada decorriam do contexto pós-1811, e da história anterior da propriedade florestal. Na Pomerânia, a floresta comunal era quase inexistente; sobretudo, reinava a floresta senhorial, que o camponês usava para a satisfação de suas necessidades, em acordo com o *juncker* (Hagen, 2002). A repartição indenizatória entre o camponês e o servo, decorrente da dissolução do vínculo servil, tocou marginalmente a área florestal; consequentemente, as florestas se concentraram nas mãos dos seus possessores tradicionais, os nobres, e, mais raramente, passaram ao controle das elites da comunidade camponesa, os *vollbauern* (Brakensiek, 1991). A Pomerânia logo se transformou numa província de grandes florestas privadas, cujos proprietários perfaziam, até 1918, as elites nobiliárquicas locais.

Na Renânia, a ocorrência da propriedade florestal privada era igualmente limitada para o camponês pobre ou assalariado (*tagelöhner)*. Havia, entretanto, diferenças marcantes. Na Província do Reno, a floresta comunal tinha pés firmes e antigos. Assim, no distrito de Koblenz (1862), a floresta da *gemeinde* (*gemeindewald)* predominava (145.425 hectares) em relação às florestas privadas (69.000 hectares) e estatais (25.900 hectares) (Höffler, 1862, p. 5).

A sobrevivência do *gemeindewald*, na província prussiana do Reno, foi obra, sobretudo, de Georg Ludwig Hartig, engenheiro florestal de grande reputação na ciência florestal europeia. Ele manteve a influência da floresta comunal na Renânia, mas a conectou ao patrimônio da *gemeinde* política, e, além disso, a colocou sob supervisão do serviço florestal prussiano. Isso significou que as matas comunais foram pouco divididas entre os antigos franqueados da floresta camponesa da aldeia (*markgenossenschaftlicher wald* – origem do *gemeindewald)*, restando, quando muito, em geral, parcelas bastante diminutas e fragmentadas a serem repartidas.

Os camponeses empobrecidos do Hunsrück foram severamente atingidos pelas medidas de Hartig, sobretudo pela primazia da silvicultura (Grewe, 2004), e das consequentes limitações do uso das matas, já que, nesta região, os domicílios eram mais dependentes do uso multifuncional das

florestas comunais (lenha, construção, frutos e cogumelos, pasto florestal para gado caprino e bovino, etc.). A Renânia era também a região mais populosa da Prússia pós-1815, e a permanência do *Code Civile* (instaurado na região em 1804, durante a ocupação napoleônica) exigia a divisão igualitária das heranças (*realteilung*), dificultando, no caso da propriedade florestal, a manutenção sustentável dos conjuntos silvestres (Bauer, 2009).

No sul do Brasil, a terra florestada era de grandes proporções, quando comparada com as realidades alemãs, e, frequentemente, a sensação dos colonos, neste sentido, era de satisfação. Peter Paul Müller, colono de São Leopoldo, dizia, em 1826, que sua vida brasileira podia ser comparada a dos "príncipes e condes na Alemanha" (Stolz, 1997, p. 75), pois possuía grande extensão de terras e florestas. A posse de cães igualmente representou um papel bastante simbólico para o proprietário do *urwald*, pois nas "Alemanhas" a manutenção de matilhas era dificultada pelos privilégios nobiliárquicos de caça, que, eventualmente, proibiam a existência de cães nas aldeias. Em um outro desenvolvimento paralelo e bastante significativo, a propriedade privada de florestas freou a economia de erva-mate, explorada, via de regra, de modo comunal em Santa Cruz, e, de modo geral, no sul do Brasil (Eckert, 2014). Ao possuírem direito indisponível sobre as matas, os alemães, em geral, dificultaram o extrativismo, e deram um sentido agrícola às florestas.

5 Cercamento

O cercamento da propriedade rural, embora não ausente do campo brasileiro, não constituía, por si só, uma tradição firmemente estabelecida. Ele se transformou, precocemente, numa idiossincrasia da colonização alemã no sul do Brasil, pois nas regiões de pecuária extensiva dos campos do Rio Grande do Sul – marcadas por grandes latifúndios – o cercamento de propriedades se viabilizou só por volta de 1875 (Farinatti, 2007). Com a pequena propriedade rural nas colônias meridionais, e os frequentes problemas de medições e conflitos de divisas, os colonos cercaram suas propriedades, sempre quando possível, principalmente na testada dianteira do lote, que dava acesso às vias de comunicação e a seus transeuntes e rebanhos (Tramontini, 2003). Outro problema que justificava o cercamento era a presença aumentada de predadores de rebanhos, notadamente os felinos de maior porte, animais que merecem ainda sua história cultural diante dos neófitos da Europa central.

Os colonos alemães cercaram suas propriedades na medida em que as possibilidades de tempo e trabalho permitiram (Willems, 1946); normalmente, isto ocorria depois da primeira colheita, em solo satisfatoriamente desnudado. Em Santa Cruz, a parte traseira do lote colonial geralmente

terminava no topo ou sopé de uma colina, e, via de regra, esse terreno era florestado e íngreme. Por isso, o cercamento de fundos não era prioritário, na medida em que a floresta oferecia uma barreira para o lote colonial. Os cercamentos e limites da terra são símbolos perenes da expansão global do capitalismo, e, no sul do Brasil, eles foram causa de inúmeros conflitos que, frequentemente atingiam as cortes judiciais das províncias sulinas. O impacto dos mesmos na vida comunal é de difícil avaliação, mas, de todo modo, pesquisas recentes apontam para sua significância (von Mühlen, 2017).

6 Distribuição interna do lote: padrões

A distribuição interna de lotes no ambiente de fileiras e picada foi sempre dependente dos atributos naturais de cada região e colônia. Lotes especialmente procurados eram aqueles que dispunham de água, e que não fossem agudamente íngremes. O recurso hídrico preferido era o arroio, pois, além do descarte de dejetos domésticos e animais através de sua corrente, possibilitava a conversão da energia mecânica da água em moinhos e serras. Era uma fonte de energia potencialmente aproveitável. Tal desenvolvimento ganhou importantes contornos no século XX, a partir da instalação de cooperativas de eletrificação, principalmente no Vale do Taquari e na serra gaúcha (Rio Grande do Sul).

No geral, a distribuição interna do lote rural da família de colonos teuto-brasileiras se dividia assim: campos agrícolas, a casa e benfeitorias ao redor do pátio (*hof*), potreiro (*viehweide*) e floresta.

Os campos agrícolas dependiam da localização do *hof*, no terreno. Por vezes, eles se limitavam à testada dianteira do lote, e davam acesso à picada-estrada, empurrando a casa e as benfeitorias, suavemente, para trás; era um campo relativamente pequeno, pois haveria um outro campo maior bem atrás do *hof*, tocando a borda da floresta (Weimer, 1998). Frequentemente, este campo agrícola dianteiro, depois da segunda colheita de feijão, era convertido em potreiro (*weide*) (Schultz, 1865). Outra configuração comum era a migração dos campos agrícolas para a traseira do *hof*, ficando eles em posição intermédia entre a floresta aos fundos e o potreiro, deslocando, assim, a casa para a beira da picada-estrada. Maximiliano Beschoren (1989) e a *Karte der Kolonie Santa Cruz* fornecem uma visão mais geral da colônia: predominou, portanto, com mais intensidade e frequência, a primeira variação, ainda hoje perceptível na paisagem.

O *hof* congregava a casa, estábulo, paiol, o forno de pão, e, frequentemente, um galinheiro (*geflügestall*), ou alguma oficina. Das últimas benfeitorias, separava-se a casa por um pátio interno; a própria casa, não raro,

dispunha de uma cozinha com fogão desmembrado de seu núcleo, originária, frequentemente de uma construção do tempo pioneiro. Ao redor da residência, o pomar, o jardim e a horta (Weimer, 2004). A casa detinha uma relação sempre próxima com o potreiro, pois o controle dos animais era assim melhor facultado (Wappäus, 1871). O pomar era, sobretudo, formado por cítricos e pêssegos, de acordo com Friedrich Gerstäcker (1863), e atendia à alimentação do rebanho suíno em particular, além do próprio domicílio (consumido *in natura* ou por meio de geleias); o pomar era plantado com a intenção adicional de proteger a casa dos ventos fortes e das tempestades de verão (*windschutz*). Na horta e no jardim, predominavam espécies europeias, cujas sementes acompanharam, frequentemente, os próprios atores na travessia oceânica; era um território do trabalho da mulher, das meninas e das jovens, importantes vetores de transferências genéticas e introdução de exóticas nas ecologias sulinas (Gierus, 2006). O paiol (*scheune*) era uma construção originada, normalmente, da primeira residência de madeira falquejada (*bretterhütte*) do colono, e servia a inúmeras finalidades: de dimensões acanhadas, armazenava o milho e o feijão, as ferramentas de trabalho (foice, facão de mato, machado, serrote, enxada, rastel, arado e utensílios anexos), selaria e uma água era construída de modo a proteger a carroça (Porzelt, 1937). Frequentemente, alguma máquina, como moenda de cana, monjolo, moedor e/ou descascador de aipim, debulhador de milho poderia ali também ser abrigada. Em Santa Cruz, a especialização comercial no plantio e no processamento de fumo demandou, rapidamente, a construção de estufas e benfeitorias anexas para a secagem do tabaco, que pertencia também ao espaço do *hof*. O chiqueiro de porcos (*schweinestall*) – construído antes do potreiro – ficava um pouco mais afastado, em razão dos fortes odores dos dejetos e da acumulação de moscas nos ambientes da vivenda. O estábulo (*stall*) guardava o rebanho bovino – as vacas, principalmente –, durante a noite, e o protegia de predadores, principalmente felinos, mas também morcegos. Ali, ocorria, bem cedo, diariamente, a ordenha de leite, de grande importância histórica para a economia rural de subsistência e comercial dos colonos teuto-brasileiros, e um trabalho em geral sexualmente adstrito às mulheres e meninas, cuja origem remonta ao campesinato central-europeu (Ave-Lallemant, 1953).

O potreiro era o território do pastoreio animal, sobretudo do gado bovino e equino. Primeiramente, no momento inicial do corte do *urwald*, sua existência foi secundada; mas, na medida em que a vegetação diminuía e os primeiros espaços agrícolas eram demarcados, logo, depois de algumas colheitas, certas áreas de plantio eram convertidas em potreiro de pasto. Como dito anteriormente, o potreiro localizava-se, normalmente, na parte dianteira (mais frequente) ou traseira do *hof*; ocupava, não raro, as melhores

terras da propriedade, pois a topografia de vales em Santa Cruz fazia com que as áreas em contato com a picada-estrada fossem, com frequência, as mais planas. Carl Lindman comentou que as plantas gramíneas que formavam os potreiros descendiam, em grande monta, de forrageiras europeias (Lindman & Ferri, 1974). Os potreiros compreendiam uma área minoritária do lote rural e contavam de 10 a 24% da área total da propriedade (Weimer, 1998).

Bem atrás, no limite traseiro, e não raro impreciso do lote rural, a floresta funcionava como reserva de madeira, lenha, forragem, coleta de frutos, plantas medicinais e caça (Correa & Bublitz, 2006). Sua manutenção era fruto das pressões demográficas e partilhas de terra. A conversão de áreas em potreiro de pasto, normalmente, exigia das primeiras gerações de colonizadores novos cortes na floresta; e eles, depois de algumas décadas, passavam a se situar em terrenos relativamente impróprios para agricultura.

No Hunsrück de 1850, o camponês vivia de modo semiurbano, na aldeia, e suas benfeitorias, hortas e pomares eram construídos no seu próprio pátio doméstico, ao redor de sua vivenda, ou anexos a ela. A terra era extremamente parcelada e descontínua (*parzellierung*), em grande parte fruto do sistema medieval de três campos (*dreifeldwirtschaft)* ali vigente, por séculos, e a consequente divisão de terras comunais, nos séculos XVIII e XIX. No distrito tributário de Kirchberg, por exemplo, da área usada exclusivamente para agricultura (8.867 hectares), havia 125.216 parcelas, que, em média, mediam 710 metros quadrados. O intenso parcelamento provocou a recomposição (*zusammenlegung)* das parcelas, durante a década de 1890, sem alteração substancial na distribuição do conjunto aldeia-campo; tal processo também favoreceu as famílias camponesas mais abastadas, expulsando aqueles com menores recursos financeiros, e mais dependentes dos minguados recursos comunais, que desapareciam sob o peso das reformas agrícolas liberais (Müller, 1906).

7 Desregulação propriedade e vida comunal: conclusões

O *urwald* era, assim, praticamente livre. Um território colonial no sentido de conquista, cuja razão política era o apagamento das ecologias e culturas indígenas e tradicionais, que construíram este ambiente. Sobre ele, no período de colonizações, vigorava um direito de propriedade quase irrestrito, somente limitado ao dano à propriedade florestal pública e alheia, e pelos códigos de posturas municipais, que versavam sobre a manutenção dos ervais públicos e os manejos permitidos de extração da *ilex paraguariensis* (Zarth, 2015). Logo, a única restrição legal sobre a floresta em

Santa Cruz incidia sobre as florestas de erva-mate, que, de acordo com a Câmara de Vereadores de Santa Cruz, em 1884, contavam somente 11% (4 léguas) da área territorial da vila, e elas eram, majoritariamente, públicas. De toda a forma, a lei de ervais incidia sobre terra pública, e não sobre o lote colonizado dos alemães, que, por sua vez, era balizado pelo status colonial.

Outra era a situação na Prússia. Não havia, entretanto, uma legislação unitária no Reino Hohenzollern, e as especificidades locais falavam alto. Em especial, aparece a província do Reno, onde o Hunsrück e o Eifel se localizavam. Nestas regiões, caracterizadas, historicamente, pela fragmentação política, partes delas eram, até o século XVIII, regidas por diferentes legislações florestais (Hasel, 1974). Predominavam ao lado das legislações principescas – promulgadas desde o século XVI, com a intenção de soberania sobre os direitos consuetudinários locais – também os *weistürmer* (regulamentos) das diferentes povoações, que resistiam ao avanço estatal sobre as ecologias agrícolas camponesas e expressavam formas comunais e populares do direito (Hachenberg et al., 1991).

Por outro lado, como vetor dos assentamentos sob uma linha da vida comunal, e por meio de pesquisas efetuadas em museus e arquivos da Alemanha e do Brasil, foi possível identificar que na região de origem da maior parte dos imigrantes que vieram ao Brasil – a região de Hunsrück, Eifel e arredores, no atual estado da Renânia-Palatinado – houve um precedente histórico para o desenvolvimento das picadas teuto-brasileiras: as terras comunais ou, conforme a nomenclatura internacional, os *commons* ou as terras comunais da aldeia (Relly, 2022).

As terras comunais foram organizações criadas na Idade Média, com fins de proteção e exploração de recursos naturais e econômicos passíveis de serem geridos pela população camponesa. Originados através da ação política, resistência e negociação dos camponeses com a nobreza local, os *commons* agrícolas se embasavam na ação e na gestão coletiva da vida econômica, política e social. A institucionalização através de regulamentos, ordenações, entre outros, lhe conferiu um caráter de autonomia administrativa, frente ao mundo feudal, do qual também fazia parte. E ainda de forma mais fundamental, o processo de institucionalização das terras comuns também criou as ferramentas de estabelecimento da confiança interpessoal, pois, para viver e usufruir da segurança dos *commons*, os indivíduos precisavam respeitar as ordenações construídas pela sua comunidade, onde todo membro era convidado a contribuir, decidir e monitorar, de modo coletivo, os recursos ecológicos e econômicos comuns, e a lisura dos membros da associação comunal. Como resultado desses arranjos, e dadas as condições sociais de sua existência, os *commons* se tornaram uma comunidade

de relações sociais horizontalizadas, expressão de normativas populares, nos quais o capital social pôde vicejar. Esta experiência se efetuou no sul do Brasil, mesmo sem a institucionalização das terras comunais, reforçando, assim, o credo das teorias econômicas neo-institucionalistas, que afirmam que instituições têm efeitos mesmo sem a institucionalização formal das mesmas (North, 1991).

Este artigo almejou demonstrar que a picada teuto-brasileira é herdeira de uma tradição anterior ao processo de imigração: as terras comunais da Alemanha. Como resultado dessa herança, os assentamentos no *urwald* refletiram a cultura comunal das "Alemanhas" camponesas, com notáveis diferenças e adaptações, mas conservaram a infraestrutura para a manutenção da confiança interpessoal. Nem mesmo o predomínio da propriedade privada territorial do solo pôde, de um golpe só, chacoalhar os sistemas econômicos coletivos anteriores e concomitantes ao processo global de expansão do capitalismo, a partir da metade do século XIX. O exemplo da colonização alemã oferece, portanto, um exemplo cabal de quão disputada e híbrida tem sido a modernização capitalista do planeta. Não há dúvidas de que a colonização alemã obedece ao processo de expansão do capital; terras e florestas passaram a ter valor (inventado), trabalho passou a ser vendido e, como regra, populações autóctones, que possuem outros sistemas de valoração, foram expulsas de seus territórios. Porém, o projeto de transformação em direção ao *homo oeconomicus* sofreu inúmeros revezes, e soluções híbridas ocorreram. A vida comunal dos teuto-brasileiros, principalmente no âmbito da lavoura familiar, apresentou uma resiliente reprodução social, por um período prolongado de tempo em que o recurso aos aparelhos de vizinhança se manteve como esteio da vida comunal.

REFERÊNCIAS

AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagem ao sul do Brasil (1858)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1953.

BAUER, Alfred. *Ländliche Gesellschaft und Agrarwirtschaft im Hunsrück zwischen Tradition und Innovation (1870-1914)*. Trier: Kliomedia, 2009.

BERTRAM, Martin. Die Gemeindeländereien in der Eifel, dargestellt an den Kreisen Daun und Prüm. *Landwirtschafliche Jahrbücher*, vol. 47, p. 155-237, 1914.

BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porte Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BRAKENSIEK, Stefan. *Agrarreform und ländliche Gesellschaft*: Die Privatisierung der Marken un Nordwestdeutschland, 1750-1850. Paderborn: Fer-

dinand Schöningh, 1991.

CORREA, Silvio; ETGESt, Virginia E. *Território & população*: 150 anos de Rio Pardinho. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promissão*: Uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CURTIS, Daniel R. The emergence of concentrated settlements in medieval Western Europe: explanatory frameworks in the historiography. *Canadian journal of history/Annales canadiennes d' histoire*, autumn/autonne, n. 48, p. 223-251, 2013.

DALLABRIDA, Valdir José. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). *Capital social*: Teoria e prática, Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2006, p. 159–186.

DREHER, Martin. Os 180 anos da imigração alemã. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antonio (Orgs.). *História, cultura e memória*: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Westfália/RS, São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 11-31.

DREHER, Martin. As religiões. In: PICOLLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, M. M.; BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Orgs.). *História geral do Rio Grande do Sul*: Império, Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 321-336.

DUMMER, Celeste; BARTH, Marina A. DIEHL, Marlise G. *Dona Josefa*: o faxinal, a picada e o travessão. Santa Cruz do Sul: Lupa Graf, 2015.

ECKERT, José Paulo. Dominar o sertão e "promover o progresso": o uso da região de floresta subtropical no Vale do Rio Pardo (século XIX). In: PEREIRA, E. M.; RÜCKERT, F. Q.; MACHADO, N. G. (Orgs.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Editora Univates, 2014, p. 101-118.

FALLER, Karl. *Deutsche in Brasilien*: Hunsrücker, Pfälzer, Schwaben und Pommern als Kolonisten seit 1824 - Begegnungen 150 Jahre später. Simmern: F. Böhmer, 1974.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins meridionais*: Famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

HACHENBERG, Friedrich; HÜTTE, Paul; LÖBER, Ulrich. *2000 Jahre Waldwirtschaft am Mittelrhein*: Begleitpublikation zur gleichnamigen Ausstellung des Landesmuseums Koblenz und der Bezirksregierung Koblenz-Forstdirektion. Koblenz: Landesmuseum, 1992.

HAGEN, William W. *Ordinary Prussians*: Brandenburg Junkers and villagers, 1500-1840. New York: Cambridge University Press, 2002.

HASEL, Karl. *Zur Geschichte der Forstgesetzgebung in Preussen*. Frankfurt (am Main): Sauerländer, 1974.

HÖFFLER, C. J. W. *Die Staatsoberaufsicht über das privat Waldeigentum in dem preußischen Rheinprovinz*. Coblenz: J. Hölscher, 1862.

HÖRMEYER, Joseph. *Was Georg seinen deutschen landsleuten über Brasilien zu erzählen weiss*: Schilderungen eines in Süd-Brasilien wohlhabend gewordenen proletariers : ein beitrag zur länder- und völkerkunde. Leipzig: Rein'schen Buchhandlung, 1863.

GEISBÜSCH, Jörg. *Von der Schiffelwirtschaft zur Wacholderheide:* Kulturlandschaftswandel in Teilen der VG Vordereifel seit dem beginnenden 19. Jh. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Koblenz-Landau, 2004.

GERSTÄCKER, Friedrich. *Achtzehn Monate in Süd-Amerika und dessen deutschen Kolonien*. Leipzig: Hermann Costenoble, 1863.

GERTZ, René Ernaini. Imigração e história. In: RADÜNZ, Roberto; SLOMP; Loraine (Orgs.): *Imigração e cultura*. Caxias do Sul: Educs, 2007, p. 78-91.

GERTZ, René Ernaini. Dilemas para escrever uma história da imigração e da colonização alemãs. In: MUGGE, M.; MUGGE, E.; HAUENSTEIN, I. (Org.). *Construindo diálogos:* história, educação e ecumenismo, São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 247-264.

GIERUS, Renate. *"Além das grandes águas"*: mulheres alemãs imigrantes que vem ao sul do Brasil a partir de 1850: Uma proposta teórico-metodológica de historiografia feminista a partir de jornais e cartas. Tese (Doutorado em Teologia) Faculdades EST, São Leopoldo, 2006.

GILDEMEISTER, Reinhard. *Wald, Bauernland und Holzindustrie im östlichen und mittleren Hunsrück:* Wirtschaftslandschaft und sozialgeographisches Gefüge. Bonn: Dümmler in Komm, 1962.

GREWE, Bernd Stefan. *Der versperrte Wald*: Ressourcenmangel in der bayerischen Pfalz (1814-1870). Köln, Weimar, Wien: Böhlau, 2004.

LANGHANS, Paul. Die mittlern Serra-Kolonien in Rio Grande do Sul. *Petermanns Geographische Mitteilungen*, vol. 35, n. 8, p. 185-187, 1889.

LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, Mario Guimaraes. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte, Sao Paulo: Itatiaia; USP, 1974.

LUEBKE, Frederick C. *Germans in the New World*: Essays in the history of immigration. Urbana: University of Illinois Press, 1990.

MAJO, Claudio de. Understanding the Southern Italian commons: polycentric governance on the mountains of Sila. *Modern Italy*, vol. 24, n. 3, p. 331-348, 2019.

MARTIN, Hardy Elmiro; VOGT, Olgário Paulo; WÜNSCH, Ana Carla. *Recortes do passado de Santa Cruz*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

MOOR, Tine de. The Silent Revolution: a New Perspective on the Emergence of Commons, Guilds, and Other Forms of Corporate Collective Action in Western Europe. *International Review of Social History*, vol. 53, n. 16, p. 179-212, 2008.

MUELLER, Airton Adelar. Para além de Putnam: Cultura, capital social e liberdades, no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 35, n. 103, p. 1-20, 2020.

MULLHALL, Michael G. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974.

MÜHLEN, Caroline von. *Réus e vítimas:* criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MÜLLER, Lothar. *Die Landwirtschaft auf dem Hunsrück*: unter besonderen Berücksichtigung der des Kreises Simmern. Bonn: Carl Georgi, 1906.

NORTH, Douglas. Institutions. *Journal of Economic Perspectives,* vol. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

PORZELT, Hans Martin. *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*. Ochsenfurt am Main: Fritz & Rappert, 1937.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

RADÜNZ, Roberto. A formação luterana em Santa Cruz. *Ágora*, vol. 12, n. 2, p. 113-132, 2006.

RELLY, Eduardo. *Sob a sombra dos commons*: capital social, meio ambiente e imigração alemã no Brasil meridional. São Leopoldo: Oikos, 2022.

ROCHE, Jean. *Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHMIDT, Uwe E. Geschichte des Waldeigentums und der Forstwirtschaft. In: DEPENHEUER, O.; MÖHRING, B. (Orgs.). *Waldeigentum*: Dimensionen und Perspektiven: Berlin-Heidelberg: Springer Verlag, 2010, p. 23–42.

SCHULTZ, Woldemar. *Studien über agrarische und physikalische Verhältnisse in*

Südbrasilien: In Hinblick auf die Kolonisation und freie Einwanderung. Leipzig: Ernst Julius Günther, 1865.

STOLZ, Roger. *Cartas de imigrantes.* Porto Alegre: Edições Est, 1997.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

VOGT, Olgário Paulo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. XI, n. 2, p. 159-222, 1949.

WAPPÄUS, Johann Eduard. *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreiches Brasilien*. Leipzig: J. G. Hinrich'schen Buchhandlung, 1871.

WEIMER, Günter. Hunsrücker in Süd-Brasilien oder: wo ist das deutsche Dorf geblieben? *Landeskundliche Vierteljahrsblätter*, vol. 34, p. 109-118, 1988.

WEIMER, Günter. Arquitetura popular dos imigrantes: um estudo comparativo. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza; POZENATO, Jose Clemente (Orgs.). *Cultura, imigração e memória:* percursos e horizontes. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 109-123.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil:* Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1946.

WILLIAMS, Michael. *Deforesting the earth*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

WINCKLER, Katharina. *Die Alpen im Frühmittelalter*: Die Geschichte eines Raumes in den Jahren 500 bis 800. Wien: Böhlau Verlag, 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. Terras de uso comum nos ervais do Rio Grande do Sul. In: SILVA, Márcio Antonio Both da; KOLING, P. J. (Orgs.). *Terra e poder*: abordagens em história agrária, Porto Alegre: FCM Editora, 2015, p. 57-72.

Recebido em: 03/11/2023
Aceito em: 15/02/2024

ENTRE O MACHADO E A PROTEÇÃO: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A IMIGRAÇÃO ALEMÃ E O MEIO AMBIENTE NO RIO GRANDE DO SUL

BETWEEN THE AX AND PROTECTION: A HISTORIOGRAPHIC REVIEW OF GERMAN IMMIGRATION AND THE ENVIRONMENT IN RIO GRANDE DO SUL

Elenita Malta Pereira[1]

RESUMO

Não se pode ignorar que houve devastação dos ecossistemas na ocupação do sul do Brasil por imigrantes alemães. Por outro lado, é importante destacar que os colonizadores alemães e seus descendentes lideraram diversas iniciativas de proteção à natureza e ambientalismo no Rio Grande do Sul. É interessante notar que a historiografia da imigração alemã no estado começa a abordar esses aspectos. Este artigo tem como objetivo fazer um balanço historiográfico da relação entre imigração alemã e meio ambiente no estado ao longo de seus duzentos anos, utilizando os referenciais teórico-metodológicos da história ambiental. Foram selecionados textos escritos por historiadores ambientais que exploraram os impactos da imigração alemã em diferentes regiões, assim como iniciativas de proteção ambiental lideradas por alemães e seus descendentes. Não se pretende que este balanço seja exaustivo, pois a historiografia está em constante renovação.

Palavras-chave: Imigração alemã; Meio ambiente; História ambiental.

ABSTRACT

It is not possible to ignore that there was devastation of ecosystems during the occupation of southern Brazil by German immigrants. On the other hand, it is worth highlighting that German colonizers and their descendants led several nature protection and environmentalism initiatives in Rio Grande do Sul. It is interesting to ascertain a historiography of German immigration in the state that begins to deal with these aspects. In this article, the objective is to trace a historiographical assessment of the relationship between German immigration and environment, over its two hundred years, based on the theoretical-methodological references of environmental history. Texts written by environmental historians were selected about impacts of German immigration in different regions, as well as environmental protection initiatives led by Germans and their descendants. There is no expectation that this balance will be exhaustive, especially because historiography is constantly renewed.

Keywords: *German immigration; Environment;. Environmental history.*

1 Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e Coordenadora no Curso de História da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

INTRODUÇÃO

Em 2024, completam-se duzentos anos da imigração alemã para o Rio Grande do Sul, um processo interligado às condições socioeconômicas desfavoráveis na Europa, à consolidação do estado nacional alemão e às "excepcionais condições favorecendo a imigração europeia oferecidas pelo Império brasileiro" (IBGE, online). No caso do Rio Grande do Sul, foram estabelecidas várias colônias alemãs, como São Leopoldo (1824), Santa Cruz (1849), Santo Ângelo (1857), Nova Petrópolis (1859), Teutônia (1868), São Lourenço do Sul (1857) (Willems, 1980, p. 38-39).

Ao longo do século XIX, o governo imperial também incentivou a vinda de imigrantes de outras etnias, como italianos e poloneses — grupos que começaram a chegar em 1875[2]. As áreas oferecidas aos europeus, em boa parte, eram cobertas por florestas (região norte do estado, no bioma Mata Atlântica), tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e por trabalhadores não indígenas. Como apontou Paulo Zarth (2002), essas regiões não interessavam aos estancieiros pecuaristas latifundiários, que já ocupavam o bioma Pampa, na metade sul do estado. A venda de terras devolutas aos imigrantes implicou na expropriação dos antigos ocupantes, como posseiros, caboclos e indígenas.

João Klug (2009) alertou que a maior parte da historiografia sobre imigração europeia no Brasil assume um tom triunfalista, tratando-a como positiva, engrandecedora do país, especialmente as imigrações alemã e italiana. Muitos autores evitaram abordar dois aspectos cruciais dessa imigração: 1) ela foi um instrumento para consolidar a política de extermínio de grupos considerados indesejáveis pelas elites (indígenas, caboclos, negros e pobres em geral) e de branqueamento da população brasileira; 2) seu impacto no ambiente, sobretudo nas florestas da Mata Atlântica.

Neste sentido, convém tratar o tema a partir de um olhar não determinista, o olhar da história ambiental: "é fundamental considerar que as relações das pessoas em sociedade ocorreram num espaço, em um ambiente, que os humanos se relacionaram com esse ambiente ao mesmo tempo que foram parte dele" (Gerhardt, 2009, p. 92).

A história ambiental reconhece que a imigração, não só alemã, mas também de outros grupos, foi um dos fatores responsáveis pela devastação da Mata Atlântica e de seus habitantes não humanos. As pessoas que vieram

2 De acordo com Maestri (2005), entre 1875 e 1914, 80 mil imigrantes deixaram o Vêneto (54%) e a Lombardi (33%), e outras áreas ao norte da península itálica, para instalar-se no RS. Sobre os poloneses, Malikoski e Kreutz (2016, p. 69) afirmam que "o primeiro núcleo de imigrantes etnicamente polacos no Rio Grande do Sul foi formado por 26 famílias, em 1875, vindos da Silésia, naquele momento sob dominação da Prússia".

para o Brasil estavam tentando reconstruir suas vidas, em um "novo mundo", "movidas pelo sonho da posse da terra e pela esperança de uma vida de fartura" (Bublitz, 2011, p. 239), e, para isso, se apegaram à oportunidade oferecida pelo governo imperial, responsável pela forma como se deu essa imigração. Aos imigrantes, foram oferecidas áreas florestais, para que desmatassem, e, após, praticassem agricultura e pecuária, nas "terras limpas".

Essa visão faz parte de um contexto muito maior, dentro daquilo que o historiador ambiental José Augusto Pádua chamou de "mito da natureza inesgotável". O Brasil independente, pós-1822, era um vasto território ocupado por uma população relativamente pequena. Segundo Pádua (2019), a abundância da Mata Atlântica, vista como um oceano verde, na percepção dos agentes econômicos, não incentivava a adoção de medidas de proteção. A grande disponibilidade de terras baratas gerava a sensação de uma fronteira aberta à ocupação econômica. Embora houvesse vozes preocupadas com as consequências dessa apropriação sem limites do mundo natural, ainda nos séculos XVIII e XIX (Pádua, 2002), somente no século XX o clamor por proteção da natureza se torna um discurso corrente, no Brasil e no mundo. Portanto, os estudos aqui referenciados nesta revisão bibliográfica devem ser analisados levando em conta as mudanças das sociedades em relação às preocupações ambientais, nesses longos duzentos anos, mesmo que ainda hoje a lógica da apropriação devastadora permaneça ocorrendo, em todos os biomas brasileiros, com destaque para a Amazônia e o Cerrado.

Se não é possível ignorar que houve devastação dos ecossistemas na ocupação por imigrantes europeus, no século XIX, por outro lado, é notório que descendentes de alemães protagonizaram diversas iniciativas de proteção à natureza e de ambientalismo, no Rio Grande do Sul, já no século XX. A perspectiva da história ambiental permite complexificar o debate: assim como a natureza impacta as sociedades humanas, os seres humanos são historicamente impactados por ela (Worster, 1991).

Neste sentido, é interessante constatar uma história da imigração alemã no RS que dê conta desses aspectos: ao mesmo tempo em que a imigração alemã foi uma das causas inegáveis de desmatamento da Mata Atlântica no estado, os teuto-brasileiros também encabeçaram diversas iniciativas de proteção ambiental. Neste artigo, o objetivo é traçar um balanço historiográfico sobre a relação entre imigração alemã e meio ambiente no Rio Grande do Sul, em seus duzentos anos, a partir dos referenciais teórico-metodológicos da história ambiental.

Foram selecionados textos escritos por historiadores que abordaram as relações entre imigração alemã e meio ambiente em diferentes regiões. O critério de seleção foi a busca por estudos históricos que abordassem

tanto os impactos negativos ao ambiente, quanto às iniciativas de proteção ambiental protagonizadas por imigrantes alemães e seus descendentes. Isso fez com que priorizássemos escritos a partir da década de 2000, porém encontramos o primeiro texto com viés incisivamente crítico sobre os efeitos ambientais da imigração alemã no estado datado de 1984. Entendemos que não poderíamos deixá-lo de fora, mesmo que haja um vácuo entre ele e o encontrado na sequência, datado de 2002. Neste sentido, o critério não pôde ser cronológico, tampouco regional — pois os autores abordaram diferentes regiões e períodos —, e sim, que a pesquisa histórica abordasse o tema. Não há expectativa de que este balanço seja exaustivo, até porque essa história está em constante renovação, felizmente.

Dividimos o desenvolvimento do artigo em duas partes: na sequência, aborda-se a historiografia que tratou dos impactos ambientais negativos da colonização alemã no estado. Em seguida, enfocam-se trabalhos que examinaram iniciativas de proteção à natureza e de ambientalismo protagonizadas por alemães e descendentes. Por fim, tecemos considerações finais.

1 A DENÚNCIA DA DESTRUIÇÃO

Jean Roche (1969, p. 198) reconheceu que "os colonos alemães transformaram a paisagem, impondo-lhe seu domínio". O historiador francês argumentou que, para o colono alemão, um dos obstáculos a vencer era a árvore, fazendo dele um desbravador, e que "a terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta" (Roche, 1969, p. 51-52).

Esta visão sobre a natureza era corrente no século XIX, e é muito semelhante àquela encontrada em outros relatos de viajantes europeus que visitaram o Brasil, os quais deixavam transparecer, em seus escritos, uma rígida separação entre natureza e cultura. Essa era uma visão predominante na intelectualidade do final do século XIX e início do século XX. Em contraposição, nos tempos atuais, a história ambiental, entre outras áreas do conhecimento, tem feito um esforço no sentido contrário, ou seja, para tornar a compreensão sobre a interação entre o mundo cultural e natural menos dicotômica e fixa, ou seja, mais aberta e dinâmica (Pádua, 2010).

Mesmo que ainda sem utilizar os referenciais da história ambiental, campo que ainda não estava divulgado no Brasil no início dos anos 1980, cabe referenciar um dos primeiros trabalhos a tratar do impacto da colonização alemã no meio ambiente do Rio Grande do Sul, apresentado no 6º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul, promovido pelo Instituto Histórico de São Leopoldo, em 1984, pelo

historiador Benjamin David Barbiaro[3]. Nele, Barbiaro (1984) denunciou as agressões à natureza causadas pelos imigrantes alemães entre 1824 e 1830, ou seja, nos cinco anos iniciais da colonização, na experiência da colônia alemã de São Leopoldo, que "serviu de modelo e incentivo para a formação de novas colônias" (Barbiaro, 1984, p. 88). Para René Gertz (2009), "é legítimo pressupor que, se o autor tivesse abordado um período histórico mais amplo, suas conclusões sobre a devastação causada certamente teriam sido muito mais incisivas".

Barbiaro (1984, p. 89) observou que a ocupação do Rio Grande do Sul pelos imigrantes de origem portuguesa teve como alvo o Pampa, que exigia menos esforço para ser apropriado. Já na região da Serra Geral, ao norte do estado, havia "terreno muito íngreme e acidentado, coberto por uma espessa camada florestal, [que] dificultava as ligações do planalto com o litoral, campanha ou qualquer região". Foi justamente essa área cheia de dificuldades que foi oferecida à colonização alemã e, posteriormente, italiana. Barbiaro (1984) cita trechos de relatos de viajantes que falam sobre a riqueza natural da área, coberta pela Mata Atlântica (Arsène Isabelle, Micahel Mulhal, Nicolau Dreys, por exemplo).

Tanto o Império brasileiro quanto os imigrantes alemães tinham interesses e papéis complementares no sentido de transformar uma região tida como "inculta" em um "mundo civilizado". Para Barbiaro (1984, p. 90), o governo imperial teve "papel passivo no processo de agressão à natureza, pois é quem determina, organiza e dá condições ao trabalho de colonização, não atuando diretamente no trabalho de colonizar, sendo o mentor da ocupação da terra". Já "o agente ativo no processo de destruição da floresta é o colono imigrante alemão, pois é ele quem leva a efeito as determinações governamentais de desbravar, sendo o responsável pela ação agressiva ao meio ambiente natural".

Depois do trabalho de Barbiaro, não encontramos textos escritos na década de 1990 que abordassem o impacto ambiental da imigração alemã no RS. Porém, a partir da década de 2000, com a penetração cada vez maior da perspectiva da história ambiental, encontramos estudos que aprofundam o tema. O historiador Paulo Zarth, que tem transitado entre a história rural e ambiental, no livro *Do arcaico ao moderno*, ao analisar a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, de forma semelhante a Barbiaro, verificou que, no século XIX:

3 Barbiaro é professor de História, e durante muitos anos foi militante de movimentos ambientalistas e de proteção animal, daí o seu interesse em trabalhar o tema. Convém destacar a coincidência da data de publicação entre seu trabalho e um dos primeiros escritos brasileiros a relacionar história e meio ambiente, o livro *O que é ecologia?*, de José Augusto Pádua (1984).

> A elite gaúcha, formada por criadores de gado e charqueadores, tratou de manter intactas as estâncias pastoris, mas promoveu um processo de distribuição de terras florestais – privadas ou devolutas não utilizadas pela pecuária – para imigrantes europeus, sob um sistema de pequenas propriedades familiares. Nessas áreas e com esses camponeses europeus, resolveu-se, em grande parte, o problema do abastecimento interno, sem desviar áreas e pessoal da pecuária tradicional (Zarth, 2002, p. 33).

Os alemães foram os primeiros a chegar em São Leopoldo, colônia que "serviria de modelo para todo o projeto colonizador desenvolvido no decorrer do século XIX" (Zarth, 2002, p. 69). O Rio Grande do Sul seria um dos polos de atração para os imigrantes empobrecidos, com a crise agrária e a concomitante industrialização dos países europeus, em especial da ainda não unificada Alemanha. Zarth (2002, p. 69) chama atenção para um dos objetivos da política imperial, o branqueamento: "alguns autores sugerem que a colonização europeia teria como objetivo introduzir povos brancos para contrabalançar com negros e mestiços, considerados raças inferiores".

Zarth também enfocou a Lei de Terras de 1850, que mercantilizou o solo agrícola, e, com incentivos governamentais, ocorreu forte expansão das colônias particulares. Para o historiador, "é nítida a intenção de limitar o acesso à terra para quem não tivesse dinheiro para comprá-la" (Zarth, 2002, p. 76). As florestas do estado, oferecidas aos imigrantes, eram ocupadas por indígenas e pessoas pobres em geral, que não tinham condições de comprá-las. Associaram-se dois processos que provocaram a exclusão dessas populações: a promulgação de uma lei que transformou a terra em mercadoria, da qual era exigido um documento de propriedade para sua posse, e a vinda de imigrantes estrangeiros para, efetivamente, ocupar e explorar as regiões florestais – leia-se desmatar. Neste sentido, "os povos indígenas foram, sem dúvida, as maiores vítimas do processo de colonização do Brasil e do Rio Grande do Sul" (Zarth, 2002, p. 80).

Os historiadores ambientais Silvio Marcus de Souza Correa e Juliana Bublitz, em seu importante livro *Uma eco-história da colonização do Rio Grande do Sul* (2006), visaram a preencher uma lacuna na historiografia da imigração no estado, que, muitas vezes, destacou os aspectos benéficos, considerando a colonização europeia uma matriz do desenvolvimento socioeconômico, do florescimento da indústria e do comércio, e deixou de abordar aspectos igualmente importantes, como a destruição dos elementos naturais, e o crescimento da desigualdade social. Os autores usaram fontes de relatos de viajantes do século XIX, como o de Arsène Isabelle (viagem 1830-1834) e de Avé Lallemant (viagem 1858), entre outros, para argumentar que

a devastação se dava concomitantemente à instalação e ao desenvolvimento das colônias (alemãs, italianas e judaicas).

Ao mesmo tempo em que exaltavam a diversidade de espécies de árvores e animais, os viajantes vislumbravam os efeitos da ocupação alemã no estado. Observando São Leopoldo, Isabelle (1983, p. 75) recomendou que "a colônia deve ser visitada pelos naturalistas e amadores da bela natureza, [pois] encontram-se todas as produções da província no reino orgânico: lindos pássaros, insetos raros, mamíferos estranhos e plantas preciosas, tudo se reúne nesta localidade para excitar a admiração dos curiosos". Toda essa exuberância, no entanto, serviria para facilitar a caça: "numerosos caminhos abertos no meio dos matos permitem aos caçadores percorrer os arredores de São Leopoldo sem serem incomodados pelo calor, gozando, ao contrário, da frescura de uma multidão de árvores de espécies bastante variadas, e que dão muita sombra".

Em 1858, Avé-Lallemant relatou sobre o desmatamento da mata ciliar dos rios, que "aqui e ali, na curva da mata, [é possível ver] um iate ou uma grande canoa descendo o rio. Ou na margem um depósito de lenha, onde o navio recebe nova provisão de combustível". Para Correa e Bublitz (2006, p. 60), "por essa e por outras razões, é possível afirmar que a mata ciliar dos rios dos Sinos, Jacuí, Taquari e Pardinho foi diminuída drasticamente com a colonização alemã".

Segundo os dois historiadores, os imigrantes alemães provocaram alterações ecológicas, primeiramente, pelo desmatamento e pela queimada, para fins de cultivo. Porém, muitos desses primeiros cultivos eram de espécies exóticas, que foram atacadas por inúmeros insetos, aves e mamíferos. Isso provocou uma sequência de problemas:

> Se o desmatamento inicial e as queimadas haviam eliminado inúmeros ninhos de pássaros e, com isso, afetado a reprodução natural de muitas aves, essas ações humanas promoveram, indiretamente, a eliminação parcial de predadores naturais de muitas larvas e insetos que encontravam nas lavouras um meio para sua reprodução prolífera (Correa; Bublitz, 2006, p. 58).

Correa e Bublitz analisaram também obras artísticas que trataram da devastação causada pela imigração. Para os autores, a obra literária *A destruição das florestas* (1845), de Manuel de Araújo Porto Alegre, e o quadro *Tempora Mutantur* (1889), de Pedro Weingärtner, seriam os "primeiros testemunhos da crítica ambiental por parte de membros da elite artística sul-rio-grandense" (Correa, Bublitz, 2006, p. 31-32).



Pedro Weingärner, *Tempora Mutantur* (1889). Acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli. Porto Alegre, RS.

A historiadora Cyanna Fochesatto (2015, p. 205), que tem estudado a representação das interações entre humanos e natureza nas pinturas de Pedro Weingärtner, fez uma análise deste quadro:

> Embora o casal de colonos não apareça de forma heroica, eles são representados como árduos trabalhadores rurais, que estão em um momento de descanso frente ao muito trabalho que tiveram durante o dia. O cenário ao fundo aponta para o trabalho futuro que espera os imigrantes, devendo controlar a mata para que ocorra o assentamento e estabelecimento das famílias em terras brasileiras. É possível identificar nesta pintura a criação de uma identidade para o imigrante europeu relacionada à vida no campo e ao trabalho rural.
> [...]. O que parece que Weingärtner buscou retratar em sua tela *Tempora Mutantur*: o colono alemão como protagonista do trabalho de desmatamento da floresta.

Em sua tese de doutorado e em artigos acadêmicos, Juliana Bublitz enfatizou o impacto ambiental da colonização alemã e italiana no Rio Gran-

de do Sul. A historiadora usa o conceito de fronteira verde, "uma faixa de terra ampla, coberta de florestas, ocupada por uma população então desprezada (formada principalmente por indígenas, caboclos e negros), e até certo ponto desconhecida das autoridades" (Bublitz, 2011, p. 241). Os primeiros europeus a fincar os pés nos lotes que começaram a ser demarcados nessa fronteira verde foram predominantemente alemães.

O desmatamento fazia parte da política de imigração – presidentes de província e deputados no século XIX vislumbravam a imigração como "a principal solução para transformar, em uma só década, áreas tidas como selvagens e ociosas em verdadeiros oásis de progresso" (Bublitz, 2011, p. 241). Desde o começo da colonização, a vitória sobre o "caos" da floresta era celebrada pelos imigrantes. As derrubadas e queimadas eram plenamente justificadas, não apenas para fins econômicos ou para garantir a sobrevivência, mas pela orientação religiosa dos colonos, aos quais caberia a "domesticação" da natureza e sua transformação (Bublitz, 2011, p. 251).

Marcos Gerhardt também tratou dos impactos da imigração alemã, no seu livro *História ambiental da colônia Ijuhy* (2009), fruto de sua dissertação de mestrado em História, e uma contribuição importante para a história ambiental e para os estudos migratórios no Rio Grande do Sul. A Colônia de Ijuhy é um pouco mais tardia, foi fundada em 19 de outubro de 1890, já no período republicano, porém, permaneceu a mesma orientação imperial de distribuir terras cobertas por florestas e ocupadas por povos originários. Ijuhy significa, na língua guarani, "rio das águas divinas". Recebeu imigrantes de várias nacionalidades, entre eles, alemães, coordenada, inicialmente, pelo diretor Augusto Pestana. Ijuí experimentou grande impulso ao seu desenvolvimento quando, a partir de 1899, foi incentivado o assentamento de colonos com conhecimento de agricultura, principalmente de colônias mais antigas do Rio Grande do Sul.

Segundo Gerhardt (2009, p. 69-70), pode-se falar que os imigrantes tinham uma dupla percepção em relação à floresta:

> De um lado, o mato era ameaçador, temido, respeitado; um ambiente difícil para os humanos; morar na floresta significava derrubá-la, afugentar ou matar animais temidos, abrir espaço para a roça com os recursos técnicos da época; de outro lado, a natureza era fornecedora de recursos – muitas vezes os únicos disponíveis naquele momento – essenciais à instalação das famílias no ambiente.

A colonização em Ijuí impactou a gestão das águas, pois os lotes eram distribuídos de acordo com o acesso à água. A localização dos rios in-

fluenciou a construção de caminhos, pontes e estradas. Os animais da região também foram impactados. A caça era vista como diversão, e o livro de Gerhardt reproduz fotos dos imigrantes com animais mortos, como se fossem troféus. Na década de 1920, inclusive, a caça ultrapassou a função de lazer e contribuiu para compor a receita municipal, pois os couros dos animais foram transformados em produtos para exportação (Gerhardt, 2009, p. 118).

O historiador ambiental também abordou o impacto social da imigração, principalmente para indígenas e caboclos:

> Indígenas viveram na região antes dos caboclos e dos imigrantes, atribuíram nome aos rios Ijuí e Ijuizinho e, certamente, extraíram madeira, animais e plantas do ambiente, da floresta das margens dos rios. Com essas populações e a baixa densidade demográfica, grande parte do mato retirado ou queimado em períodos anteriores à colonização regenerava-se espontaneamente quando a área era abandonada ou permanecia em longo pousio. Dessa forma, não foi a "floresta virgem" que os imigrantes dos séculos 19 e 20 colonizaram, simplesmente porque ela não era virgem ou intocada. A figura do colono desbravador da mata selvagem [...] é um discurso de autopromoção (GERHARDT, 2009, p. 170).

A presença do indígena era compatível com seu uso e reprodução da floresta, já a dos imigrantes alemães representou um impacto muito maior. Os caboclos foram chamados a trabalhar "na abertura de picadas e estradas, na derrubada de mato nos lotes coloniais, como empregados assalariados de colonos e de comerciantes, na construção de obras públicas, inclusive da ferrovia" (Gerhardt, 2009, p. 164).

Gerhardt (2009) afirmou que o modelo de colonização empregado foi problemático, pois esgotou os recursos naturais, provocando crise na agricultura. Um modelo predatório, responsável pela derrubada da floresta nativa, extermínio de espécies que viviam nela, caçada, introdução de animais "úteis" – numa visão utilitarista da natureza para obter o progresso.

Em outra pesquisa, Gerhardt (2017) usou como fonte o relato do viajante alemão Wilhelm Vallentin, que veio ao Brasil como emissário diplomático alemão, no início do século XX, e publicou suas impressões no livro *In Brasilien*, de 1909. O foco central da obra são os teuto-brasileiros e a germanidade no sul do Brasil.

Nela, Vallentin comentou o desmatamento, a queimada, o plantio da roça, a pequena pecuária, enfim, a reconstrução do ambiente por meio

do trabalho do colono imigrante. Segundo Gerhardt, o alemão demonstra o etnocentrismo em observações como essa: "E lá onde, há meio século antes, ainda viveu o índio, vive hoje, pacificamente, o homem branco, o europeu, em seu próprio solo, trabalhando em sua propriedade, em uma esplêndida, fértil e saudável natureza" (Vallentin, 1909, p. 151, *apud* Gerhardt, 2017).

Vallentin apresentou uma lista de colônias alemãs, visitadas por ele, iniciando por São Leopoldo e terminando com a colônia Guarani, no noroeste do Rio Grande do Sul. Emitiu impressões também sobre as fábricas rio-grandenses, a produção de charque em Pelotas, a Lagoa dos Patos e a capital Porto Alegre. Em Santa Cruz, ressaltou a produção feita pelos colonos, a bela localização da colônia, o clima saudável, orgulhando-se das transformações ambientais feitas pelos teuto-brasileiros. Quando esteve em Carazinho, observou a floresta com araucária. Gerhardt destaca as impressões de Vallentin sobre a região que denominou Alto Jacuí, em que registrou "a existência de um mosaico de campo e floresta, de bons cursos de água, que podiam fornecer força motriz para transformar árvores de araucária, nas serrarias, em tábuas, pranchas e vigas. [...]. Ao chegar em Ijuí, ressaltou as condições ambientais propícias à agricultura e à colonização" (Gerhardt, 2017, p. 37-38). O historiador destaca que todas as observações de Vallentin ressaltavam o aspecto econômico da natureza, vista como recurso, sendo explorado pelos imigrantes alemães de forma racional e civilizada.

Segundo Gerhardt (2017, p. 42):

> Em oposição à "floresta virgem", o autor descreveu os lugares civilizados pela cultura e pelo esforço dos colonizadores. Diversas são as descrições e as imagens de paisagens reconstruídas, espaços "selvagens" que se tornaram produtivos e ordenados, paisagens coloniais construídas culturalmente. Como escreveram os imigrantes e seus descendentes, estabelecidos no noroeste do Rio Grande do Sul, por ocasião da comemoração dos 100 anos do início da imigração alemã no estado: "No fim da segunda década o retrato da colônia é bem mais agradável. Ao longo das ruas já não há mais a mata selvagem". Por outro lado: "Bonitas residências de colonos, rodeadas de laranjais em flor, pessegueiros e ameixeiras mostram claramente o progresso. Em verdes campos pastam vacas gordas, cavalos e terneiros".

A Rosane Kaspary e Daniel Gevehr (2015) estudaram o impacto da imigração alemã no Vale do Paranhana, região que recebeu sucessivas levas de imigrantes de origem lusa, germânica, italiana, sueca, polonesa e austro-húngara, a partir do viés crítico da história ambiental. A ocupação do

local ocorreu no meio da vegetação existente, onde a Floresta Estacional cedeu espaço para o povoamento, causando, com isso, significativo processo de desmatamento e consequentes impactos ambientais (Kaspary; Gevehr, 2015, p. 9).

Os autores denunciam que a transformação do ambiente começou com o desmatamento dos pinheiros, alterando, além da paisagem natural, a paisagem cultural dos chamados "bugres", como eram conhecidos os indígenas e alguns lusos. Esse processo foi conduzido pelo Império brasileiro, que tinha o intuito de substituir a mão de obra escrava e "branquear" a população (Kaspary; Gevehr, 2015, p. 13).

No Vale do Paranhana, a Colônia do Mundo Novo – que abrangia área dos atuais municípios de Igrejinha, Taquara e Três Coroas – foi fundada em 1846 por Tristão José Monteiro, que adquirira as terras um ano antes e as dividiu em lotes (colônias menores), que foram vendidos para colonizadores de diferentes etnias. Os colonos alemães ocuparam, principalmente, as encostas do Planalto, que, embora bastante íngremes, tinham terras consideradas mais férteis, porém necessitavam de ferramentas diferentes da tecnologia utilizada na Europa. As áreas foram totalmente "limpas", deixando apenas os jerivás (espécie de coqueiro) para alimentação e pastagens do gado; com as pedras retiradas da floresta, os alemães faziam cercas e taipas (Reinheimer, 2005, p. 23).

Os autores também consideraram a poluição do solo e dos recursos hídricos no levantamento histórico do desbravamento da floresta pelos imigrantes, pois, com a justificativa de garantir a fertilidade da terra, foram introduzidos herbicidas e agrotóxicos na região, a partir da década de 1960, seguindo os preceitos da chamada "Revolução Verde" (Kaspary; Gevehr, 2015, p. 15). Outra atividade econômica teve efeito significativo para o impacto ambiental na região do Vale do Paranhana: a industrialização, iniciada nos anos 1920, principalmente de aglomerados calçadistas (grande fonte poluidora, desde o curtimento do couro até o produto final). De acordo com os autores:

> A história do calçado no Vale do Paranhana se confunde com o processo de colonização e das migrações dos imigrantes alemães na região, pois foram estes que trouxeram o conhecimento em curtimento de couros, as técnicas de fabricação de arreios, selas, artigos de montaria e principalmente a fabricação de calçados rudimentares a partir das aparas de couro. Estas atividades promoveram a expansão das colônias ao longo do Rio dos Sinos e seus afluentes, incluindo o Rio Paranhana (Kaspary; Gevehr, 2015, p. 16).

Para além do desmatamento da Mata Atlântica, os autores concluíram que a imigração alemã na região provocou alterações na mudança da paisagem natural, na cultura de forma geral, nos hábitos alimentares e estilos de vida, na alteração da flora e da fauna, com severas extinções, alteração no curso de rios, e na extinção de outros, criação de políticas ambientais, entre outros aspectos. Entretanto, algumas dessas alterações podem ser definitivas, e provocar novos ciclos de mudanças, como é o caso das alterações no clima (Kaspary; Gevehr, 2015, p. 18).

O historiador Octávio Becker Neto tratou da relação entre meio ambiente e imigração alemã na cidade de Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, em artigo de 2021. Becker Neto observa que existe uma diferença importante em relação à imigração alemã ao município de Santa Maria, diferente das colônias que foram estabelecidas na província sul-rio-grandense ao longo do século XIX: foi primeira fundamentalmente urbana. Isso se deu porque a localidade não fazia parte da geografia oficial das políticas imigrantistas do império e da província, e, assim, recebeu um fluxo descontínuo de imigrantes, ao longo das décadas de 1830, 1840 e 1850. Esses imigrantes alemães eram de primeira ou segunda geração, e vinham, por exemplo, das colônias de São Leopoldo e de Três Forquilhas, ou ainda dos batalhões mercenários contratados pelo Império brasileiro. Formaram um corpo social expressivo, naquela incipiente urbanidade, e lá atuaram em profissões como artífices, comerciantes e negociantes (Becker Neto, 2021, p. 134-135).

Por outro lado, em 1857, foi fundado no município um empreendimento colonial espontâneo, de origem privada, por um grupo de alemães estabelecidos em Santa Maria – a Colônia do Pinhal, localizada ao norte da sede municipal, ou seja, num ambiente rural. A porção norte de Santa Maria corresponde ao extremo sul do Planalto Meridional brasileiro, coberto por florestas subtropicais pertencentes ao bioma da Mata Atlântica.

A sede municipal, correspondente ao espaço urbano santa-mariense do século XIX, foi erguida abaixo da "serra" existente ao norte, na Depressão Central do Rio Grande do Sul, pertencente ao bioma Pampa. O município apresenta, portanto, duas realidades espaciais distintas: a urbana, com bioma Pampa, e o espaço rural, da floresta.

A Colônia do Pinhal, de forma semelhante a outros empreendimentos coloniais alemães do Rio Grande do Sul, situou-se em um espaço florestal pertencente à Mata Atlântica sul-rio-grandense, uma área preterida pelos primeiros ocupantes europeus do sul. Becker Neto (2021, p. 138) salienta também que "antes da fundação da Colônia do Pinhal e da inserção de estrangeiros no altiplano norte do município, o espaço florestal de Santa

Maria era ocupado por um contingente expressivo de lavradores nacionais, que tinham na agricultura e na atividade madeireira a sua principal fonte de subsistência", questão já levantada por Zarth (1997), como vimos.

O historiador, fazendo uma análise do ponto de vista socioeconômico da História Ambiental, considera que a experiência dos fundadores da Colônia Pinhal se destaca dos demais, no sentido de que eles se estabeleceram, conscientemente, numa área florestal anteriormente ocupada:

> Esta questão permite que sejam levantados dois pontos: 1) os colonos do Pinhal divergiram da maior parte dos imigrantes alemães, que tomaram conhecimento do ambiente de mata virgem apenas quando da sua chegada ao Brasil; 2) possivelmente, os colonos do Pinhal não se estabeleceram em um ambiente de *mata virgem*, uma vez que o espaço da colônia foi adquirido de terceiros. Além disso, o direcionamento dos alemães fundadores do Pinhal a um espaço agroflorestal ocorreu depois de sua passagem pelo espaço urbano de Santa Maria (Becker Neto, 2021, p. 139).

Em suas pesquisas, o historiador reconstituiu fragmentos de redes de relações dos imigrantes requerentes de terrenos. A experiência dos imigrantes alemães em Santa Maria estava, em grande medida, fundamentada pela etnicidade das relações sociais estabelecidas intragrupo. Para Becker Neto (2021, p. 144), essas relações, como em um ciclo, "eram essenciais para a reprodução da etnicidade e davam significado às práticas desenvolvidas pelos imigrantes analisados e sua descendência. A conformação de uma vizinhança, de um território conscientemente produzido, passou pelas dinâmicas relacionais dos alemães alocados no espaço urbano".

2 A PROTEÇÃO À NATUREZA

O trabalho pioneiro de Benjamin Barbiaro (1984, p. 94) afirmava que "pouco ou quase nada se fez para amenizar o impacto da colonização sobre o meio ambiente natural. Nos seis primeiros anos, quando o sistema estava sendo estruturado pelo governo imperial e levado a cabo pelos imigrantes, foram poucas as manifestações favoráveis à natureza". O historiador constatou que foram poucas, porém "houve [*sic*] algumas manifestações visando resguardar determinados aspectos da natureza", por parte do Império, e intermediadas pela administração provincial.

Barbiaro encontrou exemplos dessas manifestações em correspondências oficiais, enviadas pelo então Presidente da Província José Feliciano Fernandes Pinheiro (futuro Visconde de São Leopoldo) a autoridades.

Numa delas, ao Inspetor da Colônia de São Leopoldo, Pinheiro recomendava, por "Ordem de Sua Majestade Imperial [...] a conservação dos Matos dessa Fazenda, que beiram o rio; portanto V. M. deve defender com a maior vigilância que nelas se colham madeiras [*sic*]" (Correspondência de 22 de fevereiro de 1825, apud Barbiaro, 1984, p. 94). Podemos perceber que já havia preocupação em manter as matas ciliares do Rio dos Sinos, no caso.

Em outra correspondência analisada, Barbiaro entrevê a "existência de uma relevante consciência ecológica", nas declarações do mesmo Presidente da Província, recomendando que os colonos não desmatassem totalmente seus lotes, "deixassem sempre uma larga orla ou coroa de mato, a fim de pela falta desses resguardos, que a natureza emprega, não se privarem os campos da fertilidade, da pureza da atmosfera, e não correr o perigo de se dessecarem os mananciais que ali correm, destinados para uso comum" (Correspondência de 14 de maio de 1825, enviada de José Feliciano Fernandes Pinheiro a Luiz José Carvalho e Mello, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, *apud* Barbiaro, 1984, p. 95).

O historiador Arthur Rambo (1994), no artigo "Imigração alemã e ecologia", destacou a atuação de sujeitos e associações alemães no sentido de proteger a natureza, nas colônias. Por exemplo, na década de 1890, já no período republicano, foi fundada em Bom Jardim, atual Ivoti, a primeira Associação de Proteção à Mata, *Waldschutzverein*, pelo padre Pedro Gasper e por um morador local, Edmund Grohmann. A associação promoveu uma série de "dias da mata", para incentivar o plantio de árvores na colônia. Nesses dias, os fundadores tentavam convencer os vizinhos da necessidade de reflorestamento (Rambo, 1994, p. 74). Já na primeira metade do século XX, nos anos 1920-1930, a Sociedade União Popular, por meio de sua revista *Skt-Paulusblatt*, publicou artigos sobre a preocupação com as florestas nativas e "a consciência de que era preciso reflorestar" (Rambo, 1994, p. 82).

Entre os sujeitos destacados por Rambo como pioneiros alemães da conservação da natureza, encontrava-se o padre jesuíta Max von Lassberg (1856?-1944), que teve papel de liderança entre alemães e descendentes, no sul do Brasil. Rambo sintetiza o discurso de Lassberg na Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul, em 1909, apontando que, para o religioso:

> Mais importante do que florestas gigantescas e ininterruptas seria a existência de extensões razoáveis de matas, principalmente, bem distribuídas. Conforme demonstra a ciência**,** esse tipo de cobertura vegetal favorece sobremodo a pureza do ar, a regularidade das chuvas, o controle do granizo, a conservação do clima, o equilíbrio, do calor e do frio,

> a formação de fontes e de mananciais de água, a proteção contra enchentes e a inestimável riqueza que uma floresta representa quando racionalmente explorada e utilizada (Lassberg, *apud* Rambo, 1994, p. 76-77).

O historiador ambiental Ely Bergo de Carvalho, em artigo de 2012, retoma a trajetória do padre Lassberg, a partir do texto de Rambo (1994). Carvalho afirma que figuras como a do padre Lassberg são apresentadas por Rambo como "exóticas, meio fora do contexto" (Rambo, 1994, p. 85). No entanto, para Carvalho, se inseridas no contexto da racionalidade moderna e conservacionista do final do século XIX e início do XX, e dos projetos de colonização com seus fortes impactos ambientais, não vão parecer "fora do contexto".

Carvalho destaca que Lassberg sofreu influência provável da engenharia florestal alemã, a qual foi uma das matrizes da tradição conservacionista no Ocidente, ao procurar formas mais eficientes de explorar a floresta, acabou por questionar a relação de uso "ineficiente" e a escassez dos recursos, que demandavam novas formas de exploração, para garantir sua manutenção no longo prazo. Tal perspectiva conservacionista estava presente, como se vê nas propostas de manejo florestal do padre Max von Lassberg (Rambo, 1994).

O padre participou da instalação de colônias mais "novas" (final do século XIX e início do XX), portanto, conhecia bem o processo de ocupação. Denunciou a situação das colônias em zonas mais elevadas como "triste", pois:

> Aí foram derrubadas florestas inteiras de araucárias, para em seguida serem abandonadas sem terem sido aproveitadas. Muitos colonos derrubaram a mata sem nenhuma medida, para em seguida se verem forçados e irem embora por causa da fertilidade do solo. A terra foi devastada e uma floresta, no sentido legítimo do termo, não se recompõe espontaneamente (Lassberg, *apud* Rambo, 1994, p. 78).

Para "solucionar o problema florestal", Lassberg propunha, basicamente, a apropriação privada da floresta e o sistemático reflorestamento, no entanto, não via como implantar um sistema de reflorestamento na "mata virgem". Carvalho (2012, p. 39-40) percebe que as soluções propostas por Lassberg favoreceriam a apropriação privada das florestas, e a exclusão social dos povos que ali viviam antes da chegada dos alemães. A conclusão de Carvalho (2012, p. 40) é que as propostas de Lassberg para a solução da "questão florestal" estavam pautadas pelo otimismo tecnológico

e pela exclusão social. Em seus discursos, é perceptível "sua confiança na tecnociência, na qual buscava legitimar sua posição, citando a ciência como aquela que revelava a 'função' da floresta". Nas suas falas, "a ciência aparecia como algo fundamental para a solução do 'problema florestal', na forma, por exemplo, de 'estações experimentais'. Seria por meio da tecnociência que se iria fazer com que a floresta produzisse os serviços ambientais e as mercadorias para os 'colonos'. Em relação ao 'caboclo', o padre apenas recomendava impedi-lo de penetrar no 'mato', pois a segurança da propriedade privada era a pedra de toque para a proposta de conservação da floresta de Lassberg.

Concordando com Zarth (2002) e com Bublitz e Correa (2006), Carvalho (2012) entende que o processo de colonização do sul do Brasil não foi ordenado e pacífico, como certa memória regional apresenta: havia um verdadeiro caos fundiário – como alguns comentários de Lassberg permitem entrever –, o qual dificultou o acesso ao título de propriedade da terra para os chamados "colonos", os imigrantes e seus descendentes, e causou a exclusão do trabalhador nacional pobre da propriedade da terra.

A historiadora ambiental Elenita Malta Pereira, autora do presente artigo, tem trabalhado o tema da proteção à natureza e do ambientalismo, por meio do estudo das trajetórias de sujeitos e de entidades que se destacaram na denúncia dos problemas ambientais de seus contextos, e na proposição de soluções, no contexto do século XX. Os dois maiores expoentes das lutas ambientais biografados por Pereira eram descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul: Henrique Roessler, objeto de sua dissertação de mestrado (2013), e José Lutzenberger, cuja biografia foi tema de seu doutorado (2016).

Em seu mestrado, publicado no livro *Roessler: o homem que amava a natureza*, Pereira (2013) escreveu uma biografia do personagem, focando principalmente seu trabalho de proteção à natureza nos anos 1930 a 1960. Os bisavós maternos de Roessler, Johann Nicolaus Blauth (1819-1898) e Anna Barbara Jung (1819-1912), vieram, respectivamente, das cidades de Weltersbach e de Weiler. Já a ascendência paterna, a família Roessler, veio da fronteira da Alemanha com a França, da região da Alsácia-Lorena, para tentar a vida no Brasil.

Roessler nasceu em Porto Alegre, em 1896, mas ainda bebê foi com a família para São Leopoldo, onde atuou como delegado florestal entre 1939 e 1954, e onde fundou a primeira entidade civil de proteção ambiental do Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza (UPN), em 1955. Foi presidente da UPN até seu falecimento, em 1963. Paralelo a essa atividade, foi colunista do jornal *Correio do Povo* em seu Suplemento Rural, de 1957 a 1963,

onde publicava semanalmente crônicas sobre problemas ambientais do Rio Grande do Sul.

Nos anos 1930-60, a atuação de Henrique Roessler resgatou, de certa forma, alguns elementos de uma "herança" romântica e alemã de proteção à natureza. Em seus artigos para o *Correio do Povo Rural*, defendeu os benefícios da contemplação à natureza, lamentando que "o homem moderno" não tivesse "mais tempo para meditar; não tem mais tempo para procurar contato com a mãe natureza, que cura todos os males" (Roessler, 1961, AHRS).

Pereira (2013) chamou atenção também para a atuação do padre jesuíta Balduíno Rambo (1905-1961), descendente de imigrantes alemães[4], no mesmo contexto de Roessler. Dentre várias outras obras, Rambo escreveu *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, publicada em 1942. No último capítulo deste livro, Rambo denunciou o desmatamento causado pela agricultura e a voracidade da indústria madeireira no estado:

> O mato rio-grandense está em grave perigo! E não são apenas as derrubadas da agricultura, é também a indústria madeireira, que, mais tempo menos tempo, despojará as selvas uruguaias de seus gigantes mais expressivos e acabará por transformar os soberbos pinhais em tristes fachinais (Rambo, 1956, p. 437).

Além da forte atuação pela constituição de áreas naturais, Rambo contribuiu para o estabelecimento de instituições de pesquisa científica no estado. Foi um dos fundadores e primeiro diretor do Museu de Ciências Naturais. Ocupou a função de diretor do museu até a morte em 1961. Também presidiu a criação do Jardim Botânico de Porto Alegre, de 1955 a 1958 – ano em que foi inaugurado – e do Jardim Zoológico de Sapucaia do Sul, a partir de 1960 (a inauguração ocorreu após sua morte, em 1962).

Em seu doutorado, Pereira (2016) aprofundou os estudos sobre a trajetória ambientalista do descendente de alemães José Lutzenberger (1926-2002). Ao longo de três décadas de militância, num contexto em que as questões ambientais ganharam muito destaque – entre 1970 e 2000 – Lutzenberger conquistou expressivo reconhecimento internacional. Era filho do arquiteto e artista plástico alemão Josef Franz Seraph Lutzenberger (1882-1951), que emigrou para o Brasil em 1920, em meio ao caos social e econômico enfrentado por seu país no pós-1ª Guerra Mundial, e de Emma Kroeff, brasileira descendente de alemães. Nasceu em Porto Alegre, onde

4 A família Rambo emigrou da cidade de Loeffelscheid, da região do Hunsrück na Alemanha, em 1828 (Klein, 2010).

cursou a Faculdade de Agronomia da UFRGS (1947-50). Estudou Edafologia nos Estados Unidos, na Louisiana State University (1951-52), e foi funcionário da multinacional agroquímica BASF, durante treze anos (1957-1970). Esse trabalho possibilitou residências na Alemanha, na Venezuela e no Marrocos, além de viagens para diversos países. No final da década de 1960, a empresa entrou no ramo dos agrotóxicos, fato que gerou uma crise de consciência em Lutzenberger. Por isso, desligou-se da BASF e voltou para a cidade natal, onde fundou a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em abril de 1971, junto com um grupo de pessoas preocupadas com a devastação da natureza. Presidiu a entidade desde o início até 1983, e, em 1987, foi declarado seu presidente de honra.

O foco da pesquisa de Pereira (2016) foi compreender como Lutzenberger construiu uma ética de base ecológica e de que formas a divulgou, tanto em textos e discursos quanto em suas lutas na prática. A pesquisa possui, portanto, uma dimensão biográfica de estudo da trajetória militante, por um lado, e a construção dos referenciais intelectuais do personagem, por outro. A historiadora traçou o percurso de inúmeras lutas ambientais em que Lutzenberger se engajou, em meio a um contexto de *boom da ecologia*, e também abordou o arcabouço intelectual que dava sustentação a essas lutas: os autores e os conceitos em que o ambientalista embasou seu pensamento e sua atuação, bem como os princípios éticos, que Pereira chamou de "ética do convívio ecossustentável".

Em capítulo de coletânea, Pereira (2020) enfocou o contexto de fundação da AGAPAN e quem foram seus fundadores. Destaca-se o nome da descendente de alemães Hilda Zimmermann (1923-2012), entre as poucas mulheres fundadoras – apenas três. Hilda e o marido faziam parte de um grupo naturista preocupado com questões ambientais, e ela era amiga de Lutzenberger, de longa data. Participou ativamente das lutas iniciais da AGAPAN. Com o tempo, foi se interessando por outras causas, participando também da luta por direitos humanos. Ajudou a criar uma associação de defesa dos indígenas, a Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI, em 1977 (Pereira, 2020).

Pereira (2017) abordou brevemente a trajetória da ambientalista Magda Renner (1926-2016). Sua trajetória apresenta interessantes semelhanças com a de José Lutzenberger, pois também era filha de descendentes de alemães. No contexto da Segunda Guerra Mundial, sua família enfrentou dificuldades com a perseguição aos alemães e descendentes que moravam no Brasil. O sobrenome Renner provém do marido, Magda era nora de A. J. Renner (1884-1966), descendente de alemães que foi importante empresário no Rio Grande do Sul.

Em 1964, Magda ingressou na Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), logo após a fundação da entidade. Inicialmente, as integrantes faziam assistência social em creches, clubes de mães, escolas, etc. Em 1972, após assistirem à palestra "Os quatro princípios básicos da ecologia", proferida por Lutzenberger, começaram a interessar-se pela ecologia, e, em 1974, mesmo ano em que Renner assumiu como presidente da ADFG, criaram um departamento para tratar do tema dentro da associação. Na época, com mais de quarenta anos, "casada com um grande empresário gaúcho e mãe de três filhos, Magda Renner iniciou uma nova aventura pessoal, abraçando a ecologia como causa básica" (Urban, 2001, p. 59).

Segundo Pereira (2017), Lutzenberger e Renner formularam argumentos para denunciar um grande incêndio e desmatamento na fazenda de gado da Volkswagen na Amazônia, a Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC), em 1975. Eles queriam mostrar que a empresa não agia de acordo com uma suposta tradição alemã de proteção à natureza[5]. Juntaram-se ambientalistas do centro do país (entre outros, o paisagista Burle Marx), situação que garantiu maior visibilidade à campanha. No intuito de preservar a floresta do fogo, os ambientalistas brasileiros lutaram com as armas que possuíam naquele momento. Tratando-se de uma empresa alemã, optaram pela estratégia de prejudicar sua imagem no país de origem para provocar constrangimento internacional e, com isso, tentar frear a devastação na área ocupada pela CVRC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos uma revisão historiográfica de trabalhos que trataram da relação entre colonização alemã no Rio Grande do Sul e seus impactos ambientais. Priorizamos os trabalhos produzidos a partir dos referenciais teóricos da história ambiental, área da história que busca compreender diversos aspectos das relações entre humanos e natureza, ao longo do tempo. Sem dúvida, o tema das migrações, imigrações e meio ambiente é um dos mais destacados entre as possibilidades de estudo pelos historiadores ambientais.

É impossível negar que a colonização alemã produziu diversos impactos socioambientais no território rio-grandense: desmatamento e queimadas das florestas (com destaque para a redução da Mata de Araucárias, na Mata Atlântica); caça intensificada de animais; modificação da gestão das águas; extinção de espécies; envenenamento e poluição do ambiente (com o uso de agrotóxicos e a industrialização calçadista no

5 Sobre essa tradição, ver Pereira (2012).

século XX); extermínio e expulsão de grupos indígenas e nativos brasileiros pobres que viviam nas florestas. A política de imigração do Império – e na República, em sua continuidade – priorizou a vinda de europeus brancos, com o objetivo de fazer "uma transfusão de sangue melhor", como bem observou George Andrews (2007). Na visão das elites do século XIX, influenciadas pelas teorias científicas raciais, "para ser civilizada, a América Latina teria que se tornar branca" (Andrews, 2007, p. 152). No caso brasileiro, esse processo de branqueamento começou com a vinda de alemães para o Rio Grande do Sul, em 1824.

Para não cair em nenhum determinismo, neste artigo tratamos também da historiografia que aborda as iniciativas de proteção à natureza protagonizadas por alemães e/ou descendentes. Podemos perceber, em alguns casos, que, paralelo ao desmatamento, havia críticas, e até iniciativas de reflorestamento.

É preciso contextualizar a imigração alemã – e europeia em geral – no século XIX, quando as sociedades não tinham desenvolvido uma consciência ambiental. A percepção, em geral, sobre os elementos naturais, era de abundância, uma "natureza inesgotável", que deveria ser útil aos seres humanos. Somente a partir da segunda metade do século XX é que a chamada questão ambiental se tornou tema de preocupação planetária.

Sílvio Correa e Juliana Bublitz, em *Terra de Promissão* (2006) oferecem uma contribuição muito importante, ao se proporem olhar de forma diferente da maior parte da historiografia sobre a imigração europeia no RS. Foi a primeira síntese sobre as consequências ambientais da política de estímulo à colonização europeia para o Brasil, entre os séculos XIX-XX, ainda que introdutória.

O trabalho de Gerhardt (2009) nos permite compreender que essa política, apesar de ter iniciado no Império, teve continuidade no período republicano, visto que a Colônia Ijuí foi estabelecida em 1890. O livro também é uma contribuição valiosa, com destaque para a metodologia utilizada para analisar as fotografias do Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana, fundamentais para suas análises de como se deu a interação entre humanos e elementos naturais em Ijuí.

Em geral, os trabalhos que apontam para a devastação causada pela imigração convergem ao destacar a política de branqueamento que subsidiou tal empreitada, aliada à Lei de Terras, como responsáveis pelo "caos fundiário", apontado por Carvalho (2012). No fim da escravatura, não foi realizada uma reforma agrária, como defendeu, na época, André Rebouças (Alencastro, 2018), ou oferecida qualquer reparação à crueldade da escravidão. Não foi sequer considerado que as terras já eram ocupadas por povos

indígenas e lavradores nacionais, fato que resultou em conflitos entre esses e os colonos europeus.[6]

Pudemos trazer neste artigo também a historiografia que aborda as iniciativas de proteção ambiental protagonizadas por alemães e seus descendentes. Como vimos, o trabalho de Barbiaro (1984) já apontava para a existência de certa preocupação, investigada por ele em correspondência oficial da província. Rambo (1994) e Carvalho (2012) destacam a atuação de cunho conservacionista do padre Lassberg, na virada dos séculos XIX e XX, mesmo que essa favorecesse também a apropriação privada das terras.

Somente no século XX é que a historiografia encontra trajetórias de indivíduos e grupos engajados em iniciativas de proteção à natureza e de ambientalismo mais organizadas e visíveis, na esfera pública. No caso do Rio Grande do Sul, como vimos nas pesquisas da autora deste artigo, vários desses indivíduos eram descendentes de alemães, como Henrique Roessler, Balduíno Rambo, José Lutzenberger, Hilda Zimmermann e Magda Renner. Eles atuaram num contexto em que a discussão sobre a temática ambiental já havia transbordado do meio acadêmico para o debate público e se tornara um dos maiores desafios da humanidade contemporânea.

Esperamos ter conseguido ressaltar a riqueza da historiografia sobre imigração alemã e meio ambiente no Rio Grande do Sul, nos estudos que tratam do impacto ambiental causado nos elementos naturais, quanto nos que priorizaram as iniciativas no sentido de proteger esses mesmos elementos naturais, empreendidas por alemães e descendentes. Mais do que isso, seguindo as premissas da história ambiental, é importante salientar que a floresta não é apenas composta de elementos não humanos; os humanos que interagiram e a modificaram passaram a fazer parte dela, e afirmar isso não significa ignorar os impactos e as consequências desse processo. Sem a pretensão de esgotar o assunto, somos de opinião que a história da imigração alemã no Brasil é complexa e cheia de nuances. Esperamos que historiadoras e historiadores ambientais sigam estudando o tema, enriquecendo ainda mais esse já profícuo debate.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador. *IHU Unisinos*, 14 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/578891-abolicao-da-escravidao-em-1888-foi-vo-

6 Para uma discussão sobre os conflitos entre os indígenas Kaingang e os colonos alemães no RS, ver: Bringmann, 2010; Dornelles, 2011; Laroque; Machado; Vedoy, 2019.

tada-pela-elite-evitando-a-reforma-agraria-diz-historiador>. Acesso em 23 fev. 2024.

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina*. São Carlos: Edufscar, 2007.

BARBIARO, Benjamin David. A ocupação da terra e consequente agressão ao ambiente natural. Um estudo da área de imigração alemão no Rio Grande do Sul. (1824-1830). In: *Anais do 6º Simpósio de História da Imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul – 1984*. São Leopoldo: Gráfica Caeté, 1994.

BECKER Neto, Octávio. Espacialidade, ambiente e imigração: a territorialização de alemães em Santa Maria (Rio Grande do Sul, século XIX). *Revista Espacialidades*, vol. 17, n. 2, 2021.

BRINGMANN, S. F. Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul**.** Dissertação (Mestrado no Programa de Pós Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Uma introdução à eco-história do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

BUBLITZ, Juliana. História ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul: o avanço na mata, o significado da floresta e as mudanças no ecossistema. *Tempos Históricos*, vol. 15, p. 239-267, 2011.

CARVALHO, E. B. DE. A crítica ambiental de Max von Lassberg e Reinhard Maack: homens do seu tempo. *Cadernos de História*, vol. 13, n. 19, p. 32-52, 2012.

DORNELLES, Soraia Salles. A história em *As vítimas do bugre*, ou como tornar-se bugre na História. *Anos 90*, vol. 18, n. 34, 2011.

FOCHESATTO, Cyanna. As paisagens de Pedro Weingärtner durante o processo de colonização da região Sul do Brasil (Século XIX e XX). *Revista Expedições*: Teoria & Historiografia, vol. 6, n. 1, 2015.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

GERHARDT, Marcos. O relato de Wilhelm Vallentin: meio ambiente e migração. In: GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice; MORETTO, Samira (Orgs.). *História ambiental e migrações*: diálogos. São Leopoldo: Oikos; Chapecó: UFFS, 2017.

GERTZ, René. *Imprensa de língua alemã e meio ambiente no Rio Grande do Sul*. 2009. Disponível em:

<https://www.renegertz.com/noticias/17-outros-textos/textos/127-imprensa-de-lingua-alema-e-meio-ambiente-no-rio-grande-do-sul >. Acesso em 1 out. 2023.

IBGE. *Brasil 500 anos*. Território brasileiro e povoamento. Disponível em: < https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/alemaes.html>. Acesso em 25 fev. 2024.

INPE. *Condições atuais do ENOS*: caracterização do El-Niño. Publicado em 23/8/2023. Disponível em: http://enos.cptec.inpe.br/. Acesso em 26 set. 2023.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1830-1834*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KASPARY, Rosane Maria; GEVEHR, Daniel Luciano. Os impactos da imigração alemã no espaço natural do Vale do Paranhana (RS): uma análise crítica sobre a ocupação da região através da história ambiental. *Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

KLEIN, Renato. *Retrato da família Rambo*. Blog Histórias do Vale do Caí. Publicado em: 28 de agosto de 2010. Disponível em: http://historiasvalecai.blogspot.com/2010/08/961-retrato-da-familia-rambo.html>. Acesso em 5 out 2023.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; VEDOY, Moisés Ilair Blum. Movimentações envolvendo Indígenas Kaingang e imigrantes alemães em territórios da Bacia Hidrográfica do Caí. *Redes*. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 24, núm. 2, p. 186-208, 2019.

MAESTRI, Mário. *Os Senhores da Serra*. A colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). 2a. ed. Revista e ampliada. Passo Fundo, Editora da UFP, 2005.

MALIKOSKI, A.; KREUTZ, L. Escolas entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul e a Nacionalização do Ensino. *Educação, [S. l.]*, vol. 1, n. 1, p. 67–80, 2016.

PÁDUA, José Augusto. *O que é Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 24, n. 68, 2010.

PÁDUA, José Augusto. El dilema de la "cuna espléndida: naturaleza y território em la construcción de Brasil. In: LEAL, Claudia; SOLURI, John; PÁDUA, José Augusto. *Un passado vivo, dos siglos de historia ambiental latinoamericana*. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2019.

PEREIRA, Elenita Malta. Sacralização da natureza: Roessler e as ideias protecionistas no Brasil (1930-60). *Cadernos IHU* (UNISINOS), São Leopoldo, vol. 38, p. 1-48, 2012.

PEREIRA, Elenita Malta. *Roessler*: o homem que amava a natureza. São Leopoldo: Oikos, 2013.

PEREIRA, Elenita Malta. *A ética da convivência ecossustentável*: uma biografia de José Lutzenberger. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PEREIRA, Elenita Malta. "Uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração da Amazônia": a campanha ambientalista contra a Volkswagen. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 24, n. 45, p. 241-266, 2017.

PEREIRA, Elenita Malta. Naturismo, ética e ecologia na proteção à natureza. In: DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra; BRAZ, Vivian da Silva da (Orgs.). *História ambiental*: Natureza, sociedade, fronteiras. Vol. 3. 1. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

RAMBO, Arthur Blasio. Imigração alemã e ecologia. *Estudos leopoldenses*, São Leopoldo, vol. 30, n. 136, p. 71-90, 1994.

RAMBO, Balduíno. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1956.

REINHEIMER, Dalva N. (Org.). *Terra, Gente e Fé*: aspectos históricos de Taquara do Mundo Novo. Taquara: FACCAT, 2005.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo. V. 1 e 2, 1969.

ROESSLER, Henrique. Bicho estúpido e feroz. *Correio do Povo Rural*. Porto Alegre, 13 out. 1961 (AHRS).

SIAS, Estael. El Niño deixa de ser o "dono do campinho" no clima em 2023. METSUL Meteorologia. Publicado em: 20/07/2023. Disponível em: <https://metsul.com/el-nino-deixa-de-ser-o-dono-do-campinho-no-clima-em-2023/>. Acesso em 27 set. 2023.

URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível*. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Editora Peirópolis, 2001.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil*: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao moderno*: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

Recebido em: 13/11/2023

Aceito em: 13/04/2024

PANOS DE PAREDE COMO OBJETOS DA CULTURA CAMPONESA POMERANA: UM ESTUDO NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

WALL CLOTHS AS OBJECTS FROM THE POMERANIAN PEASANT CULTURE: A STUDY IN THE SOUTH OF RIO GRANDE DO SUL

Vania Grim Thies[1]
Renata Menasche[2]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os panos de parede como objetos materiais e simbólicos representativos de grupos camponeses de origem pomerana. Para isso, o olhar foi conduzido aos panos de parede produzidos por mulheres pomeranas da localidade de Nova Gonçalves, no interior do município de Canguçu, Rio Grande do Sul. A pesquisa teve como ponto de partida o trabalho pedagógico realizado junto a turmas de ensino fundamental na Escola Municipal Carlos Soares da Silveira, seguido de visitas às casas de algumas famílias, na busca por panos de parede presentes nas narrativas das mulheres, e para análise das imagens contidas nesses objetos. A pesquisa é construída em interlocução entre as áreas de educação e antropologia, tendo os panos de parede inseridos entre os aspectos da vida social e cultural do grupo analisado, constituindo uma forma de ser e estar no mundo.

Palavras-chave: Panos de Parede; Pomeranos; Campesinato; Imigração.

1 Professora do Departamento de Ensino da Faculdade de Educação/FaE/UFPel. Coordenadora adjunta do grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES).

2 Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS, 2003), tendo realizado estágio doutoral junto ao Laboratoire dAnthropologie Sociale da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, 2001). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ, 1996). Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), vinculada ao Departamento de Antropologia e Arqueologia. Professora do Curso de Bacharelado em Antropologia da UFPel e pesquisadora do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt/UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Investigadora associada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL, 2018) e à Facultad de Ciencias Politícas y Sociología da UNED (Madrid, 2022). Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, de 2014 até sua extinção, em 2019, e a partir de sua reinstalação, em 2023). Bolsista PQ2/CNPq (desde 2016). Editora da Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia (2019 a 2023). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Consumo e Cultura (GEPAC - https://www.ufrgs.br/gepac/).

ABSTRACT

This paper aims to highlight wall cloths as material and symbolic objects that represent Pomeranian peasant groups. Thus, the focus was on the wall cloths made by Pomeranian women from the locality of Nova Gonçalves, in the countryside of the town of Canguçu, Rio Grande do Sul. The study began with the pedagogical work carried out with elementary school classes at the municipal school Carlos Soares da Silveira, followed by visits to some families' homes, in search of wall cloths embedded in the women's narratives and to analyze the images in these objects. The study is built through dialogue between the fields of education and anthropology, in which the wall cloths are within aspects of the social and cultural life of the analyzed group, constituting a way of being and existing in the world.

Keywords: *Wall cloths; Pomeranians; Peasantry; Immigration.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo expressa um esforço de diálogo entre duas áreas, educação e antropologia, buscando problematizar os panos de parede como artefatos materiais da cultura pomerana[3], na manifestação de uma determinada "arte de fazer" (CERTEAU, 2008), constitutiva de um modo de ser e de estar no mundo[4]. Trata-se de panos de parede produzidos por mulheres pomeranas da localidade de Nova Gonçalves, no interior do município de Canguçu, na região da Serra dos Tapes[5], Rio Grande do Sul. É esse o contexto em que estão inseridos os panos a serem trazidos para reflexão neste artigo.

No sul do Brasil, os primeiros imigrantes pomeranos chegaram a

3 Devido à conservação de tradições e costumes próprios, os pomeranos são considerados população tradicional, sendo reconhecidos como tais pelo Decreto nº 6.040, da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (BRASIL, 2007).

4 O interesse das autoras pelo assunto está inserido em estudos sobre camponeses pomeranos, conduzidos há bastante tempo, na região, sendo que, especificamente em relação aos panos de parede, orientaram trabalhos de iniciação científica na temática, tais como de Paula e Menasche (2014), e Gonçalves e Sell (2021). Vale também mencionar que, ainda que no sul do Brasil o termo êmico corrente usado para designar as famílias rurais descendentes de imigrantes europeus seja *colonos*, optamos, neste artigo, por designá-los a partir da categoria analítica, mais ampla, *camponeses*, entendendo-a como associada à *campesinidade* proposta por Klaas Woortmann (1990), qualidade daqueles para quem a relação com os elementos terra, trabalho e família conforma uma ordem moral própria. Para um entendimento sobre quem são os *colonos*, recomendamos os trabalhos de Giralda Seyferth (ver: SEYFERTH, 1992).

5 A Serra dos Tapes é a região do Rio Grande do Sul que está distribuída entre os municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo. É composta por uma diversidade de grupos étnicos, fruto dos processos de imigração – com a vinda de italianos, franceses, alemães, pomeranos – que aconteceram ao longo do século XIX. É também importante ressaltar a presença, na região, de afrodescendentes, indígenas e luso brasileiros (CERQUEIRA, 2011; SALAMONI, WASKIEVICZ, 2013).

São Lourenço do Sul em 1858, instalando-se, primeiramente, em regiões rurais. Sua vinda foi associada a um investimento privado de colonização por Jacob Rheingantz. Na época da imigração, a região europeia conhecida como Pomerânia, situada junto ao Mar Báltico, era uma província da Prússia, que, em 1871, com a união dos estados alemães, passou a fazer parte do Império Alemão[6]. Até o ano de 1945, a Pomerânia estava dividida entre Pomerânia Ocidental e Oriental. Com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a parte oriental deste território foi anexada à Polônia, e a ocidental à Alemanha, fazendo com que a Pomerânia como tal desaparecesse do mapa da Europa.

Os pomeranos são considerados um grupo étnico com características próprias e peculiares, mantendo língua e costumes diferenciados de outros grupos étnicos alemães (WEIDUSCHADT; TAMBARA, 2014). É nesse quadro que a região aqui estudada conserva muitas tradições na língua falada, na culinária, no artesanato e nos demais costumes associados ao cultivo da terra.

Dependendo do que estava escrito nele, o pano de parede costumava ser exposto na cozinha, atrás do fogão a lenha, ou na sala da casa como enfeite. Outro uso do pano era no dia do casamento, como objeto de decoração. Esses artefatos foram bastante utilizados na primeira metade do século XX, e ainda depois, quando os recursos financeiros para a casa eram escassos entre os descendentes de imigrantes, aproveitavam sacos de tecido de algodão nos quais a farinha e/ou o açúcar comprados eram embalados a granel para a produção dos panos. Em um estudo sobre panos de parede realizado entre imigrantes italianos, Favaro[7] (2011, p. 152) afirma que, nesse contexto, são:

> [F]undamentalmente peças de valor utilitário, expostas nas paredes de casas simples, geralmente atrás dos fogões a lenha – mas visíveis de todos os ângulos do aposento da casa, destinado a reunir diariamente a família para as refeições. Na sua concepção mais simples, é uma espécie de mural, um estandarte, um suporte de tecido (algodão cru ou linho rústico), geralmente bordado com inscrições (invocações a Jesus, a Maria, a Deus ou algum santo da Igreja Católica, por exemplo, "Deus abençoe este lar"), com frases de efeito

6 Para saber mais sobre esse contexto, ver, entre outros: Salamoni (1996); Weiduschadt (2012); Weiduschadt & Tambara (2014); Thum (2010), Krone (2014).

7 O trabalho de Favaro (2010 e 2011) trata de panos de parede estudados na principal região de imigração italiana no Rio Grande do Sul, trazendo contribuições para pensar sobre os panos de parede encontrados entre imigrantes pomeranos, na região da Serra dos Tapes.

> ("Nada no mundo vale o meu lar") ou com expressões de sociabilidade ("Bom Dia"). No seu entorno, uma profusão de folhas, flores, frutos, pássaros (FAVARO, 2011, p. 152).

De maneira semelhante, em pesquisa realizada com mulheres teuto-brasileiras em uma localidade próxima à Serra dos Tapes, Hepp (2002) descreve o processo de fabricação e os usos dos panos de parede:

> Os sacos de algodão, depois de lavados coarados, eram emendados uns aos outros, transformando-se em lençóis, ou ainda, sofriam alguma adaptação para produção de toalhas, cortinas e guardanapos. Esses mesmos sacos de algodão eram transformados, pela mulher teuta, em panos de parede, onde com muita criatividade bordavam lições de moral, de religião, sociais e éticas (HEPP, 2002, p. 44).

Trata-se, portanto, de um saber artesanal duplo: o de transformar o saco em pano branco que pudesse ser marcado com o risco de um molde, e posteriormente, o de fazer o bordado, para que o pano viesse a ser utilizado como objeto decorativo na casa. Na cultura germânica, segundo Rockenback e Flores (2004, p. 59), esses panos também são conhecidos como *wandschoner* ou panos de cozinha, sendo ainda nomeados como "espécie de estandartes pacientemente bordados com figuras e inscrições e pendurados nas paredes das cozinhas coloniais, na sala de visitas ou na intimidade dos quartos de dormir" (Favaro, 2010, p. 793). No que se refere às mensagens neles contidas, esses autores apontam que "pendurados atrás do fogão e pelas paredes da cozinha e da sala, esses dizeres ajudavam a nortear a vida e a educar os filhos". Nas palavras de Favaro (2011, p. 152), "era na cozinha que se produzia a 'alquimia' transformadora da produção da 'colônia' em alimento, em energia e em espaço para a troca de informações, de ideias, e, por que não, de acaloradas discussões". Esse espaço da casa era – e ainda é – revelador daquilo que é produzido pelo trabalho da família camponesa, na medida em que, ao ser trazido para a mesa, além de proporcionar a partilha, o alimento dá visibilidade àquilo que a colônia produz, constituindo também o sentido da fartura.

Os panos de parede bordados apenas com imagens (frutas, ramos, flores, objetos de cozinha ou representações da vida rural) ou com imagens e frases – em português ou na língua original dos imigrantes – remetem a uma iconografia bastante presente na vida dos grupos étnicos, em especial dos pomeranos. Tressmann (2012) afirma que a arte iconográfica carrega informações de ordem ética e filosófica amplas, manifestando "de forma clara um estilo próprio do povo pomerano, na medida em que, por intermé-

dio da arte, reafirmam sua herança cultural, e contribuem para o fortalecimento de sua identidade étnica" (Tressmann, 2012, n. p).

Atualmente, os panos de parede já não são usados com as mesmas funções de anos atrás. Foram muitas as adaptações, e, em muitos casos, já não são bordados com linhas, mas pintados com tinta; também são encontrados panos bordados com linha em ponto cruz. A pintura das paredes da casa, bem como a presença de azulejos na cozinha, atrás do fogão a lenha, foram algumas das mudanças apontadas pelas interlocutoras da pesquisa como elementos que colaboraram para a extinção do objeto estandarte, antes comumente visível em paredes de casas pomeranas. Ainda, a ascensão da industrialização e a correspondente maior disponibilidade de objetos decorativos prontos estão, em boa medida, entre as razões da substituição dos trabalhos manuais na decoração das casas.

No entanto, os panos antigos permanecem guardados em muitos baús e gavetas de casas pomeranas, contribuindo para a preservação do modo social e cultural de vida do grupo. Mantêm-se também na memória dos camponeses da região estudada. Mas por que um objeto que já não é utilizado permanece guardado? Em que medida os objetos materiais têm uma vida social que age na constituição das pessoas que se relacionaram/relacionam com eles? A que relações simbólicas correspondem os panos de paredes, como objetos materiais, na lembrança das pessoas deste grupo social?

Partindo de tais questionamentos, a reflexão aqui proposta visa problematizar a cultura desses camponeses pomeranos a partir dos panos de parede, observando como esses sujeitos se colocam no mundo e como se produzem com os objetos materiais presentes em sua cultura. Cabe ressaltar que a cultura é dinâmica, e transformações ocorreram entre os descendentes do grupo estudado. No entanto, mesmo com essas mudanças e novas possibilidades de utilização dos panos de parede, como por exemplo a presença de objetos decorativos adquiridos, o pano de parede, como objeto cultural, permanece guardado por muitas famílias na região estudada. Ainda que já não seja visualizado atrás do fogão ou nos dias de casamento, está guardado como símbolo da história e da cultura migratória, associado aos desejos e ao trabalho na nova terra. Esse modo de guardar tais artefatos é uma das formas de manter presente a lembrança da gênese do contexto da imigração e da identidade do grupo étnico pomerano. Nesse quadro, apresentaremos os panos de parede, descrevendo parte da pesquisa realizada para, posteriormente, refletir sobre os modos de vida camponeses relacionados a esses objetos materiais de sua cultura. Desse modo, as reflexões do tempo presente são aqui percebidas como conectadas ao tempo passado;

afinal, são "as formas de experiências do tempo, aqui e lá, hoje e ontem, maneiras de ser no tempo" (Hartog, 2006, p. 263).

1 PRODUZINDO O MOLDE E PUXANDO OS PRIMEIROS FIOS

O contato para o estudo ocorreu primeiramente por meio da Escola Municipal Carlos Soares da Silveira, localizada na comunidade de Nova Gonçalves, no município gaúcho de Canguçu. A região da Serra dos Tapes já foi objeto de pesquisas anteriores[8], o que facilitou o contato com a escola e com membros da comunidade. A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos:

a) Inicialmente, houve uma discussão sobre o tema com as professoras na escola, seguida de atividades conduzidas pelas docentes com os estudantes;

b) Em um segundo momento, com a indicação de famílias locais pelas professoras da escola, as pesquisadoras realizaram conversas com membros da comunidade, especialmente mulheres pomeranas.

Há mais de 15 anos, essa escola vem trabalhando em seu currículo com a temática da cultura local, com ênfase nos costumes pomeranos e alemães. Na parte diversificada do currículo, destinada ao trabalho com manifestações culturais, sociais, econômicas e regionais de acordo com as comunidades de pertencimento, a escola, em negociação com a Secretaria Municipal de Educação do município, criou uma disciplina específica para o trabalho com o 9º ano escolar, abordando questões da tradição pomerana e alemã. Essa disciplina foi nomeada História, Memória e Sustentabilidade Pomerana e Alemã (HMSPA)[9], oferecendo atividades nas quais são realizadas pesquisas junto às famílias da comunidade por meio de questionários, entrevistas e rodas de diálogo.

Por solicitação da professora responsável pela disciplina, elaboramos, no ano de 2016, um material didático sobre a temática dos panos de parede para ser trabalhado com as turmas da escola. O material era constituído por um pequeno texto explicativo sobre os panos e duas imagens fotográficas mostrando tais artefatos. A proposta de atividade foi denominada pelas professoras da escola como "releitura dos panos de parede", con-

8 Vale mencionar, particularmente, a agenda de pesquisas *Saberes e Sabores da Colônia* (ver: MENASCHE, 2015).

9 Esta disciplina é ministrada pela professora Patrícia Griep Kern, para estudantes do 5° ao 9° ano do Ensino Fundamental. Agradecemos à professora e às demais pessoas da gestão escolar, bem como à comunidade local, pela disponibilidade, pelo auxílio e pela indicação de famílias para a pesquisa.

sistindo em buscar, junto às famílias da comunidade, outros exemplos de panos de parede, investigando aspectos como: quem bordou, quais os materiais utilizados, qual o significado das escritas (se em língua alemã[10]) e em qual local da casa costumavam estar em exposição (na cozinha, na sala ou no quarto). Os alunos buscavam, na casa pesquisada, maiores informações acerca da produção do pano, de maneira que essas informações pudessem também constar no registro referente ao pano encontrado.

Além disso, após aprender um pouco mais sobre os panos, os estudantes deveriam escolher um deles para realizar a atividade denominada "releitura", ou seja, produzir um desenho inspirado no pano de parede escolhido. Apresentamos a seguir (Figura 1) um exemplo dessa atividade realizada por um dos estudantes. A ação de produção e desenvolvimento dessa atividade caracterizou-se, assim, como um trabalho de ensino, pesquisa e extensão universitária na região, articulada a uma agenda de pesquisa mais ampla denominada "Saberes e Sabores da Colônia", desenvolvida na Universidade Federal de Pelotas e conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Consumo e Cultura (GEPAC). Este contexto inclui a elaboração de uma série de produtos, como ensaios fotográficos, incluindo um sob o título "Panos de Parede: Objetos da Cultura Pomerana" (THIES; FONSECA; MENASCHE, 2016), que apresenta imagens coletadas no trabalho descrito neste artigo.[11]

Além dos panos de parede, a escola também coletou junto às famílias os riscos dos bordados, que as mulheres chamam de "moldes" para os desenhos nos panos de parede. Muitos desenhos eram comuns a mais de uma família. Inferimos que os riscos eram transmitidos entre as mulheres ao longo de diferentes gerações de uma família e provavelmente eram trocados entre mulheres da comunidade.

Como mencionado, a etapa seguinte da pesquisa consistiu em agendar visitas às famílias, a partir de indicações e com o auxílio da escola. As

10 Nos panos de parede encontramos as escritas em português ou em alemão, pois a língua escrita utilizada no contexto de imigração foi a alemã, já que o pomerano era uma língua apenas oral. A escrita da língua pomerana é recente, e é nos anos 2000 que começam os estudos no estado do Espírito Santo, a partir do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO). Segundo Tressmann (2012, n. p) o pomerano é língua baixo-saxônica (das terras baixas), e descende do antigo saxão, assim como o westfaliano e o inglês (língua anglo-saxônica). Atualmente, é considerada uma língua brasileira de imigração. É possível saber mais sobre a língua pomerana no Brasil nos estudos de Morello & Silveira (2022).

11 O ensaio fotográfico referente aos panos de parede pode ser acessado no link https://wp.ufpel.edu.br/saberesesaboresdacolonia/files/2017/11/12_PANOS.jpg, sendo que demais ensaios fotográficos, outros produtos imagéticos e escritos resultantes da agenda "Saberes e Sabores da Colônia" estão disponibilizados no site https://wp.ufpel.edu.br/saberesesaboresdacolonia/ e no site do GEPAC (https://www.ufrgs.br/gepac/).

conversas com as mulheres ocorriam na sala ou na cozinha, geralmente na presença de outros membros da família. Em relação aos métodos de produção, moldes, locais de aquisição de materiais e uso dos panos, as informações coletadas foram bastante semelhantes durante as várias visitas realizadas. Vale ressaltar que, mesmo quando os homens estavam presentes nas conversas sobre os panos de parede, não eram eles os protagonistas da interação: as vozes ouvidas eram das mulheres.

Entre as interlocutoras, conversamos com uma das avós dos estudantes da escola, uma senhora participativa nas atividades escolares e mencionada pelas professoras. Em sua narrativa, ela relatou como se dava na família a troca de moldes:

> Eu sou natural de São Lourenço do Sul, então se eu ia lá de visita nos parentes, nos vizinhos onde meus pais moravam, então eu já trazia de lá, que era uma coisa diferente do que aqui, né? (Helga Wendler Blödorn, 2016).

Este depoimento é ilustrativo da circulação desses objetos também entre diferentes localidades, como, no caso, entre dois municípios distintos: Canguçu e São Lourenço do Sul. Vale mencionar que trocas de objetos, sementes, alimentos, etc., são constitutivas das relações de reciprocidade próprias à sociabilidade da vida camponesa[12]. É nesse quadro que interpretamos a circulação — entre integrantes de uma mesma família ou entre mulheres de dada localidade, não ligadas por laços de parentesco — de conhecimentos e artefatos associados às práticas referentes à elaboração dos panos de parede pelas mulheres pomeranas, no contexto desta pesquisa. Para ilustrar o que foi dito, temos a Figura 1, representativa de um molde bastante comum entre os panos encontrados.

12 A esse respeito, ver, entre outros, Charão Marques et al. (2007).

Figura 1: Fotografia de molde para pano de parede.

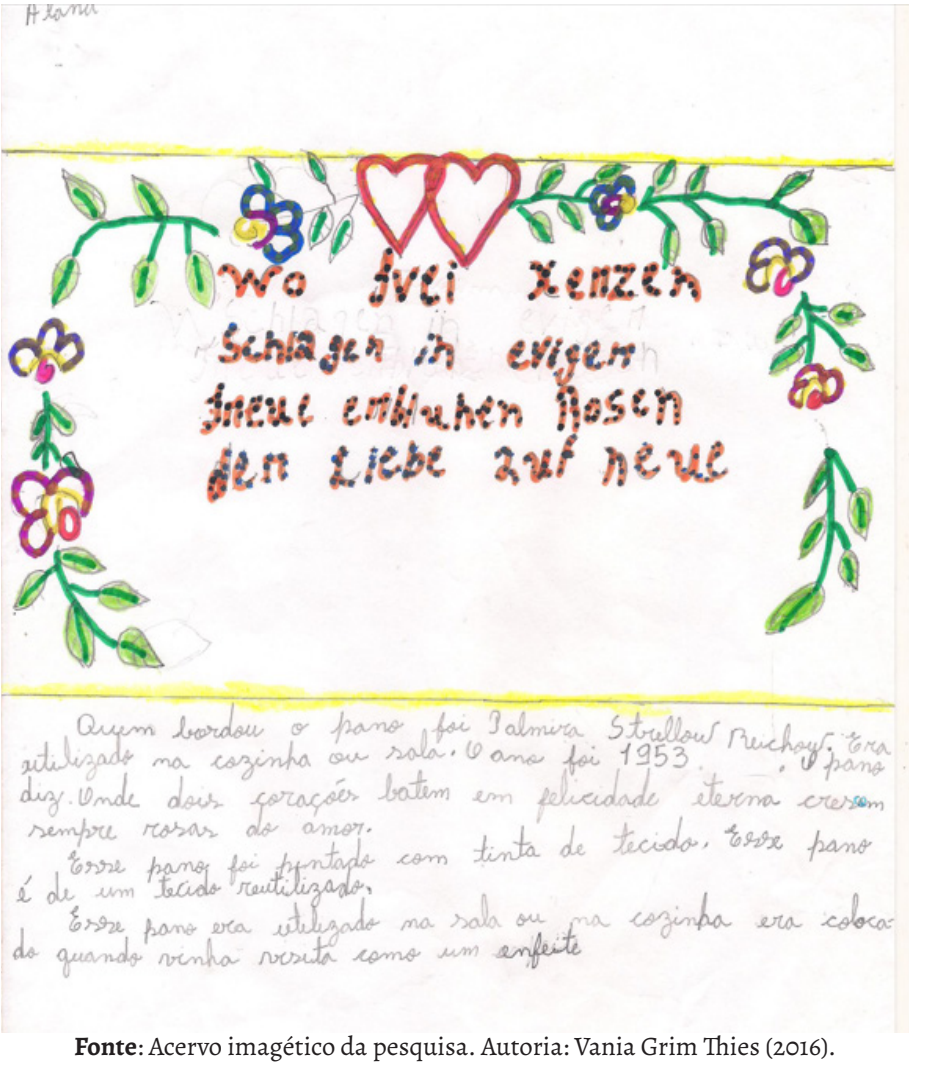


Fonte: Acervo imagético da pesquisa. Autoria: Vania Grim Thies (2016).

Conforme é possível verificar na fotografia reproduzida acima, o dizer contido no molde está escrito em língua portuguesa: "*Onde dois corações batem em felicidade, o amor dura até a eternidade*". O pano com esta inscrição específica, bordada em meio às flores do campo, era comumente utilizado como fundo em fotografias em dia de casamento, afirmando perante os presentes o amor entre os noivos. As flores e os elementos da natureza estão comumente presentes nos bordados dos panos, fazendo referência ao trabalho das famílias nas colônias. Além disso, as mulheres pomeranas sempre dedicaram tempo ao cuidado de jardins no entorno das casas; assim, a presença das flores no bordado destinado a embelezar o cenário do casamento é também um indicativo de que a mulher seguiria com os cuidados de um jardim na nova casa.

No trabalho denominado de releitura dos panos, realizado com estudantes da escola, encontramos desenhos com flores e ramos verdes, e texto semelhante ao anteriormente mencionado, porém em variação na língua alemã, como pode ser verificado na Figura 2.

Figura 2[13]: Trabalho escolar com os panos de parede (9º Ano – 2016).



Fonte: Acervo imagético da pesquisa. Autoria: Vania Grim Thies (2016).

Com dizeres semelhantes aos contidos nas imagens acima (Figuras 1 e 2), encontramos outro pano de parede também utilizado em dias de casamento. Neste pano (Figura 3), em que não há bordado de corações, vê-se escrito em língua alemã: *Zusammenhalten in Freud und Leid bringt Glück*

13 Explicação escrita pela estudante: "Quem bordou o pano foi Palmira Strellow Reichow. Era utilizado na cozinha ou sala. O ano foi 1953. O pano diz: Onde dois corações batem em felicidade eterna crescem sempre rosas de amor. Esse pano foi pintado com tinta de tecido. Esse pano é de um tecido reutilizado. Esse pano era utilizado na sala ou na cozinha, era colocado quando vinha visita, como um enfeite".

und Frieden allezeit, que, em tradução para o português, significa: *Ficar unido* (aguentar firme) *na alegria e no sofrimento traz felicidade e paz para sempre*.

Figura 3: Fotografia de pano de parede utilizado em dias de casamento.



Fonte: Acervo imagético da pesquisa. Autoria: Vania Grim Thies (2016).

Mais uma vez, a narrativa da senhora Helga aponta às reflexões:

> Esse pano, eu fiz quando nós casamos. [...] o pano ficava pendurado atrás, no dia do casamento, na parede, alto assim [...] aí os noivos se paravam na frente, e na frente a gente fazia uma arca com papel crepom com flores, com fitas e coisas, enfeite (Helga Wendler Blödorn, 2016).

Dona Helga casou-se em 1964, um mês antes de completar dezessete anos. É importante ressaltar que os panos de parede eram confeccionados também de acordo com os recursos financeiros disponíveis pelas famílias, ou seja, poderiam ser confeccionados com o aproveitamento de sacos de algodão ou, caso possível, com tecidos comprados, sendo então utilizados morim, etamine ou outro. Para o caso que se apresenta (Figura 3), verifica-

-se que o artefato passou por adaptação do tecido, do morim, também muito utilizado para os panos, substituído por etamine. Além disso, também o tipo de bordado presente na figura é outro, feito em ponto cruz.

O amor vence tudo é outra inscrição comumente presente em panos de parede encontrados, e que eram empregados como cenário de fotografias, em dia de casamento. Há variações nas inscrições e nas iconografias, mas observa-se sempre certa moralidade para a vida do casal inscrita no bordado, anunciando que, ainda que a vida conjugal seja difícil, é preciso vencer com o amor, aguentar firme, entre outras orientações presentes nos bordados. Tal aspecto moral presente no bordado remete ao desejo de construir vida nova, com a chegada dos imigrantes ao sul do Brasil. Mesmo com uma distância temporal e com modificações entre o período da chegada desses primeiros imigrantes na região da Serra dos Tapes (1858) até o período em que os panos em análise foram confeccionados e utilizados (segunda metade do século XX), as questões da tradição do trabalho com a terra, da escassez de recursos financeiros ou os aspectos morais permanecem presentes, ou seja, mesmo com dificuldades, é preciso vencer com amor, aguentar firme.

2 ENLAÇANDO OS PONTOS DO BORDADO

Tal como no estudo de Gonçalves (2007, p. 15), também a partir dos panos de parede bordados pelas mulheres pomeranas é possível acompanhar e "entender a dinâmica da vida social". Assim, importa saber um pouco mais sobre a dinâmica da vida das mulheres camponesas que sempre dividiram o tempo entre os trabalhos da casa, o trato com os animais e a lavoura, e que tinham no bordado um dos elementos constitutivos da preparação para o casamento, a produção das peças de enxoval.

Nas comunidades camponesas de imigração europeia, a produção do enxoval pelas mulheres era componente das estratégias de reprodução social do campesinato, contribuindo para a indivisibilidade do patrimônio familiar, que seria herdado por um filho homem (WOORTMANN, 1995). Neste contexto:

> enquanto aos filhos homens cabiam, por tradição, a posse e uso do lote colonial (progressivamente parcelado, em razão do número de filhos do sexo masculino), a contrapartida feminina era la dota. Em termos de valor agregado, no entanto, aquele representado pelo enxoval era muito menor. Em outras palavras, o casamento ampliava o potencial da força de trabalho da família do noivo na mesma proporção

> em que diminuía o da família de origem da noiva (FAVARO, 2010, p. 795).

Após o casamento, as habilidades manuais perdiam espaço para os afazeres da roça, da família e dos filhos. A senhora Helga relatou que, após o casamento, ocorrido no ano de 1964, dividia seu tempo de trabalho entre a lavoura e a família:

> Aí eu tinha muito serviço, eu trabalhava na lavoura com meu marido e as filhas eram pequenas [...] e aí eu tinha mais serviço (Helga Wendler Blödorn, 2016).

Em relação ao tempo destinado para a produção de panos bordados, ela relatou que era preciso fazer primeiro os trabalhos da lavoura, somados aos da casa, restando os períodos de lazer para os bordados. Ela conta que:

> Esse é um dos numerosos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente. Duplamente presente – efetivamente aqui e ficticiamente lá – e duplamente ausente – ficticiamente aqui e efetivamente lá – o imigrante teria uma vida dupla, que ultrapassa e que é diversa da oposição tradicional entre vida pública e vida íntima: uma vida presente, banal, cotidiana, vida que pesa e enreda, vida segunda, ao mesmo tempo cronológica e essencialmente secundária; uma vida ausente, figurada ou imaginada, rememorada, uma vida que foi primeira cronologicamente e que permaneceu primeira, essencial, afetiva e efetivamente, e que, sem dúvida, voltará a sê-lo um dia.

A realidade vivida pela senhora Helga, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, após o casamento, na constituição da nova família e da vida na propriedade, assemelha-se com as de muitas mulheres camponesas, tal como descritas em etnografias – como a de Heredia (1979) – que se dedicaram a evidenciar a divisão sexual e geracional do trabalho, em contextos camponeses. Vejamos o relato de Dona Helga:

> Domingos de tarde, antes de meio dia eu lavava roupa, sábados de noite eu limpava casa e domingo de manhã roupa, e domingos de tarde era bordado e costura, essas coisas. Mas depois que eu casei não deu mais tempo, meu marido era músico, ele não parava em casa domingos, então quem tinha que tomar conta de tudo era eu, era animal, era lavoura, era buscar pasto, limpar o pátio, limpar a casa, tudo era para mim (Helga Wendler Blödorn, 2016).

As mulheres com quem dialogamos narraram, ainda, que os dias de chuva, considerados como dias de folga no que concerne às atividades da lavoura, eram aproveitados para as atividades de bordar e costurar. Quando fazia sol, *o bordado era feito lá na lavoura*, como já afirmado pela interlocutora. Segundo observado por Hepp (2002, p. 44), a mulher:

> [A]pós a luta diária de seus afazeres, ainda encontrava forças para, voluntariamente, executar outra tarefa. Provavelmente com o objetivo de realização pessoal, transformava sacos de algodão, de açúcar ou de sal em verdadeiras obras de arte, as quais eram utilizadas na lida doméstica (HEPP, 2002, p. 44).

Muitas vezes, os panos eram bordados à luz de velas e traziam inscrições religiosas e/ou mensagens de incentivo – a exemplo de *Immer vorwärts, nie zurück* (sempre para frente, nunca para trás) –, como forma de dar ânimo ao jovem casal na nova vida em família. Esse sentido estava presente já na preparação do enxoval, antes do casamento, pois os novos objetos para a casa eram também evidências de "habilidades manuais, capricho e senso de economia. As peças revelavam não apenas as qualidades da candidata, mas – e principalmente – a estrutura moral, os valores e a situação econômica da família de origem" (FAVARO, 2011, p. 795).

É importante ressaltar que as mulheres ouvidas assinalaram a redução, após o casamento, do tempo dedicado ao bordado ou a outras práticas manuais, pois deviam concentrar-se em cuidar da casa, dos filhos e, ainda, do trabalho na lavoura. Nesse quadro, vale ter presente que:

> Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos (GONÇALVES, 2007, p. 15).

É nesse quadro que consideramos que os panos de parede conformam uma expressão cultural, aportando à reflexão sobre formas de organização da vida prática e cotidiana (Geertz, 2009), e afirmando orientações morais que as famílias gostariam de seguir. Desse modo, tal como a arte discutida por Geertz (2009, p. 150), os panos "materializam uma forma de viver e trazem um modelo específico de pensar para o mundo dos objetos, tornando-o visível".

Outro aspecto interessante a ser ressaltado na presente reflexão diz respeito ao valor simbólico contido nos bordados dessas famílias campone-

sas. Para isso, vale trazer a contribuição de Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1997, p. 7), que, ao estudar a lógica e a simbologia da lavoura camponesa, apontam que "o significado do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos", na medida em que "em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo". Nos lares pomeranos, os panos encontrados trazem dizeres exaltando trabalho e religiosidade, entre outros aspectos morais presentes na vida familiar e comunitária. É o que se pode ver na Figura 4 – *O pão nosso de cada dia nos dai hoje* – e também posteriormente na Figura 5 – *Glaube, Liebe, Hoffnung* (Fé, Amor, Esperança) – dizeres que acompanham imagens da natureza e da vida camponesa.

Figura 4: Pano de parede com borda de tecido.



Fonte: Arquivo imagético da pesquisa. Autoria: Vania Grim Thies (2016).

O pão, para este caso, é o elemento simbólico de sustento da família camponesa e também aparece no estandarte que ficará visível na decoração da casa como uma maneira de dar sentido ao cotidiano do trabalho da família. Segundo Bahia (2015, p. 289-290), em pesquisa realizada entre camponeses pomeranos do estado do Espírito Santo, "o pão é considerado uma tarefa essencialmente feminina", sendo que a "associação entre o pão e a figura feminina carrega um significado étnico e social". Do mesmo modo

que os saberes associados ao bordar, também aqueles relacionados à feitura do pão são repassados de geração em geração, enquanto tarefas femininas da casa: "a feitura do pão resgata um saber feminino da culinária camponesa que é passado de geração em geração" (BAHIA, 2015, p. 290). Isso posto, pensamos o pano de parede com a inscrição *O pão nosso de cada dia nos dai hoje* como um artefato cultural da vida social camponesa, como forma dela representativa, usado, na casa, como estandarte, expressando o desejo de fartura de alimento na mesa da família.[14]

Nas palavras de Bahia (2015), com os dados de pesquisa coletados em comunidades pomeranas do sul do Brasil e do Espírito Santo, os panos bordados "remetem à ideia do trabalho como algo que gera a comida, que não se trata de mero alimento, mas algo que traduz todo um modo de ser camponês" (BAHIA, 2015, p. 297). É nesse mesmo sentido que afirmamos que os panos de parede são objetos da cultura camponesa pomerana, sendo bordados e expostos na casa como expressão de valores de um *ethos* camponês.

Figura 5: Pano de parede com borda de tecido (Fé, amor, esperança).



Fonte: Arquivo imagético da pesquisa. Autoria: Vania Grim Thies (2016).

A inscrição no pano de parede da Imagem 5 revela o contexto religioso, também bastante presente na vida dos pomeranos, com a religiosidade luterana de diferentes segmentos: Sínodo Missouri, atualmente cha-

14 É interessante notar que Darnton (1986) situa nas casas de camponeses pobres os primórdios de histórias que, a partir do século XVII, viriam a ser conhecidas como contos de fadas, nos salões da aristocracia europeia, apontando como elemento recorrente certa obsessão pela abundância de comida, sendo o elemento da fartura evidente contraponto no universo mental dos camponeses às então comumente presentes escassez de alimentos e pobreza.

mado de Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB); Sínodo Riograndense, atualmente chamado de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), e, ainda, Igreja Evangélica Luterana Independente (IELI). Como mostra a literatura, entre os grupos camponeses alemães e pomeranos, esteve sempre presente a preocupação com a religiosidade e com a escolarização: "a instalação das escolas aconteceu simultaneamente com a edificação das Igrejas" (SALAMONI, 1996, p. 38).

Na inscrição contida neste pano de parede (Figura 5), os valores religiosos estão colocados em evidência, como maneira de orientar o trabalho na vida familiar camponesa, como que dando suporte para as dificuldades enfrentadas no cotidiano: a fé, o amor e a esperança. Para os pomeranos, essas palavras acionam o passado da imigração, e também direcionam para o mundo que querem seguir construindo, a partir da produção na lavoura e em sua propriedade, inspirados no pensamento de que seus ascendentes vieram de outro país para trabalhar e gerar uma nova vida, em novas terras. Assim, os panos apresentam e disseminam formas de pensamento que interpretamos, com Geertz (2009, p. 181), como "o sentido que as coisas têm para a vida a seu redor".

Observando as inscrições dos bordados, é possível perceber que há a intenção de prescrever uma mensagem de valor ou de conduta ética para a família, ou seja, uma forma de estar e colocar-se no mundo pelos valores culturais e religiosos. Talvez por isso os panos ocupassem um lugar de destaque na casa, nas paredes da sala de estar e atrás do fogão, lugar de produção do alimento. A mensagem de valor é também referente ao trabalho na lavoura no mundo camponês: pensar sempre para frente (*Immer vorwärts, nie zurück*), ou seja, mesmo que seja difícil e pesado o trabalho cotidiano, é importante seguir e trabalhar para conseguir aquilo que se quer.

Por meio dos bordados inscritos nos panos de parede, é possível perceber que os objetos têm uma vida social que é constitutiva da cultura das pessoas que os produzem, usam ou guardam, mesmo quando, ao serem destinados a baús e gavetas, esses objetos sofrem um desvio (APPADURAI, 2008) da função para a qual eram originalmente destinados. Assim, os panos de parede já não são produzidos para ficar atrás do fogão, na cozinha, ou mesmo como objeto de decoração na sala ou no dia do casamento, como descrito ao longo do texto. No entanto, mesmo guardados em gavetas e baús, contam sobre a vida social dos descendentes de pomeranos, sobre seus valores morais e modos de pensar a vida na família e na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os panos, estandartes, wandschoner – ou ainda sob outras designações atribuídas a esses objetos – são artefatos materiais e simbólicos que expressam modos de ser e de se relacionar no mundo, tal como os valores morais neles bordados, ligados ao campesinato e às maneiras de compreender trabalho, família e elementos da natureza. São expressão social e cultural da vida cotidiana camponesa destes descendentes pomeranos, trazendo perspectivas que famílias, ao longo das gerações, têm almejado e construído para o futuro.

Seu uso no cotidiano da casa é evidenciado nos relatos da senhora Helga. No entanto, ao longo do século XX, e até os dias atuais, houve mudanças, em que cederam espaço a outros materiais, industrializados. No entanto, mesmo que esses panos já não estejam em uso no dia a dia das casas, como estandarte ou mostruário, permanecem guardados em gavetas, baús e roupeiros, porque alimentam valores trazidos desde a imigração. Assim, ao pensar as camadas do tempo, podemos afirmar que os panos de parede foram produzidos segundo valores morais específicos, que, apesar das transformações culturais ocorridas, seguem, na atualidade, de algum modo presentes no cotidiano dos descendentes de pomeranos. Com dizeres entrelaçados por elementos da natureza (ramos, flores, animais) e da casa, de forma a expressar o trabalho camponês, formam um conjunto de valores referentes àquilo que querem ver ativo nas famílias. Ao produzir (traçar o risco, realizar o bordado e costurar a borda) o pano, produziram também valores simbólicos do trabalho com a terra, representado com o alimento e com a fartura, indicando, assim, o fortalecimento da identidade étnica do grupo analisado.

Por fim, cabe ainda destacar a importância da narrativa das mulheres pomeranas, uma das possibilidades de interlocução da pesquisa, pessoas a quem os trabalhos manuais são majoritariamente destinados. As mulheres, trabalhadoras camponesas, dividem seu tempo entre a família e a produção da comida, a manutenção da casa e de seu entorno, a lida com os animais, os cultivos, entre outras tarefas, sendo que, muitas vezes, sua voz é pouco escutada. Essas mulheres camponesas pomeranas – cabe reconhecer – são as guardiãs dos valores culturais e sociais da identidade étnica, no contexto em que vivem, seja nos saberes transmitidos oralmente, seja pelos artefatos materiais repassados entre as gerações, como no caso dos panos de parede.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Joana. O pão nosso de cada dia nos dai hoje. Religião e consumo na imigração alemã. In. MENASCHE, Renata (Org.). *Saberes e sabores da colônia*: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 285-303.

BRASIL. *Decreto nº 6.040*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.>. Acesso em: 20 out. 2023.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. *Anais*. IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição. Pelotas: Ed. UFPel, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARÃO MARQUES, Flávia; MENASCHE, Renata; TONEZER, Cristiane; GENESSINI, Alex. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, Renata (Org.). *A agricultura familiar à mesa*: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, p. 154-176.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Porto Alegre: Graal, 1986.

FAVARO, Cleci Eulalia. Penélopes do século XX: a cultura popular revisitada. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, vol. 17, n. 3, p. 791-808, 2010.

FAVARO, Cleci Eulalia. Os lenços de namorados: tradição, cultura popular e afetividade. *Fronteiras*: Revista de História, Universidade Federal da Grande Dourados, vol. 13, n. 24, p. 151-168, 2011.

GEERTZ, Clifford. *O saber local:* novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Teorias Antropológicas e objetos materiais. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos*: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007, p. 13-42.

GONÇALVES, Milena Santos; SELL, Léia Beatriz. Wandschoner: artefatos da cultura escrita dos pomeranos (século XX). 27º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, ASPHE. *Anais*. Caxias do Sul: UCS, 2021.

HEPP, Vera Enilda Pautz. *Imigração alemã e as transformações culturais*: o exemplo da Colônia Passo do Santana – Cerrito – RS. Monografia (Li-

cenciatura em Geografia) – ICH, Universidade Federal de Pelotas, 2002.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horioznte, vol. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRONE, Evander Eloi. *Comida, memória e patrimônio cultural*: a construção na pomeraneidade no extremo sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pelotas, 2014.

MENASCHE, Renata. *Saberes e sabores da colônia*: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

MORELLO, Elisângela; SILVEIRA, Mariela (Orgs.). *Inventário da língua pomerana***:** língua brasileira de imigração. Florianópolis: Editora Garapuvu: IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, 2022.

PAULA, Sablina Clasen de; MENASCHE, Renata. Panos de parede: transformações no saber fazer da cultura pomerana. XXIII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas. *Anais* [...]. Pelotas: SIIEPE, 2014.

ROCKENBACH, Sílvio Aloysio; FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Imigração alemã*: 180 anos – história e cultura. Porto Alegre: CORAG, 2009.

RODRIGUES, Ana Flávia. *A narrativa de Thomas Davatz*: relato de memória e documento histórico, sentimentos e ressentimentos na História (1850-1888). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

SALAMONI, Giancarla (Org.). *Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPEL,1996.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. *Tessituras*, Pelotas, vol. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 7, n. 18, p. 78-95, 1992.

THIES, Vania Grim; FONSECA, Larissa; MENASCHE, Renata. Panos de Parede: Objetos da Cultura Pomerana. *Ensaio fotográfico*. Saberes e Sabores da Colônia, 2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/saberesesaboresdacolonia/sobre/ensaios-fotograficos/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

THUM, Carmo. *Educação, História e Memória*: silêncio e reinvenções pomera-

nas na Serra dos Tapes. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

TRESSMANN, Ismael. *Arte icnográfica pomerana*: tema do Pomerisch Kalener2012. Santa Maria de Jetibá. Espírito Santo: Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, 2012.

WEIDUSCHADT, Patrícia. *A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas – RS (1931-1966)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

WEIDUSCHADT, Patrícia; TAMBARA, Elomar. Cultura escolar através da memória dos pomeranos na cidade de Pelotas, RS (1920-1930). *Cadernos de História da Educação*, Belo Horizonte, vol. 13, n. 2, p. 687-704, 2014.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Brasília: UnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra*: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se *neguceia*: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 87, p. 11-73, 1990.

Recebido em: 08/12/2023
Aceito em: 09/04/2024

ANTIGA COLÔNIA ALEMÃ DE SÃO LEOPOLDO: OS LUGARES DE MEMÓRIA TEUTO-BRASILEIROS NO CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO (1924)

FORMER GERMAN COLONY OF SÃO LEOPOLDO: GERMAN-BRAZILIAN SITES OF MEMORY ON THE CENTENARY OF IMMIGRATION (1924)

Jorge Luís Stocker Júnior[1]
Inês Martina Lersch[2]

1 Arquiteto e Urbanista (Feevale, 2016), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS, 2019) e doutorando também no programa de pós graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Profissionalmente, atua no campo do patrimônio cultural através de estudos técnicos de documentação e identificação, projetos de intervenção em bens culturais, pesquisa e educação patrimonial. É criador e coordenador do projeto de sensibilização, educação patrimonial e divulgação científica denominado ?O Campanário?. Desenvolveu a dissertação "Sob o Königsberg: Paisagem e Patrimônio Cultural da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo" e desenvolve no programa de doutorado a pesquisa "Do patrimônio participativo às Insurgências: Novas políticas públicas para um novo patrimônio?". É membro do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, onde é Coordenador do Núcleo Rio Grande do Sul; coordenador do GT "Patrimônio para nossas gerações" e representante brasileiro no Emerging Professionals Working Group do ICOMOS Internacional. Integra, ainda, os comitês científicos nacionais do ICOMOS de Paisagem Cultural, de Documentação e de Teoria e é membro pesquisador do IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Cumpriu mandato de Vice-Presidente do CEC-RS - Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul na gestão 2019-2020, de Conselheiro Suplente no CAU - RS - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul na gestão 2018-2020, de Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Campo Bom na gestão 2017-2018 e de Secretario do Núcleo Vale do Sinos do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB RS na gestão 2017-2019.

2 raduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999), com Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil/UFRGS (2003), defendido junto ao Núcleo Orientado para a Inovação da Construção (NORIE/UFRGS), e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regi-onal da Faculdade de Arquitetura/UFRGS (2014). Recebeu a Menção Honrosa do Prêmio Capes de Tese 2015 da área de Planejamento Urbano e Regional/ Demografia. Atua no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, no cargo de Professora Adjunta do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura/UFRGS. Coordena o Grupo de Pesquisa GEDURB_Ufrgs, cadastrado no CNPq; orienta também projetos de Iniciação Científica; ocupou o cargo de Chefia do De-partamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura na Gestão 2021/2022. Integra também o CPLab - Cidade em Projeto, Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão, sob a coordenação da Profa. Luciana Miron. Atua como Professora Permanente no PROPUR, Programa de Pós-Graduação no qual orienta projetos de pesquisa de Mestrado e Doutorado, predominantemente com temas afins ao campo de conhecimento da História da Cidade e do Urbanismo, bem como do Patrimônio Edificado, Urbano e Ambiental. Ocupou o cargo de Coordenadora do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (2021-2023). Coordena também

RESUMO

No centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul, comemorada em 1924, a Antiga Colônia de São Leopoldo tomou uma série de iniciativas de construção de monumentos comemorativos. Este artigo aborda a constituição de lugares de memória da germanidade teuto-brasileira, elencando alguns casos de operação dos valores históricos e de intencionalidade de comemoração, e as disputas envolvidas nos processos. Os conflitos em torno da construção dos monumentos nas cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo revelam o contexto político do período. Os projetos dos arquitetos Walter Dreschler e Ernst Seubert buscaram inspiração nos monumentos alemães dedicados a Otto von Bismarck e também a valorização de uma experiência paisagística. Outros lugares de memória foram instituídos, em especial por mobilização de lideranças luteranas, como a Casa da Feitoria. Todas estas referências foram instituídas em meio a conflitos políticos e sob tensionamento das questões étnicas, elucidando a relevância destes lugares de memória para a comunidade local, e também as contradições envolvidas nestes processos de construção. Por fim, discute-se o esgotamento dos valores de intencionalidade de comemoração inicialmente atribuídos e a necessidade de ressignificação destas referências.

Palavras-chave: Imigração Alemã; Lugar de Memória; Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo; Patrimônio Cultural; Patrimônio da Imigração; Comunidades Teuto-brasileiras.

ABSTRACT

On the centenary of German colonization in Rio Grande do Sul, commemorated in 1924, the Former Colony of São Leopoldo witnessed a series of initiatives for constructing commemorative monuments. This article addresses the establishment of sites of memory concerning German-Brazilian identity, listing instances that embody historical values and celebratory intentions, alongside the disputes involved in these processes. Conflicts surrounding the construction of monuments in the cities of São Leopoldo and Novo Hamburgo unveil the political context of the period. The projects by architects Walter Dreschler and Ernst Seubert sought inspiration from German monuments dedicated to Otto von Bismarck, also emphasizing the appreciation of a landscaped experience. Other sites of memory were established, particularly through the mobilization of Lutheran leaders, such as the Casa da Feitoria. All these references were established amidst political conflicts and amidst tensions surrounding ethnic matters, elucidating the significance of these memory sites for the local community and the contradictions entailed in these construction processes. Finally, this discussion delves into the depletion of the initially attributed celebratory intentions and the necessity for redefining the-

a equipe na UFRGS parceira do GCSMUS - Global Center of Spatial Methods for Urban Sustainability, projeto global que reúne outras 46 universidades ao redor do mundo, com enfoque nas questões do Sul Global, com sede em Berlim, Alemanha. Em 2022, realizou o Pós-Doutoramento no Institut für Stadt- und Regional Plannung na Technische Universität Berlin (TUBerlin), sob a tutoria da Profa. Dra. Angela Million. É Conselheira Superior do IAB RS na gestão 2022/2024 e tbm Conselheira Federal Suplente do CAU/RS na gestão 2024/2026.

se references.

Keywords: *German Immigration; Site of Memory; Former German Colony of São Leopoldo; Cultural Heritage; Immigration Heritage; German-Brazilian Communities.*

INTRODUÇÃO

A comemoração do centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul, ocorrida no ano de 1924, motivou na antiga colônia de São Leopoldo uma série de iniciativas públicas e privadas que buscaram reforçar os ideais étnicos da germanidade teuto-brasileira, construindo um olhar mitificador sobre o passado. Além da instituição de feriado na data de chegada dos primeiros imigrantes – 25 de julho –, deu-se início, neste período, à construção de monumentos comemorativos ou a ressignificação de alguns lugares históricos, consolidando a vinculação de significados culturais (especialmente étnicos) na paisagem.

A antiga colônia alemã de São Leopoldo corresponde a uma área que, atualmente, integra a Região Metropolitana de Porto Alegre. Esta área encontra-se fragmentada em mais de uma dezena de municipalidades, que não mais se reconhecem como São Leopoldo, nome que ficou restrito à antiga cidade sede:

> o termo geográfico "São Leopoldo" [...] não é o mesmo termo que identifica a cidade e o município rio-grandense de São Leopoldo de hoje. Nos anos de 1824 e 1826, e mesmo mais tarde ainda, a palavra designava o lugar onde os primeiros imigrantes foram estabelecidos; foi, portanto, substitutivo para a denominação da antiga Feitoria do Linho Cânhamo. [...]. Existia a expressão Colônia Alemã de São Leopoldo como o nome oficial da antiga Feitoria e existia, como expressão geográfica, o "passo" do Rio dos Sinos, ao redor da qual, mais tarde, se formaria uma povoação que, pouco a pouco, se apoderava do nome de "São Leopoldo" (HUNSCHE, 1977, p. 88).

No contexto do centenário da imigração, as principais lideranças da antiga colônia de São Leopoldo passaram a constituir e divulgar uma narrativa sobre a chegada dos imigrantes alemães, o desbravamento da mata nativa, e, em especial, sobre o papel deste grupo étnico no desenvolvimento e na industrialização do Rio Grande do Sul. Neste processo, também foi reforçado o papel das instituições de coesão étnica, como as comunidades "evangélicas alemãs" e as entidades associativas esportivas e culturais.

De forma concreta, as lideranças locais buscaram conceber e erigir

monumentos comemorativos da germanidade teuto-brasileira. Desta forma, se alinham àquilo que Alois Riegl (2014, p. 73) definia como "valor intencional de comemoração", que elucida o objetivo que se inicia na ereção de monumentos de forma a "nunca deixar, de certa forma, que um momento faça parte do passado, permitindo que permaneça na consciência das gerações futuras, sempre presente e vivo". Neste sentido, a ereção intencional de monumentos almeja a "imortalidade, o presente eterno, a essência incessante" (RIEGL, 2014, p. 73). Com a constituição dos monumentos, parte da comunidade da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo buscou perpetuar a memória da passagem do centenário da imigração alemã, conferindo um aspecto comemorativo a esta efeméride.

Outro tipo de atribuição de valor, definida por Riegl como "valor histórico", também ocorreu no mesmo período, expressa no processo de apropriação da antiga Casa da Feitoria (um imóvel anterior à imigração) como construção evocativa da memória teuto-brasileira. Riegl considerava estes valores opostos aos valores de antiguidade, posto que levam "à exigência de uma intervenção que detenha o curso da evolução natural, no limite dos poderes humanos" (RIEGL, 2014, p. 57).

Neste artigo, abordaremos alguns dos lugares de memória constituídos durante a passagem do centenário da imigração e dos anos seguintes. Para Nora (1993, p. 13), os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, e é preciso organizar celebrações, porque estas operações não são naturais. No mesmo sentido, o autor opõe a história – uma reconstrução problemática e incompleta daquilo que não existe mais – e memória – sempre vivida, carregada por grupos vivos e em permanente evolução:

> A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Para demonstrar estas "operações" da memória com a constituição de lugares comemorativos, selecionou-se três objetos constituídos no período abordado: os dois monumentos ao centenário da imigração, nas cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo, e a Casa da Feitoria (hoje conhecida como Casa do Imigrante) de São Leopoldo.

1 A "germanidade" teuto-brasileira

Com a queda de Otto von Bismarck, na Alemanha, a política externa daquele país assumiu um caráter imperialista (SILVA, 2006, p. 176), e os representantes do Reino Alemão no Brasil foram instruídos a visitar e fortalecer laços com as colônias alemãs (DREHER, 2013, p. 43). Diversas instituições de caráter pangermanista buscaram explorar o prestígio conquistado pelas comunidades teuto-brasileiras no Brasil, para promover a expansão econômica, cultural e espiritual da Alemanha. Surge, neste período, o princípio da "dupla nacionalidade" (ROCHE, 1969, p. 4).

Entretanto, o ideal do *deutschtum*, ou da **germanidade**, não se difundiu enquanto ideia simplesmente transplantada da Alemanha. Foi aqui adaptado para a condição sociopolítica do imigrante e de seus descendentes:

> A concepção de uma germanidade teuto-brasileira (significado mais próximo, em português, da palavra *Deutschbrasilianertum*) está vinculada à ideia do pertencimento nacional pelo direito de sangue – uma formulação do nacionalismo alemão. Com base nisso, reivindica- se o direito à existência de um grupo étnico teuto-brasileiro cujo ponto de referência espacial são as chamadas "colônias alemãs" (SEYFERTH, 1994, p. 18).

Os imigrantes alemães que para cá vieram, e seus descendentes, criaram suas instituições, elaboraram uma cultura própria, e construíram interpretações sobre ela e sobre sua integração à sociedade brasileira (SILVA, 2006, p. 17). A construção de uma identidade teuto-brasileira se dá fundamentada na valorização da cultura e da etnia alemã combinada com a condição de cidadania brasileira. Embora preocupações étnicas não tenham ocupado a sociedade como um todo, as lideranças do campo político, intelectual e religioso atuaram, fortemente, na construção da identidade teuto-brasileira, veiculando e difundindo suas ideias, através da imprensa, das instituições comunitárias e da participação ou influência na gestão pública.

Um aspecto marcante da germanidade teuto-brasileira é o culto à *heimat*[3], através do qual se evocava o processo histórico da colonização como processo civilizatório de transformação da selva inculta em comunidades prósperas. Os teuto-brasileiros reconheciam não o território nacional alemão, mas o território das colônias alemãs no Brasil como *heimat*, e resguar-

3 Trata-se de uma palavra sem tradução exata para o português, aproximando-se do significado de "terra natal" e "pátria", ou, no vocabulário popular sul rio-grandense, "querência" e "pago".

davam, assim, seu significado étnico restrito e seu pertencimento ao Brasil (SEYFERTH, 1994, p. 19).

A noção aparece na segunda metade do século XIX, e define este duplo pertencimento, em que a fidelidade étnica e cultural era justaposta com a fidelidade política, para formatar a noção de *deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro). Esta identificação com a etnia alemã e com o Estado brasileiro, na qualidade de cidadão, foi bastante acionada para reivindicar a integração efetiva dos colonos no processo político nacional, ao mesmo tempo em que se afirmava as diferenças (SEYFERTH, 1994, p. 15). Os teuto-brasileiros, portanto, identificavam-se como um grupo étnico distinto tanto dos alemães quanto dos brasileiros, construindo uma especificidade derivada da experiência comum da colonização (SEYFERTH, 1994, p. 19).

2 Os festejos do centenário

A organização dos festejos do centenário da chegada das primeiras levas de imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul teve início em setembro de 1923, quando o intendente de São Leopoldo, Frederico Wolffenbüttel, convocou uma reunião para dar início à organização. Na nominata de pessoas e entidades representadas, os rumos das comemorações ficou dividido entre lideranças de São Leopoldo e de Novo Hamburgo, os dois maiores núcleos urbanos e industriais da antiga colônia. Apesar da composição mista, que visava a mobilizar e a envolver a comunidade local (WEBER, 2004, p. 22), o grupo reproduziu a divisão política que ocorreria no âmbito das eleições municipais de 1924. Ao conflito eleitoral se somaram outras disputas, como a de local para realização dos festejos e local de construção do monumento comemorativo (SANTOS, 2018, p. 132).

O projeto inicial, idealizado pelo intendente anterior, Mansueto Bernardi, previa que as festividades fossem realizadas em Novo Hamburgo. Além disso, o grupo de representantes hamburguense também já estava comprometido com a construção de um monumento, naquela localidade. Houve grande confusão em torno da coleta de dinheiro para a edificação do monumento alusivo ao centenário da imigração, procedida por duas comissões paralelas, uma em Novo Hamburgo e outra em São Leopoldo (GERTZ, 2002, p. 16). As disputas acirraram-se entre os dois grupos, e foi resolvida apenas após a intervenção de um grupo de Porto Alegre:

> Decidiu-se que dois monumentos seriam construídos: o monumento em São Leopoldo, construído no local de chegada das primeiras levas de imigrantes em 1824, representaria o desembarque; o monumento em Novo Hamburgo

> faria alusão ao processo de colonização das terras por esses imigrantes. Foi criada uma comissão com o objetivo de arrecadar fundos para a construção dos dois monumentos (SANTOS, 2018, p. 134).

A perspectiva de construir um monumento próprio demonstrava que já havia algum tipo de tendência emancipacionista no distrito de Novo Hamburgo. A definição de locais para o monumento do desembarque (*landungsdenkmal*) em São Leopoldo, e da colonização (*kolonisationdeskmal*) em Novo Hamburgo (GERTZ, 2002, p. 16), reforçava a narrativa histórica oficial que as lideranças teuto-brasileiras pretendiam consolidar e assinalar na paisagem.

A intendência de São Leopoldo abriu um edital de concorrência para a apresentação de projetos de monumentos para São Leopoldo e Novo Hamburgo, sendo a comissão julgadora formada por Dr. Daehndardt, cônsul alemão; Leopoldo Hoffmann Filho, Dr. Ernest Rotermund, Júlio Aichinger, Fritz Siegel, Ferdinando Schlatter e Theo Wiederspahn (MÜLLER, 1979, p. 8). Embora a proposta vencedora tenha sido a de Walter Drechsler (MÜLLER, 1979, p. 11), o grupo representante de Novo Hamburgo não concordou com a proposta, constituindo seu próprio projeto. O conflito entre as lideranças das duas cidades teve continuidade, mesmo após o encerramento dos festejos do centenário, e os desdobramentos políticos se sucederam, nos três anos seguintes, no sentido da emancipação de Novo Hamburgo (SANTOS, 2018, p. 148).

Os monumentos comemorativos idealizados na passagem do centenário da imigração em São Leopoldo e de Novo Hamburgo encontram-se junto a povoados distintos, mas compartilham um significado simbólico a partir do contexto histórico, da tipologia e da relação visual com o entorno e com a encosta da Serra, funcionando como lugares de memória e contemplação. Como afirma Tilley (1994, p. 31), "a importância e o significado de um lugar só podem ser apreciados como parte do movimento dele e para ele, em relação a outros". Ambos os monumentos constituem lugares de memória específicos – do "desembarque" dos imigrantes no Passo do Rio dos Sinos à distribuição do "primeiro lote" da imigração, encerrando uma narrativa conjunta. Os dois monumentos caracterizam-se, portanto, pelas relações que estabelecem entre si e com o panorama do entorno.

3 O monumento de São Leopoldo

Em **São Leopoldo**, o monumento comemorativo ao centenário da imigração foi construído para assinalar um lugar de memória relevante

para a comunidade étnica teuto-brasileira – o antigo Passo do Rio dos Sinos, onde se presumia que teriam desembarcado os primeiros imigrantes, e que funcionou por muito tempo como área portuária, marcando o antigo acesso fluvial. Já na primeira ata da comissão de organização dos festejos do centenário, uma das sugestões registradas é a de fazer um "aterro da margem esquerda do Rio dos Sinos, na parte contígua à ponte, e ereção de um monumento" (MÜLLER, 1979, p. 7).

O financiamento do monumento foi viabilizado com auxílio de doações advindas de diversas localidades do Estado do Rio Grande do Sul, fato que reforça sua representatividade, para além do interesse municipal. Segundo Weber (2004, p. 40), além da arrecadação de 5:000$000 do município de São Leopoldo, contribuíram também Lajeado, Estrela, Antônio Prado, Itaqui, Porto Alegre, Santa Maria, São Borja, Cachoeira e Caxias. Casas comerciais cujos proprietários eram teuto-brasileiros de Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre, Cachoeira, Canoas, Antônio Prado e Montenegro também contribuíram.

O monumento e a praça não foram concluídos a tempo para as comemorações do centenário (Erro: Origem da referência não encontrada). Segundo Weber (2004, p. 36), em 1924, "a praça resumia-se a um aterro com um monumento inacabado em seu centro". O ajardinamento foi concluído apenas na década de 1930, contemplando alamedas e caramanchões próximos à orla.

O projeto construído foi escolhido em concurso (), cuja proposta vencedora tem autoria do arquiteto Walter Drechsler (MÜLLER, 1979, p. 11), e recebeu algumas modificações e complementações, antes de ser efetivada. Com formato de torreão, construído com rochas do tipo arenito, o monumento constituía um lugar de memória e contemplação, entre a cidade e o rio dos Sinos, navegado pelos primeiros imigrantes. O local mantinha relações paisagísticas com o território da antiga colônia: dali se descortinava a visual do Rio dos Sinos, da *Neustadt* (povoado na margem oposta do rio), de trechos de mata nativa e, ao fundo, toda a silhueta da encosta da serra.

O torreão apresentava quatro faces, com placas de bronze representando as efígies de D. Pedro I e da imperatriz Leopoldina, do visconde de São Leopoldo, de João Daniel Hillebrand. Na posição frontal apresentava a imagem de um colono alemão, e a inscrição em língua alemã "DEN VÄTERN ZUM GEDÄCHTNIS" (Em memória dos antepassados), e as datas 1824 e 1924, indicando a passagem do centenário.

Figura 1 – Festividades do Centenário da Imigração, com o monumento em construção (1924).



Fonte: Acervo MHVSL.

A possibilidade de fruição do panorama – em especial dos morros Ferrabrás e Dois Irmãos – se dava em um espaço de pergolados, junto ao leito do rio. Num romance redigido pelo pastor Helmuth Cullmann, o local é descrito como o "monumento do centenário, de onde se tem uma bela vista sobre o rio até a Serra, ao local do morro Dois Irmãos, o '*Königsgeberg*' rio-grandense" (CULLMANN, 1939, p. 104).

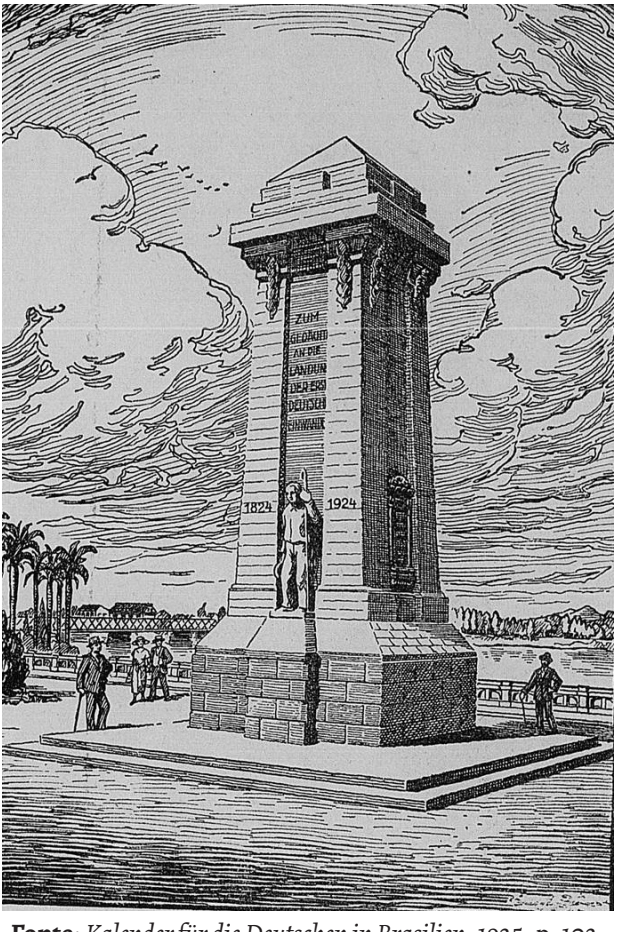
Com o passar dos anos, o Monumento do Centenário da Imigração em São Leopoldo firmou-se como um dos mais importantes espaços cívicos e de memória para os teuto-brasileiros. Estes valores seriam acionados, posteriormente, pelas pretensões imperialistas do Estado nacional alemão, que buscaria resgatar os laços culturais e econômicos com os descendentes de alemães no Brasil. Registra-se, por exemplo, a passagem da tripulação do Cruzador *Karlsruhe* pela antiga colônia, ocasião em que registraram e divulgaram sua visita junto ao monumento (ROTERMUND, 1934, p. 133).

Em 1936, nas comemorações do cinquentenário do Sínodo Riograndense, a Juventude Evangélica estava presente em ato simbólico que refe-

renciava o Monumento do Centenário:

> Lembro-me como nós do *Ring* do *Proseminar*, metidos em uniforme caqui, marchamos para a Igreja de Cristo, lá formando com representantes de outros grupos. **Depois toda a comunidade festiva se dirigiu ao monumento do imigrante alemão em homenagem daqueles que trouxeram consigo da Europa a fé evangélica luterana**. Voltando para o Morro do Espelho cantávamos pelas ruas de São Leopoldo (BOLL, 1961, p. 51, grifo nosso).

Figura 2 – Monumento do Centenário da Imigração em São Leopoldo (RS).



Fonte: *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, 1925, p. 102.

O valor simbólico do monumento para a comunidade teuto-brasileira era inegável, e por este motivo seria alvo de protestos e depredação

poucos anos depois. Os tensionamentos da Segunda Guerra Mundial tiveram repercussões locais quando, em março de 1942, um grupo de manifestantes decapitou a estátua do colono alemão e arrancou as inscrições em alemão. Tratava-se de um protesto às notícias de bombardeio do navio brasileiro Cairu pela Alemanha. A estátua foi, por fim, arrancada e levada até a ponte, de onde foi jogada ao rio (WEBER, 2004, p. 116). O monumento, depredado e transformado em uma memória incômoda, só seria reestabelecido em meados de 1953.

4 O monumento de Hamburgo Velho

Em Hamburgo Velho, aldeamento mais antigo do então distrito de **Novo Hamburgo**, o local destinado a erigir o monumento comemorativo ao centenário da imigração foi doado pelo empresário Benno Mentz, "descendente dos primeiros colonos alemães que aqui aportaram no ano de 1824" (DUARTE, 1946, p. 152). Divulgava-se ser aquele o local do primeiro lote colonizado em Hamburgo Velho, concedido ao colono Libório Mentz. A empreitada da construção foi assumida pela comunidade, que organizou-se constituindo a associação *Denkmalverein von Alt und Neu Hamburg* (Associação do Monumento de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho), já em meados de 1916 (KUHN, 1988, p. 118).

Embora seja vasta a bibliografia que faz referência a este local como sendo o "lote número um", não foi possível encontrar alguma comprovação que afirme este lugar como o lote pioneiro em período anterior à construção do monumento. Hunsche (1975, p. 141), ao escrever sobre o imigrante João Libório Mentz, o refere como aquele "em cujo lote número um foi construído o monumento a Imigração Alemã". O fato é ampliado em Woortmann (2000, p. 208), onde se afirma que o imigrante teria recebido a primazia "devido a uma carta de recomendação de Goethe à Imperatriz Leopoldina", fato também observado em Biehl (2008), que afirma:

> "Goethe, conta a história, aconselhou Libório e seus dois filhos adultos para irem ao Brasil. O homem simples também entregou uma carta de Goethe à imperatriz. **Esta carta nunca foi encontrada**" (BIEHL, 2008, p. 228, grifo nosso).

A dificuldade de comprovação documental foi reconhecida por Kuhn (1988, p. 118), quando afirma: "implica em dizer que a família de Libório Mentz foi a primeira a se fixar aqui, embora desconheçamos documentação oficial que confirme isso". De fato, o referido lote colonial não parece ter sido numerado como o primeiro do distrito Costa da Serra. Caso o "número

um" fosse uma referência da ordem de distribuição dos lotes, embora não tivesse esta numeração específica, não parece haver registros deste fato. A distribuição de lotes foi realizada de forma coletiva, a grupos de imigrantes já formados, e que aguardavam pelas terras na Feitoria (TRAMONTINI, 2000, p. 83). Parece bastante provável que o "lote número um" seja um mito formulado para a constituição do lugar de memória, possivelmente também contribuindo para a reabilitação da memória da família Mentz, que ainda estava vinculada ao episódio conhecido como a "revolta dos Mucker".[4]

Revelando o tensionamento étnico que esteve presente durante a construção destes lugares de memória e celebração da germanidade brasileira, o anúncio da empresa Frederico Mentz & Cia (gerida por descendentes do imigrante Libório Mentz) no Álbum Comemorativo do centenário versava o seguinte – em língua alemã:

> Os descendentes desse antigo imigrante, apesar de se sentirem como cidadãos plenos e bons patriotas brasileiros, tem orgulho de que em suas famílias a língua alemã e a civilização, a lealdade herdada e fé ancestral ainda se mantêm inabaladas, em homenagem ao nome alemão no Brasil e para o benefício de sua própria Pátria (ERINNERUNGS..., 1927, p. 12).

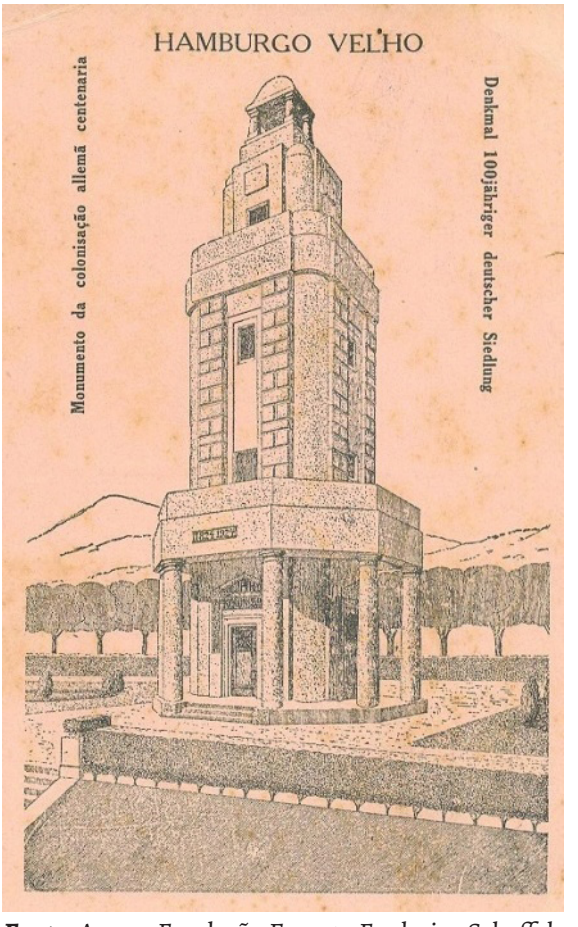
A afirmação da germanidade no centenário da colonização se dava num contexto político desfavorável, devido às feridas ainda expostas da Primeira Guerra Mundial, quando o Brasil esteve em trincheiras opostas à Alemanha. Os conflitos de concepções nacionais estavam em pauta, e, neste contexto, a comunidade étnica teuto-brasileira buscava reforçar o discurso a respeito da sua identidade, sempre reforçando seu aspecto de cidadania brasileira.

Como vimos, a comunidade hamburguense preteriu o projeto de Walter Dreschler, vencedor do concurso, convidando o arquiteto Ernst Karl Ludwig Seubert para conceber uma nova proposta (Erro: Origem da referência não encontrada). Seubert nasceu na Alemanha, estudou na Escola Superior Real de Tecnologia (*Königliche Technische Hochschule*) de Stuttgart. Fez estágio na Prefeitura de Esslingen (entre 1903 e 1904), e, posteriormente, com o arquiteto Philipp Jakob Manz (entre 1904 e 1905), que se notabilizou pela produção industrial (FEKETE, 1990). Já formado, projetou e foi fis-

4 A revolta dos *mucker* resultou de um movimento messiânico liderado por Jacobina Mentz Maurer e seu marido João Jorge Maurer, na colônia do Ferrabraz. O episódio adquiriu contornos trágicos com os ataques mútuos realizados entre grupos rivais, e culminou em intervenção das tropas imperiais.

cal de construção em diversas cidades, como a *Lindenschule* de *Untertürkheim* (WEIMER, 2004, p. 164).

Figura 3 – Monumento da Colonização.



Fonte: Acervo Fundação Ernesto Frederico Scheffel.

Por relações de amizade, o arquiteto viajou para o Brasil, chegando a Novo Hamburgo em 1913. Foi destacado para projeto e construção da Escola São Jacó, inaugurada em 1917. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, acabou permanecendo no Brasil, tendo projetado nos anos seguinte inúmeras edificações importantes no *Hamburgerberg* (atual bairro de Hamburgo Velho), e também em outras comunidades teuto-gaúchas (WEIMER, 2004, p. 164). Publicou um artigo crítico sobre arquitetura no *Kalender* (Almanaque anual) da Editora Rotermund, intitulado "Como construir uma casa de forma prática, barata e bonita?". Nele, criticava a arquitetura praticada na colônia de São Leopoldo, "tanto na sua disposição interna quanto na sua

concepção externa", apontando questões de conforto e de funcionalidade (SEUBERT, 1920, p. 358). O arquiteto imprimiu identidade crescentemente funcional e modernizante em suas obras.

Em 1924, apresentou sua proposta para o Monumento ao Centenário da Colonização Alemã do Hamburgerberg, em Novo Hamburgo. O local respirava *germanidade*: O monumento-mirante remetia a um *Bismarckturm* (torre de Bismarck), construído de forma a simbolizar o "lote número um" de Hamburgo Velho, e ao redor dele, o *Denkmalverein* (Associação do Monumento) promovia a prática do *turnen*, com diversas atividades esportivas ao ar livre. Neste período, as sociedades de ginástica teuto-brasileiras viam-se como cultivadoras ou preservadoras da cultura e das tradições alemãs (SILVA, 2006, p. 154). A partir do mirante construído, era possível visualizar a paisagem do entorno – a *heimat* teuto-brasileira.

Ao não ter sido concluído a tempo para as comemorações de 1924, vindo a ser inaugurado de forma conjunta com as comemorações da emancipação de Novo Hamburgo em 1927, o monumento tornou-se símbolo também do movimento político que conquistou a independência administrativa de Novo Hamburgo. Por situar-se próximo ao aldeamento inicial, o antigo *Hamburgerberg*, assinalava a paisagem como o lugar histórico em que havia iniciado a ocupação do novo município. Concebido para comemorar o centenário da imigração, acabou se consolidando como um "monumento ao imigrante", e, especialmente, como um símbolo municipal, sendo sua imagem adotada no brasão e na bandeira de Novo Hamburgo.

5 A tipologia dos monumentos do centenário

A tipologia adotada nos monumentos de São Leopoldo e de Novo Hamburgo encontra poucos paralelos na arquitetura brasileira de sua época. Trata-se de um ***Monumento-Torre*** e de um **Monumento-Mirante**, ambos com foco na função memorial e histórica, aliada à experiência paisagística. O formato não é ocasional: deve ser contextualizado no reconhecimento da tipologia da *Bismarcksäule* (Coluna de Bismarck) ou do *Bismarckturm* (Torre de Bismarck), duas formas de monumentos alemães construídos em homenagem à figura histórica de Otto von Bismarck (1815-1898), primeiro chanceler, e figura chave na unificação daquele País.

Estes monumentos compartilhavam certo vocabulário em comum, e foram construídos em diversas cidades alemãs, no início do século XX. Contextualizar esta tipologia é importante, principalmente por ser nítida a inspiração que o Arq. Walter Dreschler teve no projeto-modelo *Götterdämmerung* (Crepúsculo dos Deuses) (BIELEFELD, 2023a), e a inspiração que o

Arq. Ernst Seubert, claramente, buscou no *Bismarkturm* de Leipzig (Figura 4) (BIELEFELD, 2023c). Cabe um paralelo, ainda, no modelo de organização de uma associação para promover a construção e manutenção de um monumento, como foi o caso de Novo Hamburgo.

Os monumentos a Bismarck foram construídos, entre 1869 e 1934, na forma de "colunas de fogo" e/ou "torres de observação". Algumas das características destes monumentos foram definidas no projeto *Götterdämmerung* (Crepúsculo dos Deuses), do arquiteto Wilhelm Kreis, vencedor de um concurso de projetos promovido por estudantes alemães (BIELEFELD, 2023b). Entre estas características mais recorrentes, estavam o uso de rochas disponíveis na região, o formato de torre, a experiência paisagística (os monumentos funcionavam como mirantes para a paisagem dos arredores) e a existência de um nicho para o acendimento de fogos, durante as solenidades (BIELEFELD, 2023a).

Figura 4 – Projeto "Götterdämmerung" (Crepúsculo dos Deuses), do Arq. Wilhelm Kreis, construído em Friedrichsruh (1903) e Bismarcktürme de Leipzig (1915).



Fonte: https://www.bismarcktuerme.net/

Em relação à **experiência paisagística** (*landschaftserlebnis*), estes monumentos de Bismarck ficavam, geralmente, situados no lado de fora das aldeias ou dos núcleos urbanos cuja comunidade era responsável por sua construção – constituindo mirantes para fruição dos panoramas locais. Este vínculo com a paisagem encontra contexto no processo da unificação alemã, em que se observou a instrumentalização do conceito de paisagem da geografia, visando a fortalecer o sentimento de unidade nacional, e superar a divisão política existente (CAPEL, 1983, p. 91).

Ainda na Alemanha, um movimento conhecido como *länderkunde* ("conhecimento das terras") se desenvolveu a partir de meados de 1880, e era acionado para fornecer o conhecimento, e justificar reivindicações territoriais, e o conceito de *landschaft* (paisagem) era amplamente utilizado na educação escolar (ANTROP; EETVELDE, 2004, p. 15). Em sentido semelhante, a "sociologia do habitat" de Riehl também carregava a paisagem com significado simbólico, argumentando que a força da Alemanha estava na diversidade de suas paisagens regionais, elevando a identificação emocional com a região local a uma forma de patriotismo. Os marcos da paisagem precisavam ser reverenciados e protegidos como a própria essência da germanidade (LEKAN, 2004, p. 7).

Na *feuerschale* dos monumentos de Bismarck – um recipiente metálico – acendia-se fogo, em certos dias comemorativos (por exemplo, aniversário de Bismarck em 1º de abril), em homenagem aos méritos do chanceler como o "forjador do Império alemão" (BIELEFELD, 2023b). O fogo é um elemento simbólico caro à germanidade, e encontra outras fontes de inspiração, como o quarto ato da ópera *Götterdämmerung* (Crepúsculo dos Deuses), de Richard Wagner. Na última cena do último ato, o fogo consome todo o cenário, e o rio Reno inunda o local, levando as ninfas consigo. Esta ópera, por este motivo, deu título ao já citado projeto de *Bismarksäule* do Arq. Wilhelm Kreis (BIELEFELD, 2023a).

O projeto **Bismarcksäule** para a localidade de *Lützschena-Stahmeln* (Figura 4), em *Leipzig*, parece ter sido a principal fonte de inspiração para a composição adotada pelo arquiteto Ernst Seubert para o Monumento ao Centenário da Colonização Alemã. O projeto de *Leipzig* é fruto de um concurso de arquitetura promovido no local, vencido pelos arquitetos *H. Günter* e *Hermann Kunze*. O projeto inovava ao não utilizar pedras, mas sim materiais locais, numa estrutura de concreto armado, e revestido por argamassa cimentícia. O especialista em estruturas de concreto Max Pommer participou da construção, que foi inaugurada em 1915 (BIELEFELD, 2023).

6 A casa da Feitoria como monumento da imigração

O centenário da imigração alemã não gerou apenas a construção de novos monumentos. Motivou também a adoção de um remanescente da Real Feitoria do Linho Cânhamo: a **Casa do Imigrante** (*einwandererhaus*), também conhecida como **Casa da Feitoria Velha**. A edificação tradicional luso-brasileira fazia parte do complexo do antigo projeto da coroa, foi neste período fortemente ressignificada como monumento símbolo da chegada da germanidade ao Brasil.

Construída por negros escravizados, a casa apresentava uma arquitetura simples, que em nada se assemelhava às pretensões eruditas dos monumentos construídos para celebrar o centenário da imigração, ou da arquitetura teuto-brasileira então praticada. Era assim descrita em uma publicação comemorativa:

> No lugar denominado Feitoria Velha, nas cercanias da cidade de São Leopoldo, ergue-se **um vetusto casarão, sem aparências externas e no qual nada há que possa chamar a atenção**, senão, quiçá, sinais de ser ele mais antigo que as casas de colono do entorno, esparsas pelas ridentes paisagens de verdes colinas desta parte do Estado do Rio Grande do Sul. **Apesar de sua modéstia, essa casa é veneranda** e pode falar mais ao nosso coração que muitos edifícios cheios de pompas e presunções. Paremos, por um momento, diante da velha casa, e ouçamos... (ERINNERUNGS..., 1927, p. 3, grifos nossos).

A simplicidade da casa, e mesmo sua vinculação a um período caracterizado pela mão de obra escravizada, representavam, justamente, o valor simbólico que se pretendia perpetuar na constituição de lugares de memória da germanidade teuto-brasileira. Através das narrativas, perpetuava-se a idealização de que a chegada dos imigrantes teria trazido o progresso material e cultural a um lugar ermo, onde o emprego de mão de obra escrava não havia obtido êxito:

> O acaso quis que aquela velha casa da Feitoria Velha e que em seu redor vira trabalharem os escravos nas lavouras, fossem o primeiro abrigo dos colonos recém vindos, que a exiguidade de suas condições de vida na terra natal, a Alemanha, obrigou a procurar uma terra nova (ERINNERUNGS..., 1927, p. 4).

A Casa da Feitoria foi, a partir deste momento, consagrada como o "abrigo primitivo" dos primeiros imigrantes. Apesar de encontrar-se já em

más condições de conservação, passou a ser alvo de visitação esporádica de grupos vinculados a perpetuação da cultura teuto-brasileira, como os grupos da juventude da Igreja Evangélica Alemã ( ). Este trabalho com jovens luteranos foi iniciado pelo pastor Wilhelm Rotermund, em 1896, constituindo grupos femininos a partir de 1911, e masculinos a partir de 1914, normalmente em núcleos urbanos como São Leopoldo e o *Hamburgerberg* (SPERB, 1992, p. 161). A antiga *Evangelische Jugend* reapareceria em 1954, rebatizada na língua portuguesa de "Juventude Evangélica" (BOLL, 1961, p. 51-52).

Figura 5 – Juventude Evangélica na Casa da Feitoria Velha.



Fonte: *Kalender Jahrweiser*, 1939. Acervo EST.

Embora a Casa do Imigrante fosse representativa para toda a germanidade no Brasil, foi destacadamente importante para os evangélicos luteranos, que passaram a considerá-la local do primeiro culto realizado em

terras gaúchas. A placa comemorativa do centenário afixada na "venerável casa dos imigrantes"[5] identifica a casa como a "pedra fundamental" da Igreja Evangélica Alemã no Rio Grande do Sul.[6]

A trajetória de apropriação simbólica da Casa do Imigrante como lugar de memória – e muitas décadas mais tarde, enquanto "patrimônio" – é bastante significativa do tensionamento étnico existente no período. Logo após a constituição do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, a casa passou a ser objeto de disputa simbólica entre a comunidade étnica local e o governo federal, que promoveu uma ampla campanha de nacionalização, que esboçava a *germanidade* teuto-brasileira como um dos principais inimigos a combater.

A comunidade local se mobilizou para adquirir o imóvel até então abandonado, e promover a sua recuperação, frente ao risco de desapropriação e tombamento procedido pelo SPHAN, que, a fim e ao cabo, acionaria a edificação com fins de simbolizar a primazia luso-brasileira na antiga colônia, dissipando as camadas simbólicas nela depositadas pela cultura teuto-brasileira. Meira e Silva (2017, p. 10-11) aventam a possibilidade de que lideranças locais tenham decidido comprar a "relíquia" da imigração alemã para livrá-la do arbítrio federal, quando iniciado o processo de tombamento, em 1938.

Os adquirentes da Casa da Feitoria Velha teriam sido a União Popular, liderada pelo padre Rambo, e o pastor Dohms, presidente do Sínodo Riograndense, que resolveram doá-la para a Prefeitura de São Leopoldo, visando à instalação de uma escola, e o Museu da Colonização. O arquiteto alemão Theo Wiederspahn, grande colaborador do Sínodo Riograndense, foi convocado para realizar a restauração da casa (Erro: Origem da referência não encontrada).

Devido às circunstâncias, a edificação acabou sendo reconstruída desde as fundações, com aplicação de uma falsa estrutura de madeira afixada sobre as fachadas. Este aspecto é por vezes compreendido como uma imitação de casa enxaimel, situação que foi relativizada por Meira e Silva (2017, p. 11-13), que entendem ter sido a pretensão do arquiteto resgatar a aparência da técnica original de "pau-a-pique". O caso revela o quão conturbado foi o processo de reconhecimento dos lugares de memória da

5 *Jahrweiser – Kalender für die Deutschen Evangelischen Gemeinden in Brasilien*. 1939. Acervo Faculdades EST.

6 A placa foi retirada durante a 2ª Guerra Mundial. Constituiu acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, onde ficou exposta até 1984. Neste ano, no âmbito das comemorações dos 160 anos da imigração alemã no Brasil, a placa foi afixada novamente na casa (MÜLLER, 1988, p. 10).

germanidade, forjados em meio a períodos de grande tensionamento das questões étnicas.

Figura 6 – Perspectiva do projeto de Theo Wiederspahn (1938).



Fonte: Acervo MHVSL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comemorações do centenário da imigração alemã no Brasil, em 1924, foram pretexto para a construção ou instituição de diferentes lugares de memória. Os monumentos erigidos buscaram consolidar uma narrativa sobre a presença dos imigrantes alemães e seus descendentes, assinalando na paisagem lugares de relevância estratégica ou reivindicando pioneirismos. Percebe-se, assim, a operação dos valores denominados por Alois Riegl de "histórico" e de "intencionalidade de comemoração". Estes valores prevaleceram, inclusive, quando atribuídos a uma construção já existente, em que a evocação prevaleceu frente à preservação dos valores de "antiguidade", que demandaria a conservação da substância.

Os monumentos de São Leopoldo e Novo Hamburgo foram inspirados nas *Bismarcksäulen* alemãs, marcando uma singularidade na arquitetura brasileira da época, e também as contradições que envolvem a formatação de uma cultura teuto-brasileira. Os arquitetos Walter Dreschler e Ernst Seubert se basearam nesses modelos arquitetônicos, adaptando-os para a distinta evocação histórica pretendida e utilizando materiais locais. Consolidaram, nestes dois projetos, o uso da função memorial em associação a uma experiência paisagística, que permitia a fruição do panorama da antiga colônia, reforçando o vínculo da comunidade com a *heimat*.

Já a Casa da Feitoria demonstra o caso de uma edificação anterior à imigração alemã, que foi constituída enquanto lugar de memória, através

da atribuição de valores específicos. A adoção do local por grupos religiosos e sua completa reconstrução revelam a delicada relação entre a referência e os valores culturais que se pretendeu atribuir ao longo dos tempos.

Fica evidente, pelos episódios que envolveram os casos estudados, que o processo de constituição de lugares de memória da germanidade teuto-brasileira no percurso do centenário da imigração se deu de forma bastante tumultuada. O contexto histórico era de tensão social e política, que se agravou ainda mais nas décadas seguintes. Embora a construção de monumentos ou a atribuição de valores a lugares e edificações tenha sido bem-sucedida, nada se deu de forma pacífica e unânime, como a história oficial, por vezes, fez parecer. Conflitos religiosos e políticos, veiculados também através de discursos culturais e étnicos, caracterizaram este período que antecedeu a intensificação da campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo, a partir de 1937.

Nota-se, ainda, o esvaziamento destes "lugares de memória" e, mesmo, dos valores históricos e de intencionalidade de comemoração atribuídos a eles, ao longo das décadas seguintes. Embora todos os casos estudados ainda se mantenham presentes na paisagem – alguns constituídos como patrimônio cultural através de tombamentos –, a referência celebrativa ao "centenário da imigração" foi gradualmente apagada. Frente à vontade de "nunca deixar que um monumento faça parte do passado", e que "esteja sempre presente e vivo" (RIEGL, 2014, p. 63), estes lugares vêm sendo compreendidos cada vez mais em outra perspectiva, a do patrimônio arquitetônico, tomados como objetos do passado por seus valores de "antiguidade".

É clara a necessidade de ressignificação destes lugares de memória pela sociedade, no tempo presente. Não fazendo mais sentido como simples perpetuadores de uma "germanidade teuto-brasileira", estas referências podem ser compreendidas como representativas da diversidade cultural, e enquanto referências da memória de um dos grupos formadores da sociedade brasileira, nos termos da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Quiçá, a comemoração do bicentenário da imigração em 2024 oportunize que, além do reconhecimento das qualidades arquitetônicas e paisagísticas, seja realizada uma reapropriação crítica dos valores imateriais destas referências, num contexto em que a diversidade étnica é crescente e também pode ser celebrada.

REFERÊNCIAS

ANTROP, Marc; EETVELDE, Veerle Van. *Landscape perspectives – The Holistic Nature of Landscape*. Dordrecht, Neterlands: Springer, 2004.

BIELEFELD, Jörg. *Architekt Wilhelm Kreis vom Kaiserreich bis zur Bundesrepublik*. Disponível em: <https://www.bismarcktuerme.net/architekt-wilhelm-kreis>. Acesso em: 27 nov. 2023a.

BIELEFELD, Jörg. *Die Studentenschaft und Bismarck*. Disponível em: <https://www.bismarcktuerme.net/studentenschaft-und-bismarck>. Acesso em: 27 nov. 2023b.

BIELEFELD, Jörg. *Der Bismarckturm in Leipzig*. Disponível em: < https://www.bismarcktuerme.net/leipzig >. Acesso em: 27 nov. 2023c.

BIEHL, João. The Mucker War: A History of Violence and Silence. In: GOOD, Mary-Jo DelVecchio; HYDE, Sandra T.; PINTO, Sarah e GOOD, Byron (Eds.) *Postcolonial Disorders*. Berkeley: University of California Press, 2008, p. 279-308.

BOLL, Godofredo. Juventude Evangélica. In: *SÍNODO RIOGRANDENSE*. 75 anos de existência do Sínodo Riograndense 1886-1961. São Leopoldo: Sinodal, 1961, p. 51-52.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y Ciencia en Geografia*. Barcelona: Editorial Barcanova, 1983.

CULLMANN, Helmuth. História da igreja e da escola de Campo Bom. In: SPERB, A. T. (Org.) *Sal da Terra – 160 Anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Tradução de Hilda Lucinda Sperb e Anelise Kolb. Canoas: Gráfica Editora, 1992 [1930].

DREHER, Martin Norberto. Apontamentos para a história da Comunidade Evangélica de Campo Bom. In: SPERB, Angela Tereza (Org.). *Sal da Terra 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: Gráfica e editora La Salle, 1992, p. 13-44.

DUARTE, Eduardo. *O Centenário da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1946.

ERINNERUNGS – Album zur Jahrhundert-Feier der Deutscher Kolonisation in Rio Grande do Sul – Brasilien (1824-1924). Porto Alegre, Edição do autor, 1927.

FEKETE, Julius, "*Manz, Philipp Jakob*" em: Neue Deutsche Biographie 16 (1990), página 99 f. [versão online]; Disponível em: <https://www.deutsche-biographie.de/pnd122219260.html>.

GERTZ, Rene Ernaini. *O aviador e o carroceiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1977.

KUHN, Diva Walzer. O monumento de que inspirou uma Associação. *Hamburgerberg*, Hamburgo Velho, ano V, n. 5, 4 de maio de 1988, p. 118.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer; SILVA, Leonardo Alberto Corá da. A Preservação da Casa do Colono Alemão em São Leopoldo: Germânica ou Nacional? In: *ARQUIMEMÓRIA: Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 5*. Salvador. Anais... Salvador: IAB/UFBA, 2017.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Monumentos em São Leopoldo*. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1979.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUCSP, n. 10, p. 7-28, 1993.

RIEGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

Rotermund (Editora). (1925). *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. São Leopoldo.

Rotermund (Editora). (1934). *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. São Leopoldo.

SANTOS, Rodrigo Luís dos. *Tramas enlaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

SEUBERT, Ernst. Wie baut man ein Wohnhaus zweckmäfzig billig und schön? In: *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. São Leopoldo: Rotermund, 1920, p. 358.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.) *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SPERB, Angela Tereza (org.). *Sal da Terra 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom*. Canoas: Gráfica e Editora La Salle, 1992.

TILLEY, Christopher. *A phenomenology of landscape*. Oxford, UK: Berg Publishers, 1994.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização Social dos Imigrantes. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

WEBER, Roswithia. *As Comemorações da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: O 25 de Julho em São Leopoldo 1924-1949*. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

WEIMER, Günter. *Arquitetos e Construtores no Rio Grande do Sul 1892-1945*. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e Memória entre Teuto-Brasileiros: os Dois Lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 205-238, 2000.

Recebido em: 30/11/2023

Aceito em: 13/04/2024

A IGREJA METODISTA E OS TEUTOS NO RIO GRANDE DO SUL

THE METHODIST CHURCH AND GERMAN-BRAZILIANS IN RIO GRANDE DO SUL

Vicente Martins Dalla Chiesa[1]

RESUMO

A diversidade religiosa existente no seio da colônia alemã no Rio Grande do Sul não se limitou ao conhecido binômio católicos-luteranos. A Igreja Metodista também se fez presente entre a população teuta, mesmo que de forma mais discreta. O presente trabalho objetiva, com base em análise documental, fazer breve mapeamento dessa presença, baseado, predominantemente, em fontes da região mais a leste do estado. O levantamento de dados ocorreu à margem de pesquisa em curso sobre a Igreja Metodista na colônia italiana. O texto será, inicialmente, dividido em conformidade com a origem das fontes: as antigas colônias italianas, Porto Alegre, as antigas colônias alemãs e as colônias italianas mais recentes. Após, serão apresentados dois tópicos com cortes temáticos sobre as relações entre a Igreja Metodista e o Sínodo Riograndense, e a presença de teutos nas escolas secundárias metodistas. Por fim, serão tecidas algumas hipóteses mais gerais sobre os percursos da difusão do metodismo entre a população de origem alemã.

Palavras-chave: Igreja Metodista; colonização alemã no Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The religious diversity that existed within the German colony in Rio Grande do Sul was not limited to the well-known Catholic-Lutheran binomial. The Methodist Church was also present among the German population, even if in a more discreet way. The present work aims, based on documentary analysis, to briefly map this presence, based predominantly on sources from the easternmost region of the State. The data collection took place on the sidelines of ongoing research into the Methodist Church in the Italian colony. The text will be divided according to the origin of the sources: the old Italian colonies, Porto Alegre, the old German colonies and the more recent Italian colonies. Afterwards, two topics are presented with thematic sections on the relations between the Methodist Church and the Riograndense Synod and the presence of Germans in Methodist schools. Finally, some hypotheses will be drawn about the paths through which Methodism spread among the population of German origin.

***Keywords**: Methodist Church; German colonization in Rio Grande do Sul.*

1 Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário e Direito Previdenciário. Na área de História, possui interesse nos seguintes temas: Imigração Italiana, Igreja Metodista e História do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de apresentar alguns elementos sobre a presença dos teutos na Igreja Metodista do Rio Grande do Sul. São dados e informações diversos, reunidos ao longo de pesquisa que vem sendo empreendida relativa à presença da Igreja Metodista entre os italianos e seus descendentes, no mesmo estado. O fato de se tratar de dados colhidos à margem da pesquisa principal fica evidenciado no amplo lapso temporal dos elementos apresentados, que vão da década de 1880 à de 1940, e pela diversidade de áreas geográficas citadas. Ressalta-se que, mesmo assim, não se pretende abranger todo o estado. Como a presença italiana entre os metodistas se concentra na região nordeste do Rio Grande do Sul e na cidade de Porto Alegre, a parte oriental é a área de onde vêm a quase totalidade das informações aqui apresentadas.

A rígida disciplina administrativa metodista exigia o preenchimento sistemático de muitos livros de registro, em cada comunidade: rol de membros, batismos, casamentos, óbitos, relatórios trimestrais, da sociedade de senhoras, da escola dominical, liga juvenil (Liga Epworth), além dos livros contábeis. Mesmo que os registros não fossem estritamente mantidos, e que o passar do tempo tenha colaborado para a perda de muitos deles, os livros de cada comunidade foram fundamentais para a elaboração deste trabalho, juntamente com a imprensa metodista, notadamente o jornal *O Testemunho*, publicado em Porto Alegre de 1904 a 1917. A divisão deste texto reflete a repartição das fontes: cada item analisará uma ou mais áreas geográficas de atuação metodista. Após, serão feitos dois breves cortes temáticos e, ao final, mesmo tendo por base dados esparsos, serão feitas algumas considerações de caráter mais geral.

1 As antigas colônias italianas: Bento Gonçalves, Forqueta Baixa, Alfredo Chaves, Alta Feliz

Algumas das referências mais antigas à presença de teutos na Igreja Metodista aparecem em livros de registros de batismo e de membros já nas antigas colônias italianas, onde surgiram as primeiras comunidades metodistas do interior do Rio Grande do Sul.

Na comunidade metodista de Bento Gonçalves, fundada em março de 1889, abrangendo, inicialmente, também pessoas e famílias das colônias vizinhas de Alfredo Chaves e Conde D'Eu, há presença de teutos já no ano de 1896, mas não como membros. Cinco famílias de sobrenome alemão identificadas como estabelecidas "*no Rio das Antas*" tiveram filhos batizados pelo pastor metodista local, o italiano Carlos Lazzarè. Quatro delas (Wolff,

Mutschall, Garzlaff e Stobbe)[2] foram identificadas como oriundas de "*Rus--Polonia*", no texto italiano referente aos batismos. Pelas referências fornecidas, são imigrantes estabelecidos na vizinha colônia de Alfredo Chaves, pertencentes às comunidades de pomeranos e teuto-russos, formadas pelas grandes vagas migratórias de 1890-1891, e atendidas, posteriormente, pela pregação itinerante do Sínodo Riograndense (WITT, 1998, p. 49-53). As mesmas famílias identificadas como sendo de origem teuto-russa constam, posteriormente, da listagem de membros da comunidade evangélica luterana de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis (WEISSHEIMER, 1998, p. 355-358). Poucos livros de registros sobraram da comunidade metodista local, cujas atividades encerraram em 1947.

Os raros teutos residentes em Bento Gonçalves, no final do século XIX e início do século XX, todos estabelecidos na área urbana, também pertenciam a famílias luteranas (Leipnitz, Gloeden e Schlichting), e alguns deles procuraram a igreja metodista local para batizar seus filhos. À semelhança daquilo que ocorre com os colonos de Alfredo Chaves, os teutos buscam o atendimento do pastor metodista, são padrinhos dos filhos dos italianos metodistas, mas não ingressam como membros da igreja. Mesmo os teutos que participaram de conselhos administrativos da igreja local ou a apoiaram financeiramente durante algum tempo, como alguns membros das famílias Geisel e Dreher, não constam no rol de membros.

Em 1896, ocorreu o primeiro batismo pelo rito metodista de uma criança da família Hack, residente na atual cidade de Garibaldi (anteriormente Conde D'Eu), também luteranos de origem. Ao contrário dos demais teutos, essa família ingressou no rol de membros da comunidade naquele momento, e permanece sendo um dos esteios da igreja metodista local até hoje, quase 130 anos depois.

Situação um pouco diferente é a da Forqueta Baixa, ou Forqueta do Caí (hoje parte do município de Vale Real), zona de interpenetração entre a colonização italiana e alemã, área cujo povoamento se deu na década de 1870, e que foi incorporada à Colônia Caxias como sua 17ª Légua (DALLA CHIESA, 2023, p. 46-55). A Colônia Caxias é típica de imigração italiana, a Forqueta Baixa é área onde predominam italianos e descendentes, mas o Travessão Pedro Guedes[3] tinha maioria de teutos entre os proprietários

2 A grafia dos sobrenomes, embora ligeiramente truncada, coincide com a listagem apresentada em Weissheimer (1998).

3 Enquanto as demais colônias italianas foram repartidas em linhas, e estas em lotes, a Colônia Caxias foi subdividida de forma diversa. Houve uma divisão em 17 grandes áreas, denominadas de léguas; as léguas foram repartidas em travessões (equivalentes às linhas das demais colônias) e esses, em lotes.

originais dos lotes rurais, sendo também teutos os concessionários do lote rural n. 2, do mesmo travessão, onde estavam situados o cemitério e o templo metodista (GARDELIN e COSTA, 2002, p. 427). Curiosamente, em todo o período de existência da comunidade, somente há três ou quatro sobrenomes alemães entre os membros, nessa igreja de língua italiana, que foi a única comunidade rural metodista na área das antigas colônias italianas.

No entanto, isso não indica, necessariamente, afastamento entre os teutos e os metodistas, ao menos da parte dos teutos evangélicos: ao contrário, há elementos que atestam uma convivência bastante estreita, pois os teutos, frequentemente, compareciam às atividades religiosas metodistas e eram padrinhos dos filhos dos italianos. Além disso, mesmo que os teutos luteranos residentes na Forqueta Baixa fossem provavelmente vinculados a comunidades luteranas próximas, alguns dos seus filhos foram batizados pelo pastor metodista, e vários de seus falecidos foram sepultados no cemitério metodista local, um dos dois únicos cemitérios metodistas de que se tem notícia no Rio Grande do Sul (DULLIUS e PETRY, 1985, p. 64).[4] No primeiro livro-caixa da comunidade, constam contribuições de pessoas de sobrenome alemão para a manutenção da igreja. Um comerciante luterano da Alta Feliz é o intermediário que leva as doações da comunidade à sede da administração metodista em Porto Alegre. Os vínculos entre os protestantes das diferentes confissões, como se vê, eram múltiplos.

Ao mesmo tempo, os católicos de ambas as etnias residentes na mesma região eram bastante colaborativos entre si. A Forqueta do Caí, eclesiasticamente, fez parte da paróquia católica de Santo Inácio da Feliz, atendida, durante longos anos ,pelos jesuítas alemães. Os dois cemitérios católicos locais reuniam descendentes de alemães e italianos. Em suas memórias, um desses jesuítas, Max von Lassberg, relata, longamente, suas visitas às capelas católicas ítalas e teutas da Forqueta, Nova Petrópolis, Forromeco e outras áreas do alto vale do Rio Caí, (LASSBERG, 2002, p. 86-89; 102-104), sendo que toda a área confinante entre as duas colônias foi objeto da atividade pastoral dos jesuítas alemães (RABUSKE, 1977, p. 3-12). No ano de 1897, realizou-se um Congresso Católico em Caxias, promovido pelo pároco da cidade, onde houve participação de delegações das colônias alemãs e italianas vizinhas, e desfile com as bandeiras italiana, alemã, brasileira e pontifícia (COSTAMILAN, 1989, p. 271). A Forqueta Baixa parece ter sido um local onde as diferenças confessionais separavam as pessoas mais que os aspectos étnico-linguísticos.

4 Embora os autores dessa obra classifiquem esse cemitério como *Católico de Forqueta Baixa (Antigo)*, a área por eles pesquisada é referente a um cemitério evangélico, hoje abandonado, e situado em terras particulares. Lá foram sepultados italianos metodistas e teutos luteranos.

Para encerrar este tópico, mencionam-se breves dados sobre uma comunidade metodista situada em outra localidade limítrofe entre a colônia italiana e a alemã, Alta Feliz, distante cerca de 16 km da Forqueta Baixa. No período de 1904 a 1910, o jornal metodista *O Testemunho*, editado em Porto Alegre, publicava eventualmente notícias sobre essa igreja. Em resumo, tais notícias, iniciadas em fevereiro de 1904, informam ter sido constituída uma igreja metodista naquela localidade, composta, predominantemente, por descendentes de alemães oriundos do luteranismo, mas também por italianos e brasileiros, atendida por um pregador de sobrenome Sauner, de origem teuto-russa. Em poucos anos, a comunidade erigiu templo próprio, e passou a dispor de cemitério também próprio, identificado como sendo "*dos metodistas*". Conforme o mesmo pregador, com os italianos e brasileiros ele usava o português, mas com os teutos se fazia necessário empregar o alemão, porque não falavam nenhuma outra língua, mesmo quando nascidos no Brasil.

Nos anos finais da década de 1910, o pregador João Sauner foi transferido para a Forqueta Baixa, e, aparentemente, a atividade metodista feneceu. O jornal registra, nas edições a partir de 1909, que a comunidade diminuiu, e, posteriormente, se dissolveu, tendo os membros retornado à igreja luterana, à qual pertenciam anteriormente. Entre os sobrenomes citados no jornal, se encontra a família Fetter, cujos descendentes vão ter conexões com as igrejas metodistas de Caxias e Farroupilha. Lamentavelmente, não foi localizado qualquer livro de registro ou documento dessa comunidade, fato que torna o jornal *O Testemunho* a única fonte conhecida que documenta sua existência.

2 Porto Alegre

A primeira igreja metodista do Rio Grande do Sul surgiu em 1885, na área central de Porto Alegre. Seu primeiro livro de registros de batismo, redigido de 1887 a 1888, inicia com quatro entradas referentes a filhos de italianos, cerimônias realizadas durante a primeira viagem de João da Costa Corrêa a Dona Isabel (Bento Gonçalves), em abril de 1887. Depois, contém, praticamente, apenas batismos de crianças teutas, em número de vinte e quatro. Os registros detalhados, com diversidade de nomes, residências e ocupações, retratam bem a complexidade da coletividade de língua alemã em Porto Alegre, no final do século XIX. Fato a notar é a grande predominância de pais nascidos na Alemanha, e não teuto-brasileiros. Entre estes últimos, consta uma neta de Lúcio Schreiner, personagem-chave do episódio dos *mucker*. Lúcio e sua esposa foram padrinhos de uma neta em 4/6/1888, de nome Ottilia Lúcia, filha de Maria Luiza Schreiner e Otto Reinbott, alemão.

Assim como ocorre nas colônias italianas, de início somente pequeno número de teutos se tornou membro da Igreja Metodista, mesmo com a grande demanda de pedidos de batismo por parte dos alemães: praticamente só há batismos de crianças teutas entre os metodistas de Porto Alegre até o ano de 1903. Essa é uma das razões pelas quais o pastor americano Miguel Dickie se queixava, no mesmo ano, de que a atuação quase exclusiva entre alemães e italianos fragilizava a obra metodista no Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos do século XIX, se formou uma segunda comunidade metodista em Porto Alegre, na região atualmente conhecida como Quarto Distrito, onde era grande a presença de estrangeiros. Embrião daquilo que se tornaria, na década seguinte, a Igreja Metodista Institucional, os membros dessa comunidade tinham, em sua ampla maioria, sobrenome alemão, vindo os eslavos em segundo lugar, situação mantida até pelo menos a década de 1910. Curiosamente, na Igreja Central de Porto Alegre, eram raros os sobrenomes alemães entre os membros, no início do século XX. Nela, se reuniam os membros de sobrenomes lusos e italianos, bem como os missionários americanos.

Ao ser designado para assumir o cargo de pastor metodista em Porto Alegre, em 1899, o americano John Price também atendeu essa comunidade nascente, e nela proferiu seu primeiro sermão em língua alemã, sendo a pregação bilíngue a regra, naqueles anos, a julgar pelos seus registros e de sua esposa, nos diários mantidos por ambos. A filha mais nova do casal, por sinal, frequentava o *kindergarten* mantido pela Igreja Luterana (JOHN WATKIN PRICE, 1982, 11-E a 14-E).

Em longa reportagem no jornal *O Testemunho*, datada de 15/4/1909, é dado um panorama da atividade evangélica no Quarto Distrito, e feito um retrospecto da atividade metodista na região. Nela, se diz que as igrejas luterana e batista utilizavam exclusivamente o idioma alemão nas suas atividades, e as igrejas metodista e episcopal somente a língua portuguesa. Tal afirmação parece curiosa, em uma comunidade metodista de maioria teuta, em momento no qual a vida comunitária de língua alemã em Porto Alegre era muito vibrante. O próprio Colégio Americano oferecia, naqueles anos, o ensino da língua alemã a seus alunos. De toda forma, a Igreja Metodista Institucional não se tornou uma comunidade religiosa com demarcação étnica, como a Igreja Batista Alemã, ou um ramo de língua alemã do metodismo, como nos Estados Unidos. Na verdade, talvez justamente o curso dos acontecimentos naquele país, com a progressiva supressão forçada das línguas estrangeiras no âmbito da Igreja Metodista, em particular a alemã (HOLLINGSEAD, 2006), tenha influído no curso dos acontecimentos aqui no Brasil.

Não serão feitas outras considerações sobre a presença de alemães e descendentes na vida eclesial metodista em Porto Alegre, por praticamente não ter sido consultada documentação dessa cidade, posterior a 1920, tendo em conta a maior autonomia administrativa da região colonial italiana, nessa década. No entanto, é fácil verificar que os vínculos existem. No biênio 1925-1926, por exemplo, existe uma comissão metodista nomeada para atuar junto à construção do Hospital Alemão, composta por um pastor e um leigo, sendo este último um teuto-brasileiro, Otto Reif. Esse dado foi obtido no Anuário Metodista de 1925, não por acaso publicado pela Editora Rotermund.

Encerra-se o tópico referente a Porto Alegre com uma menção a uma área que pertencia a esse município, Barra do Ribeiro, onde existiu uma igreja metodista. Na década de 1930, cerca de um terço dos membros dessa comunidade tinham sobrenome alemão, sendo possivelmente habitantes de áreas rurais daquela região.

3 As antigas colônias alemãs: Montenegro, Estrela, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Campo Bom, Taquara

A presença metodista na zona de colonização alemã propriamente dita, com a já mencionada exceção da Alta Feliz, é relativamente tardia. Ela data da década de 1920, quando houve grande incremento da atividade metodista, em todo o Rio Grande do Sul. A partir de seus focos de atuação em Porto Alegre, nas antigas colônias italianas e em boa parte das cidades de maior porte da metade norte do estado, a Igreja Metodista partiu para outros campos.

Essa ausência de atividade na colônia alemã parece ter decorrido de uma espécie de acordo tácito, como aquele que foi celebrado entre metodistas e episcopais, no Rio Grande do Sul e outros lugares do Brasil: em locais em que uma denominação protestante atuava, a outra não se estabelecia. A zona colonial alemã, pela forte presença luterana, era considerada já evangelizada pelas lideranças metodistas, e não foi objeto de atenção delas, antes da grande expansão da década de 1920.

Passo a examinar cada local individualmente, apesar da dificuldade na localização de documentação. Comparativamente às antigas colônias italianas, praticamente não sobraram livros de registros de comunidades metodistas, na antiga colônia alemã. Boa parte dos dados aqui apresentados constam dos livros de registro das conferências trimestrais do denominado Circuito Colonial da Igreja Metodista Gaúcha, entre 1923 e 1941, que abrangia as comunidades das velhas colônias italianas e alemãs.

Montenegro foi a localidade da antiga colônia que teve a comunidade metodista mais longeva, de 1925 a 1947, e possivelmente a mais numerosa. Do único livro de registros encontrado, o da fundação (iniciado em 31/5/1925), constam três listagens de membros, datadas de 1925, 1931 e 1935, com, respectivamente, 44, 62 e 48 membros. Na primeira delas, dois casais, inclusive o pastor e sua esposa, tinham sobrenomes italianos. Dos demais, cerca de 20% tinham sobrenomes alemães (Stark, Abend, Bender, Becker e Wagner), e a grande maioria era de luso-brasileiros. Esses percentuais se mantêm, aproximadamente, nas listagens de 1931 e 1935. Dos 22 batismos realizados, todos foram de crianças com sobrenome português. Já entre os sete pastores que atenderam a comunidade, quatro eram teuto-brasileiros, dois luso-brasileiros e um ítalo-brasileiro, e este último dominava a língua alemã. Montenegro deixou de ter presença metodista em 1947, ano em que a atividade da Igreja Metodista em toda a área colonial gaúcha sofreu grande retração.

De Estrela, localidade que abrangia também membros situados onde hoje se situa Lajeado, se conservou somente um livro de registros de membros, do início da década de 1930, com oito pessoas de sobrenome luso. Contudo, nomes teutos apareceram como representantes da comunidade nos concílios regionais da igreja.

Existiu também uma comunidade metodista em Novo Hamburgo, fundada em 13/1/1924, e que se manteve até meados da década de 1930. Os pastores que a atenderam nesse período foram dois teuto-brasileiros, José Wagner e Carlos Becker. No único livro de registros dessa comunidade que foi localizado, consta não haver propriamente uma congregação regular, e o pastor atendia pessoas residentes em Novo Hamburgo, São Leopoldo, Campo Bom e Montenegro. Em Novo Hamburgo, os cultos aconteciam na sala do jardim de infância mantido pela OASE (Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas), e em Campo Bom, no templo da "*Igreja Evangélica do Rito Alemão, bondosamente cedido para esse fim*". Embora a comunidade fosse menor que a de Montenegro (26 membros), doze deles têm sobrenome alemão, e, dos treze batismos registrados, dez são de filhos de pais teutos, quase todos das famílias Manthay e Walker.[5]

Há um interessante relato da atividade metodista na colônia alemã, em uma fonte que não é da Igreja Metodista. No ano de 1930, o pastor luterano de Campo Bom (do Sínodo Riograndense) registrou aquilo que segue, nas atas da comunidade:

Quinta-feira, 2 de outubro de 1930.

5 Embora o último sobrenome possa ser de origem anglo-saxã, a julgar pelos prenomes trata-se aqui de uma família teuta.

> Desde ontem, encontram-se nesta localidade o Rev. Pastor Becker, da Igreja Metodista Brasileira de S. J. de Montenegro, e o sr. Koehler, representante da Associação Bíblica britânica e estrangeira; fizeram muita propaganda bíblica, especialmente entre brasileiros, e venderam muitas Bíblias, Novos Testamentos, etc., em português e alemão. Cedi o salão da escola para um culto missionário em língua portuguesa, culto realizado hoje à noite, às 8 horas. Estiveram presentes principalmente brasileiros, além de alemães e membros da nossa comunidade. Oração, prédica, canto – tudo em língua vernácula. Os dois senhores agradeceram ao final do culto, ao que eu não assisti, pela gentileza (SPERB, 1992, p. 266).

O nome do pastor Becker será retomado logo a seguir, em outro contexto. Importa notar, como o próprio autor das notas salientou, que a atividade metodista na zona de colonização alemã, naquele tempo, era sempre realizada em língua portuguesa, e parece ter atraído predominantemente luso-brasileiros.

Sobre São Leopoldo, há uma breve e interessante menção em uma ata conciliar metodista do ano de 1926, dizendo que foi tentado um estabelecimento lá, sem sucesso, por se tratar de uma cidade bem servida de templos evangélicos. A anotação termina advertindo que a igreja deveria avaliar bem qualquer nova fundação, para que abandonos de campo como o ocorrido em São Leopoldo não prejudicassem a imagem da instituição.

Há também menções esporádicas de atividade metodista em Taquara e Santa Cristina do Pinhal. Em Gramado, cidade de colonização mista, apesar da forte presença teuta na cidade e no município, a igreja metodista foi, pelo menos durante a primeira metade do século XX, uma comunidade formada, exclusivamente, de italianos e descendentes.

Encerra-se o tópico salientando que, com exceção de Montenegro, foi impossível apontar com precisão quando as igrejas metodistas da antiga colônia alemã iniciaram e encerraram suas atividades, pela quase total ausência de livros de registros delas nos arquivos metodistas.

4 As antigas colônias italianas: Caxias e Nova Vicenza

Optou-se por separar Caxias e Nova Vicenza, atual Farroupilha, das demais colônias italianas antigas, porque foram as últimas a ter comunidades metodistas. Caxias só teve igreja própria a partir de 1916, e Nova Vicenza a partir de 1924, bem depois de ambas já serem servidas por estrada de ferro (1910 e 1909, respectivamente), meio de transporte que foi utilizado, de for-

ma sistemática, pelos pregadores metodistas como forma de expansão da atividade, no Rio Grande do Sul.

Embora não tenham sido localizados sobrenomes alemães entre os primeiros membros da igreja de Caxias, eles se fazem presentes em bom número na listagem de signatários da ata de inauguração do templo metodista, em 1922, com participação de diversos membros da família Graebin. No final dessa mesma década, boa parte dos batizados são de crianças filhas de teutos, e há bom número de sobrenomes alemães entre os membros. Na verdade, nessa época, já havia mais sobrenomes portugueses e alemães que italianos, entre os membros da igreja metodista local. Caxias, cidade beneficiada pela industrialização decorrente da Primeira Guerra Mundial, recebia pessoas vindas dos Campos de Cima da Serra e de cidades de colonização alemã. A própria comunidade luterana utilizou o templo metodista para seus cultos, em muitas ocasiões, antes da edificação de templo próprio (SEERIG et al., 2015, p. 99).

Nova Vicenza, atual Farroupilha, tem presença teuta mais antiga, na sua sede. A Colônia Sertorina[6] era particular, e foi povoada a partir de 1881, seis anos depois do início da colonização italiana, quando a área já era dotada de alguma infraestrutura. Isso permitiu que famílias de origem alemã subissem de Feliz ou São Sebastião do Caí, e se estabelecessem na sua área urbana, onde edificaram uma igreja (GASPERIN, 1989, p. 136-136, 316, 325). Em 1924, foi criada uma comunidade metodista em Nova Vicenza, que se reunia no templo luterano. Nesse mesmo ano, o pastor metodista atendeu luteranos de origem sueca pertencentes às famílias Nilsson e Bohm, estabelecidos em 1890 às margens do Rio das Antas, na colônia Antônio Prado, em terras do atual município de Nova Roma.

No entanto, as relações não parecem ter sido sempre colaborativas. No ano de 1930, quando o pastor de Caxias era o teuto-brasileiro Carlos Eduardo Becker, ele cedeu o templo metodista para um pregador evangélico que utilizou a língua alemã no serviço religioso. Não fica claro, da descrição constante nas atas, se era um pastor vinculado a algum sínodo ou se era independente. O fato repercutiu entre alguns dos membros da igreja metodista local. Uma queixa formal foi apresentada ao pastor, em uma reunião do conselho administrativo da comunidade, cujo reclamante foi um membro chamado Anísio de Araújo. A irresignação centrava-se no uso "*indevido*" de língua estrangeira, no espaço da igreja, sendo deliberado não fazê-lo, no futuro.

6 A Colônia Sertorina, quando do início de sua ocupação, em 1881, era uma área não povoada, de propriedade privada, circundada pelas três colônias mais antigas da imigração italiana, Conde D'Eu, Dona Isabel e Caxias.

A controvérsia ultrapassou o âmbito local. A mesma questão, seja por iniciativa do pastor ou da comunidade, foi levada à discussão em uma das reuniões do Concílio do Distrito Colonial da Igreja Metodista gaúcha, no ano de 1930. Não havendo unanimidade ou acordo, foi deliberado que a cessão do púlpito a pregadores de língua estrangeira seria atribuição e responsabilidade exclusiva de cada pastor. Na mesma conferência regional, possivelmente não por acaso, houve a transferência do pastor Carlos Eduardo Becker de Caxias para Montenegro.

5 Relações entre a Igreja Metodista e o Sínodo Riograndense

Importa tecer algumas considerações sobre a relação institucional entre metodistas e luteranos, por duas razões. A primeira é evidente, a importância do protestantismo de matriz luterana no contexto da imigração alemã para o Brasil. A segunda é o fato de serem oriundos do luteranismo os teutos que se tornaram metodistas no Rio Grande do Sul. Essa afirmação é facilmente comprovada pelas referências encontradas na documentação metodista, e por um cruzamento simples de dados entre os sobrenomes encontrados em obras de referência, como os livros da comunidade evangélica de São Leopoldo, disponíveis em formato digital (DREHER, 2010).

Não foram encontradas referências sobre contatos entre a Igreja Metodista e o Sínodo Missouri, talvez pelo menor porte e pela postura tradicionalmente antiecumênica do segundo. No entanto, em relação ao Sínodo Riograndense as referências são bastante frequentes, em particular na imprensa metodista, nas duas primeiras décadas do século XX. João da Costa Corrêa, pioneiro da atividade metodista no Rio Grande do Sul, foi convidado para os concílios do Sínodo Riograndense, e Wilhelm Rotermund para os concílios da Igreja Metodista. Há inúmeras referências sobre luteranos pregando em templos metodistas, e vice-versa. A utilização das igrejas luteranas de Nova Vicenza e Campo Bom pelos pregadores metodistas teve sua contrapartida nas igrejas metodistas de Caxias e Alfredo Chaves. Fora da área colonial antiga, pastores luteranos foram convidados para pregar nas igrejas metodistas em Santo Ângelo e Cruz Alta, como ocorreu com Bruno Stysinski, em 1905.

Metodistas e luteranos, juntamente com episcopais, formaram, no Rio Grande do Sul de finais do século XIX e começos do século XX, uma tríade que se apresentava como a representação local do protestantismo, especialmente em momentos como as celebrações do centenário da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, em 1904, quando representantes das três denominações foram oficiantes em uma comemoração ocorrida no templo luterano de Santa Maria. Nas publicações metodistas, as reservas

e divergências em relação aos batistas, adventistas e à Assembleia de Deus são bem expostas. Em relação ao Sínodo Riograndense e à Igreja Episcopal, são enfatizadas as convergências.

De uma certa forma, essa convivência colaborativa parece ter sido facilitada pelas características de cada uma das denominações. O Sínodo Riograndense não tinha efetivo interesse no trabalho entre pessoas de língua portuguesa. Já a Igreja Metodista tinha como objetivo missionário principal no Brasil o atendimento da população luso-brasileira. Portanto, metodismo e luteranismo não eram competidores orgânicos por membresia, fato que permitia uma relação algo formal, mas cordata. Em Dreher (1998, p. 254) encontra-se a afirmação de que a Primeira Guerra Mundial "*esfriou a relação entre luteranos e episcopais*". Isso não ocorreu entre os metodistas e os luteranos, mesmo com EUA e Alemanha em campos opostos, no conflito a partir de 1917.

No pensamento de Hermann Dohms, o segundo grande líder do Sínodo Riograndense, os evangélicos de língua portuguesa aparecem um pouco como protestantes de segunda classe, ao menos no discurso que vem à tona na década de 1920. Nele, os luteranos do Sínodo Riograndense teriam certa primazia, devido às suas ligações profundas com o país de origem da Reforma, que tornariam a herança evangélica dos teuto-brasileiros mais pura e genuína. As igrejas evangélicas de língua portuguesa teriam reivindicações legítimas, mas sua teologia seria menos elaborada, e suas ligações com as autoridades dos Estados Unidos despertavam suspeitas em relação a uma possível expansão da influência americana na América do Sul (DOHMS, 1922, p. 91-92).

Entre os metodistas, não parecia haver esse tipo de reserva, mas sim uma espécie de respeito difuso pela denominação protestante estabelecida há mais tempo no Rio Grande do Sul. O único senão encontrado foi em um relato de viagem do missionário metodista americano John Price, datado do ano de 1906. Retornando a Porto Alegre depois de uma viagem às antigas colônias italianas, ele atravessa a região do Vale do Caí, e se espanta com a quantidade de salões de baile e locais de venda de bebidas alcóolicas. Ele identifica a região como de colonização alemã, povoada, possivelmente, por bom percentual de protestantes, mas dentro do padrão das manifestações metodistas da época, independentemente de etnia, é crítico sobre o padrão moral dos seus habitantes.

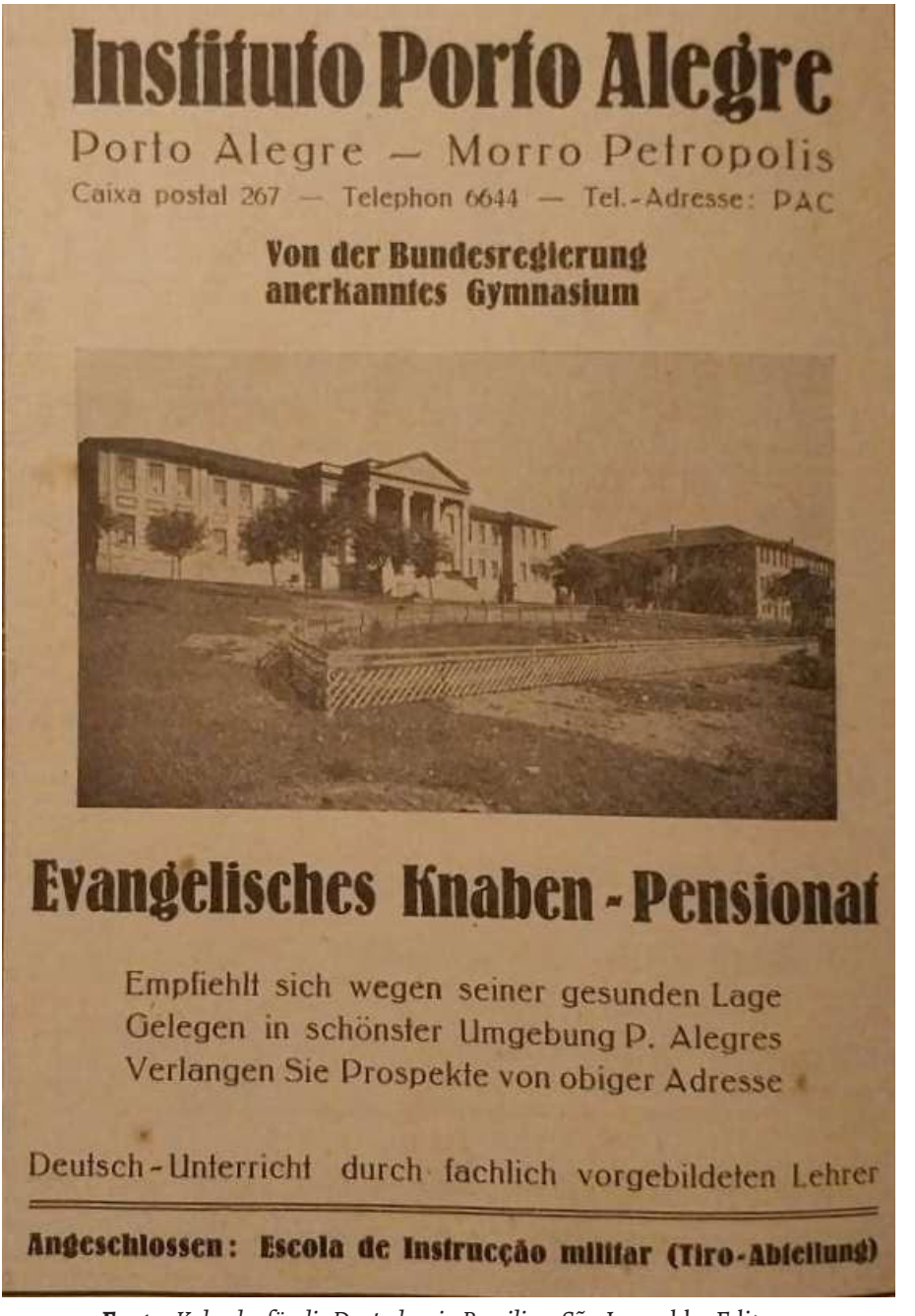
6 Os estabelecimentos escolares secundários metodistas

Este tópico final é mais breve, mas sua inclusão foi considerada importante, neste texto, como sinalização para estudos futuros. Embora os luteranos de origem alemã, no início do século XX, já tivessem desenvolvido uma boa rede de escolas primárias, em meados da década de 1935 ainda discutiam a criação de uma escola de nível secundário (STRECK, 2016, p. 4-6).

Mais de dez anos antes desse debate, os metodistas já tinham em funcionamento cinco escolas secundárias no Rio Grande do Sul: Colégio Americano (1885) e IPA (1923), em Porto Alegre; Colégio Centenário (1921) em Santa Maria; Instituto Educacional (1919), em Passo Fundo; Colégio União, em Uruguaiana, fundado em 1870, e sob administração metodista a partir de 1908. Logo após, foi criada uma sexta, uma extensão do IPA em Jaguarão, no ano de 1942.

Essa superioridade metodista em termos de escolas secundárias não se reflete em números absolutos de membros. É importante que se tenha uma ideia da diferença numérica de membresia entre luteranos e metodistas, no Rio Grande do Sul. Embora haja abundância de dados estatísticos do lado metodista, a totalização do número de luteranos – pela divisão entre sínodos e presença de comunidades independentes – é mais difícil, de forma que foi feita opção pelo marco temporal mais óbvio. No álbum comemorativo ao centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, publicado em 1924, é informado que o Sínodo Riograndense tinha mais de 122 mil membros, outros 22 mil integravam o Sínodo Missouri, e haveria pelo menos 20 mil luteranos organizados em comunidades autônomas e mais outros 20 mil sem vinculação a qualquer comunidade (HUNDERT JAHRE, 1924, p. 493). Isso totaliza, aproximadamente, 184 mil pessoas. A Igreja Metodista, no ano de 1925, tinha 2.887 membros no Rio Grande do Sul (ANUÁRIO, 1925, p. 26), dado que representa cerca de 1,75% do total de luteranos. Esses números deixam clara a opção de atuação metodista no Brasil, com forte investimento em escolas destinadas à formação de elites. No tocante à presença teuta, a seguinte imagem é bastante ilustrativa:

Fotografia 1 – Propaganda do internato masculino mantido pelo Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, 1936.



Fonte: *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1936, p. 244.

O destaque dado à expressão "*Internato Evangélico para Rapazes*" diz muito, assim como a possibilidade de oferta de aulas de alemão. O fato de os colégios metodistas serem educandários confessionais evangélicos atraiu, de forma massiva, descendentes de imigrantes alemães, situação que pode ser verificada numa uma simples leitura de seus anuários, editados no estilo dos *yearbooks* das escolas americanas. A publicação referente ao IPA, intitulada *Colunas*, com início em 1937, tem sua coleção preservada na biblioteca central do Instituto Porto Alegre. Suas páginas, em especial nos anos iniciais, apresentam um desfile de sobrenomes alemães, vários caracteristicamente luteranos, e há uma presença significativa de rapazes oriundos de cidades da antiga região de colonização alemã. Essa busca da educação metodista por uma parcela da população de origem teuta oferece interessante possibilidade de estudos no campo da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da população de origem alemã do Rio Grande do Sul na Igreja Metodista local se processou de forma bem diferente numa comparação com aquilo que ocorreu em relação aos italianos. Entre estes, o metodismo se fez presente ainda durante o período do primeiro fluxo de imigração, desde 1887, sendo contemporâneo à formação das comunidades, e os metodistas de língua italiana se concentram, fortemente, nas colônias de povoamento mais antigo, na Serra Gaúcha. Os alemães e descendentes só entram em contato com a Igreja Metodista a partir da chegada desta ao Rio Grande do Sul, em 1885, quando a imigração alemã já tinha mais de sessenta anos. Embora os teutos metodistas tenham alguns pontos de concentração (Igreja Institucional em Porto Alegre, as comunidades de Alta Feliz e Barra do Ribeiro), eles se caracterizam pela dispersão no território gaúcho.

A ausência de atuação marcada na zona de colonização alemã, e a falta de concentração em uma região específica, deixa a presença teuta na Igreja Metodista gaúcha menos evidente que a ítala. Na imprensa metodista, e nos registros de diversas naturezas escritos sobre a história da Igreja Metodista no Rio Grande do Sul, a presença dos italianos é sempre registrada enquanto grupo, quando a dos alemães não aparece, mesmo que haja diversas menções a pessoas de sobrenome teuto. Isso dá a impressão de desvinculação entre a Igreja Metodista e os teuto-gaúchos, fato que não corresponde à realidade.

Ao longo da pesquisa empreendida, e mesmo no tempo presente, é possível constatar que não existe comunidade metodista gaúcha em que não haja algum membro de sobrenome alemão. Essa presença ocorre mesmo em cidades onde há outras igrejas protestantes, inclusive luteranas.

Por outro lado, os dados apresentados ao longo do texto evidenciam que há outro padrão: uma adesão relativamente baixa de teutos como membros das igrejas, em comparação à procura pelo atendimento pastoral metodista (particularmente batismos), e essa adesão parece especialmente baixa na colônia alemã. Como conciliar este último dado com uma presença teuta constante, mesmo que numericamente baixa, nas comunidades metodistas?

Para tentar responder a esta pergunta, o primeiro dado a considerar é que a pregação metodista ressoava entre os teutos luteranos, não entre os católicos.[7] É bem conhecida a significativa identidade entre Evangelho e germanidade que se formou entre os luteranos gaúchos, bem como o peso da língua alemã neste contexto, conforme ressaltado por Dreher (1984). No âmbito metodista, o uso da língua portuguesa era a regra. Tanto é assim, que entre os teutos metodistas, os registros de uso do alemão são muito menos frequentes, cronologicamente mais remotos (datados somente dos anos de 1899 e 1906), e limitados a duas localidades. Os pastores/pregadores teutos atuantes no Rio Grande do Sul eram nascidos[8] e formados aqui, e nunca atuaram exclusivamente entre descendentes de alemães.

Portanto, há bons indicativos de que as igrejas metodistas gaúchas não foram locais em que houvesse espaço para cultivo da germanidade, seja em termos linguísticos ou culturais, realidade que pode ter restringido sua difusão entre os descendentes de alemães, especialmente entre aqueles mais ligados à herança cultural alemã. Isso também pode sugerir que, entre os teutos, o ingresso como membro da Igreja Metodista seja indicativo de um maior grau de assimilação à sociedade nacional, por mais controvertido que seja o termo "*assimilação*". Ao revés, o mesmo argumento explicaria a maior disposição dos teutos a solicitar atendimento pastoral metodista do que se tornar membro de uma igreja evangélica metodista, que seria necessariamente de língua portuguesa.

Esse raciocínio pode explicar a baixa adesão de "alemães", em números absolutos, mas ainda fica em aberto a questão da difusão que o metodismo teve entre eles, em todo o Rio Grande do Sul. Se os teutos que ingressavam na Igreja Metodista eram, em regra, oriundos do luteranismo, cabe questionar que tipo de necessidade religiosa, espiritual ou comunitária os teria levado a trocar de denominação. Na área das colônias italianas,

7 Ao contrário daquilo que ocorreu na colônia italiana, onde, a partir de um núcleo de origens valdenses, formou-se uma comunidade metodista composta predominantemente de católicos convertidos.

8 Com exceção de um teuto-argentino, João Vollmer, casado com Ponciana, filha de João da Costa Corrêa e de sua esposa, Maria Robles, natural do Uruguai.

a explicação parece evidente, porque, em regra, lá não havia outras igrejas protestantes. Mas esse argumento não explica tão significativa quantidade de batismos de filhos de teutos na igreja metodista de Porto Alegre, nas décadas de 1880 e 1890, cidade que já tinha, à época, importante presença institucional luterana, nem o ingresso em comunidades metodistas de teutos oriundos de igrejas luteranas em cidades onde ambas as denominações estavam estabelecidas. Em outras palavras: mesmo que numericamente poucos "alemães" se tornem metodistas, existe uma presença consistente, ainda que difusa, de teutos metodistas por todo o território gaúcho, que parece indicar algum padrão de aceitação da pregação metodista que ainda necessita ser esclarecido.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO de 1925 da Conferência Anual Sul-brasileira da Igreja Metodista Episcopal do Sul. Cruz Alta: Tipografia Rotermund e Co., 1925.

COSTAMILAN, Ângelo Ricardo. *Homens e mitos na história de Caxias*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

DALLA CHIESA, Vicente. A Igreja Metodista nas colônias italianas In: TESSARI, Anthony Beux; RECH, Gelson (Orgs.). *Cansioniero Popolar – Volume III*. Caxias do Sul: EDUCS, 2023, p. 46-55.

DOHMS, Hermann. Überblick über die deutschen und nichtdeutschen evangelischen Kirchengemeinschaften in Brasilien und das evangelische Deutschtum im Auslande. In: *Kalender für die Deutschen Evangelischen Gemeinden in Brasilien*. São Leopoldo: Sínodo Riograndense, 1922, p. 91-92.

DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DREHER, Martin N. (Org.) Os protestantismos rio-grandenses. In: *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igrejas*. Porto Alegre/São Leopoldo: Edições EST/Sinodal, 1998.

DREHER, Martin N. (Org.). *Livros de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

DULLIUS, Werner Mabilde; PETRY, Hugo Egon. *Cemitérios das colônias alemãs no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Empresa Gráfica Metrópole, 1985.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. *Povoadores da Colônia ++Caxias*. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

GASPERIN, Alice. *Farroupilha*: ex-colônia particular Sertorina. Farroupilha:

Edição da autora, 1989.

HOLLINGSEAD, Joshua. *Prejudice and Purging: World War I and the Demise of the German Methodist Church in America*. Disponível em: <https://www.mckendree.edu/academics/scholars/issue7/hollingsead.htm>.Acesso em: 7/10/2023.

HUNDERT JAHRE Deutschtum in Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Verband Deutscher Vereine, 1924.

JOHN WATKIN PRICE and Elizabeth Wittmann Price and their forefathers and descendants. Compilação dos diários dos missionários John e Elizabeth Price, efetuado por sua filha Elizabeth Price Gorsuch em 1982 e depositado na biblioteca do Instituto Porto Alegre (IPA).

KALENDER für die Deutschen in Brasilien. São Leopoldo: Rotermund e Co., 1936.

LASSBERG, Max von. *Reminiscências*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

RABUSKE, Arthur. *Os inícios da colônia italiana do Rio Grande do Sul em escritos de jesuítas alemães*. Caxias do Sul/Porto Alegre: UCS/EST, 1977.

SEERIG, Ana; TONET, Charles; TONET, Tânia. *São Pelegrino, quem te viu... quem te vê*. Caxias do Sul: Editora Belas Letras, 2015.

SPERB, Angela Tereza (Org.). *Sal da Terra*: 160 anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom. Canoas: Gráfica La Salle, 1992

STRECK, Gisela Isolde Waechter. *Panorama histórico das escolas comunitárias do Sínodo Rio-Grandense/IECLB e da Rede Sinodal de Educação.* Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/viewFile/499/585>. Acesso em: 07/10/2023.

WEISSHEIMER, Egídio. Comunidade Evangélica de Alfredo Chaves. In: *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST Edições, 1998.

WITT, Osmar. *Igreja na Migração e Colonização*: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

Recebido em: 14/10/2023
Aceito em: 15/02/2024

O TURNERBUND E SUAS CONEXÕES COM ESCOLAS EM PORTO ALEGRE/RS (1870-1920)

THE TURNERBUND AND ITS CONNECTIONS WITH SCHOOLS IN PORTO ALEGRE/RS (1870-1920)

Janice Zarpellon Mazo[1]
Alice Beatriz Assmann[2]
Tuany Defaveri Begossi[3]

1 Professora Titular da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Centro de Memória do Esporte (CEME) e do Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos (OEPES) da UFRGS. Líder do grupo de pesquisa NEHME - Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física. Desenvolve estudos históricos e socioculturais sobre esporte, educação física, esporte para pessoas com deficiência (PCD) e esporte para pessoas surdas.

2 Professora de Educação Física da Rede Municipal de Porto Alegre/RS, atuando na Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Foi professora dos cursos de Educação Física Bacharelado e Licenciatura da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Divinópolis, e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioculturais em Educação Física e Esporte (GEPESEFE) da UEMG. Doutora em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências do Movimento Humano (UFRGS). Especialista em Jornalismo Esportivo (UFRGS). Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Educação Física. Membro da Academia Olímpica Internacional. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Estudos Socioculturais do Esporte e da Educação Física; Educação Física Escolar; História do Esporte e da Educação Física; Ginástica; Estudos Olímpicos e Paraolímpicos; Esportes Adaptados; Educação Física Inclusiva.

3 Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), na linha de pesquisa Representações Sociais do Movimento Humano, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2022). Mestra em Ciências do Movimento Humano pelo PPGCMH/ESEFID/UFRGS (2017). Bacharela em Educação Física pela ESEFID/UFRGS (2015). Licenciada em Educação Física pela ESEFID/UFRGS (2013). Professora de Educação Física na Escola Municipal de Ensino Fundamental Caetano Polesello (2020 - atual). Membro do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME/UFRGS). Integrante do Observatório do Esporte Paralímpico e Esportes Surdos (OEPES/UFRGS). Integrante do Centro de Memória do Esporte (CEME/UFRGS). Associada ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Filiada à Associação Nacional de História (ANPUH). Filiada à International Society for the History of Physical Education and Sport (ISHPES). Membro pesquisador da Academia Paralímpica Brasileira (APB), braço científico do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Atua e desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão nas seguintes áreas: Estudos históricos e socioculturais das Práticas Corporais, do Esporte, da Educação Física, do Lazer, Esporte Paralímpico e Adaptado, Educação Física Escolar, Metodologias de pesquisa e de ensino da Educação Física e Formação de professores(as) de Educação Física.

RESUMO

O objetivo do estudo é elucidar as relações estabelecidas entre *Turnerbund* com instituições escolares situadas em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no período de 1870 a 1920. O marco temporal abarca o período de emergência dos clubes de ginástica e a progressiva expansão de escolas criadas e mantidas por imigrantes alemães e seus descendentes, até a década de 1920, contexto pós adversidades desencadeadas pela I Guerra Mundial. Além da revisão bibliográfica, reuniu-se um conjunto de documentos históricos, composto por fontes impressas. A utilização de tais materiais de pesquisa foi feita seguindo os passos de catalogação, análise e cotejamento das informações. O processo de construção da narrativa historiográfica foi orientado pelo referencial teórico-metodológico operado por historiadores culturais, bem como pelo aporte teórico produzido pelo sociólogo Norbert Elias, a partir dos seus conceitos de figuração e redes de interdependência. A pesquisa almeja avançar na apreensão da complexidade do fenômeno do associativismo esportivo, no Rio Grande do Sul, temática investigada há, pelo menos, 20 anos, cujos desdobramentos distinguem sua singular importância para a constituição do campo da Educação Física e do Esporte Sul-Rio-Grandense.

Palavras-chave: Ginástica; *Turnen*; Clubes; História do Esporte; História da Educação Física.

ABSTRACT

The study aims to elucidate the relationships between Turnerbund and school institutions in Porto Alegre, the capital of Rio Grande do Sul, between 1870 and 1920. The time frame covers the period of the emergence of gymnastics clubs and the progressive expansion of schools created and maintained by German immigrants and their descendants until the 1920s, in the aftermath of the adversities unleashed by the First World War. In addition to the bibliographical review, a set of historical documents comprising printed sources was gathered. These research materials were analyzed by cataloging, analyzing, and comparing the information. The process of constructing the historiographical narrative was guided by the theoretical-methodological framework operated by cultural historians and the theoretical contribution produced by sociologist Norbert Elias, based on his concepts of figuration and networks of interdependence. The research aims to advance the understanding of the complexity of the phenomenon of sports associations in Rio Grande do Sul, a subject that has been investigated for at least 20 years and whose developments distinguish its singular importance for the constitution of the field of Physical Education and Sport in Rio Grande do Sul.

Keywords: *Gymnastics; Turnen; Clubs; History of Sport; History of Physical Education.*

INTRODUÇÃO

As pesquisas produzidas por Tesche (1996), Mazo (2003) e Assmann (2019) apresentam indícios da ligação do *Turnerbund*, primeira sociedade de ginástica fundada no Rio Grande do Sul, no ano de 1867, em Porto Alegre, com instituições escolares. Do mesmo modo, identificou-se, em algumas

escolas, vestígios da presença do *turnen* – prática desenvolvida no e pelo *Turnerbund*. O *turnen* foi traduzido por Tesche (1996) como ginástica, embora seus sentidos extrapolem a prática da ginástica e dos exercícios físicos, e englobem apropriações mais amplas de corpo e de sociedade.[4] Segundo Riordan e Krüger (2003), cada país ainda vê o conceito de "esporte" e "ginástica" de forma diferente.

No presente estudo, o *turnen* é compreendido como uma prática cultural, que produz outras ações, bem como representações culturais étnicas, códigos de comportamento e sentimento, que ditam modos e normas instituídas pela e para a "boa sociedade" do *turnen* (ASSMANN, 2019). O *turnen* foi disseminado pela *Turnerbund* e apropriado por sociedades de ginástica fundadas, posteriormente, em localidades que congregavam expressiva parcela de teuto-brasileiros, no estado. Além destas instituições, as escolas identificadas com os teuto-brasileiros também desenvolveram a prática do *turnen*.

Diante do exposto, ponderamos que em sociedades de ginástica e escolas foram gestadas práticas e representações culturais do *turnen* conforme ocorria sua recepção na intersecção com elementos da cultura local, regional, nacional, e até mesmo global. Para além da propagação de modos e normas no espaço próprio de cada instituição esportiva e escolar, consideramos que a ligação entre elas também foi incentivada buscando o fortalecimento da "boa sociedade" do *turnen*. De tal modo, tanto o *Turnerbund* quanto instituições escolares atuaram na disseminação de elementos de uma cultura corporal/esportiva que se configurou no Rio Grande do Sul, no tempo histórico demarcado para a investigação.

O estudo de Mazo (2003) apresenta elementos da identidade teuto-brasileira no Rio Grande do Sul, especialmente, em Porto Alegre. À medida que outros estudos históricos regionais sobre questões relativas aos teuto-brasileiros começaram a ser produzidos, foram evidenciadas práticas e representações culturais identitárias marcadas por diferenças significativas. Assmann (2015) aponta para a importância de elementos como o uso da língua alemã, a concepção de nação pela retórica do "sangue alemão", concepções associadas ao discurso pangermanista, a exaltação da figura de Jahn e a produção de um passado a partir da ideia de uma história comum, por exemplo, a unificação dos estados alemães, como elementos legitima-

4 Acerca do desenvolvimento das culturas de movimento na Europa e influência mútua entre diferentes formas de exercício físico, tais como o *Turnen* alemão, a ginástica sueca e o esporte moderno, consultar Pfister (2003). Sobre a centralidade de clubes esportivos para a cultura de lazer e sociabilidade, especialmente na Alemanha, ver Krüger (2013). Wieser (2019), por sua vez, focaliza, em sua produção, o impacto do modelo alemão de *Turnen* na introdução de conceitos de educação corporal em diferentes contextos, dentre eles, o Brasil.

dores desta identidade cultural. Tesche (2005), por sua vez, destaca a relevância dos clubes de ginástica, que se apoiavam, originalmente, no movimento *turnen*, para preservar a identidade étnica dos alemães fora de seu país de origem. Além disso, estudos sobre as sociedades de Estrela (KILPP, 2012) e de Santa Cruz do Sul (ASSMANN; MAZO, 2017) ratificam a manutenção do sentimento de pertencimento a um grupo étnico teuto-brasileiro, evidenciando o papel da ginástica alemã, desenvolvida pelo "*altvater*" (patriarca) Jahn, como uma prática voltada à disciplina, à obediência, ao desenvolvimento da moral e das competências físicas, especialmente fomentadas como instrumento de fortalecimento dos jovens identificados como alemães (ASSMANN, 2015).

Diante de tais considerações, o objetivo deste estudo é elucidar as relações estabelecidas entre o *Turnerbund* com instituições escolares situadas em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no período de 1870 a 1920. O marco temporal da pesquisa abarca o período de emergência dos clubes de ginástica e a progressiva expansão de escolas criadas e mantidas por imigrantes alemães e seus descendentes, até a década de 1920, contexto pós adversidades desencadeadas pela Primeira Guerra Mundial. Neste período, embates acerca de um abrasileiramento das instituições teuto-brasileiras rondavam o imaginário social do Rio Grande do Sul (RAMOS, 2000; KILPP; ASSMANN; MAZO, 2012; ASSMANN, 2015; 2019), e um método oficial de ensino de Educação Física para as escolas brasileiras foi decretado: o método francês (MARINHO, 1980).

Com o intuito de investigar o enredamento das relações entre *Turnerbund* com escolas de Porto Alegre, além da revisão bibliográfica sobre o tema, foram reunidos documentos históricos, ou, como denomina Arlette Farge (2009, p. 10), indícios "que o tempo reteve como vestígios do tempo escoado". O *corpus* documental deste estudo privilegia fontes impressas, como periódicos, livros comemorativos, atas e estatutos de clubes e escolas. [5]

A análise dos documentos impressos foi realizada seguindo os passos de catalogação, análise e cotejamento das informações, conforme orientações de Farge (2009) e Ginzburg (1989). Para análise das informações encontradas em periódicos impressos, por sua vez, tem-se como referência analítica os escritos de Luca (2010), que pondera sobre a complexidade da pesquisa com periódicos, tendo em vista uma produção passível de mani-

5 Tais indícios foram localizados em arquivos e acervos históricos, especialmente, o Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), situada na cidade de Santa Cruz do Sul, e o Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS, situado em Porto Alegre.

pulação e parcialidade. Assim como os demais documentos que compuseram a pesquisa, os jornais são entendidos não como portadores de verdade, mas como instrumentos que trazem uma percepção do acontecido.

Munidas de tais informações, em um processo concomitante de ações – entre coletas, análises, leituras e aprofundamentos teóricos – foram realizadas as interpretações e a construção da narrativa historiográfica aqui apresentada, tendo como lente o referencial teórico operado por historiadores culturais, bem como o aporte teórico produzido pelo sociólogo Norbert Elias, a partir dos seus conceitos de figuração e redes de interdependência. Deste modo, as redes de interdependência (ELIAS, 2008) do *turnen* em clubes e escolas do Rio Grande do Sul, na perspectiva da História Cultural (BURKE, 2005; CHARTIER, 2000), não são um dado objetivo, pelo contrário são historicamente produzidas pelas práticas (políticas, sociais, discursivas) articuladas. Nesta direção, focalizamos no presente estudo as aulas de ginástica, especialmente aquelas cujas práticas e representações culturais ligam-se ao *turnen,* sobretudo por compreendermos que o entendimento acerca das distintas concepções de "ginástica(s)" se torna fundamental para delinear a pluralidade de interfaces que compõem o campo da Educação Física.

1 Aulas de Ginástica na *Deutsche Hilfsvereinschule*

A *Deutsche Hilfsvereinschule* (atual Colégio Farroupilha), uma instituição escolar privada, teuto-brasileira, manteve, por décadas, desde sua fundação, em 1886[6], na cidade de Porto Alegre, uma relação muito próxima com o *Turnerbund*. Esta instituição cobrava mensalidade dos estudantes, entretanto, conforme menciona Telles (1974), alguns recebiam bolsas de estudos ou condições especiais para efetuar o pagamento. Ainda que a maioria dos estudantes se compusesse de alemães ou descendentes, a escola também era frequentada por luso-brasileiros e ítalo-brasileiros. A esses estudantes eram fornecidas aulas de alemão, a fim de que pudessem compreender as matérias proferidas em tal idioma.

A direção da *Deutsche Hilfsvereinschule,* no início do século XX, em 1909, foi assumida por Otto Meyer, que sugeriu uma alteração nas suas diretrizes, buscando exaltar a superioridade da identidade alemã: os estudantes "não alemães" e não pagantes, não seriam mais admitidos (TEL-

6 *Deutsche Hilfsvereinschule* foi instalada como departamento do *Deutscher Hilfsverein* (Associação Alemã de Beneficência), instituição fundada no ano de 1858, em Porto Alegre. Esta associação tinha como finalidade ajudar imigrantes alemães e descendentes, quando enfrentavam dificuldades financeiras, por meio de doações e empréstimos tanto a instituições teuto-brasileiras quanto a pessoas físicas.

LES, 1974). Esta mudança sugere a existência de tensões dentro do próprio grupo, ou mesmo antagonismos, os quais demandaram a necessidade de um balanceamento de equilíbrios instáveis e dinâmicos, na referida escola. Antes de assumir tal posição, Otto Meyer foi diretor da *Deutsche Schule,* em Santa Cruz do Sul, entre 1904 e 1907, após imigrar para o Brasil.

A despeito de tal posicionamento e do idioma oficial da escola ser o alemão, a direção da *Deutsche Hilfsvereinschule* proferia discursos denotando preocupação com o aprendizado e o domínio da língua portuguesa pelos seus alunos. Nos documentos, consta que a escola deveria preparar os meninos para assumir uma "profissão manual ou se dedicar à atividade comercial", e, para tal, era essencial a compressão de ambos os idiomas (alemão e português). Ainda, deveriam constar, no currículo, as matérias "leitura, as quatro operações, escrever, Ensino Prático, Canto, Desenho, Geografia, História Universal, História Natural, Alemão, Português, Francês, Inglês, Geometria, Física, Literatura, Ginástica" (TELLES, 1974, p. 50). Logo, pondera-se que o ensino da ginástica estava previsto enquanto disciplina curricular, mesmo antes da fundação da escola.

Naquilo que diz respeito à formação dos meninos na *Deutsche Hilfsvereinschule,* esta deveria ser direcionada "para a carreira comercial ou industrial" (TELLES, 1974, p. 76). Esse discurso foi também localizado em notas e disposições acerca de escolas em Pelotas/RS (ASSMANN, 2019). Além disso, aos "filhos de alemães natos" seriam entregues certificados para o serviço militar no exército alemão. Ainda, estudantes da instituição eram enviados a Alemanha a fim de cursarem escolas superiores de comércio. A *Deutsche Hilfsvereinschule* contava com o apoio do cônsul alemão e da impressa local, como *Koseritz' Deutsche Zeitung*, que auxiliavam na sua divulgação para a comunidade.

No currículo da *Deutsche Hilfsvereinschule*, a disciplina de ginástica foi incluída somente em 1901, ministrada pelo professor Herrmann Englert, nas instalações do *Turnerbund,* sendo sua prática dependente da liberação dos pais dos estudantes. Registrou-se que, em decorrência da baixa adesão nas aulas de ginástica "a direção do *Turnerbund* solicitou ao Conselho Escolar reforçar a participação dos estudantes, o que foi feito através da obrigatoriedade das aulas de ginástica, ministradas, então, conjuntamente, por um professor do *Turnerbund* e da *Hilfsvereinschule*" (TELLES, 1974, p. 74). Além de tornar obrigatória a frequência às aulas, os estudantes seriam avaliados por meio de um exame de ginástica, após a conclusão do semestre.[7]

7 Os exames de ginástica também eram realizados em escolas de Santa Cruz do Sul (ASSMANN, 2019).

Logo, a ginástica parece ter sido compreendida como disciplina, com período e exame final específico, em contraponto às evidências encontradas por Lyra, Begossi e Mazo (2016), acerca das instituições escolares públicas. Segundo as autoras (2016), apesar da *Gymnastica* constar nos currículos, tanto dos colégios distritais quanto das escolas elementares, em acordo com o Decreto Estadual n. 89 de 1897, tal disciplina parece ter figurado como elemento de caráter assistencial para as demais disciplinas "sérias". Nas instituições públicas, portanto, a ginástica, neste período, era considerada um "exercício para o descanso", realizado no intervalo entre as demais disciplinas (LYRA; BEGOSSI; MAZO, 2016, p. 230).

A disciplina de ginástica oferecida para os estudantes da *Deutsche Hilfsvereinschule* continuou a ocorrer nas dependências do *Turnerbund*, conforme é evidenciado pelos relatórios anuais desta instituição. Em congruência com os escritos de Telles (1974), consta no relatório anual do *Turnerbund* de Porto Alegre, do ano de 1904, a presença de dois *turnlehrer* (professores de ginástica), que acompanhavam a turma de estudantes: "pelo lado do *Turnenbund*, consta o professor de ginástica W. Rösch, enquanto que pelo lado da escola tem-se o professor P. Bürger (KNABENTURNEN, 1905, p. 14). William Rösch era *vorturner* (monitor) formado na segunda turma do curso de monitores do *Turnerbund*.

A ginástica destinada aos meninos era denominada, em alemão, de *knabenturnen* (ginástica para meninos). Não foi possível identificar a idade dos meninos que frequentaram as aulas, no ano de 1904, mas, segundo a tabela apresentada no relatório do *Turnerbund*, as aulas eram compostas, em média, por 104 estudantes, a cada período. Os indícios encontrados levam a crer que as aulas de ginástica, diferentemente das demais disciplinas escolares da *Deutsche Hilfsvereinschule*, ocorriam de forma multisseriada, ou seja, não havia, neste momento, a distribuição dos estudantes por séries, nesta disciplina.

No relatório anual do *Turnerbund*, datado de 1904, também é relatada a preocupação, por parte dos professores, acerca da frequência dos estudantes nos "horários privados" das aulas de ginástica, as quais aconteciam às quartas-feiras e aos sábados, no turno da tarde. Ressalta-se que as aulas de ginástica não compunham os horários escolares habituais, tendo em vista que ocorriam nos turnos livres da escola. As aulas das demais disciplinas na *Hilfsvereinschule*, segundo Telles (1974), aconteciam todos os dias, a partir das oito horas, pela manhã, e das 14 horas, no turno da tarde, com exceção das quartas-feiras e dos sábados à tarde.

Consta, no relatório que, por insatisfação dos estudantes com o horário estipulado (quartas-feiras e sábados das 15h às 17h), muitos pais

solicitavam licença para os filhos não as frequentarem, apesar da obrigatoriedade da prática. Diante dessa situação, a instituição considerou a possibilidade de "alteração dos dias e horários da ginástica para outros mais adequados" (KNABENTURNEN, 1905, p. 14). A alusão aos "horários privados" sugere que, a despeito da condição de obrigatoriedade estipulada pela escola, os horários de ginástica estruturavam-se de forma independente, e, possivelmente, com cobrança de taxa.

Até então, as aulas de ginástica visavam apenas à educação dos meninos. No ano de 1904, a *Hilfsvereinschule* passou a se dedicar também à educação de meninas: a *mädchenschule* (TELLES, 1974). De acordo com o relatório anual do *Turnerbund*, relativo ao ano de 1905, as meninas obtiveram espaço na prática da ginástica (TURN-BERICHT, 1906).

1.1 As meninas conquistam espaço nas aulas de ginástica

No ano de 1905, foi implantado no *Turnerbund* um departamento para as meninas, denominado *mädchenabteilung*, cujo professor responsável era Georg Black. Lembremos que já havia o departamento específico dos meninos sob a responsabilidade de Georg Black (MAZO; ASSMANN, 2022). Cabe salientar, ainda, que a proposta para a prática da ginástica tanto para meninos quanto para as meninas partiu do *Turnerbund* e foi aceita pelo diretor da *Hilfsvereinschule*, "após um pouco de hesitação", concedendo subsídio de 50$000 para remuneração do professor de ginástica (JAHRES-BERICHT, 1907, p. 4).

Quitzau (2019, p. 6) afirma que "independentemente de terem uma conexão com as escolas alemãs locais, estas associações [de ginástica] mantinham departamentos específicos para jovens e crianças, geralmente divididos entre meninos e meninas". Em oposição a tal inferência, Assmann (2019) evidencia, por meio dos indícios históricos analisados, que a manutenção de departamentos de meninos e meninas, em sociedades de ginástica do Rio Grande do Sul, mantinha forte relação de interdependência com instituições escolares locais. Em Santa Cruz do Sul, por exemplo, o Departamento de Damas foi criado em 1910, e, além da prática da ginástica em exercícios livres, o jogo *tamburinball* foi apontado por Assmann (2015) como uma prática do referido departamento *do Turnverein* de Santa Cruz. O jogo *tamburinball* também era praticado na *Synodal Schule* (atual Colégio Mauá), como meio de promover a saúde da "juventude feminina". Logo, tal público, constituía-se de meninas que frequentavam a referida escola.

Segundo Pfister (2011, p. 54), no território alemão, nos liceus femininos, o *turnen* "tornou-se obrigatório apenas em 1894; nas escolas primárias

femininas, apenas após a Primeira Guerra Mundial. Assim mesmo, muitas escolas, principalmente as escolas superiores privadas [lê-se escolas secundárias], incluíam relativamente cedo o *Turnen* em seu currículo". No relato em favor da prática do *turnen* por mulheres casadas[8] no *Turnerbund*, a redatora, uma mulher teuto-brasileira, provavelmente nascida na Alemanha, conta que "enquanto criança na escola participava anualmente de um curso de *Turnen*", do qual ela sentia uma "silenciosa saudade" (IST VERHEIRATETEN FRAUEN..., 1907, p. 28).

No entanto, o *mädchenturnen* (ginástica para meninas) era muito criticado por médicos, que argumentavam contra a prática, alegando danos à saúde não condizentes com a estrutura corporal feminina. "Os pais temiam que exercícios 'obscenos' acarretassem deformações físicas", especialmente os exercícios que utilizavam os aparelhos (PFISTER, 2011, p. 55). As apresentações em escolas, na Alemanha, por exemplo, ocorriam a portas fechadas, e somente para convidados(as). Deste modo, a atenção para que o corpo continuasse com aspecto e gesto delicado era, muitas vezes, o que estabelecia fronteiras entre as práticas indicadas e recomendadas às mulheres. Estas deveriam buscar a harmonia e a graça dos movimentos (BEGOSSI; MAZO, 2015). A respeito da participação das meninas nas aulas de ginástica em escolas brasileiras, Marinho (1980) registrara a resistência, e até rejeição, por parte delas e seus pais em escolas públicas do Rio de Janeiro e no norte do país, no final do século XIX.

A despeito das prováveis objeções e resistências no balanceamento das tensões, o grupo favorável à participação das meninas na prática da ginástica mostrou-se mais forte na relação de distribuição de poder. Após acordo firmado com a *Deutsche Hilfsvereinschule*, "no dia três de maio de 1905 foi iniciada a educação das meninas no *Turnerbund*", segundo Pimentel (1945, p. 171). Cabe salientar, que às meninas era cedido espaço na ginástica no mesmo período em que as mulheres iniciam a prática no *Turnerbund*.

Com a incorporação do grupo de meninas, foi institucionalizado, em 1907, um novo departamento que agregava ambos – meninos (*knaben*) e meninas (*mädchen*) – cuja nova denominação era *schüler-turnen* ou ginástica dos escolares (SCHÜLERTURNEN, 1908, p. 16). Distinto do formato encontrado em 1904, percebe-se que o(a)s estudantes, separados entre meninos e meninas, foram subdivididos em três sessões, de acordo com a idade (6 a 8 anos; 8 a 10 anos; 10 a 15 anos), e a classe escolar (1ª e 2ª classes; 3ª e 4ª classes; 5ª, 6ª, 7ª e 8ª classes), em dias (segunda a sábado) e horários específicos (das 11h às 12h e das 16h às 17h). Cada turma realizava dois períodos de aula por

8 As sessões de ginástica para mulheres no *Turnenbund* eram divididas em duas categorias: casadas e solteiras (BEGOSSI; MAZO, 2015).

semana (TURN-BERICHT, 1907, p. 16-17).

Nota-se diferenças com relação ao número de três sessões para os meninos e duas para as meninas, assim como na média de frequência, sendo a das meninas inferior à dos meninos. Além disso, o número de estudantes por período diminuiu, mas mesmo assim a quantidade era expressiva. Observa-se, ainda, que nas classes mais avançadas o número de meninas era reduzido, quando comparado às classes iniciais. Não foram localizadas nas fontes acessadas informações sobre os motivos que ocasionaram a redução do número de estudantes. Entretanto, Quitzau (2019) identificou que em anos anteriores houve uma queda geral na frequência dos associados nas sessões de ginástica, ponderando que um motivo foi a migração dos sócios para clubes esportivos.

Em 1907, frequentava a escola um total de 151 meninas e 217 meninos (TELLES, 1974). Tendo em vista os dados supracitados, podemos calcular que, aproximadamente 66% dos meninos que frequentavam a *Hilfsvereinschule* participavam das aulas de ginástica. Enquanto entre as meninas a percentagem aproximava-se de 54%. Cabe mencionar que, neste período, conforme o referido autor (1974), cerca de 20% dos estudantes da escola se identificavam como luso e ítalo-brasileiros. É possível que este(a)s estudantes não tivessem a mesma frequência nas aulas de ginástica no *Turnerbund*, se comparado aos e às estudantes teuto-brasileiro(a)s.

Embora tendo formato diferenciado, com a participação de mais de uma classe por turno, podemos pensar que quando a ginástica também passa a atender o(a)s estudantes por sessões, e não mais de forma multisseriada, e classificados a partir da idade e da série escolar, a prática adquire uma posição hierárquica mais próxima das demais disciplinas oferecidas pela *Hilfsvereinschule*. E, segundo os dados apresentados por Telles (1974), parece que a ginástica foi incorporada nos horários escolares, ou, no período diretamente posterior ao turno escolar, propiciando a participação, e, portanto, a adesão do(a)s estudantes à prática. Ressaltamos que o *Turnerbund*, onde eram realizadas as sessões de ginástica, situava-se na mesma rua da *Hilfsvereinschule*, facilitando o deslocamento entre as instituições.

As sessões e a preocupação com dias e horários específicos, estipulados por idade e sexo, possivelmente, foi um formato incrementado pelo professor de ginástica (*turnlehrer*), a quem são proferidos muitos elogios, no decorrer de documentos consultados. A gestão de tais grupos era compartilhada pela *Deutsche Hilfsvereinschule* e pelo *Turnerbund*, sendo dirigidos pela "gestão especializada" do professor de ginástica Georg Black (JAHRES--BERICHT, 1907, p. 8). A este professor é atribuído o mérito de elevar o significado da ginástica junto aos estudantes. Chamou atenção o fato de que,

apesar de Georg Black ser referido como professor do *Turnerbund*, encontrava-se presente, em fotografia datada do ano de 1912, entre os professores da *Hilfsvereinschule*. Tal evidência aponta para uma possível atuação, também, como professor da escola.

Quanto à ginástica presente na *Hilfsvereinschule* consta, em relatório do *Turnerbund*, que "pelo lado da escola, são apreciados os valores de saúde/higiene e pedagógicos do *Turnen*" (KNABENTURNEN, 1907, p. 15). Tal proposição é seguida de uma defesa pela prática da ginástica, diante das incertezas e da interferência dos pais. De acordo com o relatório do ano de 1907, os pais dispensavam seus filho(a)s das aulas, ou contratavam aulas pagas, privadas, com receio de que a prática da ginástica pudesse causar danos para suas "delicadas crianças". Além de evidenciar que, nesse momento, as aulas de ginástica do(a)s estudantes já "não eram pagas", o texto argumentava a favor da prática, afirmando que a ginástica era justamente adequada para os "fraquinhos". A prática iria "endireitar" o "corpo doente", devido aos longos períodos sentados, para sua forma "natural", e, com isso, os "fraquinhos" iriam desenvolver um corpo saudável. Alegava, também, que os preceitos de saúde e higiene seriam ainda mais relevantes quando se tratava da prática pelas meninas (KNABENTURNEN, 1907, p. 15).

Outra preocupação que mereceu destaque foi a baixa frequência dos estudantes nas aulas de ginástica, nos meses de verão. No relatório datado do ano de 1904, consta que, em relação ao ano anterior, 1903, o grupo de estudantes do departamento denominado *knabenturnen* teria sofrido uma redução média em sua frequência anual (JAHRES-BERICHT..., 1905, p. 7). Quando analisamos a tabela de frequência (KNABENTURNEN, 1905, p. 14), percebemos que tal média teve uma queda devido à redução da frequência no mês de janeiro. Esta alteração pode estar associada às altas temperaturas dos meses de verão, pois o intenso calor dificultava a continuidade das aulas de ginástica.[9]

Segundo Telles (1974), nos meses de janeiro e fevereiro[10], as aulas da *Hilfsvereinschule* iniciavam mais cedo, às sete horas da manhã, e quando a temperatura se apresentava acima de 24 graus as aulas eram imediatamente suspensas. Nos meses supramencionados, as aulas só ocorreriam nas "tardes frescas". Tal situação é evidenciada, também, nos anos que seguem. Consta, no relatório de 1907, a preocupação com a participação das crianças nas aulas de ginástica, nas tardes livres da escola, especialmente nos meses de verão. Contudo, salienta que o professor Georg Black, "com

9 Em Santa Cruz do Sul as aulas no *Tunrverein* eram, por vezes, paralisadas, nos meses de verão (TURN-VEREIN..., 1 dez., 1900).

10 Não encontramos o período destinado às férias letivas do(a)s estudantes.

seu satisfatório método de ensino", não teve perdas (SCHÜLERTURNEN, 1908, p. 6-7). Naquilo que concerne às meninas, explicita que, devido ao grande calor das tardes de verão, ou aos dias tempestivos de inverno, elas "precisavam", muitas vezes, ficar em casa, e faltar às sessões de ginástica (KNABENTURNEN, 1907, p. 15). Uma medida que parece ter relação com o acima exposto é a introdução de horários específicos de ginástica, oferecida em dois dias da semana, sendo uma hora para cada período, tanto para os meninos quanto para as meninas, nos meses de inverno e de verão, a partir de 1908 (SCHÜLERTURNEN, 1908, p. 16).

Observa-se que as aulas aos sábados não eram mais contempladas no programa escolar. Consta que de um total de 310 estudantes, compareceram nas aulas de ginástica uma média de 234,80 estudantes, ou seja, 71% do total. Considerando-se que as aulas tinham caráter obrigatório, o percentual de estudantes que frequentavam regularmente a ginástica é um tanto baixo, contudo, apresenta-se mais elevado que no ano anterior. Dentre os possíveis motivos para estes números, citam-se as posições dos pais, e, possivelmente, a compreensão da ginástica como desnecessária, conforme fontes acessadas.

Mesmo compondo o currículo obrigatório, a ginástica parece assumir uma posição complementar e não essencial, por parte dos responsáveis pelas crianças. Isso é evidenciado na postura dos pais que dispensavam o(a) s filho(a)s das aulas desta prática. É provável que os responsáveis, com tais atitudes, compreendessem que outras tarefas – em casa, na roça, no comércio – eram mais importantes que as aulas de ginástica. Uma citação do jornal *Deutsche Post*, de 1909, transcrita por Dagmar Meyer (2000), indica que a escolarização nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul era precária, uma vez que os pais não queriam pagar pelas instituições privadas, ou consideravam que a mão de obra proveniente dos filhos era mais importante que a frequência escolar.

Acerca das preocupações com os problemas relativos às altas temperaturas do verão, são anunciados "como novidade", "banhos na ginástica, no próximo ano, no balneário do *Turnerbund*, durante os meses mais quentes" (KNABENTURNEN, 1907, p. 15). O período destinado à ginástica seria dividido em meio período para a prática de exercícios e meio para o banho. O texto termina salientando que "tal medida despertou evidente satisfação entre pais e alunos" (KNABENTURNEN, 1907, p. 15). Não fica claro se tal medida está associada, também, às meninas, mas a elas foi oportunizada a prática da natação no ano seguinte.

A introdução da natação como parte do aprendizado das crianças e jovens no *Turnerbund* é atribuída a Georg Black: "com a colocação de um

professor de ginástica nos foi dada a possibilidade de introduzir atividades aquáticas ao Grupo de Meninos, sob a vista do Sr. Black" (BERICHT DER BADEANSTALT, 1907, p. 19). Suas habilidades para com o ensino da natação são reiteradas, como forma de produzir um sentimento de confiança frente aos pais para com esta prática: "com as habilidades de conceder as aulas de natação pelo Sr. Black, os pais encontram maior confiança nessa aula e mandam mais seus filhos no início do ano para o aprendizado da bonita arte de nadar" (BERICHT DER BADEANSTALT, 1907, p. 19). Registramos que a participação dos meninos nas aulas de natação, na referida temporada, foi numerosa e, portanto, tal modelo seria adotado como parte do cronograma da *Hilfsvereinschule*, nos próximos meses de verão. As aulas aconteciam na *badeanstalt*, um lugar para banhar-se (ideia de piscina), em 1885, no Rio Guaíba (MAZO, 2003).

A participação nas aulas de natação oferecidas pelo professor Georg Black, no ano de 1908, contou com o total de 22 meninos e 13 meninas, sendo que destes, 10 meninos e seis meninas já nadavam livremente (BERICHT..., 1909). Segundo Rocha e Waskow (2017, p. 24), "havia uma diferenciação entre os frequentadores: os iniciantes deveriam vestir calções brancos; os já experientes utilizavam um calção branco com uma faixa vermelha na lateral". Os uniformes eram dados aos associados no ato da inscrição. Apesar da melhora quantitativa de estudantes nas aulas de natação, especialmente entre as meninas, o relatório refere que "ainda são poucos, contudo, os que reconhecem o valor dessa útil prática" (BERICHT..., 1909, p. 15). Os "frequentes acidentes por afogamento" no Rio Guaíba, eram um argumento utilizado para convencer os pais quanto à necessidade da aprendizagem da natação.

As aulas de natação são relembradas pelo ex-aluno Rudolf Falk, que frequentou a escola na segunda década do século XX (TELLES, 1974, p. 95). Segundo Rudolf Falk, no verão, as aulas de "educação física", como passaram a ser chamadas as aulas de ginástica, foram "substituídas por natação e desportos aquáticos". No seu relato, a ginástica é sinônimo de educação física, em distinção às práticas esportivas. Além das aulas, os meninos também participavam de competições, na época designadas torneio de natação, como sucedeu em fevereiro de 1910, em distintas modalidades: *dauerschwimmen* 500m (nado longo de 500m), *schnellschwimmen* 100m (nado rápido de 100m) e *springen* (saltos), sendo campeões, respectivamente, Paul Ritter, com 12 minutos e 50 segundos, Oskar Bins, com 3 minutos 62 segundos, e, no salto, Paul Ritter e Arno Trommer (WETTSCHWIMMEN, 1911, p. 5-6). Diferenças entre as práticas esportivas, como a natação, por exemplo, e a ginástica, são notórias, pois as aulas de ginástica eram regradas pela máxima da disciplina, rigor das atitudes e dos movimentos. Rudolf Falk, em

entrevista para Telles (1974, p. 94), assinalou que o "regulamento da escola era muito severo; reinava uma disciplina férrea".

Até o ano de 1907, apenas os alunos da *Hilfsvereinschule* eram contemplados com as aulas de ginástica no *Turnerbund*. Todavia, neste ano foi realizado um acordo com a direção da *St. Josephschule*, a fim de que os estudantes desta instituição tomassem parte nas aulas de ginástica (PIMENTEL, 1945, p. 171). No ano seguinte, o professor Georg Black também assumiu o controle das aulas de ginástica da *St. Josephschule*, escola que, assim como a *Hilfsvereinschule*, cedeu a *turnhalle* [sala de ginástica] e aparelhos ginásticos. O relatório cita que, a partir de então, "toda a ginástica dos jovens alunos alemães de Porto Alegre, com exceção da periferia, está nas mãos do *Turnerbund*, através dos seus aprovados professores de ginástica" (SCHÜLERTURNEN, 1908, p. 6-7). Ao encontro de tal assertiva, Pimentel (1945, p. 171) destaca que "desde aí a educação física de alunos de algumas escolas da cidade ficou intimamente ligada com as atividades do *Turnerbund*".

2 Ginástica para os estudantes da *Josephschule*

A *St. Josephschule* (Escola São José)[11] foi fundada em 1904, pela comunidade São José, que "se viu forçada a fundar uma escola comunitária própria, a fim de poder oferecer ensino alemão para as novas gerações" (AMSTAD, 2005, p. 482). Esta instituição era mantida pela comunidade católica, enquanto a *Hilfsvereinschule* mantinha estreita relação com a comunidade evangélica, e seus membros faziam parte desta confissão religiosa (AMSTAD, 2005). Entretanto, a *Hilfsvereinschule* se colocava como laica, no princípio, e a partir do século XX apresenta-se como interconfessional. Dentre os sócios fundadores da *Hilfsvereinschule*, em 1858, cinco eram *brummer*[12],e, pertinente a este contingente de sócios, a instituição prezava pela laicidade da educação. Segundo Bohnen e Ullmann (1989), vários *brummer* eram favoráveis à aconfessionalidade, ao positivismo liberal e maçônico, gerando conflitos e lutas de representação com as instituições posicionadas religiosamente. Para Tesche (2011, p. 93) os *brummer,* "como liberais, na vida asso-

11 Quanto à sua localização, assim como a *Hilfsvereinschule* e o *Turnenbund*, estava situada na Rua São Rafael, hoje Rua Alberto Bins, no Bairro Centro de Porto Alegre.

12 *Brummer* é a denominação dada aos ex-combatentes que lutaram na guerra contra a Dinamarca pela libertação dos ducados de Schleswig e Holstein, na Alemanha, em 1848 e 1849. Após o término do embate, foram contratados para atuar ao lado do Brasil, na Guerra contra Rosas, da Argentina. Assim, em 1851, chegou ao Brasil um contingente de 1.800 mercenários. Depois de quatro anos de serviço, e terminada a campanha contra Rosas, foram desincorporados, e receberam lotes nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, conforme o acordado em contrato (TESCHE, 2013).

ciativa propugnavam pela aconfessionalidade das associações, atuando nelas e por meio delas com o objetivo, juntamente com os colonos, e também entre eles, de preservar o *Deutschtum* – germanismo". Cabe anotar que o posicionamento laico da *Hilfsvereinschule*, contudo, não foi aceito sem represálias e resistências.

No início do século XX, com a redação de novo estatuto (1901), por Jacob Aloys Friederichs, João Pretzel e J. F. Krahe, a *Hilfsvereinschule* colocou-se como interconfessional, segundo tradução de Telles (1974, p. 76): "a escola de meninos do *Hilfsverein* é interconfessional, isto é, ela ensina aos meninos a História Bíblica e os ensinamentos morais cristãos". Dentre os três revisores do estatuto, um nome chama atenção, Jacob Aloys Friederichs, o líder do *Turnerbund*, e indivíduo com posição central e socialmente reconhecida na figuração do *turnen* no Rio Grande do Sul. Nesta figuração, também, estava seu irmão Michael Friederichs, que foi tesoureiro do *Hilfsverein*, entre 1899 e 1904. Contudo, a liderança de Aloys Friederichs estendia-se para outras instituições, ocupando a posição de membro da comunidade de alemães católicos e da diretoria da *St. Josefsgemeinde* (SILVA, 2005).

A inserção dos estudantes da *Josephschule* nas aulas de ginástica no *Turnerbund*, certamente, foi fomentada por Aloys Friederichs. As evidências sugerem que para Aloys Friederichs, no *Turnerbund*, o fio que conectava as redes estava baseado, de forma primordial, nas relações consanguíneas enquanto nação alemã e no compartilhamento de representações culturais de germanidade, e as ligações religiosas não tinham a mesma proporção na escala de valores. Cabe esclarecer que a *Josephschule*, até o ano de 1914, ocupava-se com "o ensino para crianças e jovens do sexo masculino e a educação das meninas era orientada pela Escola de Maria [*Marienschule*]" (AMSTAD, 2005, p. 482). Então, apenas os meninos participavam das aulas de ginástica no *Turnerbund*.

Os horários das aulas de ginástica no *Turnerbund* eram estabelecidos em comum acordo entre o *Turnerbund* e as escolas. No decorrer dos anos, as aulas da *Hilfsvereinschule* permaneceram no mesmo formato exposto anteriormente, separadas por classes e sexo, e por períodos de verão e inverno. As aulas de ginástica da *Josephschule* seguiam o mesmo padrão de idade, para divisão das sessões, mas as aulas eram ministradas em apenas um período semanal, pelas manhãs, e sem diferenças entre os meses de verão e inverno (TURNPLAN, 1909, p. 13). Tais aulas eram realizadas das 10h às 11 horas da manhã, contudo não foram encontradas informações acerca do horário regular da escola.

Para além dos exercícios de ginástica, as crianças e os jovens participavam de outras atividades sociais e culturais no *Turnerbund*, como o *kin-*

derfest (festa das crianças), realizado em parceria com a escola (JAHRES-BERICHT, 1908). Após muitos anos, aos meninos foi permitida a participação nas atividades do programa noturno da *Jahnfeier* (festa de Jahn). Por outro lado, as meninas participavam da festa de aniversário do Departamento de Damas, através de uma ciranda de flores, e junto à festa de Natal, através de uma ciranda com bola (*ballreigen*) (JAHRES-BERICHT, 1907, p. 8). Festividades escolares também aconteciam no *Turnerbund*, e com a apresentação de exercícios de ginástica. Dentre os indícios garimpados, encontramos os programas das festividades de encerramento do ano escolar da *Hilfsvereinschule,* de 1922, e da *St. Josephschule e da Marienschule,* de 1928. Segundo relato de ex-aluno, que estudou na *Hilfsvereinschule* entre 1912 e 1919, tais eventos ocorriam sempre no final de ano no *Turnerbund*.

O evento da *St. Josephschule e da Marienschule* contou, segundo consta no programa, com canções, poemas e exercícios de ginástica de meninos e meninas. Houve a participação das meninas da *Marienschule,* na prática da ginástica, mas também com a apresentação de *volkstanz* (dança folclórica), ao som de um piano, e uma *keulenreigen* (ciranda com "maças"), acompanhadas do mesmo instrumento, e com a mesma instrumentista, senhorita M. Möller, no final da década de 1920. Danças e cirandas eram movimentos apropriados para as "filhas da burguesia" alemã local, pois atendiam aos códigos de comportamento da "boa sociedade". Interessa destacar que para os meninos o texto não especifica os movimentos. Logo, parece importante destacar e mostrar ao público as atividades que seriam desenvolvidas pelas meninas.

No mesmo programa, está registrado o "Hymno Patriótico", que seria proferido por João Sartori, no início do evento, e o "Hymno Nacional", ao final do dia. A distinção entre as nomenclaturas sugere que um se refere ao hino brasileiro e outro ao hino alemão, respectivamente. Embora não apresente especificidades, à exceção das aqui descritas, sugerimos que o "Hymno Patriótico" concerne ao Brasil, pois seria articulado por uma pessoa em particular. Talvez, os demais presentes não tinham conhecimento ou não saberiam expressá-lo. Nota-se que, desde 1917, devido às medidas nacionalizadoras, o "hino patriótico" tornou-se obrigatório nas escolas (SEYFERTH, 2017). E, quanto ao "Hymno Nacional", além de encerrar o evento, não existe qualquer particularidade, sugerindo ser um cântico comum aos envolvidos na festividade, ou seja, a comunidade teuto-brasileira (SCHLUSSFEIER..., 20 dez. 1928).

Acerca da solenidade de encerramento da *Hilfsvereinschule,* o programa projeta, dentre marchas, danças e canções, a execução de uma pirâmide, composta pelos estudantes. Ainda, no programa anota-se a atividade

de despedida dos estudantes da classe superior (*oberklasse*) e a entrega dos *Schillerpreise* (SCHULEN..., 19 dez. 1922). Os *Schillerpreise* eram uma premiação que foi concebida, no ano de 1905, pela *Hilfsvereinschule* e pelo *Turnerbund* com o intuito de rememorar o centenário da morte de Friederich Schiller.[13] A retomada da memória deste personagem tinha como principal função "o fomento da cultura espiritual alemã, em especial, o cultivo do idealismo alemão, na interpretação do grande poeta" (TELLES, 1974, p. 89). A premiação, *Schillerpreise*, perdurou nas festividades da *Hilfsvereinschule* por muitos anos, sendo, inclusive, mantida nos anos que transcorreram durante a I Guerra Mundial (1914-1918), quando a instituição e suas atividades foram abaladas em decorrência das adversidades e hostilidades do período. A exaltação a Schiller sugere códigos de sentimento atrelados à nacionalidade alemã.

A *Hilfsvereinschule* é apresentada por seus líderes como instituição de "sólida formação alemã", que segue os "princípios da pedagogia alemã", uma "*gesunde deutsche Pädagogik*" (saudável pedagogia alemã) (TELLES, 1974, p. 75). Nos objetivos da escola, segundo o estatuto de 1901, lê-se que a instrução seria dirigida "segundo os paradigmas alemães, contudo acatando totalmente as condições locais", a fim de "desenvolver as forças morais da juventude" (TELLES, 1974, p. 76). Este discurso é condizente com os preceitos apregoados pelo personagem líder do *Turnerbund*, também redator de tal documento, Jacob Aloys Friederichs e pelo professor Georg Black.

Além das festividades, os meninos também realizavam excursões: "ia-se a pé até Berto Círio, Belém Velho, Tristeza, com a mochila nas costas, e de calças curtas. Durante a marcha, cantava-se muitas canções folclóricas" (TELLES, 1974, p. 80). Passeios semelhantes eram realizados pelo grupo de escoteiros do *Turnerbund*, liderados por Georg Black, o qual era composto por meninos majoritariamente alunos da *Hilfsvereinschule*. Na engrenagem entre o escotismo e as escolas, Georg Black assumia uma posição de poder que o situava como líder nas relações sociais interdependentes, naquilo que concerne à ginástica, especialmente, em escolas.

Não obstante, a pregação pela ordem e disciplina, algumas passagens transcritas por Telles (1974) acerca do processo de ensino e aprendizagem da *Hilfsvereinschule* indicam que os meninos também se rebelavam contra a rigidez empregada pelos professores. Segundo Telles (1974, p. 84), o professor Rösch, responsável pelas aulas de ginástica pelo lado da escola,

13 Johann Christoph Friedrich von Schiller (*1759 +1805) foi um poeta alemão caracterizado, por Elias (1997, p. 111), como intelectual de um período em que "os ideais de igualdade e de humanidade [...] eram centrais no código da burguesia alemã ascendente". E o conceito de cultura era "um símbolo de autoconsciência e autoestima da classe média" (ELIAS, 1997, p. 111).

em 1904, "se queixava da indisciplina reinante" na instituição. Outra passagem registra que, alegando desobediência por parte de um estudante, o professor Köhling, espancou "barbaramente" um aluno, no campo de jogos (TELLES, 1974, p. 83). A postura do professor foi reprimida, os castigos corporais proibidos e ele se afastou da *Hilfsvereinschule*, após o incidente.

A formação de jovens conscientes de sua posição social era uma preocupação. Sendo assim, foi oportunizado, em 1910, aos meninos das classes superiores de ambas as escolas, *Hilfsvereinschule* e *St. Josephschule*, que praticavam ginástica no *Turnerbund* participar de uma *riege* (grupo de ginástica), com um período semanal de estudos para *vorturner* (monitor de ginástica). Segundo o relato acerca de tal arranjo, esta formação visava educar "os jovens ginastas desde cedo para tomar decisões e lidar com as situações de forma independente, como se eles também dessem ordens e a se submeter livremente e alegremente a aprender com os seus camaradas"[14] (SCHRÖTER; BLACK, 1911, p. 13).

Tomar decisões, obedecer às normas sociais impostas – e impor obediência aos demais –, disciplinar as condutas, controlar os instintos, assumir determinadas atitudes, portar-se de forma específica, são alguns códigos de comportamento que deveriam ser incorporados ao *habitus* desses meninos, que pertenciam à "boa sociedade". Um conjunto de "normas e valores, cujos mandamentos são obrigatórios para os indivíduos" (ELIAS, 1997, p. 85), particulares a essa figuração. Tal conjunto representava esse grupo, e o distinguia de outros; logo, eram necessários à manutenção de sua posição, no entrelaçamento social.

O *Turnerbund*, a *Josephschule* e a *Hilfsvereinschule* mantinham relações muito próximas, conformando instituições com posição de poder na "boa sociedade". Além das aulas de ginásticas oferecidas aos estudantes, as instituições partilhavam de associados e dirigentes em comum, bem como, ajudavam-se mutuamente, com montantes financeiros. Destaca-se, conforme Silva (2005), que dentre os 25 sócios fundadores do *Turnerbund*, 11 membros também estavam vinculados ao *Deutscher-Hilfsverein* (Associação Beneficiente Alemã).

Naquilo que concerne à ajuda mútua entre as instituições, montantes em dinheiro eram doados e emprestados pelo *Turnerbund* à *Hilsfsvereinschule*, com vistas a diferentes fins, como a construção do ginásio para a prática de ginástica. Nos relatórios anuais (1907 a 1914) do *Turnerbund* são encontrados valores repassados entre as instituições, com débitos, créditos

14 "*[…] die jungen Turner frühzeitig zu entschlossenem und selbständigem Handeln, wie sie sich aber auch einem gegebenen Befehle und sei er vom eigenen Kamaraden aus, freiwillig und freudig zu unterwerfen lernen*".

e parcelas transferidas. Além disso, de 1907 a 1912, esta instituição partilhava do mesmo tesoureiro da escola, Rudolf Deppermann[15], que era pai de Arno e Hugo Deppermann. Arno e Hugo Deppermann eram primos e vizinhos de Carlos Arnt, sócios fundadores do clube de remo chamado *Ruderverein Freundschaft* (Sociedade de Remo Amizade), fundado em 1906, em Porto Alegre; atual Grêmio Náutico União (GNU) (MAZO, 2003). Os três meninos frequentavam as aulas na *Hilfsvereinschule*, e, na juventude, fundaram o clube de remo.

O professor da *Hilfsvereinschule* e do *Turnerbund* Georg Black realizou uma "viagem de estudos" de seis semanas à Alemanha, partindo no dia 30 de janeiro de 1913, conforme relatório de 1912 do *Turnerbund* (JAHRES-BERICHT, 1913). Na sua ausência, a programação do *schülerturnen* não seria alterada, ficando sob a responsabilidade de Max Heiser, *vorturner* no *Turnerbund*, e diretor da *zöglingsriege* (turma de iniciantes). De acordo com o relatório de 1913 (JAHRES-BERICHT, 1914, p. 3), Georg Black utilizou o tempo na Alemanha para atualizar seus conhecimentos na *turnerschaft* alemã, onde participou da "especial" 12º *Turnfest* (12º Festa de Ginástica), em Leipzig (UNSER TURNBETRIEB, 1914, p. 4).

No retorno da Alemanha, assim como Aloys Friederichs já fazia, Georg Black dedicou-se a escrever sobre suas ideias e conhecimentos acerca da ginástica. Atuou como redator chefe dos *Deutsche Turnblätter* (Folhas de Ginástica Alemã), publicados pelo *Turnerbund*, desde 1916, e produziu textos sobre a *moderne leichtatletik* (atletismo moderno) (MAZO; LYRA, 2010). Provavelmente, este assunto foi enfatizado por Georg Black após a citada visita de estudo à Alemanha, onde também participou de competições de *leichtathletik* (atletismo) (JAHRES-BERICHT, 1914, p. 3).

A fim de propagar a ginástica no interior do estado, Georg Black organizou um curso intensivo de três semanas, em Porto Alegre, na década de 1920 (WIESER; LEITE, 2005). Tal indício sugere que o professor de ginástica fomentava o processo ensino-aprendizagem da referida prática nas escolas em que atuou.[16] Também, ministrou aulas em escolas de "língua nacional", como consta no excerto abaixo, escrito pelo presidente do grupo central na "boa sociedade" do *turnen*, no Rio Grande do Sul (FRIEDERICHS, 1911, p. 8):

15 Em 1912, Rudolf Deppermann deixou o cargo de tesoureiro, para tornar-se vice-presidente da *Hilfsvereinschule*.

16 a) Porto Alegre: Ginásio Júlio de Castilhos, Ginásio Bom Conselho, Ginásio Rosário, Instituto Parobé, Seminário Evangélico de Professores, Colégio Anchieta, Colégio Farroupilha, Colégio Santa Maria, Colégio São José; b) São Leopoldo: São José, Seminário Protestante, Sínodo Rio Grandense (MAZO; ASSMANN, 2022).

> Um bonito êxito, conquistado graças ao trabalho de um *Turnlehrer* certificado foi a introdução do nosso *Turnen* alemão em grandes institutos de educação de língua nacional. No "Gymnasio Julio de Castilhos", bem como, no "Instituito Technico Profissional" o professor Black ministrou aulas de *Turnen*, que seguiam o sistema sueco que pode ser considerado inferior ao *Turnen* alemão. Na questão da educação dos jovens agora estamos não só com os estudantes alemães, mas também os luso-brasileiros.[17]

O discurso acima proferido por Aloys Friederichs alude à "inferioridade" de um método ginástico distinto do alemão, o sueco, o qual era defendido por intelectuais do período como método escolar ideal[18] (MARINHO, 1980). Ressalta, a inserção da ginástica por Georg Black em diferentes escolas da capital, Porto Alegre, bem como em localidades próximas, exaltando que a educação para além de estudantes alemães também alcançava os luso-brasileiros. De tal modo, o professor Georg Black, ao circular em diferentes escolas, reforçava o papel da instituição central na propagação da ginástica: a *Turnerbund*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível depreender que o *turnen* fazia parte do currículo escolar, com espaço-tempo determinado para tal. Ressalta-se que, em alguns casos, houve a iniciativa do *Turnerbund*, certamente com aval da escola, para impulsionar a inserção dos saberes relativos ao *turnen* no bojo de disciplinas escolares. A mudança do local da prática, do *Turnerbund* à escola, pode estar associada à necessidade de deslocamento dos alunos, ou a uma disputa interna entre as instituições. Pondera-se que as aulas de ginástica para os meninos no *Turnerbund* congregavam estudantes de apenas uma escola ou de diferentes escolas, podendo, ainda, ter caráter gratuito – como integrante do currículo – ou pago – como aula privada.

17 *"Ein schöner Erfolg, der nur mit der Berufung eines staatlich geprüften Turnlehrers möglich war, und sich in aller Stille vollzog, war die Einführung unseres deutschen Turnens in hiesigen landessprachlichen Lehranstalten. Im 'Gymnasio Julio de Castilhos' sowohl, wie auch im 'Instituto Technico Profissional' wurde Herrn Turnlehrer Black der Turnunterricht* übertragen, *der mit geriger Anlehnung an das schwedische System in seiner Gesamtheit als deustches Turnen angesehen werden kann. Im Punkte Jugenderziehung ergänzen wir mithin nicht allein insere deutschen Schulen, sondern wir haben auch durch unsern Turnlehrer auf luso-brasilianischer Seite Einfluss gewonnen".*

18 Este método ginástico era defendido por políticos e estudiosos da época, por exemplo, Rui Barbosa, sendo apontado como o mais adequado ao ensino escolar, em comparação ao método alemão. Dentre os argumentos, vinculava-se a ginástica alemã com a formação de acrobatas, em detrimento do desenvolvimento harmonioso do organismo (MARINHO, 1980).

Diante das evidências apresentadas, cabe a ressalva que, mesmo utilizando instalações do *Turnerbund*, as escolas ofereceram resistência à imposição de ideias pela referida instituição da capital. A autorização para circular nos espaços e utilizar os equipamentos não significa que a relação entre o *Turnerbund* e as escolas fosse inteiramente harmoniosa. A compreensão dos tensionamentos entre as instituições aponta para a necessidade de consulta em outras fontes, principalmente em idioma alemão, a fim de confrontar com outras acessadas em língua portuguesa. Todavia, alertamos para a dificuldade em localizar documentos históricos em distintos acervos.

REFERÊNCIAS

AMSTAD, Theodor. **Cem Anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924**. 8 ed. São Leopoldo: Unisinos, 2005.Título original: Hundert Jahre in Rio Grande do Sul - (1824-1924). Traduzido por Arthur Blásio Rambo.

ASSMANN, Alice Beatriz. **Figurações do Turnen no sul do Brasil**: redes de interdependência em Escolas e Clubes (décadas de 1870-1920). Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ASSMANN, Alice Beatriz. **O associativismo esportivo em Santa Cruz do Sul/Rio Grande do Sul**: configurações de práticas culturais (da década de 1880 à década de 1910). Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ASSMANN, Alice Beatriz; MAZO, Janice Zarpellon. *Turnen*: para além da ginástica: configurações dinâmicas em um espaço de práticas esportivas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, vol. 31, n. 2, p. 489-503, 2017.

BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. Ginástica Alemã e Ginástica Feminina Moderna: práticas destinadas às mulheres. **Cinergis,** vol. 16, p. 306-311, 2015.

BERICHT DER BADEANSTALT. Jahres-Bericht des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual,** Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1907. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

BERICHT der Hauptkasse. Jahresberich des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual do Turnerbund**, 30 jan. 1909. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

BOHNEN, Aloysio; ULLMANN, Aloysio. **A atividade dos Jesuítas de São Leopoldo**. São Leopoldo: UNISINOS, 1989.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: EDIÇÕES 70, 2008.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FRIEDERICHS, J. Aloys. Deutsche Turn- und Festhalle. Jahres-Bericht 1911. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 31 jan. 1912. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

IST VERHEIRATETEN FRAUEN Turnen zu empfehlen? Jahres-Bericht des "Turner Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1907. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT 1912. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1913. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT 1913. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 21 jan. 1914. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1908. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1907. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

JAHRES-BERICHT des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1905. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

KILPP, C. E. **O Turnen e o esporte nas associações teuto-brasileiras de Estrela/Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KILPP, C. E.; ASSMANN, A. B.; MAZO, J. Z. O "abrasileiramento" das associações esportivas de Teutônia/Estrela no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, vol. 26, n. 1, p.77-85, 2012.

KNABENTURNEN. Jahres-Bericht des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1905. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

KNABENTURNEN. Jahres-Bericht des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1907. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

KRÜGER, Michael. The history of German sports clubs: Between integration and emigration. **International Journal of the History of Sport**, vol. 30, n. 14, p. 1586-1603, 2013.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, C. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-80.

LYRA, Vanessa Bellani; BEGOSSI, Tuany Defaveri; MAZO, Janice Zarpellon. Da obrigatoriedade do ensino de Educação Física no estado do Rio Grande do Sul (1840-1937). **Currículo sem Fronteiras**, vol. 16, n .2, p. 225-241, 2016.

MARINHO, Inezil Penna. Estudo da evolução dos principais sistemas e métodos ginásticos de Educação Física adotados no Brasil. In: **I Simpósio Nacional de Docentes de Nível Superior na área de Ginástica**. Pelotas: UFPel, 1980.

MAZO, Janice Zarpellon. **Emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945)**: espaço de representação da identidade cultural teuto brasileira. Tese (Doutorado em Educação Física e Ciências do Desporto) – Universidade do Porto, Portugal, 2003.

MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. Nos rastros da memória de um "Mestre de Ginástica". **Motriz**, Rio Claro, vol. 16, n. 4 p. 967-976, 2010.

MAZO, Janice Zarpellon; ASSMANN, Alice Beatriz. Georg Black: tessituras de um sujeito na ginástica do Rio Grande do Sul. In: MORENO, Andréa; QUITZAU, Evelise Amgarten; SILVA, Marcelo Moraes e; BAÍA, Anderson da Cunha (Orgs.). **Corpo e Ginástica na História**. 1ed. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2022, v. 1, p. 167-186.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **Identidades traduzidas**: cultura e docência teutobrasileiro- evangélica no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

PFISTER, Gertrud. Cultural confrontations: German Turnen, Swedish gymnastics and English sport – European diversity in physical activities from a historical perspective. **Culture, Sport, Society,** vol. 6, n. 1, p. 61-91, 2003.

PFISTER, Gertrud. Moças e mulheres no movimento de turnen alemão – dos indícios até a República de Weimar. In: TESCHE, Leomar (Org.). ***Turnen***: transformações de uma cultura corporal europeia na América. Ijuí: Editora Unijuí, 2011, p. 51-80.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945.

QUITZAU, Evelise Amgarten. Associativismo Ginástico e Escotismo no Rio Grande do Sul (1913-1934). **História da Educação**, vol. 23, 2019.

RAMOS, Eloísa. **O teatro da sociabilidade**: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo 1858-1930. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

RIORDAN, James; KRÜGER, Arnd (Orgs.). **European cultures in sport**: examining the nations and regions. Bristol: Intellect, 2003.

ROCHA, Carolina; WASKOW, Denise. **Sogipa**: 150 anos de vida e história. Porto Alegre: Palavra Bordada, 2017.

SCHLUSSFEIER der St. Josefs- und Marienschule. Folheto de programação do evento. 20 dez. 1928. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

SCHRÖTER, Arthur; BLACK, Georg. Turn-Bericht. **Jahres-Bericht 1910**. **Relatório anual,** Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1911. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

SCHULEN des "Deutschen Hilfsvereins" zu Porto Alegre – Schlussfeier. Folheto de programação do evento. 19 dez. 1922. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

SCHÜLERTURNEN. JAHRES-BERICHT des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre. 30 jan. 1908. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

SEYFERTH, Giralda. Socialização e etnicidade: a questão escolar teuto-brasileira (1850-1937). **Mana**, vol. 23, n. 3, p. 579-607, 2017.

SILVA, Haike Roselane da. **A trajetória de uma liderança étnica**: J. Aloys Friederichs (1868-1950). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TELLES, Leandro. **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (1858/1974)**. Obra comemorativa pelo sesquicentenário da imigração alemã. Porto Alegre: Associação Beneficiente e Educacional de 1858, 1974.

TESCHE, Leomar. **A prática do Turnen entre imigrantes alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul**: 1867-1942. Ijuí: INIJUÍ Ed., 1996.

TESCHE, Leomar. Cluster esportivo do Rio Grande do Sul – Clubes Turnen. In: DACOSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

TESCHE, Leomar. O Séc. XIX. os Brummer e a introdução da *Turnen*/ginástica no Brasil. In.: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História** – Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH, 2013.

TESCHE, Leomar. Turnen: um símbolo identitário no Brasil. In: TESCHE, Leomar (Org.). ***Turnen***: transformações de uma cultura corporal europeia na América. Ijuí: Editora Unijuí, 2011, p. 81-108.

TURN-BERICHT. Jahres-Bericht des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1907. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

TURN-BERICHT. Jahresbericht des Turner-Bundes zu Porto Alegre, **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 1906. Encontrado no acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

TURNPLAN. Jahresberich des "Turner-Bundes" zu Porto Alegre. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1909. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

TURN-VEREIN Santa Cruz. **Kolonie**, Santa Cruz do Sul, 1 dez. 1900. Encontrado no Centro de Documentação da UNISC.

UNSER TURNBETRIEB. Jahres-Bericht 1913. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 21 jan. 1914. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

WETTSCHWIMMEN. Jahres-Bericht 1910. **Relatório anual**, Turnerbund, Porto Alegre, 30 jan. 1911. Encontrado no Acervo Benno Mentz, Instituto Delfos/PUCRS.

WIESER, Lothar; KRÜGER, Michael. Physical education, gymnastics, games and sports in Brazil – the German impact. **Educação em Revista**, vol. 35, 2019.

WIESER, Lothar; LEITE, Luciana. Educação Física – Pioneiros do RS: Georg Black. In: MAZO, Janice Zarpellon; REPPOLD FILHO, Alberto (Orgs.). **Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul**: atlas do esporte, da educação física e atividades de saúde e lazer no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CREF2/RS, 2005.

Recebido em: 08/11/2023
Aceito em: 15/02/2024

ALEMÃES E DESCENDENTES NO CARNAVAL DE PORTO ALEGRE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1850-1885)

GERMANS AND DESCENDANTS AT PORTO ALEGRE'S CARNIVAL IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY (1850-1885)

Caroline Pereira Leal[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a inserção de alemães e descendentes nos festejos carnavalescos da cidade de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX (1850-1885). A partir da análise de processos-crime, de registros de viajantes estrangeiros, jornais que circulavam na cidade à época, como *A Reforma, A Federação*, *Deutsche Zeitung, Koseritz' Deutsche Zeitung* e *Mercantil*, e de fontes bibliográficas, discorre-se a respeito das brincadeiras do entrudo, dos bailes, grupos e préstitos carnavalescos. Buscando averiguar de que maneira o germanismo e seus efeitos práticos podem ser vislumbrados por meio do carnaval, foi possível constatar que, sem abdicar das origens e do componente étnico na formação de sua identidade, imigrantes alemães e seus descendentes tiveram no carnaval a oportunidade de externar seus sonhos, desejos e anseios, integrando-se à pátria que os recebera.

Palavras-chave: Carnaval; Germanismo; Imigração alemã.

ABSTRACT

This article aims to present the insertion of Germans and their descendants in the carnival celebrations of the city of Porto Alegre, in the second half of the 19th century (1850-1885). Based on the analysis of criminal proceedings, records of foreign travelers, newspapers that circulated in the city at the time, such as A Reforma, A Federação, Deutsche Zeitung, Koseritz' Deutsche Zeitung and Mercantil, and bibliographical sources, it discusses the pranks Shrovetide, dances, groups and carnival processions. Seeking to find out how Germanism and its practical effects can be glimpsed through carnival, it was possible to verify that without giving up the origins and the ethnic component in the formation of their identity, German immigrants and their descendants had in the carnival the opportunity to express their dreams, desires and anxieties, becoming part of the homeland that had received them.

Keywords: *Carnival; Germanism; German immigration.*

1 Caroline Leal é mestre e doutora em História (PUCRS) e especialialista em Gestão Pública (UERGS). Atua como professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/POA), Porto Alegre, RS, Brasil.

INTRODUÇÃO

A fundação da Colônia de São Leopoldo, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em julho de 1824, marcou o início do deslocamento sistemático de alemães para o Brasil. Com efeitos sobre a formação do incipiente país, e de sua constituição enquanto Estado-Nação, a presença de imigrantes e seus descendentes acabou por influenciar, fortemente, a vida econômica, política e social dos lugares em que se estabeleceram, e que hoje celebram o bicentenário do início desse processo migratório.

Inserido no período Industrial (1800-1925), daquilo que conhecemos como migrações modernas (MASSEY, 1993), esses movimentos migratórios estão relacionados "à expansão do capitalismo, às categorizações socioculturais baseadas na racialização, à colonidade do poder e às estruturas de dominação e desigualdades sociais" (ARAÚJO, 2017, p. 13). No caso específico do Brasil, a política migratória foi definida a partir dos critérios de assimilação e branqueamento populacional, e "a imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas" (SEYFERTH, 2002, p. 118). Com a abolição do tráfico negreiro e a crescente necessidade de mão de obra, observa-se um incremento de políticas imigrantistas e colonizatórias, intensificando-se a vinda de alemães para o território brasileiro, a partir de 1850 (GREGORY, 2000). Dessa forma, até o final do século XIX, quase 80.000 imigrantes alemães já haviam se deslocado para o Brasil (MAUCH, 1994).

Há de se destacar que o processo de unificação territorial e o surgimento da Alemanha como Estado-Nação que conhecemos hoje ocorreria somente após a Guerra Franco-Prussiana, em 1871. Até o início daquela centúria, diversos estados com populações de fala alemã, sem unidade política ou identidade nacional, formavam o Sacro Império Romano Germânico. Somente após sua dissolução, em 1806, e o avanço napoleônico sobre o território, é que houve o afloramento de um sentimento de nacionalismo alemão (PIASSINI; SAUSEN, 2020). Com o Congresso de Viena (1815) e o redesenho do mapa político europeu, formou-se, então, a Confederação Germânica, reunindo Estados soberanos de língua alemã, sob a liderança austríaca. Essa associação tinha o Império Austríaco e o Reino da Prússia como principais membros, e acabou por ser dissolvida, em 1866, quando essas potências entraram em guerra, resultando no domínio prussiano dos territórios germânicos, e na criação da Confederação Norte-Germânica. Anexando os estados germânicos do sul, após a vitória na Guerra Franco-Prussiana, Guilherme I, rei da Prússia, foi coroado imperador da Alemanha unificada, dando início ao II *Reich* (KITCHEN, 2013).

Embora muitos dos imigrantes que vieram para o Brasil tenham se deslocado para áreas rurais, atuando nas lavouras cafeeiras, ou como cam-

poneses em núcleos coloniais, outros foram para centros urbanos de origem lusa, como no caso de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Procedentes das colônias já existentes, ou diretamente da Europa, os alemães que se estabeleceram na cidade montaram casas comerciais e de importação, estabelecimentos industriais e manufatureiros, a fim de "prosperar economicamente, mas também firmes no propósito de manter e aprimorar uma *germanidade* em terras subtropicais" (BRAUN; BLUME, 2022, p. 23). De acordo com Braun e Blume (2022, p. 33), o êxito socioeconômico dos imigrantes alemães "ficou visível justamente a partir do momento em que surgiram sociedades e associações de variadas finalidades". Fossem de caráter esportivo ou cultural e recreativo, esses espaços de sociabilidade permitiram trocas simbólicas, que promoviam o fortalecimento de suas origens étnicas e o cultivo do *deutschtum*.

Designando, de modo geral, "uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã" (GERTZ, 1998, p. 32), o *deutschtum*, "engloba a língua, a cultura, o *Geist* (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela. Mas como nação e não como Estado. Representa uma solidariedade cultural e racial do povo" (SEYFERTH, 1981, p. 45-46). É nesse sentido que germanismo pode ser entendido como a ideologia que estrutura o "ser alemão", representando o mundo teutônico; enquanto a germanidade caracterizaria a prática das populações de origem alemã, expressão de sua identidade étnica.

À vista disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar a inserção de alemães e descendentes nos festejos carnavalescos da cidade de Porto Alegre/RS, na segunda metade do século XIX. Enquanto festa, espaço de exercício de sociabilidades, permeado por diversos referenciais simbólicos, temos no carnaval uma possibilidade de acesso ao mundo das relações estabelecidas entre as pessoas e à diversidade das atividades práticas e representacionais que compõem os universos por elas experenciados. Feito de histórias individuais e coletivas, o carnaval também pode ser vislumbrado como "uma forma de discurso, uma maneira de significar, uma forma de produzir, distribuir, fazer circular e se apropriar de sentidos", bem como "um momento de dramatização não só da vida e da ordem social, mas de seus desejos, de seus sonhos, de seus delírios, de seus caminhos e descaminhos, de seus projetos e projeções" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 146). Deste modo, a partir da análise de processos-crime, de registros de viajantes estrangeiros e jornais que circulavam na cidade à época, como *A Reforma*, *A Federação*, *Deutsche Zeitung*, *Koseritz' Deutsche Zeitung* e *Mercantil*, discorre-se a respeito das brincadeiras do entrudo, dos bailes, grupos e préstitos carnavalescos, buscando averiguar de que maneira o germanismo e seus efeitos práticos podem ser vislumbrados por meio do carnaval.

Entrudo, bailes e préstitos carnavalescos

Porto Alegre começou a ser ocupada ainda na primeira metade do século XVII, mas seu processo de povoamento só teria início com a chegada de 60 casais açorianos, em 1752. Em sua bagagem, eles trouxeram o jogo do entrudo, forma portuguesa de celebrar o carnaval. Caracterizado como introito de quaresma, três dias que precediam os quarenta de preparação para a Páscoa, no entrudo o povo divertia-se molhando uns aos outros, atirando farinha e polvilho, empregando peças jocosas e banqueteando-se (FARIA, 1861). De acordo com Flores (1999, p. 152), "era uma verdadeira batalha para molhar alguém com água jogada de balde, bacia ou seringa, com arremesso de limão de cheiro. [...] homens e mulheres se empenhavam em loucas correrias e agarramentos, jogando água. Era um salve-se quem puder!".

Muito popular, e largamente praticado desde o início da colonização de Porto Alegre (FERREIRA, 1970), o entrudo era, frequentemente, descrito pelos viajantes estrangeiros que passaram pela cidade, entre os quais se destaca o militar Joseph Hörmeyer, capitão de infantaria contratado pelo império brasileiro para lutar na Guerra do Prata. Assim como ele, cerca de 1.800 soldados germânicos desembarcaram no Brasil, em 1851, a fim de compor a Legião Alemã, no conflito contra Oribe e Rosas, capítulo de uma longa disputa que envolvia o Brasil, a Argentina e o Uruguai, pelo espaço fronteiriço platino. A maior parte dos *brummer*, como foram apelidados no Brasil, participou dos movimentos revolucionários de 1848 na Europa, ou havia lutado na "Primeira Guerra de Schleswig (1848-1851), centrada na querela entre alemães e dinamarqueses pelo controle das províncias de Schleswig e Holstein" (PIASSINI; SAUSEN, 2020, p. 78). Ao findar o contrato de 4 anos que haviam assinado com o governo brasileiro – ou desertando, antes disso –, muitos se "estabeleceram em Porto Alegre e nas zonas coloniais como professores, advogados, engenheiros, agrimensores, médicos, etc. Eram, na maioria, protestantes, maçons e partidários de uma monarquia liberal" (DICKIE, 1989, p. 9), e influenciaram fortemente a sociedade teuto-brasileira. Diferentemente deles, depois de entrar em contato com os costumes da região, em especial com as colônias germânicas, Hörmeyer retornou à Alemanha, e publicou trabalhos enaltecendo o Brasil, a fim de incentivar a emigração (NEUMANN, 2000; REVERBEL, 1986; WITTER, 1969). Em uma de suas obras – *Beschreibung der Provinz Rio Grande do Sul in Südbrasilien mit besonderer Rücksicht auf deren Kolonisation*, traduzido para *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional* – ele retratou os costumes carnavalescos em Porto Alegre, descrevendo o jogo do entrudo. Vejamos:

> O jogo do Entrudo realiza-se na quinta-feira gorda e nos últimos três dias de carnaval, representando aqui os dias do corso na Itália que, igualmente, caem no *giovedigrosso* e nos *tre ultimi giorni del carnavale*; somente que aqui, em lugar de *confetti e cartolini* são atiradas bolas de cera do tamanho de uma pequena laranja enchidas com água de cheiro ou mesmo do poço nos passantes; esses atiram de volta a mesma mercadoria, o que leva, usualmente, de que casas e quartos sejam invadidos e, por falta de munição de cera, se lance mão de baldes d'água, molhando-se a valer. Aí não valem nem sexo, nem posição social, nem idade; todos devem acompanhar esta brincadeira ou fechar bem as casas e janelas... Asseguraram-nos que tais disputas chegam, na Rua da Praia, a tal ponto que senhores e damas se empurram, no fim, para dentro do rio aqui muito raso e, apesar da *toilette* apurada e dos vestidos de seda, fraques e botinas de verniz, se molham devidamente (HÖRMEYER, 1986, p. 77).

Comparando o entrudo com o carnaval italiano, Hörmeyer ressaltava o uso do limão de cheiro no lugar dos confetes, numa verdadeira batalha líquida, da qual participavam homens, mulheres, ricos, pobres, jovens ou não. Neste sentido, o cronista salientava a roupa dos participantes que, apesar de elegante e sofisticada, terminava encharcada pela imersão dos brincantes, nas águas do rio Guaíba. Há de se ressaltar que, praticado por diferentes grupos sociais, embora ordenado por regramentos de uma sociedade escravista, que conservava o status das classes abastadas, tanto a população escravizada quanto a própria família imperial se deleitavam com as brincadeiras do entrudo (LEAL, 2021).

Embora fosse muito popular, com o passar dos anos o entrudo passou a ser severamente reprovado. As críticas à célebre brincadeira destacavam tanto aspectos de ordem moral, em função dos excessos que seriam praticados durante o carnaval, quanto questões relativas ao prejuízo da saúde dos indivíduos. Contudo, mesmo proibido através de Posturas Municipais, desde a década de 1830, com o estabelecimento de multas, prisão ou castigos (no caso de escravizados) para quem desobedecesse, o jogo das molhadelas continuava encantando os brincantes. De acordo com Flores (1996, p. 157), nem a ameaça de multa e de chicote haveria de esfriar os ânimos dos foliões. Refugiando-se em suas janelas, mandavam "água e farinha nas patrulhas policiais. Os guardas voltaram ao quartel molhados e sem nenhum preso. A desgraça alheia, roupa molhada e penteado desfeito, provocavam gargalhadas e ditos graciosos".

Mandando publicar uma nota na seção "A pedido", do jornal *A Refor-*

ma, sob a assinatura de "O jogador de entrudo", um leitor apontava a desmoralização policial frente às agressões cometidas durante a brincadeira. Por ocasião do carnaval de 1870, um alemão, morador da Rua da Cadeia, teria trocado os limões de cheiro por pedras, arremessando-as "nas famílias que se achavam nas janelas". Disparando "bofetões e socos", ao ser preso em flagrante pelo sargento da polícia, o indivíduo "foi tomado e solto, por aquele morador à Rua do Ouvidor". Indagando ao Sr. Dr. Chefe de Polícia a respeito das providências que seriam tomadas, sarcasticamente o leitor concluía que "esperar-se-á até novo entrudo, e assim é esbofeteado um sargento, que por desgraça, pelo cargo que ocupa, nem queixar-se pode sem licença de seus superiores" (*A Reforma*, Porto Alegre, 5 de março de 1870).

Periódico vinculado aos representantes das elites políticas locais que desejavam maior autonomia em relação ao governo central, o jornal *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal, foi pioneiro no jornalismo político-partidário rio-grandense, e utilizava o carnaval para criticar o Chefe da Polícia, Sr. Coelho Bastos, e a autoridade do presidente da província, João Sertório, membro do Partido Conservador. Além das querelas políticas de então, a nota também indicava a presença de alemães e/ou seus descendentes no carnaval porto-alegrense, e apontava para disputas e desavenças que poderiam ocorrer em função do entrudo, sobretudo em uma cidade que passava por célere crescimento, e se tornava uma sociedade multiétnica. A pacata freguesia, marcadamente açoriana, do início do século, com seus 3.927 habitantes, tinha dado lugar a uma cidade que contava com 43.998 habitantes, no ano de 1872 (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1936), e com significativa presença de imigrantes de várias origens, em especial alemães e italianos. As brincadeiras de entrudo, antes praticadas entre conhecidos, poderiam agora acarretar diversos inconvenientes, caso os brincantes não partilhassem dos mesmos hábitos culturais, e, porventura, algum deles não quisesse cair na folia.

Outro episódio envolvendo a comunidade teuto-brasileira e o jogo do entrudo ocorreu no carnaval de 1885, no baile da Sociedade Germânia, a mais antiga sociedade recreativa da cidade. Fundada em 1855, ela reunia a elite alemã radicada em Porto Alegre (FRANCO, 1998). Enquanto uma multidão se aglomerava em um coreto erguido pela sociedade junto às janelas ou mesmo na rua, em um ou outro passeio, para obsevar o baile carnavalesco, foram arremessados limões de cera, contendo ácido sulfúrico, que provocaram queimaduras em diversas pessoas e danos a roupas e chapéus (RIO GRANDE DO SUL, 1885). Os acusados pelo crime foram os irmãos Hugo e Emílio Gertum, que se encontravam na residência de Alberto Deistel, à Rua dos Andradas, número 53, fronteira à Germânia, enquanto o proprietário e sua esposa, Frederica Deistel, participavam da festividade. Tendo ido ao local

justamente para observar o baile, pois como não eram sócios não podiam participar, os jovens teriam atirado os limões com ácido sulfúrico a fim de dispersar a multidão, que estava a impedir sua visão do baile (RIO GRANDE DO SUL, 1885). "D'essa diversão brutal resultou ficarem queimadas muitas pessoas – homens, senhoras, crianças, entre estas uma que, segundo nos consta, perdeu a vista", noticiava o jornal *A Federação (*Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1885). Após verificar que os limões eram lançados do sótão da casa de Alberto Deistel, "indignado, o povo arremessou-se em massa e em grito sobre a casa querendo apedrejá-la e arrombá-la" (RIO GRANDE DO SUL, 1885). O tumulto encerrou com a chegada dos proprietários da residência e da polícia, que tomou nota do nome dos acusados, prometendo levar o fato ao conhecimento do Dr. Chefe de Polícia. "A inocente variante do jogo do entrudo", como declararam alguns jornais, resultou na abertura de um processo contra os irmãos Hugo e Emílio Gertum.

Os jovens de 22 e 23 anos, respectivamente, eram filhos de Joseph Gertum. Imigrante alemão, natural da Renânia, ele desembarcou em Porto Alegre em fevereiro de 1854, junto com sua esposa Elisabeth Alexandrina Walau, onde se estabeleceram, e tiveram nove filhos. Professor de desenho e música, em 1860, montou uma *Deutsche und französische Leihbibliothek* (Biblioteca de Empréstimo Alemã e Francesa), situada à Rua da Praia, número 190. Destinada, sobretudo, ao público teuto residente na cidade, mediante o pagamento antecipado da subscrição mensal de 1$000 reis, os leitores encontravam obras "'em parte voltadas ao entretenimento e em parte de conteúdo científico e industrial', oriundas da Alemanha" (GRÜTZMANN, 2015, p. 30). Em 1880, ele abriu uma casa especializada em músicas e instrumentos musicais, localizada à Rua dos Andradas, número 238, onde também vendia "sortimento de pulseiras, bolsas, álbuns, pregadores, estantes de veludo, carteiras mimosas, canivetes, licoreiros a fantasia (um mimo!), etc, etc." (*A Federação*, Porto Alegre, 22 de outubro de 1885, p. 3), bem como "papel de carta com monograma, bengalas para meninos, quadros de oleografia com molduras douradas, livros, bonecas de cera e porcelana, cartas finas em baralhos para jogar, punhos de papel bordado para buquês, miudezas e objetos de fantasia" (*A Federação*, Porto Alegre, 26 de novembro de 1886, p. 4). Ampliando os negócios, em 1886, José Gertum abriu uma "livraria, fábrica de livros comerciais e tipografia, habilitada a fazer qualquer trabalho deste ramo, com grande perfeição e por preço limitado", conforme seu anúncio (*A Federação*, Porto Alegre, 28 de janeiro de 1886, p. 3). Partícipe daquilo que caracterizaria o grande comércio de Porto Alegre, no qual o "comerciante se dedicava especialmente às atividades de exportação e importação com outros centros maiores" (PESAVENTO, 1985, p. 29), ainda no mesmo ano, ele transferiu seu negócio para "um prédio magnífico, novo, vasto e elegante,

à Rua dos Andradas", convertendo-o num grande empório, que passou a ser chamado de "Casa José Gertum" (*A Federação*, Porto Alegre, 8 de maio de 1886, p. 3). Futuramente, Hugo Gertum se casaria com Rosa, filha de Antônio José Gonçalves Mostardeiro, vindo a residir na Rua Mostardeiro, número 12. Proprietário da Fábrica de Papel Hugo Gertum, também era acionista do Banco do Comércio. Emílio Gertum, por sua vez, se tornou membro da diretoria do Banco Nacional do Comércio. Residindo em uma casa na Rua Hilário Ribeiro, número 275, também se dedicava à pintura. Os Gertum estiveram entre os pioneiros do bairro Moinhos de Ventos, região onde se estabeleceram as famílias abastadas da cidade (BISSÓN, 2008).

No ano seguinte, outro triste episódio envolveria o jogo do entrudo e a família Gertum. Plínio de Freitas, um caixeiro de José Gertum, foi ferido com duas facadas por um homem de nacionalidade italiana, chamado Salvador Vacaro. Ao passar pela livraria onde Plínio trabalhava, o agressor foi "bisnagado" por algumas pessoas que por ali brincavam – "dois ou três moços da nossa boa sociedade jogando o entrudo com algumas moças da vizinhança, com bisnagas e copos d'água" (*A Federação*, Porto Alegre, 15 de março de 1886, p. 3). Não tendo gostado da brincadeira, o indivíduo entrou na loja, e, acusando o caixeiro Plínio de tê-lo molhado, desferiu-lhe duas facadas nas costas, caindo ele de bruços sobre o balcão da loja. Acusado pelo crime, o réu, defendido por Israel Rodrigues Barcelos, foi absolvido do caso (*A Federação*, Porto Alegre, 23 de junho de 1886, p. 2). Coincidentemente (ou não), tal evento ocorreu na livraria do pai dos moços que no ano anterior haviam sido o centro da polêmica dos limões de cera com ácido sulfúrico.

Pedradas no lugar das bolas de cera, ácido sulfúrico nos limões de cheiro, facadas por causa das bisnagas, as brigas e desavenças ocorridas em função das brincadeiras de entrudo contribuíam para sua crítica, e legitimavam sua extinção. Desjanais, pseudônimo de Joaquim Antônio Vasques, em sua coluna publicada no jornal *A Reforma*, no carnaval de 1873, destacava os males trazidos pelo folguedo, assinalando que sempre havia "brigas domésticas, brigas públicas, dão-se más respostas, recebem-se descomposturas, quebra-se um perna, esfola-se o nariz – o diabo, enfim!" (*A Reforma*, Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1873). Buscando convencer seus leitores a mudarem a forma de comemorar o carnaval, convocava a "rapaziada que se distingue por seu bom gosto e fino espírito (é preciso elogiá-la)", a fim de "organizar uma sociedade carnavalesca que enterre para sempre o antiquário Entrudo" (*A Reforma*, Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1873).

Dessa forma, dias depois do chamamento de Desjanais, era anunciado o surgimento de duas agremiações, a *Esmeralda Porto Alegrense* e *Os Venezianos*. Reunindo "a nata dos moços da nossa sociedade, a boa gente da

terra" (FERREIRA, 1970, p. 32), as sociedades carnavalescas promoviam bailes exclusivos a seus sócios, e apresentavam desfiles de carros alegóricos pelas principais ruas do centro da cidade. Representantes do "progresso" e da "civilização", tanto física quanto dos hábitos e costumes da cidade, esmeraldinos e venezianos eram exaltados por "não hesitaram em fazer, a porfia, tão grandes sacrifícios, a fim de extirpar do seio da mãe pátria essa feia nódoa, que a envergonhava aos olhos das nações" (*A Reforma*, Porto Alegre, 14 de fevereiro de 1875). É importante destacar que muitos teuto-brasileiros foram sócios dessas agremiações, chegando a ocupar cargos em sua diretoria, e, inclusive, a presidência. Germano Hasslocher, por exemplo, foi presidente dos venezianos, na gestão de 1879/1880. Neto de Christian Klinglhoeffer, conhecido como "pastor farrapo", que, em 1825, procedente de Hessen, emigrou com a família para o Brasil, com "o sonho de adquirir uma sesmaria, conforme lhes fora prometido na Europa" (FLORES, 1995, p. 50). Alinhando-se aos farroupilhas, refugiou-se em Rio Pardo, onde a família se radicou após sua morte, em 1838. Provavelmente ali, Wilhelmine Hedwig Klingelhoeffer conheceria Nicholaus Hasslocher, natural da Renânia, com quem casaria, e teria Germano Hasslocher. Considerado um dos fundadores de Santa Cruz do Sul, Germano casou-se com Maria Alphonsine Durand, e foi vereador em Porto Alegre. Outro exemplo é o de Cristiano Kraemer, membro da diretoria dos venezianos, na gestão de Hasslocher, e em outras. Filho dos imigrantes Johann Michel Kraemer (Miguel Kraemer) e Amalia Christiana Luisa Wilhelmina Walter, era um comerciante importador (carros, carruagens, motores, máquinas e debulhadores), com estabelecimento na Rua da Praia, e despachante aduaneiro. Foi membro do Partenon Literário, associação literária atuante entre 1869 e 1885, e presidente da agremiação esperantista, fundada em 1906, ambas em Porto Alegre. Naquilo que tange à Esmeralda, encontramos o nome de Inácio Geyer. Nascido em São Leopoldo, era filho de Valentim Geyer e Maria Luiza Valentina Leopoldina Diehl, imigrantes alemães. Junto a Leopoldo Masson, transformou a *Pêndula Misteriosa*, casa especializada em relógios e joias, numa referência comercial em Porto Alegre, a *Casa Masson*. Ambos foram fundadores da Esmeralda, chegando Leopoldo Masson a presidi-la, em 1880. Para iniciar seu negócio, Leopoldo Masson "contou com a ajuda do crédito de outra firma do ramo, o joalheiro Moisés Aaron & Filhos (entre os quais deveria incluir-se Emílio Aaron, outro fundador da Esmeralda)" (LAZZARI, 1998, p. 91). De acordo com Gans (2004, p. 168), o carnaval de esmeraldinos e venezianos era, frequentemente, noticiado pela imprensa teuta, demonstrando que essa festa "parece ter sido um evento apreciado pelos teutos de Porto Alegre".

A significativa participação de alemães e descendentes no comércio (e na futura industrialização) da cidade foi objeto de destaque no carnaval

de 1875. Sem apresentar o "luxo e a riqueza" de Esmeralda e Venezianos, "mas dispostos, tanto quanto elas, a divertir e alegrar, não aos endinheirados, porém o povo miúdo" (FERREIRA, 1970, p. 34), outros dois grupos carnavalescos sairiam às ruas, naquele ano, *Os Menestréis* e os *Musterreitz*. O primeiro era "um grupo de músicos fantasiados de garrafas de cerveja" (LAZZARI, 1898, p. 104). Produzida, inicialmente, na colônia-modelo, por meio de técnicas artesanais e familiares, numa reafirmação identitária e de resgate das origens, a cerveja se tornava, naquele carnaval, um símbolo da germanidade. É interessante destacar que, à medida que aumentava o consumo, a produção cervejeira logo passaria por uma especialização do processo, deslocando-se para núcleos urbanos maiores, como Porto Alegre (DUARTE, LORENÇO, FONTANA, 2020). Foi o caso de Friederich Christoffel. Procedente no Reno, em 1855, chegou ao Brasil. Depois de cinco anos no Rio de Janeiro, migrou para Porto Alegre, onde comprou uma pequena cervejaria. Importando máquinas e insumos da Alemanha, Friederich Christoffel montaria uma das primeiras fábricas de cerveja do Brasil (*A Federação*, Porto Alegre, 29 de abril de 1915, p. 6). Neste sentido, Pesavento (1985, p. 30) sublinha que "em função do desenvolvimento da economia imigrante, Porto Alegre converteu-se no maior conglomerado urbano do estado e o centro comercial de maior destaque na passagem do século XIX para o século XX". O segundo grupo representava caixeiros viajantes alemães, que se apresentaram "cavalgando bestas ajaezadas com preparos usados na colônia e cada um figurando o gênero de negócio a que se dedicava, seus componentes produziram franca hilaridade, sendo aclamados pela multidão que não cansava de aplaudi-los" (FERREIRA, 1970, p. 35.). Percorrendo a região colonial, montados em suas mulas, esses mercadores serviam de intermediários entre o comércio atacadista e o varejista, sendo incumbidos de "percorrer a região colonial do Rio Grande do Sul, levar as novidades oferecidas nas casas comerciais importadoras, exportadoras, manufaturadas e industriais dos principais centros urbanos e depois retornar com as encomendas feitas pelos comerciantes" (MÜHLEN; SANTOS, 2020, p. 130). De acordo com Gertz (2022, p. 125):

> Dos pequenos empreendimentos comerciais que faziam a troca de mercadorias com a "colônia" do interior, vários evoluíram para grandes empresas. Estas relações se tornaram tão intensas que acabou se consolidando a figura dos caixeiros-viajantes, atividade cuja importância pode ser avaliada pelo fato de que constituíram uma associação que continua presente no cenário da Capital – o Clube Caixeiros Viajantes.

É importante ressaltar que, a partir da segunda metade do século XIX, houve "uma proliferação de sociedades culturais, recreativas, profissionais e de ajuda mútua entre os teutos espalhados pela zona colonial alemã, sobretudo junto à comunidade teuta de Porto Alegre" (PIASSINI, 2017, p. 54). Espaço privilegiado para práticas e representações engendradas pelo germanismo, essas associações "foram lugares de construção e manutenção da identidade teuta" (PIASINI, 2017, p. 55). Naquilo que diz respeito aos festejos de Momo, observa-se que algumas agremiações buscaram celebrá-lo por meio de bailes. A sociedade Germânia, por exemplo, em 1878, já realizava bailes à fantasia no carnaval. No programa apresentado pela associação, é possível verificar a junção de costumes teutos e componentes burlescos, como a realização de *kappensitzung* e *kränzchen* (*Deutsche Zeitung, Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1878. Apud GANS, 2004, p. 168)*. Aludindo aos bailes de máscaras, baseados no tradicional carnaval de Veneza, a *kappensitzung* costuma ocorrer nos salões da agremiação promotora, onde os convidados comparecem fantasiados, e há discursos de carnaval, canções, grupos de dança e outras apresentações provenientes de um clube de carnaval (MEMMESHEIMER, 2021). *Kränzchen*, por sua vez, se caracterizavam pela tradição de encontro de senhoras amigas, que confraternizavam regularmente no café da tarde. Segundo Fachel (1963, p. 329), apesar de "serem uma forma de recreação muito conhecida entre pessoas de origem germânica", seriam originários da Suíça, ou melhor, do cantão suíço alemão.

Além da Germânia, também eram realizados bailes carnavalescos em outras sociedades teuto-brasileiras, como a *Gesellschaft Leopoldina* (fundada em 1863, por filhos de imigrantes alemães, hoje localizada no bairro Moinhos de Vento), e a Atiradores Alemães (*Schützenverein*). Destaca-se que prática de tiro ao alvo, em Porto Alegre, teve início com os imigrantes alemães, sendo fundada na década de 1860 a primeira associação com tal finalidade (LICHT, 2009). Além da prática de tiro, as sociedades de atiradores eram "espaços de entretenimento, sociabilidade e compartilhamento da cultura germânica. [...] buscavam a afirmação do grupo e da identidade teuto-brasileira por meio de representações específicas identificadas em símbolos, normas, e comportamentos" (ASSMANN; MAZO, 2013, p. 567).

Problematizando a ideia de que o associativismo era uma prática inerente ao ser alemão, Gertz (2013) destaca que tal correlação acabou por arraigar-se no senso comum. Neste sentido, Silva (2006, p. 130) argumenta que o caráter associativista dos teutos em Porto Alegre é "resultado da necessidade própria a diferentes grupos étnicos e sociais de se agregarem para fins diversos – e assim definirem fronteiras e limites", além de ser também um "efeito da reprodução e atualização de representações a respeito do que faz e o que não faz parte da cultura ancestral na construção

da identidade original teuto-brasileira". Analisando a biografia Jacob Aloys Friederichs, imigrante alemão que trabalhou para o associativismo teuto no Rio Grande do Sul, atuando como liderança do *Turnerbund*, um dos mais importantes clubes da comunidade alemã de Porto Alegre, uma autora destaca que a "rede associativa existente na cidade era uma forma privilegiada de se integrar à sociedade" (SILVA, 2006, p. 123), tramando teias, não só de sociabilidades, como também de solidariedade. Exemplo disso pode ser observado no caso dos irmãos Gertum e os limões de cheiro no baile da Germânia, mencionado anteriormente. Em um baile realizado no *Club Comercial*, Cristiano Kraemer (que fazia parte da diretoria da Venezianos) conversara com Hugo Gertum a respeito do ocorrido, e, posteriormente, interpelara Adolpho Cardozo (um dos que acusara os irmãos Gertum pelo delito em questão) em defesa dos jovens, questionando-o a respeito dos motivos que o levaram a fazer tão grave acusação. O episódio foi descrito em cartas trocadas entre Hugo e Christiano, que, autorizadas pelo "amigo e patrício", foram publicadas na imprensa, a fim de abonar o comportamento dos jovens (*A Federação*, Porto Alegre, 20 de fevereiro de 1885, p. 2).

Embora a Germânia não fosse uma sociedade especificamente carnavalesca, em 1879, ela também apresentava seu desfile pelas principais ruas da cidade, aos moldes de esmeraldinos e venezianos. Trazendo alegorias que remetiam a uma cultura popular com traços germânicos, ela abria o desfile com *Till Eulenspiegel*, personagem galhofeiro do século XIV, dos contos folclóricos alemães (*Mercantil*, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1879, p. 2), exemplo de que o *deutschtum* não significa apenas "pertencer à comunidade étnica alemã", como também implica "o conhecimento de poetas, pensadores e literatos de língua alemã, de música alemã" (SEYFERTH, 2002, p. 118). A sociedade apresentava ainda outros grupos marcados por uma identificação étnica, como o dos Ciganos, Cossacos, Moicanos, Toureador Espanhol, Beduínos, Turistas Ingleses; bem como elementos que faziam parte do cotidiano porto-alegrense, como o grupo do *Skating Rink* (*Mercantil*, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1879, p. 2). No mês de outubro do ano anterior, a patinação havia chegado à cidade, com a inauguração do *Skating Rink Americano.* Localizado na Praça da Harmonia (atual Brigadeiro Sampaio), a novidade teria encantado o público porto-alegrense, e contribuído "para o dinamismo de uma Porto Alegre que se modernizava" (MELO; KARLS, 2016, p. 59), tornando-se temática para a agremiação.

Ressaltando a grande quantidade de grupos exibidos no desfile, o jornal *Mercantil* dava ênfase "ao carro que conduzia a Germânia, que estava magnífico", sublinhando "que houve muito gosto na combinação das críticas havendo também luxo nos tipos apresentados" (*Mercantil*, Porto Alegre, 26 de fevereiro de 1879, p. 2). Angariando reconhecimento público enquanto

sociedade promotora do novo carnaval, a Germânia era referenciada pelo *Mercantil* como "outra sociedade carnavalesca, composta em sua totalidade de alemães natos e oriundos". De acordo com o periódico:

> Os seus sócios são uma plêiade de moços folgazões, e entre aqueles patuscos, admiradores do chanceler Bismark, há sempre ideias felizes e agradáveis.
> O seu passeio foi admirado pelo público, que se mostrou contente; os seus grupos significativos agradaram extremamente (*Mercantil*, Porto Alegre, 1 de março de 1879, p. 1).

No ano seguinte, a Germânia voltaria a se apresentar ao público porto-alegrense, e "pelas ruas porque passou a sociedade foi ela entusiasticamente recebida com vivas e infinidade de buquês. [...]. A Germânia foi condignamente recebida pelo povo, pagando este, os esforços e sacrifícios dos seus sócios, com a homenagem merecida" (*Mercantil*, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1880, p. 2). Em pé de igualdade com Esmeralda e Venezianos, e adquirindo credibilidade como uma sociedade carnavalesca, os anúncios de venda de roupas e adereços eram destinados à tríade: "recomenda-se ***às*** sociedades carnavalescas Esmeralda, Venezianos, Germânia, para seus passeios burlescos, um variadíssimo sortimento de máscaras representando diversos tipos e que se vendem também quase de graça" (*Mercantil*, Porto Alegre, 21 de janeiro de 1880, p. 3).

O sucesso dos desfiles parece ter feito aumentar a simpatia pelos festejos, entre alemães e seus descendentes. De acordo com o jornal teuto-brasileiro *Deutsche Zeitung*, a necessidade de "formação de uma sociedade carnavalesca alemã especial" parecia fazer-se cada vez mais presente. "Contudo, por razões econômicas, não acabou se efetivando, sendo a ideia postergada para o ano seguinte" (*Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1881. Apud GANS, 2004, p. 170). Em 1881, pelos mesmos motivos, a Germânia deixou de apresentar seu préstito, no carnaval. Lamentando o fato, o periódico destacava que "a sociedade não podia mais assumir as despesas deste, sem prejudicar seriamente seus interesses" (*Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1881. Apud GANS, 2004, p. 170).

A Germânia só voltaria a desfilar em 1885. Naquele ano, os venezianos não compareceram aos festejos, a Esmeralda (por causa da chuva) não pôde apresentar o desfile que havia preparado, e a Germânia "aproveitou uma esteadazinha, na tarde de segunda-feira, e fez o seu passeio, que esteve imponente" (*O Século*, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1885). Acompanhada por outras sociedades teuto-brasileiras, como a Leopoldina e o *Schützenverein*, o préstito era composto de "grande numero de carros, uns exibindo

espirituosas críticas, outros, elegantemente decorados, conduzindo muitas jovens fantasiadas. Sobressaía entre outros o carro de crítica à atual política" (*Mercantil*, Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1885, p. 2).

Figura 1 – Carnaval de 1885 – Sociedade Germânia.



Fonte: *O Século*, Porto Alegre, 22 de fevereiro de 1885.

Retratado por Joaquim Samarach (litógrafo espanhol radicado em Porto Alegre, a partir de 1881), a litografia do desfile foi publicada no jornal O *Século*. No canto inferior direito da imagem, observa-se a personagem *Till Eulenspiegel* abrindo o préstito. Logo atrás vinha uma banda de música, gaúchos a cavalo e o carro Germânia. Simbolizando as façanhas militares prussianas, a alegoria reproduzia "um monumento erguido por Guilherme II da Prússia, que mostrava uma imensa *Germânia*, figura feminina em bronze segurando o escudo do *reich* e a coroa imperial, em alusão **á** reconstituição do império (em 1871) e da unidade alemã" (GANS, 2004, p. 182). A Germânia era personificada pela "a exma. Sra. D. Carolina Koseritz que fazia ressaltar os seus dotes naturais com a magnificência de seus adornos" (*Jornal do Comércio,* Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1885, p. 1). Filha do jornalista Carlos von Koseritz, Carolina nasceu em Porto Alegre, em 1865, e se tornou um dos poucos exemplos de mulheres que "transpuseram os umbrais domésticos para se impor por sua capacidade intelectual", na Porto Alegre oitocentis-

ta (FLORES, 1983, p. 101). Escritora e tradutora, participou, intensamente, das atividades promovidas pelo Centro Abolicionista, integrando as chamadas Comissões Libertadoras, "responsáveis por promover a libertação dos escravizados em diferentes distritos de Porto Alegre e Pedras Brancas" (DIHLL, 2020, p. 43). Além dela, Leopoldo Masson e Germano Hasslocher também integraram os quadros do Centro Abolicionista e das Comissões Libertadoras. Seu pai, Carlos von Koseritz, foi uma das principais lideranças políticas e intelectuais da província do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX. Embarcado no mesmo veleiro que trouxera os legionários alemães que iriam lutar na guerra contra Rosas, Koseritz chegou ao Rio de Janeiro em 1851, e se incorporou ao 2º Regimento da Reserva da Cavalaria. Deslocado para a cidade de Rio Grande, fazia os serviços de caserna. Abandonando a tropa logo em seguida, estabeleceu-se na província, primeiro em Rio Grande, depois em Pelotas e na região da Campanha, onde conheceu a filha de um estancieiro, com quem se casou, em 1855. Depois de fazer nome na imprensa local, envolvendo-se em polêmicas políticas, transferiu-se para Porto Alegre, em 1864, onde se tornou representante das colônias alemãs no Rio Grande do Sul (WEIZENMANN, 2015). Monarquista, anticlerical, defensor do liberalismo, professava ideias cientificistas que, provavelmente, influenciaram a exibição do grupo intitulado "darwinismo", no passeio carnavalesco da Germânia, em 1879. Figura de destaque no jornalismo e defensor da integração teuta à sociedade local através da política, elegeu-se deputado provincial, exercendo mandato a partir de 1883, mesmo ano em que se tornou alvo de crítica carnavalesca, sendo retratado no desfile da Esmeralda, "de barretina e espada à cintura", sob o nome de *O Capiton* (FERREIRA, 1970, p. 67). Do carro de crítica apresentado pela agremiação também eram distribuídos versos, assinados com suas iniciais (C. v. K.), em que se satirizava "seu perfil intelectual pouco comum para o ambiente provinciano", ao mesmo passo em que se manifestavam as "suspeitas e ressentimentos que sua dupla nacionalidade podia despertar entre os brasileiros" (LAZZARI, 1998, p. 124).

Ainda no desfile de 1885, fazendo uma crítica ao colonialismo alemão[2], a Germânia apresentava o carro "Angra Pequena", onde eram retratados "os habitantes do 'continente negro', sob palmeiras e bananeiras, vivendo em paradisíaca inocência, sem ter a menor ideia do que vinha a ser o 'regime tutelar'" (*Koseritzi' Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 21 de fevereiro

2 Entre de 1884 e fevereiro de 1885, sob a liderança do chanceler alemão Otto von Bismarck, Portugal, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda e mais nove potências da época, se reuniram na Conferência de Berlim, visando regular o Direito Internacional Colonial. Debatendo a ocupação do continente africano, os países definiram a "partilha da África", oficializando o domínio dos territórios.

de 1885. Apud 2004, p. 187). Baía localizada na costa desértica da Namíbia, inicialmente explorada pelos portugueses, Angra Pequena se tornou colônia do Império Alemão, a partir de 1884. Anos antes, o comerciante alemão Adolf Eduard Lüderitz havia ocupado a região, e, em função da ameaça dos povos locais em requerer o auxílio inglês, Lüderitz solicitou a proteção do Império Alemão (CHIPALANGA, 2022). Satirizando o antigo envolvimento de Portugal e Inglaterra, e a entrada tardia da Alemanha na dominação colonial do continente africano, o jornal *Koseritz' Deutsche Zeitung*, de propriedade de Carlos von Koseritz, seguiu detalhando a alegoria: "acima deles pairava a bandeira alemã para qual olhavam com certa estranheza, já que esta lhes parecia menos colorida do que aquela a muito conhecida da Inglaterra e de Portugal" (*Koseritz' Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1885. Apud 2004, p. 187).

Entre os demais carros de crítica que faziam referência à germanidade, destaca-se o da "Linguiça dos Prados", em que eram retratadas "as típicas cenas do Prado, nas quais o relho e as facas ocupam lugar central. Sobre um grande cavalo de balanço, dois jockeys competiam. [...]. No alto pairava uma grande linguiça, em alusão à *wurstymacherei* então corrente nos prados" (*Koseritz' Deutsche Zeitung*, Porto Alegre, 21 de fevereiro de 1885. Apud GANS, 2004, p. 186); um acampamento militar, onde em "frente a uma barraca via-se um barril de cerveja e armas recostadas onde membros da infantaria prussiana [...] eram servidos por cinco 'adoráveis' *marketenderinnen*, mulheres que exerciam aqui, o comércio informal de mantimentos comumente realizado no front ou durante as manobras" (GANS, 2004, p. 29); bem como o carro em que Lorelei, "uma linda jovem que, sentada sobre um rochedo à beira do Reno, enfeitiça, com seu canto os timoneiros que acabam por perder o controle da nau e naufragam" (GANS, 2004, p. 29). Essa alegoria era inspirada em lendas germânicas, datadas do início do século XIX, que deram nome ao penhasco localizado junto ao rio Reno, no estado da Renânia-Palatinado, onde numerosos marinheiros perderam suas vidas, ao longo do tempo (MENESES, 2020).

Embora muitas das temáticas apresentadas no desfile possam ser entendidas como representações do germanismo, havia também aquelas que se referiam às questões políticas locais, como o bloco em que uma gangorra satirizava a disputa entre liberais e conservadores. Nos extremos da gangorra "Dr. Barcellos e Silveira Martins procuravam manter-se equilibrados. Subiam os liberais e Martins passava a discursar em alta voz e a distribuir panfletos liberais" (*Koseritz' Deutsche Zeitung*, 21 de fevereiro de 1885. Apud 2004, p. 186). De acordo com Gertz (2022, p. 7), imigrantes alemães e seus descendentes enfrentaram restrições ao exercício da cidadania, que só foram sendo eliminadas, gradativamente, na segunda metade do século

XIX. Naquilo que tange à participação política, por exemplo, foi somente em 1881 que os naturalizados e não católicos tiveram o direito ao voto.

A partir disso, é possível verificar que, apesar da Germânia ser reconhecida por seu caráter étnico, o qual buscava demarcar em suas exibições e festividades, ela também não deixava de manifestar expectativas de exercício de cidadania e integração à sociedade local, tanto que em seu desfile trouxe um grupo de gaúchos vestidos em trajes típicos, e montados a cavalos. Cabe observar que, dois anos antes, a Esmeralda havia apresentado um carro de crítica à figura de Kosertiz (naturalizado, não-católico, recém eleito para Assembleia provincial) em que ele revelaria seu "desprezo pelos brasileiros, índios e negros e confessa[va] planos de entregar terras brasileiras à Alemanha de Bismarck" (LAZZARI, 1998, p. 124). Buscando serenar a desconfiança que muitos nativos pudessem ter diante de alemães e seus descendentes, a Germânia talvez tenha procurado apresentar outra versão de sua presença na cidade, escolhendo temáticas que expressavam a constituição do ser "teuto-brasileiro, ou seja, pessoas conscientes de seus direitos e suas obrigações perante a sociedade e, ao mesmo tempo, moldadas com entusiasmo à língua e às tradições culturais de origem" (GREGORY, 2013, p. 156).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do carnaval, foi possível vislumbrar a marcante presença de alemães e descendentes na formação da sociedade porto-alegrense. Do contato com a antiga brincadeira do entrudo à participação nas demais formas de celebrá-lo, com seus bailes e préstitos, constatamos que a festa colocava em pauta construções identitárias em que se expressavam tensões, conflitos, disputas e alianças a respeito dos valores que definiriam o viver em sociedade.

Observamos que a pluralidade étnica cultural que caracterizava a cidade, na segunda metade do século XIX, pode ser um indicativo para os conflitos que se originavam das brincadeiras de entrudo, folguedo típico da freguesia marcadamente açoriana que era a Porto Alegre do início dos oitocentos. Fosse por pedradas no lugar das bolas de cera, do ácido sulfúrico nos limões de cheiro ou de facadas por causa das bisnagas, o não compartilhamento de valores e as divergências nos usos e costumes contribuíam para pôr em conflito os diferentes grupos que compunham a sociedade, e que atribuíam distintos significados ao festejar.

Com a introdução de uma nova forma de celebrar o reinado de Momo, através da exibição de grupos ou de préstitos pelas ruas da cidade e bailes carnavalescos em diferentes associações, vimos que alemães e descendentes tiveram ativa participação no carnaval. Seja aderindo às so-

ciedades luso-brasileiras, como Esmeralda e Venezianos, ou festejando em associações que demarcavam seu pertencimento a uma identidade étnica, eles constituíram um novo espaço social além-mar.

Neste sentido, verificamos que elementos de preservação e difusão da língua e da cultura alemãs por parte de imigrantes e descendentes alemães podem ser percebidos por meio do carnaval. *Os Menestréis* e os *Musterreitz*, por exemplo, trouxeram para as ruas performances de garrafas de cerveja, e a figura do caixeiro viajante, elementos reconhecidamente associados aos alemães, tal qual a Germânia, identificada por seu caráter étnico – "os seus sócios são uma plêiade de moços folgazões, e entre aqueles patuscos, admiradores do chanceler Bismark". Seus bailes carnavalescos eram espaços privilegiados para práticas e representações engendradas pelo germanismo, como a realização de *kappensitzung* e de *kränzchen*, e permitiam a construção de redes não só de sociabilidades, como também de solidariedade, que se tornaram fundamentais à sua inserção na sociedade brasileira. Os desfiles, por sua vez, retratavam questões pertinentes aos interesses próprios da comunidade germânica, bem como expressavam expectativas de exercício de cidadania. À vista disso, sem abdicar das origens e do componente étnico na formação de sua identidade, imigrantes alemães e seus descendentes tiveram no carnaval a oportunidade de externar seus sonhos, desejos e anseios, integrando-se à pátria que os recebera.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. *Patrimônio e Memória* , vol.7, n. 1, p. 134-150, 2011.

ANUÁRIO *estatístico do Brasil 1936*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 2, 1936.

ARAÚJO, Dina. *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora UnB, 2017.

ASSMANN, A. B.; MAZO, J. Z. As sociedades de damas atiradoras: pelos caminhos da prática do tiro ao alvo em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. *Revista da Educação Física / UEM*, vol. 24, n. 4, p. 567–580, 2013.

BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento*: histórias de um bairro de elite de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2008.

BRAUN, Felipe; BLUME, Sandro. *Alemães em Porto Alegre*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

CHIPALANGA, D. C. *A independência da Namíbia e o desmoronamento do sistema do apartheid na África do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licencia-

tura no Ensino de História). Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, Lubango, 2022.

DICKIE, M. A. S. Dos "Senhores do Sul" aos Brummer: a trajetória da construção social do trabalho, RS 1824-1880. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1989, Caxambu. *Anais*... Caxambu: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989.

DIHLL, Tuane L. "Anjos da caridade": as mulheres integrantes do centro abolicionista de Porto Alegre (séc. XIX/ RS). *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 159, p. 41-66, 2020.

DUARTE, Tiaraju S.; LOURENÇO, William M.; FONTANA, Guilherme. Origem, Ascensão e Decadência das Cervejarias no Estado do Rio Grande do Sul: Um Recorte Espaço-Temporal do Século XIX e XX. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia/MG, v. 21, n. 73, p. 368–379, 2020.

FACHEL, José Fraga. Os grupos de bolão e os Kränzchen em Santa Cruz do Sul. *I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Filosofia/UFRGS. Porto Alegre, 1963.

FARIA, Eduardo de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1859.

FERREIRA, Athos Damasceno. *O Carnaval porto-alegrense no século XIX*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

FLORES, H. A. H. Carolina von Koseritz. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 9, n. 1, 2, p. 101-110, 1983. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36354>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FLORES, H. A.H. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

FLORES, M. Do entrudo ao carnaval. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 22, n. 1, p. 149-162, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1996.1.28783>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René. Alemães em Porto Alegre: sua presença no trabalho, na cultura, no comércio, na indústria. In: KUHN, Fábio; SCOTT, Ana Sílvia Volpi (Orgs.).*Porto Alegre 250 anos*: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos Editora, 2022.

GERTZ, René. O associativismo entre alemães e descendentes no Rio Grande do Sul. In: BASTOS, Maria Helena Camara et al. (Orgs.). *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS*: memórias e histórias (1858-2008). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013, p. 25-50.

GERTZ, René. *O Perigo alemão.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. *Cadernos Adenauer* XIV, edição especial, 2013. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=6784b18c-388e-36b9-7404-2f6de3f23a15&groupId=265553>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GRÜTZMANN, Imgart. Imigração alemã, história dos livros e da leitura e comércio livreiro: a atuação de Heinrich Rosenhaim em Porto Alegre (1864-1870). In: POSSAMAI, Paulo César et al. *Seminário de História do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: OIKOS, 2015.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional. Porto Alegre: Editora D. C. Luzzatto Editores, 1986.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna*: de 1800 aos dias atuais. Tradução de Claudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2013.

LAZZARI, Alexandre. *Certas coisas não são para que o povo as faça*: Carnaval em Porto Alegre (1879-1915). Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 1998.

LEAL, Caroline. *As Mulheres e o Carnaval*: Porto Alegre (1869-1885). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

LICHT, Henrique Felippe Bonnet. Tiro – Subsídios históricos. *Centro de Memória do Esporte,* 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/95113>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MASSEY, Douglas et al. Theories of international migration: areview and appraisal population and development. *Review*, New York, vol.19, n. 3, 1993.

MAUCH, Cláudia (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. da Ulbra, 1994.

MELO, V. A.; KARLS, C. K.. A modernidade sobre rodinhas: a patinação na Porto Alegre do século XIX (1878-1882). *História Unisinos*, vol. 20, n. 1, p. 50-59, 2016.

MEMMESHEIMER, Florian. Kappensitzung. *Landesbibliothekszentrum Rheinland-Pfalz,* 2021. Disponível em: <https://lbz.rlp.de/de/ueber-uns/publikationen/virtuelle-ausstellungskataloge/karneval-in-der-kultur/kappensitzung>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MENESES, A. B. Sereias: sedução e saber. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 75, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i75p71-93>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MÜHLEN, Caroline von; SANTOS, Rodrigo Luis dos. Os caixeiros viajantes como agentes formadores de redes sociais no Rio Grande do Sul. **Ágora**. Santa Cruz do Sul, vol. 20, n. 1, p. 124-133, 2018.

NEUMANN, G. R. O Brasil na literatura alemã do século XIX e a temática da emigração: as obras em prosa. *Espaço Plural*, vol. 9, n. 19, p. 9-19, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1921>. Acesso em: 6 jun. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da indústria sul-rio-grandense*. Guaíba: RIOCELL, 1985.

PIASSINI, Carlos E.; SAUSEN, João V. As transformações do séc. XIX e a imigração dos *brummer* e dos jesuítas para o Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico* e Geográfico do Rio Grande do Sul, n.159, p. 67-90, 2020. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihgrgs/article/view/104024/59778>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PIASSINI, Carlos Eduardo. *Imigração Alemã e Política: os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brüggen e Bartholomay*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017, p. 40-56.

REVERBEL, Carlos. Apresentação. In: HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional. Porto Alegre: D. C. Luzzato; EDUNI-SUL, 1986.

RIO GRANDE DO SUL, Estado do. Arquivo Público do Estado. *Processo-crime n.2846*, maço 175, Porto Alegre, 1885.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*: a ideologia germanista e o grupo étnico numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

WEIZENMANN, Tiago. *"Sou, como sabem..."*: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WITTER., J. S. Hormeyer, Joseph – O que Jorge conta sobre o Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* n. 6, p. 150-151, 1969. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/56531>. Acesso em: 6 jun. 2023.

Recebido em: 27/08/2023
Aceito em: 26/11/2023

A HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ FICCIONALIZADA NO ROMANCE *A FERRO E FOGO:* A PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES E SEUS DESCENDENTES NA GUERRA DO PARAGUAI

THE HISTORIOGRAPHY OF GERMAN IMMIGRATION FICTIONALIZED IN THE NOVEL A FERRO E FOGO: THE PARTICIPATION OF GERMAN IMMIGRANTS AND THEIR DESCENDANTS IN THE PARAGUAYAN WAR

Eduardo Ortiz[1]

RESUMO

História e Literatura, ao abordarem o passado, produzem narrativas que transitam muito próximas uma da outra, principalmente gêneros como o romance histórico. Dito isso, neste artigo buscamos compreender o processo de construção da narrativa do romance histórico por meio da obra *A Ferro e Fogo*, de Josué Guimarães. Para tanto, elaboramos um estudo comparativo entre o romance e obras historiográficas utilizadas pelo autor para a composição de sua narrativa. Com o intuito de darmos maior profundidade à nossa análise, investigamos também os rastros deixados pelo romancista nos exemplares das obras historiográficas que compõem o seu acervo – ALJOG/UPF. Assim, passamos a abordar, nesta pesquisa, a representação literária acerca da participação dos imigrantes alemães e de seus descendentes na Guerra do Paraguai, buscando demonstrar a refiguração da historiografia por meio da construção narrativa elaborada pelo romancista, chegando à conclusão de que a mesma pode ser lida, sobretudo pelo público não acadêmico, como história, oferecendo, desta forma, uma leitura paralela à da historiografia tradicional, considerada como "oficial", no período

Palavras-chave: *A ferro e fogo*; Josué Guimarães; Guerra do Paraguai; Imigração alemã; Romance Histórico.

ABSTRACT

History and Literature, when approaching the past, produce narratives that transit very close to each other, mainly genres such as the historical novel. That said, in this article we seek to understand the process of construction of the narrative of the historical novel through the work A ferro e Fogo. For this, we elaborated a comparative study between the novel by Josué Guimarães and historiographical works used by the author for the composition of his work. In order

1 Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, com doutorado sanduíche na Freie Universität Berlin (FU), Alemanha, onde realizou pesquisas no Lateinamerika-Institut (LAI) e Ibero-Amerikanisches Institut (IAI). Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor na Rede Marista Brasil.

to give greater depth to our analysis, we also investigated the traces left by the novelist in the copies of the historiographical works present his collection – ALJOG/UPF. Thus, we started to approach in our research the literary representation about the participation of German immigrants and their descendants in the Paraguayan War, seeking to demonstrate the refiguration of historiography through the narrative construction elaborated by the novelist, reaching the conclusion that it can be read, above all, by the non-academic public, as history, thus offering a reading parallel to that of traditional historiography, considered "official" in the period

Keywords: *A ferro e fogo; Josué Guimarães; Paraguayan War; German immigration; Historical Novel.*

INTRODUÇÃO

Com o surgimento de teorias narrativistas, a historiografia e a escrita literária passaram a ser analisadas de maneira comparativa, sendo notável, desde então, os pontos que aproximam os dois gêneros, já que é possível encontrar elementos ficcionais na narrativa produzida pela História, do mesmo modo que há elementos históricos na narrativa romanesca. Todavia, tais elementos ficcionais não implicam no caráter científico da História, pois, como explica Certeau (2011, p. 46), "a ficção se encontra também no campo da ciência", servindo esses caracteres ficcionais apenas como elementos organizadores da narrativa historiográfica, e não definidores de sua construção. Indo de encontro a essa perspectiva, Koselleck (2012, p. 141-142) explica que:

> [A] ficcionalidade dos eventos narrados corresponde, no nível das estruturas, ao caráter hipotético de sua "realidade". Ora, sem dúvida, tais afirmações da teoria do conhecimento não podem impedir o historiador de se servir da ficcionalidade e das hipóteses para comunicar linguisticamente a realidade passada como um resultado de um estado de coisas empiricamente assegurado (KOSELLECK, 2012, p. 141-142).

Compondo-se de material discursivo, mediadas pela organização temporal e espacial da história feita por cada escritor e tendo como aspiração livrar do esquecimento eventos e sujeitos históricos – e aqui aludimos à literatura de temática histórica –, ambas as narrativas colaboram para a construção de novos discursos, os quais criam memórias e esquecimentos.

Tanto a História quanto a Literatura produzem sobre seu público um efeito prático muito próximo, visto que, mediante elas, o leitor procede, através daquilo que Paul Ricoeur (2010b, p. 103) se referiu como "tomar juntamente narrativo" dos eventos representados. Dito de outra maneira, o público de ambas as narrativas guia-se por intermédio do ato reflexionan-

te, o qual é, por sua vez, judicatório, já que o processo de narrar consiste em "refletir sobre" eventos e personagens. Como resultado, esse processo acaba por modificar a concepção e a conduta que os leitores possuem sobre o mundo, ao mesmo tempo em que cria, ou ainda reforça, valores sociais pré-estabelecidos.

Em virtude da liberdade criativa do escritor literário de completar as lacunas deixadas pelo historiador, por intermédio de seu universo criativo, as ficções possuem o poder de "soprar vida em almas mortas" (CHARTIER, 2014, p. 8), tornando a Literatura mais atraente para o leitor "comum", que não busca um saber científico, mas uma obra que represente determinado episódio, e pela qual, por consequência, possa obter alguma noção sobre os acontecimentos tratados no recorte temporal que a narrativa se propõe a apresentar, o que faz com que um romance acabe por atingir um público mais amplo do que o alcançado por uma obra historiográfica.

Esse "sopro de vida" proporcionado pela narrativa literária, mencionado por Chartier (2014, p. 8), não procura representar apenas aquilo que comprovadamente aconteceu, visto que cabe à História o caráter científico de buscar a "realidade", mas também desenrolar-se sobre aquilo que poderia ter acontecido, resgatando, desta forma, o "real" ausente. À vista disso, não é intuito da Literatura postular uma verdade absoluta, pois seu princípio ficcional age "por sua condição de como se", sem ter a pretensão de "ser a última palavra" (LIMA, 2006, p. 21). Cabe ressaltar ainda que essa liberdade criativa conferida ao romancista e a condição de "como se" da Literatura não diminui a importância da narrativa ficcional, em vista de que:

> [A] 'realidade' não é uma referência objetiva externa do discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem. Essa perspectiva afirma que os interesses sociais nunca são uma realidade 'pré-existente', mas sim sempre o resultado de uma construção simbólica e linguística, e considera que toda a prática, seja qual for, se situa necessariamente na ordem do discurso (CHARTIER, 2016, p. 47-48).

Seguindo esse raciocínio, Chartier (2014, p. 8) explica também que "os historiadores têm tomado consciência de que não possuem o monopólio de representar o passado e de que sua presença pode ser estabelecida por relações com a história infinitamente mais poderosas que seus escritos". Antes mesmo do século XVIII, surgem obras em que "a ressurreição dos mortos assumia um significado mais literal quando certos gêneros buscavam aproximar-se do passado. Isto acontecia com inspiração no épico, com o detalhe narrativo e descritivo do romance histórico" (CHARTIER, 2014,

p. 8). E foi principalmente a partir desse último gênero citado que, ainda segundo Chartier (2014, p. 8), obras de ficção passaram a dar ao passado uma presença que com frequência era mais intensa do que aquela que os livros de História podiam fornecer, já que elas apresentavam um mundo mais completo e acessível, justamente pelo fato de não ficarem limitadas às fontes históricas.

A teoria do romance histórico moderno, por sua vez, foi sistematizada por György Lukács, e publicada em seu livro intitulado *O romance histórico*, em 1937. Neste ensaio de natureza teórica, Lukács (2011) reflete acerca da grande literatura que representa a completude da história, apresentando uma teoria descritiva na qual demonstra o momento de encontro entre o sentido e a experiência, mediante o qual foi possível à filosofia entender a interação existente entre o espírito histórico e a literatura que representa a totalidade histórica.

Estudando o romance histórico de modo materialista, a partir de uma visão de cunho ideológico, Lukács analisa-o enquanto "manifestação de resistência à autoridade e ao discurso monólogo do poder". Assim, o autor (LUKÁCS, 2011, p. 29) examina a "interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento", priorizando o tempo que muda de maneira abrupta, impactando diretamente sobre os indivíduos e suas vivências, ao invés do tempo que simplesmente passa, deixando os indivíduos inertes perante a sociedade e seus acontecimentos.

A ferro e fogo, que, devido ao alto grau de historicidade nele contido, pode ser lido como obra histórica, possibilita ao leitor não apenas a construção de significados para um real ausente, mas também a reinterpretação proporcionada pela história tradicional dos eventos, a reformulação das personagens históricas e a ressignificação do espaço, colaborando de maneira efetiva para a construção da memória histórica sobre os povos germânicos em solo gaúcho, assim como para os eventos em que direta ou indiretamente participaram, uma vez que temos representado em *Tempo de Solidão* o drama vivido pelos imigrantes alemães desde sua chegada à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, passado por conflitos como a Guerra da Cisplatina e a Guerra Farroupilha, e em *Tempo de Guerra*, como veremos aqui, a Guerra do Paraguai, e o início do que viria a ser a revolta dos *mucker*.

Essa historicidade buscada pelos romancistas, ligada diretamente à temporalidade da obra literária, é um assunto que, como atenta Chartier (2014, p. 214), fez com que historiadores interessados pela poética da narração buscassem suporte na obra *Tempo e narrativa*, de Paul Ricoeur, a qual

aborda as relações comuns existentes entre as estruturas narrativas que compõem tanto a ficção quanto a história. Em *Tempo e narrativa*, Ricoeur articula sua análise em três momentos da *mímesis*, denominando-as *mímesis* I, *mímesis* II e *mímesis* III.

A *mímesis* I diz respeito a uma pré-compreensão do agir humano. Essa pré-compreensão, comum ao escritor e ao seu leitor, delineia a construção da intriga por meio da mimética textual, enraizada na experiência temporal da pré-compreensão do mundo das ações, "de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal" (RICOEUR, 2010a, p. 96).

Já a mímesis II caracteriza-se por configurar o processo concreto da composição textual mediadora entre a prefiguração do campo prático e a refiguração dada pela recepção da obra. Constitui o eixo da análise da teoria de Ricoeur por justamente possuir a função de corte, abrindo o mundo da composição poética – do "como se" – e instituindo "a literariedade da obra literária" (RICOEUR, 2010a, p. 94). Esse processo ocorre por intermédio da operação de configuração, ou, em outros termos, por meio da construção da intriga, uma vez que esta exerce, dentro de seu próprio campo textual, a função de integração e, graças ao seu dinamismo de mediação, essa função lhe permite exercer, mesmo fora de seu campo, a intermediação entre "a pré-compreensão e [...] a pós-compreensão da ordem da ação e de seus aspectos temporais" (RICOEUR, 2010a, p. 114).

Por último, a *mímesis* III refere-se ao momento em que a narrativa atinge seu sentido pleno, e é reintroduzida ao tempo do agir e do padecer, finalizando, assim, o percurso mimético. Esse estágio da *mímesis* é caracterizado pelo encontro entre o mundo do texto literário e o mundo do leitor, ou, como explica Ricoeur (2010a, p. 123), é "a intersecção entre o mundo configurado pelo poema e o mundo no qual a ação efetiva se desdobra e desdobra sua temporalidade específica".

Assim, por intermédio da *mímesis* I, da *mímesis* II e da *mímesis* III, temos uma dialética entre a aporética e a poética da temporalidade, que culmina na relação entre tempo e narrativa. O ato de leitura é o condutor da capacidade que a intriga possui de modelizar a experiência, articulando-se ao dinamismo próprio do ato configurante, prolongando-o e conduzindo-o ao seu termo. Temos também, por intermédio da leitura, a refiguração da experiência temporal por meio da composição da intriga, marcando a entrada da obra tanto no campo da comunicação quanto no da experiência. No campo da comunicação, um mundo se projeta ao leitor, o qual o recebe conforme sua própria capacidade de acolhimento. Já no campo da referência, o leitor recebe não apenas o sentido da obra, mas, por intermédio deste,

a experiência que a narrativa traz para a linguagem, juntamente ao mundo e à temporalidade contidos nela.

Desse modo, elaboramos um estudo que demonstra a correspondência entre o romance *A Ferro e Fogo* e algumas das obras historiográficas utilizadas por Josué Guimarães para a sua empreitada, mais especificamente, *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, do historiador francês Jean Roche, e História do Rio Grande do Sul, de Danilo Lazzarotto. Nossa crença de que ambas as obras historiográficas citadas tenham sido utilizadas na composição de *A Ferro e Fogo* não se faz apenas pela similaridade delas com o romance, como buscamos apresentar no decorrer do artigo, nem tão somente devido às suas presenças nos espólios do romancista que compõem o Acervo Literário Josué Guimarães, localizado na Universidade de Passo Fundo, mas sobretudo pela existência de diversos rastros como marcações e sublinhados presentes nos exemplares da biblioteca que pertenceu ao autor. Dito isso, tal trabalho foi desenvolvido por meio de uma análise comparativa entre a ficção e as suas fontes, de modo a expor, por meio da confrontação, os trechos da representação fictícia criada pelo autor e as possíveis passagens que serviram, de algum modo, para a sua elaboração, tentando captar a interpretação do literato frente ao evento.

1 A participação dos imigrantes alemães e seus descendentes na Guerra do Paraguai

Se Josué Guimarães inicia *Tempo de Solidão* com um importante marco na história do Rio Grande do Sul, que é a chegada dos primeiros imigrantes alemães à então província de São Pedro, em 1824, o autor também finaliza *Tempo de Guerra* com outro evento de tal magnitude, ou seja, a Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai ocorreu entre os anos de 1864 e 1870, colocando de um lado da disputa a Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai, e, de outro, o Paraguai. Um dos principais motivos para a eclosão do conflito está ligado, como aponta Zevallos (1995, p. 264), ao modelo econômico adotado pelo Paraguai, que buscava o seu desenvolvimento de modo autônomo, a partir de forças internas, fechando-se para o mercado exterior e, consequentemente, ficando fora da zona de influência das grandes potências capitalistas da época. Além disso, em virtude desse sistema, o autor argumenta ainda que o país não havia solicitado, até aquele momento, qualquer tipo de empréstimo ao exterior, algo que ia completamente na contramão de seus vizinhos de economia aberta, e incomodava potências credoras como a Inglaterra, que pressionava, sobretudo, o Brasil para que alguma atitude fosse tomada frente à postura de seu vizinho.

Não entraremos no mérito das discussões acerca de até que ponto a potência saxônica, que "oficialmente foi neutra" (Smith, 1979, p. 226), influenciou e o nível de responsabilidade que teve na deflagração do conflito, pois esse não é o foco de nossa discussão. Todavia, além de a Inglaterra ter participado ativamente no processo de organização do acordo que culminou na formação da Tríplice Aliança (Galeano, 1973, p. 210), também foi quem lucrou com o financiamento do conflito, fornecendo grandes montantes em forma de empréstimos ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai, ao mesmo tempo em que virou as costas ao Paraguai, negando qualquer tipo de auxílio financeiro durante a guerra, além de ser notório que o ministro britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, participou de forma ativa do conflito, chegando a ocupar o posto de assessor do governo da Argentina (Zevallos, 1995, p. 264-265).

Dessa maneira, com a influência de forças externas, várias medidas passaram a ser implantadas, não apenas pelo Brasil, mas também pelos países platinos pró-Inglaterra, das quais a mais impactante foi, sem dúvida alguma, "o bloqueio naval do Rio da Prata pela Marinha Real em meados da década de 1840" (Bethell, 1995, p. 276), resultando no corte do único acesso que os paraguaios possuíam ao mar. Diante de tal atitude drástica, Solano López não vê outra alternativa para a sobrevivência de seu país a não ser entrar em guerra aberta contra as nações responsáveis pelo entrave na via fluvial.

As tensões iniciaram com o aprisionamento, no porto de Assunção, do presidente da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, posteriormente morto no cárcere, e do vapor brasileiro que o transportava, em 11 de novembro de 1864. Seis semanas após o ocorrido, sob ordens de Solano López, o exército paraguaio invade o território brasileiro pelo sul da Província de Mato Grosso.

Após esse último movimento, o conflito propriamente dito se deflagra, resultando, segundo Mota (1995, p. 244), em um desastre econômico e demográfico para o Paraguai, em que aproximadamente 80% da população masculina jovem foi morta durante o período do confronto bélico, seja em combate, por fome ou pelas inúmeras doenças que assolaram os soldados. Ainda segundo esse autor, essa guerra, devido à sua proporção, pode ser considerada "a mais sangrenta do século XIX", em vista de que foi responsável por proporcionar "uma chacina em larga escala, uma hecatombe demográfica, um genocídio, inclusive no final, com o que restou do exército paraguaio cheio de crianças, um cataclisma que desequilibrou o Império".

Dito isso, iniciamos a nossa análise do conflito partindo das obras historiográficas que serão utilizadas para confrontar com a narrativa de

A Ferro e Fogo. Ao analisarmos o catálogo de livros pertencentes ao Acervo Literário de Josué Guimarães, localizado na Universidade de Passo Fundo, encontramos um número limitado de obras que abordam a Guerra do Paraguai. Entre as selecionadas para o nosso estudo, trazemos *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*, do historiador francês Jean Roche, da qual tivemos acesso ao tomo que pertencera ao romancista e, consequentemente, às suas anotações, e a obra Viagem Militar ao Rio Grande do Sul, de Conde Gaston d'Orleans d'Eu, que, mesmo sem termos acessado ao exemplar que pertencera ao autor, pudemos localizar várias passagens que correspondem com o romance.

Embora esse último título não seja uma obra historiográfica propriamente dita, uma vez que o livro configura-se como uma espécie de diário de viagem, em que o nobre registra suas impressões sobre o conflito, assim como os episódios que presenciou, na companhia da comitiva do Imperador D. Pedro II, sobretudo durante o Cerco de Uruguaiana, essa produção, por sua relevância como relato, acabou servindo como fonte para diversos trabalhos no campo da História, e, dessa forma, decidimos empregá-lo em nossa análise, em vista de que se configura como um importante documento histórico.

No que diz respeito às informações contidas nas obras por nós analisadas, utilizadas por Josué Guimarães para compor a narrativa da Guerra do Paraguai em Tempo de Guerra, encontramos em Roche (1969, p. 19) a informação de que a campanha militar terrestre iniciou quando "um corpo do exército paraguaio invadiu o Oeste do Rio Grande e apoderou-se de São Borja, a 10 de julho de 1865, de Itaqui, a 17 de julho, de Uruguaiana, a 5 de agosto".

Acerca desse primeiro movimento, Conde d'Eu narra, em *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, que logo após a sua chegada à cidade de Rio Grande, recebeu a notícia, trazida por um comandante do exército, de que:

> [O]s paraguaios, saindo do seu país, atravessaram, sem disparar um tiro, a província argentina de Corrientes; em seguida passaram Uruguai na parte superior do seu curso e penetraram na província brasileira do Rio Grande do Sul, apoderando-se das vilas de São Borja e Itaquí, situadas na margem esquerda do Uruguai, e, descendo ao longo desta margem, mostraram intenção evidente de se dirigir para o Estado Oriental, onde contam amigos (D'EU, 1936, p. 29-30).

Tal ação, complementa o nobre, acabou deixando Uruguaiana e Alegrete expostas a ataques inimigos. Porém, naquele setor, operavam dois corpos do Exército Brasileiro, comandados pelos generais Caldwell e Cana-

barro, além de poderem também contar com as tropas de Flores, que estavam estacionadas não muito distante dali, na margem direita do Uruguai, de frente para Uruguaiana. Dessa forma, acreditava ele, as intenções dos paraguaios logo seriam frustradas. Todavia, pouco tempo depois, o Conde recebe "a desagradável notícia de ter o inimigo entrado em Uruguaiana" (D'Eu, 1936, p. 52).

Em *A Ferro e Fogo*, Josué Guimarães parte do mesmo acontecimento que as obras anteriormente citadas, ou seja, a invasão das cidades sul-rio-grandenses de São Borja e Itaqui. Como ocorreu durante toda a representação da Guerra Farroupilha, o romancista mais uma vez vale-se de Philipp para abordar o evento, o qual passa a ser, nesse momento, uma espécie de representante não apenas do grupo teuto presente no conflito, mas de um modo geral dos soldados brasileiros da Tríplice Aliança, em vista de que será por meio das suas experiências que o conflito será apresentado ao leitor.

Sendo assim, após um lapso de tempo transcorrido entre um ferimento sofrido por Philipp, durante aquela que seria uma das últimas batalhas da Guerra Farroupilha, em 1845, no Passo do Leão, e outro durante a invasão paraguaia de São Borja, em 1865, a narrativa passa a apresentar um Philipp não mais garoto, e soldado raso, mas um homem feito, com quarenta e seis anos, ocupando a patente de tenente.

Ao acordar desnorteado, acreditando ainda estar combatendo contra os imperiais, Philipp pergunta a alguém que está próximo, tomando conta dele, o que estava acontecendo. O soldado se apresenta como sendo Ziedler, e informa que "Estigarribia chegara de surpresa, a praça de São Borja caíra, mas o Coronel Menna Barreto ainda tivera tempo de evacuar seus homens, não havia como resistir" (Guimarães, 2008, p. 150).[2]

Essas informações repassadas por Ziedler acerca da evacuação vão ao encontro, mesmo que resumidas, do relato apresentado por Conde d'Eu, de onde, pelo contexto, provavelmente Josué Guimarães tenha se apropriado dos elementos históricos para a sua narrativa. Nesta passagem, o nobre busca justificar como correta a estratégia de retirada do exército brasileiro, argumentando que:

> [A] 10 de Junho, quando os paraguaios começaram a atravessar o rio, a única guarnição que havia em S. Borja era um destacamento de cerca de 100 homens, da Guarda Nacional a pé. Eram os paraguaios, como se sabe, cerca de 6.000 e traziam cinco peças de artilharia; contudo aqueles 100 ho-

2 A partir das próximas páginas, devido à grande quantidade de citações de *A ferro e fogo: tempo de guerra*, indicaremos apenas o ano da edição, 2008, e o número da página.

> mens dirigiram-se para o rio e dispararam alguns tiros de espingarda sobre os barcos inimigos. Eram 20 barcos, que tinham vindo do Paraguai em carros de bois, [...] cabendo em cada um 25 homens. Eram, portanto, 500 paraguaios que passavam de cada vez [...]. Mesmo admitindo-se que 100 homens tivessem podido deter uma destas colunas, de que serviria isso, se teriam de ser logo envolvidos pelas outras? Tentaram-no os nossos, todavia, e iam ser esmagados pelas colunas inimigas convergentes [...]. A vista desta cavalaria suspendeu a ação dos tímidos inimigos. Pôde a infantaria unir-se de novo e, apoiando-se uma sobre a outra, infantaria e cavalaria foram-se retirando em boa ordem para a cidade. Entretanto o 1.º batalhão de Voluntários, da força de 600 homens, que se dirigia para São Borja, e apressara a marcha ao receber notícia do perigo, chegou aquele sítio, com o muito digno coronel João Manoel Menna Barreto. Tomou o coronel o comando de toda força e fez desenvolver Voluntarias e Guarda Nacional e marchar toda a linha contra o inimigo, que, por sua parte, novamente avançava. Porém, dada e recebida uma descarga, reconheceu o coronel a superioridade numérica do inimigo e, ordenando a retirada, levou todas as tropas para a vila, onde mandou tocar as músicas todo o dia (D'EU, 1936, p. 175-176).

A Prosseguindo na narrativa romanesca, tais informações ressurgem quando Philipp, aos poucos, começa a recobrar a consciência, e os fatos retornam à sua mente de forma fragmentada e desconexa, com "os paraguaios invadindo São Borja, levas de milhares e milhares, a fuga desordenada a princípio, os últimos combates na retaguarda, o ferimento inesperado – ligava umas coisas às outras, estavam na guerra contra os paraguaios" (2008, p. 150). Ainda tentando assimilar aquilo que ocorrera, pergunta a Ziedler se muitos haviam morrido, e este informa que "nenhum homem, eles se preocuparam mais no saque do que no inimigo." (2008, p. 150). Tal questão, referente à pilhagem efetuada pelas tropas paraguaias, como ainda veremos mais adiante, é levantada por Josué Guimarães em diversas oportunidades no decorrer de *A Ferro e Fogo* e ressurge novamente logo nas páginas seguintes com Gründling, que agora se encontra engajado no exército imperial, com funções relacionadas à logística e ao abastecimento das tropas no *front*. Ao encontrar o tenente Schneider, Gründling logo condena as ações de Estigarribia, praguejando que "esse porco saqueou a praça de São Borja" (2008, p. 153).

No que tange ao referencial historiográfico utilizado pelo romancista para figurar o *modus operandi* do exército paraguaio, acreditamos que

ele mais uma vez valeu-se da obra *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, onde Conde d'Eu expõe que:

> Lopez dera ordem para serem saqueados os bens dos brasileiros e também de todos os indivíduos que, embora não fossem brasileiros, não estivessem presentes; porque, dizia ele, se tinham fugido da invasão, tinham se colocado, por este fato, debaixo da proteção do exército brasileiro e tinham feito causa comum com ele (D'EU, 1936, p. 171).

Além disso, o nobre complementa ainda que "em conformidade com estas instruções, [...] em São Borja [...] se dera aos soldados paraguaios certo tempo para o saque; e passado este, fora o resto dos objetos, a que os invasores podiam deitar mão, ajuntado por Estigarribia e enviado a López" (D'Eu, 1936, p. 171).

Por meio da mesma fala de Gründling, citada anteriormente, que ao finalizar a questão da retirada forçada de São Borja e do saque ainda braveja que os paraguaios "vêm logo depois e nos correm de Itaqui, como se a gente fosse índio como eles" (2008, p. 153), podemos também notar os preconceitos e a visão de parte dos soldados imperiais acerca da possível origem étnica das tropas de Solano López. Sobre essa questão, Conde d'Eu explica que, apesar da noção "tão geralmente divulgada, de ser o Paraguai uma nação puramente de raça indígena", ele pôde observar, especialmente durante o Cerco de Uruguaiana, que "há homens de raça branca, como os há de raça indígena; porém na maioria são de raça mestiça" (D'Eu, 1936, p. 155). Assim, apesar de Gründling apresentar um pensamento que é, segundo o nobre, o recorrente da época, tal visão acaba por não condizer com a real composição das forças invasoras.

Seguindo cronologicamente no evento, Roche (1969, p. 19) explica que após as forças paraguaias atingirem Uruguaiana, ficaram impedidas de "agir em ligação com o partido *blanco* uruguaio", sendo obrigadas a estacionar na cidade que, pouco tempo depois, foi cercada "pelos Aliados, na realidade, pelos rio-grandenses".

Sobre esses movimentos, Conde d'Eu (1936, p. 72) registra que "os corpos do exército de Flores e do general argentino Paunero bateram e aniquilaram, nas alturas de Uruguaiana, os paraguaios da margem direita", enquanto os "da margem esquerda, não saíram de Uruguaiana, e o general Canabarro está encarregado de vigiá-los a uma légua de distância", impedindo-os de deixarem a cidade. Com a chegada de mais tropas, continua o nobre (D'Eu, 1936, p. 119), o contingente passa a acampar ao redor da cidade, guarnecendo algumas posições e formando, finalmente, o cerco.

Encontramos em *A Ferro e Fogo* a representação do dia a dia do Cerco de Uruguaiana muito bem detalhada, sendo, talvez, o momento do conflito em que Josué Guimarães mais inseriu elementos historiográficos para a representação do evento. Dessa forma, a narrativa romanesca dá conta de que, ainda ferido, Philipp se recupera junto ao seu destacamento, agora estacionado com o restante do contingente das tropas da Tríplice Aliança, nos arredores de Uruguaiana.

Certo dia, enquanto fazia exercícios, Philipp nota uma movimentação atípica no acampamento, com um grande conglomerado de pessoas se movimentando rapidamente. Curioso, questiona Gründling sobre "quem estava chegando com tanta segurança e tanto aparato", e o comerciante lhe informa que "os homens do 16º Corpo de Voluntários da Pátria podem e devem sentir-se orgulhosos: está chegando o Imperador D. Pedro II e com ele sua comitiva", da qual fazia parte, além do monarca, "o Barão de Porto Alegre, o General Caldwell [...], o Visconde de Tamandaré", e também os comandantes das forças aliadas "Flores e Mitre" (2008, p. 173).

No que concerne a este episódio, possivelmente inspirado pela *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, Conde d'Eu (1936, p. 138) narra que "ao meio-dia o imperador monta a cavalo para ir fazer a visita, tantas vezes adiada", e que apesar dos "chefes aliados só receberam o aviso com alguns momentos de antecedência", gerando, de início, certo tumulto e "lamentações intermináveis", pois o "exército não tivera tempo de se formar numa única linha, como devia ter feito, podendo somente formar-se cada corpo diante das suas barracas". Ao final da inspeção, "parecia que tinha havido tempo suficiente para se assentar a hora exata dessa solenidade", pois conforme se espalhava a notícia, os outros destacamentos iam se perfilando à espera de tão ilustre presença. Neste episódio, além das tropas brasileiras, o monarca também percorreu as tropas argentinas de Mitre e as uruguaias de Flores.

Outra situação recorrentemente encontrada no romance diz respeito ao longo período de espera, e à respectiva ansiedade das tropas da Tríplice Aliança para entrar em combate, furar o cerco, e desalojar os paraguaios de Uruguaiana. A primeira menção acerca dessa questão pode ser encontrada no diálogo entre von der Oye e Gründling, onde o primeiro reclama, ao ver o imperador e as outras autoridades confraternizando, que

> [T]anto aperto de mão, tantas apresentações, mas ninguém nos diz quando vamos atacar esses paraguaios que se encastelaram em Uruguaiana, que adianta plantar barraca aqui desta distância, ficar olhando o inimigo através dos binóculos? Ou eles aqui não sabem que aquela gente só sai de lá debaixo de bala e de carga de cavalaria? (2008, p. 173-174).

Ao vê-lo irritado, o comerciante pede que ele tenha calma, argumentando que "eles estavam lá embaixo consumindo toda a comida e mesmo que ninguém atacasse terminavam por hastear uma bandeira branca", argumentando ainda que não era para se preocupar, pois além da questão dos mantimentos, "somos mais de quinze mil homens. E mando cortar esta mão se eles têm lá dentro mais do que cinco ou seis mil" (2008, p. 174).

Além do teor referente à tensão dos soldados afoitos pelo combate, também chamam atenção, nesta passagem, os números apresentados por meio da fala de Gründling, visto que eles condizem com os apresentados por Conde d'Eu, o qual informa, em seu relato, que, com a chegada dos reforços, "as tropas atualmente acampadas em frente de Uruguaiana sobem, na totalidade, a uns 15.000 homens" (1936, p. 119), enquanto "eram os paraguaios, como se sabe, cerca de 6.000" (1936, p. 175).

Mais adiante na narrativa, é Gründling quem demonstra ansiedade pelo momento de avançar, dizendo que "o imperador chegou, as tropas estão prontas, temos três vezes mais soldados que eles lá em Uruguaiana e estou a apostar que ainda esta noite se receba ordens para atacar" (2008, p. 175). Todavia, o pressentimento do comerciante não estava certo, visto que também não foi nessa ocasião que os soldados foram postos em marcha contra o inimigo sitiado.

Philipp, como era de se esperar, também demonstra essa tensão, como podemos observar quando, ao ouvir do médico Grave que tinha novidades para ele, logo antecipa-se a sua fala, dizendo, ansioso, "o ataque é esta madrugada", e ao ouvir a negativa, exclama irritado, "merda, [...] já estamos há um mês aqui cercando essa gente, somos mais do dobro do que todos eles somados e ainda estão com medo de retomar Uruguaiana. Esta é que é a verdade" (2008, p. 175).

Essa situação incomoda as tropas, que convivem com a ansiedade pelo ataque iminente, e que, na obra romanesca, faz parte da "construção objetiva do mundo exterior" e "da revelação dos mecanismos sociais e psicológicos que regem as alegrias e as tragédias dos seres" (GONZAGA, 1988, p. 17), pode ser encontrada em diversas ocasiões nos relatos de Conde d'Eu, o qual testemunha ter percebido, constantemente, enquanto passava pelas barracas, que elas estavam quase sempre vazias, pois "cada comandante fazia exercitarem-se os seus soldados dentro do acampamento, porque bem sabiam todos ser provável que o dia seguinte viesse o princípio do fim". Entretanto, sempre algum empecilho surgia, como por exemplo, quando, após ter sido marcado o ataque para a manhã do dia seguinte, "chega um oficial argentino a galope e entrega uma carta ao barão de Porto Alegre", na qual "o general Paunero solicita mais 24 horas de adiamento!" (1936, p. 143).

Interessante atentarmos para essa solicitação do comandante argentino, pois na narrativa de *A ferro e fogo* ela se faz presente na fala do médico Grave, que ao ouvir Philipp e os outros soldados do regimento reclamarem da demora das autoridades imperiais para organizarem o ataque, algo que, para eles, estava começando a soar como covardia, esse esclarece que "não são os brasileiros que estão com medo, mas os castelhanos. O General Paunero se desculpou dizendo que os seus soldados precisavam proceder à limpeza das armas". Indignado, ainda complementa: "Imaginem vocês, limpar armas agora, às portas da cidade, esses paraguaios a tremerem lá dentro como varas verdes, cercados por todos os lados e até por água, Tamandaré fazendo os seus barcos passearem para lá e para cá. É o cúmulo" (2008, p. 181).

Diante dessa situação, Philipp, ansioso e cansado de esperar, elabora um plano para pôr em prática com seus companheiros. Supondo ser por falta de informações que dessem conta da real situação dos paraguaios e acreditando que os comandantes julgavam os adversários ainda muito fortes dentro da cidade sitiada, o tenente Schneider resolve organizar uma patrulha para adentrar nas linhas inimigas, coletar informações concretas que pudessem colocar um ponto final na situação de indecisão e incentivar o ataque.

Ao finalizar os preparativos, Philipp e seus companheiros seguem durante a madrugada do acampamento onde estavam alojados em direção a Uruguaiana, e chegando próximo do muro da cidade, o tenente Schneider informa que "à direita fica a mureta do cemitério, é onde eles devem ter a guarda mais frouxa" (2008, p. 187), indicando o local para a entrada da patrulha. O plano não sai como esperado, e o grupo de teutos acaba sendo descoberto e capturado pelos inimigos; todavia, não é essa a questão que nos interessa aqui, mas sim o fato de que o romancista leva para sua narrativa, na intenção de enriquecê-la de historicidade, além da posição ocupada pelos soldados germânicos no campo de batalha, que em pouco tempo chegaram ao cemitério da localidade, também o ponto mais desguarnecido da cidade, conforme pode ser confirmado segundo os apontamentos feitos por Conde d'Eu, que registra em seu livro que "o exército de Porto Alegre ocupa a direita e tem atrás de si o famoso cemitério, que, ao contrário do que era de esperar, não entrou no sistema de defesa do inimigo" (D'EU, 1936, p. 149). Cabe ressaltar ainda que tal informação, que expõe a falta de defesa no cemitério, surge no relato do nobre pelo menos em quatro ocasiões.

Já sobre a real motivação para que o ataque acontecesse, Conde d'Eu (1936, p. 144, 145) explica que foi acordado certa noite por seu criado, o qual o informa que algo de estranho estava acontecendo no acampamento. Ao

sair da barraca, o nobre encontra-se com o imperador, que o informa que "os inimigos tinham posto fogo na cidade e tentavam passar o rio; e que se tinham mandado avisar Flores e Tamandaré". Porém, tal informação havia sido passada por um desertor paraguaio, que assim como tantos outros, conforme esclarece o nobre, "nunca se tira nada de positivo", tendo em vista que "o terror que os domina oprime-lhes a pouca inteligência que possuem e fá-los responder afirmativamente a tudo que se lhes pergunta", fazendo com que, dessa forma, um simples incêndio acidental em uma barraca de bambu fosse reportado aos seus interrogadores como uma tentativa de fuga em massa dos soldados de Estigarribia, uma vez que era esse o plano que estava sendo articulado pelos sitiados.

Dada tal informação, mesmo sendo remota a possibilidade de fuga dos paraguaios que, caso ocorresse, poderiam descer o rio e juntar-se aos remanescentes do *Partido Blanco*, resultando, além do acréscimo de soldados ao contingente dos paraguaios, também no ressurgimento do conflito civil no Uruguai, os comandantes da Tríplice Aliança, percebendo "já não [ser] possível adiar o ataque", em vista do plano revelado, decidem que o "exército se poria em movimento contra a cidade ao alvorecer, isto é, às 5 horas e meia" (D'EU, 1936, p. 146).

Desse modo, segundo o relato de Conde d'Eu (1936, p. 149, 150), às doze horas daquele mesmo dia todas as tropas aliadas já se encontravam posicionadas em frente à cidade, formando uma linha levemente côncava, com "o 16º Batalhão de Voluntários", que na ficção comporta as personagens criadas por Josué Guimarães, disposto junto a "três batalhões orientais", apenas esperando a ordem de seus comandantes para atacar, enquanto no outro lado, "os inimigos pareciam repartidos numa única fila por toda a extensão da trincheira, e o resto acumulado nos dois acampamentos do Norte e do Sul".

Nesse momento, antes de dar ordem para o avanço, o nobre (D'EU, 1936, p. 151, 152) narra que "enviou-se a Estigarribia um parlamentário, a propor-lhe, pela última vez, a rendição, dando-lhe um prazo de duas horas para responder". Ao contrário daquilo que todos imaginavam, desta vez o líder paraguaio considerou o pedido, enviando, uma hora depois, como contraproposta, algo que já havia sido acordado anteriormente, ou seja, que além de terem a vida preservada, "os oficiais conservassem as espadas e pudessem retirar-se para onde quisessem, ficando só as praças de *pret* prisioneiras de guerra", todavia, não concordando inteiramente com as solicitações paraguaias, o exército aliado exigia que "os oficias se entregassem sem armas com os soldados".

Porém, antes mesmo que o acordo pudesse ser concretizado formal-

mente, Conde d'Eu (1936, p. 152, 153) explica que, vendo o ministro encaminhando-se mais uma vez para a cidade no intuito de aceitar a rendição de Estigarribia, a cavalaria sul-rio-grandense, que nem sempre procede com disciplina, deixando-se levar pela curiosidade de ver de perto o famoso adversário, dispara em direção às posições inimigas, a despeito dos gritos de ordem do general Cabral. Os paraguaios, por seu turno, aterrorizados com a imagem do exército que se estendia diante deles e percebendo as intenções pacíficas com que a tropa se aproximava, ergueram-se das trincheiras e logo começaram a conversar com os cavalarianos: "Dali a pouco deitam fora as armas, saltam o parapeito e montam na garupa dos cavalos dos nossos soldados. Em todas as direções se vêm galopar cavaleiros rio-grandenses; cada um com um paraguaio na garupa". Desse modo, *La División Paraguaia en Operacioues sobre el Rio Uruguay* deixou de existir no dia 18 de setembro, exatamente 100 dias depois de invadir o território brasileiro, em 10 de junho.

Em *A ferro e fogo*, os movimentos que concomitaram com o fim do cerco de Uruguaiana são narrados por meio de Philipp e seus companheiros de patrulha, que, ao serem capturados pelos paraguaios no cemitério, são amarrados juntos em um grosso plátano sem folhas. No decorrer desse episódio, são constantes as situações em que elementos historiográficos surgem na narrativa, inclusive a data do evento, como é possível observar no diálogo entre Barth e Philipp, quando o primeiro pergunta "se estavam no dia 16 de setembro" e ouve como resposta do tenente "18" (2008, p. 190).

Durante a noite, a patrulha pode observar a situação miserável em que os paraguaios estavam, sem terem mais nada para comer (2008, p. 195), abatendo inclusive alguns cavalos velhos e magros, fato que também pode ser confirmado pelos registros historiográficos (D'EU, 1936, p. 155). Todavia, foi pela manhã, no momento em que se preparavam para serem executados, que puderam ter suas esperanças de sobreviver renovadas, quando notaram que "os soldados do pelotão de fuzilamento correram para ver a caminhada do seu comandante-em-chefe rumo às tropas inimigas", e ao olharem para o horizonte, "viram no alto da primeira coxilha a linha negra, agitada das suas tropas, batalhões iniciavam pelas pontas um avanço lento, as baterias chegavam ao alto puxadas por parelhas de cavalos, os quais eram logo desatrelados e seus homens tratavam lépidos de instalar as peças" (2008, p. 198). Neste momento, sentiram vontade de chorar de tanta alegria, mas não o fizeram por receio de que, ao serem resgatados por seus companheiros, tal ato pudesse se confundir com medo.

Ainda por meio dessa situação, podemos ver representada, no romance, a curiosa cena narrada por Conde d'Eu, quando Philipp e seus com-

panheiros presenciam "saltar o fosso os primeiros soldados, os paraguaios atiravam longe as suas armas e muitos deles, guindados pela mão de um cavaleiro, se aboletavam na garupa do inimigo e com ele desapareciam de volta, fugindo da cidade sitiada, em meio a gritos e ordens confusas" (2008, p. 198).

Tendo o cerco desse modo findado, Conde d'Eu (1936, p. 153-154) escreve que Estigarribia e o padre Duarte, abandonados pelos soldados, prontamente procuram o imperador para implorar por suas vidas. Segundo o nobre, Estigarribia indicava ter pouca inteligência, ao contrário do padre, "que era, ao que parece, a verdadeira cabeça dirigente da expedição, chamava-se Duarte; poderia ter 40 anos; vestia batina e chapéu redondo. É à sua iniciativa que todos os testemunhos atribuem as atrocidades cometidas em São Borja e em Itaquí". Quando chegou à presença do monarca, levado pelo general Cabral, foi aquele que mais se mostrou receoso e "terminou por pedir ao imperador proteção para mim *y la libertá de mi patria*", que foi, obviamente, pelo menos em parte, concedida pelo imperador. Todavia, neste momento, surge o padre Gay, que desde a manhã havia se juntado com os membros do estado maior imperial, e "lança-se a ele, ameaça-o com o chicote e inunda-o com uma torrente de injúrias; foi preciso que alguns militares separassem à força aqueles dois ministros de deus. Triste espetáculo!".

Tal passagem também se faz presente nas linhas de *A ferro e fogo* e surge em uma carta escrita por Gründling à Catarina, na qual, como veremos nas constantes situações a seguir, é inserida na narrativa romanesca quase como uma espécie de cópia dos relatos de Conde d'Eu, inclusive, no estilo e no vocabulário utilizado. Acerca do episódio analisado aqui, em tal correspondência narra-se que:

> Deus foi injuriado pela presença de um tal padre Duarte, um dos cabeças da expedição inimiga, que instigara o saque e os massacres nas praças de São Borja e de Itaqui e que, ao aproximar-se do imperador brasileiro, tratou de pedir, em prantos, que lhe fosse dada proteção a ele e ao seu país, esse um homem que só vinha praticando o mal em nome de Deus, e que o padre Gay, estando ao lado do Estado-Maior Imperial, revoltou-se com a presença e com o cinismo daquele sacerdote pecador, avançando sobre ele a proferir injúrias e até o ameaçando com um chicote, um espetáculo triste para a Igreja, dois ministros de Deus atracados como selvagens (2008, p. 200-201).

Após dar cabo de todas as situações imediatas, o imperador, junto a seus comandantes e aliados, passam a assistir ao desfile de seus inimigos

derrotados, oficiais e soldados, passando desarmados diante dos vencedores. Segundo Conde d'Eu, foi um espetáculo ridículo, devido ao estado lastimável em que os prisioneiros se encontravam. Além do mais:

> [C]ada um parecia levar os objetos, muitas vezes incômodos e sem valor algum, que tinham roubado em Uruguaiana. Alguns, é verdade, iam carregados com sacos ou caixas, cujo conteúdo não podíamos ver; mas outros contentavam-se com uma cafeteira de folha ou com uma enorme panela; um tinha posto como chiripá um xale de senhora; outro apertava nos braços um guarda-chuva; um terceiro levava uma sombrinha de seda branca, aberta; quase todos levavam ferros de ponta aguda, certamente arrancados das grades das janelas e destinados a assar o churrasco. Cada soldado de cavalaria levava cuidadosamente à cabeça todos os seus arreios (D'EU, 1936, p. 156).

Essa situação também encontra-se registrada na já mencionada carta de Gründling, onde o comerciante escreve que:

> [O]s soldados vencidos foram obrigados a desfilar perante os oficiais aliados e caminhavam um a um, como se não fossem soldados, mas mendigos, numa procissão que não acabava mais, todos eles carregando alguma coisa do saque, uma panela amassada, um pedaço de cadeira, uma porta de armário, uma gaveta de cômoda, peças de roupas de senhoras, pedaços de ferro arrancados das grades de janelas e de portões, outros levavam guarda-chuvas rotos, sombrinhas de seda, caixas e sacos, os soldados de cavalaria levavam sobre a cabeça todos os seus arreios (2008, p. 201).

Se a rendição ocorreu de modo pacífico, sem nenhuma baixa em combate em ambos os lados, um incidente trágico acabou marcando o dia, e chocando aqueles que o presenciaram. Sobre ele, Conde d'Eu narra que:

> [T]inham-se ajuntado as armas e munições dos paraguaios numa pequena casa de tijolo, e hoje estava um destacamento de prisioneiros a distribuí-los pelos exércitos aliados, sob a direção do coronel Magariños. Estavam a despejar-se as patronas, e dos cartuchos saía muita pólvora que ia caindo no chão. Por não sei que atrito, deu-se a explosão, que num instante incendiou toda aquela massa de cartuchos e destruiu parte do teto. Magariños, que estava à porta, foi arremessado ao chão, mas ficou apenas com a roupa chamusca-

> da; e dez pessoas ficaram mais ou menos queimadas. Duas morreram logo, quase calcinadas: eram um cadete e um soldado brasileiros. As outras oito foram: um capitão oriental, do estado-maior de Flores, um soldado brasileiro e seis paraguaios. Destas só se esperam salvar duas, que sofreram queimaduras parciais. Os outros infelizes encontram-se em horrível estado. Foi um dos mais dolorosos espetáculos que tenho visto o dessas cabeças inteiramente enegrecidas pelo fogo e cobertas de sangue e os gemidos inarticulados que soltavam os desgraçados enquanto os médicos os voltavam sobre o leito para lhes aplicar à roda do corpo o algodão e as ligaduras (1936, p. 163).

Essa passagem, que, como as outras, é citada quase em sua totalidade para podermos comparar a sua similaridade com a narrativa do romance, também pode ser encontrada na já mencionada carta enviada por Gründling à Catarina. Nela, o comerciante narra que:

> [N]ão havendo feridos de combate, muitos saíram queimados pela explosão de um paiol deixado pelos paraguaios, pois ao despejar-se as patronas caía dos cartuchos muita pólvora que, por qualquer atrito inesperado, incendiou-se, explodindo o resto de munição. Dez homens ficaram com queimaduras muito feias, dois morreram logo, calcinados. Foi um espetáculo terrível e que causou horror mesmo aos homens mais acostumados à guerra, pois os feridos tinham as cabeças deformadas e gritavam de dor sem parar, enquanto os médicos tentavam aplicar algodão e ligaduras em volta das chagas (2008, p. 202).

Um último exemplo acerca da semelhança entre a obra de Conde d'Eu e a carta de Gründling surge no romance no momento em que o imperador, finalmente, adentra a cidade. Sobre esse episódio, o nobre explica não saber se "Uruguaiana alguma vez chegou a ser uma bela cidade; depois que por lá passou a invasão paraguaia, é uma cidade cheia de ruínas" (D'EU, 1936, p. 158), com móveis e objetos espalhados por toda parte, não tendo sobrado nenhuma casa sem que tenha sido deixada de ser saqueada e destruída. Dos locais visitados pela comitiva do monarca, o primeiro foi "a igreja, onde os inimigos, segundo se diz, tinham estabelecido o quartel-general. Como a igreja estava por acabar, não puderam fazer deteriorações", estando lá ainda instalados "uma cama, com um oficial doente" (D'EU, 1936, p. 158). Foi nesse local que mais tarde os oficiais se juntaram para assistir "a uma missa e a um *Te Deum*, que se celebraram no quartel Imperial. Disse a missa o pároco de Itaquí com os paramentos que se encontraram na bagagem do

capelão paraguaio" (D'EU, 1936, p. 162). Nesta ocasião, o nobre complementa: "a música do *Niterói*, que o Visconde passara para o *Onze de Junho*, tocou os hinos nacional, argentino e oriental" (D'EU, 1936, p. 162).

Ao saírem da igreja para analisar o modo com que os paraguaios procederam na fortificação da cidade, perceberam que eles haviam reforçado algumas ruas e praças com estruturas muito rudimentares, e construído uma trincheira feita com "revestimento vertical de tábuas, ou de tijolo sem argamassa", com um fosso de cerca de um metro de largura, e outro tanto de profundidade. Porém, aquilo que mais chamou a atenção da comitiva foram os cinco canhões de artilharia distribuídos em pontos diferentes das posições defensivas, pois essas peças, além de inferiores às utilizadas pelas forças aliadas, eram consideravelmente antigas, sendo "uma delas, um canhão de 8, tinha sido fundida em Barcelona em 1788, outra em Douai em 1790 e outra em Sevilha em 1679", todas possuindo reparos, que "por sua construção, pareciam do tempo das peças" (D'EU, 1936, p. 160). Como última informação trazida por Conde d'Eu acerca desse dia, está a chegada do vapor de guerra *Tramandahí*, o qual trouxe, em seu bojo, "muitos médicos, medicamentos e material para os hospitais" (D'EU, 1936, p. 162), algo que foi essencial para o atendimento das vítimas da explosão do paiol.

Naquilo que diz respeito à representação dos acontecimentos desse dia no romance, temos na carta de Gründling que a comitiva do monarca brasileiro encontrara "Uruguaiana arrasada, [...] as casas saqueadas e que o único lugar onde foi possível receber o imperador, a igreja em construção, tinha lá dentro doentes esperando a morte, mas mesmo assim foi rezada uma missa pela vitória" (2008, p. 200), e, mais tarde, neste mesmo local, "houve um *Te Deum* rezado pelo pároco de Itaqui que, como não tinha paramentos, terminou usando os que havia encontrado na mala do padre paraguaio; a banda de música do Niterói, que o Visconde passara para o Onze de Junho, executou [...] os hinos dos três países aliados" (2008, p. 202).

O comerciante alemão também narra a fortificação da cidade, explicando que os paraguaios "haviam cavado em torno dela uma comprida trincheira muito primária, sustentada a terra por tábuas velhas e tijolos sem argamassa", e surpreso, informa que o inimigo possuía "só cinco peças de artilharia, se é que se pudesse chamar aquilo por esse nome, [...] canhões de 8, um deles fundido em Barcelona no ano de 1788, outro em Douai, em 1790, outro em Sevilha, no ano de 1679", possuindo "reparos, pelo que se observou, [...] feitos naquelas mesmas épocas remotas" (2008, p. 202). Finalizando a questão, Gründling informa que, devido à grande explosão do paiol e os diversos feridos, a melhor notícia do dia ficou por conta da "chegada, [...] do vapor de guerra *Tramandaí* trazendo muitos médicos, remédios e

material para o serviço dos hospitais de campanha" (2008, p. 202).

Assim, diante dos diversos exemplos apresentados até aqui, e mais nitidamente por meio da carta fictícia de Gründling, podemos notar não apenas o minucioso trabalho de pesquisa elaborado por Josué Guimarães, mas também a exaustiva utilização da obra V*iagem militar ao Rio Grande do Sul* por parte do autor para a construção dos diversos episódios que ocorreram no recorte temporal situado entre a invasão das cidades sul-rio-grandenses até o momento da rendição dos paraguaios, após o cerco de Uruguaiana.

O principal fator que acreditamos ter colaborado para tal emprego foi o tipo de linguagem em forma de relato apresentado em Viagem militar ao Rio Grande do Sul, muito próximo ao utilizado na literatura, onde se pode encontrar uma riquíssima quantidade de detalhes acerca de eventos, pessoas, paisagens e vestimentas, que não são tão relevantes para historiadores e, por esse motivo, na maioria das vezes, passam a ser ignorados por estes e, consequentemente, omitidos de suas obras.

Por outro lado, tais detalhes, por mais ínfimos que sejam, mostram-se relevantes para o enriquecimento da construção ambiental da obra literária, como, por exemplo, a descrição apresentada por Conde d'Eu de que o acampamento das tropas sob o comando do Barão de Porto Alegre ficava ao lado de uma "pequena chácara de laranjeiras" (D'EU, 1936, p. 126, 127). Essa informação, ao chegar ao conhecimento do romancista, é repassada para *A ferro e fogo* e surge na narrativa no momento em que alguns soldados, muito disciplinados, chamam a atenção de Philipp, e o mesmo diz para os seus amigos olharem, pois eles se encontravam "ao lado daquele pomar de laranjeiras e seguem agora para a barraca do Barão de Porto Alegre" (2008, p. 173).

Em última análise, a forma com que a obra de Conde d'Eu foi composta e escrita certamente caracterizou-se como um fator importantíssimo, auxiliando no trabalho do romancista. Esse relato, talvez, foi responsável pelo fato do cerco de Uruguaiana ter ocupado mais páginas em A ferro e fogo do que todo o restante do conflito, e os episódios relacionados a ele são os que mais carregam detalhes e descrições. Interessante observarmos, inclusive, o surgimento da figura do nobre na narrativa, que em uma passagem onde Herrschaft, ao final da guerra, recorda-se de tudo aquilo que vivera com seus companheiros, lembra-se de "Conde D'Eu, genro do imperador", o qual se apresentava "naquele seu fardamento recém-saído das mãos do alfaiate, quando da rendição de Uruguaiana" (2008, p. 250). Todavia, com o término do cerco de Uruguaiana, o nobre embarca em um vapor em direção a Rio Grande, de onde, após uma curta estadia, retorna ao Rio de Janeiro, finalizando assim os seus relatos de viagem.

Por meio da representação do cerco de Uruguaiana em *A ferro e fogo*,

podemos notar uma abordagem que vai na contramão de muitos trabalhos enaltecedores do período, sobretudo os associados ao processo de construção do nacionalismo e da identidade nacional, nos quais há a elaboração de heróis e a idealização de um povo ligado a um passado glorioso em comum. Isso ocorre porque, como em outros eventos tratados no romance, Josué Guimarães apresenta as lideranças históricas desligadas de grandes feitos, agindo de modo periférico na narrativa e, muitas vezes, até sendo questionadas pelas personagens fictícias pela sua falta de iniciativa para atacar o inimigo entrincheirado. O próprio desfecho da batalha, se é que podemos chamá-la assim, foi, conforme está apresentado na narrativa romanesca, "uma vitória sem heroísmo" (2008, p. 202), sem um tiro disparado, contra um inimigo doente e faminto.

Tal conjuntura ocorre porque o autor, segundo suas próprias palavras, procura mostrar ao seu leitor que "por trás da história, nas entrelinhas da história, podemos encontrar outras coisas muito mais interessantes, muito mais vivas, em que os combates não foram tão combates" e que "há muitos heroísmos por aí motivados por interesses pessoais de riqueza, de domínio" (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

Após a libertação de Uruguaiana das forças paraguaias, a guerra entra para aquilo que Roche (1969, p. 19) chamou de "segunda fase", quando o território sul-rio-grandense está livre de inimigos, e o conflito passa a ser disputado do outro lado da fronteira. Tal fase caracteriza-se, segundo o historiador francês, tanto pelos sucessos aliados quanto pelas façanhas dos soldados e chefes sul-rio-grandenses, pois gaúchos e colonos alistaram-se lado a lado nos regimentos ou nas baterias, cujas bandeiras foram solenemente depositadas na catedral de Porto Alegre em 1870. É importante salientar que essa passagem também chamou a atenção do romancista, a ponto de ele destacá-la.

Porém, cabe chamar a atenção para o fato de que, se por um lado os rio-grandenses e os teutos se viam com igualdade dentro das tropas, isso não ocorria entre os demais brasileiros. Em alguns momentos, as rivalidades, ainda presentes desde a Guerra dos Farrapos, encerrada vinte anos antes, ecoaram entre os soldados. Conde d'Eu (1936, p. 109) relata que sua caravana passou por duas cruzes de madeira, das quais alguns membros diziam ser o local de uma batalha entre brasileiros e argentinos, ocorrida em 20 de fevereiro de 1827; outros diziam que indicavam onde foram sepultados os corpos dos soldados mortos. Tal distorção também surge quanto à responsabilidade pela derrota, pois para os imperiais a culpa se deve à falta de disciplina entre a cavalaria rio-grandense, enquanto os sulinos "atribuem a perda da batalha à imperícia do Marquês de Barbacena e do seu

chefe de estado-maior, um prussiano chamado Braun. Outro momento em que tal antipatia é trazida nos registros do nobre ocorre quando a comitiva cruza o local onde outrora foi disputada a batalha de Poncho Verde, e surge o comentário de que os moradores locais contam que "os cadáveres encheram até à borda um ribeiro" local, após a luta. Para confirmar a informação, perguntam ao Marquês de Caxias, que estava presente na comitiva, e fora o comandante das forças imperiais na ocasião, se tal informação era real, e o mesmo informa, de maneira a acalmar os ânimos, que "do lado legalista as perdas não excederam de 40 mortos e 120 feridos. As dos vencidos foram certamente mais consideráveis" (D'EU, 1936, p. 201), mas deixando entender que não chegariam a tantas quanto os boatos mencionam.

Tais rivalidades também são evidentes no romance, percebidas no momento em que Philipp nota a chegada do Barão do Jacuí e, com certo desprezo, diz aos seus amigos que lá estava "o nosso inimigo de ontem, lembram-se dele? Foi legalista na Guerra dos Farrapos e então se chamava Coronel Abreu" (2008, p. 174). Assim, a obra faz questão de representar ao seu leitor, seguindo os sentimentos da época trazidos pelo relato de Conde D'Eu, que certas mágoas, provenientes de tempos distantes, ainda estavam presentes durante a Guerra do Paraguai.

Com o avançar do conflito, apesar dos constantes sucessos do exército imperial, o romance passa a focar sua narrativa no lado humano das tropas, apresentando os dramas pessoais vividos no *front* pelos soldados brasileiros, sendo que os combates propriamente ditos são apenas mencionados em determinados momentos, principalmente após Philipp ficar impossibilitado de ir ao *front* devido à enfermidade que contraiu.

Após a recuperação de Philipp, a narrativa ainda relata que ele esteve presente em Tuiucue e depois foi transferido para o Chaco. Contudo, como nas batalhas anteriores, o autor passa rapidamente por esses eventos, muitas vezes apenas citando o nome do evento, sem abordá-lo profundamente, pois, como mencionado anteriormente, sua maior preocupação está nos dramas enfrentados diariamente pelas personagens no contexto do conflito, como a falta de vestimentas adequadas, os problemas com pragas, a alimentação precária, as doenças e a falta de estrutura, entre tantos outros.

Se existem atos de valor em combate, estes se fazem presentes dentro do contexto da luta diária pela sobrevivência, como, por exemplo, quando Gründling informa aos presentes que "von Steuben foi citado por um ato de heroísmo, agarrou uma granada acesa que havia caído entre a peça que comandava e outra da Primeira Bateria, jogando-a para fora da amurada", e prontamente o autor de tal proeza, timidamente, se justifica, dizendo que

"não [fez] por heroísmo, se deixasse a granada ali, ela teria explodido e matado aqueles rapazes, inclusive a mim também" (2008, p. 211).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, podemos concluir que, buscando uma grande quantidade de dados historiográficos para compor sua narrativa, com o intuito de transmitir verossimilhança ao seu leitor, Josué Guimarães procura representar um panorama não ufanista da Guerra do Paraguai, não tendo como enfoque os combates propriamente ditos, nem as lideranças históricas, elementos geralmente centrais nas abordagens historiográficas do período, mas sim os diversos personagens comuns esquecidos pela História e seu dia a dia nem um pouco gloriosos. Por meio de Philipp, o romancista demonstra que o menor dos problemas enfrentados pelos combatentes foram os paraguaios. Indo ao encontro dessa perspectiva, Santos e Lipke afirmam que *A ferro e fogo* permite "o resgate da versão não oficial e a atribuição de voz às camadas populares" (2009, p. 42).

Essa ideia se mostra ainda mais latente ao final do romance, com o término do conflito, quando Philipp passa a refletir sobre aquilo que vivenciou e a compreender mais profundamente algumas questões.

Isso ocorre inicialmente com o fim da guerra e o retorno dos Voluntários da Pátria ao Rio Grande do Sul. Ao chegarem pela manhã à capital gaúcha, percebem uma excitação por parte da população para recebê-los. Neste momento, Philipp nota que "Porto Alegre inteira estava nas ruas, centenas de bandeiras imperiais eram agitadas com entusiasmo, a cavalaria vencia o caminho com dificuldade, os animais espantados desfaziam o alinhamento precário" (2008, p. 256). Todavia, à noite, passado todo esse frenesi, após jantar na casa de seu irmão, onde pernoitou, Philipp fica "afofando o travesseiro com as mãos, alisando os alvos lençóis e pela sua cabeça desfilaram todos aqueles bons companheiros que ficaram para trás [...], quando assoprou a chama do lampião, dormiu logo, como se fizesse aquilo pela primeira vez" (2008, p. 258).

No dia seguinte, ao chegar em casa e ver sua família, Philipp percebe que não ganhara nada ao se engajar ainda muito jovem nas forças de Oto Heise durante a Guerra Farroupilha, muito menos em ter seguido a carreira militar, compondo o Batalhão de Voluntários, envolvido na Guerra do Paraguai. Se sua intenção era, de algum modo, lutar por justiça, isso não ocorreu, pois ao dedicar sua vida a causas em que acreditava serem suas, apenas serviu aos interesses das elites locais e do império.

Em última análise, Philipp, após uma vida inteira voltada à guerra,

percebeu que não alcançou nenhuma glória, pois nunca existiram glórias a serem alcançadas, e que esses conflitos, na verdade, apenas roubaram sua juventude, seus sonhos e sua paz, trazendo-lhe apenas traumas, que se estenderiam pelo resto da vida. Como agravante por ter passado grande parte de sua vida nos campos de batalha, acabou deixado para trás coisas que iam desde o mais simples, como uma cama com travesseiro para dormir, até outras mais importantes, como seu lar e sua família, ficando longe de sua esposa por longos períodos, não presenciando o crescimento de seus filhos, que quase o tinham como um estranho, assim como o envelhecimento de seus pais.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise*: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. de George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

D'EU, Conde Gaston D'Orleans. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

GALEANO, Eduardo. *Open veins of Latin America*. New York, Monthly Review Press, 1973.

GONZAGA, Sergius. A vitória do realismo. In: INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Josué Guimarães*: escrever é um ato de amor. Porto Alegre: IEL, 1988, p. 15-17.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo*: tempo de guerra. 10. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2012.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. Trad. Joyce

Ferraz. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (Orgs.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 115-135.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 9, n. 24, p. 243-254, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa:* a intriga e a narrativa histórica. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa:* a configuração do tempo na narrativa de ficção. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SMITH, Joseph. Illusions of conflict. *Anglo-American diplomacy toward Latin America*, 1865-1896. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1979.

ZEVALLOS, Enrique Amayo. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 9, n. 24, 1995, p. 255-267.

Recebido em: 29/11/2023
Aceito em: 13/04/2024

Documentação

CARTAS DO PASTOR JOÃO JORGE EHLERS (1844)

João Jorge Ehlers
Martin N. Dreher (tradutor)
René E. Gertz (tradutor)

*

Nota preliminar: o fato de que ao menos metade dos primeiros imigrantes alemães a chegarem ao Rio Grande do Sul tenha sido protestante fez com que fossem contratados três pastores para dar-lhes assistência religiosa: Carlos Leopoldo Voges, Frederico Cristiano Klingelhoeffer e João Jorge Ehlers.[1] Sua alocação, dentro do espaço colonial, foi motivo de disputa entre eles mesmos, mas Voges acabou fincando raízes na colônia Três Forquilhas, no litoral norte, Klingelhoeffer na margem direita e Ehlers na margem esquerda do rio dos Sinos, na colônia São Leopoldo. Pela sua formação e pelo seu papel profissional e cultural, entre a população imigrante, tornaram-se não só líderes religiosos, mas também políticos. De Voges, provavelmente, se possa dizer que tenha sido o mais conformista, pelo fato de ter entrado na história não só como clérigo, mas também como comerciante e como escravocrata. Já Klingelhoeffer radicalizou, politicamente, aderindo de corpo e alma aos farroupilhas, tendo falecido em combate.

Ehlers manifestou simpatias pelos farroupilhas, e entrou em confronto com autoridades locais vinculadas ao governo imperial, como João Daniel Hillebrand. Mesmo que não tenha se manifestado com a mesma veemência do outro pastor, passou uma temporada preso, em Porto Alegre. Também teve desentendimentos com o médico Carl von Ende, o qual pressionou, explicitamente, o governo para demiti-lo. Além disso, um grupo de 36 colonos se manifestou contra ele, sem que sejam conhecidas as acusações concretas.

Ele nasceu em 22 de agosto de 1779, em Lüdersen (Hannover). Foi pastor e professor em Hamburgo. Viúvo, era pai de duas filhas e de um filho. Chegou a São Leopoldo em 6 de novembro de 1824. Por ser viúvo, seus filhos lhe foram tirados, e entregues a famílias em Porto Alegre. Celebrou o primeiro culto luterano em São Leopoldo, no natal de 1824. Em 26 de junho de 1825, conseguiu um terreno para construir um "salão para o culto religioso", mais outro para um cemitério.[2] Faleceu no Rio de Janeiro, em janeiro de 1850.

1 Witt, Marcos Antônio. Excepcionais normais? A(s) trajetória(s) de três pastores no sul do Brasil (1824-1893). *História Unisinos*, São Leopoldo: UNISINOS, v. 20, n. 3, p. 287-299, 2016.

2 Dreher, Martin N.; Mügge, Erny (Apresent.). *Os primórdios da colônia alemã de São Leopoldo*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2023, p. 249-263.

De Ehlers, estão conservadas duas cartas, depositadas no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, que dão uma ideia daquilo que ele pensava e fazia, para além de suas atribuições mais estritamente pastorais. Ambas foram destinadas ao cônsul-geral da república de Bremen, no Rio de Janeiro, Dr. Stockmeyer. A primeira é de 16 de maio de 1844. Breve, ela trata de dois assuntos: a) de uma incumbência que ele, Ehlers, teria recebido do cônsul-geral (ainda que ela não seja explicitada), e b) de um relato das dificuldades que estava enfrentando para receber seu salário do Estado brasileiro, motivo pelo qual pediu a interferência do cônsul. A segunda é de 1º de outubro do mesmo ano, toda ela preocupada em atender, ao menos em parte, à incumbência recebida do cônsul – ainda que num breve P. S. voltasse a referir-se a questões pessoais.

As cartas foram redigidas em letras góticas, mas há uma transcrição para caracteres romanos, pelo pastor Alfredo Creutzberg. A tradução que segue foi feita com base nesta versão transliterada. Ela apresenta algumas poucas passagens truncadas, assinaladas por reticências entre colchetes, mas nada que afetasse o conteúdo, de forma comprometedora. Foram feitos alguns poucos acréscimos explicativos, também entre colchetes.

Um terceiro documento de autoria de Ehlers foi publicado em 1936 por Ferdinand Schröder, em seu livro *Brasilien und Wittenberg: Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien*.[3] Apesar de não estar expressamente dito, tudo indica que este seja o relatório sobre a colonização que o cônsul de Bremen solicitou a Ehlers, conforme referido na segunda carta. O texto, aparentemente, sofreu pequenas intervenções redacionais, pois, em algumas poucas passagens, o relato ocorre na terceira pessoa. Como, neste último documento, a tradução se baseou numa versão impressa, não há passagens truncadas, apenas foram acrescentadas algumas notas explicativas ou para manifestar alguma dúvida. (Nota de Martin N. Dreher e de René E. Gertz).

*

3 Berlim/Leipzig: de Gruyter, 1936, p. 56-60. Trata-se da transcrição de um texto originalmente publicado em *Hamburger Zeitung für deutsche Auswanderungs- und Kolonisations-Angelegenheiten*, n. 1-3, 1858.

Ao nobre cônsul-geral Stockmeyer, Rio de Janeiro.

São Leopoldo, 16 de maio de 1844.

Nobre, muito prezado cônsul-geral.

Só ontem, depois de mais de seis semanas de trânsito, recebi sua prezada carta de 1º de abril. De fato, não é possível receber tarefa mais agradável que aquela de que me incumbe, em na sua correspondência. O senhor aborda justamente aquele objeto que, por mais de um quarto de século, constitui a motivação e o sentido de minha vida. Dediquei-lhe minhas [...] forças e meu saber; sacrifico a ele tudo aquilo que me é caro; por ele, enfrentei adversidades.

Por tudo isso, lamento muito que, ao acusar o recebimento de sua honrada carta, ainda não esteja em condições de dar uma resposta à incumbência recebida. Ela é muito grande, as condições e os problemas são multifacetados, de forma que não tenho uma solução, para já. Mas, com certeza, não precisará esperar muito. Vou entrar em ação, e atender aos seus desejos, tão logo condições mais favoráveis se apresentarem. Em breve, poderá ler mais sobre o assunto.

Agora, outra coisa! Em sua honrada correspondência, o senhor me assegura que poderia prestar-me favores. O momento da resposta é uma oportunidade, pois, de fato, estou enfrentando uma situação que me leva a ousar formular um pedido. Durante a guerra [farroupilha], o governo não me pagou o salário previsto. Em parte, o valor consta como sacado, e está registrado como pago. Mas não existe recibo assinado por mim. Parte está em aberto, não paga; parte foi riscada, pelo governo local. Por quase três anos, estou reclamando, junto ao governo central. O presidente Saturnino [de Sousa e Oliveira Coutinho] e o barão Caxias apoiaram, de forma enfática, meus pedidos, através de seus funcionários. Mas o ministro do Império não fez a recomendação necessária à Assembleia, nem remeteu o dinheiro. Em consequência de uma carta do senhor senador Machadinho de Oliveira[4], o pedido foi, agora, efetivamente, recomendado, e entregue à Assembleia. Segundo consta, estaria nas mãos do senhor deputado Manuel Antônio Galvão. Ele diz que apoia minha causa. Mas, sabe-se como são estes senhores. Sempre, há necessidade de alguém pressionar – do contrário,

4 Provavelmente, se tratasse de José Joaquim Machado de Oliveira, ainda que este tivesse sido encarregado de negócios no Peru e na Bolívia (e não na Colômbia, como o autor afirma, mais adiante). (Nota de Martin N. Dreher).

eles esquecem. Agora, Machadinho foi embora para a Colômbia, representando o Brasil. O senhor pastor da comunidade evangélica do Rio de Janeiro, a quem solicitei bondoso empenho a meu favor, não me respondeu. Por isso, prezado senhor cônsul-geral, lhe peço que encaminhe meu pedido ao honrado senhor Manuel Antônio Galvão, colocando-o a par da minha situação, usando sua presença e sua influência para que algo seja feito, a fim de que meu pedido seja atendido, e que meu salário atrasado, bem como o futuro, como pastor da comunidade evangélica de São Leopoldo, seja autorizado pela Assembleia.

O senhor sentirá minha profunda gratidão, se a república que representa chegar a concretizar o projeto cuja elaboração me foi atribuída. Sou profundamente agradecido pela confiança depositada em mim. Espero que continue a me honrar com esta tarefa, e que eu tenha condições de cumpri-la, nobre senhor.

Seu mais submisso servo.
assinado Johann Georg Ehlers, pastor

*

Ao nobre senhor Dr. Stockmeyer, cônsul-geral da república de Bremen, no Rio de Janeiro.

São Leopoldo, 1º de outubro de 1844.

Nobre senhor! Muito prezado cônsul-geral!

Com certeza, meu muito prezado senhor cônsul-geral está pensando mal de mim, porque ainda não cumpri a tarefa de que me incumbiu, em março deste ano. Mas não tenho dúvida de que será condescendente comigo, e me desculpará, se lhe digo que, no cumprimento da tarefa, me deparo com tantas dificuldades, me vejo pressionado por tantos problemas que ainda não consegui terminar o trabalho. Mas não fui relapso: já estão prontas 27 laudas, e estou me aproximando do final. Certas circunstâncias, porém, me desafiam a enviar-lhe estas linhas, antes da finalização, para que possam ser desencadeadas, de imediato, ações para a implantação de uma colonização.

De sua honrada correspondência, destaco, com esta finalidade, algumas frases, na forma de perguntas, e me esforço para respondê-las, da melhor forma possível.

1. No Rio Grande de São Pedro, podem ser fundadas colônias?

A província tem quase o tamanho da Alemanha, e, segundo notícias recentes, contaria com 140.000 almas. Aqui, certamente, falta gente. Deve haver terra disponível em abundância. Um distrito todo coberto por mata virgem encontra-se na região de São Francisco de Assis.[5] Os colonos que estão se estabelecendo ali não foram importunados por selvagens; ele está totalmente livre deles.

Um segundo distrito começa no Santa Maria[6], ao norte da fazenda de José Leão, se estende ao oeste, atingindo a divisa norte de São Leopoldo, e desemboca, ali, no Mato Castelhano, para terminar no grande Uruguai. Trata-se de uma excelente mata virgem, possuindo o solo mais fértil. Mas o mato está densamente povoado por selvagens, e a parte leste é [...] por eles.

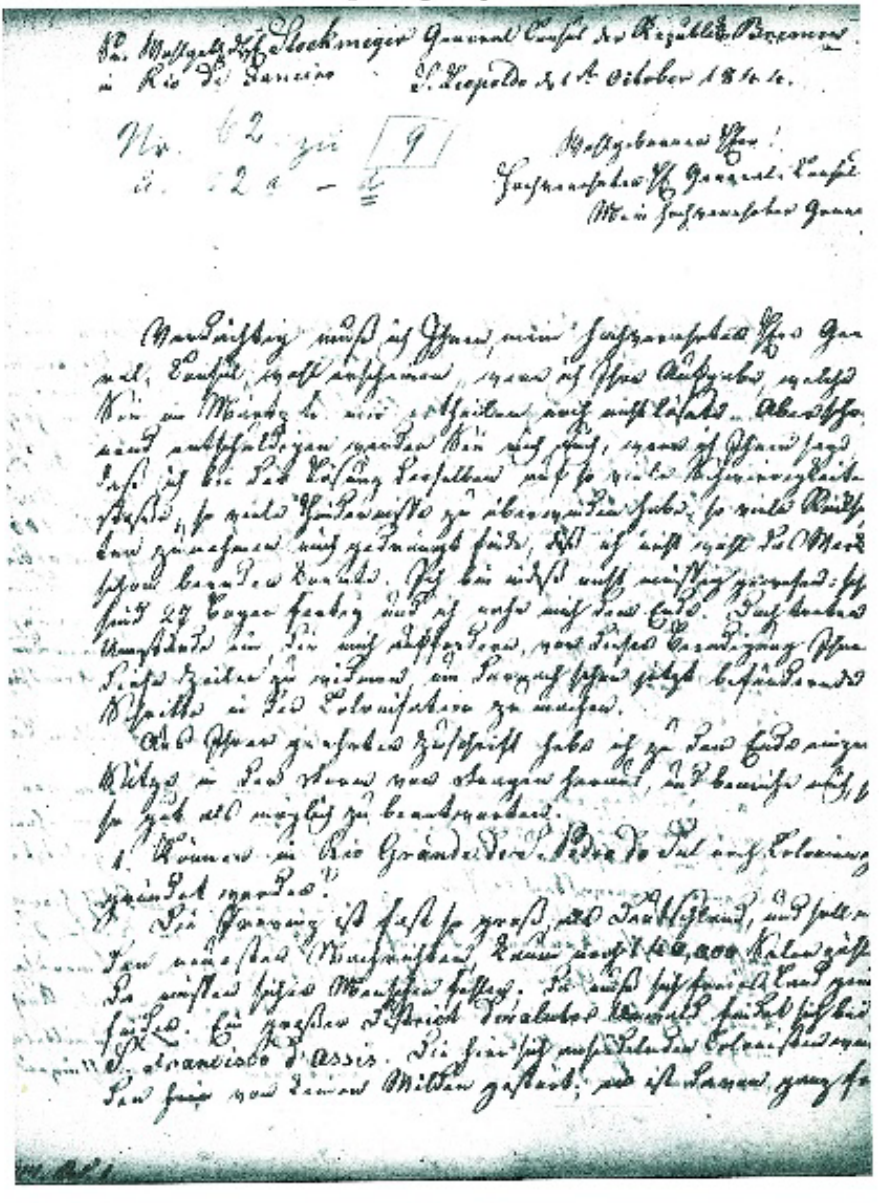
Além disso há, em terceiro lugar, pessoas privadas que amealharam para si 100 h, 300, de terra[7] – em parte, provavelmente, de forma arbitrária –, como nos grandes distritos das Missões. Será que não seria possível considerar estas terras como disponíveis, que, ao menos em parte, pertencem à população, podendo ser requeridas, seja por compra, por troca, ou de acordo com os princípios do Brennus von Rand.[8]

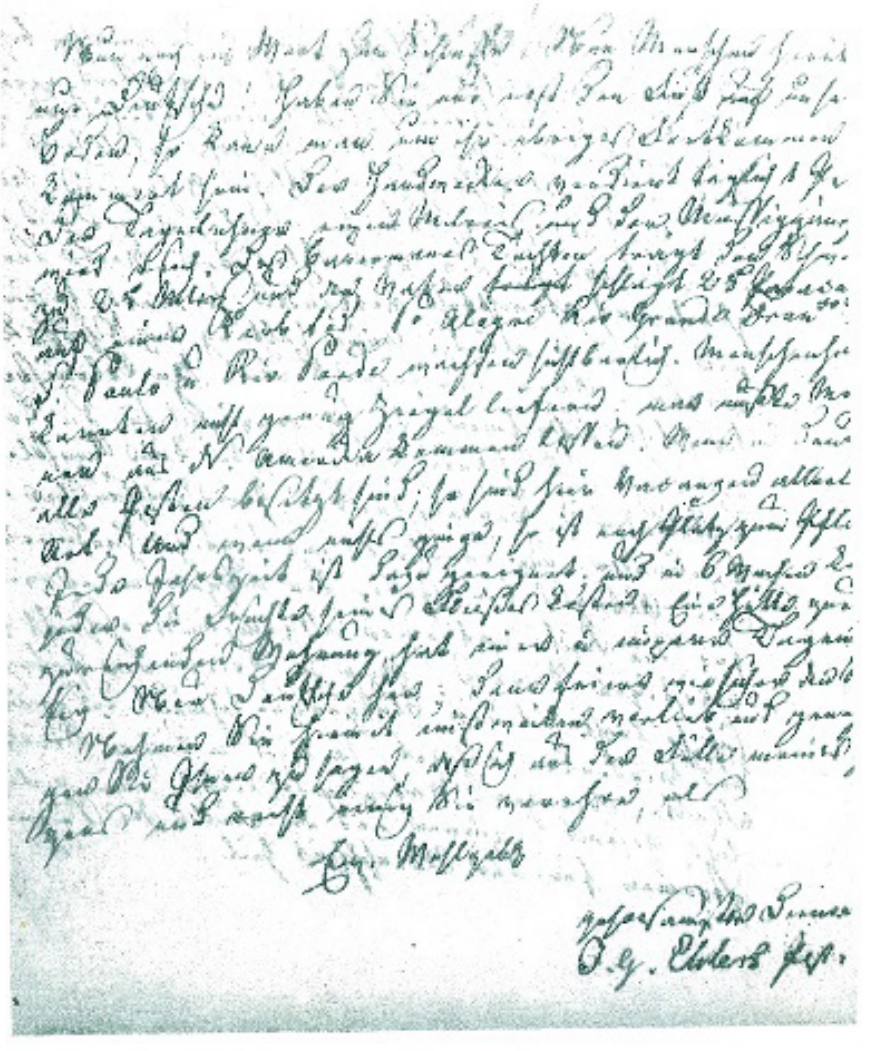
5 Apesar de São Francisco de Assis não constar como típica região de colonização alemã, no seu histórico se lê que ali foram estabelecidos alguns "alemães". (Nota de Martin N. Dreher).

6 O autor deve estar se referindo à região que, hoje, corresponde, aproximadamente, a Sapiranga. (Nota de Martin N. Dreher).

7 O "h" sugere "hectares", mas os números indicados (100, 300) são tão baixos, para as condições brasileiras, que esta hipótese soa pouco provável. (Nota de René E. Gertz).

8 Possivelmente, a referência seja ao líder gálico Brennus, que lutou contra os romanos. (Nota de Martin N. Dreher).





2. Agora, eu pergunto: como podemos encaminhar a colonização, neste país?

a) O governo poderia promover uma nova colonização, como a de 1823. Trazer colonos, conceder-lhes terra e subsídios, administrando a colônia, através de funcionários.

Uma observação sobre esta frase: o governo não embarcará nesta proposta. A fermentação política no Império, que ameaça colocar tudo em xeque, desvia a atenção de qualquer empreendimento útil. Além disso, não deve haver interesse em disponibilizar capitais para este fim, já que os beligerantes consomem tudo aquilo que a nação consegue produzir. Também sou contra o esbanjamento que ocorreu na primeira tentativa de colonização, nesta província. Se o alemão se muda, em grande número, para a América do Norte, pagando seu deslocamento, ele também pode vir para o Brasil; favorecido pelo clima e pela fertilidade, ele sairá ganhando. Para a fundação de seu novo lar, o governo até pode dar-lhe algum subsídio – o governo não perde com isso, e acelera a produção, o capital pode render 1.000%. Mas 8 vinténs de prata por cabeça ao dia, durante um ano e meio, é demais. Quatro vinténs por cabeça ao dia são suficientes. Inicialmente, a terra seria dada gratuitamente ao colono, mas tão logo a colonização estivesse fluindo, ela seria vendida, para pagar em 6 a 10 anos, de onde viriam receitas significativas para os cofres públicos.

A administração de uma tal colônia por administradores nomeados, nas condições vigentes, traz embutido o perigo de que eles, desde a fundação, planejem, por arbítrio e por ganância, sem qualquer controle ou responsabilidade, o insucesso dela. A perseguição exclusiva do interesse próprio não leva a outra coisa que a lucros para o administrador. O Estado e a população não ganham nada. Assim, aconteceu com a colônia nas Missões. Ela foi sufocada no nascedouro. A colônia das Torres está definhando, agora – fato que era previsível. Ela teria desaparecido de imediato, se não tivesse havido colonos previdentes, que enxergaram o perigo que ela corria.

São Leopoldo travou prolongada e difícil batalha. Todo mundo se colocou em posição de luta, incluindo as mulheres, também as moças, até crianças de 6-7 anos. Todos! Todos! Foi quase sobre-humano aquilo que fizeram. É preciso ver aquilo que foi feito ali, avaliar, e admirar. Apesar do arbítrio, das intrigas, do pecado, da injustiça, enfrentando ameaças de morte, a colônia conseguiu sair vitoriosa. Ela continua ali, e sua solidez adquire importância cada vez maior, se engrandece cada vez mais. O agricultor está extraindo tesouros cada vez mais valiosos do seio da terra-mãe; e os incansáveis sapateiros e comerciantes são encontráveis em todos os cantos da província. (Mas devo observar que, desde o aumento dos impostos, as fábri-

cas de cascasso [*sic*][9] começam a diminuir). Quase mil pares de mãos estão atuando na preparação do couro: 50 curtumes e selarias fornecem ocupação a cerca de 500 pessoas; em torno de 300 trabalham com [...]; certamente, não menos de 200 atuam como sapateiros e tamanqueiros. Carros e charretes feitos por mestres alemães, ao estilo alemão, por ferreiros alemães, além de carrinhos de mão, saem, semanalmente, daqui em direção a todas as regiões da província, e mais além.

O mercado de Porto Alegre, onde, ao tempo de minha chegada a este país, era difícil enxergar alguma carroça, parece agora, com seu rebuliço comercial, o mercado de lúpulo de Hamburgo. O comerciante alemão adquiriu importância especial, em Porto Alegre. A ele se associam o francês, o inglês, e outros. O brasileiro e o português o procuram, e o integram em sua atividade comercial. Sua ação e sua especulação inteligente representam uma ameaça aos urubus brasileiros e portugueses.

No interior, eles também estão ameaçados, pois nas estradas cruzam com comerciantes alemães, e também ingleses; em qualquer lugar, se encontram estabelecimentos comerciais, artesanais, agrícolas, de alemães e aliados. A gente gosta deles, por causa de sua dedicação. Mas a gente tem inveja deles, por causa de seu sucesso – e isto tanto mais na medida em que os autóctones são prejudicados.

Se volto à colônia, encontro ali uma mistura dos mais diferentes sinais de nacionalismo português. Tudo está se germanizando. A proporção dos alemães para os portugueses e brasileiros é 10.000 para 140.000. Se a relação de 1 para 14 estivesse em 1 para 3, este grupo despareceria naquele, dentro de poucos anos. E uma imigração intensa, durante um ano, bastaria para isso. Aquilo que faltaria para uma equivalência ou superioridade numérica o alemão recompensaria, para dar origem a um glorioso grupo novo de população.

Esta é a vitória que São Leopoldo conquistou, sob as condições mais adversas. Arbítrio, malícia, pecado, injustiça, caos se juntaram, para provocar a decadência religiosa e cultural, para, então, provocar a bancarrota material. Houve perdas, grandes perdas!

A situação ficou absolutamente brutal. Se perdeu muita coisa [...], em função da brutalidade e da injustiça. A geração mais jovem chegou a clamar pelo sangue do inimigo. Aquilo que evitou o desaparecimento total foi a ilimitada vontade de trabalhar. O alemão está acostumado a obedecer. Se vontade sagrada, justiça, sabedoria teriam guiado e orientado sua vida, se

9 O autor, talvez, estava se referindo a fábricas de tanino, extraído das acácias, substância utilizada para curtir couro. (Nota de Martin N. Dreher).

os sistemas eclesiástico e escolar tivessem sido fomentados, em vez de perseguidos, se a administração das leis tivesse obedecido, de modo fiel, suas determinações, em vez de degradá-las a instrumento do arbítrio – então, sim, nos encontraríamos numa situação maravilhosa, muito mais maravilhosa, em São Leopoldo. De tudo isso se depreende que uma administração de colônia instituída pelo governo não é aconselhável nem desejável.

Passo para outra sugestão.

b) O governo poderia designar um distrito para ser colonizado, e encaminhar colonos que viessem de fora para lá, pedindo a um colono encarregado que medisse uma colônia, ou que o próprio a medisse. No momento, distritos deste tipo seriam a região de São Francisco de Assis, do rio Santa Maria, ao norte de São Leopoldo, e quando a terra devoluta estivesse totalmente ocupada, através deste processo, se deveria partir para os proprietários dos grandes distritos, para que devolvessem, de forma legal, aquilo que talvez possuam de forma ilegal, cedendo estas terras aos colonos. Cem, duzentas, trezentas léguas não é terra que deva ter apenas um dono. Uma propriedade nestas dimensões contraria a natureza e a razão. Constitui traição ao restante da população. Esta terra deve ser recuperada, assim como, no passado, Crannus[10] e seus gauleses recuperaram a terra disponível, dos romanos.

É verdade que a possibilidade de cada um medir sua terra, sua colônia parece paradoxal. Mas, aquilo que, de fato, *existe* também *pode* existir. Durante a guerra, se criaram novas picadas, na serra. Ali não há administrador, não há autoridade, não há pastor, não há professor, cada um que tem vontade vai para lá, e mede sua colônia; constrói sua choupana; derruba um trecho de mata, e planta; ele não se preocupa com ninguém, e ninguém se preocupa com ele. E a coisa funciona muito melhor que com um administrador, como eu constatei. Devo acrescentar que a colônia, em 1841 e 1842, promoveu uma festa [...], quando os republicanos a tinham abandonado, e os legalistas ainda não tinham tentado ocupá-la, situação que se estendeu por, mais ou menos, três semanas, período em que qualquer administração militar esteve totalmente ausente. De fato, este período constitui o mais feliz, nos vinte anos de sua existência, e realmente mereceu ser festejado. De repente, reinou a paz, por todos os lados. Todos se encararam com rostos amigáveis; todas as diferenças foram eliminadas, mediante bondoso perdão; antigas desavenças foram eliminadas. E tudo isso sem pronunciar uma única palavra. Um mesmo espírito animava e orientava a todos.

Mas tão logo a legalidade voltou àquele lugar, novamente se espa-

10 Líder gaulês. (Nota de Martin N. Dreher).

lhou, pela colônia, o venenoso fel da discórdia, e recomeçou a matança, o aprisionamento, a deserção, atingindo, inclusive, pessoas as mais inocentes e melhores.[11]

De fato, nenhuma administração colonial é melhor que aquela que conhecemos ali. Se o governo quisesse fazer algo, poderia nomear um clérigo, e um juiz, que visitasse a colônia, de tempos em tempos. Se ele quisesse vender a terra, seria necessário um agrimensor. De qualquer forma, este tipo de colonização seria amplamente preferível ao anterior.

c. Arrolo aqui um terceiro tipo de colonização: um acerto com os proprietários de grandes frações de terra. Fazer com que dividissem sua terra, no todo ou em parte, em colônias, cedendo-as a colonos, por pagamento à vista ou a prazo. Um caso desses está ocorrendo, agora, envolvendo a família do falecido coronel Vicente Bandeira e os sucessores de Maria Gertrude Welles, uma amante do presidente Diogo de Souza.

Aquele distrito apresenta as condições mais favoráveis. Muito melhores que as de São Leopoldo. No seu conjunto, é mais fértil. E poderia ser desmembrado em cerca de 800 colônias. O Rincão foi taxado pelo valor de 80 contos de prata, e se cada colônia for vendida por 200/250/300 piastras, o lucro resultante não será muito grande.

No entanto, esta avaliação não me parece muito transparente; assim como a posse da terra não parece muito legal. Originalmente, a terra teria pertencido a uma família Cnaganz. Depois, a uma família Barreto. O rei a teria tomado, por supostos direitos que teria sobre ela, passando a utilizá-la para o bem público. Os direitos da família Cnaganz passaram para a família Barreto, por casamento. E, sob o governo do presidente Saturnino de Oliveira, ela teve sucesso em reclamar este Rincão del Rei[12] para si. No entanto, o status da propriedade parece continuar duvidoso. Foi oferecida à venda. Mas ninguém quer comprar, por mais interessados que se apresentem.

O governo pretende criar, ali, uma colônia. Talvez na próxima legislatura da assembleia seja sancionada a fundação de uma colônia, nestas terras, e que, com isso, a posse seja garantida aos colonos. Para este caso, anexo-lhe alguns papéis sobre este assunto, e ouso pedir mandar colonos

11 Doze pessoas foram assassinadas, em pouco tempo; cinco dos mais brilhantes pais de família desertaram, sem motivo, um deles morreu no Presiganga. ("Observação" do próprio autor da carta).

O Presiganga foi um navio-prisão, ancorado no Guaíba, que adquiriu má fama, durante a Revolução Farroupilha. (Nota de René E. Gertz).

12 Não há clareza sobre este lugar. Há um "Rincão del Rei" entre Rio Pardo e Santa Cruz do Sul. (Nota de Martin N. Dreher).

para esta colônia.

Outro exemplo atual mostra o cuidado que se deve ter em relação a este assunto. Um colono chamado Heinrich Schmidt comprou, por 18 contos, a fazenda de José Leão, na divisa noroeste desta colônia [São Leopoldo], para ali fundar uma colônia. Quando a compra estava totalmente concluída e o dinheiro pago, o vendedor Manuel Leão gastou-o, depois ficou doente, e morreu, deixando para os herdeiros um cofre vazio. Com isso, Schmidt envolveu-se num processo com seus vizinhos, nas divisas da terra[13], que lhe custou 4.000 piastras. Durante o processo, se verificou que uma légua de frente e três léguas de fundo desta terra pertenciam a Maria Gertrude Welles, ou ao seu filho, coronel em Portugal; que meia légua de frente e três de fundo haviam sido repassadas à Misericórdia, em Porto Alegre; e o restante era reclamado pelos demais herdeiros, que não haviam participado do processo de venda. De tudo isso, sobrou quase nada para Schmidt.

Eu poderia arrolar vários outros exemplos deste tipo. Mas este basta para mostrar que o governo precisa criar uma comissão para este tipo de colonização, a qual ficaria encarregada de deixar bem claro se tudo está rigorosamente em dia com a terra a ser entregue aos colonos. Ela deveria sancionar uma colônia destas, e garantir a posse aos colonos.

d. Este quarto tipo de colonização que aqui apresento, deve ser, nas atuais condições políticas, o mais adequado. Cria-se na Europa, em especial na Alemanha, todo tipo de associações e de sociedades, cujos objetivos consistem em agir a favor do bem da humanidade. Com o grande aumento populacional, em muitos países europeus, e com a falta de população em outras regiões do mundo, em especial na América do Sul, uma sociedade de emigração faria todo sentido. Uma sociedade dessas teria uma caixa em que cada membro depositaria certo capital, e na qual seriam aceitos capitais pelos quais a sociedade assumiria garantias.

Como aqui estou me referindo ao Brasil, e, em especial, a esta província, esta sociedade compraria terras devolutas do governo, e propriedades particulares, de pessoas privadas, como o Mato Castelhano, toda a região das Missões. Uma colônia custaria, talvez, 10 a 20 milréis.

A seguir, seriam trazidos colonos – por conta própria, por conta do governo, por conta da sociedade; dependeria do caso qual seria a mais adequada, e eles ocupariam estas terras. Eles não deveriam receber a terra de graça – pelo simples fato de que tudo aquilo que não custa nada não tem valor. Mas mais ainda para garantir durabilidade e continuidade à instituição

13 Trata-se de uma referência ao processo entre Schmidt e Francisco Pedro Buarque de Abreu, o barão do Jacuí. (Nota de Martin N. Dreher).

e à sua abençoada ação. Inversamente, este processo não deve servir para praticar usura, e para acumular capitais. Para tornar esta alternativa viável, a terra deve ser avaliada por um preço baixo, e, na sua concessão, estabelecida a condição de pagar, durante uma série de anos. Como os capitais devem gerar juros para a sociedade, o colono beneficiado deveria pagar juros, no mínimo a partir do terceiro ano, um sacrifício que seria pouco pesado, já que o nível dos juros está muito baixo, na Alemanha. Hoje em dia, o juro na Alemanha é calculado em 3%. Uma colônia que, na compra, custou 10 a 20 milréis pode ser avaliada em 100 milréis, e isso resultaria num juro de 4 milréis anuais, ou 16 vinténs mensais. Com isso, se ganharia um dinheiro para pagar um auxílio inicial a famílias necessitadas, além de poder remunerar o agrimensor, o administrador, o pastor. A administração da justiça, e, em parte, também o pastor e o sistema de ensino competem ao Estado.

A escolha dos distritos para esta ou aquela colônia, a coordenação naquilo que tange à terra, às estradas e ao fomento da indústria, do comércio e da exportação são questões que não cabe tratar nestas considerações, muito gerais. No desenvolvimento das questões específicas de cada colônia, o responsável deverá orientar-se pelas condições reais que encontrar.

Naturalmente, o empreendimento estará sob inspeção imperial, e a sociedade deverá prestar contas de seus objetivos e de toda a sua ação. Além disso, tão logo todos os investimentos feitos numa colônia estiverem amortizados, ela deverá ser repassada ao Estado, para que a emancipe. Pois do contrário, aconteceria aquilo que aconteceu com os jesuítas, nas Missões, um Estado dentro do Estado. E ele, em função de sua oposição hostil, se tornaria prejudicial para ambos. A justiça, o registro civil, os documentos eclesiásticos, as relações públicas, a segurança e a defesa públicas, inclusive contra os selvagens, devem ser e continuar sendo tarefas do Estado. Mas a administração interna, a nomeação dos funcionários para este fim, a promoção dos mesmos para seu aperfeiçoamento, a fim de se tornarem elementos úteis ao Estado, tudo isso deve permanecer como competência da sociedade, a fim de eliminar ou evitar qualquer influência arbitrária e perniciosa. A principal preocupação deve consistir em conseguir pessoas confiáveis e inteligentes.

Na administração da colônia, deveria prever-se que aquelas criadas por primeiro, e mais beneficiadas, deveriam contribuir com um imposto para as mais recentes. O passar do tempo e as circunstâncias deverão determinar a medida para o quê? como? e quanto?

Independente de qual tipo ou forma de colonização venha a tornar-se realidade, sempre cabe ao Estado a primeira competência, é dele que deve partir a ação para alcançar o objetivo, ou então deve-se recorrer a ele,

mas nada deve poder acontecer sem ele.

Sob quaisquer circunstâncias, ele, Estado, deve facilitar e favorecer a imigração; e em tempos de paz, uma marinha pode ser muito útil para isso.

O Brasil precisa de uma marinha; e ela deve ser forte; a posição geográfica, a situação política exigem isso. Em tempos de paz, ela corre o risco de definhar – tudo deteriora, o navio, as cordas, a tripulação. Aquilo que pode salvá-la é uma ocupação sábia e útil. Só quando ela possui uma ocupação, são feitas inspeções, reformas, consertos. O comandante fica aperfeiçoando, de forma permanente, seu catecismo, o timoneiro cuida de sua bússola, o marinheiro conserva sua vivacidade, e se mantém obediente. E em nenhuma situação a marinha poderá tornar-se mais útil que na busca de colonos. Se a gente ainda vinculasse esta atividade ao transporte de cargas, ganharia muito. Nada de comerciantes, de intelectuais, de artistas, de mendicantes, de gatunos, nada de presidiários e encarcerados. Só agricultores, e bons artesãos, para o dia-a-dia. Cada um que for aceito deve ter condições de cobrir os custos da viagem, segundo regras gerais.

Se na guerra o patriotismo se emplume com linguagens sanguinárias, e exala uma atmosfera de morte e ruína, a marinha, envolvida nos citados objetivos, exibirá uma imagem benévola e amigável de amor à pátria, será uma fonte de bênçãos para a humanidade.

Agora, uma palavra final. Tragam gente! Apenas alemães! Assim que eles fincam pé em nosso chão, pode-se ficar despreocupado com seu futuro. O artesão ganha uma piastra por dia, o diarista um milréis, o ocioso fica rico. A filha do agricultor veste uma manta de 25 milréis, o pai gasta 25 patacões numa festa de *kerb*. [...]. Mãos humanas não conseguiram produzir tijolos suficientes, foi preciso trazer máquinas da América do Norte. Se na Alemanha todos os postos de trabalho estão ocupados, aqui há vagas de todo tipo. E mesmo que nada desse certo, há aqui espaço para plantar. Qualquer estação do ano serve. Em seis meses, qualquer um pode usufruir dos frutos de seu trabalho. Uma choupana para morar mais ou menos se apronta em poucos dias. Tragam alemães! Aí, com certeza, seremos vitoriosos!

Peço que tenha compreensão comigo, e me permita dizer-lhe que o prezo do fundo do meu coração.

Seu servo extremamente submisso,

J. G. Ehlers, pastor

P. S.: De acordo com aquilo que estou ouvindo, Manuel Antônio Galvão, agora, é ministro do Império. Isto me alegra muito. Ele é merecedor do cargo. E eu confio que, através dele, o Império será salvo. Se, por acaso, falar com ele, peço que ative nele a simpática lembrança por mim. Assegure-lhe que meu coração continua batendo forte pelo bem do Brasil, mesmo que meu empenho, com frequência, esteja enfrentando pesados empecilhos.

Como o senhor pastor Lallemant[14] me escreveu, por estes dias, o senhor teve a bondade de aceitar minha petição [...], junto com os documentos anexos, e prometeu empenhar-se, da melhor forma possível, por um resultado positivo. Permita-me que, mentalmente, aperte sua mão, e lhe agradeça, de antemão. Não tenho nada a oferecer-lhe, o senhor é uma pessoa tão importante, eu sou tão pequeno, tão insignificante. Mas, caso vier a mandar colonos, eu tentarei demonstrar-lhe, na prática, quão agradecido lhe sou.

J. G. Ehlers
3 de novembro [de 1844]

*

Esta colônia constitui fenômeno peculiar no contexto brasileiro.[15] Assim que se chega lá, constata que ela é bem diferente de congêneres brasileiras. A gente se sente transferido para a Alemanha. Numa superfície de 16 léguas quadradas, praticamente só se ouve falar em alemão, só enxerga rostos alemães, ouve a língua alemã, observa vestimentas alemãs, hábitos e costumes alemães, formas alemãs de agir no campo econômico e de trabalho, gentileza alemã e ausência dela, rudeza, às vezes também falta de caráter, e falta de jogo de cintura.

Mas a geração mais nova, os teuto-brasileiros, se diferencia bastante da geração mais velha, e isso por sua maior espontaneidade, por suas atitudes nobres, sua abertura de espírito, sua sinceridade, e por seu espírito

14 Trata-se de Georg Friedrich Avé-Lallemant. Foi pastor luterano no Rio de Janeiro, de 1843 a 1848. Seu irmão, médico Robert, atuou na Santa Casa do Rio de Janeiro, e legou-nos a obra *Reise durch Südbrasilien* (Leipzig, 1859) [*Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953]. (Nota de Martin N. Dreher).

15 Este texto está antecedido pelo seguinte comentário: "Um comerciante de Hamburgo que, no meio do ano de 1845, desembarcou no Rio de Janeiro, e que tinha a intenção de se estabelecer no Rio Grande do Sul, frustrou-se, inicialmente, ao tentar obter informações precisas sobre as colonizações alemãs, nesta província. Isto mudou quando ele, casualmente, veio a conhecer um hamburguês, Dr. phil. Ehlers, ex-pastor da igreja protestante de São Leopoldo, recebendo dele um detalhado manuscrito, do qual se publica, aqui, um extrato". (Nota de René E. Gertz).

de iniciativa, que se manifesta desde muito cedo. Os habitantes dos espaços florestais estão bastante limitados em seu contato com outras pessoas, motivo pelo qual os filhos são mais parecidos com os pais, conservando características mais camponesas.

Há pouco mais de 700 estabelecimentos coloniais neste espaço; 300 deles se localizam em campo aberto, os restantes na área florestal. O número cresce, anualmente, pois neste último espaço, em direção norte, estão se instalando cada vez mais pessoas. Para que os colonos possam estabelecer-se, foram abertas estradas em linha reta (picadas), ao longo das quais, em cada lado, eles passam a morar. Entrementes, há sete picadas, sendo que as maiores abrigam 82 estabelecimentos coloniais, em cada lado.

Um dos locais mais afastados, no meio do mato, foi abandonado pelos colonos. Na região florestal, cada colônia possui 100 braças de largura (a sete pés cada) e 1.600 braças de profundidade, de forma que uma colônia possui 160.000 braças quadradas, que representam mais ou menos 283 jeiras. No campo aberto, foram atribuídas 200 braças de largura e 800 de profundidade, aos lotes coloniais. Os colonos receberam a terra gratuitamente. Calcula-se que numa légua quadrada caibam 50 colônias. Multiplicando-as por 14, chega-se a 700. As duas léguas quadradas faltantes continuam não medidas, na região de campo.

Cada lote colonial abriga sete a oito pessoas, resultando num total de aproximadamente 5.400 almas. No passado, a colônia já teve mais gente, com 8.000 almas. Os ataques de índios (os assim chamados bugres), o rebuliço da guerra e a ânsia em ganhar mais dinheiro deram origem a muitas migrações, motivo pelo qual o número de habitantes diminuiu. Mas justamente por este motivo, encontram-se, agora, alemães espalhados por toda a província – e eles estão bem. Em parte, encontram-se numa situação muito boa.

Em todas as estradas, o viajante encontra alemães que, às vezes, não mais apresentam nenhum indício de serem alemães. À população colonial, deve ser somada aquela do povoado São Leopoldo. Este lugar situa-se no centro de uma região de campo, à margem do rio Sino [*sic*]. E é justamente por causa desta localização que ele já foi inundado algumas vezes – circunstância prejudicial à saúde dos moradores e às moradias.

O presidente [da província Salvador José] Maciel fundou esta cidade, em 1829, neste terreno impróprio. Na cidade, encontra-se uma igreja católica, uma prisão, duas escolas públicas, uma para meninos, outra para meninas, mais uma escola privada, muito frequentada. Algumas casas são de material, algumas possuem dois andares. A cidade possui bom comércio, com cerca de 18 lojas, uma eficiente navegação – uns 14 barcos estão

em movimento permanente –, possui muitos curtumes e selarias. Ali são confeccionadas mais de 30.000 selas por ano, vendidas por 50 a 60 milréis. Além disso, são fabricados muitos sapatos, e uma infinidade de tamancos. Em cerca de 250 casas, moram 1.200 pessoas. Somadas às 5.400 citadas, residentes na zona rural, resultam em 6.600 habitantes, para o conjunto da colônia São Leopoldo, número que coincide com o de um censo feito alguns anos atrás.

Religião: dos habitantes, não menos de dois terços são evangélicos, um terço é católico. Se a gente leva em conta que a igreja católica de São Leopoldo inclui a colônia portuguesa de Sapucaia e Pinhal[16], então o número das duas comunidades fica mais ou menos igual. Os católicos, no momento, possuem quatro igrejas, das quais uma está na cidade, e três nas picadas da região florestal. Os evangélicos possuem, no momento, sete igrejas, uma na cidade, três nas picadas da região florestal, três na região de campo, e uma em construção. A igreja da cidade possui um comprimento de 80 pés, e é feita de material. A igreja católica sempre foi administrada por um padre que não entende nada de alemão. É impressionante que a *propaganda fide* não tivesse demonstrado interesse maior por estes crentes alemães. (Desde então, foi organizado outro sistema).

A igreja evangélica possui dois pastores evangélicos alemães, pagos pelo governo, dos quais um foi designado para a região florestal, outro para a cidade e a zona de campo. Qualquer pessoa poderá entender que aqui aconteceu alguma coisa, mas ainda não o suficiente – por exemplo, não há dúvida de que duas escolas públicas para toda a colônia são insuficientes. Na ausência de salário digno para um professor, o ensino da juventude, muitas vezes, está entregue a sujeitos os mais indignos e ignorantes, que trazem mais prejuízos que benefícios. (Desde então, estas falhas, que se registraram durante a revolução, sofreram modificações).

De maneira geral, as igrejas são bem frequentadas, e a atividade eclesial registra alguns aspectos bem positivos. Aí se incluem, em especial, os dias de festa, como as santas ceias e as confirmações – um dos pastores já realizou a confirmação de 1.135 jovens cristãos.[17] A igreja evangélica registra muitas realizações, apesar de ter sido vítima de muitas perturbações e opressões. Vinte anos atrás, quando a colônia foi criada, os brasileiros ainda enxergavam os protestantes como monstros. A floresta ainda era ocupada por selvagens rudes. A igreja avançou, a região foi depurada, mas os habitantes originários ainda andam por todos os lados, tentando caçar e colher

16 Deve tratar-se de Santa Cristina do Pinhal, próximo a Taquara. (Nota de René E. Gertz).

17 "Confirmação" é uma cerimônia equivalente à primeira comunhão, no rito católico. (Nota de René E. Gertz).

frutos silvestres. A vitória não foi alcançada sem o derramamento de sangue das vítimas. No início da colonização, estas hordas promoveram dois ataques, nos quais alguns alemães perderam a vida. Estes ataques não se registram mais, há 17 anos.

[Os católicos brasileiros] consideram os protestantes como bons cristãos, admitem que possuem algumas vantagens em relação à igreja católica, convivem em boa amizade, casam entre si; as crianças de matrimônios mistos são batizadas, às vezes na igreja evangélica, às vezes na católica, dependendo das conveniências. A igreja não é mais motivo de discórdia. O padre católico, no início, se opunha à realização de casamentos de confissões religiosas mistas, mas, muito logo, cedeu, e passou a casar tudo aquilo que aparecesse à sua frente. (Desde então foi organizado outro sistema). Os católicos alemães se mostraram muito mais teimosos que os brasileiros. A igreja evangélica só teve dois pastores, [Johann Georg] Ehlers e [Friedrich Christian] Klingelhoeffer, o último por apenas quatro anos (1832-1836), o primeiro desde a fundação da colônia, até agora.

Vida econômica e industrial dos colonos: Por ignorarem a natureza destas regiões, no início, cometeram muitos erros, ao se estabelecerem como agricultores, tendo sofrido frequentes reveses. Em primeiro lugar, lhes faltava o conhecimento sobre a melhor madeira para suas construções. A madeira mais dura de primeira classe fornece uma base sólida para construções, e pode durar séculos, sem perigo de apodrecer ou ser atacada por pragas, como a formiga branca. Em vez disso, os colonos, muitas vezes, recorriam à pior madeira possível, para a construção de suas casas. Assim, as casas se deterioraram, em poucos anos, obrigando a começar tudo de novo, até que as pessoas começaram a aprender com seus erros, passando a usar a madeira adequada. Perderam muito tempo e dinheiro.

O segundo erro que cometeram foi o de terem tentado introduzir agricultura alemã na colônia. Plantaram trigo, centeio, cevada, batatas. Sete anos antes de nossa chegada, o trigo ainda dava tão bem que aquele que plantasse 100 libras de trigo podia comprar um escravo, antecipadamente, na certeza de conseguir pagar com a colheita. (O número de escravos que falam alemão teria alcançado algumas centenas. Mais recentemente, o governo brasileiro proibiu a manutenção de escravos, nas colônias).

Depois a coisa mudou, apareceu uma praga no trigo. A planta se desenvolvia bem, lançava espigas, mas quando se aproximava a colheita, da noite para o dia, a expectativa se frustrava, em função da "ferrugem". Não só a semente se transformava num pó preto, mas todo o pé perdia força e cor. Os colonos tentaram resolver o problema através da persistência alemã, recorrendo a vários tipos de experiências. As sementes foram tratadas com

cinza, com cal, com esterco; plantou-se antes ou depois do período usual. Mas foi tudo em vão. Nada se conseguiu.

A plantação de centeio, no início, parecia mais favorável, em especial na zona florestal. O pastor Ehlers esteve, em 1827, no final da picada principal, quando este cereal estava florescendo. Os talos estavam retos, e uma espiga longa e volumosa florescia na ponta. Encontramos um pé com cinco espigas, de um dedo de comprimento, mais duas espigas atrofiadas, no lado. Logo a seguir, encontramos um segundo pé com quatro espigas, mais uma atrofiada. Ehlers observou os topetes nascidos de grãos que, na semeadura, haviam caído mais ou menos sozinhos, fora do espaço cultivado, e constatou que de um grão haviam nascido 100, 150, 200 talos, sim, havia até um topete com 221 talos, cheios de espigas.

Na mesma época, um dos colonos vindos mais recentemente (Johannes Weber) havia preparado um terreno no qual semeou uma quarta do cereal. A semeadura densa cresceu, cobriu o chão, e, depois de alguns meses, ele colheu 45 quartas. Logo a seguir, plantou, no mesmo espaço, uma quarta de batatas – para aumentar o número de pés, ele as cortou em pedaços. Enquanto as batatas iam crescendo, as sementes de centeio caídas ao chão durante a colheita também germinaram, e se desenvolveram, gerando preocupação no agricultor. Mas as batatas evoluíram, mesmo assim, e foram colhidas, rendendo 83 quartas. A seguir, o cereal germinado dos grãos perdidos na colheita tomou conta, em definitivo, e em menos de três meses veio a amadurecer, tendo sido colhidas mais 36 quartas. Os vizinhos registraram resultado igual, com seu cultivo de centeio.

Ehlers considerou que as batatas tinham um gosto insuperável. Outro exemplo da fertilidade do solo é o seguinte: Ehlers ajuntou alguns pés de feijão, e constatou que as vagens pesavam mais que raízes, caules e folhas juntos. O cardo de porco tinha ramos da espessura do braço de uma pessoa, e era tão alto e tão expandido que, numa distância de 12 a 15 passos, dois cavaleiros montados, um de cada lado, não conseguiam enxergar-se um ao outro. Em visitas posteriores, na mesma região, o pastor Ehlers encontrou, com frequência, pés de milho com quatro espigas grandes; encontrou algumas abóboras grandes do tamanho de um quarto de um tambor de farinha, pesando quase 40 libras. A alfafa atingia a altura de quatro pés. O cânhamo, com o tempo, atingia a espessura de um braço, com mais de 20 pés de altura.

Na região de campo, a fecundidade é bem menor, e aqui não se pode deixar de usar adubação. Quanto à cultura do centeio, é preciso acrescentar que, por melhor que tenha sido a colheita deste ano, as próximas foram bem diferentes. Algumas vezes, a colheita gerava um múltiplo de oito, dez, doze, mas, às vezes, também apenas um múltiplo de dois ou três. Aos poucos, os

colonos cansaram de plantar mais centeio do que necessitavam para seu consumo, em especial porque este não é um produto que se comercializasse com facilidade.

Em contrapartida, o interesse se voltou para o cultivo da batata, e ele se expandiu para toda a colônia. Em Porto Alegre, ela passou a ser comercializada aos sacos, enquanto, até então, era quase impossível comprá-la em volume de libras. As batatas eram colhidas duas vezes ao ano, e o lucro se tornou significativo. A batata crescia muito bem na região florestal, mas muito mal na região de campo.

Nesta parte da colônia, se passou, por isso, a dar maior importância à criação de gado. Conseguiu-se obter bons ganhos com a fabricação de queijo e manteiga. O cultivo do trigo foi abandonado por completo. Centeio – como já foi dito – só se cultiva para uso próprio. Cevada até se desenvolvia bem, mas não resultava em ganho de dinheiro. Do cultivo de feijão e de milho resultava pouca coisa. Ervilhas e lentilhas só se plantavam para uso caseiro.

Sete anos haviam sido perdidos com experimentações. Entrementes, haviam sido estabelecidos contatos com os brasileiros do entorno, se havia tomado conhecimento de suas práticas agrícolas, e havia disposição para ouvir seus bons conselhos, abandonando as ideias trazidas da Alemanha, para seguir os exemplos daqueles que estavam aqui há muito tempo. Passou-se a plantar mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão, abóboras, e também batatas. Em vez do linho, se plantou algodão. Foram construídas fábricas de farinha de mandioca e alambiques, para fazer rum [*sic*] (de caldo de cana).

No campo, as manadas se multiplicaram, a fabricação de manteiga e queijo foi ampliada; na floresta, se plantou pasto, e incrementou a alimentação do gado. De uma hora para outra, como num passe de mágica, o bem-estar da colônia aumentou. No campo, havia colonos que possuíam de 200 a 300 cabeças de gado, e de 50 até 100 cavalos. Na zona florestal, se teve bons ganhos a partir da plantação e da fabricação de manteiga. Em 1833, a colônia se encontrava numa situação muito boa. Ela contava com 6.000 cabeças de gado, e mais de 2.000 cavalos. Cada colono possuía de 50 a 60 porcos. O comércio ia se ampliando. Até 20 barcos se encontravam em movimento permanente entre a colônia e Porto Alegre. Não havia família que não tivesse algumas centenas de táleres em dinheiro.

Gradativamente, muitos começaram a dedicar-se à demanda cotidiana por artesãos. Abriram-se fábricas, sobretudo de produtos de couro, como selas. Reinava a paz no país, e os colonos levavam uma vida feliz. Os colonos foram construindo bonitas casas, em suas propriedades; matavam

12 a 13 porcos por ano, e algumas cabeças de gado. A caça representava elemento significativo para a economia familiar.

É provável que em nenhum lugar do mundo se consumisse tanto café quanto neste período em São Leopoldo. Se tomava café não em xícaras, mas em potes. Roupas começaram a ser exibidas. Passaram a vigorar manias palacianas. Roupas de chita não satisfaziam mais. As damas de São Leopoldo pediam musselina, xales que custavam de 20 a 30 milréis, meias transparentes, sapatos franceses etc. Além das igrejas, foram construídas três capelas. As igrejas passaram a oferecer bacanais.[18] *Kerbs* e quermesses eram festejados. Para dar nome às crianças, apareceram os pré-*kerbs*, os *kerbs* principais, os pós-kerbs. A isso, se juntavam os feriados eclesiais, de forma que de quatro a seis lugares diferentes chamavam, a cada domingo, para seus eventos. A coisa chegou a tal ponto que até numa sexta-feira santa foi promovida uma festa dedicada a Baco, perto da igreja.

Um alemão chamado Hillebrand, que soubera arrogar a si o cargo de administrador da colônia, deu força a esta situação. As famílias, brilhantemente enfeitadas, iam, montadas em cavalos brilhosos, para estas festas, por dois, três, até quatro dias. O vinho corria solto, e qualquer um pode imaginar que mais acontecia. A arrogância ia a tal ponto que dois colonos promoveram uma aposta, com corrida de carroça, valendo 100 garrafas de vinho. O perdedor pagava o vinho, o vencedor contribuía com um porco. O vinho era consumido por todos os presentes.

Dois vizinhos se envolveram num processo – que custou 11 táleres –, porque o galo de um deles havia vencido o do outro, e ainda o deixara bastante machucado. Seria possível contar muitas outras histórias deste tipo. A arrogância chegara ao auge, quando Deus resolveu aplicar seu castigo aos colonos. Começaram a registrar-se prejuízos causados por raios, por chuvas torrenciais, granizo, doenças no gado, pragas na lavoura etc. O pastor pediu, em vão, que se fizesse penitência. Mas os corações estavam endurecidos e levianos. Por isso, aquilo que havia sido profetizado ao povo veio a acontecer. O anjo vingador passou pela colônia, com sua gadanha da morte.

No dia 20 de setembro de 1835, irrompeu a guerra civil, na província do Rio Grande, que durou 10 anos. Mais uma vez, a voz da sensatez se fez ouvir. Os chefes dos dois partidos comunicaram aos colonos que deveriam ficar quietos e neutros. Mas todos aqueles que fizeram conclamações neste sentido foram apedrejados e perseguidos, como falsos profetas. Alguns proclamadores da bem-aventurança tiveram sucesso com suas ideias, entre os

18 No original, está a palavra "*bachanalien*". (Nota de René E. Gertz).

colonos alemães, porque estes estavam contaminados pela arrogância. Por isso, de uma hora para outra, se viram envolvidos pela sangrenta luta fratricida. No mínimo, 150 homens alemães perderam suas vidas, neste contexto, mais ou menos 50 moradias foram incendiadas, e as belas manadas foram carneadas pelos dois partidos em luta. Os belos e gordos cavalos pereceram nos campos de batalha. Ninguém podia mais afirmar que continuava a possuir uma propriedade, sim, que sua vida estava garantida. Não é possível relatar todas as histórias de terror acontecidas. Elas constituem prova da total ausência daquelas qualidades que se espera de pessoas civilizadas.

Passaram os anos de 1835 a 1840, e os liberais desistiram do cerco à praça de Porto Alegre, com que ambos os partidos transferiram o palco da guerra para as regiões ao sul da província. Com isso, a colônia deixou de se envolver com qualquer um dos lados. Mesmo que os dois partidos, entre os próprios colonos, ainda não tivessem feito as pazes, houve gradativo reconhecimento da insensatez que representou o envolvimento numa situação tão perigosa, e, ao menos, cessaram as perseguições com armas, os ataques sangrentos. As casas foram reconstruídas, os campos devastados novamente cultivados. Tempos favoráveis para a colônia retornaram.

Milhões em dinheiro vindos do Rio de Janeiro passaram a circular na província. Pais e filhos da província se encontravam envolvidos em um ou outro dos partidos. Suas plantações estavam destruídas. Montevideo estava cercada. Desta forma, a colônia estava aí para produzir e fabricar para todos os partidos. Os artesãos reabriram suas oficinas, e, na medida em que trabalhavam para o exército, exerceram papel especial, como curtir couro, fabricar selas, calçados, tamancos, carroças e charretes. Os preços dos produtos alimentícios aumentaram em três ou quatro vezes. Do muito dinheiro que circulou na província, boa parte acabou se concentrando na mão de alguns indivíduos.

Nas condições existentes, ele, porém, não podia ser usado na compra de escravos nem de propriedades. Por isso, se passou a comprar casas na cidade. Para tanto, se necessitava material de construção. Isso fez com que fossem reabertas olarias, e construídas serrarias. Os preços destes produtos eram tanto mais significativos, porque tinham perspectiva de exportação. Para uma dúzia de pranchas para construir navios, cuja matéria-prima, a árvore, não custava nada, se pagavam 45 milréis, em Porto Alegre. Para uma dúzia de tábuas de madeira de lei se pagavam 22 milréis. Em dois anos, de 1840 a 1842, os prejuízos que a colônia tinha sofrido em função do seu envolvimento na guerra civil estavam eliminados, sem deixar qualquer vestígio.

A recomposição das manadas, obviamente, enfrentou graves problemas, por mais tempo. Os colonos e os cidadãos urbanos compravam

gado em grande quantidade, mas ocorreu um contágio com uma doença animal, que matou nove entre dez cabeças. Por sorte, a plantação, as fábricas, a navegação e o comércio cobriram estas perdas.

Entre os anos de 1842 a 1845, se plantou mais de três vezes aquilo que fora plantado antes. E o preço dos produtos era mais alto. Mais de 200 fábricas de farinha de mandioca foram abertas. Mais de 100 colonos plantam cana-de-açúcar, e mais de 50 tachos processam o caldo. Mais de 25 moinhos abastecem as cidades e as colônias com farinha para fazer pão. Cinco serrarias, duas prensas de azeite, cinco olarias – das quais, uma trabalha com uma grande máquina –, mais de 50 curtumes estão em intensa atividade. Mais de 1.000 pares de mãos são ocupados, dedicados a produzir para exportação. Calcula-se que, no conjunto da colônia, são produzidas e exportadas mais de 100.000 selas, e o mesmo número de botas. O número de tamancos é enorme.

O bem-estar recuperado se manifesta mais uma vez na ostentação que os colonos estão praticando. Os homens vestem roupas feitas com os tecidos mais finos, as mulheres vestem a mais fina musselina, xales de 30 a 36 milréis, meias de seda, sapatos franceses, enfeites de ouro. Nas selas dos cavalos, são aplicados enfeites de prata, à moda espanhola. Montados em belos cavalos, homens, mulheres e moças cavalgam para a igreja e para festas. Mas as festanças, agora, são menos extravagantes, e mais comportadas.

Apesar desta situação favorável em São Leopoldo, é preciso alertar qualquer colono interessado que a instalação de uma economia doméstica sempre implica em grandes dificuldades, sacrifícios e privações. Somente depois de cinco a seis anos, é possível usufruir de algum conforto. Dinheiro abundante só os filhos terão. Agricultores e artesãos que venham para trabalhar com vontade e dedicação conseguirão viver bem, por aqui. Um curtume é um bom negócio – substâncias para curtir existem em grande quantidade.[19]

(Tradução de René E. Gertz)

19 Ao final do texto, está uma observação redacional, nos seguintes termos: "Por fim, o pastor Ehlers alerta os seguintes grupos contra uma possível imigração: teólogos, juristas, filólogos, médicos, artistas, pintores, escultores, músicos, linotipistas, economistas, serviçais, carroceiros. Nenhum deles pode esperar que viverá feliz por aqui. Caso for bem-sucedido, será exceção". (Nota de René E. Gertz).

ILHAS LINGUÍSTICAS ALEMÃS EM MUNICÍPIOS ITALIANOS

W. von der Elbe (pseud.)
Vicente Martins Dalla Chiesa (tradutor)

*

Nota preliminar: o texto cuja tradução se apresenta a seguir foi publicado no *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, editado por Rotermund & Cia., São Leopoldo, em sua edição de 1922, às páginas 127-132, com o título "Deutsche Sprachinseln in italienischen Munizipen". O autor era pastor itinerante luterano ligado ao Sínodo Riograndense, e se identificou pelo pseudônimo W. von der Elbe, ou seja, "W. do Elba", dizendo-se nativo de uma pequena cidade às margens deste rio. A base da narrativa é uma viagem feita por ele, no ano de 1916, à antiga região de colonização italiana, para visitar comunidades teuto-evangélicas localizadas nos então extensos municípios de Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado. Eventualmente, são feitas menções a viagens posteriores: o autor refere, por exemplo, a existência de estrada de ferro ligando Carlos Barbosa a Bento Gonçalves, trecho que somente foi concluído em agosto de 1919. No relato, transparece interessante pensamento de um pastor luterano alemão, com formação universitária, no Rio Grande do Sul dos anos 1920. A contemplação da paisagem natural ocupa boa parte da narrativa. Revela grande preocupação com a manutenção do caráter germânico das populações de língua alemã, e com a concorrência religiosa do Sínodo Missouri. Ao mesmo tempo, embora o convívio com a população de origem italiana seja descrito como amistoso – e isso em plena Primeira Guerra Mundial –, há o registro de um movimento tendente à homogeneização étnica, com o deslocamento de populações teutas das áreas limítrofes com a colônia italiana para outras frentes de colonização, fenômeno que também foi registrado por Jean Roche. A presente tradução pretende-se pequena contribuição para o estudo da quase desconhecida história de áreas no interior da região de colonização italiana que foram, inicialmente, povoadas por colonos de língua alemã. (Nota de Vicente Martins Dalla Chiesa).

*

Era um dia frio de inverno quando me dirigi à estação da estrada de ferro Porto Alegre – Carlos Barbosa. Já fazia quatro anos que eu não andava por uma estrada de ferro. E lá fui apostar a sorte em uma estrada de ferro que mal merece este nome. Para mim, foi horrível. Fiquei agradecido a mi-

nha sorte, quando pude, em Carlos Barbosa, descer daquele instrumento de tortura. Mas, que nada! Me alegrei cedo demais. Saí debaixo de chuva, até a área coberta. Eu ainda precisava pegar uma diligência de Carlos Barbosa até Bento Gonçalves. De um instrumento de tortura para outro! A diligência jogava tão forte, de um lado para outro, que eu, honestamente, fiquei enjoado, e mais de uma vez tive de depositar as oferendas da natureza sobre o chão da amada serra. Atualmente, se sai garbosamente de Carlos Barbosa, com um trenzinho, e os tempos dos postilhões, que se tinha de suportar, passaram. Cheguei a Bento Gonçalves, à noite, sob flocos de neve e vento cortante. Lá, tive de esperar três dias, uma vez que o Antas – assim se chama o curso superior do rio Taquari –, devido às chuvas de inverno, tinha se tornado muito revolto, e ultrapassado suas margens. Nestes três dias em Bento Gonçalves, tremi de frio como nunca em minha vida, nem mesmo no inverno mais rigoroso que vivi, passado no norte da Alemanha, sob -24° Réaumur.[1] Finalmente, depois de dois dias, o sol brilhou, e, no terceiro dia, o Antas permitiu a passagem. Uma visita às ilhas linguísticas alemãs nos municípios italianos foi o objetivo de minha viagem, em junho e julho de 1916. Sobre estas ilhas linguísticas – enclaves, se diz em bom alemão –, vou discorrer.

Em meio à natureza selvagem, fica o profundo e encravado leito do Antas. Lá em cima, na serra italiana, o inverno é monótono e triste! O desmatamento desenfreado destruiu os lindos bosques de pinheiros. Aqui e ali, despontam copas de pinheiros, como dedos estendidos em direção ao céu. O mesmo quadro se apresenta nos municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves e Alfredo Chaves. O Antas oferece uma das mais lindas paisagens naturais do Rio Grande do Sul. Quem não acredita deve, ele mesmo, subir de Lajeado ou Estrela, pelo Taquari e pelo Antas, até o município de Alfredo Chaves. Ficará enlevado pela beleza natural do nosso estado do Rio Grande do Sul. Tão romântico – não direi: tão bonito – quanto é o caminho que me levou da cidade de Alfredo Chaves à primeira ilha linguística alemã.

Ela leva o nome de Conselheiro Rebouças; fica a uma boa horinha distante da cidade. Um caminho horripilante leva da estrada principal até o profundo vale do Retiro. Muitas vezes, ao longo do caminho, me perguntei se seria possível cavalgar, descendo por caminhos tão íngremes. Precisei tomar bastante cuidado com meu robusto burrico, que me era tão precioso. Mas, diante da visão de uma rumorejante cascata de 100 metros de altura, caindo de um recorte na rocha, precisei parar meu asno. Contemplei, com olhos cobiçosos, aquela prodigiosa maravilha da natureza. Segui adiante, ao longo do revoltoso Retiro, até além da turbina da usina elétrica

1 Equivalente a -30 graus Celsius. (Nota de Vicente Martins Dalla Chiesa).

que fornece energia para a cidade de Alfredo Chaves, descendo em meio aos paredões de pedra. Escalando trilhas de mulas, passando por abismos perpendiculares profundos, que causam vertigem, cheguei ao meu destino, os colonos alemães de Conselheiro Rebouças. Encantadoras paisagens à distância, claridade, ar saudável, lugar maravilhoso, mas solo somente em parte aproveitável, milhões de pedras e terras fortemente acidentadas. Essa era a minha percepção de então, e permanece sendo a mesma hoje. No ano de 1890, chegaram os primeiros alemães, pomeranos em sua maioria, lá estabelecidos, pelo governo. Com seus punhos pomeranos, aplainaram o solo, o que foi uma luta. Uma escola, que também servia como igreja, foi construída, em um pequeno pedaço de terra. No cemitério que está atrás dela, há relativamente muitos túmulos. Uma epidemia de disenteria subtraiu as vidas de muitas crianças pequenas. Mais ou menos 30 famílias tiveram lá o seu novo lar. Mas, quando da minha visita, somente oito permaneciam. A ilha linguística fora invadida pelo mar italiano. Ao meu juízo, o final estava próximo. A história me deu razão. Quatro anos depois, visitei pela última vez Conselheiro Rebouças. Encontrei somente quatro famílias, e todas elas já tinham vendido suas terras para italianos, e, sob critérios de confissão religiosa e etnia, estavam determinadas a reemigrar. Em um melancólico culto de despedida, preguei a eles sobre as palavras: "Aqui, não temos um lugar permanente". Hoje, somente as inscrições em alemão sobre as cruzes dos túmulos do cemitério lembram que, no passado, em Conselheiro Rebouças, evangélicos alemães viveram, trabalharam, se preocuparam, sofreram e morreram.

Me dói no coração lembrar da última vez em que estive lá em cima, naquelas alturas acidentadas, no começo de 1920. Espontaneamente, me veio aos lábios o canto que eu, como jovem e alegre estudante da turma de 1894, cantei durante meu ano de calouro em Jena:

Os solitários, eles choram
Os outros, eles migram
Os retos estão em meio às mudanças do mundo
Também muitos, buscando seus objetivos
Aos falecidos se juntam
Arruinados, mortos
Em desejo e em sofrimento
E se segue através dos campos e prados
Com as rédeas na mão
Que possa ressoar por muito tempo, em meus ouvidos
Cada som que venha das colinas

Segui adiante, através da cidade de Alfredo Chaves – que, de ano em ano, se desenvolvia mais, e que, especialmente em sua praça, dava uma impressão de organização e limpeza –, até a próxima ilha linguística alemã, Linha 5, no município de Alfredo Chaves, uma hora distante da Vila de Capoeiras.[2] Esta ilha linguística alemã, povoada pelo governo já no ano de 1890, era, ao fim do século passado, bastante grande. Os pomeranos e teuto-russos, aos quais se juntaram agricultores rio-grandenses, povoaram não apenas as Linhas 4, 5 e 6, mas também as de número 1, 2 e 3. Hoje, no seu todo, somente a Linha 5 permanece alemã. A Linha 4 foi totalmente comprada por italianos, a Linha 6 por poloneses e italianos. Também a Vila Capoeiras conta com alguns alemães, negociantes e artesãos. Essa Linha 5 tinha uma povoação tão forte de alemães evangélicos que, com suas filiais – Conselheiro Rebouças, Anta Gorda, Figueira e Linha 13 –, formava uma paróquia própria, que conseguiu se manter até 1916.

A morte prematura do pastor Platzeck, a migração, que crescia de ano a ano, e a concorrência dos missourianos norte-americanos fizeram a paróquia se desfazer. As Linhas 4, 5 e 6 contam, hoje, com cerca de 60 famílias alemãs, um quarto das quais são católicas. A terra é melhor que em Conselheiro Rebouças, significativamente mais plana, e ainda tem reservas de matas de pinheiros. Uma cavalgada através das três linhas povoadas por alemães é muito estimulante. Se vê, pelas plantações, pelas moradias, pelos estábulos para o gado, que os alemães não somente têm um bom padrão de vida, mas também alcançaram modesta prosperidade. Prédios de igrejas, que também servem como escola, enfeitam a Linha 5. Em especial, o espaçoso prédio da comunidade evangélica alemã dá, pelo seu interior e exterior agradáveis, uma impressão convidativa. Como a presença alemã lá diminui ano a ano, a conservação da igreja e a manutenção das escolas apresenta grandes dificuldades. Mas eu sempre encontro um amigo querido, todas as vezes em que faço uma visita, para um kerb ou para o culto divino. Nessas ocasiões, os alemães mostram, com grande amor e tenacidade, seu apego à sua etnia e à sua fé. Muitas vezes, me disseram que esses postos avançados estão perdidos para nós, alemães. E que, a continuar desta forma, nós os cederemos para os italianos. Uma grande quantidade de alemães já reemigrou. O destino dessa migração é Rio Ligeiro, Rio do Peixe e Serra Cadeado. Eu aconselhei os alemães do município de Alfredo Chaves, nos últimos anos, para que não debandem desordenadamente desses postos perdidos, mas, sim, reemigrem para onde possam encontrar comunidades já estabelecidas. E eu me alegro que alguns desses conselhos tenham sido seguidos. Uma característica que, lamentavelmente, não é suficientemente difundida

2 Atual cidade de Nova Prata. (Nota de Vicente Martins Dalla Chiesa).

entre os nossos colonos, nas áreas mais antigas de colonização alemã, é a alegria pelo canto que possuem os pomeranos e os teuto-russos. Aqui, todos cantam: desde os bem idosos até aqueles em idade impúbere. É um bálsamo ouvir nossos maravilhosos corais alemães, e nossas canções populares intimistas e aconchegantes, cantadas durante um culto, à noite, por uma família, ou em uma festa familiar. Foram para mim inesquecíveis algumas festividades da sociedade de jovens, que sob a direção de sua condutora – uma filha do falecido pastor Platzeck, que era também, simultaneamente, professora bem-sucedida –, foram relativamente bonitas e bem realizadas. Quando nós, sob a luz da lua, voltávamos para casa, e soava o canto do bom camarada: "Na querência, na querência, lá haverá um reencontro"[3], eu tinha, por vezes, a sensação de estar na minha velha aldeia natal, às margens do Elba.

A bebida típica dos alemães se tornou o vinho, uma vez que eles estão cercados pelos italianos. Na minha primeira visita, em 1916, a medida custava 250 réis. Possam os deuses ser benevolentes, mas não dá para ocultar quais as consequências que o baixo preço do vinho teve junto a meus queridos compatriotas. Eu mesmo, uma vez, de estômago vazio antes de um almoço, quase não me mantive sóbrio diante do número daqueles que lá estavam, e que cantavam:

Quem nunca deu uma tragada
Não é um homem valente

Raiava um dia claro e bonito de inverno. Meu guia, um jovem filho de colono, montado numa mula nova, ainda não crescida, e eu, com minha grande, forte e desenvolvida mula – tão desenvolvida quanto uma mula pode ser –, cavalgamos de manhã cedo, por Capoeiras e Nova Bassano, através de um território desconhecido para ambos. Nós queríamos passar por Casca, à margem esquerda do Carreiro – onde ainda viviam 6 famílias alemãs –, e cavalgar até Tiradentes ou Linha 13. Mas, infelizmente, a ideia da visita às seis famílias alemãs nos atrapalhou e nos confundiu. Precisamos cavalgar, após o meio-dia, por duas horas, em meio a uma mata fechada, pontilhada, aqui e ali, por pinheiros, em picadas que mal são transitáveis. Não encontramos residência alguma. Quando o sol sumiu, estávamos totalmente perdidos. A essa altura, a jovem mula começou a mancar. Isto veio a calhar. Finalmente, depois de uma árdua cavalgada, na escuridão da noite fechada, encontramos uma casa de colonos italianos. Fomos amistosamen-

3 No original: "*In der Heimat, in der Heimat, da gibt's ein Wiedersehen*". (Nota de Vicente Martins Dalla Chiesa).

te recebidos, bem alimentados, e nos foi oferecida uma cama, para ambos. Mas a cama, para dois, era muito pequena. Quando acordei cedo, às cinco, meu condutor repousava fora da cama, suavemente, sobre fardos de centeio debulhado, que estavam empilhados em ambos os lados de nós. Uma cena deliciosa, um tema adequado para Wilhelm Busch. Pela manhã, tínhamos apenas uma horinha pela frente, até chegar ao Carreiro.

Em uma área quase plana, flui, vagarosamente, o Carreiro, emoldurado por maravilhoso bosque de pinheiros. Por mais que se encontre corredeiras, rio acima e rio abaixo, ali ele não dava a impressão de impetuoso e murmurejante rio de montanha, mas, sim, de suave curso d'água, em uma grande planície. Quando nos disseram que as 6 famílias moravam ainda a 4 horas a distância, rio acima, cruzamos o Carreiro, e, depois do meio-dia, por volta da uma hora, estávamos em Tiradentes, ou Linha 13. A Linha 13, sede de uma paróquia missouriana, é a única linha puramente alemã do município de Guaporé. Ela foi povoada em 1890, por pomeranos e alguns teuto-russos. A parte da frente da picada dá uma impressão razoável, mas a parte de trás é tão pedregosa e montanhosa que o progresso dos colonos parece quase impossível. Mesmo assim, lá vivem pomeranos, que avançariam ainda mais, economicamente, não fosse a grande dominação exercida pelo álcool. A picada está afastada da estrada principal que liga Guaporé a Passo Fundo, e seus lotes vêm sendo gradualmente comprados pelos italianos: os alemães, lentamente, desistem, e recuam. Como o Sínodo de Missouri já há tempos também está lá com uma paróquia autônoma, o tempo da minha estada não foi longo, naquele lugar em que a ilha linguística alemã será comprada e devorada pela latinidade.[4] A comunidade evangélica alemã local ocupa uma construção agradável, que serve de igreja e escola. No entanto, com o número sempre decrescente de membros, já fazia 7 anos que a comunidade não conseguia manter uma escola. O culto divino, há dois anos, vinha sendo realizado só esporadicamente. Atualmente, a pequena comunidade está dissolvida. Eu não acho que tenha sido um infortúnio o êxodo dos colonos de lá: por um lado, as pedras e as montanhas íngremes impedem o desenvolvimento econômico; por outro, os colonos de cultura e língua alemãs ficaram quase totalmente isolados.

Uma cavalgada de dez horas me levou de Linha 13 para a quarta ilha linguística alemã, Burro Feio, perto de Anta Gorda, no município de Encantado, a qual está intimamente ligada à ilha linguística de Figueira, na divisa do município de Encantado e Soledade. A cavalgada me levou – cavalguei sozinho por caminhos desconhecidos –, primeiro, à lindamente localizada cidade de Guaporé, ou Varzinha, como os antigos colonos chamam a cidade.

4 No original: "*romanertum*". (Nota de Vicente Martins Dalla Chiesa).

Guaporé, com suas ruas largas, sua bela praça, sua atrativa – hoje decadente – estação experimental agrícola, seus moinhos de trigo, dava, à primeira vista, a impressão de estar destinada a planos grandiosos. E, quanto a esse último aspecto, realmente ainda é assim. Porém, hoje, ela está estagnada, em alguns pontos até está regredindo. De Guaporé, cavalguei, por picadas, até a Vila de Anta Gorda. O caminho, em termos de paisagem, é bonito. Ele me levou por montanhas altas, com adoráveis vistas à distância, passando por moradias de italianos, com suas características casas de madeira de pinho de dois pisos, cercadas de extensos vinhedos, vale abaixo, até o revoltoso rio Guaporé. Por horas, cavalguei ao longo do vale deste rio, e me maravilhei com os cenários sombrios e românticos que se apresentavam aos meus olhos. Em especial, um trecho do rio vale a pena ser visto. Nele, os penhascos estreitam tanto o rio que sobra apenas uma largura de 4 a 6 metros, para o curso d`água. Com um rugido furioso, como o troar de um trovão, que se ouve à distância, as ondas desabam, através de uma passagem estreita, em uma queda de dez metros de altura. Olhei para ela muito demoradamente, uma vez que eu não tinha como fotografar esse quadro.

A Vila de Anta Gorda é uma cidadezinha vibrante, lá há mais vida, e o comércio é mais forte que na desolada e monótona Encantado, sede do município de mesmo nome. Depois de uma cavalgada de uma hora e meia, eu estava em Burro Feio. Ao lado de oito famílias teuto-evangélicas, viviam lá cerca de 30 famílias teuto-católicas.

A terra é bem situada em todos os sentidos: fértil, rica em água, tem poucas pedras, e montanhas suavemente elevadas. Há 20 anos, a colônia era toda habitada por alemães. A assim chamada reforma agrária dispersou a maioria. É de se lamentar que os alemães tenham desistido dessa terra fértil, esplendidamente localizada. Hoje, os italianos têm a prevalência, e empurram para longe os poucos alemães lá ainda residentes. Os colonos alemães reemigraram em parte para Não-Me-Toque, em parte para as margens do Uruguai, no município de Palmeira. Os evangélicos se retiraram primeiro, depois seguiram os católicos. Atualmente, não vivem mais evangélicos em Burro Feio, e os católicos, em sua maioria, da mesma forma, também seguiram adiante.

De Burro Feio, cavalguei, através de Anta Gorda, em direção a Figueira, por quase três horas, morro abaixo. Uma hora além de Anta Gorda, começa a esplêndida floresta de pinheiros, que eu já tinha visto. Ela se estende por horas, até os campos de Soledade. Moram aqui, espalhadas entre italianos e luso-brasileiros, duas esquecidas famílias alemãs, que há déca-

das subiram para lá, vindas da Baumschneis[5] e de Palmas-Lajeado. Uma delas se tornou rica família de fazendeiros, a outra permaneceu pobre. Tive a impressão de que essa ilha linguística mal merece tal nome, uma vez que os antepassados de ambas as famílias se casaram com ítalo-brasileiros e luso-brasileiros; elas deveriam, portanto, se abrir à brasilidade. Como uma visita que parta da sede de paróquia evangélica mais próxima leva muito tempo – sete dias, entre ida e volta –, esses companheiros de etnia e fé só podem ser atendidos raramente. Alguns poucos membros dessas famílias espalhadas, que ainda se consideravam alemães, pensavam em reemigrar para colônias alemãs. Atualmente, é possível, talvez até provável, que tais ideias tenham sido concretizadas.

Em Capoeiras, geou. Através de pesadas e densas nuvens, surgiu o disco solar, e iluminou uma esplêndida paisagem de inverno. Os galhos das árvores brilhavam, em cores, como um diamante. Éramos três cavaleiros cavalgando, às seis e meia da manhã, em uma solitária picada secundária. Enrolados em agasalhos de inverno e palas, parecíamos uniformemente gorduchos. Em trote rápido, cruzamos uma picada italiana após outra. Passamos por grandes casas feitas de madeira de pinheiro ou de blocos de granito talhado, em estilo italiano, à esquerda e à direita da estrada, e por extensos parreirais, sem folhas e tristonhos. Depois de seis horas de cavalgada, fica Monte Vêneto[6], um pequeno vilarejo italiano, que pertence ao município de Alfredo Chaves. A vila fica em um lugar espetacular. Um amplo, amplíssimo panorama se oferece, a partir da colina em que fica a igreja, para todas as direções do horizonte. Um vento cortante atravessa o mais grosso agasalho de inverno, e faz qualquer um ranger os dentes. Depois de um rápido café da manhã, que montaria e cavaleiro tomaram em uma casa de pasto, descemos para o vale do Carreiro, um afluente do Rio das Antas. Uma hora e meia, morro abaixo. Depois de muita procura, encontramos o ponto em que fica a balsa. Mas então começou a escurecer, e a mulher da balsa não queria partir, por medo da cheia, porque ainda tinha de fazer o trajeto de volta. No escuro, finalmente encontramos um italiano bem de vida, o qual, fraternalmente, convidou os três cavaleiros para passarem a noite como seus hóspedes. Diante do fogo de chão, em razão do vento, nuvens de fumaça passavam, e se conversou e se tomou o indefectível mate chimarrão, até a hora do jantar. Depois de uma lauta refeição, procurou-se, de imediato, a cama, e o povo da cavalaria, após onze horas de cavalgada, afundou em profundo sono. De manhã, após um café quente e os agradecimentos ao hospedeiro, seguimos descendo, até passar por sobre a ruidosa

5 Picada dos Baum, atual Dois Irmãos. (Nota de Vicente Martins Dalla Chiesa).
6 Atual cidade de Cotiporã. (Nota de Vicente Martins Dalla Chiesa).

correnteza do Carreiro. Aqui, o Carreiro é um corcoveante e traiçoeiro riacho de montanha. Ele divide os municípios de Alfredo Chaves e Guaporé.

Depois de alguns erros de trajeto, finalmente atingimos, ao meio-dia, a Linha Boa Vista, no município de Guaporé, o objetivo da cavalgada. Ela é a quinta e última ilha linguística alemã sobre a qual vou falar. Boa Vista não foi ocupada em 1890 por pomeranos e teuto-russos, mas, sim, ali chegou, ainda em 1885, um homem chamado João Gehlen, renano de nascimento. Do grande proprietário de terras Fialho – cuja fazenda logo se tornou um principado alemão –, esse Gehlen comprou diversas colônias, e, com sua numerosa descendência, escolheu um encantador pedacinho de terras para sua residência. Moram lá cerca de 30 famílias alemãs, que, aparentemente, vão permanecer, resistindo à expansão italiana. Fui tão insistentemente procurado, durante meu atendimento itinerante, que tive de me deter lá por dois ou três dias. Em razão disso, aprendi a gostar tanto das pessoas quanto do lugar. Os alemães criaram para si uma cultura totalmente peculiar. Dos brasileiros e dos italianos, eles adquiriram bons costumes, e os misturaram com bons costumes alemães, de forma que eu os registrei como portadores de uma bondade romântica, e, ao mesmo tempo, de fidelidade e sinceridade alemãs. Quanta amizade e hospitalidade cordial experimentei em Boa Vista! Entre eles, uma alegria sadia se une à piedade íntima: de natureza simples, retos de caráter, são pessoas que agradam a todos. Além disso, há uma paisagem linda, em todo lugar. Em meio às extensas pastagens, ficam as casas, sobre as cristas da serra, de modo que se vê abaixo o Antas, e, em dia claro, se enxerga, ao longe, para além de Bento Gonçalves, até Caxias. Lá, se pode presenciar um nascer ou pôr-do-sol, com cores brilhantes e profundas, que nenhum pintor consegue reproduzir na tela – coisa que, para mim, foi um prazer imponente e sublime. As caminhadas e cavalgadas junto a homens de espírito semelhante, realizadas nas cercanias bem próximas e mais distantes, pertencem às minhas lembranças mais duradouras. Um lago artificialmente ampliado, que antes servia a uma serraria, sobrevive com pequenos mergulhões e marrecos, cercado, de um lado, pela floresta de pinheiros e, por outro, por campos de um verde profundo. Emoldurado por terras suavemente onduladas, de modo que tempestades violentas não conseguem passar, ele dá à morada da viúva Gehlen um cunho próprio e adorável. Onde, no mundo, poderia encontra-se um lugar mais lindo? Queira Deus que os alemães de lá possam se manter, para sempre, naquele adorável pedacinho da Terra.

(Tradução de Vicente Martins Dalla Chiesa).

O MOTIVO DA VINGANÇA POLÍTICA EM VAPOR VELHO, 1º DISTRITO DE MONTENEGRO

Ernesto Gustavo Biehl
René E. Gertz (tradutor)

*

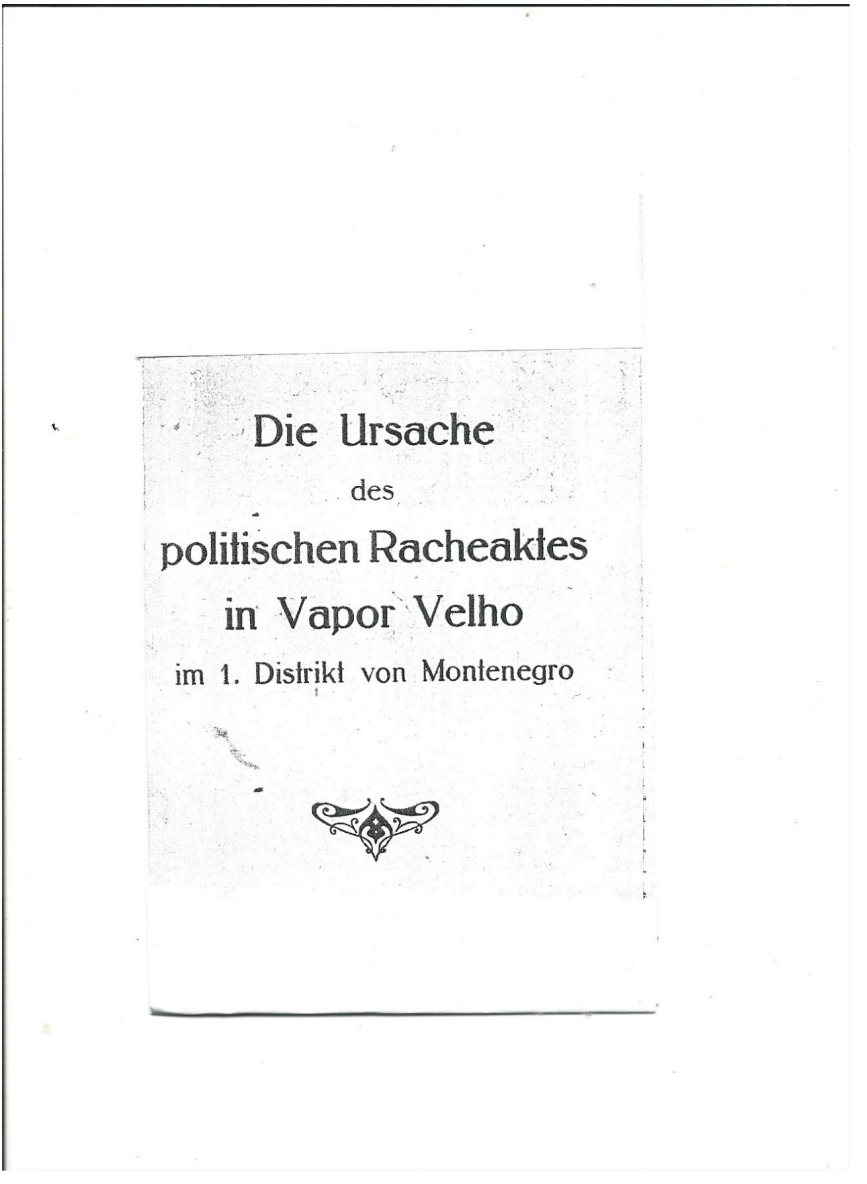
Nota preliminar: o comportamento eleitoral nos municípios de colonização alemã do Rio Grande do Sul, nas duas eleições em que houve candidatos de oposição ao governo do estado, ao tempo de Borges de Medeiros (1898-1928), foi de apoio significativo ao desafiante Fernando Abbott, em 1907.[1] Na eleição de novembro de 1922, com a oposição liderada por Assis Brasil, segundo dados oficiais, os eleitores da maioria dos municípios típicos de colonização alemã votaram mais favorável a Borges, com alguma oposição digna de registro em Montenegro e em São Leopoldo, que, neste momento, eram governados por intendentes (prefeitos) sem enraizamento social ou político local – Aurélio Porto, no primeiro, Mansueto Bernardi, no segundo.[2]

Um dos líderes da oposição em Montenegro foi Ernesto Gustavo Biehl, colono conhecido por seus supostos ou efetivos conhecimentos de enfermagem, motivo pelo qual era conhecido como "curandeiro" ou "médico". Aparece como personagem de destaque na obra ficcional de Pedro Stiehl *Bárbaros no paraíso*, ainda que com o nome abreviado de Gustavo Biehl.[3] Em 8 de julho de 1923, no contexto da revolução daquele ano, aconteceu um confronto entre borgistas e assisistas, na propriedade de Biehl, com vítimas de ambos os lados. Mais tarde, ele publicou um panfleto, datado de março de 1924, em São Leopoldo, no qual tentou explicar os motivos daquele incidente, no ano anterior. O documento original está em alemão – segue tradução para o português. (Nota de René E. Gertz).

1 Gertz, René E. As eleições de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: Suliani, Antônio (org.). *Etnias & carisma*: polianteia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 963-976.

2 Gertz, René E. *O aviador e o carroceiro*: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 51-52.

3 Stiehl, Pedro. *Bárbaros no paraíso*. Porto Alegre: WS Editor, 2003, *passim*. Cf. também: Kraemer, Zuleica Luana. *Os imigrantes alemães, a política brasileira e a mulher nas obras* A ferro e fogo: I. Tempo de solidão *e* Bárbaros no paraíso. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1922.



Die Ursache

des

politischen Racheaktes

in Vapor Velho

im 1. Distrikt von Montenegro



ERNST GUSTAV BIEHL

Die Majorität einer zivilfeigen und zum Staatseigentum erhobenen Wählerschaft ist ein erlogener Ausdruck der wahren Volksgesinnung und ein falscher Maßstab unserer öffentlichen Meinung.

*

Dedicatória aos combatentes pela liberdade, de 1923:

O firmamento estrelado de uma terra-pátria livre não se presta para arco de triunfo a tiranos covardes, ainda que recorram a manadas de vacas de presépio e ao encanto de algumas figuras políticas. A inspiradora melodia de um sentimento popular como guia natural da opinião pública nunca será destruída por uma entidade partidária, por um deus autoritário de sectários broncos.

"Em todos os tempos, existiu alguma coisa que era considerada 'ordem'. E se todos tivessem estado felizes com esta ordem, dificilmente nos teríamos desenvolvido do muco protoplasmático das profundezas do oceano para aquilo que somos hoje. Considerar uma ordem existente como infalível, querer mantê-la fora do alcance de críticas significaria opor-se a qualquer ideia de progresso" (Meisel-Heβ).

*

O motivo da vingança política de Vapor Velho, no 1º distrito de Montenegro, em 8 de julho de 1923, foram dois discursos convincentes, o primeiro em 22 de outubro de 1922, no salão de Albino Cassel, na Estação Esperança, o segundo em 5 de novembro do mesmo ano, na casa de Felipe Selbach, na Estação Barão, além disso, uma palestra pública em Cafundó, no dia 19 do mesmo mês, a favor do candidato popular Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, sob a perspectiva de uma crítica democrática livre. Apesar da proibição oficial à população do 1º e do 2º distritos em participar da festa popular política, convocada pelo comitê pró Dr. Assis Brasil, para o dia 19 de novembro de 1922, no salão de Jorge Hartmann, compareceram mais de 500 pessoas. Entre elas, encontravam-se alguns de nossos tradicionais tutores, que, em geral, nos avaliam de acordo com o lugar em que nascemos e a partir do tipo de roupa que vestimos, e que se irritaram com o fato de que minha "bosta de discurso"[4] político teve muito boa receptividade, entre meus compatriotas. Essa gente veio para a palestra a fim de interromper-me e confundir-me, para então, tentar convencer, em acordo com receituário conhecido, numa relação de reis para servos, de pastores para ovelhas, os ouvintes do crime que minha iniciativa representaria. Mas quando ouviram, com seus próprios ouvidos, que não sou nenhum encrenqueiro vulgar, e nenhum político fomentador de intrigas, mas que anunciei,

4 No original, está "*redemist*", entre aspas. "*Rede*" é fala, discurso, "*mist*" é bosta. Desconhecemos o linguajar cotidiano da época, mas, talvez, a fala havia sido classificada como "discurso de merda". (Nota de René E. Gertz).

de cima do palanque, uma mensagem centrada em nossa mentalidade popular-libertária, quando minhas palavras desencadearam vibrante reação e inusitado entusiasmo, ficaram sem argumentos, e resolveram não reagir, ao menos ali mesmo, no salão, contra o turbilhão de aplausos, admitindo, sem rodeios, que se em todos os distritos da colônia alemã, neste domingo, tivesse sido feita uma palestra semelhante, a maioria oficial, nas urnas, seria posta em xeque. Como dos temores e dos alertas muito concretamente apontados por mim, e publicamente analisados, entrementes, derivaram lamentáveis fatos, e que continuarão a acontecer, além disso, como minha ofensa à majestade, resultado de meu espírito democrático, foi motivo para que meus bens fossem destruídos, e eu tenha sido seriamente ameaçado de virar cadáver, tomei a liberdade de distribuir cópias deste pecado político juvenil, palavra por palavra. Repasso-o aos meus compatriotas de espírito cidadão livre como alerta, num tempo de muita agitação.

São Leopoldo, março de 1924.

Ernesto Gustavo Biehl

*

A todos os rio-grandenses de origem alemã

(Palestra na reunião popular em Cafundó, no 1º distrito de Montenegro, em 19 de novembro de 1922).

Ernesto Gustavo Biehl

Prezados presentes! Prezadas senhoras, prezados senhores!

O motivo de nossa estada aqui, hoje, de nosso encontro festivo é uma discussão política, uma conferência, como se costuma chamar este tipo de reuniões. Nossa tarefa e nosso objetivo consistem em indicar, para nossos concidadãos eleitores, o caminho que, em nossa opinião sem preconceitos, devem tomar na próxima eleição para o posto de presidente do estado, mostrando como devem encarar a candidatura do Dr. Assis Brasil contra o Dr. Borges de Medeiros, mostrando a favor de quem deveriam utilizar seu livre direito de voto. Para evitar a imputação de preconceito pessoal ou antipartidário, e para evitar a suspeita de deformação intencional dos fatos, recorremos ao arraial dos nossos adversários, e procuramos ali o material comprobatório necessário que estará na base de nossas considerações e de nossa discussão.

No final de setembro deste ano, encontramos uma conclamação eleitoral de página e meia de jornal, datada do dia 15 do mesmo mês, em palavras altissonantes, dirigida aos eleitores do Rio Grande do Sul, lançando, de forma oficial, a candidatura à reeleição do Dr. Borges de Medeiros ao posto mais elevado de nosso estado. A partir do conhecido jornal partidário *A Federação*, esta proclamação bombástica fez, como era de esperar, sua peregrinação por todo o cipoal de jornais oficiais do Rio Grande do Sul. O efeito da mais brutal subserviência foi tão impactante que até nossos aparentemente neutros jornais em língua alemã, que, em geral, só publicam colunas e artigos buscados em fontes estrangeiras, sobre política alemã e europeia, que nem um décimo das pessoas entende, e pela qual nem um vigésimo tem interesse, investiram pesado em reproduzir, em traduções muito caprichadas, este autoendeusamento oficial; além disso, deram destaque, através da colocação de aspas, a várias excrecências dogmáticas derramadas sobre o povo rio-grandense. Nossa primeira impressão se assemelhou a uma cócega que sente uma pessoa com senso de humor ao ler uma sátira bem redigida, quando esta carta pastoral político-partidária nos foi servida em língua alemã. Nós viveríamos ainda hoje na ingênua suposição de que os jornalistas alemães só queriam fazer piada, se no final desta valiosa obra não constassem as assinaturas dos senhores do comitê provisório que o cuidadoso ocupante do poder supremo no estado instituiu especificamente para cuidar de sua sucessão.

Este comitê provisório do partido republicano do Rio Grande do Sul, que, após missão inicial cumprida, adquiriu poder legal efetivo, e vai legitimar a reeleição de nosso, literalmente, único detentor do poder supremo no estado; vai aprovar, também, os representantes ao congresso nacional, os intendentes municipais, os conselheiros municipais, e os próprios comitês dentro dos municípios. E todos eles se manifestaram, previamente, após consulta, como grandes entusiastas pela quinta reeleição de seu tradicional chefe partidário, Dr. Borges de Medeiros, como presidente do estado.

Depois que a traiçoeira e apátrida *nilosíade*[5], cujo pavor ainda paira sobre o povo brasileiro, tinha experimentado lamentável fim, e desnudara por completo o verdadeiro caráter deste homem egoísta, os corações sangrantes da comunidade rio-grandense tinham motivos para esperar que ele, Borges de Medeiros, se retirasse, espontaneamente, do campo político, já que sofrera derrota vergonhosa e humilhante – lembrando que muitos membros imbuídos de esperança em nossa comunidade estatal tiveram seu

5 Esta palavra se refere ao fato de que, nas eleições para a presidência da República, em 1º de março de 1922, Borges de Medeiros havia apoiado o candidato de oposição Nilo Peçanha, contra o candidato "oficial" Arthur Bernardes. (Nota de René E. Gertz).

sangue e sua vida sacrificados por sua aventuresca falta de consciência. Infelizmente, este desejo, efetivamente reconhecido como de interesse público, não se concretizará.

Este déspota tipicamente sul-americano leva o povo rio-grandense a vivenciar mais um episódio de sua ilimitada frivolidade e de seu sinistro delírio de grandeza. A falta de consideração frente à opinião pública, o desprezo profundo pelo saber popular, que caracterizam a concepção positivista-partidária do nosso arbitrário presidente do estado, podem ser claramente derivados do modo pelo qual tenta impor ao povo rio-grandense sua quinta candidatura.

Para não correr riscos, para garantir que pudesse exercer por mais cinco anos sua arte de governo positivista e ditatorial sobre o Rio Grande do Sul, nomeou um comitê provisório de amigos partidários submissos, encarregando-os da tarefa específica de sondar o partido que lhe é cegamente submisso sobre sua sucessão. Este comitê – na verdade uma delegação – nós o encontramos, a seguir, grassando com uma pesquisa de opinião, obediente àquilo que lhe fora prescrito. Primeiro, foram aos senadores e aos deputados, que o próprio Dr. Borges havia escolhido e indicado, depois foram aos fantoches nos municípios, aos intendentes, que estão incondicionalmente dependentes dele, e a seus conselheiros municipais, dóceis e carentes de opinião própria, finalmente chegaram aos comitês locais do partido, dentro dos municípios.

Todos estes vassalos e serviçais, para os quais costuma mostrar seu semblante gracioso, todos estes protegidos, que lhe devem favores, e sobre os quais abre suas asas, todos eles, obedientes, chegaram à decisão unânime e entusiástica de que o controlador momentâneo e inconteste do assim chamado cristalizado poder estatal republicano é o único sucessor digno de si mesmo. Uma coisa dessas se louva como verdadeira e incorruptível representação popular, uma coisa dessas se vangloria como política sábia e justa!

Este é o reconhecimento profundo e a preocupação estadista de um povo livre, esta é a penetração profunda no espírito de nossa constituição democrática. Mas, infelizmente, só à luz da ditadura positivista!

Os outros aspectos da brilhante proclamação oficial e do apoio extraoficial da candidatura do Dr. Borges de Medeiros para uma quinta eleição à presidência do democrático estado do Rio Grande do Sul são, sem exceção, autoglorificação teimosa e pecaminosa, que não se pode imaginar mais sem gosto e mais repugnante. Se a gente deixa fluir o sopro venenoso da demagogia que emana da grande quantidade de insensatas *messíades*[6]

6 No original, está a palavra "*messiade*", que, provavelmente, pretendeu significar "coisa de

político-partidárias espalhadas pelos jornais e por panfletos, então é quase impossível evitar uma tendência em reconhecer, neste principesco estadista rio-grandense, um ente sobre-humano.

Seus méritos, suas virtudes e suas glórias são tão edificantes, tão originais, são relatadas de forma tão ofuscante, como se ele realmente fosse um feixe de luz divino projetado para a terra, e que a sociedade rio-grandense, de fato, derivaria da dignidade e do poder que vem deste filho do homem ideal. A sandice político-partidária que a casta governamental revela de forma tão triste e discreta, reconhece neste poder a base sublime de nosso estado. De acordo com o dogma oficial de nossas vacas de presépio, o glorificado chefe partidário Dr. Borges de Medeiros representa a essência inegável de tudo aquilo que existe no Rio Grande do Sul. Ele representa a liberdade e a justiça, ele representa a ordem e o progresso, ele representa o comércio e a indústria, a agricultura e a pecuária, enfim, ele representa o florescimento e a fecundidade.

Alegadamente, os abençoados campos do Rio Grande do Sul não existiram antes do tempo áureo do Dr. Borges de Medeiros. Também não existiram os esforços dos súditos portugueses provenientes dos Açores que, há 200 anos, vieram espalhar-se, a partir da Lagoa dos Patos, para toda a Campanha, dando origem a nossa mundialmente conhecida pecuária. Também não existiram os méritos da imigração alemã, iniciada há 100 anos, que, após tenazes lutas e enormes sacrifícios, transformou a milenar floresta em florescentes moradias de gente, cultivando, hoje, de forma racional, com milhares de mãos trabalhadoras, o fértil e agradecido solo do Rio Grande do Sul. Também não existiram os sucessos da colonização italiana, iniciada há 50 anos, que abriu uma região montanhosa, rude e inóspita, para dar lugar a uma moderna cultura da uva e do vinho. Também não existiu a produção de nossas variadas indústrias rurais e urbanas, o comércio, pelo qual estamos em contato com todo o mundo civilizado. Não existiam os fluxos ininterruptos de pesados impostos que um milhão de cidadãos joga na caixa sem fundos da secretaria da fazenda. Todos estes frutos da dedicação, da capacidade e da inteligência do povo rio-grandense e de seus imigrantes, tudo isto não é lembrado em nenhuma única palavra, devendo desaparecer do mapa, diante da glória do celestial menino-prodígio de Caçapava. O desenvolvimento e o progresso, a riqueza material e o bem-estar de nossa amada querência[7] não são mérito nosso, não são resultado nem recompensa de esforço insistente e objetivo, de trabalho. Não, nunca!

messias", "mensagem messiânica", algo parecido. (Nota de René E. Gertz).

7 No original, está a palavra "*heimat*" – de difícil tradução –, designando o local, a região em que as pessoas vivem, e com que se identificam. (Nota de René E. Gertz).

Quem pensa assim faz uma dedução equivocada! Todas as conquistas, nos diferentes campos econômicos, no último quarto de século, pelas quais o povo rio-grandense ousa orgulhar-se, se devem, de fato, à força criadora do Dr. Borges de Medeiros, encastelado no palácio construído com pedras francesas.

Perpassados por este dogma, motivados por estas crendices, os sumo-sacerdotes e serviçais do evangelho da ditadura positivista, mais uma vez estão divulgando, ao som de harpas e de trombetas, mensagem otimista ao povo rio-grandense, para que volte sua atenção para o celestial chefe, e, no dia 25 deste mês, renove sua confissão de fé, a fim de que, por muito tempo ainda, seu semblante se projete, magnânimo, sobre nós. Prezados presentes, ouçam aquilo que a sandice de uma política partidária ofuscada pelo delírio do poder ousa oferecer, em pleno século XX, a uma comunidade estatal democrática, a um povo-cidadão livre. Memorizem, também, para sempre, os vendilhões sem pátria, as almas renegadas, que debocham da honestidade de seus nomes, submetendo-se, com dedicação, à demagogia oficial, à engambelação popular oficial, declarando, por 30 patacas, como sagrado aquilo que até ontem condenavam – e que renegarão, amanhã, aquilo que pregam hoje.

Mas, viremos a página!

Depois deste inebriante banho de deleite proporcionado por nossos políticos partidários despótico-ditatoriais e profissionais, era de esperar que, finalmente, surgisse, ao natural, mas também pressionado pelas circunstâncias, um momento de sobriedade. E ele veio, dez dias depois, em 5 de outubro deste ano, através de lacônicos relatos jornalísticos. Ali, podia ler-se que o comitê republicano pró Arthur Bernardes se reunira com os federalistas, em Porto Alegre, tendo decidido lançar um candidato de oposição contra mais uma eleição do Dr. Borges de Medeiros. A seguir, um grupo, composto pelos senhores coronel Frutuoso, Pinheiro Machado, Dr. José Carlos de Souza Lobo e Emílio Correia, teria viajado a Pedras Altas, a fim de oferecer ao culto e meritório compatriota Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil a candidatura popular ao posto de presidente do estado, nas eleições do dia 25 deste mês. O senhor Dr. Assis Brasil teria respondido, verbalmente e por escrito, a estes representantes do partido popular de Porto Alegre que atenderia ao apelo que lhe foi formulado, estando disposto a aceitar a candidata para a próximas eleições à presidência do estado.

Muito raramente, uma notícia de jornal tão simples e breve teve uma repercussão tão funda e feliz no coração do povo.

Ela teve um efeito calmante sobre as mentes de todos os cidadãos corretos e imparciais deste estado, como se fosse um bálsamo sobre uma

ferida. A certeza de que, com isto, o primeiro raio da aurora de uma nova era se projetou sobre nossa cara querência, o Rio Grande do Sul, agitou nossos corações, fazendo-os bater mais fortes, fazendo com que, de forma instantânea, a opressão tirânica perdesse espaço, em nossa memória. Mas foi só um instante. Quando os círculos governamentais, ávidos de poder e de violência, se viram diante do fato de que teria aparecido um líder do povo rio-grandense que reúne todas as características e todas as qualidades para libertá-lo da opressão que dura trinta anos, quando o entusiasmo de todo o Rio Grande do Sul a favor do candidato popular bateu na fortaleza dos todo-poderosos, e quando o castelo de horrores do despotismo rio-grandense estremeceu, diante do eco feliz do povo rio-grandense, ávido por liberdade, como aconteceu outrora com os muros de Jericó, frente aos tambores e aos gritos dos israelitas, sob a liderança de Josué – então o grito de horror também atingiu as fileiras dos esbanjadores dos frutos de nosso trabalho e dos ladrões de nossa liberdade, e eles soltaram um uivo de luta, desesperado, mas ensurdecedor. O massacrante mecanismo da mecanizada política rio-grandense começou a funcionar, de forma ruidosa. A organização geral da demagogia oficial e a enganação do povo iniciaram seu devastador trabalho. Todas as instâncias oficiais se transformaram, como num passe de mágica, em locais de reunião partidários, e os servidores do estado, pagos pelo povo, passaram a rufar os tambores a favor do chefe do partido, agora contestado e ameaçado. A corporação oficial e venal dos escribas e publicistas antipatrióticos se superou com manifestações ridículas, para agredir a opinião pública com mentiras, para enganá-la. Uma geração de compatriotas ingênuos, que ainda carregam as marcas do terror dos bandos assassinos de 1893, cujo pensamento político pode ser dominado com os mais vis métodos opressores da disciplina partidária, a qual destrói, em sua origem, toda e qualquer iniciativa própria ou manifestação e vontade livre, é controlada, ameaçada e oprimida por um bando de politicastros e amedrontadores.

Com preocupação, reconhecemos quão séria é a situação. Não podemos nos eludir, de forma alguma, confessando, claramente, que só um caminho árduo libertará nossa maravilhosa querência do lamaçal antidemocrático, sob o qual está sofrendo há décadas. Mas o raio de esperança que, de Pedras Altas, se projeta sobre nosso caro Rio Grande do Sul anima nosso coração, e nos traz a certeza de que o povo rio-grandense, acossado por uma privação que já dura 30 anos, é digno do ideal de liberdade representado por nosso grande compatriota Dr. Assis Brasil. Ele nos confere ânimo para nos associarmos, de forma livre e sem rodeios, a homens patrióticos, a fim de colocar à sua disposição nossa capacidade, mesmo que limitada, de envolvimento na campanha eleitoral, que, infelizmente, será

travada com armas muito desiguais.

E foi assim, senhores presentes, que recebemos a honrosa tarefa de falar-lhes, hoje, aqui, nesta numerosa reunião, e trazer-lhes o abraço de nossa pátria comum. Ao mesmo tempo, lhes transmitimos o desejo sincero e o pedido insistente de todos os patriotas de pensamento nobre para que, no dia 25 deste mês, demonstrem sua democrática honra de cidadãos, ao depositar seus votos.

Como cidadãos de uma entidade estatal, nossa primeira obrigação deve ser analisar, de forma consciente, a quem podemos dar nosso voto, no dia da eleição, e a quem podemos constituir como guardião da soberania estatal. De nossa honra cidadã democrática ninguém pode exigir que sacrifiquemos, através de um voto inconsciente, o bem comum e o futuro de nossa pátria, à sanha de um partido egoísta, ao interesse e à autoglorificação de um chefe de partido.

No dia da eleição, devemos deixar-nos guiar, unicamente, pelo bom senso humano, e por um livre e incorruptível amor à pátria, sem nunca dar ouvidos a insinuações hipócritas de sanguessugas, que deveriam gozar de fé pública.

No próximo dia de eleições, devemos guiar-nos, exclusivamente, pelo reconhecimento de que para o posto mais alto de uma entidade estatal só serve um homem versado em assuntos políticos e econômicos, que possua profunda experiência pessoal, grande capacidade de análise, opiniões firmes, e uma vontade férrea, para quem o bem-estar de seu povo e de sua pátria está acima de tudo.

E uma pessoa destas é o candidato Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, lançado pelo partido popular rio-grandense. No dia 5 de outubro, ele fez uma declaração, lá de Pedras Altas, de que atenderia ao chamado formulado por uma delegação do comitê republicano pró Arthur Bernardes e por federalistas, estando decidido a iniciar, com nossa ajuda, uma nova fase na vida de nossa vida pública.

Sua mente entusiasticamente patriótica, sua forma abnegada de pensar, seu incorruptível senso de justiça, aliados a uma grande capacidade de visualizar questões políticas e econômicas, sua enorme sabedoria, seu conhecimento sobre as necessidades de nossa pátria, por vivência própria, tudo isso nos fornece a garantia de que ele merece nossa confiança. Sua eleição será uma rica benção para nossa querência, até agora violentada por uma política partidária caolha, bem como para nossa pátria em geral.

Em contrapartida, uma escolha errada mostrará as terríveis consequências que um voto inconsciente pode trazer, não só para a pátria em sentido mais restrito, mas também mais amplo, como mostrou, de forma

claríssima, a aventurosa *nilosíade*, na qual o todo-poderoso Dr. Borges de Medeiros abusou de nossa confiança, desprezando nosso conhecimento popular, e manchando nossa honra cidadã. Desde aquela cruzada sagrada da reação republicana, desde aquela tentativa de reformulação do conceito brasileiro de Estado, para a qual o apóstolo do positivismo de Caçapava se sentiu autorizado, e que teve seu desfecho num desgraçado levante, fala-se, lá no norte do país, de um "perigo do sul". Os compatriotas do norte pensam que o eleitorado rio-grandense, dia desses, possa mostrar-se submisso, e disposto a pegar em armas para tentar a separação do Rio Grande do Sul do restante do Brasil, já que ele se presta para dar, cegamente, seu voto a aventuras políticas inconsequentes, desde que seu chefe de partido faça este pedido. Estas acusações e estas desconfianças atingem, em especial, a nós teuto-brasileiros. O conjunto da população de origem alemã, influenciado por líderes estrangeiros, por politicastros e por seus pastores e tuteladores espirituais, está sendo conduzido em direção a uma catástrofe, sob a bandeira do positivismo. A política de compromisso em que a tutela estrangeira se emaranhou, de forma pouco diplomática, em nossa vida pública, estando a implorar pela boa vontade de um líder partidário, nos levará não só a perder nossos direitos étnicos e culturais, mas nos roubará, também, nossos méritos econômicos e materiais, sob a bandeira verde-amarela.

Constitui efetiva ironia demoníaca quando, diante de nossos olhos, se desenha infeliz imagem de como nossos líderes espirituais se aliaram à máquina pública, tecendo a camisa mortuária da população rio-grandense de origem alemã, pedindo que lhes beijemos as mãos. A fatal inabilidade de nossos intermediários precisa ser, finalmente, denunciada. Precisamos desfazer-nos, em definitivo, daquela sujeira que se chama apatricidade[8] e alta traição. Precisamos articular-nos para superar nossa comprometedora indiferença em relação à vida pública, e, no dia 25 deste mês, ajudar a acabar com a intriga que se instalou no Rio Grande do Sul, através de nosso direito constitucional ao voto, para que possa vir a florescer vida nova, a partir do princípio que emana de Pedras Altas.

Espero que os senhores, prezados presentes, assumam aquilo que aqui foi dito, por amor à pátria, e, publicamente, façam, diante do altar de nossa pátria democrática, sua profissão de fé, dando seu voto a favor de nosso grande compatriota e candidato popular livre Dr. J. F. de Assis Brasil.

Viva nossa pátria Brasil! Viva nossa querência Rio Grande do Sul! Viva nosso candidato popular livre Dr. J. F. de Assis Brasil!

(Tradução de René E. Gertz).

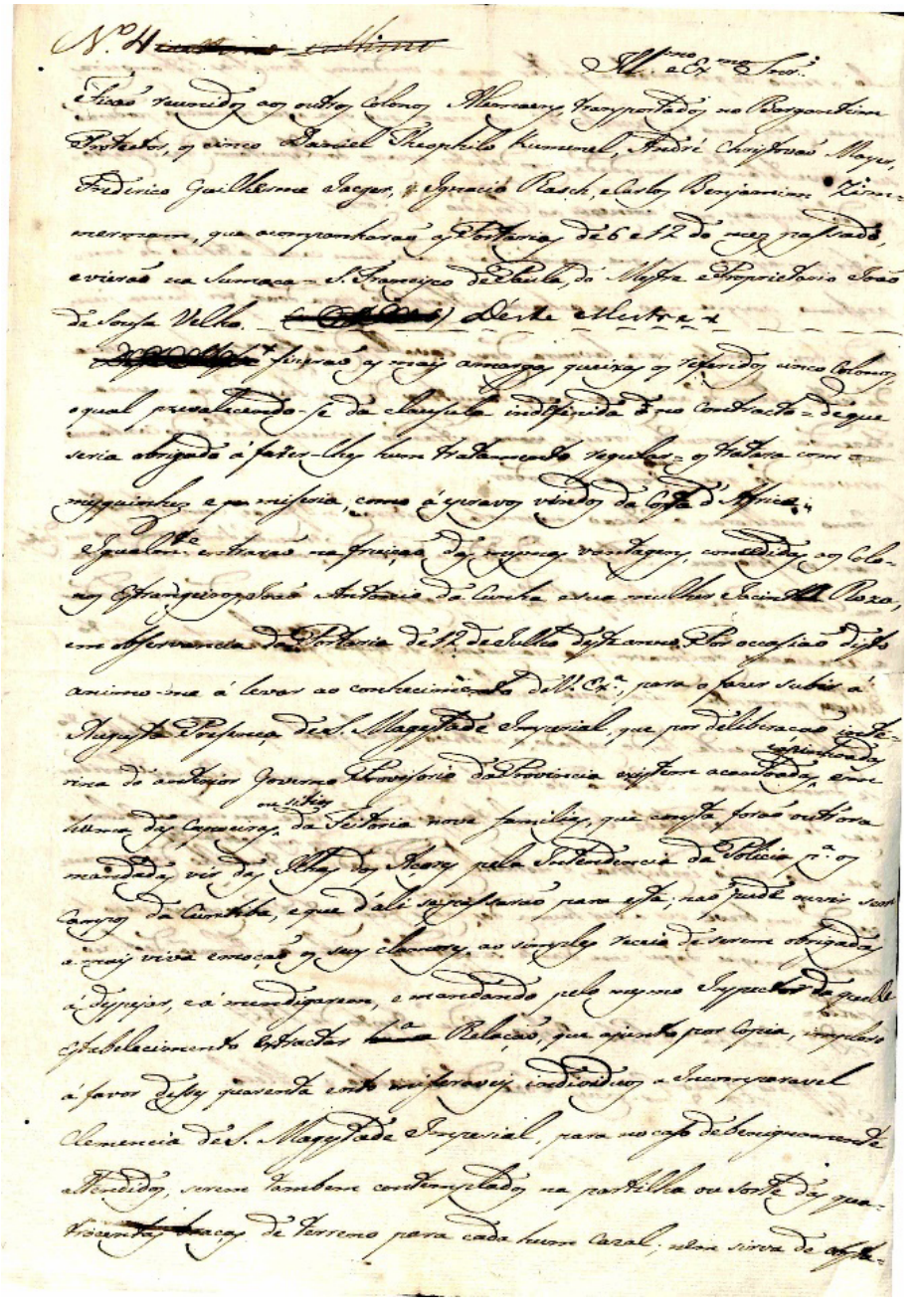
8 No original, está a palavra "*vaterladslosigkeit*". (Nota de René E. Gertz).

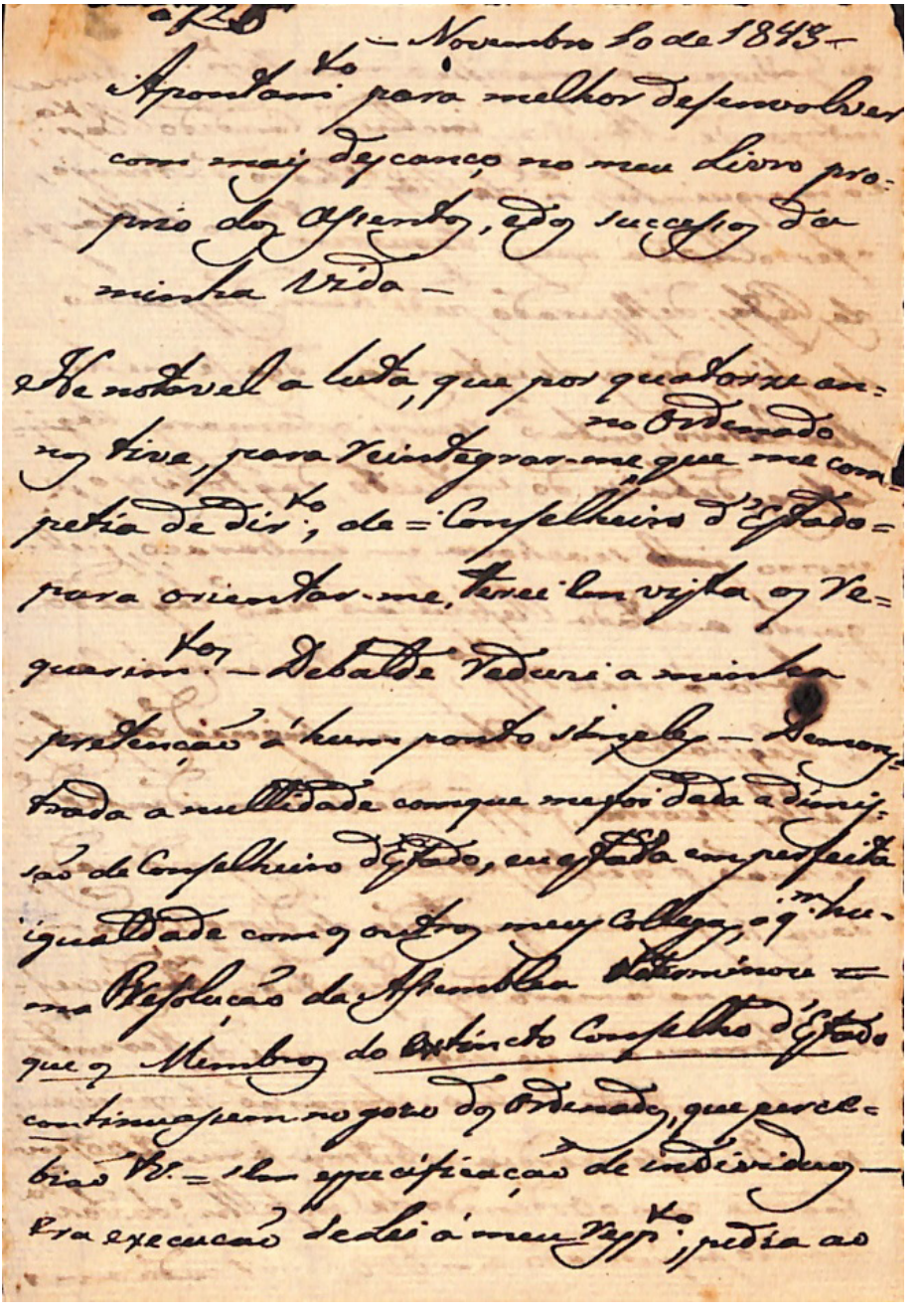
JOSE FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, O CONSTRUTOR DO RIO GRANDE



Nascido na então vila de Santos, em 8 de maio de 1774, filho de José Fernandes Martins e de Teresa de Jesus Pinheiro, o futuro Visconde de São Leopoldo foi um dos mais importantes homens públicos brasileiros. Sua expressiva biografia, dividindo-se entre o administrador e o historiador, combinou ações práticas com a prática de registrar os fatos históricos que vivenciava, tornando-o uma figura relevante na história gaúcha e brasileira.

Neste ano de 2024, em que se relembram seus 250 anos de nascimento, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul volta a publicar suas Memórias, escritas pelo próprio Visconde, como forma de homenagear sua brilhante trajetória. Os manuscritos originais pertencem ao acervo do IHGRGS, e estão disponíveis para consulta.





— Novembro 10 de 1843 —

Apontoei para melhor desenvolver com mais descanço no meu Livro proprio dos Apontos, e do successo da minha Vida —

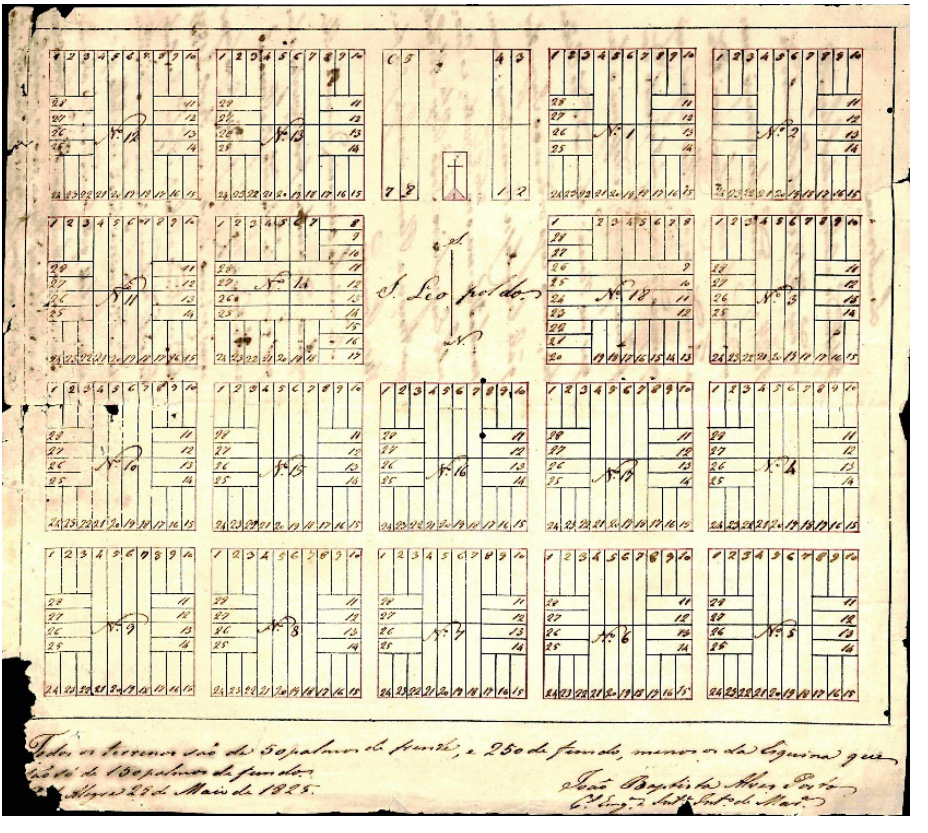
Memoravel a luta, que por quatorze annos no Ordenado soffri, para reintegrar-me, que me competia de Dir.to, de = Conselheiro d'Estado = para orientar-me, tenho em vista os Requerimentos — Debalde tenteei a minha pretenção á hum ponto singelo — Demonstrada a nullidade com que me foi dada a dimissão de Conselheiro d'Estado, e negada em perfeita igualdade com os outros meus Collegas, pela Resolução da Assembléa determinou = que os Membros do extincto Conselho d'Estado continuassem no goso do Ordenado, que percebião VV. = sem especificação de individuos — Para execução destes á meu Requerimento, pedia ao

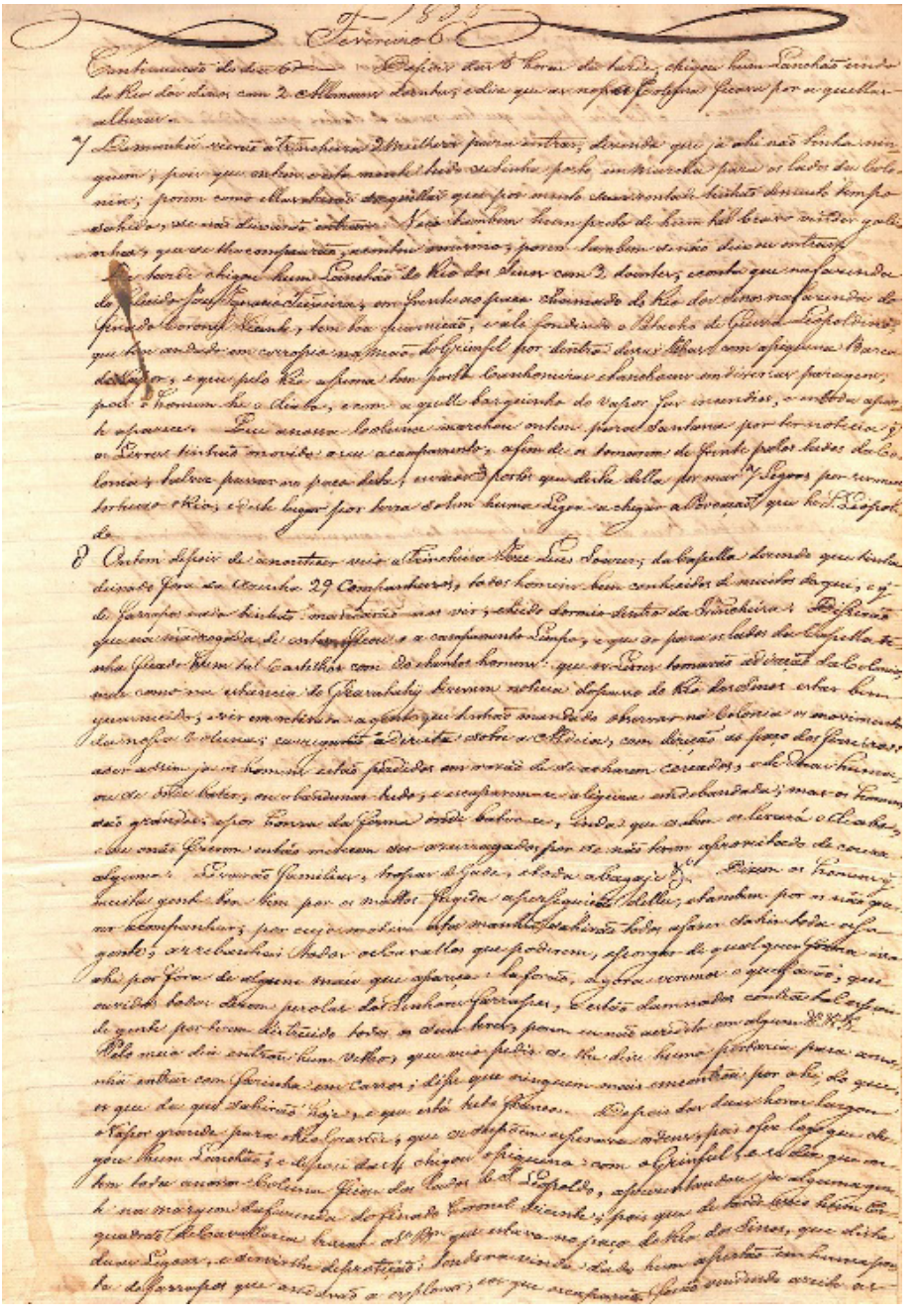
VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO, VIDA E OBRA

9 de maio de 1774	Nasceu em Santos, litoral de São Paulo
2 de julho de 1792	Viaja para Coimbra, em Portugal, a fim de realizar estudos superiores
1º de agosto de 1799	Ingressa na Quinta do Manique, tornando-se membro do estabelecimento literário e Tipográfico do Arco do Cego
15 de julho de 1800	Torna-se, através de serventia vitalícia, Juiz da Alfândega
5 de dezembro de 1802	Desembarca em Porto Alegre, a fim de instalar aqui os serviços de controle alfandegário
27 de abril de 1822	Eleito no ano anterior, toma posse como um dos representantes do Reino do Brasil nas Cortes de Lisboa
24 de maio de 1823	Retorna ao Brasil, já independente de Portugal, e assume como Deputado Constituinte pela Província de São Paulo
8 de março de 1824	Toma posse como o primeiro Governador da Província de São Pedro
18 de julho de 1824	Recebe os primeiros imigrantes alemães que chegam da Europa para se instalar no Rio Grande do Sul
13 de dezembro de 1824	Visita a área em São Leopoldo destinada ao assentamento dos colonos alemães
18 de outubro de 1825	Torna-se Visconde de São Leopoldo, por determinação do Conselho Imperial
1º de janeiro de 1826	Inaugura o novo Hospital de Caridade de Porto Alegre, atual Santa Casa de Misericórdia
11 de agosto de 1827	Assina a criação das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda, primeiras instituições de ensino superior do Brasil
6 de maio de 1831	Toma posse como Senador do Império do Brasil
2 de outubro de 1838	Participa da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual se torna o primeiro presidente
1º de março de 1846	Assume como Deputado Provincial para essa legislatura, a primeira após a Guerra dos Farrapos
6 de julho de 1847	Falece, em Porto Alegre, aos 73 anos

Aos dezoito anos foi enviado para estudos na Universidade de Coimbra, onde chegou ao grau de doutor em cânones aos vinte e quatro anos. Voltando ao país em 1800, foi enviado para Porto Alegre a fim de ser, por decreto real de 15 de junho desse mesmo ano, Juiz da Alfândega das Capitanias de Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul, assumindo também a função de Auditor das Tropas. Instalada a Junta da Fazenda, na Provincia, foi José Feliciano Fernandes Pinheiro aproveitado no cargo de Procurador da Coroa, acumulando as funções de Juiz Conservador do Contrato do Quinto, dízimo e Inspetor do Papel Selado.

A extrema dedicação do competente administrador alçou-o, então, ao cargo de Presidente da Provincia, que assumiu em 8 de março de 1824. Nesta função desempenhou a importante tarefa de assentar os imigrantes de origem germânica que, por força da política de ocupação do território, definida pelo Governo Imperial, começavam a chegar ao país. No Faxinal da Courita, nas terras até então ocupadas pela Feitoria do Linho Cânhamo, foi a opção feita pelo administrador para fundar a colônia de alemães recentemente chegados ao território riograndense.





Nesse trabalho, segundo o que deixou registrado em suas memórias, empregou o máximo de sua atividade, sendo ele mesmo, em pessoa, o responsável pela escolha do local, pela demarcação dos prazos e a distribuição das famílias, iniciando, portanto, essa obra relevante, fato que não ocultava, como se vê de seus textos escritos no anos finais de sua existência:

> "A fundação da colônia alemã de São Leopoldo é um dos fatos mais salientes de minha administração; e ser-me-á permitido confessar, que muito me desvaneço de ver o meu nome ligado a uma criação de resultados tão extensos, cuja realização promovi com máximo empenho. Por mim mesmo procedi ao exame e reconhecimento de local mais apropriado para assento da colônia; e assim passei os dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1824, percorrendo todo o campo situado a um e outro lado do RIO DOS SINOS, pertencente à antiga REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO. Organizei as instruções, pelas quais se devia reger o inspetor interino, que nomeei; e cada dia que passa, acrescenta a minha satisfação, assistindo ao florescimento e prosperidade deste auspicioso núcleo de colonização, o primeiro e mais importante de todo o Brasil."

Outra ação pública digna de registro é a inauguração da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, da qual foi o primeiro Provedor. Sobre a inauguração da Santa Casa disse um escritor da época:

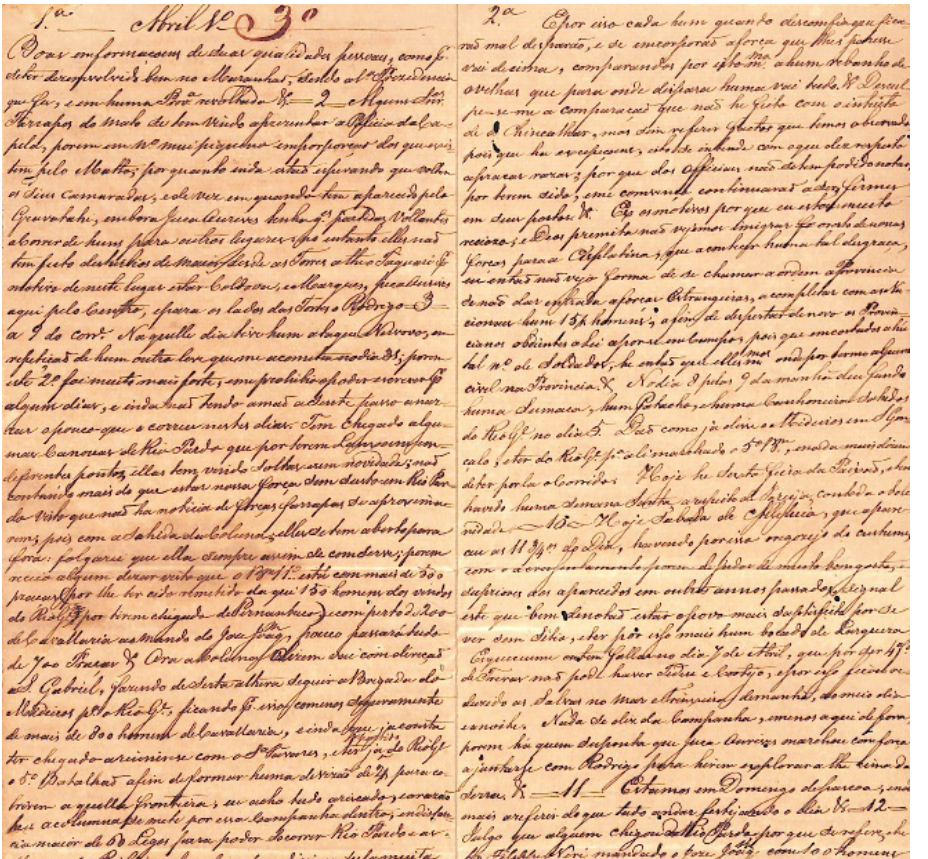
> "Sendo presidente do Rio Grande, no dia 1° de janeiro de 1825, aquele respeitável cidadão abriu o nosso Hospital de Caridade, e transladou os enfermos duma casa velha para o novo e amplo estabelecimento; toda a cidade de Porto Alegre, o viu, cheio de unção, com a sua farda dourada, carregando às costas um doente deitado em sua rede, e dando este exemplo de humildade evangélica, que foi por todos seguido."

Em 1825 é nomeado Conselheiro Imperial, e nesse mesmo ano é empossado no cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, função que lhe proporcionou a grata oportunidade de referendar o Decreto que instituiu os cursos jurídicos do Brasil. É desse período o reconhecimento dos valiosos serviços prestados à Pátria pelo grande brasileiro, sendo agraciado com o título de Visconde, nomeando-o, ao mesmo tempo, Conselheiro de Estado e Senador por São Paulo.

Poucos anos depois a vida política do Visconde sofre um hiato em consequência da abdicação de D. Pedro I. Afastou-se do mundo e no retiro de sua chácara nos arrabaldes desta cidade, dedicou-se inteiramente ao estudo e educação dos seus filhos, no que era extremamente zeloso. Dois meses antes de morrer, dizia em carta a seu sobrinho, cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro:

> "Ainda na próxima sessão não poderei ir ao Senado; arrasto com muito custo o peso de setenta e três anos; sinto a passos largos fugir-me a vida, o desfalecimento das minhas faculdades físicas e moraes a todo o momento me adverte que não pode estar longe a hora do trespasse; eu o espero sem horror, resignado, como pode estar um cristão, e um filósofo; se melhores serviços não prestei à pátria, prestei-lhe os que se deveriam esperar duma educação acanhada, mas com honra e probidade, despedi-me do Instituto, e renunciei o título de seu presidente perpétuo, agradecendo a nomeada, que com isso me deu; não continuo porque eu mesmo desconfio da minha cabeça, não desejo comprometer os negócios públicos. Conta-se que Napoleão dizia que a roupa suja lava-se em casa. Não tenho o remorso de dissipar o patrimônio de meus filhos; uma rebelião na qual eu mais padeci pelo meu aferro e devoção à monarquia, dissolou, e incendiou a minha chácara. Duas vezes o Imperador parou diante dela indo para Viamão; nada tenho pedido, senão a indenização do meu ofício d'alfândega do Rio Grande, o que não é uma graça, é uma justiça; porque era uma propriedade, que eu criei, e exerci por mais de vinte anos, com honra e sem nota, e ninguém m'o negará."

E assim, na singeleza destas frases que podem ser consideradas como palavras testamentárias, fechava os olhos à luz da vida e baixava ao túmulo o insigne José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, no dia 6 de Julho de 1847, na idade de setenta e três anos, um mês e vinte e cinco dias. À esta cidade, que ele tanto amou, legou seus despojos, que ainda aqui repousam e que, como dissemos linhas atrás, novas homenagens recebeu a sua memória, que não foi esquecida e que aqui se reverencia, no centenário do seu falecimento.



O Visconde de São Leopoldo era membro das seguintes associações: Sócio Correspondente da Instrução Elementar do Rio de Janeiro; sócio e vice-presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; sócio correspondente do Real Gabinete Português de Leitura; presidente honorário da Sociedade de Instrução Liberal das Cachoeiras de Macacú; sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa; membro da Sociedade de Agricultura de Carlsruhe, em Baden, sócio da Real Academia dos Amigos Curiosos da Natureza, de Berlim, sócio correspondente da Sociedade Filomática de Paris, membro correspondente do Instituto Histórico da França, membro correspondente da Sociedade Real Borbônica, da Academia das Ciências e da Academia Pontomaria de Nápoles, membro honorário da Sociedade Etnológica de Paris, membro correspondente da Sociedade Renana de História Natural, de Maiença e da Sociedade Real de Antiquários do Norte e, finalmente, da Associação Marítima e Colonial de Lisboa. Foi, além disso, fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, e seu primeiro presidente, em cujo cargo foi perpetuado.

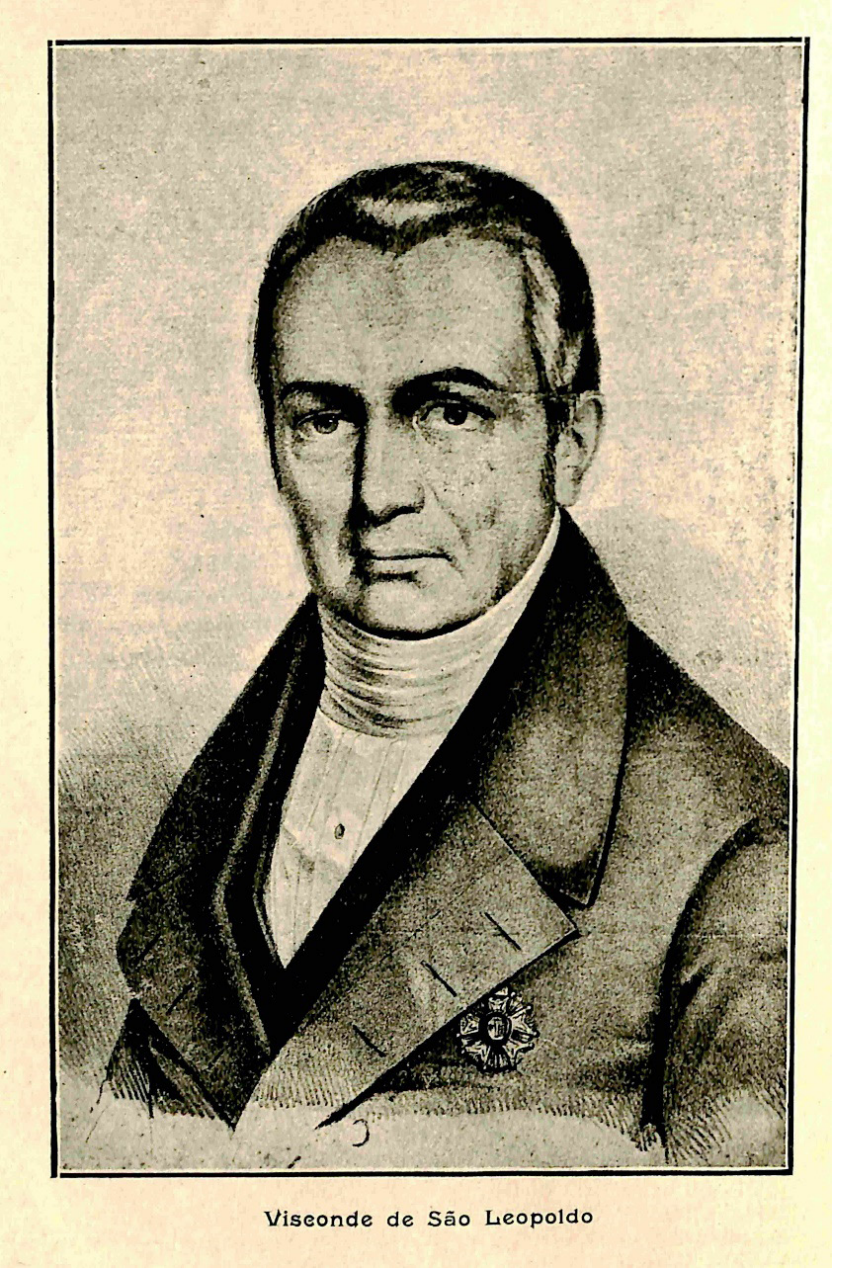
Os trabalhos deixados pelo Visconde de São Leopoldo são os seguintes:

- CULTURA AMERICANA. Lisboa, 1799. (Sobre terrenos, clima, produção e agricultura das colônias britânicas do norte da América e Índias Ocidentais).
- DISCURSOS. Textos apresentados à Mesa de Agricultura sobre objetos relativos à cultura, etc. . Lisboa, 1800.
- HISTÓRIA NOVA E COMPLETA DA AMÉRICA. Lisboa, 1800;
- COLEÇÃO DE MEMÓRIAS sobre o estabelecimento de humanidades, etc. Lisboa, 1801.
- RELAÇÃO circunstanciada sobre um estabelecimento formado em Munich a favor dos pobres. Lisboa, 1801.
- SISTEMA UNIVERSAL DA HISTÓRIA NATURAL. Lisboa, 1801.
- ANAIS DA CAPITANIA DE SÃO PEDRO. Rio de Janeiro, 1819.
- DA VIDA E FEITOS DE ALEXANDRE DE GUSMÃO E DE BARTOLOMEU LOURENÇO DE GUSMÃO. Rio de Janeiro, 1841.
- MEMÓRIAS DO INSTITUTO HISTÓRICO. Rio de Janeiro, 1839.
- DIVERSAS. Cartas ao Primeiro Secretario do Instituto dando conta de seus trabalhos. Revista do I.H.G.B., nº IX, pg. 428.
- CARTA a José Rodrigues de Oliveira, sobre a Nobiliarquia Paulistana de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Rev. do I.H.G.B., nº XXXII p. 177.
- MEMÓRIAS DO VISCONDE SÃO LEOPOLDO, compilados por Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. Rev. do I.H.G.B. nº XXXVII e XXXVIII.
- QUAIS SÃO OS LIMITES NATURAIS, PACTUADOS E NECESSÁRIOS DO IMPÉRIO DO BRASIL? Rev. do I.H.G.B., nº XXV, p. 341.
- RESPOSTAS ÀS "BREVES ANOTAÇÕES" DO CONSELHEIRO JOSÉ MARIA DA COSTA E SÁ. Revista do I.H.G.B., nº LXV, p. 497. (Estas anotações à memória "Quais os limites naturais"... etc, foram publicadas pelo Conselheiro J. M. da Costa e Sá na Revista do I.H.G.B., nº LXV, p. 495).

Fonte consultada: https://ihgrgs.org.br/arquivo/cd_visconde_saoleo/CD/indice.htm

JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO

Visconde de São Leopoldo: Memórias



Visconde de São Leopoldo

Primeira Parte

Anno de 1821

A 5 de Outubro de 1821 recebi hum Officio da Junta Eleitoral da Província de S. Paulo, datado de 11 de Agosto do mesmo anno, incluindo o Auto de Outorga de poderes, que me conferio aquella Província para ir representalla nas Cortes Geraes e Extraordinárias de Lisboa.

NB: As nullidades, com que nessa epocha forão feitas as Elleiçoens dos Deputados para as Cortes de Lisboa por esta Província, são apontados no Papel incluso, datado de 31 de Outubro de 1821.

A 7 de Novembro sahi de Porto Alegre em a Sumaca – União Feliz – e por contratempos só no dia 18 do mesmo mez cheguei ao Rio Grande.

No dia 23 de Novembro sahi pela barra do Rio Grande, e entrei no Rio de Janeiro no dia 8 de Dezembro pelo meio dia: tratei logo de ajustar passagem, e fallei ao Secretario d'Estado, e à Sua Alleza Real.

Anno de 1822

Havendo Sua Alteza Real annuido às representaçõens da Câmara do Rio, que no dia quarta-feira 9 de Janeiro lhe fez, instando para que não fosse e não se recolhesse para Lisboa, a cuja representação respondeo Sua Alteza Real. Como he para bem de todos, e felicidade geral da Nação, estou prompto; diga ao Povo que fico. (Edital do Sennado de 10 de Janeiro de 1822) havendo conseguintemente três dias de luminárias, ao amanhecer para o dia Sabbado 12 de Janeiro apparecerão as alturas do Castello e de São Bento ocupadas pelos Regimentos 11 e 15 da Portugal em armas, o que poz toda a cidade em grande commoção etc. e o mais, que ommitto por alheio do lugar.

A sobredita Deliberação das Cortes de que se recolhesse o Príncipe Regente para Lisboa, d'onde iria viajar incógnito, que, com outras Resoluçoens mais, chegarão ao Rio de Janeiro em 10 de Dezembro de 1821 indispôz grandemente ao Povo, e o mesmo effeito produzio nas Províncias; d'aqui as Deputaçoens que vierão das Províncias de São Paulo e Minas, e o sem número de Folhetos que choverão, cheios de acrimonia e desconfiança contra as Cortes, o que esteve a ponto de influir na minha ida para Lisboa, chegando a receber insinuação pelo novo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros para que suspendesse minha partida; porém em consequência de huma conferencia perante Sua Alteza assentou-se que eu seguisse para meu destino, e corresse a sorte dos mais Deputados da Província de São Paulo.

Anno de 1822

No Sabbado 26 de Janeiro de 1822, Anniversario da Installação das Cortes, appresentou-se ao Principe Regente a Deputação da Província de São Paulo, composta do novo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros José Bonifacio d'Andrade e Silva, do Marechal de Campo Jozé Arouche de Tolledo, e do Coronel Leite, entre a expectação e acclamaçoens de immenso povo da Capital.

No Domingo 27 de Janeiro dito, pelas sete horas da manhã, sahi pela barra do Rio de Janeiro em o – Navio Ulisses – de que era Mestre ou Capitão Rozende Antonio da Silva, e logo no dia seguinte corridos com hum temporal de vento Norte decahimos até a altura de Santa Catharina, mais ou menos, depois de dous dias, virou, e seguimos para o Norte.

Na Quarta feira de Cinza 20 de Fevereiro passamos o Equinocial, trazendo até aqui 25 dias de viagem.

Em consequencia do temporal, que acima mencionei, abrio o Navio água, que appareceo mais ou menos na bomba, até que passando a Linha, e encontrando já os mares mais alterosos, foi apparecendo oito e nove polegadas d'água na bomba d'hora em hora, o que obrigou à não puchar-se pelo Navio, e me dava algum cuidado, augmentou-se-me este ainda mais no dia 27 de Fevereiro, na altura de oito gráos ao Norte da Linha, em que vi de repente rebentar hum xorro d'agua pelo pavimento da Câmara, em quanto constantemente viria, chamei o Capitão cuidando que se sossobrava o Navio, mas reconhecendo-se que procedia das obras mortas da popa (pois que os altos do Navio vinhão mui arruinados) o espectacullo de ver esgolallo dia e noite me suscitou bem melancólicas ideas, principalmente contemplando que em tal estado huma taboa unicamente separava entre a vida, e a morte. Prometteo-se huma Festividade ao Senhor dos Passos da Graça.

A 14 de Abril (Quinta feira Santa) pelas sete horas da manhã, faltou-se a hum Bargantin Inglez, que retificou o mesmo ponto, que havia dado outro da mesma Nação dous dias antes, de que nos achávamos em 17° e 21° de Longitude de Londres.

A saciedade com que o Capitão procurava certificar-se, expondo-se a fallar aos Navios, apezar dos grandíssimos receios de Corsários fazia-me colligir da desconfiança, em que elle existia da exactidão do cálculllo do Piloto, a quem elle havia abandonado o Posto. Nota: Por isso he a dezejar que a primeira descuberta em Astronomia ou Geologia dê o meio de conhecer exactamente **(as seguintes palavras ilegíveis)**

A 12 de Abril, sexta feira depois da Páscoa, setenta e seis dias de viagem, avistou-se ao amanhecer o Cabo da Roca, e pelas duas horas da tarde entramos pelo Tejo com tempo mui sereno; às quatro horas veio buscar-me

o Escaler da Ribeira, de cujo obsequio dispensei-me.

No Sabbado 13 do mesmo Abril desembarquei pelas oito horas da manhã, e dirigi-me immediatamente a morada do Deputado meu Collega o Dez. Antonio Carlos Ribeiro d'Andrade a prevenillo de algumas novidades políticas do Brasil, visto que os dous navios que antes de nós havião sahido do Rio não havião ainda chegado, e vogando novidades, vindas por Inglaterra, de que se havia proclamado a separação e independência na Província de São Paulo etc todo o mundo nos causticava com perguntas; fui assistir de huma Tribuna a Sessão do Congresso em que se tratavão de negócios correntes, e apenas se annunciou a chegada mais de hum Deputado da Província de São Paulo.

Na segunda feira 15 do dito mez houve grande explosão no Congresso no qual ainda que não se apresentarão Officios do Principe, relativamente à sua Resolução última de ficar no Brasil, os quaes penso que virão nos dous acima referidos Navios, que precederão nossa sahida, por cartas particulares de Jorge d'Avilez tomando-se assumpto, propôz Borges Carneiro o extraordinário meio, *de que se chamassem as Tropas de Monte Video sobre o Rio para o castigar, e obrigar o Principe a cumprir o Decreto das Cortes, da sua retirada do Brasil*. Passou a combater esta moção o Deputado Antonio Carlos, combatendo igualmente a proposição, que proferio Borges Carneiro, de que o Príncipe vivia enganado pelos que o rodeavão no Rio, e dizendo o Deputado Antonio Carlos que os empregados ali erão tão honrados como os que estavão naquelle Recinto, levantou-se huma vozeria das Galerias, chamarão-no à ordem, misturarão-se alguns insultos, por cuja razão no dia seguinte mostrou-se offendida e não foi à Deputação de São Paulo e a de Pernambuco: eu tinha dado o meu Diploma para a Commissão de Poderes, com o destino de ir apresentar-me na terça-feira 16 de Abril, julguei dever retirallo, duvidando encorporar-me à hum Congresso injuriante, e fazendo causa commum etc.

Dia 22 d'Abril: entretanto que me conservava recluso, e não me apresentava ao Congresso por julgar assim da minha decencia e delicadeza, emquanto duravão as discussoens com os meus collegas. que apparecerão nos papeis do tempo, fui colhendo para minha instrucção algumas ballellas que vogavão: a que mais me surprendeo foi que hum Partido votado à Hespanha, vendo que levantada a moção no Congresso para que se mandassem retirar as nossas Tropas. de Monte Video, e se entregasse a aquella. Potencia, não havia passado, minou pela Secretaria d'Estado, e effectivamente se tinhão expedido essas ordens para abandono daquella Praça, e que para facilitar essa negociação o Agente da Hespanha nesta Corte tinha à sua disposição tres milhoens para repartir, e com elles premiar etc... custa-me sobretudo

a crer que El-Rei assentisse a isso, quando me recordo que era em outro tempo durante sua residencia no Brasil, o mais empenhado na retenção: o tempo aclarará este negocio.

Emfim no dia Sabbado, 27 de Abril, tomei posse e dei juramento no Congresso: discutirão-se varias materias, parte das quaes assisti, versando sobre as relaçõens commerciaes entre o Brasil e Portugal segundo o projecto da commissão de 15 de Março de 1822. As duas horas passou-se à Sessão Secreta, que durou até as tres e meia; e nella apresentando-se o Parecer da Commissão Especial sobre a entrega da Praça de Monte Video e da de Olivença, depois de varios debates, decidiu-se que a restituição desta era independente e separada da quella, que não se aprovava o Parecer da Commissão de que se deixasse a arbitrio do Governo obrar a respeito da de Monte Video como julgasse conveniente, e por tanto até era preciso, por causa da confiança publica, que o negocio da Praça de Monte Video fosse discutido publicamente, e ficou designado para o dia terça feira; o General Pamplona apoiava acerrimamente o Parecer da Commissão, allegando rasoens, factos contra a veracidade, deque sem dúvida estava mal-informado; e indo essa tarde visitar ao Ministro d'Estado Silvestre Pinheiro, incidentemente me disse que ja sabia que havíamos sahido muito tarde por lhe haver dito o Pamplona, com quem havia estado, e observei no dito Silvestre não tanto agrado, como me havia mostrado da primeira vez que me veio visitar; pelo que vou rastreando minhas suspeitas.

Na segunda feira de Abril tratou-se de assumpto da Constituição, sobre se as Eleiçoens deverão ser feitas por escrutínio secreto – Vide o Diario.

Na terça feira 30 de Abril Abrio-se a Sessão atulhadas de gente as Gallerias, e entre outros que estavão na Tribuna achava-se o Embaxador de Hespanha, huns com a curiosidade de saberem das noticias da Bahia, outros que tinhão chegado por via de Gibraltar, e outros pelo interesse de verem decidida a proposta evacuação de Monte Video; a respeito deste ultimo assumpto, em que não me pude ter que pela primeira vez não fallasse, como se verá no Diario do Governo N.º 101, e pelo que pertence às participaçoens da guerra civil e derramamento de sangue na Bahia, houve logo discussão, que ficou addiada e he de notar huma particularidade, que ella produzio sangue tambem no Palacio das Cortes, porque passando o Barata, que he hum Deputado pela Bahia por hum dos Corredores, onde se achava o Marechal Luis Paulino, que era outro Deputado da mesma Bahia, fallando em hum circulo, e detractando o Brigadeiro que tinha recusado dar o commando ao nomeado Commandante pela Corte Madeira, Barata descompos a Paulino, e indo ambos desafiados, conta o Paulino que Barata atraiçoada-

mente o empurrava, do que resultou huma brecha sobre a sobrancelha, e ficou todo escallabrado; assim mesmo divulgou-se a causa, o que me zangou por se haver passado entre dous Deputados Brasileiros, sobre os quaes, em razão das rivalidades, todos estão atentos: causou-me raiva, e rizo – veremos o resultado para diante.

Quinta feira 2 de Maio; avizou-se a discussão sobre a entrega de Monte Video com assistencia de muita gente, e do Embaxador d'Hespanha; prolongou-se a questão até as tres horas; ao principio cuidei que não teria tão bom succeesso, e portanto conclui o Discurso que de novo reforcei, que pelo menos se sobreestivesse na desoccupação de Monte Video pelas nossas Tropas; mas correndo-se a votos, foi vencido contra o Parecer da Commissão por 84 contra 28 votos. – Vide Diario da Sessão de 2 de Maio de 1822.

Sexta feira 10 de Maio — Irei ommitindo cousas que se achão nas Actas e Diarios; so me farei cargo do que for mais singular: nesta Sessão fez o Deputado Franzini huma moção para que fosse feriado o Anniversario d'El-Rey: esteve em dúvida conceder-se por não ser festa Nacional: foi buscar-se o Decreto dos Feriados para a Relação; e emfim declarou-se Feriado o Anniversario do Sr. D. João 6º, pelo muito que merecia.

No dia 14 de Maio, tratando-se dos Artigos das Relaçoens Commerciaes com o Brasil, propuz eu que fossem admittidas sem direitos alguns as machinas no Brasil, pelas bem sabidas vantagens, que apresentão para facilitar e abreviar a producção etc. etc. depois de ter a approvação do Congresso, deliberou-se que a Commissão de Commercio me ouvisse; o que eu estimei bem porque na Commissão especial melhor me poderia abrir sobre alguns proveitos ao Brasil, sem os choques e debates públicos, etc. que até as vezes se sujeitão mais por ostentação, do que com o fim de descobrir o verdadeiro bem – Veja-se o Diario do Governo N. 113 (Quarta feira 15 de Maio) que annuncia que eu sustentei as reflexoens com breves argumentos, e que novamente se mandou que voltasse à Commissão para ser redigido, ouvido o seu Illustre Autor etc.

Na segunda feira 20 de Maio apresentarão os Deputados da Bahia huma indicação para que se suspendesse a Expedição de Troppas, que se annunciava para aquella Cidade; nessa noite reunio-se hum Club Brasileiro na Casa do Lino Coutinho desde as Trindades até meia noite, e ali se concertou a marcha que se havia seguir no negocio; não quizerão ir à elle os Deputados do Rio, menos o Villela; na terça feira debateo-se vigorosamente o negócio, ainda assim não se vencendo, ficou o assumpto addiado para quarta feira; a maior parte dos Deputados adherirão à indicação assignando-a publicamente.

Na quarta feira 22 de Maio foi a Sessão inteiramente tempestuosa;

principiou pela apresentaçaom do General Avilez, que havendo hum Partido para que fossem os seus cumprimentos recebidos com agrado, levantou-se huma forte opposição para que selhe denegasse esse sinal de approvação, visto que sua conducta era equivoca, pela participação do Principe Real; debateo-se por longo tempo, até que elle passou pelo vexame de ser regeitado: passou-se à questão sobre a indicação, combateo-se vigorosamente, o Xavier Monteiro analisou passagens dos Documentos e Representaçoens de São Paulo, emfim tendo-se prorrogado a Sessão até as quatro e meia da tarde, Venceo-se contra a indicação, que unicamente foi apoiada por 44 votos: Borges de Barros, que estava insinuado, declarou que voltaria sim por obediencia, mas não tornaria a fallar; o que igualmente protestamos os do nosso partido. Pela força da discussão, descobrio-se que a Tropa ia para a Bahia, como para embaraçar que as opinioens do Rio e de todo o Sul do Brasil lavrem para o Norte, e, como elles dizem, já os Facciosos do Rio tem vistas sacrilegas sobre a Costa d'Africa, para lá mandão também huma Expedição: esta descoberta a trama, e por isso o Borges Carneiro ameaçou com dez mil homens, e com hum cão de filla etc. etc. Não sei se tudo apparecerá fielmente nos Diarios, cuja discussão interessa.

Quinta feira 23 de Maio, logo no principio da Sessão, apresentando o Ledo da parte da Camara do Rio huns Folhetos de huma Oração, feita e recitada por Francisco de S. Payo, levou para se distribuirem pelos Deputados, e com effeito distribuindo-se, levantou-se o Castello Branco, e oppoz-se vigorosamente que não se devia receber offerta de huma Camara que era suspeita na sua conducta, comparou logo com o que se praticara no dia antecedente com o General Avilez, e o mais he que teve claramente muitos – apoyados – emfim azedou-se a questão, até que levantou-se Xavier Monteiro, e metteo-a à ridicullo, e assim acalmou; este passo acabou de aclarar o odio e rancor, com que eramos olhados; e na verdade a vista dos improperios e sarcasmos, principalmente sobre o Rio e São Paulo, nos fazemos huma figura bem triste, e o mais he que com suas innovaçoens, e excessos em fallar, como mui escancaradamente analysou no Congresso Xavier Monteiro os pedaços déstacados da Carta do Bispo e Deputação de São Paulo, nos estão compromettendo, e obrigão-nos a fazer bem triste figura.

No Sabbado 25 de Maio, nomeou-se a Commissão de cinco Membros para organisarem e formarem Artigos Addicionaes à Constituição para o Brasil, para a qual fui hum dos nomeados.

Na quarta feira 29 de Maio, tendo no dia antecedente chegado a Náo D. João 6.º do Commandante da Expedição Francisco Maximiliano, e trazendo do Rio Officios do Principe Regente, ao lerem-se estes, a vista das expressoens ferinas contra o Congresso, (como se verá nos Impressos) tor-

nou-se a Assembléa tumultuaria, muitos dos Deputados como Fernandes Thomas, Moura e Miranda, e sobre tudo Borges Carneiro proferirão e avançarão atrividissimas contra o Principe – o mais contará o Diario.

No Sabbado 1º de Junho observei que havia grande demora de voltarem ao Congresso os Membros da Commissão especial dos Negocios Politicos do Brasil; soube que era por estarem ouvindo aos Ex-Ministros d´Estado do Rio – Caula e Vieira – informando-se do estado de tudo, e que (segundo me disserão) o Caula facilitara muito a Conquista do Rio de Janeiro etc. O tempo descobrirá o mais.

Na Segunda feira 10 de Junho leo-se o Parecer da Commissão dos Negócios especiaes do Brasil, que dava as ordens para se processar e julgar os Membros da Junta de São Paulo etc. Vide Diario do Governo Nº 135.

Na terça feira 11 de Junho fui nomeado para Membro da Commissão dos Negocios d'Ultramar – Nessa tarde recebemos hum Officio da Junta Provisória de São Paulo, que nos indica certas requisiçoens, que fizessemos ao Congresso, que se não fossemos bem tratados, protestassemos; e ultimamente pôem nosso nome abaixo das suas assignaturas etc. estão ainda muito novos do que he hum Governo Representativo!

Na Sessão de 15 o Franzini apresentou parte dos trabalhos da Statistica para regular os circulos Elleitoraes neste Reino de Portugal, e se deduz que para a Legislatura seguinte Portugal hade apresentar 103 Deputados.

Na Sessão de 4 de Julho foi rejeitado, e opinado que nem ainda se puzesse à votação o Artigo 1.º do Projecto dos Artigos Addiccionaes, relativamente às duas Legislaturas ou Congressos; achando-se o Congresso mui desfalcado nesse dia, e muito mais o foi com a Deputação que sahio para cumprimentar à Sua Magestade, em cujo número fui; pelo menos não assisti a esse acto, e he de notar que se profere huma tal sentença na quelle dia em que faz o cumprimento solemne etc. Vide os Diarios e Periodicos do tempo.

Na Sessão de 6 de Julho acabou de rejeitar-se a primeira e segunda parte dos Artigos Addiccionaes, resolvendo-se que voltasse a Commissão para organisar outros; eu do estado da longa e diaria repetição de sarcasmos e improperios contra a Junta de São Paulo, levantei-me pedindo a dimissão da Commissão pelas razoens, de que sendo eu hum Representante da Província de São Paulo não tinha podido ouvir sem magua e indignação, que apenas se offereceo à discussão o Projecto, logo o Deputado Miranda affirmou perante toda a Asemblea – que era obra de Arquitectura Paulistica; Foi consecutivamente combatido com igual parcialidade e acrimonia, e que hoje o Deputado o Sr. Moura entre muitas cousas proferia – que tinha nascido em São Paulo, que havia sido vomitado no Rio de Janeiro, e que o

espirito se tinha communicado neste Congresso, – que portanto declarava não ter liberdades etc. Vide a Sessão desse dia.

No fim da Sessão do dia 10 de Julho transmittio El-Rey ao Congresso duas Cartas do Principe Regente, em huma dellas exigia que se criassem Cortes no Brasil, e que quando o Congresso não assentisse, lá se originaria etc. Iguaes requisiçoens fez a Província da Bahia por via dos seus Deputados. Nessa mesma Sessão tratou-se do dote dos Infantes, e da retirada da Princeza D. Maria Thereza, com seu filho, à tomar conta do Morgado em Hespanha. Vide a Acta respectiva, e o Diario.

Dia 13 de Julho – Apertando o tempo. para a apresentação de novos Artigos Addiccionaes sobre as bases, que eu julgava nada vantajosas ao Brasil, e contra a vontade daquelles Povos, escogitei o meio mais suave de não subscrever na escravidão e desigualdade do meu Paiz, e a pretexto de incommodos na saude pedi e obtive, para ganhar tempo, huma Licença de quinze dias.

Em consequencia della fiz huma digressão de quatro dias à Cintra e seus arredores, para onde parti, na manhã do dia 17 de Julho. – He Cintra sitio ameno e delicioso, na encosta de huma grande Serra irissada de penedos, no pico do mais alto delles ve-se maravilhosamente construido hum pequeno Convento de Frades Jeronimos, dedicado à Nossa Senhora da Pena. Entre as Quintas immensas, que os rodeão, cubertas de frondosos bosques silvestres e de limoeiros e outras arvores fructiferas, com Mananciaes d'agua copiosos, fui de proposito a da Penha Verde, – Informarão-me que era da Instituição do Morgado não se plantarem nesta Quinta arvores fructiferas, mas só silvestres para ostentar maior independencia, – antiga habitação de D. João de Castro; ahi no alto de hum dos picos, defronte de huma antiga Hermida de Nossa Senhora, vi hum tumullo, com hum pedestal de marmore, com certas armas, e este Epitaffio:

Cor sublime, capax, Olympi montis ad instar

Amplius orbe ipso, cor brevis vina tegit.

Cor consanguineo concors, comparque Joanni

India cui palmas subdita mille dedit

Cor virtutis amans, cor viclima Virginis almae

Corque ex corde pium, nobile, forte, valens.

Non pars, sed totus latet hoc Saldanha sepulchro

In corde est totus, cor quia totus erat.

– Obiit Anno Domini 1723 –

Defronte d'outra Hermida de São João Baptista, estava sobre hum Penedo tosco huma lamina de mármore embutida, com estes versos:

Espelho

– As Campinas retalhadas,

Cerrado bosque no centro,

Mimozos valles por dentro,

Fora as Serras penduradas,

Sempre as agoas prateadas.

Continuo verde espessura,

Zefiro sempre em doçura,

Mil Satiros, mil Silvanos

Brandas Ninfas, seus enganos

São de Cintra a formozura

– 1800 –

NB: Nesta digressão fui a Mafra; obra do Convento e Palacio maravilhosa, que se diz principiada e concluída em 13 annos.

NB: Espirou o tempo, e tive de rejeitallos positivamente não subscrevendo.

Veja-se depois no dia 13 de Agosto a minha opinião sobre serem Elleitores, e serem Elligiveis indifinidamente os Libertos.

Na Sessão extraordinaria do dia 23 de Agosto, outra vez o meu voto sobre Monte Video. Nessa mesma Sessão assignei huma Indicação para se darem por vagos os nossos lugares de Deputados, visto estar a Província disso sciente.

Na Sessão de 28 de Agosto fui nomeado para a Commissão de Commercio. Distribuindo-se huma Proclamação aos Brasileiros, achou-se que pelas circumstancias não devia enviar-se de Officio ao Brasil etc.

Annunciando-se para a Sessão de 9 de Setembro huma Sessão Secreta, para nella se tratarem o Negócio Diplomático relativamente a negociação entabolada em Londres pelo Ministro João Francisco d'Oliveira acerca dos direitos de 30 por 100 das Fazendas de lã Inglezas, que pagão por entrada nas nossas Alfandegas, examinei o Parecer da Commissão, e documentos annexos, em número de oito. Fui examinar as Instrucçoens do 1º de Dezembro de 1821, assignadas pelo Ministro d'Estado dos Negócios

Estrangeiros Silvestre Pinheiro Ferreira, e nellas li com pasmo o seguinte – no qual lhe prescrevia como primeiro e principal objecto que negociasse com Inglaterra hum Tratado de Garantia, que affiançasse esta nova ordem social ou constitucional; no caso da Inglaterra não assentir...

Cumprirá que V. S.ª faça sentir à esse Governo, não ommittindo fazer entrar nessas mesmas vistas a massa da Nação, que a consequencia necessaria deste abandono da nossa antiga Alliada, será formar-se entre os dous Povos da Peninsula huma união, que não podendo ter firmeza, senão pela fusão d'ambas em huma só Nação, debaixo de huma só Constituição, e hum só Governo, resultará inevitavelmente malograrem-se todos os esforços, e todos os sacrifícios de séculos passados feitos com o único fim de se evitar aquella união, que tornando esta Peninsulla em hum só Estado, não pode deixar de aballar o equillibrio do resto da Europa; ao que acresce que não podendo verificar-se este fenomeno politico sem preceder a abolição d'huma das Dinastias Reinantes, e talvez ambas, para ceder o lugar a hum novo Governo, por ventura conduziria este fatal desfecho a tomarem os dous Congressos o partido de que a história nos offerece mais d'hum exemplo de se ir chamar para Chefe do Poder Executivo personagem d´alguma das Dinastias da Europa, que desposando por este modo os interesses da Peninsulla, troucese em seu apoio huma força effectiva, com que provavelmente não terião contado os soberanos, apesar da sua boa fé, dos seus ajustes em Laibach; excluindo-se de se nos unir à Grã-Bretanha, obrigando-nos a unirmo-nos aos seus antigos rivaes de hum e outro Himisferio, são incalcullaveis as vantagens, que à América do Norte se apressara em tirar do Partido Europeo nos Estados Meridionaes.

Insinua ao Ministro João Francisco de Oliveira que procure entabolar novo Tratado, no qual se refundirão os antigos Tratados, já por obscuros, já porque não havendo sido ratificados pelo Parlamento muitos dos Artigos do Tratado de 1810, posto que o fossem pelo Rey, o que de pouco vale por haver a ratificação do Rey anterior e não posterior à do Parlamento, na observância do referido Tratado não tem havido da parte de Portugal mais que huma justa condescendencia, a qual comtudo ella não se exime de continuar, etc.

Com effeito designado pelo Marquez de Londonderres Mr. Robinson, Presidente da Mesa do Commercio, para tratar com João Francisco o Tratado de Commercio, depois de deduzir este as razoens pelas quaes Portugal tinha todo o direito aos 30 por 100 sobre as Fazendas Inglezas de lã por entrada, desfecha-se com este disparate – "Em nome do Supremo Congresso Nacional, como verdadeiro orgão e representante da Nação Portugueza, em testemunho do mais profundo respeito ao meu Augusto Monar-

cha, renunciamos o direito que nos confere à Ley do Tratado relativamente aos 30 por 100 do nosso Soberano junto com a Nação Portugueza, querendo dar huma indubitável prova da sua alta consideração por Sua Magestade e Nação Britanica, cedem do indisputável direito dos 30 por 100 sobre os lanificios. Pagaveis pois 15 por 100 de entrada de toda e qualquer mercadoria manufacturada e exportada da Grã-Bretanha, mas durarão só taes direitos emquanto se não conclue o novo 'Tratado, ao qual se deverá proceder immediatamente, ficando cassado e derrogado, como se jamais existisse o de 1810, desde o momento em que o novo Tratado for aprovado e ratificado."

Mr. Robinson reflectindo por alguns momentos, respondeo – Convenho – e logo depois perguntou-lhe se conhecia ou tinha visto o processo da negociação, que a este mesmo respeito havia proposto, o Conde de Palmella antes da sua viagem para o Rio? respondeo-lhe que não. Justamente se admirava o Negociador Inglez, por que na Negociação encetada pelo Conde de Palmella já se lhe concedia e passava de plano em Inglaterra os direitos de 20 por 100 sobre os lanifícos, e de qualquer outra fazenda, e agora muito gratuitamente o Oliveira lhe deo ou abateo a 15 por 100.

Finda a conferencia João Francisco logo sentio remorsos, e da parte a Corte de Portugal, confessando que nunca havia sentido o peso da incumbencia que havia sido confiado às suas debeis forças etc. O nosso Ministro com effeito respondeo estranhando-lhe a sua contradicção, e apontando alguns meios de remediar o mal, que não se podendo sanar, se remette ao Congresso com a exposição circumstanciada, e he o que vai a fazer assumpto da Sessão secreta de 9 do corrente Setembro.

NB: Muitos dos Membros assentarão que fosse chamado a Lisboa para dar conta da sua conducta: em vez disso veio para Deputado por elle Madeira para a segunda Legislatura.

NB: o que he incomprehensivel he que em vez de mandar-se recolher o Ministro João Francisco para dar conta da sua conducta, consta que fora Enviado para Paris, o que he igualmente de importancia.

Com effeito a maior parte do Congresso exacerbou-se ao ouvir ler o artigo e plano da fusão com a Hespanha, muitos fallarão energicamente; o grande Miranda pretendeo evadir – que essa ameaça era hum estratagema de politica no Ministro – contestou-se-lhe: – ficou para tratar-se em Sessão publica.

NB: Por occasião da Questão in fronte sobre os direitos de 30 por 100 nos lanificios Inglezes, farei as notas seguintes para a todo o tempo me esclarecer:

O primeiro Tratado he o de 1642 de Amizade e Commercio. Os Artigos commerciaes são de pouca importancia, concedendo principalmente

aos subditos Inglezes os mesmos privilegios que até então gozava a Nacão Holandeza.

O segundo Tratado he o de 1654 o qual confirma e ratifica o precedente, e contem certas estipulaçoens a respeito da descarga de navios, e o pagamento dos Guardas d'Alfandega, mas se acha annexo a este Tratado hum Artigo secreto da maior importancia, cujo theor he o seguinte: – Os direitos sobre as fazendas manufacturadas, e mercadorias Inglezas nunca exederão a quantia de 23 por 100 sobre huma avaliação favoravel.

A este segue-se o Tratado de Matrimonio de Carlos 2.° com a Infanta D. Catharina de Portugal, cujo Primeiro artigo igualmente confirma os dous Tratados acima notados; tem tambem annexo Artigo Secreto, mas não concernente à materia commercial.

Temos o Tratado deffensivo de Maio de 1703, que também confirma todos os artigos.

A este segue-se o Tratado de 27 de Dezembro do mesmo anno, vulgarmente chamado o Tratado de Methuen.

Apparecem outros dous Tratados: o 1.° entre Portugal e a Hespanha, garantido por Inglaterra; e o 2.° o de 1763 quando Portugal concorreo, e accedeo ao Tratado Geral concluído em Paris.

O último foi o de 1810 – que he bem conhecido.

Advirta-se que anterior à este Tratado o unico que fez menção de quantia de direitos, que deverão pagar as fazendas Inglezas foi o Tratado de 1654: parte do artigo secreto desse Tratado diz o seguinte: – O Povo e habitantes da Republica de Inglaterra segundo o seu commercio como até agora com os Reinos, Dominios, Portos e Territorios do dito Reino de Portugal, não pagarão mais tributo ou direitos, senão do modo seguinte – as fazendas, mercadorias, e manufacturas da Nação Ingleza, sujeitas à direitos (os quaes nunca excederão a 93 por 100) serão favoravelmente avaliadas conforme a Pauta d'Alfandega, e Leis antigas, do Reino. Vide fs. 7.

Nota à margem: Achar-se há huma Recopilação mais circumstanciada de todos esses Tratados com a Inglaterra em o N.° 42 do Investigador Portuguez em Inglaterra, pag. 297

No dia 14 de Setembro (Sabbado) apenas se concluio a derradeira revista da Constituição, levantei-me e li huma indicação em que declarava que não me atrevia a jurar nem a prestar acto algum promissorio a huma Constituição, que estava em perfeita contradicção com a Vontade sufficientemente pronunciada da minha Provincia – etc. levantou-se grande debate e discussão, por fim remettida à Commissão de Constituição.

Nos dias 20 e 24 de Setembro forão vivissimas as discussoens sobre

nossas indicaçoens de não assignarmos e jurarmos a Constituição; na discussão do dia 20 foi tão furioso o tumulto das Galerias, que nos affirmarão que foi o maior que tinha acontecido desde o primeiro dia das Sessoens, e custou a acalmar – No dia 21 fallei largamente sobre o objecto; ainda assim se percebia a populaça em commoção, fazendo de quando em quando sussurro; emfim he visivel, que estavamos expostos ao maior perigo.

(Nota à margem: "Passa esta matéria para a página 15." A matéria é a que segue:)

Deixei de ir ao Congresso nos dias 23 e 24 de Setembro, em que se principiarão e fecharão as assignaturas, firme em soffrer as ameaças da populaça, e todos quantos procedimentos quizesse ter sobre mim o Congresso, prisão ou expulsão, do que fazer algum acto de aceitação de huma Constituição, que eu julgava pouco digna do meu Paiz; resisti assim a todas quantas persuaçoens me vierão fazer alguns amigos: mas no dia 24 de Setembro a tarde veio ter comigo o meu amigo Trigoso, Deputado que eu muito conceituo pelas suas luzes, e ponderou-me, depois de viva discussão entre ambos, que era louvavel a constancia pelo que pertencia à minha pessoa em particular, mas que o Congresso pela deserção cerrada e inteira de toda a Deputação de São Paulo via-se obrigado à tomar isso como huma declaração da desunião da quella Província, confesso que para tanto não me julguei authorisado, porque pela minha Procuração, nem por alguma insinuação, nem de longe se me dava a mínima idea para isso, antes pelo contrário expressamente para essa união: que mesmo dos Officios de Sua Alteza Real e demais papeis públicos se lia claramente conservada; estremeci e vacillei em tomar sobre meus debeis hombros a responsabilidade de manifestar huma Independencia, então de huma unica Província, e esta mesma dividida em partidos como nos constava, a qual quando conviesse do Brasil he que deveria vir pronunciada; portanto julguei dever sacrificar meus escrupullos, e meus caprichos à prudencia e a consideração maior do perigo de huma ruptura, para a qual nem levemente me supunha authorisado, ainda mais valia ao Povo ter huma Constituição menos má do que nenhuma: assenti às reflexoens do amigo Trigoso, e elle se obrigou à dispôr que esta minha cessão parecesse airosa no Congresso.

Fiquei de ir no dia 25 de Setembro – com effeito fui acolhido pelo Congresso com rigozijo geral e approvação, assignei, e julguei fazer até hum serviço aos meus Collegas, sacrificando-me, e acalmando a cólera, que contra nos se exasperava.

Anecdota: Quando El Rey mandou annunciar a Deputação, nomeada para levar-lhe a Constituição que a esperava em Quelluz, berrou Manoel Fernandes Thomas, que El Rey deveria vir para a cidade etc. Sanou, El Rey

isto, mandando no dia 25 de Setembro o Marquez de Loule, seu Estribeiro Mór, offerecer às Cortes os Coches da Casa, e que huma legoa antes de chegar à Quelluz o Presidente da Deputação, que era o mesmo Manoel Fernandes, seria levado para huma tirada d'Urcos, que ali o esperava etc. A função foi como se conta nas Actas – 6 de Outubro – Tinhão-se passado os dias mais criticos, em que pela embriaguez e alvoroço do Povo poderião correr risco os Deputados, que se recusarão a assignar a Constituição; e quando apenas se fallava nisso, ligarão-se Antonio Carlos, Bueno, Feijó, Joze Ricardo, Lino Coitinho, Francisco Agostinho Gomes, e Cipriano Joze Barata, e no Sabbado à noite cinco de Outubro embarcarão no Paquete Inglez, e no Domingo 6 de Outubro ao amanhecer sahirão para Inglaterra.– Esta fuga foi divulgada, e recebida com desprezo; emquanto à mim pareceo-me huma rapaziada, e até pouco digno das Altas Graduaçõens de Deputados, foi hum pretexto para cobrir debaixo do veo de heroicidade fins particulares; Antonio Carlos já a muito premeditava passar-se para o Brasil, chamado pelo Principe Regente, Lino temia se por causa de humas cartas intrigantes, emfim nesta fuga he que se arriscava muito; e se não forão pilhados, foi porque ninguém se interessou nisso, pois que todos souberão etc.

NB: Este expediente teve verdadeiramente fins ocultos – O Carlos era chamado pelo Príncipe: o Lino estava Reo pelas suas cartas intrigantes – os mais forão arrastados.

1822

Dia 17 de Outubro – Por participação que me fez o Vice Secretario da Academia das Sciencias de Lisboa Francisco Villela Barbosa, fui admittido a Socio da mesma Academia, na Sessão de 16 do dito Outubro, em que se deo conta do Relatorio da Commissão encarregada de ajuizar o merecimento – dos Annaes da Província de São Pedro – e que se ficava lavrando o Diploma para se me remeter.

No dia 26 de Outubro – Fui nomeado Membro da Deputação Permanente pela grande maioridade de 84 votos, pois o Congresso se achava mui desfalcado, recebendo geral approvação de todos. – No Relatorio, que ella fez no dia 30 de Novembro para as Cortes Ordinarias tive grandes debates para que se não dessem expressoens insultantes ao Brasil, como – facciosos – etc, o que consegui, tratando-se com moderação e sem acrimonia: como testimunhou o Villela. Etc.

1.º de Dezembro – Em virtude da minha Procuração poderia ainda julgar-me ligado às funçoens da Deputação Permanente, como huma consequencia da minha Missão; não assim para a segunda Legislatura, apezar de Decretada pelas Cortes, e portanto à excepção de dous dias na abertura,

primeiros de Dezembro, esquivei-me de assistir debaixo de diversos pretextos, evitando nem ao menos com a minha presença authorisar objectos ou discussoens indecentes, como a da Rainha etc.

Depois de várias tentativas para deixar Portugal, primeiro por via de Inglaterra, ao depois pela Ilha da Madeira, sahi emfim da barra de Lisboa no Domingo de Pascoa, 30 de Março de 1823 pelas onze horas da manhã, em o Navio – tres Coracoens. – No dia 10 de Abril (12.º de viagem) amanhecemos à vista do Cabo Verde, e passamos mui perto da Ilha – No Domingo 11 de Maio avistamos a Costa do Rio pelo meio dia, e no dia 12 pela tarde entramos no Porto, mas só desembarquei no dia 18 de Maio pela manhã cedo.

NB: Achei muitas novidades a meu respeito, mas indo na tarde desse mesmo dia 13 beijar a Mão do Imperador, recebeo-me com benigno acolhimento, a ponto de mandar-me buscar suas tres filhas para eu as ver, de cuja graça fiquei mui tocado, e portanto animando-me a pedir-lhe licença para fazer a justificação da minha conducta por escripto, respondeo-me que não a dava, porque era escusada etc.

Nessa mesma noite fui a Joze Bonifacio, que me recebeo muito bem etc.

RIO DE JANEIRO — Assemblea Geral Constituinte do Imperio do Brasil.

Quando vi os rumores acima mencionados fiquei bastante zangado, tanto mais que privados os Deputados Brasileiros de Instrucçoens, erão summamente arriscadas as decisoens, porque ainda não estava consolidado no Brasil o systema da independencia, e poderia ainda abortar etc. dictava pois a Prudencia, que era melhor ter huma ruim Constituição, do que nenhuma. Emfim Officiei à Assembléa de que achava-me ali, bem que sem Diplomas, mas à Commissão de Poderes dispensou, e no dia Sabbado 24 de Maio tomei posse do Assento de Deputado pela Província de São Pedro na Assemblea Constituinte do Brasil: na Sessão seguinte, que foi a 26 de dito fallei para que se abolissem as Juntas Provisorias das Províncias.

Na Sessão de 10 de Junho, combatendo Antonio Carlos os meus argumentos sobre a responsabilidade do Conselho Privado do Imperador no artigo último do seu Projecto sobre a extincção dos Procuradores, avançou que elles devião ser responsaveis pelos bons ou maos conselhos que dessem: fui de opinião contrária.

No Projecto de Ley sobre o formulario que devião ler as Leis feitas na presente Assemblea Constituinte, fui dos oito ou dez que votarão contra o Artigo 3.º delle, em que decretava, – Que o Imperador não teria Sanção nas Leis da presente Legislatura – e a razão em que fundei foi o princípio geral,

que tinha estudado – que ao mesmo passo que isso era hum axioma a respeito da Constituição à qual sendo o titullo de todos os Poderes, não podia ser subordinado a algum Poder – não era isto liquido a respeito das Leis particulares, nem eu ouvi razão que me convencesse produzida por Antonio Carlos, ou por outros, senão incongruencia... anomalia etc.

Previ logo que iria à ser isso hum pomo de discordia que ocasionaria talvez o perigo para alguma convulsão; até que no dia 19 de Agosto os dous Deputados, e também Secretarios d'Estado, apresentarão a Moção seguinte: – Requeiro que a Sessão d'amanhãa principie Secreta, para tomarmos medidas acertadas para não perigar a Salvação da Pátria pela apresentação do Decreto relativo ao Formulário com que se devem publicar e executar as Leis; e requeiro que a Mesa decida se este objecto he poderoso. Paço d'Asemblea, 19 de Agosto de 1823. – Carneiro de Campos. – Nogueira da Gama.

Em consequencia houve Sessão no dia 20 de Agosto, debateo-se vivamente sobre os males, sangue, e partidos que nascerão da insistencia e desarmonia entre dous Poderes etc. durando até as três horas da tarde; addiou-se a Sessão Secreta para o seguinte dia.

No dia seguinte resolveo-se como consta da Acta; que aqui junto.

Mas por fim ficou sem effeito as deliberaçoens das Sessoens Secretas.

No dia 10 de Novembro houve notavel novidade em consequencia de humas pancadas dadas em hum Buticario por dous Officiaes Europeus, o qual se queixou à Assemblea: o Povo amontoou-se nas Galerias e Salla d'Assemblea, entre elles he constante que muita gente armada de punhaes e pistolas; cresceo o atrevimento pelo decurso da Assemblea; gritos, que davão atrevidamente ingerindo-se nas deliberaçõens d'Assemblea, e opinioens dos Deputados, a ponto que o Presidente levantou intempestivamente a Sessão.

NB: Certificarão que não era n.[al] do Brasil, mas das Ilhas. Em consequencia das novidades supradictas tendo a Assemblea estado em Sessão permanente desde terça feira 11 de Novembro pelas dez horas da manhã, até Quarta-feira 12 de dito mez pela huma hora da tarde, veio marchando de São Christovão huma porção de Cavallaria, e outra d'Artilharia, e cercando o Edificio d'Assemblea, subio hum Official, o qual apresentou à Assemblea hum Decreto do Imperador, pelo qual dissolvia a Assemblea actual, e promettia convocar outra: sahimos por entre fileiras de soldados, e na sahida forão presos alguns Deputados, entre os quaes os dous lrmãons Antonio e Martim Andrade e Montezuma (e ao fazer este assento ainda ignoro ao certo o número e os nomes, e muitas particularidades) Joze Bonifacio d'Andrade, o Padre Belchior Pinheiro, Montezuma, Rocha, os quaes forão deportados

para Havre de Grace, e sahirão com suas famílias na Curveta Luconia em fins do mez de Novembro.– Os detalhes deste successo podem ver-se nos papéis públicos do tempo.

No decurso da Sessão permanente, quando a crise ia tomando aspecto mais carrancudo, forão-se pouco a pouco escapando alguns Deputados; constará que eu estive até o último momento, que fallei, e mostrei o maior sangue frio, não me atterrando com o imminente perigo, que se contava inevitavel; querendo que se interpelasse a minha conducta passada no Congresso de Portugal pela practicada neste, ligado a pé firme às Instruçoens dos meus Constituintes etc.

Por carta Imperial, datada do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1823 fui nomeado Presidente da Província de São Pedro (vide o original)– e dei juramento nas mãons do Imperador a 23 de Janeiro seguinte.

Anno 1824

No dia 2 de Fevereiro sahi pela barra do Rio de Janeiro pelas oito horas da manhã em o Barg.^{m} Luis de Camoens; para Santa Catharina; No dia 5 de Fevereiro pela meia noite ancoramos por detrás da Ilha do Arvoredo, e no dia seguinte, pelo meio dia, dei fundo defronte da Cidade do Desterro.

No dia 17 de Fevereiro pela huma hora da noite sahi de Santa Catharina, desembarquei na Armação de Gurupava, e dali fiz jornadas por terra, até que na Quinta feira 26 de Fevereiro, pelas dez horas da noite, entrei em Porto Alegre, e tive a satisfação de abraçar a minha família sem novidade.

Tomei posse do Governo no dia 8 de Março de 1824 pelas onze horas da manhã com solemne apparato, e regosijo geral.

Nos dias 8, 14 e 15 de Dezembro de 1824 estive na estincta Feitoria, hoje Colonia Allemã de São Leopoldo, corri toda a Fazenda, e fiz os arranjos para accommodação dos colonos, e mandei que se levantasse huma cruz no lugar denominado Euzebio, para futura povoação.

1825

Em fins de Maio, e principios de Junho de 1825, chegou a noticia da rebellião de Fructuoso Ribeiro, e sublevação da Campanha de Monte Video; dei logo as mais enérgicas providencias, proclamei aos Povos (vide a minha Proclamação), activei os trabalhos do Trem desta Cidade, e fiz marchar Expediçoens e Armamento para a Fronteira.

1826

No Sabbado 14 de Janeiro de 1826 dei posse, e entreguei o Governo da Província de São Pedro ao meu successor o Brigadeiro Joze Egidio Gordilho, por dever ir para o Rio por achar-me nomeado Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império – Entreguei sem perder hum palmo de território, depois de huma guerra desastrada; provido e pago o nosso Exercito, e 130 contos de reis, nos cofres da Junta, como confessa o Thesoureiro.

Demorado pela tardança dos transportes, separei-me da minha família na Chácara, pela meia noite de Domingo 29 de Janeiro, vim amanhecer na Capella de Viamão na Segunda feira 30 de dito; cheguei à Villa da Laguna na Terça feira de Entrudo 7 de Fevereiro, e à Cidade do Desterro em Santa Catharina no Domingo 12 de Fevereiro pelas 5 horas da manhã, d'onde por falta de embarcação para o Rio, me demorei até 27 de Fevereiro.

Na Terça feira 28 de Fevereiro de 1826 sahi pela barra de Santa Catharina na Fragata Nectheroy, Brasileira, e entrei pela barra do Rio de Janeiro na Terça feira 7 de Março; desembarquei pelas tres horas da tarde, e fui à Quinta da Boa Vista beijar a Mão as Princezas Imperiaes, por se acharem S. S. M. M. auzentes na Bahia.

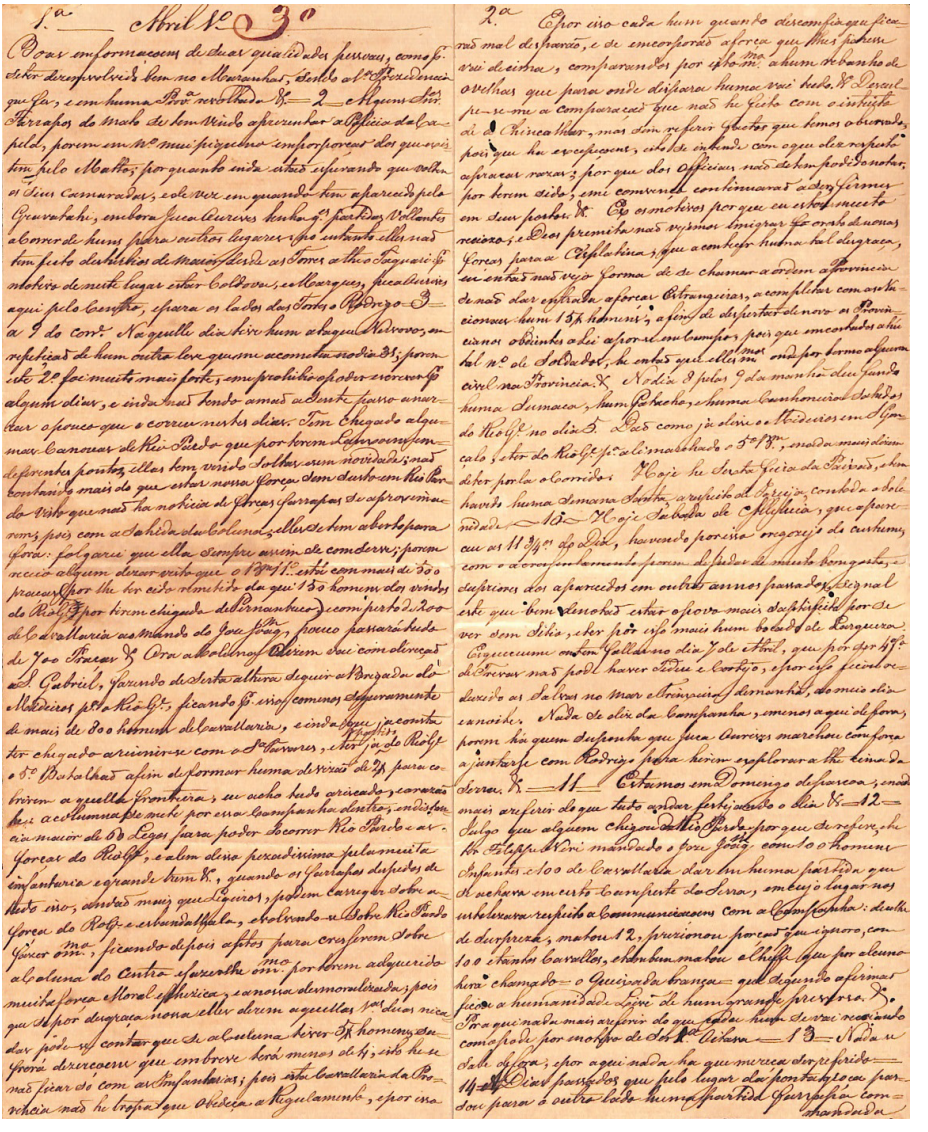
Na Sexta feira 10 de Março dito tomei conta da Pasta dos Negócios do Imperio, dizendo-me o Visconde de Caravellas, que se achava inteiramente encarregado della que não podia espaçar mais essa transmissão, porque S. M. I. na sua partida havia recommendado que m'a entregassem apenas eu chegasse.

Nota: Admirável coincidencia! entrei para o Ministerio do Imperio em dia igual em que dous annos antes tinha tomado posse do Governo da Província!

Em Janeiro deste mesmo anno havia sido escolhido por S. M. I, Senador pela Província de São Paulo.

Em 18 de Outubro do anno de 1825 havia sido despachado com o Título – Do Conselho – de que tirei carta.

Assisitindo (como he pratica) os Ministros d'Estado aos Conselhos d'Estado, posto que não sejão Conselheiros d'Estado, S. M. I. muitas vezes exigio o meu voto; mas principalmente tive essa honra no Conselho d'Estado de 28 de Abril, no qual se tratou dos objectos os mais importantes, e da maior transcendencia, que era a Successão de S M I. à Coroa de Portugal, à qual era chamado pela morte de D. João 6.º S. M. I. deo com antecipação os pontos para discussão, debateo-se fortemente a materia, e por fim se decidio que S. M. I. abdicasse aquella Coroa em sua filha D. Maria da Gloria.



Por intrigas da Inglaterra, movidas nesta Corte pelo Ministro Gordon chegou S. M. I. em Janeiro ou Fevereiro de 1828 a metter em Conselho d'Estado a proposição da entrega da Província Cis-Platina à Buenos Ayres; debateo-se a questão Vi vamente, e todo o Conselho D´Estado (excepto o Marquez de Caravellas) foi de opinião, que se conservasse na União com o Brasil.

Poucas reflexoens sobre o meu Governo na Província de S. Pedro

Desde meados de Maio de 1825 em que chegou a Porto Alegre a noticia da rebellião de Fructuoso Ribeiro, hum momento so não perdi em prover a defesa da Província; veja-se a Carta do Governador das Armas, escrita do Passo do Rosário, a disposição e direcção que dei as Tropas, ao depois que ele sahio e deixou a Fronteira desguarnecida, as divisoens que eu ia fazendo successivamente approximar, à medida que dito Governador as ia puchando, sem a minima atenção a nossa linha ou necessidade de defesa, até que pelas ultimas noticias que eu recebi pelo Tenente Coronel Oliverio Ortiz, e depois da derrota de Sarandi, não sabendo onde parava o General, provi na linha de defesa, distribui os commandos de sorte que quando elle voltou achou gente para o detalhe, o que se verá de hum seu proprio officcio, que simulado como elle veio, pois que he evidente que se elle não achasse Tropas promptas e ja ali postadas, não teria que distribuir, e nem para isso havia antecipado aviso algum porque tinha ido em fuga pelo Uruguay a baixo, estavão interceptadas as communicaçoens, todavia não pode deixar de dar-me louvores (vide officio do Marechal Abreu).

Em todo o periodo do meu Governo eu soffri contradicçoens, gemi debaixo da maior intriga, que tive dados para que tinhão apoio no Ministerio da Guerra, todos os dias recebi insultos e contradicçoens da pessima roda do estupido Governador das Armas Joze d'Abreu, encorajados de cada vez mais veio hum celebre Tota, Official às ordens, imprimio hum Papel contra mim, bem que nada acharão que macular a minha honra; espalhou os Impressos aqui, e levou para a Província, onde os difundio etc. etc.

Depois de tudo larguei a Província ão meu sucessor, sem perder hum palmo de terra, providos os Armazens, guarnecida a Fronteira, tudo pago, 130:000$000 nos Cofres da Junta, e todos contentes comigo.

Novembro de 1826

Nomeado pelo Imperador para O acompanhar na Expedição à Província de São Pedro, sahimos no dia 24 de Novembro de 1826 (vide diario Fluminense Nº 123) chegamos à Santa Catharina no dia 29 de Novembro, e desembarquei da Nao D. Pedro 1º no dia 30: na Quarta feira 6 de Dezembro sahi de Santa Catharina, e ao atravessar para Gurupava estive a ponto de morrer afogado; não foi este o ultimo perigo que corri nesta laboriosa viagem: a 8 de Dezembro cheguei à Laguna, a 11 ao Presidio das Torres; e ultimamente no dia 14 de Dezembro cheguei a Porto Alegre.

He de notar aqui de passagem, que tenho eu proposto à S. M. I. o plano segundo o qual deveria apparecer às Tropas no Rio Grande e Fronteira etc. Houverão pessoas que o desviarão... he huma prova de que os Inglezes

temerão os bons resultados, que o Ministro Inglez Gordon partio immediatamente para Santa Catharina a encontrar-se com S. M. I.

No dia 21 de Dezembro de 1826 pelas tres horas da tarde parti de Porto Alegre de volta para Santa Catharina.

No dia de Natal a tarde cheguei as Torres, e poucas horas depois chegou S. M. I. e ali recebeo a notícia e cartas, que lhe entregou o Marquez de Quexeramibin da morte da Imperatriz.

Na Quarta feira 3 de Janeiro embarquei em a Nao Pedro 1º no porto de Santa Catharina em companhia de Sua Magestade; mas sahimos no dia 4 pelas duas horas da tarde.

No Domingo 14 de Janeiro avistamos o Rio de Janeiro, onde só entramos no dia 15 de Janeiro pela manhã.

Anno de 1827

Deixo à Historia do tempo revellar os motivos, porque apenas aportamos nesta Corte em 15 de Janeiro deste anno, não se tinhão passado muitas horas depois que desembarquei, recebi huma carta de Sua Magestade Imperial para lavrar os Decretos de dimissão dos Quatro Ministros, da Marinha, Fazenda, da Justiça e dos Estrangeiros: ficarão elles visivelmente no Desagrado.

Em fins de Fevereiro Foi Servido Nomear-me hum dos seus Plenipotenciarios para negociar o Tratado de Amizade, Navegação e Commercio com a Grã Bretanha, de quem era Ministro Plenipotenciario Sir Robert Gordon; como se verá do Diploma dos Plenos Poderes – NB. Motivos de Gabinete fizerão que este Tratado não se concluisse vantajoso para o Brasil.

Dias depois entrando a Prussia em igual pretenção, por meio de seu Encarregado de Negócios nesta Corte, fui igualmente nomeado para negociar e tratar, na qualidade de hum dos Plenipotenciarios, hum semelhante Tratado entre o Brasil e a Prussia.

Nesta quadra, alem destes trabalhos incidentes, acumulou-se-me o trabalho, por haver-se-me unido a Pasta da Secretaria da Justiça, pela doença grave do Marquez de Nazareth.

No dia 20 de Fevereiro houve renhida acção entre o Exercito Commandado pelo Alvear, e o nosso pelo Marquez de Barbacena, talvez perdemos pela impericia deste nosso General, que no seu Officio de participação não faz mais que desculpar-se, tratando de cobardes as Tropas do Rio Grande etc. de sorte que para apparecer o Officio em Publico, foi preciso refundi-lo.

Servi interinamente de Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Justiça, por Morte do Marquez de Nazareth, desde principios de Março, até o dia 18 de Maio, em que Sua Magestade Imperial Nomeou para este Emprego o Conde de Valença.

NB: Vide o Decreto desta Incumbencia.

Nesse mesmo dia Sua Magestade Imperial de seu *motu proprio* me Nomeou Conselheiro d'Estado. (Vide o Decreto).

"Decreto – Attendendo ao zelo, intelligencia, e prestimo do Visconde de São Leopoldo, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negócios do Imperio: Hei Por bem Fazer-lhe Mercê de o Nomear Conselheiro d'Estado. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Maio de mil oitocentos e vinte sete, sexto da Independencia e do Imperio. – Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador. – Conde de Lages."

Nomeado por Sua Magestade Imperial hum dos Plenipotenciarios para ajustar à Convenção de Paz e Amizade entre o Imperio e a Republica de Buenos Ayres, na mais critica conjunctura, em que as perdas e desastres erão frequentes por mar, e por terra, concluio-se em 24 de Maio de 1827 da maneira mais honrosa, inesperada, e mais gloriosa em relação as circunstancias, sendo Plenipotenciario por parte de Buenos Ayres D. Manoel Joze Garcia, sujeito que me pareceo mui assirado. — NB: Huma caballa Ingleza fez que se malograsse, e não se ratificasse o Tratado em Buenos Ayres.

Vide a Justificação Impressa em Buenos Ayres por D. Manoel Garcia.

No dia 30 assignou-se o Decreto de Amnistia e Perdão geral aos Rebeldes da Província de Monte Video, cujo Decreto foi feito por mim.

Não teve effeito, por não realizar-se a Paz, pela ratificação do Tratado.

Crescião cada vez mais os insultos, os sarcasmos, que em fins da prorrogação, isto he nos mezes de Outubro e Novembro de 1827 despejava certo Partido atrabiliario da Camara dos Deputados contra os Membros do Ministerio; não soffri mais as intrigas, e obtive a minha Dimissão de Secretario d'Estado por Decreto de 20 de Novembro deste anno.

Actos honrosos durante minha Administração

1.º – A Installação da Academia de Bellas Artes da Capital.

Consta-me que houve quem criticou a Inscripção do Edificio da Academia – Bellarum Artium – alem de que não foi inventada por mim, demais o adjectivo – bellas, a bellum, tem por si a authoridade de Cicero. Vide Magnum Lexicon varios lugares de Cicero.

Dita da Academia Medico Cirurgica da Capital do Rio de Janeiro.

2.º – Os Cursos Juridicos nas cidades de São Paulo e Olinda.

3.º – Abertura de varias Estradas importantes nas Provincias do Imperio etc.

4.º – Providencias dadas para a installação ou criação nesta Corte de hum Observatorio Astronomico, que sobre minha indicação decretou a Assemblea Legislativa.

Vejão-se os Diarios da respectiva Sessão.

Emfim todos os mais actos apparecerão do exame, que se quizer fazer d'essa epocha; tive a satisfação de ver que o Curso Juridico, (O primeiro que levantou a voz para a creação do Curso Juridico, fui eu na Assemblea Constituinte do Brasil, em Sessão de 14 de Junho de 1823 como se verá da minha indicação nos Diários) installou-se effectivamente em São Paulo, com muita pompa, como tenho de huma Carta do Director Arouche.

Ainda depois de dada a minha Dimissão, a poeira dos periodicos, e de certos follicularios, continuou a incommodar-me: era epocha critica, insultava-se até o Monarcha, era desmedida a licença de Imprensa. Como escaparia eu? Tendo sido collocado no lugar o mais ellevado, e o mais ambicionado, contra elle se dirigem todos os tiros; semelhante ao Pinheiro, cujo cimo magestoso domina a floresta, e aparece provocar os furacoens, elle atrahe sobre si os golpes da tempestade.

No dia 24 de Abril de 1828 Nomeou-me Sua Magestade Imperial Secretario do Conselho d'Estado.

NB: Não parecerá menos honrosa a declaração expressa, que Sua Magestade Imperial Mandou lançar no Livro das Actas do Conselho d'Estado (Veja-se dito Livro das Actas, na Sessão de 24 de Abril de 1828) em que em Acta assignada por todos os Conselheiros d'Estado se diz – que sendo mui irregular a forma até aqui praticada, na Escripturação das Deliberaçoens do Conselho, me Nomeou para a redacção das Actas, e guarda dos Livros e papéis a ellas concernentes.

Recebi como huma prova da Imperial Confiança.

Não me he menos consolante à recordação que foi no meu Ministerio que se abrio a Assemblea Geral Legislativa, como prova da minha constitucionalidade por Decreto de 15 de Abril de 1826 criou-se huma nova ordem para marcar a epocha da Independencia, que tinha propugnado para que fosse de Festa Nacional.

Nos primeiros mezes do anno de 1828 mostrando-se Sua Magestade Imperial propenso à fazer a Paz com Buenos Avyres, quaesquer que fossem os sacrificios, e cessoens, assim o propôz em Conselho d'Estado, que una-

nimemente votou, que tivesse o Governo mais confiança e energia, que era notorio o estado deploravel, em que se achava aquella Republica, e pintou então cada hum dos Conselheiros o dezar e os resultados vergonhosos, que se seguirião de receber-mos a ley da parte de huma Republica fraca, a influencia que teria isso na Europa, à pouca segurança que seria de esperar dos Contractos com hum Governo mal consolidado, onde cada dia apparecião mudanças de Governantes, e revoluções etc. etc.

Levantou-se o Conselho d'Estado sem decisão, mas penso que Sua Magestade por via do Ministro Inglez em Buenos Ayres mandou propôr pelo Ministro dos Negocios Extrangeiros Marquez de Aracaty a Convenção de Paz, debaixo da cessão da nossa parte da Província Cisplatina, porquanto vio-se que com effeito vierão Plenipotenciarios de Buenos Ayres, com os quaes se ajustou a Convenção, e do qual só tive especificada notícia quando, convocado o Conselho d'Estado no dia 27 de Agosto de 1828, presentes os três Ministros d'Estado, que forão tambem os Plenipotenciários, vio-se com pasmo no 1.º Artigo, cedia a Província Cisplatina; apezar do que se ponderou em Conselho d'Estado, consta que Sua Magestade ratificou a Convenção.

Vai aqui junto hum Esboço do voto, que então dei por escrito: a posterioridade julgará se a presente he mais vantajosa, que a do anno passado, em que fui Plenipotenciario.

Quando em 1831, achando-me no Rio de Janeiro no exercício de Senador, li em hum dos Numeros do Periodico, intitullado – O Independente – que fazendo-me huma descripção vantajosa da Província do Pará, avançava-se que poderia ter ainda mais prosperado, se o Governo de 1826, que não era nem Brasileiro nem Americano não tivesse obstado a empreza de Navegação por vapor pelo Amazonas, que offerecia huma Companhia de Negociantes Extrangeiros, residentes nos Estados Unidos da America: recommendo que se veja o meu despacho nessa epocha ao requerimento do Procurador.

Por ora não tem lugar – e a resposta que sobre isso dei a Camara dos Deputados; delle bem se poderia colligir que, obrigado pelo Artigo 102 paragr. 15 da Constituição à dispôr com previdente prudencia, todos os meios concernentes à segurança interna e externa do Estado, na forma das attribuiçoens que a mesma Constituição da ao Poder Executivo, eu seria altamente responsavel etc. se) o Governo tinha razoens politicas para espaçar o projecto bem que util; participaçoens Officiaes do nosso Agente Diplomatico nos Estados Unidos prevenião de que ali se tramavão disposiçoens hostis contra o Norte do Brasil, e o successo posterior o justificou na vinda, que a titulo de especulaçoens commerciaes, fez à Pernambuco o filho do P.e Roma, como se verá dos Officios do Presidente da quella Província, e

se acharão na Secretaria d'Estado, além de coincidir com o tempo, em que Bolivar marchava sobre o Perú etc . Portanto não basta condemnar de leve, cumpre ouvir as razoens, principalmente da quelle que à testa dos Negocios, não queria que lhe recahisse a responsabilidade.

Successos do dia 15 de julho de 1831

Em a noite para o dia 15 de Julho marchando por ordem do Commandante das Armas Joze Joaquim de Lima todos os Corpos da 1ª Linha para o Campo de S. Anna, offerecia hum aspecto verdadeiramente hostil; fizerão ao General exigencias Izorbitantes, e com a promessa da concessão dellas recolherão-se a quarteis pelas dez horas da manhã, tendo havido varias mortes, e logo depois de recolhidos, apresentarão ao Governo huma relação de 89 individuos, dos quaes requerião a deportação; nessa tarde convidado o Senado pela Camara dos Deputados, reunirão-se ambas as Camaras no Paço Imperial da Cidade, esteve à Assemblea em Sessão permanente toda essa noite e dias seguintes em que a Cidade esteve no maior alarma, e muita gente despejou a Cidade, e passou para outro lado; (NB: Esquecia-me dizer, que na noite de 15 de Julho os Consules Inglez e Francez offerecerão o desembarque da gente das duas Divisoéns das ditas Naçoens estacionadas neste porto, com o armamento para defender as casas commerciaes dos subditos d'ambas, e abafar a anarquia etc. eu fui hum dos que me oppuz a semelhante medida, que olhei como perigosa etc.) perto da meia noite nomeu-se huma Commissão mixta de Senadores e Deputados da qual fui eu hum dos Membros, para apontar os meios de salvar a Pátria, pois que o Governo se tinha declarado sem força, e sem recursos; e com effeito trabalhou toda a noite, e apontou providencias, que forão abraçadas pelas Camaras; e continuou a Sessão permanente por alguns dias, com interrupçoens etc.

Ha quem diga que pelo choque prematuro entre o Corpo da Polícia e o 3.º Batalhão abortara o plano dos Anarchistas, que ainda não estava bem sasonado, pretendendo destruir tudo, incutindo terror, e por meio della desappareeendo a actual Regencia, e Corpo Legislativo, elleger e installar huma Assemblea Gonstituinte etc. O tempo mostrará os fundamentos e existencia deste Plano, que raiou desde a Revolucção em 7 de Abril etc.

1831. Anecdota particularissima

Referio-me o Marquez de Caravellas que pouco antes dos successos de 7 de Abril, em hum Conselho d'Estado, correndo mais viva a discussão, e com respeito devido dando-se idea que o Imperador tinha dado causa à aquelles males imminentes, instou Sua Magestade Imperial que se explicassem manifestamente, e o Caravellas mostrou os ressentimentos que ha-

vião contra elle; então o Imperador fez huma exposição energica e tocante dos sacrificios que elle tinha feito pelo Brasil, principiando pela morte de seu filho D. João, e concluindo que estava decidido a ir-se, que estimaria que se regessem os felizes etc.

Nota – Os pensamentos nesta pagina achão-se inseridos adiante na minha Justificação a fs. 3.

Veja-se o Papel annexo à esta pagina, no qual estão lançados pensamentos destacados, os quaes pretendo algum dia coordenar, e apresentar em Publico para justificar a circunspecção e madureza com que Arrumei a Minha Missão às Cortes de Lisboa, visto que cada hum dos Deputados Brasileiros pensou e procedeo de vario modo etc.

Recommendo entretanto, que se a morte me surprehender antes que com vagar no meu retiro, eu mostre as razoens de prudencia, que indevidamente se deo o nome de cobardia a que era reflexão, que guiarão meus passos nessa arriscada conjunctura, que se dê o peso que merece esta reflexão – que nessa epocha existia a União do Brasil com Portugal; que pelo menos não era possivel conhecer-se em vinte de Setembro em Portugal o grito de Independencia, que Sua Magestade Imperial levantou em sete desse mesmo mez de Setembro no sitio da Piranga na Província de São Paulo; que a vontade do Brasil não se tinha ainda claramente pronunciado, chegando à Lisboa as noticias confusas rebentando em Minas e São Paulo poderosos Partidos a favor dessa União; e como ainda hoje confessão os Andradas no Nº 338 – Astrea – de 3 de Setembro – que os Deputados que para o Congresso de Lisboa tinhão ido, em virtude dessa União he que forão eleitos, que a tinhão jurado no Acto de Empossamento; e só o Brasil inteiro, e não os Deputados ligados restrictamente ao Mandato, tinhão direito de destruir o que era obra de todos.

Esta a principal razão por que não adoptei o expediente louco de fugir em companhia de 7 Deputados escalados levados cada qual talvez por motivos bem alheios da causa, que pretextavão, não me presumindo com vontade propria em virtude do Mandato, que aceitei; e recommendo que se vejão as clausulas expressas, e mui positivas do meu Diploma ou Procuração, cuja 2ª Via cuidadosamente conservo, por que a 1ª Via apresentei no Congresso de Lisboa, em cujo Arquivo la ficou.

NB: Não tocaria, nem me justificaria do expediente que tomei nas Cortes de Lisboa, não seguindo a Antonio Carlos, se não me houvessem essa como pecha à minha vida publica, na Camara dos Deputados em Sessão de …….. obrigando-me a desenvolver.

Ainda não tendo noticia em Lisboa da Proclamação de Sua Magestade Imperial, em que chamava todos os Brasileiros residentes fora da Pa-

tria, datada de 8 de Janeiro de 1823, eu acudi dentro dos seis mezes, que ella aprazava, porque appareci no Rio de Janeiro em 12 de Maio desse anno: não me foi preciso provar as reiteradas diligencias, que por vezes abortarão, as quaes fiz para abandonar o territorio inimigo e unir à Patria, logo que considerei haver expirado minha Missão; nem valer-me da benigna amplitude, que Sua Magestade na mesma Proclamação deo, quando diz – Todavia não desconheço que alguns motivos ponderosos, e difficuldades suscitadas acintemente por nossos implacaveis inimigos, poderão obstar vossos desejos, e retardar vossa chegada. – Nem era possivel ter della notícia em pouco mais de dous mezes, tendo embarcado em Lisboa em fins de Março, principalmente achando-se interrompidas e alteradas as communicaçoens entre o Brasil e Portugal etc.

Avançou o Periodico – Aurora – em hum de seus Numeros em 1832 que Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada, como Membro e Redactor da Commissão Especial de Negócios do Brasil, no Congresso de Lisboa, foi o que estigmatisou os primeiros esforços, que o Brasil manifestou a favor da sua emancipação etc. (Vide o Parecer dessa Commissão).

Relativamente ao meu procedimento, reflicta-se por momento – que nenhum homem publico pode ser bem julgado, sem que se ajuize sobre as circunstancias, porque elle obrou.

NB: De hum Artigo, publicado modernamente no Correio Official, de Segunda feira 30 de Dezembro de 1833 – Nº 151 – com o titulo – O Sr. Joze Bonifacio, Patriarca da Independencia – demonstra por factos a divergencia que reinava entre o Ministro Andrada, e os principaes motores da Independencia; em 1822, ainda elle respondeo ao Projecto de humas bases, que se lhe apresentarão, para hum Manifesto nesse sentido, ainda elle respondeo – fação o que quizerem na intelligencia de que nem convem appressar, nem impedir a convocação da Assemblea geral – Como discernir em tanta variedade? – Aqui obedeceo-se as circunstancias, por que não era possivel resistir-lhe; e pode dizer-se que os factos encaminhão os homens, e não os homens os factos.

Anno de 1831

No dia 11 de Abril deste anno em Porto Alegre na Escuna – Constante Oliveira – entrei pela barra do Rio de Janeiro no dia 4 de Maio, e tomei assento no Senado no dia 6 deste mesmo mez.

Dous fortissimos motivos me moverão a emprehender esta viagem; primeiro, à titulo de molestia eu tinha deixado de comparecer nas Sessões de 1829 e 1830: em fins dese anno de 1829, ressentido da suspensão do meu Ordenado, eu tinha dado minha dimissão de Conselheiro d'Estado, mas na

Camara dos Senadores era reclamada a minha assistencia, e d'outros ausentes; em segundo lugar, com a falta absoluta de ordenados, com os embaraços da renda dos meus Officios da Alfandega, difficultavão-se cada dia os meios da minha subsistencia; resolvi-me portanto a vir ao Rio, não só para sondar os meios airosos e decentes de livrar-me destas comparencias periodicas no Senado, ao mesmo passo que cumpria com hum dever, do qual ainda me não achava dispensado; mas dilegenceava renovar os obstáculos, que se tinhão opposto à expedição do Alvará de renuncia dos meus Officios, sollicitava a minha aposentação na Carreira de Magistratura, e mais vantagens, que pudesse ganhar etc.

Em viagem no porto do Rio Grande surprehendeo-me a noticia da extraordinaria revolução de 7 de Abril, abdicação de D. Pedro 1.º, e mais successos; hesitei por hum momento, mas com reflexão deliberei-me a proseguir, por que alem do mais, tendo de tomar-se conta da Administração passada, melhor era que eu respondesse de perto; com effeito constou-me que se me preparavão dous pontos de acusação.

Entretanto se aproximou o dia para a elleição da Regencia Permanente, e constava que os Clubs trabalhavão fortemente para a preferencia dos Candidatos, e com tal ardencia que offerecião hum prospecto assustador: dizia-se que pendião huns para o Gervasio de Pernambuco, outro para o partido dos Andradas, na pessoa de Antonio Carlos; outros para o Medico França da Bahia, (que era para servir de automato); outros com o fim da união ião tirar Deputados do Sul, e do Norte; e ninguem se atrevia a lembrar-se de algum Senador, porque erão mal vistos como Aristocratas, e gente do Governo passado.

Em fim aprazou-se por convite da Camara dos Deputados o dia Sexta feira 17 de Junho pelas nove horas da manhã à reunião da Camara do Senado; reunio-se a Assemblea Geral em numero de 124 Membros, à saber, 35 Senadores, e 89 Deputados: divergirão os votos conforme os Partidos acima indicados, preponderando sempre para aquelle, que a final veio a prevalecer, isto he, Francisco de Lima e Silva, Joze da Costa de Carvalho, e João Braulio Muniz; eu ouvi antecipadamente o sentido em que trabalhavão os Clubs para essa elleição, e me decidi à final, e no 3.º escrutinio a votar por este ultimo Partido, na firme convicção, de que era o menos máo, de que por esse modo duraria por mais algum tempo a união das Províncias do Brasil, que todo o mundo previa se destacarem, compondo-se a Regencia de hum natural do Rio de Janeiro, com toda a influencia sobre a Força Armada; Costa Carvalho grande e proprietario da Província de São Paulo, e ali com partido; João Braulio, grande e proprietario da Província do Maranhão, e ali com partido etc.

Declarou-se reunião para o dia seguinte, para aprovar-se a Proclamação da Assemblea Geral.

NB: Depois que pela divergencia na 1.ª Votação, em que só votei conforme minha consciencia, reconheci que era preciso acostar-me à hum Partido; porque segundo a tactica Parlamentar, o que vale hum voto só? he hum voto nullo, e perdido, – são as massas as que decidem e todo o Representante lembre-se, que não deve inutilisar seu voto.

Explicação de apparecerem dous embaixadores para pedirem a mão da imperatriz Amelia

O Imperador D. Pedro 1.º soffrego de obter huma Princeza da Europa para sua Esposa, enviou o Marquez de Barbacena com Carta Branca (como apparece na Defesa do dito Marquez) para negociar esse Contracto; entretanto que elle mendigava, aqui e para ali, malogradas as pretençoens de huma Princeza da Baviera, e d'outra da Sardenha, o Visconde da Pedra Branca, Enviado do Brasil em Paris, pode descobrir disposiçoens favoraveis na Familia do Principe Eugenio, e mandou seu filho natural com esse aviso ao Rio de Janeiro; o Imperador despachou logo o Marquez de São João da Palma dizem que com ordem de cassar todos os Despachos etc. mas o Barbacena penetrando o negocio, apressou-se, apresentou-se em Baviera, prevaleceo-se da Carta Branca, negociou, e com tal presteza, que quando o Marquez de São João da Palma chegou a Londres, ja ali apparece o Barbacena com a Noiva, a Princeza Amelia, figurando como principal Agente deste Negocio, até chegar ao Rio de Janeiro etc. eis decifrado o enigma de dous Embaixadores para o mesmo fim.

Posteriormente veja-se a Exposição do Marquez de Barbacena contra o Imperador D. Pedro 1.º na ocasião em que o dimittio do Ministerio – e hum commentario feito em Londres a esta Exposição, da qual possuo apontamentos, e encerra particularidades, que descortinão o misterio desta epocha – Todavia sobre este desapontamento do Marquez de São João da Palma desejo melhor authenticidade, porque tive esta informação de pessoa particular. (Vejão-se as Memorias offerecidas a Nação Brasileira – Por F. G. da S. – Impressas em Londres.)

NB: Estas particularidades, transmitirão, julgo penderem de critica, e viridica informação – He obra de huma intriga particular, que não merece maior commemoração.

Resta ainda passar pelo crisol da Critica.

(Nota à margem:) Sem effeito por mal averiguado.

Sessão legislativa de 1837

(De Miscelanea)

No Senado, no dia 9 de Agosto do sobredito, à requerimento do Ministro dos Negocios Estrangeiros Montezuma, converteo-se o Senado em Sessão Secreta (havendo ja procedido da mesma forma na Camara dos Deputados), e nella o dito Ministro faz hum quadro melancolico do estado perigoso em que se acha o Brasil, relatando e exhibindo os Officios dos Encarregados de Negócios Brasileiros, em Monte Video e Buenos Ayres, communicando as vistas e pretençoens dos Chefes dos dous Estados; – que vista a impotencia manifesta de não ser capaz de reduzir os rebeldes, que a dous annos Zombavão impunemente das forças do Imperio, estava resolvido o Presidente Oribes, a vir atacar e aniquillar o Fructuoso Ribeiro, onde quer que elle se achasse, entrando mesmo, se lhe fosse preciso para o perseguir, pelo territorio do Imperio etc. e mostrando os Presidentes e Empregados de ambas aquellas Republicas o maior desprezo por este Imperio; coadjuvando visivelmente, e por todos os modos os sediciosos do Rio Grande; em Monte Video se illudirão as reclamaçoens dos nossos Agentes, deixando escapar Corte Real, e outros, à quem se havia dado escapula da Fortaleza de Santa Cruz, e não foi o Onofre porque estava doente, e consta que João Manoel de Lima ate havia estado no Quartel General de Ouribes, Presidente, no centro da Campanha etc. attribue o dito Encarregado Vasconcellos, ao Systema politico, que parece reger aquella Republica, ou de aniquillar a Província de São Pedro, que era sua rival nos mesmos artigos de exportação (carnes, sebos, couros etc.) a ponto de não poder mais entrar em concurrencia no mercado geral, devastando suas fazendas de gado etc. ou livrar-se de huma visinhança poderosa, e que a ameaçava pela divergencia de principios, e systema monarchico representativo.

Proseguio em apresentar hum quadro melancolico do Imperio, invadidas as fronteiras do Pará pelo Governo Francez de Goyana, a fronteira do Mato Grosso etc. ameaçando a fome nossas Províncias ao Norte do Brasil.

Grande responsabilidade pesa sobre os Architectos da revolução de 7 de Abril de 1831, deixando-nos abandonados à huma longa minoridade, da qual se tem aproveitado os ambiciosos.

No fim da Sessão Legislativa, pelas mudanças politicas em 19 de Setembro de 1837, o Ministro dos Negocios Estrangeiros: por Aviso de 26 de Outubro fui nomeado por huma Commissão encarregada de regular os limites do Imperio (vide Aviso) e logo apresentei Memorias a respeito.

Sessão 1839

Na Sessão do sobredito anno apresentou o Senador Lopes Gama hum Projecto para o dote do Casamento da Princeza Imperial D. Januaria, e na renhida discussão, em sessão Secreta, quando era arguido de que o Projecto era precoce, deo elle entre outras razoens, huma intriga que havia, e da qual eslava sciente, de pretendentes diversos à mão da Princeza, por exemplo.

O Infante de Hespanha D. Francisco de Paula, que por via do Negociante fallecido Bachantal, e pela familia da Baroneza de Sorocaba, em cuja casa os Ministros d'Estado entretinhão muita familiaridade, se urdia essa negociação; e por outra parte apparecião Cartas do Principe de Joinville, que Silvestre Pinheiro avisava que se devião acautellar, porque trarião dezar à Nação Brasileira: consta que vinhão copiadas nos Periodicos.

Nessa Sessão exclamou o Marquez de Barbacena – Os Brasileiros passão na Europa por ingratos, e por pouco generosos! (e então elle?) ingratos, pelo que practicarão com o immortal Fundador do Imperio; e pouco generosos, porque na abdicação nenhuma pensão lhe consignarão, ao passo que na França consignou-se huma à Carlos X durante sua vida etc. a mesma pensão para a Imperatriz Viuva, que custou longas e renhidas discussoens. (veja-se o Parecer como Membro da Commissão paragr. 2).

Na Sessão desse anno, formando-se novo Ministerio, ouvi que não chegou a effeito hum que se annunciou, em que o Torres era para o Imperio – o Rego Barros declarou, que não duvidaria ceder a Pasta da Guerra ao Lages, e elle ficaria com a da Marinha, com condiçoens, de que não posso avaliar o fundamento assim não se formou esse Ministerio.

Vejão-se os meus discursos, em que aponto como huma das necessidades o julgamento dos sediciosos, ainda que ausentes, cumpre-se a parte da justiça, e se escusaria que Bento Manoel depois de fazer tanto mal à Província de São Pedro, ainda se contemplasse – Brigadeiro do Exercito Brasileiro etc. (Nota: Este Periodo estava riscado).

Emfim correo esta Sessão a mais infructifera, forão nenhuns os resultados, propondo-se aliás medidas que darião muita utilidade; não tardara a descobrir-se a que tendia huma manifesta atrapalhação, e opposição; este Ministerio foi o peior de quantos o antecederão; verdade he que não he tão escandalosamente immoral e dissoluto, como o Gabinete de 19 de Setembro, mas obra mais dispoticamente, nem ao menos lhe importa apparentar, que salva e respeita os principios de justiça, e obra só segundo suas affeiçoens, e seus interesses; dizem que isso, nascia da influencia maligna do Regente, que frio, egoista e ambicioso, não se tocava dos males dos outros, e não entrava nos seus calculos.

Recebeo-me com a maior dissimulação, quando lhe fallei para o interessar pela minha exposição da indemnisação do Ordenado de Conselheiro de Estado, engrolou-se, até que depois de quatro annos de paliaçoens de diversos requerimentos meus pela Repartição da Fazenda, recorri finalmente em meio desta de 1839 a Camara dos Deputados; no fim desta Sessão, a exemplo de ser Manoel do Nascimento reintegrado no emprego de Inspector da Alfandega do Ceará, lugar que nunca servio, e consta que requerera o ordenado do intervallo, desde que fora destituido, até que foi reintegrado, requeri também a restituição de semelhante emprego na Alfandega do Rio Grande; entreguei a Manoel Als. Branco, hoje reintegrado Dez.or effectivo, o qual tem palliado meu requerimento, e assim fica.

Corre surdamente, que cada hum delles Ministros procura segurar-se, e perpetuar-se nos empregos, apoião-se principalmente nas lojas maçonicas; consta que o Conde de Lages está à testa, como grande Commendador, de huma formidavel loja de mulatos etc. da qual todos tremem: como esperar beneficio de tal gente!

O Brasil tem passado verdadeiramente por huma calamidade pelos diversos Governos, que se tem succedido depois da abdicação do Imperador; estude-se a historia desse periodo – Ministros e Regentes, que desencadeamento de prevaricaçoens vio-se no Ministerio da Guerra de Joze Saturnino Pereira os Postos militares em leilão, e assim os mais com mais ou menos disfarce, e rebusso, sempre porem na bitola das conveniencias, em que só regulavão os merecimentos dos seus pretendentes.

Quando se tratava de derribar o Ministerio de Candido Baptista, e mais sucia, ja no fim da Sessão de 1839, encarregou o Regente a Joze Clemente Pereira de formar hum novo Ministerio, e veio elle fallar-me para o do Imperio: repelli decisivamente eu tinha meditado maduramente e com antecipação, e reconhecido, que eu tinha tudo a perder, e nada a ganhar; sem eu estar experimentado, chamar-me de huma Província longínqua para o Ministerio, e aceitar a minha dimissão de maneira tão honrosa, e deshonra seria se o Regente me dimitisse, como costuma.

1841

Na Quinta feira 18 de Março de 1841 parti de Porto Alegre pelas nove horas da manhã, trazendo em minha companhia meu filho Joze Feliciano para os estudos do Rio de Janeiro, tendo apenas a idade de oito para nove annos; foi bastante terna e dolorosa a separação de sua Mae e Madrinha, mas logo consegui distrai-lo: tendo chegado ao Bio Grande na tarde do dia 26 dito, assisti à horrorosa trevoada e tempestade de saraiva e raios, que cahio pelas nove horas da manhãa de 27 de Março de 1841, que tantos estra-

gos causou nos ancoradouros do Norte e Sul e nas duas povoaçoens do Rio Grande, não soffrendo já d'ali poucas legoas em torno, no Domingo de Ramos 4 de Abril pelas oito horas da manhã largamos do Rio Grande e tivemos optima sahida, mas apanhando algumas calmas nas proximidades do Rio, só entramos pela barra do Rio de Janeiro no dia 15 de Abril pelas duas horas da tarde. Desembarquei no dia seguinte (16) e de tarde fui beijar a Mão à S. M. Imperial, e as Princezas, que me acolheram benignamente.

Segunda Parte

Explicação de alguns factos, os mais notaveis da minha vida publica, escrita no inverno de 1840: Como tinha em fito huma simples noticia confidencial, nunca para ser publicada, vai escrita negligentemente, e como descosida, e da mesma sorte que vai cahindo da pena – Não deve ser communicada: sem ser bem corrigida, e limada.

Interessando a meus filhos a conducta e a reputação illibada de seu pai, propuz-me a deixar-lhes consciênciosamente explicados alguns factos mais notaveis da minha vida pública, escoimando do equivoco, que sobre alguns se tem pretendido lançar.

Da mór parte da minha conducta particular e domestica elles forão testimunhas: e do que decorreo anteriormente aos seus nascimentos, não faltará quem os informe: todavia, entrando escrupulosamente em contas comigo mesmo, passando em resenha o que practiquei, animo-me a dizer com Benjamin Franklin, na carta à seu filho, em que faz exposição de sua vida (The Works of Benjamin Franklin, Volume 1.º), muitas vezes reflicto sobre a dignidade, a que tenho chegado, e a mim mesmo me digo, que se me fosse permittido entrar de novo na carreira da vida, tudo quanto aspiraria demais, seria o privilegio de qualquer autor – o de corrigir na 2.ª edição certos erros da 1.ª, igualmente, se coubesse em minhas faculdades, mudaria alguns triviaes incidentes por outros mais favoráveis.

Antes de entrar em materia, protesto diante do Ceo e da terra, que não me atordôa e fascina o menor sopro de vaidade; sou todo hum milagre da Providencia Divina, que por seus inescrutaveis juizos me ellevou às mais altas Dignidades do Imperio Brasilico, reconhecendo-me eu sem aquelles talentos eminentes, sem aquella ousadia e afouteza, antes em mim acanhamento, as quaes saltão, tomão ascendente, fazem de hum homem o idolo de hum dia, e decidem nas revoluçoens politicas; he por justificar-me, e não por louvar-me que direi alguma cousa, quando for indispensavel, em meu abono; Egoismo tem-se entendido pelo vicio de algumas pessoas, que à todo o proposito, e até sem elle, fallão de si favoravelmente, e entermeão tudo com gabos à si proprios. Tem cahido nesta fraqueza homens respeitá-

veis, Cicero e Miguel Montaigne: pelo contrario, meu fito não he gabar-me, mas seguindo o exemplo do modesto Franklin, offerecer minha vida em lição ao meu filho – posto que nesse deffeito tenhão cahido grandes homens, comtudo se nota como o claro escuro do quadro das outras excellentes qualidades, que tiverão como do Cicero escreve Plutarco na vida deste sublime Orador e Estadista, cujo natural doce gaba, cujos relevantes serviços conta, que enchia de seus proprios louvores seus Escriptos, e por isso seu estillo tão agradável, tão gracioso, tornava-se insuportavel e odioso; e o velho Horacio, no Livro 1.º, Sat. 4 aconselhava que não se alardeie do que cada qual disse, ou fez. – Louvores sejão dados ao Ente Supremo!

Nasci na Villa, hoje Cidade de Santos, na Província de São Paulo, aos 9 de Maio de 1774; forão meus pais, o Snr. Joze Fernandes Martins, e a Snra. D. Thereza de Jesus Pinheiro; aquelle, oriundo de huma familia de proprietarios abastados da Villa de Guimaraens, Província do Minho em Portugal, e que tinha o seu solar na Quinta do Canto, ou Gulpilhaens, nos suburbios da referida Villa, Freguezia de Nossa Senhora da Oliveira (como possuo bem comprovado por documentos authenticos); e o qual por especulaçoens commerciaes passou ao Brasil, e à referida Villa, hoje Cidade de Santos, onde se estabeleceo, cazou, occupou empregos civis e militares, até que morreu no posto de Coronel de Milicias, reformado; e esta descendente de huma familia nobre, que conta huma serie constante de progenitores prestantes, e bons servidores do Estado; no principio do Seculo passado o Capitão Joze d'Almeida Soares, que enviado por D. João V de Portugal, com Patente de Capitão de Infanteria, para formar huma das Companhias, que deveria guarnecer à nova Praça de Santos, assim declarada, o qual cazou no 1.º de Maio de 1708 com D. Marianna Ribeiro d,Andrade; sabe-se de que escolha deveria ser este homem para commissão tão importante, e assim os mais, que por huma serie não interrompida de casamentos, que pode provar-se de assentos authenticos, que possuo.

Fr. Gaspar da Madre Deos, A. das Mem. para a Historia da Capella de São Vicente muito visto em Genealogia da Província de São Paulo, no Extracto Genealógico da minha Província diz e adverte para tirar equívocos, que não se confundão as duas familias, que em Santos há dos mesmos appellidos, que são distinctas e differentes, pois que a familia dos Andradas Ribeiros que entronca em D. Marianna, he mais antiga, como vimos, e data do principio do Seculo passado, e a do Coronel Joze Ribeiro d'Andrada, Pai do Coronel Bonifacio Joze Ribeiro d'Andrada, e Avô do Conselheiro Joze Bonifacio d'Andrada, Antonio Carlos, e Martim Francisco – he mais moderna.

Relativamente a Nota do Genealógico F.º Gaspar da Madre de Deos, sobre meus Ascendentes.

Há duas satisfaçoens preciosas na vida, que he preciso conservar ao homem de bem, o de honrar-se da virtude de seus Antepassados, e a de comprazer-se no de seus descendentes. Não se diga mais – eu sou nobre, porque hum de meus Avós o foi – Mas ao menos que se possa dizer – Meu nome he honroso, porque o Estado sempre recebeo serviços daquelles, que me antecederão; e esse de o ser desde o momento, em que aquelles a quem eu o transmittir, se tornarem inuteis à Patria.

Eis o anathema ou maldição que lhes lanço.

NB: Vejão-se Papeis, e Extracto Geneologico por F.r Gaspar.

Por falta de escolas, depois da extincção dos Jesuitas, jazião abandonadas à ignorância, principalmente as Provincias mais remotas do Brasil, foi minha educação intellectual bastantemente imperfeita; meu pobre Pai, na falta absoluta de escolas conceituadas, preferio, que aprendessemos as primeiras letras pelos seus caixeiros, debaixo de suas vistas immediatas, e o mesmo aconteceo com os meus dous irmaons Antonio Pedro e Joaquim Caetano; colligir-se-ha que deffeitos, e irregularidades aqui se intercallarão.

Nem mais feliz e regular foi o estudo da Grammatica Latina; aprendendo os primeiros rudimentos debaixo do M.e João Floriano, que regia huma unica aula, que d'essa lingua ali havia, mediante certo pagamento dos pais; homem duro, ignorante, e vingativo, que com pessimo methodo dirigia os alumnos, este mesmo convidado por maiores interesses, mudou-se para a Ilha de Santa Catharina; na carencia de quem o substituisse, desperdiçou-se muito tempo, em que andei mendigando liçoens, até que emfim hum Religioso velho Carmelita o P. e M.e Villelar, admittindo ao ensino dous sobrinhos seus, prestou-se também à ensinar-me, a todos por mero obsequio; já hum tanto adeantado na construcção, chegou despachado pela Mesa Censoria de Lisboa hum Professor, natural da Cidade do Porto, Joze Luiz de Moraes e Castro, com o qual me tornei provecto nessa lingua.

Devo entretanto especial gratidão à hum Clerigo Secular, da nobre familia dos Tolledos, das mais distinctas da Província, de nome Joze Xavier de Tolledo, ainda discipulo dos Jesuitas, e havendo entre elles tomado o gráo de Doutor; provido Vigario Collado de Santos, o unico talvez que sabia ali traduzir o Francez, o que então era raro naquelles tempos, conseguintemente tendo mais alguma lição, passava pelo de mais luzes da minha patria e era geralmente estimado, e respeitado; em boa hora entrou em amizade com a minha familia, prestou-se à ensinar-me à traduzir o Francez, e comigo o Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada e o João Nepomuceno, deo-me à ler livros, inspirou-me o habito de ler, e estudar; propondo-se meu pai enviar-me para São Paulo a fazer hum curso de Philosofia Racional e Moral, cuja cadeira pública era regida por hum Clerico Secular o Padre Roque, o bom

Tolledo, comparando as despezas, com que se me assistiria na quella Cidade, e aos poucos creditos daquelle Professor, muito influio pelos seus conselhos, e animação para preferir meu Pai enviar-me antes para Coimbra.

Com effeito meu virtuoso pai, que jamais poupou quantos meios honestos estiverão ao seu alcance para procurar à instrucção de seus filhos, arranjou-me o melhor que pode, embarquei em o bergantim Bellona, de invocação Nossa Senhora Madre de Deos, (note-se a singular coincidencia, de que este navio havia sido construído em Porto Alegre à custa do Estado, e servio na guerra desta Província contra os Hespanhoes em 1774, commandado pelo Tenente do mar Matheus Ignacio da Silveira) vendido depois ao commercio; e larguei de Santos em 2 de Julho de 1792: e cheguei a Lisboa no 1.º de Outubro de 1792: he singularidade, que tanto desta vez, como da que fui em 1822 em Missão às Cortes de Portugal, passei em navios velhos, que apenas descarregados, forão encalhados, e condemnados por inavegáveis.

Recommendado à João Teixeira de Barros, negociante de grosso trato, e opulento da Praça de Lisboa, este me recommendou a Bento Roiz de Macedo negociante abastado de Coimbra, onde cheguei em fins de Outubro, procedi logo à exame de Grammatica Latina, e approvado plenamente nella, matriculei-me no Collegio das Artes na Aula de Filosofia Racional e Moral, Professor o Dr. Joze Marques Vieira.

As acanhadas faculdades de meu pai, cuja fortuna ja então declinava, não me deixarão passar da mais restricta economia, até com precisoens, tendo-se-me arbitrado para subsistencia huma assistencia mensal de nove mil e seiscentos reis, a qual com as matriculas, e mais alguma cousa, no fim de seis annos (pela informação do Guarda Livros do dito meu correspondente João Teixeira, em conta de debito com meu pai), deo huma soma de 1:100$000 rs., da qual tenho indemnisado com usura e centuplicadamente, porque morrendo meu pai mui decahido de fortuna, foi preciso abandonar tudo aos credores, e carregar por muitos annos com toda a familia, até que tomassem destinos, e arranjamento: – no fim do anno lectivo de 1793 fiz exames de Filosophia Racional e Moral, de Rhetorica, e elementos de Geometria, e assim corrente nos preparatorios, matriculei-me em Outubro de 1798 no Curso Juridico.

Preconceitos de familia, possuída de grande religiosidade, de maneira que todos meus Tios maternos erão Eclesiasticos e hum especial acontecimento ião decidindo de meus destinos futuros; foi o acontecimento, que prevenindo meu pai contra a vida militar, olhando-a como pouco vantajosa, como decerto succedia ser no Brasil então colonia, no Governo do Capitão General Bernardo Joze de Lorena, procedendo-se à hum rigoroso recrutamento, não podia meu pai deixar de contribuir com hum, tendo

três filhos varoens; era eu o que me achava na idade competente; ferverão os empenhos ao General para que se fechasse os olhos, e à boa composição, e para colorar a excepção, fui addido aos Officios e serviço divino da Matriz com prima tonsura, usando de hábitos clericaes, sobrepelis, exercendo neste grao Officios nas Festividades, e funçoens ecelesiásticas, com especial complacencia, sobre todos, de minha mai.

Com taes auspicios, com o plano de mais habilitar-me para a profissão ecclesiastica, matriculei-me na Faculdade de Direito Canonico que segui e estudei com alguma distinção entre os condiscipulos, até tomar nella o grao de Bacharel, e o de Formatura, com as formalidades prescriptas nos Estatutos daquella Universidade, em 25 de Junho de 1798, recolhendo-me depois della para Lisboa a solicitar arrumação, em Outubro do referido anno.

Nada ocorreo de mais distincto na minha vida em todo este periodo de seis annos, se não a tibieza para abraçar a profissão ecclesiastica, e por outra parte mais ardor para instruir-me; todavia sendo elleito Bispo de São Paulo D. Matheus Pereira d'Abreu, ainda por prevenção, sollicitei, e obtive delle Reverendas.

Vagando em meio de huma Corte, destituido de proteçoens, não tendo pessoa de valimento que se interessasse por mim, com escassos e mui precarios meios, minha situação era a mais triste, e tinha momentos da maior amargura, como he bem de considerar; ancioso por sahir desta falsa posição, abordava ja a este ja aquelle meio, que se me antolhava.

Neste tempo promptificando-se D. Luiz Rodrigues Villares, natural de São Paulo, para partir para o Bispado da Madeira, para o qual havia sido elleito, offereci-me para qualquer emprego da sua jurisdição, mas elle, ou por que entrasse na sua politica não levar grande clientella, ou porque, apezar do bom acolhimento que me fazia, não lhe desse para bem-fazer-me, deixou-me apenas esperanças remotas.

Encontrando-me hum dia com Antonio Carlos, meu patricio e amigo, que vivia igualmente desarranjado, propôz-me elle que Manoel Jacintho Nogueira da Gama lhe comettera o partido de entrar por Collaborador em hum estabellecimento Literario e Typographico, que junto à Arroyos, no sitio denominado – Arco do Cego – em huma Quinta do Manique, se hia assentar, debaixo da protecção immediata do Ministro e Secretario d'Estado d'Ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho achando-se à testa do Estabelecimento o Padre Manoel Francisco Joze Marianno da Conceição Velloso, Natural de Minas Geraes, Religioso Capucho do Rio de Janeiro, e na qualidade de Naturalista Pensionario do Estado era encarregado de procurar companheiro, se eu queria adherir? as vantagens, que por ora se nos offerecião,

erão casa e meza, dar-mo-nos a conhecer, e para o futuro, esperanças da protecção do Ministro, que influiria em a nossa sorte, tendo à nosso cargo a traducção das obras de que nos incumbissem, principalmente das linguas Franceza, e Ingleza, que ambos conheciamos: para quem nada tinha, era de aceitar logo, entrei pois para os taes trabalhos litterarios, e no 1.º de Agosto de 1799 mudei-me para a dita Quinta do Manique, collaborando na publicação das Traducçoens, até 20 de Junho de 1801.

Felizmente o exito correspondeo à minhas esperanças; em boa harmonia despedi-me do Padre Manoel Velloso em o dito 20 de Junho de 1801, tendo sido despachado pelo dito Ministro D. Rodrigo de Souza – para criar huma Alfandega nas Capitanias do Rio Grande do Sul, e llha de Santa Catharina, com Mercê da Serventia Vitalicia de Juis della, por Decreto de 15 de Julho de 1800 – para segurar minha subsistencia, emquanto não fosse criada aquella Alfandega, fui despachado por Decreto de 1.º de Junho de 1801 Auditor de todos os Regimentos da mesma Capitania do Rio Grande, de que se me passou Patente; e em atenção aos serviços, que ia fazer, condecorou-me com o – Habito de Christo – por Decreto de 7 de Junho de 1801.

O Governo do Rio Grande de São Pedro era então sobordinado ao Vice Rei do Rio de Janeiro, e portanto indispensavel foi que viesse directamente ao Rio para receber o cumpra-se; e as Instrucçoens do então Vice Rei D. Fernando Joze de Portugal, a esta Cidade cheguei em 21 de Dezembro de 1801, dando à vella de Lisboa em 10 de Novembro antecedente.

A criação da Alfandega no Rio Grande hia de encontro aos interesses da Praça do Rio; os negociantes desta acostumados a olharem os do Rio Grande como seus caixeiros, e o Rio Grande como huma colonia para onde remettião o sobejo dos seus generos e fazendas, e até contrabandos, porque à entrada ou importação aqui era franca, e sem Estação que fiscalizasse, pronunciarão-se na mais decidida opposição, e entravão simuladamente nella os empregados na Alfandega daquella Cidade, que receavão e antevião diminuição nos seus reditos, levantou-se hum partido tão forte, que affincadamente e por todos os meios e pretextos impugnou até na occasião em que por ordem terminante do Ministro da Fazenda se executou em 1804, e a Junta da Fazenda Provincial tomando hum tom mais decidido acalmou os negociantes do Rio Grande, que soprados pelos do Rio Janeiro, derão o plano por inexequivel, perigoso, ao ponto de excitar huma commoção etc. não he para aqui a historia deste estabelecimento, que havia sido apontado e reclamado annos antes pelos Governadores e Officio do Vice Rei, como hum dos recursos para a renda deste pais, por Informaçoens há muitos annos, dos Governadores, e por fim se criou huma Alfandega em Porto Alegre, e hum consullado no Rio Grande.

(Nota à margem:) – Nesta interessada relutancia dos negociantes vio-se o que ja havia notado Camoens

"Não he muito, Senhor, se o moderado

"Governo se blasphema, e se desama,

"Porque o povo à larguras costumado,

"A lei serena e justa, dura chama."

A realisação deste projecto das Alfandegas nesta Provincia depois de oscillaçoens e debates, abrio hum manancial de rendimento para ella, e à mim me segurou e garantio meios de subsistencia: minha administração neste cargo foi regular.

Dous mezes depois da minha chegada a esta cidade de Porto Alegre, na qual desembarquei em 5 de Dezembro de 1802; Chegou nos Últimos dias de Janeiro de 1808 o novo Governador o Chefe da Esquadra Paulo Joze da Silva Gama, a quem foi dirigida a Carta Regia de 14 de Junho de 1802 na qual se lhe comettia a fundação de huma Junta da Administração da Fazenda Publica desta Capitania, em conformidade da qual fui eu eleito Deputado Procurador da Coroa e Fiscal da Fazenda, e já então com três votos, fui nomeado o Deputado Thesoureiro.

Durante os cinco primeiros mezes do sobredito anno de 1802, que me demorei no Rio para as conferencias e instrucçoens sobre o Estabelecimento das Alfandegas, de que tinha vindo nomeado Juis, por não estar occioso do serviço, nomeou-me o Vice Rei D. Fernando Auditor da Esquadra do Commando de Campebell (Portaria annexa à minha Justificação de Serviços).

Mudada e transferida a Sede da Monarchia Porlugueza para o Rio em 1808 fui graduado no Predicamento de Correição Ordinário, e em Dezembro de 1811, no baptisado do Infante D. Sebastião, com o Predicamento de Primeiro Banco, e Beca Honoraria (Alvarás annexos aos meus Serviços, já apontados).

Na qualidade de Auditor, tinha sido por consulta do Conselho Supremo Militar graduado no Posto de Tenente Coronel; por Decreto em 1811 fui graduado em Coronel (Patentes annexas à minha sobredita Justificação de Serviços), em 1812 recebi ordem do General em Chefe D. Diogo de Souza para reunir-me ao Exercito, atravessei entre muitos riscos a Campanha por S. Thereza, até que chegando à – Pando – junto à Monte Video, recebi ordem para regressar (Veja-se o meu Diario).

Depois dessa Campanha do Exercito Pacificador, que terminou por hum Armisticio, recolheo-se elle da Cisplatina, e por Carta Regia de 17 de Setembro de 1813, levantou-se huma Commissão Militar, presidida pelo Ca-

pitão General e composta de tres Magistrados, e tres Militares mais graduados, da qual expressamente vim eu nomeado hum dos Vogaes Magistrados na qual forão julgados os implicados em rebellião na quella Campanha.

Fui tambem posilivamente nomeado Vogal permanente da Junta de Justiça, mandada criar na mesma Capitania por Carta Regia de dezenove de Julho de 1816 para nella se Julgarem breve e summariamente os,Reos de todos e quaesquer crimes à excepção do de Lesa Magestade salvo os Eccelesiasticos e Militares, que gozassem o privilegio do Foro. (vide Cartas Regias).

Epocha desde 1821

Nada occorreo de mais notavel na minha vida publica neste periodo até o anno de 1821; neste anno fez echo no Brasil a revolução de Portugal, e foi proclamado no Rio de Janeiro o Systema Constitucional.

Procedeo-se à Elleição dos Representantes do Brasil para o Congresso de Lisboa, e fui elleito Deputado pela Província do meu Nascimento (São Paulo).

Transportei-me daqui para o Rio de Janeiro (Vide a Fs. 1 deste Livro).

No dia 12 de Abril de 1822, com setenta e seis dias de viagem, em que passei por grande risco de naufragio, cheguei à Lisboa, e por motivos, só no dia 27 de Abril dei juramento e tomei assento nelle; não he para aqui o tratar os sacrificios, e os serviços, que fiz ao Brasil: tomei parte em todas as discussoens sobre assumptos que lhe erão relativos, para o mais importante, o de regularem-se as relaçoens politicas entre o Brasil e Portugal, fui escolhido para Membro da Commissão especial encarregada de formar competentes Artigos Addicionaes à Constituição, apresentei-os na qualidade de Relator, sustentei-os quanto em mim coube, como apparece da Collecção dos Diarios daquelle Congresso, Tomo VI à fs. 567 e fs. 675, – por fim cahirão na votação mas como resistir à facção dominadora?

Cabe aqui ajuntar o juizo de hum Escritor Portuguez, biographo de Joze Ferreira Borges, Deputado igualmente nesse Congresso Constituinte, especialmente sobre este topico, quando se achavão mais calmas as rivalidades – "Huma das questoens mui interessantes, em que as paixoens se acharão em acção e reacção com toda sua energia e vehemencia, foi a das Relaçoens Politicas com o Brasil (vejão-se nos Diarios das Cortes a apresentação por mim dos Artigos Addicionaes) tormentosas forão nessa epocha as Sessoens das Cortes, principalmente quando o objecto da discussão versava sobre as Relaçõens Políticas com o Brasil, os Deputados desta parte da Monarchia forcejavão por obter huma como separação legal, entretanto que os

Deputados do Reino de Portugal sustentavão com dignidade a integridade da Monarchia: O artificio e o genio da Independencia transluzião nos discursos daquelles, habil e eloquentemente concertados; era preciso rebate-los vigorosamente, e cumpre dizer, que nesta discussão interessantissima brilha d'huma e outra parte a eloquencia, e a erudição etc."

Depois desta derrota os debates concernentes a negocios do Brasil, corrião, não com a frieza propria à descobrir a verdade, mas com rancor, e acrimonia, verdadeiramente própria do choque das paixoens; esta effervescencia subia a proporção que se aproximava o tempo da Assignatura e juramento da Constituição, tal qual tinha sido votada pelas Cortes Constituintes de Lisboa.

Depois de longas e maduras ponderaçõens, decidi-me à dar hum passo seguindo só o grito da minha consciencia, sem arrastar ninguem, e para que não ficasse equivoco; se eu tinha obrado por concomitancia, como se pretendeo inculcar (ainda na Sessão de 1839 na Assemblea Legislativa do Brasil, por occasião de haver apresentado os Artigos Addicionaes no Congresso de Lisboa como Relator da Commissão) sem cobrir-me com as grandes capacidades, apresentei no Congresso a Indicação por escripto, ou mais antes declaração solemne – Não denominei – Protesto – porque pareceo-me muito assezada a opinião de Mirabeau na Assemblea Constituinte da França "qu'il etait etrange, qu'on protestait dans Assemblée contre l´Assemblée: quil fallait, ou reconaitre la souveraineté, ou se retirer." – da dúvida de assignar e jurar a Constituição da sorte, que se achava coordenada, e cuja minha declaração he datada de 14 de Setembro de 1822, (Diario das Cortes – Tomo VII página 433) à qual ao depois adherirão, e fizerão causa eommum os meus Collegas Deputados pela mesma Provincia, Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada, Joze Ricardo da Costa Aguiar, e Antonio Manoel Souza Bueno (idem à fs. 452) sustentada logo por mim, e à fs. 524 Tomo VII, quando appareceo o Parecer da Commissão de Constituição, à que havia sido remettida, depois de viva e dura discussão, posta a votos, foi regeitada por grande maioridade, até de Deputados Brasileiros, a fs. 539.

Em tal aperto, fizemos algumas reunioens de Deputados Brasileiros, nellas tudo era vacillação e incertezas, nada de conselho e prudente reflexão, vião-se de quando em quando as rajadas fortes de poucos, decididos à fugirem, mas sem dar Causa, que quadrasse aos outros para os acompanharem: emfim verificarão a fuga, partindo no Paquete para Inglaterra no dia 6 de Outubro desse anno: posteriormente se reconheceo, que em verdade, não se votarão ao bem publico, mas obrarão por vistas particulares – Antonio Carlos que fazia mais vulto, era ha muito, chamado pelo Príncipe Regente para formar hum triumvirato Ministerial, pela influencia de seus

dous irmaons Joze Bonifacio e Martin Francisco, então no Poder, e no auge da privança; Joze Ricardo seu sobrinho e o nullo Bueno compunhão sua clientella; Feijó e Barata, sempre propensos por caracter a empresas arrojadas, e precipitadas; e Lino Coutinho, a quem era o único expediente que lhe restava, para sahir do compromettimento de humas Cartas incendiarias, escriptas para a Bahia, e que lhe forão interceptadas.

Depois desta divergencia, e defecção de quasi toda a Representação da Provincia de São Paulo, della restava eu só no Congresso (porque o Deputado Vergueiro, com alguma antecipação, e com licença, se havia retirado para o lugar do seu nascimento, em Val de Porcas, na Província de Tras-os-Montes, donde em observação, e fora dos choques parlamentares da crise, tinha facil e segura escapada, e ali se conservou até o fim da Scena, e do Porto voltou para o Brasil) isolado, abandonado à mim mesmo, minha posição era melancólica: rodeado de mil pungentes cuidados e cogitaçoens, ouvindo a cada passo aterradores boatos à medida que se apropinquava o dia aprazado para a assignatura da Constituição, recolhendo-me à mim, com o coração em Deos, e no maior bem da Patria, entrei em contas com minha razão; pesei maduramente: Fundamento 1.º – Os poderes outorgados expressamente no Diploma exarado na Junta Elleitoral de São Paulo, com o qual me apresentei e fui admittido ao Congresso de Lisboa, erão para que com os mais Deputados das Cortes como representantes da Nação Portugueza, pudessem proceder à organisação da Constituição Politica desta Monarchia, mantida a Religião Catholica Apostolica Romana, e a Dinastia da Serenissima Casa de Bragança, tomando por bases fundamentaes as já feitas e juradas pelas Cortes de Lisboa (huma das quaes era a 16.ª Sessão 2.ª– "A Nação Portugueza he a união de todos os Portuguezes de ambos os hemisferios").

E que os outorgantes se obrigavão por si, e em nome de todos os moradores desta Província, em virtude das faculdades que lhes são concedidas, como Eleitores para este fim nomeados, à ter por firme e valioso, obedecer, cumprir e guardar tudo quanto os ditos Deputados das Cortes fizerem, e por elles for decidido.

He sobre esta clausula terminante, propriamente hum juramento previo, com que antecipadamente nos ligarão nossos Mandatarios, que estribarão os Oradores, que no Congresso combaterão minha Indicação, com os nossos Diplomas em mão.

2.º Fundamento: Annos depois o mesmo Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada, com o excellente descernimento, que ninguem lhe contesta, mostrou-se unisono com a minha sobredita conclusão, e que na quelle tempo talvez por circunstancias divergia, e tomou tão dezairoso expediente.

Na polemica que sustentou com Evaristo Ferreira da Veiga, Redactor do Periodico – Aurora – exprobando-lhe este hum dos Números em 1832 – que Andrada, como Membro e Relator da Commissão Especial dos Negócios do Brasil, no Congresso de Lisboa, foi quem estygmatisou os primeiros esforços que o mesmo Brasil manifestou à favor da sua emancipação (veja-se o respectivo Parecer da Commissão) ao que o Andrada victoriosamente respondeo no Periodico – Astrêa – Numero 338, concluindo que os Deputados, que para o Congresso de Lisboa tinhão ido, em virtude dessa União he que forão eleitos, que a tinhão jurado no Acto da Posse, e só o Brasil inteiro, e não os Deputados a arbítrio, tinha o direito de destruir o que era obra de todos.

Tanto as paixoens, e as circunstancias fascinão o homem o mais bem intencionado e tanto varião as opinioens.

3.º Fundamento: O Governo Provisorio da Provincia de São Paulo nas – Lembranças e Apontamentos para os seus Deputados – datadas em São Paulo a 9 de Outubro de 1821, e mandadas publicar e imprimir no Rio de Janeiro por Ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil, à instancias dos mesmos Deputados, por Portaria de 3 de Novembro no sobredito anno (de que conservo hum exemplar Impresso) assim recommenda, e se exprime no Capitulo Primeiro com o Título – Negocios da União – paragr. 1.º integridade e indivisibilidade do Reino Unido; declarando-se que as nossas actuaes Possessoens em ambos os Hemisferios serão mantidas e defendidas contra qualquer força externa que as pretender atacar ou separar.

O mesmo Principe Regente ao despedir-me para embarcar para a minha Missão em fins de Janeiro de 1822, quando já vislumbravão desconfianças entre os dous Reinos, tinha havido o motim e sublevação da Tropa ao mando General Avilez, e chegado de São Paulo a Deputação de Joze Bonifacio, e mais dous membros, ainda me recommendou mui positivamente a mantença da União entre o Brasil, e Portugal: como pois arriscar de leve a cortar esses inculcados laços!

4.º Fundamento: Os protestos, e juramento, da forma mais extraordinaria, do Principe Regente do Brasil: em Carta de 4 de Outubro de 1821, aqual ouvi ler, remettida pelo Rei, em Sessão publica do Congresso, e por Ordem delle impressa – na Collecção das Cartas, e mais Peças Officiaes, dirigidas à Sua Magestade o Sr. D. João VI, pelo Principe Regente o Sr. D. Pedro de Alcantara – Lisboa 1822.

São terminantes suas expressoens – "A Independencia tem se querido cobrir comigo, e com a Tropa, com nenhum conseguio, nem conseguirá, porque a minha honra, e a della he maior que todo o Brasil; querião-me, e dizem que me querem aclamar Imperador; protesto a Vossa Magestade,

que nunca serei perjuro, que nunca lhe serei falso, e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu, e todos os Portuguezes estarem feitos em postas: he o que juro a Vossa Magestade escrevendo nesta com o meu sangue estas seguintes palavras, – juro sempre ser fiel a V. Magestade, e à Nação e à Constituição Portugueza."

À mudança e variação, hum anno depois, de propositos, que parecião tão firmes, forão sem duvida effeitos da ingratidão, do menos respeito, e dos mal entendidos rigores e predominio dos corifeos do Congresso para com o Principe, que em resultado fizerão a ventura do Brasil.

5.º Fundamento: Desafião curiosidades os argumentos pró e contra, que se produzirão nas duras e renhidas discussoens, nas Sessoens de 20, 21 e 22 de Setembro de 1822 ((Tomo 7) na qual a votação rejeitou as duas Indicaçõens; entre todos ferio o ponto o Deputado Trigoso, com o seu reconhecido juizo, impugnando-me à fs. 527 em especial com a sua costumada moderação, no dilemma seguinte – "se (os Deputados dissensientes) não assignão, e as Províncias acalmando a primeira effervescencia, querem pertencer Unidas a Portugal, e mandão Deputados para as novas Cortes, que conta darão os Srs. Deputados aos seus Constituintes da Commissão, que estes lhes derão? Se porem as Províncias ficão separadas, e proclamão a absoluta independencia de Portugal, elles podem dizer confiadamente aos seus constituintes, que não podião deixar de usar das suas procuraçõens, que lhes davão hum direito certo, que não podião reputar revogadas por alguns rumores vagos, mas só por outro acto solemne, emanado dos povos."

Em verdade a Nação Brasileira tem o direito de perguntar a esses Deputados, que figurão, se pesarão as consequencias funestas, que poderia ter esse arrojado expediente? no caso de affirmativa a Nação tem todo o jus de queixar-se desses Deputados; dir-lhes-ha – Vos não hereis representantes de hum Partido, hereis representantes do Brasil inteiro; devieis ter em fito só os seus interesses, segundo os poderes outorgados nos vossos Diplomas de Procuração.

Occorrião circunstancias assas attendiveis: por estes dias de juramento dessa Constituição divulgavão-se boatos desagradaveis, que ao depois achei pela mór parte certos, bem que terminarão favoravelmente; divulgou-se que o Brasil achava-se retalhado em Facçoens – O Pará e o Maranhão adherentes à Portugal; Pernambuco na marcha equivoca do seu Gervasio Pires Ferreira; Bahia, debaixo das Armas dos Luzitanos; em São Paulo rebentando Partidos (veja-se a Devassa sobre o movimento atribuido ao Tenente Coronel Francisco Ignacio); em Minas Geraes embaraçando-se, à força declarada à entrada do Principe Regente na Capital da Província, o que deo serios cuidados à todos quantos o acompanhavão, como me attes-

tou o Visconde de Caethé, e o Visconde de Congonhas do Campo; e athe na mesma cidade do Rio de Janeiro havião fortes receios de conspiraçõens, à testa de huma das quaes dizia-se achar-se Rodrigo Pinto Guedes etc. reflectindo por outro lado, que o juramento não he huma obrigação, mas huma garantia de obrigação; que elle cessa de ser hum laço, se o empenho cessa de ser exigivel: que elle he nullo, se não he prestado com hum consentimento livre; he então o juramento que exige o salteador de estrada ao Viandante: em os dias seguintes à rejeição da minha Indicação deixei de comparecer no Congresso, como em signal do meu anojo, e no silencio tomei a deliberação decisiva – de que qualquer que fosse, louvor ou desprazer, que produzisse no Brasil a assignatura de hum acto, feito em nome, e conforme as clausulas expressas do Mandato dos Povos meus Constituintes, era eu obrigado à ceder à outra consideração de maior monta, deduzida da constancia, com que ao varão virtuoso, nas crises arriscadas, cumpre seguir o seu dever, sem recear o modo porque será avaliado o seu procedimento; taes considerações levarão-me ao desfecho, que apresenta a Sessão de 25 de Setembro (Diario das Cortes Tomo 7 pagina 554): resisti e capitulei só na extremidade circunscripto, e limitado e se continuei à comparecer, à hum profundo silencio, e como diz Daunou, hum silencio forçado he huma protestação antes, do que hum consentimento: o verdadeiro merecimento consiste no exercicio do seu dever, até ordem em contrario – como opina Martens, Manual Diplomat. a fs. 52 (nota 3).

Nota: Em Politica – os resultados he que justificão os meios – huma opinião exagerada não he a melhor, mas aquella que dicta a prudencia, com attenção e incerteza de circunstancias etc.

Os que não poderão recusar-me a pequena lauréola, de ser eu o primeiro, que em pública Sessão animei-me, com menos dissimulação do que Franklin em crise identica na barra do Parlamento Inglez, à imprimir hum ferrete de reprovação sobre huma Constituição, que não me parecia digna do Brasil, conspirarão por todos os modos para offusca-la ao menos, accusou-se o partido, e a fuga precipitada, e com violação das leis politicas dos representantes, que na França revolucionada foi mal-olhada (Historia da Revolução Franceza), no Rio de Janeiro recebeo applausos; atribuio-se o medo o que era o fruto de maduras reflexoens, espalhou-se que toda a Província de São Paulo se mostrava offendida da minha conducta, mas os Partidos avalião os objectos conforme as côres do prisma, atravez o qual os observão, e tu, Patria, és justa, minha boa fé, e juizo na posterioriade abonas: ainda antes de terminarem os seis mezes, aprazados no Edital do Imperador para se recolherem os Brasileiros Existentes em Portugal, cheguei ao Rio de Janeiro no dia 12 de Maio de 1823 (vejão-se minhas notas retro neste mesmo livro à fs. 8 – 1822), e no seguinte dia 13 de Maio de 1823 desem-

barquei, e de tarde fui ao Paço de São Christovão beijar a Mão do Imperador, que me recebeo benignamente, tanto que pedindo-lhe faculdades para publicar a Justificação da minha conducta politica no Congresso de Lisboa, respondeo-me, que não a concedia por ser esccusada; d'ali parti para o Ministro do Imperio, Joze Bonifacio, que me acolheo com affabilidade.

Esvaecidas as sombras, que pretenderão lançar-me ao longe e durante a minha ausencia, achei-me na minha volta condecorado com a commenda da Ordem do Cruzeiro, com que me havia contemplado o Imperador no dia da sua Coroação; e elleito Deputado para a Assemblea Legislativa Constituinte por duas Províncias, pela da minha naturalidade (São Paulo), e pela do meu domicilio (Rio Grande de São Pedro); preferi esta, e (dissolvidas ligeiras duvidas, segundo me consta, na Commissão de Poderes), e chamado, pela Meza à 24 de Maio tomei posse e assento nella por parte da Província de São Pedro do Sul.

Releve-se o ter eu insistido, e explanado tão longamente este successo da minha vida política; a isso fui provocado, e desafiado, quando cuidei que se tinhão envolvido no veo do esquecimento bravatas, e idéas exageradas, só proprias do tempo de revolucção, vejo que ainda se faz dellas commemoração honrosa, dezesete annos depois; meu velho amigo (Andrada Machado) de cujo affecto e sympathias a meu respeito não devo duvidar, ainda em 1839, na Sessão da Camara dos Deputados de 12 de Outubro, revocou em duvida o acerto da prudente media que guardei, e pareceo blazonar da acção arriscada, a que meia duzia apenas de Deputados ousou abalançar-se.

Ainda mais se deixa entrever isto na Sessão da Camara dos Deputados de 15 de Outubro de 1840, em que o Sr. Andrada Machado pede a palavra, só para resalvar seu sobrinho o Conselheiro Joze Ricardo, afim de não ficar confundido no meu procedimento, como se já fosse liquido, qual dos dous acertou, e cumprio seu dever, na divergencia de opinião, e de que lado estava a razão, e o descernimento.

Nada de mais extraordinario occorreo relativamente à mim nas Sessoens da Assemblea Constituinte a qual, logo depois da minha posse, dava-me provas de conceito e confiança nomeando-me amiudadas vezes para Secretario: nada, digo, demais extraordinario, à excepção da moção que levantei na Sessão de 14 de Junho de 1823, para se criar huma Universidade, ou Curso de Sciencias Juridicas, ou Sociaes no Brasil; à intima convicção, em que estava, e ainda estou de que era o maior beneficio que se poderia fazer ao meu pais, era difundir instrucção para formar-lhe os costumes, induzio-me a fazer a Proposição, que ao depois foi desenvolvida e ampliada nos diversos tramites, pelos quaes foi passando, seguida e sustentada

constantemente por mim (veja-se Diario da Camara dos Senadores do Imperio do Brasil – Sessão de 22 de Maio de 1827 página 110), até permittir a Providencia, que aquelle que tinha levantado a Moção, fosse o mesmo que referendasse, na qualidade já de Ministro e Secretario d'Estado do Imperio, a Carta de Lei de onze de Agosto de 1827, que criou os Cursos Juridicos no Brasil, que deo todas as providencias para a relação, e chegou com effeito a ver, e a lograr essa consolação de ser aberto o Curso Juridico em São Paulo no 1.º de Março de 1828, entre as acclamaçoens e festas daquella cidade (vide Carta do primeiro Director daquelle Curso o Tenente General Joze Aronuche de Toledo Rendon, datada de 8 desse mez de Março, que conservo no meu Gabinete), e perdôe-se-me por esta vez o desabafo – he o meu titulo de recommendação para com a Patria.

Não havião muitos mezes, que trabalhava à Assemblea constituinte, e ja o genio do mal tinha introduzido e disseminado nella discordia, vingança, e rancores, até que no dia 10 de Novembro de 1823 tornou-se mais calorosa a Sessão, por occasião da queixa pelo insulto de humas pancadas dadas por dous officiaes Militares Portuguezes no Boticario Pamplona: não me pertence girar a historia desta crise, tocarei singelamente que os animos se exacerbarão de maneira que a Assemblea tornou-se permanente desde terça feira 11 de Novembro até que no dia seguinte 12 do mesmo, pela huma hora da tarde, huma Brigada de Cavallaria e Artilharia, que marchou do Campo de São Christovão, circulou a Assemblea, e o Coronel Joze Manoel de Moraes subio à apresentar à Assemblea o Decreto, pelo qual o Imperador dissolvia a Assemblea, e ao mesmo passo promettia convocar outra (vejão-se esses Decretos – no Diario do Governo – N.º 115 – Sabbado, 15 de Novembro, 12 e 13 do mesmo mez de 1823) sahimos da casa entre fileiras de soldados e na sahida dos Deputados forão dizimados alguns, entre elles os tres irmaons Andradas, o Padre Belchior Pinheiro Montezuma, e Rocha, levados d'ali para a Fortaleza da Lage, e deportados para Havre de Grace etc.

Durante a Sessão permanente, que ja não era duvidoso qual o desfecho, alguns Deputados mais cautelosos se forão evadido: eu coherente, neste espinhoso ensejo, com a conducta que havia observado no Congresso de Lisboa, e votado a todo e qualquer evento, me conservei como outro Papirio na sua curul no Senado Romano, firme até o momento da dissolução sem todavia alardear, e cumprindo exactamente meus deveres.

Este desfecho foi muito forte para não abalar e fazer estremecer o nosso ainda novo edificio social, e fizerão-se grassar vehementes suspeitas sobre a constitucionalidade do Imperador, e sobretudo receava-se que as Províncias, desconfiando, se separassem do centro; remediou o Imperador nomeando pessoas de sua confiança e de reconhecida prudencia para Pre-

sidentes das Províncias, na conformidade da Carta de Lei de 20 de Outubro de 1823, e fui eu incumbido da Presidencia da Província de São Pedro, por Carta Imperial, datada de 25 de Novembro de 1823, e dei juramento nas Maons do Imperador aos 23 de Janeiro seguinte.

Partindo para o meu destino por via de Santa Catharina, observando para meu futuro regimen todo este transito por terra, cheguei à Porto Alegre à 26 de Fevereiro pelas dez horas da noite; e no dia 8 de Maio seguinte de 1824 tomei posse do Governo na Camara desta Cidade.

Não cabe que seja eu o que relate aqui o bem que servi esse emprego: tocarei simplesmente de passagem, que mantive à paz e a ordem no interior da Província, e apezar dos cuidados que me dava, e das enormes despezas à que me obrigou a insurreição, que de improviso rebentou na Província Cisplatina em Abril de 1825, necessitada essa Província à acudir em sua propria defesa, (cuja historia terá lugar próprio), não transcurei a administração, e em promover por todos os meios a prosperidade e augmento da Província que me fora confiada, deixando para eterno padrão, a – Colonia Allemã de São Leopoldo, – na margem do Rio dos Sinos, à qual fui pessoalmente dispôr, e arranjar as familias estrangeiras, e assignar sítio mais adaptado para a povoação (bem que hum dos meus sucessores mudasse para lugar improprio, no sitio denominado – da Olaria, – que he alagadisso nas cheias;) e corri todo o campo d'alem e d'aquem do rio dos Sinos, nos dias 13, 14 e 15 de Dezembro de 1824, deixando as instrucçoens ao Inspector interino; politicamente olhando, esta funcção trouxe ainda hum proveito mediato à Capital; removeo-se d'ali e tão contiguo à ella, hum estabellecimento de negros, perversos e depravados em costumes, que à pouco havião sacrificado hum administrador ou inspector, em numero de mais de trezentos, e que deveria ir em progressão, rodeada de matas intermináveis, que serviria de couto aos escravos da povoação e fazendas circumvisinhas, e que ha trinta annos mal correspondia aos fins, para que tinha sido criada: hoje util e proveitosa; etc. (veja-se o meu officio de 25 de Outubro de 1825 em que recommendava ao Inspector da Colonia a erecção de huma Ermida no sitio, que havia designado para Povoação, e escollas das primeiras letras), e assim consequentemente mezes depois, outra com a invocação de São Pedro d'Alcantara, no Districto do Presidio das Torres, na margem do Mambituba, mas por inconvenientes, transferida para o sitio das – Tres Forquilhas – veja-se a authorisação que solicitei, e obtive do Governo Geral na Secretaria da Presidencia, entre outros documentos, o meu officio, de 27 de Agosto de 1825, no qual incumbo a execução ao Commandante Militar do Presidio das Torres, authorisado pela Portaria expedida pela Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros; do 1.º de Julho antecedente).

Ainda com vistas politicas de sustentar a Comarca de Missoens, que soffria inevitavel despovoação, mandei formar huma Colonia Estrangeira no antigo Povo de São João, que preferi por mais arredada do Uruguay, conseguintemente menos sujeitos os Colonos as seducçoens dos habitantes da margem opposta – vide na Secretaria da Presidencia os meus officios de 23 de Novembro de 1824; outro de 27 de Novembro do mesmo anno; outro de 27 de Janeiro de 1825: – dispersou-se porem esta fundação, pela immediata invasão que ella soffreo.

A Colonia de São Leopoldo foi a que mais prosperou, como provão os Mappas, que conservo; he hum estabelecimento normal a todo o Brasil, e com fama na Europa; ainda apezar das innovaçoens, com que os Presidentes successores Estropearão meu plano, e abusos que se introduzirão depois, della me deo o título Sua Magestade Imperial, criando-me Visconde.

Outro assumplo, que julguei fazer objecto dos meus cuidados foi atrahir, e civilisar os Indios selvagens, para o que, dado que se nomeem, e hajão Commissoens permanentes nas duas Camaras Legislativas, pouco fructo tem d'ahi vindo: proclamei pois a liberdade dos Indios, e prohibi que se escravisassem; e preparei huma expedição, composta de soldados reformados e inválidos, com duas peças de calibre 1 para respeito e defesa, mantimentos, muniçoens e petrechos, até paramentos para o serviço religioso, e por commandante della o Coronel Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, com instrucçoens para levantar no sitio do – Pinheiro torto – ou em outro, que parecesse mais adaptado, hum Forte ou Estacada, com a invocação de S. Pedro d'Alcantara, o qual servisse de reunião ou ponto de apoyo aos tropeiros e viandantes, tinha eu pois o duplicado objecto de franquear huma estrada geral desta para a Província de São Paulo, pelo Campo do meio, entre o matto Portuguez e Castelhano, provado de melhor e mais curto transito, do que o antigo pela extensa matta de Santo Antonio da Patrulha; ao referido Commandante da Expedição para pacificação e civilisação mandei dar da Fazenda Publica quatrocentos mil reis, para empregar em missangas, espelhos, facas, e outras quinquilharias, para com ellas brindar, e atrahir os Selvagens (diligencias, que provo com os officios que se acharão na Secretaria da Presidencia desta Província datados de 13 de Janeiro de 1825, e de 12 de Abril de 1825, e outras ordens) quando esta expedição, depois de miudas pesquizas e exploraçoens à que eu havia feito proceder nas immediaçoens da estrada projectada, ia subir a Serra, reclamou o Commandante das Armas da Província todos aquelles soccorros reunidos, para fazer face à insureição, que proxima havia rebentado na Cisplatina: annos depois, transmittida esta idea a Assemblea Provincial, decretou ella a abertura da referida estrada.

Additamentos sobre Estradas. – De grande vantagem me pareceo tambem a estrada que fiz abrir na direcção, desd'o Presidio das Torres para cima da Serra; realisada foi hum vehiculo por onde descerão as producçoens ali estancadas, abastecendo o primeiro ponto logo na entrada da Província, concorrendo não só para engrandecer aquella primeira povoação ou Presidio, mas para dar abundancia e fartura ao viajante, que nella entrava etc. Vide Officio do Presidente ao Commandante daquelle Presidio das Torres, datada de 21 de Abril de 1825.

Não bastava promover a população, era preciso cuidar em conserva-la; para esse fim, provi nos meios para a criação dos – Espostos – formando-lhes hum patrimonio nos terrenos que lhe doei, para que a Camara, naquelle tempo a Administradora d'esse ramo, os aforasse, e do rendimento suprisse as despesas da quella criação: vide o Officio de 28 de Junho de 1824: A favor dos mesmos Expostos, veja-se a minha circular às Camaras desta Província, datada de 8 de Novembro de 1825.

Visitando com horror a Cadeia Publica. que por acanhada, era antes insalubre morada de infecção, e de mortalidade, doei huma porção de terrenos devolutos no sitio do Arsenal para que vendidos, a Camara pudesse com o producto, que se disse vantajoso, construir huma Cadeia commoda, e debaixo de planos usados entre naçoens cultas: Vide o meu Officio de 26 de Julho de 1824: estas ideas beneficas ratifiquei, quando recorrendo à Camara ao existente Desembargo do Paço, para a insinuação e confirmação, fui mandado informar por Provisão de 15 de Janeiro de 1825 com o meu parecer, desenvolvendo a utilidade destes dous mencionados Artigos, reprovei e impugnei, e continuei a impugnar com todas as forças, a imprevidencia e estulta ambição de retalhar a varzea desta Cidade, com o intuito de vender, ou de satisfazer à ambição da Camara e dos Presidentes, nos terrenos que repartissem (vide na Secretaria da Presidencia o meu Officio de 24 de Fevereiro de 1825) em diametral opposição aos uteis fins do Governador, que a havia concedido, que nella reservou e deparou hum logradouro de necessidade para a Cidade; lugar mais improprio para continuação da Cidade, por huma baixada abafada, desigual, onde empossão aguas etc. sem precisão, porque ainda restavão ruas inteiras, apenas traçadas, e desertas de casas, dentro da Peninsula, em que está collocada a Cidade, e quando instasse a precisão de estender-se a Cidade, estava a natureza mostrando e offerecendo a continuação da Colina, pelos estabelecidos ora moinhos de vento, vistosa e fronteira ao ancoradouro, proporcionada à salubridade publica, e pela visinhança do Rio, offerecendo commodidades.

Promovi, e levei à effeito no 1.º de Janeiro de 1826 o Hospital da Caridade desta Cidade, que parece haver merecido a Benção de Ceo, pelo que

prospera; e procurei escorar a imminente ruina dos sete Povos das Missões Orientaes do Uruguay, procurando prover nos meios de atalhar-lhes a fome e a miseria, prescrevendo-lhes o methodo de administração do dissipado patrimonio da quelles primitivos habitantes dessa Comarca, systema, que adoptei consultando a diversos mais intelligentes, e conhecedores della, pareceo o mais adaptado ao tempo, e circunstancias – Veja-se na Secretaria desta Presidencia o meu Officio de 20 de Abril de 1824 – alem d'outras providencias.

NB: Deixei de proposito de fazer menção da Abertura do Hospital da Caridade nesta Capital, porque pareceo-me com mais immediata relação aos meus actos de devoção especial, e que huma generosidade desta Confraria, parecia tornar escusada que eu memorasse este acto; apontarei que no 1.º de Janeiro de 1826 na qualidade de Provedor da Santa Casa eu pude, antes de partir para o Rio, chamado para o Ministerio dos Negocios do Imperio, recolher no Hospital, no 1.º de Janeiro de 1826 os pobres enfermos; enviei Decreto para dez Loterias, que forão de grande proveito para a Casa, etc.

Quando passados annos me recolhi a esta Cidade, visitando este Pio Estabelecimento fiquei surprehendido de achar meu retrato na Sala das Sessoens da Mesa tirado sem duvida à furto, porque eu não consenti, e o que mais me obrigou foi a Inscripção que abaixo delle se lia, que se pode dizer, que he hum relatorio succinto dos Serviços, que eu tinha prestado à Santa Casa.

"Ao Exmo. sr. Conselheiro, Presidente desta Província, Joze Feliciano Fernandes Pinheiro, Irmão Provedor, a quem esta Santa Casa tributa o mais sincero e eterno reconhecimento, não só pelo seu zelo, e incansavel Serviço no augmento da mesma Casa desde o principio da sua fundação, como pela effectiva entrada dos pobres enfermos, que elle assiduamente promoveo no 1.º de Janeiro de 1826."

Exploração das Minas

Havia longo tempo que se explorava em alguns terrenos desta Provincia, inculcados auriferos e se fazia delle hum commercio clandestino, o que dava motivo à criminalidade, e eu mesmo recebi ordem para abrir huma Devassa, na qual de certo se envolveria muita gente que se dizia complicada.

Tinha tentado o Governo em 1810 a empresa de explorar as minas da Provincia do Rio Grande, mas como acontece sempre que o Governo se mete em especulaçõens por sua conta, conseguio apenas hum proveito de 124 marcos, 2 onças, e seis oitavas d'ouro, fazendo huma despesa de 11:000$000

rs.; foi mandada cessar esta especulação por Provisão do Thesouro de 12 de Maio de 1812; abandonadas então essas minas aos particulares, erão causa de muitas rixas, perturbaçoens, e crimes; para previnir esses males representei em meu Officio de 28 de Abril de 1824, para a Secretaria d'Estado do Imperio, que convinha franquear e repartir os terrenos auríferos della (vide os officios de 20 de Julho, e 22 de Dezembro do dito anno), e o Imperador foi Servido annuir, deliberando nessa conformidade em Decreto de 17 de Setembro de 1824, e nomeando hum Guarda mór por Portaria de 10 de Fevereiro de 1825 (Impressos no Diario Fluminense, de 22 de Setembro de 1824, e de 17 de Fevereiro de 1825) reparti com efeito os terrenos de Minas de que passei os Titulos, nomeei Guardas menores, e para mais commodidade dos Mineiros, afim de prevenir o extravio do ouro, estabeleci contíguo as Minas casas de Permuta, as quaes dei Instrueçoens, que se verão na Secretaria da Presidencia (vide o meu Officio ao Guarda mór das Minas desta Província datado de 18 de Março de 1826 – prescrevendo-lhe o methodo, e instrucçoens para reparttir os terrenos auríferos).

Para vigiar hum dos Canaes, por onde se escoavão as rendas provenientes da entrada de generos pelo commercio maritimo externo informei a favor do Projecto de huma Mesa de Fiscalisação e Arrecadação, filial da Alfandega do Rio Grande, na Villa de São Joze do Norte, em Officio meu de 4 de Maio de 1824, pela Repartição da Fazenda, e o outro Officio e Instrucçoens de 16 de Novembro do mesmo anno: effectivamente executou-se, e acha-se em effeito.

E outros melhoramentos em aberturas de estradas, em pontes, etc.

Como medida preventiva para os effeitos, que poderião nascer da oscillação em que ficamos depois da dissolução da Assemblea Constituinte, aproveitei disposiçoens favoráveis para jurar em 10 de Abril de 1824 na Capital, e logo em toda a Província; o nosso Pacto social, que fielmente executei e fiz executar: Officio meu da mesma data. Cuidei na repressão dos crimes, mantença da polícia e segurança pública, nas povoaçõens e no campo, e prompto julgamento dos criminosos, na Junta da Justiça, à qual eu presidi; deixando muito poucos na Cadêa quando me auzentei.

Guerra da Insurreição da Cisplatina

Sustentando huma guerra com a Província Cisplatina insurgida, na qual os desastres nem levemente me são imputáveis porque antes soffri desgostos e contrariedades todas as vezes que emprehendi embaraçar desfechos que se previão.

Era Commandante das Armas da Província Joze de Abreu, soldado Dragão, reconhecido de pessima conducta, e assas ignorante, mas que por

algumas afoutezas na Campanha, se foi cabendo com os superiores, e por decidido favor na Corte, por generosidades a tempo dispendidas e empregadas, chegou nesta Província mesma em que nascera, e sem merecimento real, ao Posto de Marechal de Campo, e mais tarde, ao Título de Barão do Serro Largo.

Achava-se elle investido do Commando quando tomei conta da Presidência da Província, e nada ommitti: de quanto esteve da minha parte, não só para restabelecer a harmonia, que achei perturbada entre elle e os Governos anteriores, mas por todos os manejos e atençoens mantê-lo convencido de bem que resultava dessa harmonia na ordem, e governança da Província: atordoado pelos fumos que lhe sopravão dous officiaes à suas ordens, à quem convinha a desunião para melhor o governarem, facilmente illudido, o ciúme que corria disfarçado no curso ordinario da administração, causou, como era natural, choques e differenças na marcha extraordinária da guerra.

Prevenido por hum Officio reservado do Capitão General da Província Cisplatina o Barão da Laguna das desconfianças que devíamos ter das intençoens hostis dos Governos d'Entre Rios, e de Santa Fé, fomentadas pelo Governo de Buenos Ayres, tornarão-se mais pressantes pelos avisos e documentos com que o Commandante das Armas inculcava o perigo que corria a extensa linha do Uruguay (Officio que dirigi ao dito Governador em data de 6 de Abril de 1825), occorri com promptas providencias; até que finalmente no princípio de Maio de 1825 recebi aviso de que se achava insurgida a Província Cisplatina (Oficio dirigido ao Comandante das Armas, datado de 6 de Maio de 1825).

Como cumpria pucharão-se todas as Tropas para cobrir a nossa Fronteira, e eu acudi incessantemente com armamentos, cavallos, sommas de dinheiro para a caixa militar, e tudo quanto julgava necessário para sustentar em respeito a linha de defesa desta Província; mas quando eu supunha o General firme sobre a defensiva, que segundo as circunstancias era o que mais nos convinha, vi que de seu arbítrio, e sem a mínima combinação, e sem prevenir-me, levado de pérfidos conselhos de alguns, que o rodeavão, marchou com as Forças, que se achavão reunidas no Passo do Rosario, com o destino de occupar hum ponto na Fronteira d'Entre Rios (conhecida hoje por districto da Villa de Alegrete); do qual suffocasse a rebellião, e de vellar na seguridade dos nossos limites até Missoens; apparentando-se-lhe porem que a revolta tomara huma face mais pacifica, e se restringio ao territorio do Rio Negro para baixo, com incrível volubilidade e vacilação, tomou novas medidas, sendo a principal, reunir-se às Tropas da Cisplatina estacionadas na linha do Uruguay, e appresentar-se inopinadamente naquelle territorio

occupado pelos rebeldes, fez retrogador as Tropas, que marchavão para a Fronteira de Alegrete, e reunidas às que levava, (vide a marcha que levou), passou o Arapehy, no passo da Estancia do Capitão Chagas, em o dia 28 de Maio, à testa de 1000 homens; d'ali tomou elle General na direcção do Rio Negro, afim de o atravessar no passo – do Quintera – e no transito se lhe reunio o Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, que se achava postado na linha do Uruguay, e com a columna assim formada, que ja então subia ao numero de 1800 praças, dividida em duas Brigadas, a 1.º ao mando do Brigadeiro Barreto, e a 2.º commandada pelo Coronel Bento Manoel Ribeiro: ao aproximar-se de referido Passo reconheceu impraticável de por ali verificar-se a passagem do Exercito, pelo crescido trasbordamento delle, e terem os rebeldes retirado d'ali todos os botes e canoas, que contava encontrar; procurou mais abaixo, e realisou a passagem no passo denominado Palmares, em pelotas por falta de canoas, e outros meios: d'ali officiou-me em data de 14 de Julho de 1825 (veja-se na Secretaria desta Presidencia) certificando-me ser o seu principal fito ir quanto antes procurar os rebeldes, que há toda a probabilidade de se acharem reunidos ao trahidor Frustuoso Rivera no sitio de Santiago, que distava daquelle Passo dez legoas, e atacá-los por todos os modos possiveis.

Desenganado então de que o General corria precipitadamente à sua ruina, à qual era bem de preconisar das razoens, que sem rebusso expendia e do procedimento, que levava, e confessava sem rebusso, no proprio Offício, à pouco citado – de avançar na gema do inverno, estação impropria, na qual a Cavalhada e boiada, em que consistem a principal força dos nossos exercitos, sem outra forragem que a relva do campo, se definha de modo, que não dá hum passo; em busca de hum caudilho, aqui e ali, que reconhece, rodeado de prestigio, que se tem feito famoso entre os seus, e a roda do qual se acharão reunidas grandes Forças, encorajadas já pelo espirito de rebelião, já pelos creditos do Chefe Rivera, em estação a mais desabrida, tendo de acarretar grosso trem isolado, em meio de huma campanha devastada e deserta, d'onde se não poderão tirar recursos, entrecortadas as communicaçoens, com esta Província e com Monte Video, e milhares d'outros obstáculos etc. he o cúmulo da imprudência, e da cegueira.

Angustiado de ver a Fronteira aberta e quasi desguarnecida, exposta à huma invasão, dirigi-me ao Ministro d'Estado da Repartição da Guerra, para que enfreasse o General na desasizada carreira; mas com quanta admiração não recebi do Ministro da Guerra João Vieira de Carvalho a Portaria de 26 de Julho de 1825 (vide na Secretaria desta Presidência), na qual em resposta ao meu Officio N.º 39, participou-me que o Governador das Armas desta Província, entrando na Cisplatina, obrava conforme as urgências das circunstancias, e as intençoens do Imperador!!!

Nota: Vide na Secretaria de Porto Alegre Portaria do Ministro da Guerra de 26 de Julho de 1825.

Não he a primeira vez que este Ministro, nas diversas conjuncturas, que teve a gerencia dos Negocios da Guerra, mostrando-se sempre infenso ao bem ser dessa Província, tanto nesta, como na sua administração durante a Regencia de Feijó, e de Pedro d'Araujo.

NB: Não he aqui luga de accusar alguem; mas além do que aponto, recorde-se do desleixo, commissoens, com que por ignorancia, ou por malicia, debaixo da Regencia Feijó, deixava engrossar e vigorar a rebellião; o mesmo na Regencia de Pedro de Araujo, desapontando as operaçõens, como na expedição do Brigadeiro Cunha, e acusado em Hamburgo de venalidades, no Tratado com aquella Republica etc.

Desprezando de collocar-se no Rincão das Galinhas, ponto Militar sobre o Uruguay, d'onde podia ao menos velar sobre a Fronteira, postando-se sem a mínima previdencia na – Capella das Mercedes – abandonado eu a mim mesmo, fiz marchar da Capital a pequena guarnição que me restava, o corpo de Guaranis, ao mando do seu Coronel Joze Luiz Mena; este mesmo apenas chegou ainda para aquelle referido quartel no centro da Campanha, com tanta incúria de prevenir quaesquer desaguizados obvios aliás de prever, que fazendo este junção com o Corpo do Coronel Jeronimo Gomes Jardim, manifestou-se logo rivalidade entre os dous Coroneis, e ao atravessar o Rincão das Galinhas, Fructuoso Rivera, que incidentemente corria o Campo, aproveitou-se dessa desinteligencia, e desbaratou completamente a Divisão commandada pelo Coronel Joze Luiz, que ficou morto.

Foi este o preludio de outra mais funesta derrota: no dia 12 de Outubro de 1825 o Coronel Bento Manoel Ribeiro à testa de huma Brigada, depois de huma longa marcha, com a cavalhada estropeada, sem probabilidade de victoria, atordoado talvez da vangloria de commandar pela primeira vez em chefe, aceitou combate immediato ao Sarandi – e com huma Divisão postada vantajosamente, tendo antecipadamente occasião e vagar, composta das tres Armas e tendo à sua frente Fructuoso Rivera e Laballega: rota a linha de batalha, apenas travada a peleja, pela traidora defecção dos Guaranis, que formavam o centro, foi geral a debandada.

Não he menu propósito descrever aqui todos os detalhes desta e d'outras acçoens, mas só expôr o que baste para dissipar o equívoco, que possa nodôar minha administração; foi milagre da Providencia Divina não suceederem as consequencias, que erão de recear, porque divulgada logo a derrota no Quartel da Capella das – Mercés – onde assentava o General, julgando tudo perdido, fugio desassizado pelo Rio Negro abaixo, sem poder passar-me avisos por causa das distâncias, e interrupção das communica-

çoens; chegou-me essa má nova pela Fronteira do Rio Pardo, por alguns dos fugitivos da batalha.

Nos maiores apuros, lancei mão da quellas providencias, que permitia a estreiteza do tempo, e o perigo imminente de invasão na Província; puchei a Fronteira os últimos restos de alguma Tropa e armamento, os mesmos inválidos e reformados, e paizanos voluntários em massa, queimarão-se os campos avançados da nossa raia para privar o inimigo de pastos para sua cavalhada, hum momento só não perdi, e tracei a linha de defesa, recusando e dando por nulla e sem effeito a Subdelegação, que de suas attribuiçoens fazia o Commandante das Armas no Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, para representar sua pessoa e cargo, na qual exorbitou de suas faculdades, pois, que, nem era essa substituição consentanea com a Lei, que a defere ao Official mais graduado e mais antigo, e existia aqui com serviço hum Marechal de Campo, Correa da Câmara, o qual com razão se resentiria da preterição, nem o Commandante das Armas estava authorisado a subdelegar a seu arbitrio a Commissão de que se achava investido immediatamente pelo Imperador: portanto em negocio tão grave convoquei, e ouvi o Conselho da Presidencia, e como medida necessaria assumi a mim até que apparecesse e se apresentasse o General Commandante em chefe, cujos destinos se ignoravão, e até corria que pelo Rio Negro, e pelo Uruguay, buscara Monte Video, para d'ali voltar por mar ao Rio Grande, a direcção e distribuição da Linha de defesa, incumbindo ao Marechal de Campo Camara a da Fronteira do Rio Grande, desde o mar até Bagé; e ao Brigadeiro Barreto a da Fronteira desde a margem direita do Rio Negro até o Uruguay, recommendando-lhes mui positivamente a melhor intelligencia entre ambos (Officio meu ao dito Brigadeiro Barreto, datado de 6 de Novembro de 1825, e outro ao Marechal Camara, de 5 do mesmo mez de Novembro e anno de 1825) e sobordinados a estes dous Commandos Geraes, os commandos parciaes intermediarios, (vejão-se os meus Officios datados de 2 de Novembro do referido anno a diversos Officiaes Superiores) com semelhantes medidas se manteve a Ordem, e se conteve o inimigo, que apenas appareceo sobre o Taquarembó, sem atrever-se a invadir; e dando de tudo conta à Sua Magestade o Imperador, se Dignou approvar.

Em meiado de Novembro surdio aqui o Comandante das Armas, Barão de Serro Largo, inanido de forças, quasi cego, e em estado deploravel pelas fadigas, como elle mesmo me confessa em Officio; consta que escapara entre grandes riscos, descendo pelo Rio Negro até topar com a nossa esquadrilha do Uruguay, da qual era Commandante Jacinto Roque de Sena Pereira, e dali fazendo jornadas à pé, entrou na Província.

Como eu havia prevenido nas minhas instrucçoens aos Comman-

dantes de todos os pontos da Fronteira, immediatamente se lhe impossou do Mando superior, e em Officio de 13 de Novembro de 1825, datada da Capella de São Gabriel, deo-me conta da disposição das Forças, com as quaes eu o havia Habilitado: — "que na fronteira de Missoens se achava o Coronel Palmeiro acampado na barra do Ibicuy, com mais de quatrocentos homens, havendo guarnecido d'ali para cima até Santo Angelo, de Guardas; e da referida barra do Ibicuhy para baixo cruzando-se pequenas Partidas nos Passos de Santa Anna, Tacumbú, e Belem. Na Estancia do Tenente Baptista em Quaraim achava-se postado o Coronel Bento Manoel Ribeiro com oitocentos homens, e ao Coronel Joaquim Joze da Silva, que encontrou em marcha, mandou tambem seguir para o Quaraim, e postar-se na Estancia de Ricardo Joze de Magalhaens, onde se havia acampado em outro tempo o Tenente General Curado, ordenando aos dous Coroneis que conservassem Patrulhas na costa do Arapehvyv: collocou em S. Anna o Brigadeiro Barreto, e deo providencias convenientes para Bagé, e Fronteira do Rio Grande."

Concluio o citado Officio de 13 de Novembro com este testimunho de reconhecimento:

Beijo as mãos de V. Ex. pelo muito que se tem interessado na causa, que defendemos, e em benefício de toda esta Província, que jamais teremos nós os habitantes della modos com que agradecer à V. Ex. tantos benefícios." (Veja-se este Officio na Secretaria da Presidencia).

Testimunho que recebi por tanto mais sincero, quanto era publica a desafeição, que elle nutria a meu respeito, apesar de quantas attençoens, e delicadezas que com elle practiquei, com o timbre de manter a harmonia, o que eu desculpo, porque he sabido que summamente ignorante, e grosseiro, quando subio foi facil em ser levado por lizongeiros e intrigantes, ao ponto de o precipitarem; e insuflado tambem por protecçoens da Corte, conseguindo à custa de dinheiro o titulo de Barão, e de não ser punido pelos erros que cometteo etc.

NB: Que até deixar o Governo da Província, conservei a linha do Uruguay até Belem, apezar dos vaivens da guerra etc.

Inesperadamente chamado para maiores cargos, quando minha ambição e esperanças era, concluido este Governo, de que me havia vivamente escusado, debalde, aos Pes de Sua Magestade Imperial prevendo as contradicçoens e desgostos, que d'ali me virião, aspirando só voltar à vida privada, e ao retiro do meu estudo, o deixei felizmente, sem perder hum palmo de territorio, apezar dos hazares da guerra, na qual vi acintemente contrariados meus planos de prudencia, como a pouco notei, e apezar dos estorvos da mesma guerra, florecendo o commercio e a industria, melhoradas quanto era preciso, as pontes e estradas, conservada a ordem, e por

huma bem entendida economia, independente de suprimentos pecuniarios do Thesouro do Rio de Janeiro, haver feito face a despezas extraordinarias de soldos, compra de cavalhadas, e boyadas, conducçoens, soccorros, para soldos aos corpos da Provincia Cisplatina, compra de algum armamento que apparecia, concerto no Trem de Guerra, que augmentei etc. e tudo pago, fornecidos os Armazens, pelo Balanço dado no primeiro mez do anno de 1826, ao qual me reporto (Archivo da extincta Junta da Fazenda), e o ultimo mez da minha Administração, demonstrou-se que a renda havia gradualmente crescido ao computo de 603:014$727 rs., e montando a despeza ordinaria em 470:014$674 rs., ainda deixei nos cofres da Província huma reserva de 133:725$053 rs., que me consta logo se dissiparão.

NB: Augmento das rendas publicas da Província.

Sujeitando o Imperador ao Conselho d'Estado sua livre nomeação de Ministros (como me certificou hum dos Conselheiros o Marquez de Caravellas) fui lembrado, e provido no cargo de Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, por Decreto de 21 de Novembro de 1825, e por Aviso de 26 do mesmo mez reccommendada a brevidade da minha partida, no Sabbado, 14 de Janeiro de 1826, entreguei o Governo da Província ao meu Successor o Brigadeiro Joze Egidio Gordilho; mas pela demora de transportes, so sahi por terra pela meia noite do dia 9 de Janeiro de 1826.

1826

Chegando à Cidade do Desterro, em Santa Catharina, na manhã de 12 de Fevereiro, ali me demorei até 27 de Fevereiro, em que aportando com Tropa da Bahia a Fragata Nichterohy do Commandante Nortton, sahimos barra fora, no dia 28 do dito mez, e entramos pela do Rio no dia 7 de Março, e desembarcando fui directamente ao Paço beijar a Mão às Princezas menores, achando noticias de que Suas Magestades, e Princeza D. Maria da Gloria tinhão partido para a Bahia.

Na Sexta feira dez de Março recebi do Visconde (ao depois Marquez) de Caravellas a Pasta de Secretario d'Estado dos Negócios do Imperio.

Senador do Imperio. – Achei-me nomeado Senador do Imperio pela Província de São Paulo, com preferencia a elleição de Senador mais votado pela Província de São Pedro: quando em 1831 triunfou huma Facção na Camara dos Deputados, não faltou delle quem contestasse ao Imperador a minha escolha, a do B.º Capellão mór, e mais alguns poucos Senadores (veja-se a cerca do, por Goyaz, expendeo a Commissão de Constituição do Senado, e os debates nessa epocha) ao depois, por si mesma se desvaneceo; ainda desta vez, eu vi expessamente contemplado meu nome na Lista dos Deputados pela minha Província, que sem a menor reclamação mandarão

em meu lugar o Suplente Padre Feijó.

Antes que entrasse na maior affluencia dos negocios tirei a Carta, e prestei juramento do Titulo de Conselheiro, de que havia tido Merce em Outubro precedente.

Tendo observado por onde passei, a desconfiança, que ao longe grassava, pela demora da realisação da abertura da Assemblea Legislativa na conformidade da Constituição jurada, activei a promptificação da casa e de todo o necessario para sua instalação, e tive a satisfação de vê-la verificada no dia marcado de 3 de Maio, precedendo o Decreto de convocação e por mim referendado; esta Sessão correo em ordem, mas na seguinte começarão-se já a sentir symptomas de hum Partido ou Facção, que principiava a formar-se na Camara dos Deputados (que dizem ter à testa Evaristo e outros), e que conseguio obrigar o Imperador a abdicar em 7 de Abril de 1831. Este desfecho, que foi o triunfo do Partido republicano e democratico, abrio campo aos funestos malles, em que submergio o Brasil; a serie dos acontecimentos dessa epocha contará aquelle que se encarregar de escrever a historia desse segundo Acto do Drama da revolução cujo Acto primeiro considero desde a declaração da Independência, Acclamação e Coroação do 1.º Imperador até sua Abdicação; e como todo Drama tem Introducção, commemorarei como tal o Juramento das Bases em hum e outro Hemisfério, a volta d'El Rei D. João Vl para Lisboa, e os debates dos Deputados Brasileiros no Congresso, quando reconhecerão sua falsa posição, e desconfiarão dos tramas urdidos: me limitarei portanto à esse primeiro Acto ou Período, e aos factos que tiverão relação com as acçoens da minha vida publica, cuja explicação, comquanto algumas possão parecer equivocas, he o que só levo em fito na presente memória.

As ideas, e tendencias para o republicanismo que em diversos tempos havião-se mostrado, nas antigas Capitanias ao Norte do Brasil, modernamente em Pernambuco em 1817, e em 1824, tinhão sido abafadas, mas não estirpadas; falhou-lhes, desta vez favorável ensejo, pela generosa resolução, que em 9 de Janeiro de 1822 tomou o Principe Regente de ficar no Brasil, comtudo sem desanimarem, conservarão-se à espreita, até que, como acima dissemos, na Sessão Legislativa de 1827, e já no fim de 1826, soltarão-se vislumbres do Partido conspirador, que se formava, e que em regra começava seus ensayos por desacreditar os Ministros, como ante-muraes do throno, para a seu salvo o minarem.

Hum dos meios de que lançaram mão foi o de despopularizarem a guerra com os insurgentes da Cisplatina que com effeito se ia alongando demasiado, e era hum sorvedouro de despezas, e com hum exercito e esquadra formidáveis decidindo-se pouco, seja pelo deffeito dos nossos Gene-

raes, entre os quaes maravilhava a conducta dubia e morosa do Visconde da Laguna, no commando de hum exercito forte, e a vista do inimigo.

Huma tal tibieza, estorvos e obstaculos, cujas causas não se comprehendião, moverão à Sua Magestade o Imperador a magnanima resolução de ir ao theatro da guerra reanimar com sua presença nossos guerreiros; nomeou-me a mim para que, encarregado do expediente de todas as Secretarias d'Estado junto à sua Pessoa, o acompanhasse nessa expedição; na manhã de vinte e quatro de Novembro de 1826, tendo Sua Magestade Imperial e eu embarcado de vespera em a Nao Pedro 1º, largou de vella, acompanhado dos vasos de guerra, e transportes, que nominalmente se enumerão n – Diario Fluminense Nº 123 – de 25 de Novembro de 1826; (vide) no dia 29 do mesmo mez entramos pela barra do Norte de Santa Catharina: Sua Magestade desembarcou immediatamente, e seguio jornada para a Província de São Pedro, deixando suas ordens ao seu Ajudante de Campo o Conde do Rio Pardo (Thomaz Valente) para comprar a Cavalhada, e seguir com a comitiva; Sua Magestade partio unicamente acompanhado do seu Camarista o Marquez de Maceyó, e de hum Official do Gabinete Francisco Gomes da Silva.

Na Quarta. feira 6 de Dezembro segui da cidade do Desterro, sahindo barra fora do sul em huma balieira, com o meu Official de Gabinete Albino dos Santos, e dous mulatos meus pagens, correndo grande perigo de ser afogado ao atravessar para a Armação de Gurupava, a 11 entrei no Presidio das Torres, e a 14 de Dezembro por noite me apresentei nesta cidade ao Imperador.

Tendo-me na viagem do mar ouvido o Imperador, pelo conhecimento em que me suppunha do local e do caracter destes habitantes, tinha eu proposto o plano, que Sua Magestade approvou, de que Sua Magestade dirigiria sua marcha em direitura ao Rio Grande, onde provavelmente havendo chegado os transportes com tropas, as mandaria seguir pelo Rio de São Gonçalo para a Fronteira; a coberto dellas seguiria o Imperador, e passando huma revista rápida ao exército, e dado este impulso elétrico, se recolheria por não expor-se mais, pelo Rio Pardo à Porto Alegre, a esperar aqui o resultado das operaçoens, que era de suppôr fossem felizes.

O Imperador approvou-me este plano, diante do Marquez de Cantagallo, de seu Ajudante de Campo, Francisco Gomes etc.

Nota: O Imperador D. Pedro 1.º fez a sua entrada solemne na Capital de Porto Alegre no dia 8 de Dezembro de 1826.

Qual seria pois minha admiração quando em marcha recebi ordem, que me encaminhasse à Portlo Alegre, e que se achava aqui Sua Magestade? constou-me que lhe fora ao encontro o Marquez de Barbacena, pouco antes

nomeado General em Chefe do exército do Sul, e o persuadira a variar do plano traçado: fique o remorso a quem concorreo para abordar a melhor occasião de terminar a guerra, effeito que se mostrava tão bem figurado, que excitou o Ministro Inglez Gordon (não era já desconhecido que as vistas da Inglaterra era estorvar por todos os modos que ao Brasil continuasse unida à Provincia Cisplatina) à aceleradamente, e sem previas communicaçoens, deixar o Rio, e vir com direcção ao Quartel do Imperador, avançando até Massambú em Santa Catharina, d'onde voltou, por saber que Sua Magestade voltava, e se achava transtornada a idea de concluir a guerra; à quem quer que foi causa fique o remorso de haver-lhe arrancado o laurel, de que com a maior probabilidade se ia singir, representando-o em vez de heroe, hum Principe inconstante e voluvel, e indifferente à reputação nacional, e perdendo sem motivo forçoso os fructos, que estava a ponto de colher, de tantas despezas, e sacrificios; diminuindo muito do seu prestigio a ponto de obrigar aos seus amigos, zelosos de sua gloria, a dezejar que antes não emprehendesse semelhante viagem!..... sejão quaes fossem as causas desse transtorno, divulgarão huns, que forão notícias reservadas de commoçõens revolucionarias na Capital, outros attribuem a motivos menos decorosos, o certo he que na minha chegada a Porto Alegre, em 14 de Dezembro por noite recebi ordem para dispor a voltar, e apenas em dous ou tres dias de demora, atropeladamente deixarão-se algumas providencias; Sua Magestade facultou-me que me demorasse huns dias com minha família, e partio em hum hiate a visitar o Rio Grande.

Não quiz abusar da faculdade, que me fora permitlida, no dia 21 de Dezembro despedi-me de minha casa, e por noite cheguei à Freguezia de Viamão: no dia 24, ao chegar ao Posto chamado do Ignacio tive noticia da morte da Imperatriz D. Maria Leopoldina; não posso expressar a impressão, que ella me fez; a solidão da quelles vastos campos, que eu atravessava com pequena comitiva, hum dia triste e anuviado, tudo me infundia a mais profunda melancolia.

No dia seguinte por tarde, Dia de Natal, cheguei ao Presidio das Torres, e com differença de huma hora ali tambem chegou Sua Magestade Imperial, a quem eu do caminho, tinha antecipado aviso, e ahi recebeo os Officios, de que foi portador o Marquez de Quexeramobim, a quem ouvio por longo espaço.

Largamos de Santa Catharina em a Nao Pedro 1.º no dia 4 de Janeiro de 1827, e a 15 do dito mez entramos pela barra do Rio de Janeiro: Sua Magestade desembarcou particularmente, tomou nojo por oito dias, depois disso celebrarão-se as exéquias na Capella Imperial, à que assistimos.

Huma occorrencia me veio afligir sobre maneira; poucas horas de-

pois de desembarcar, recebo huma ordem do proprio punho do Imperador, ordenando-me os Decretos de dimissão de quatro Ministros – Marquez de Paranaguá, Marquez de Baependi, Marquez de Caravellas, e Marquez de Inhambupe, designando os que lhe succedirião (veja-se a ordem do Imperial Punho que conservo): sobre a noite levei ao Paço da Boa Vista os Decretos para a Assignatura, e na mesma occasião pedi por Graça minha dimissão para salvar-me da mínima suspeita de haver intervindo para esse desfecho; Sua Magestade recebeo muito mal minha supplica, e recusou deferir.

Esta jornada, em que pela rapidez com que foi feita, passei por incommodos inexplicaveis, e até riscos de vida, me acarretou desgostos, e compromettimentos; no ultimo Conselho d'Estado antes da sua partida para a Província de São Pedro do Rio Grande propôz o Imperador que não lhe sendo possível fazer economias e reservas da sua diminuta Dotação para as despezas da jornada, achava-se em circunstancias de recorrer para que do Thezouro Nacional se lhe suprisse: ponderado ali o augmento de despeza, por ver o Imperador depôr a meio na viagem de mar e terra à toda sua comitiva, mandar fornecer transportes, esmolas e dadivas, indispensáveis a hum Principe que viaja pela vez primeira entre aquelles povos, alem de que na Campanha não poderia deixar, sem pecha de tacanho, e de mesquinhez, indigna da sua grandeza, de galardoar huma acção de hum soldado, ou hum aviso importante, e outras occurrencias; deliberou-se como de suma equidade, que se lhe assistisse com hum quantitativo, o Marquez de Baependi, então Ministro da Fazenda, indicou 60:000$000 rs. em ouro, que tinha de reserva no Thesouro, deliberou-se em Conselho que fosse essa quantia, a que se entregasse ao Imperador, e que lavrasse eu o Decreto: passarão-se quasi cinco annos, sem que, nem nas Camaras Legislativas, nem nos diversos Ministerios, que se suceederão, se estranhasse aquella despeza, reputada necessária; mas na epocha da revolução de 7 de Abril de 1831, os liberaes daquelle tempo, que não pouparão de tisnar o Fundador do Imperio comquantos epítetos affrontosos. e de envenenar-lhe as mais innocentes acçoens, estendendo a perseguição ainda aquelles, que fieis o rodearão e servirão, o Ministro da Fazenda n'esse anno Joze Ignacio Borges, e Camara dos Deputados agitarão-se, e eu estive ameaçado de responsabilidade, e de indemnisar pelos meus bens essa quantia: Chegando a noticia disso à Sua Magestade Imperial em Paris: zeloso da reputação dos seus antigos Ministros, propôz huma "Memoria consultativa aos Advogados do Collegio Real de Paris, com o título:

"Exposição dos Direitos, que a Constituição e as leis civis do Brasil, assegurão a SS. Magestades Imperiaes o Duque e a Duqueza de Bragança."

e das quatro questoens propostas, era a segunda relativa às despe-

zas da Viagem, que Sua Magestade fez ao Rio Grande do Sul, resolverão à pagina 106 della, pelas terminantes razoens que expenderão – que sendo a viagem feita, como foi, pelo interesse do Estado, as despezas que ella occasionou, devem conseguintemente ser pagas pelo Estado.

Sendo alem disso de notar, que o Imperador, quando foi à Província de São Pedro, ainda não gozava da dotação de Mil contos de reis, votada em 11 de Agosto de 1827, que todos os rendimentos, que unicamente percebia, constavão de 400 contos de reis annuaes, insuficientes mesmos para as despezas Ordinarias: (Possão essa Exposição impressa no Rio de Janeiro em 1833; a accusação per si mesma decahio, e não mais se suscitou).

Huma proposta, de cuja utilidade me achava aliás convencido, fui forçado a espaçar por outras consideraçoens, que segundo, as circunstancias deverião prevalecer, e que levada ao conhecimento da Camara dos Deputados poderia deixar-me laivos de pouco zelo pela prosperidade de huma das maiores e interessantes Províncias do Imperio, (o Pará), quando só regeo minha deliberação o dever de – Vigilante – que me incumbia como Ministro do Imperio.

Fulgencio Cbegaray, cidadão dos Estados Unidos, Agente de huma Associação estabelecida em New-York, para a exploração, e navegação do Rio Amazonas por Barcos de Vapor, julgando-se feridos em seus direitos, por hum despacho meu provisorio, que em Julho de 1826 proferi sobre requerimento, em que em nome da Companhia pedia faculdade para a prompta execução da empreza; instado pela sobredita Camara em Officio de 11 de Agosto de 1826 – Quando julgava o Governo, que poderá ter lugar a Admissão da Proposta da Companhia, visto que o Supplicante não foi indeferido definitivamente, não convindo explicar suspeitas sem todavia abandoná-las por grandeza d'alma, mas velar sobre a segurança e tranquilidade do Imperio, cerra-las em si, e esperar pela realisação ou desvanecimento das desconfianças, respondi com o meu Offício de 14 de Agosto de 1826, sobre o qual com semelhante espaçamento deo parecer a Commissão de Commercio etc. da mesma Câmara (vide impressos).

Moverão-me a isso communicaçõens reservadas do mesmo Ministro Brasileiro nos Estados Unidos, de que se urdião tentativas sinistras sobre huma das Províncias ao Norte do Brasil, de que apparecerão vislumbres na vinda disfarçada à Pernambuco, do filho do revolucionario de 1817 P.e Roma, a pretexto de expeculaçõens commerciaes; a coincidia com os boatos, que por esse tempo se espalharão, de que Bolivar, de genio emprehendedor, apoderando-se do Perú, não era improvavel que dos Andes invadisse o Brasil, veja-se – Narrativa da Passagem do Pacifico ao Atlantico, atravez dos Andes, nas Províncias do Norte do Peru, e descendo pelo Rio Amazonas

até o Pará – Por Henrique Lister Maw – 1831 – Tradução do Inglez.

Em Abril de 1826 chegou ao Rio de Janeiro a participação de haver em Março antecedente fallecido em Lisboa El Rei D. João VI, deixando por herdeiro daquella Coroa seu primogênito D. Pedro; em objecto tão grave, como era a União de duas Corôas, que nem bem acabava de declararem-se independentes, e não podião ainda acharem-se esquecidas rivalidades e ressentimentos, quiz ouvir não só o Conselho d'Estado, mas ainda algumas pessoas do seu conceito, pelas quaes, assim como pelos Membros do seu Conselho d'Estado, fez distribuir o Programma para ser respondido por escripto: por grandeza de Sua Magestade Imperial tocou-me tambem esta prova de confiança, aliás não sendo ainda Conselheiro d'Estado, e com a maior gratidão conservo o Programma, que Sua Magestade me entregou de Sua Mão, escripto pelo Official do Gabinete, e o rascunho do meu voto: do qual se collige que era de voto, que aceeitasse e reunisse por algum tempo a Coroa Portugueza, não sendo avesso à que depois a abdicasse na Princeza D. Maria da Gloria, que havendo nascido Portugueza durante a União dos dous Reinos, Brasil e Portugal, alhanava a idea e o ressabio de ver no throno Portuguez huma Princeza estrangeira; – refiro-me ao Programma e rascunho do voto, que conservo.

Não tardou que não aportasse no Rio huma Deputação Portugueza, composta do Duque de Lafoens, Arcebispo de Lacedemonia, e Juiz de Fora de Coruche, representando as três Ordens do Estado, para render homenagem por aquelle Reino a El Rei D. Pedro IV.

Ratificado o Tratado de Paz e Amizade entre o Brasil e Portugal de 29 de Agosto de 1825, ajustado por mediação do Rei do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda, em que foi reconhecido o Brasil na Cathegoria de Imperio Independente, e separado dos Reinos de Portugal e Algarves (Artigo 1.º do Tratado) para assinalar tão desejado motivo foi criada huma Ordem nova, intitullada de Pedro 1.º, cujo Decreto de Criação he referendado por mim, assim como fui eu o que organisei os Estatutos.

A cinco de Novembro de 1826 tirei do estado de esquecimento em que se achava, e levei à effeito, a Academia das Bellas Artes, abrindo nesse dia com grande pompa, com assistencia do Imperador e da Rainha de Portugal, e não assistio a Imperatriz, por se achar incommodada; era Anniversario da sua chegada ao Brasil; distribuí medalhas de Ouro e Prata, das quaes se acharão exemplares no Museu do Rio, e na mesma Academia.

Por Lei lambem por mim referendada, deo-se mais ellevada cathegoria a Academia Medico-Cirurgica do Rio de Janeiro (vide).

Por morte do Marquez de Nazareth, que a servia, ordenou Sua Magestade que tomasse eu conta da Pasta da Justiça, que conjunctamente com

a do Imperio servi, desde princípio de Março até 18 de Maio, em que a pedido meu nomeou Sua Magestade para esse Ministerio o Conde de Valença.

Por Decreto dessa mesma data (18 de Maio de 1827) Fez-me Sua Magestade Imperial Mercê do lugar, que se achava vago, de Conselheiro d'Estado; e no dia 24 de Abril de 1828 incumbio-me Sua Magestade das funçoens d'esse emprego, do qual até então se achava encarregado o Marquez de Caravellas, e perguntando-lhe nesse dia o Imperador o estado das Actas, confessou que se achavão em apontamentos; logo ali pelo seu proprio punho prescreveo-me na tira de papel (in fronte), à maneira com que as queria dispostas, o que muito a sua satisfação escrevi e formei as Actas das Sessoens, em Livro para isso destinado, do qual e dos votos por escripto era o depositário, até que adoecendo, e sendo forçoso vir ao Rio Grande no anno de 1828 (29 de Novembro de dito) à tratar da minha saúde, por ordem do Mesmo Sr. passei tudo ao Marquez de Inhambupe, que o conservou e seguio até 1831, em que lhe foi mandado recolher à Secretaria do Império: Conservo os rascunhos das Actas do meu tempo, para o caso de que se queira restaurar, ou tirar de alguma duvida.

O Acto porem que reputo o mais glorioso da minha vida publica, foi do estabelecimento dos dous Cursos Juridicos no Imperio do Brasil: Deputado pela Província da minha residencia, a de São Pedro do Sul, com preferencia a da minha naturalidade, a de São Paulo, pela qual simultaneamente havia sido elleito Deputado à primeira Assemblea Constituinte, fui nella o primeiro que levantei a voz para essa criação, como se verá dos Diários della, e na Sessão de 14 de Junho de 1893 offereci a Indicação – para que quanto antes se criasse huma Universidade pelo menos, e para assento della fosse preferida a Cidade de São Paulo, pelas suas vantagens naturaes e razoens de conveniencia geral etc etc.

Recebida ali com applauso, e apoyada unanimemente, foi no mesmo dia 14 remettida a Commissão de Instrucção Publica para formar o Projecto de Lei, que apresentado em 19 de Agosto – Entrou em primeira e segunda discussão em 27 e 28 de Agosto; a 2.ª Discussão em 5 e 6 de Setembro, e 6 de Outubro; a 3.ª em 18 e 27 do mesmo mez, e em 4 de Novembro, foi proposto à Sancção da Assemblea, e por ella effectivamente sanccionado com as emendas approvadas (refiro-me aos Diarios da Constituinte).

Seguio-se poucos dias depois a dissolução da Assemblea Constituinte, que se havia tornado tumultuaria, em cujos últimos tempestuosos dias, conservei-me firme em meu Posto, sem o desamparar, como muitos fizerão.

Este violento desfecho não podia deixar de abalar todo o Imperio, e entre outros conservou-se também este objecto paralisado, até que toman-

do novo andamento na Legislatura Ordinária de 1826, e seguindo-o eu como meu empenho favorito na Camara dos Senadores, sustentei-o na Sessão de 22 de Maio de 1827 (vide Diario da Camara dos Senadores, 1827) e havendo deixado amplidão na Indicação originaria, adoptei sem o perigo de contradicção a emenda de dous Cursos em São Paulo e Olinda, assim como a natureza havia dividido este vasto Imperio em duas zonas de climas.

Conto por hum favor da minha estrella, que por fim sanccionada, fosse ainda eu o que na qualidade de Ministro do Imperio, fosse quem referendasse a Carta de Lei de 11 de Agosto de 1827: quem em Outubro seguinte apresentasse ao Imperador os nomes dos dous Directores, e dos primeiros Lentes para cada hum dos Cursos Juridicos, que forão approvados, e dadas todas as providencias e disposiçoens, que julguei necessárias para o complemento e realisação, ainda hoje me pulla de gosto o coração, quando leio a narração dos festejos, das demonstraçoens de jubillo dos habitantes da Cidade de São Paulo, por occasião da abertura do Curso Juridico, no 1.º de Março de 1828, de cuja Carta narrativa do seu primeiro Director o Tenente General Joze Arouche de Tolledo Rendon, datada de 8 de Março desse anno de 1828, faço o melhor apreço, e guardo (veja-se na minha correspondência).

Louvado seja Deos que me tem permittido a vida para ter a consolação de ver aproveitadas tantas capacidades, tantas intelligencias, como as que tem sahido daquellas escolas, desempenhando dignamente a Representação Nacional em Deputados, os lugares de Magistratura, de Diplomacia etc. era verdadeiramente huma necessidade, que sentia o paiz.

Deixo de especificar aqui outros serviços, ou de menos relevancia, ou por entrarem na marcha ordinaria da minha Administração, ou por não ser mais diffuso: hum trabalho assiduo na epoca em que se manifestavão já violentas agitaçoens, desgostos, e sobretudo cuidados e saudades da minha família, me ião minando a existencia: por vezes representei ao Imperador, dando à minha dimissão de Secretario d'Estado, e por fim Elle acceitou por Decreto de 20 de Novembro de 1827, dando por meu successor o Dr. Pedro de Arauio Lima, ao depois Regente do Império.

Poderá alguém entrar na curiosidade de saber, que motivo occasionaria a todo o Ministerio dimittir-se de pancada em hum mesmo dia, se havia desunião irreconsiliavel entre os Membros, ou algum desgosto com o chefe do Executivo? entre todos reinava a melhor harmonia, tanto que unidos continuarão à servir no Conselho d'Estado, do qual, à excepção de dous, formavão parte; quanto à Sua Magestade, colligem-se as boas graças com que sahimos, pelas expressoens honrosas dos Decretos de dimissão; sobretudo releve-se-me que penetrado de gratidão aponte o que me he relativo; eu não podia aspirar a testimunho mais lizongeiro da Augusta Approvação,

e o conservo com respeito; foi-me remetido do Gabinete de Sua Magestade Imperial, por letra do Official do mesmo Gabinete, e ao depois he que se registrou na Secretaria do Imperio: O que moveria pois a hum desenlace tão pouco commum? pela minha parte o declaro; eu soffria com constancia e firmeza os embates e vaivens de hum Partido, que principiava a pullular na Camara dos Deputados, e que manifestando-se mais claramente desde 1827, arrastava o Brasil ao republicanismo, affectou-se ignorar as causas verdadeiras dos males, que flagellavão o Brasil e atribuirão-os à Monarchia, d'ahi o encarniçamento com que dentro e fora das Câmaras por meio dos Periódicos, a Facção republicana procurava desacreditar o Imperador e seu Ministério, e fazer baquear a Monarchia: apontarei dous únicos exemplos; ou por carestia, ou por cegueira, lançavão mão dos pretextos mais frívolos, e pueris, como o de trabalhar o Governo em restabelecer no Brasil a extincta Sociedade chamada de Jesus, qualquer que seja a denominação com que venhão encobertos etc; (veja-se junta aqui impressa a minha resposta ao Officio da Câmara dos Deputados de 12 de Novembro, na qualidade de Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, datada de 14 de Novembro de 1837); e outro exemplo o que revellou o probo Deputado Martim Francisco Ribeiro d'Andrada na sua respectiva Camara na Sessão de 26 de Maio de 1838, de que em hum dos dias da Sessão de 1881 hum dos Membros dessa maioria republicana, que ouvira em huma das reunioens, ou Clubs desta a proposição, – como estamos livres do tirano, fácil será descartarmo-nos da sua família –; arrostei todas quantas falsas imputacoens, me quizerão fazer, sacrificando-me à tudo por salvar o elemento Monarchico, sem o qual contava, que cahiria minha patria na anarchia, até que Sua Magestade afrouxou, talvez persuadindo-se de que conjuraria a tempestade, que fortemente o enlaçava, e francamente buscou transigir com Ledo e outros corypheos da Opposição; recordo-me de Elle dizer-me em huma das vesperas em que eu instava pela minha dimissão – que não tinha motivos de desgostos dos seus actuaes Ministros, mas que erão tachados de pouco Constitucionaes!!! – decidi-me e julguei que, quando por huma mudança de systema, por huma nova tendencia política, a marcha dos negócios se torna vacilante pelo impulso e influencia destranhos, he então forçoso que hum Ministro, consciencioso dê a sua dimissão; assim quando a Inglaterra propendeo para a paz, Pitt que opinava pela guerra, largou o poder; quando a Inglaterra decidio-se pela guerra, Fox, que queria a paz, largou a Pasta; quando a Inglaterra tomou a tendencia liberal, Londonderry, que partilhava a Santa Alliança, deixou o Ministerio, suicidando-se; quando a Inglaterra reclamava huma renovação, Lord Grey, que entendia bastante huma reforma, deixou o Gabinete: hum Ministro Constitucional, que se convence, de já não lhe ser possível fazer o bem que entende, larga o poder.

As diversas phases, que desde esse tempo tomou rapidamente a revolução, explicão minhas ‘ duas outras dimissoens condicionaes: nas elleiçoens para a segunda legislatura de 1830 à 1833, se predispuzerão e fixarão as bases e os motores do progresso republicano, que chegou ao seu apogêo em 1834.

Não cabe nas Memorias de hum particular, em que apenas se leva em fito assinalar as epochas, emquanto pelas ideas, que nellas predominarão, explicão alguns procedimentos da minha vida publica; pertence pois à Historia descrever e pintar os urros medonhos da anarchia nesse fatal sete de Abril de 1831 e seguintes as elleiçoens, tanto da Regencia Provisoria, como da Permanente; a coacção que paralisava a parte sã da Assemblea Legislativa, cujos esforços terião sido por então inuteis; os perigos, principalmente da tremenda noite de 15 para dezeseis de Julho, em que os Poderes Politicos reunidos no Paço Imperial à roda do throno do innocente Imperador, em Sessão Permanente; observei de perto (porque fui hum dos Senadores nomeados, já alta noite, para em Commissão mixta indicar os meios de salvação da Patria, e na qual foi entregue pelo Ministro da Justiça, o Padre Diogo Antonio Feijó, huma Lista de proscriptos, em que entravão pessoas respeitáveis, tumultuariamente forjada no Palacete do Campo – das duas Honras – chamado anteriormente da Acclamação, ou de S. Anna) que parecia chegada a hora de a anarchia engolir-nos – de hum sorvo; entrem outros no exame e na analyse das traiçoens, dos actos d’essas Regencias, e dos seus Ministros escolhidos de moldes etc. etc. entreguemos ao juizo da Posteridade, para o que he meu fito em particular, bastaria discriminar, que o pensamento caracteristico desta epocha (1830 a 1833) foi de attribuir todos os malles a monarchia, o da de 1834 à 1837 imputou-se a falta de desenvolvimento federal; publicadas porém as reformas à Constituição, afrouchadas por ellas os laços de União entre as Províncias e conseguintemente rebentando por todos os lados revoltas, apontarão-se e assignarão-se as causas na phantasmagoria dos Regentes, e na deficiência e ausência do prestigio de hum Monarcha, dirigindo o leme do Estado; muitos delles abusarão da alta posição, em que se achavão collocados, para oprimirem e desgostarem a individuos, alias fieis servidores, antigos sectarios da monarchia, a ponto de os reduzirem à penuria, sem outro deffeito ou culpa mais do que os considerarem discordes, e inconciliaveis e não se moldarem com os seus principios; como se procedeo comigo, que, com violação de garantias e direitos os mais sagrados, esbulharão-me em 1835 dos meus Officios d’Alfandega, cujos rendimentos constituião os meios únicos de minha subsistencia, como apparece demonstrado evidentemente na serie de reclamaçoens, que constantemente, mas sempre inutilmente, dirigi ao Governo, cujos rascunhos se encontrarão entre os meus papeis, e seria longo aqui enumerar, e

explanar esse acintoso esbulho.

Nota: Apenas aponto o esbulho dos meus Officios de propriedade.

Feijó, regente, cuidou ainda estar no Ministerio em 1832; Ministros ultrapassarão as raias das suas attribuiçoens; tentarão legislar, onde só lhes cumpria executar.

Ao Ministerio de 12 de Outubro succedeo o Gabinete Montezuma; (vide retro – fs 17, na – Micelanea – ou Apontamentos avulsos) tocou ao extremo a negligencia, e o abandono da infeliz Província de São Pedro em rebellião, o que me obrigou a empenhar-me no Senado em serios debates com o Ministro da Guerra Joze Saturnino (reporto-me aos Diários daquella epocha); cahio felizmente em tres mezes, e na sua queda envolveo o proprio regente do Acto Addicional.

A esta pestifera Decada desde 1827 à 1837 pertencem dous passos desesperados da minha carreira publica: a 1.ª – em consequenceia do mao estado visível da minha saúde, assentio benignamente Sua Magestade Imperial a que viesse tratar della no seio da minha família em Porlo Alegre, com o vencimento do meu respectivo ordenado de Conselheiro d'Estado; parti do Rio em fins do anno de 1828, e nem bem tinhão passado seis mezes, de improviso sou intimado por hum celebrado Escrivão da Junta desta Província, (Este Escrivão era Joaquim Joze de Araujo de tão reprovada conducta – que annos depois, a Regencia Permanente por decreto de 14 de Janeiro de 1854 o mandou dimitir do serviço Publico, annullando a Aposentadoria, que lhe fora concedida. Vide Constitucional Rio Grandense N.º 126), que não só por Provisão do Thezouro de oito de Agosto de 1829 ficavão suspensos os meus vencimentos como Conselheiro d'Estado mas ainda satisfazendo a desaffeição gratuita, que me tinha, ignorando eu até hoje os motivos, e só experimentando pelas arranhadellas, que não perdia occasião de dar-me, sempre que se lhe proporcionava, no Officio de 11 de Setembro de 1829 em que me intimava, que entrasse para os Cofres da Thesouraria Geral da Província com a quantia de quinhentos e tres mil trezentos e trinta e tres reis (o que fiz sem a minima hesitação) os quaes indevidamente – havia recebido do Ordenado de Conselheiro d'Estado pertencente aos mezes de Agosto e Setembro do quartel presente.

Veja-se este insultante Officio, no Constitucional Rio Grandense, Jornal da sua immediata protecção, e annexo ao conhecimento.

Este inaudito, e extraordinario rigorismo, porque não se havia ainda até então visto practicar em tão ellevado emprego vitalicio, em huma avançada idade, e no impedimento de molestias, em que o ordenado he antes como huma pensão e recompensa de serviços nos ultimos annos de huma carreira toda dedicada ao Estado, em semelhantes occasioens ain-

da mais preciso, e não ha exemplo de que se desconte aos velhos Generaes, retirados; he isso que vi constantemente observar com os meus collegas, o Marquez de Baependi, o Conde de Lages, e outros, quando no intervallo das Sessoens Legislativas, ião para suas Fazendas, com licença do Imperador etc. ao que accrescia o dezar e a vergonha da restituição, com a clausula de – individamente recebida – que o sobredito Escrivão Joaquim Joze de Araújo teve muito cuidado de fazer publicar na sobredita Gazeta, para que se divulgasse semelhante desfeita etc. estas e outras consideraçoens assas me contristarão, e sensibilisarão-me sobremaneira, à ponto de me reputar envolvido e enredado em intrigas, banzando quaes os motivos para abandonar-me a taes vexames.

Era o primeiro dezar, que em publico eu supportava, vindo immediatamente do Imperador, à quem tinha em consciencia, que havia servido bem, e portanto agitava-se mais minha susceptibilidade; lembrava-me de relance se offenderia de alguma expressão da Carta, que ao voltar a este paiz lhe dirigi, não só em razão do meu cargo de Conselheiro d'Estado, mas até porque me recommendou na despedida, datada de 24 de Dezembro de 1828 – em que não occultando o geral descontentamento, que o observava aqui consequencia talvez das muitas fortunas arruinadas pela guerra, concluía:

"Releve-se-me, Senhor, que por esta e outras combinaçoens eu avance, que o repouso, que hoje noto nestes Povos, não he de certo consequencia de huma íntima satisfação, mas o effeito do cansaço depois de longas calamidades: Todo bom Brasileiro, como eu, confia que V. Magestade Imperial aproveitando-se do remanso de huma paz extorquida pela necessidade, vingará ainda à honra e glória Nacional, e alçará nosso crédito abatido; hum grande Monarcha, como V. Magestade Imperial, não se contenta com o bem do momento, mas pelo seu genio e sabedoria converte e molda à seu geito o tempo e as circunstancias."

(Talvez se achasse esta Carta no Gabinete e conservo annexo à este livro o rascunho)

Se esta linguagem franca desagradou, não se devia esperar menos da minha lealdade: amargurado por ver-me assim privado dos meios de subsistencia, para descobrir campo, escrevi em carta particular ao meu antigo collega o Marquez de Caravellas, que então de novo ocupava o Cargo de Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Império, pintando-lhe as minhas circunstancias, e propondo-lhe que se o que eu experimentava erão effeitos de ambição e inveja ao emprego, disistiria delle, comtanto que me compensassem com equivalente redito para minha subsistência.

Esta abertura empeiorou minha condição; apresentou-se indiscre-

tamente minha carta particular em pleno despacho e Conselho de Ministros: tomou-se por positivo o que apenas era condicional, e consta-me que o Imperador arrebatadamente e nem ao menos esperando acabar de ler-se a minha carta, decidio que nomeava em meu lugar o Marquez de Barbacena, então no auge da privança; e o indifferente Ministro, sem fazer a mínima reflexão pressuroso passou Decreto a este, e a mim julgou contentar-me, deixando-me o gozo das honras desse cargo, e com as benévolas expressoens do Decreto da dimissão, datado de 9 de Março de 1830, envolvendo no escuro a condição essencial da compensação.

Era da minha dignidade não soltar queixumes, podião mais em mim a lembrança e indelevel gratidão pelos beneficios que Elle me liberalisou, do que a injuria, e o arbitrio de distituir-me de hum emprego vitalicio, o que não era dado ao Poder: estou intimamente persuadido, que desde o principio deste negocio o Principe havia sido ilaqueado e iludido; eu o tinha servido de perto, e confiava que em esfriando, como não tardou em desmerecer-lhe o favorito, havia de reparar damno, e à injustiça; o que não aconteceo, pelos successos, que logo depois se seguirão; hum destro intrigante tinha a maior facilidade em o surprehender; mas cada dia melhorava dessa fraqueza; hoje o choramos, e eu me affoutarei à dizer delle, o mesmo que Goldsmith escreveo de Carlos 1.º de Inglaterra – todas as suas faltas procedião da sua ruim educação, entretanto que as suas virtudes e excellentes qualidades nascião do seu coração. – History of England. Tomo 2.°

NB: Resolvi-me em Abril de 1842, a fazer huma representação pela Secretaria d'Estado do Imperio, reclamando o ordenado de rs 2:400$000 em perfeita igualdade com os outros meus Collegas, Conselheiros d'Estado. – Veja-se entre os meus papéis essa exposição de motivos; – e o lembrete grudado na folha 26, que he hum resumo do que tenho mais ampliado nos diversos rascunhos de requerimentos, até vencer escassamente no fim de 1843 minha Aposentadoria no Conselho da Fazenda.

Restitui-me ao meu Posto no Senado na tempestuosa Sessão de 1831: (vide retro na – Miscelanea, – a folha 16, que vem antes da corrente Explicação d'alguns factos, etc. etc.); não sendo occasião de reivindicar, e entrar em declaraçõens, que ainda de longe poderião beliscar a memoria daquelle que ainda eu offendido idolatrava: voltei na Sessão de 1837, em que declinando jà a revolução e mania republicana, requeri o Governo, e perseguindo-me este com inexplicavel contumacia, requeri por via de recurso ajuntando todos os documentos, na Sessão da Camara dos Deputados de 1839, onde jaz sem definitiva decisão.

Ainda a outro passo me levou minha extrema susceptibilidade, e pundonor: oprimido, e em situação precária pela escacez de meios, havia

deixado de ir occupar o meu assento no Senado desde a Sessão de 1832; o Senado tomando huma medida geral officiou aos seus Membros ausentes em data de 6 de Setembro de 1834 para comparecerem na proxima Sessão, ou participarem se não tem de comparecer mais, ou quando pretendem faze-lo? foi recebido em hum desses momentos de melancolia em que qualquer cousa irrita, tanto mais que prevenido e azedo com a guerra surda, que ambiciosos fazião ao meu lugar de Senador, já combatendo em geral contra a vitalicidade do Senador, que depois de acaloradas discussoens, ficou subsistindo na forma da Constituição; já atacando em particular a illegalidade da minha elleição, bem como a de outros meus collegas, o Bispo Capellão mór, Sebastião Luiz Tinoco, etc. respondi que me resignava, e submettia a deliberação do Senado, qualquer que ella fosse, reportando-me à huma Representação dirigida ao mesmo Senado em 15 de Fevereiro de 1833 (veja-se o rascunho desse Officio datado de 15 de Março de 1835, e o Parecer da Commissão da Constituição do Senado, impresso, os quaes conservo entre os meus papeis, em cujo parecer impresso lê-se em termos já não ameaçadores, mas moderados e polidos, empenhando o zelo e patriotismo, tanto meu como do Senador Ferreira da Camara, que davamos a dimissão, exigia o Senado que comparecessemos, logo que o permittisse nosso estado de saúde – foi approvado este Parecer, e eu fiz timbre de obedecer, comparecendo effectivamente na Sessão de 1837, sendo ali recebido com cordialidade: tinha declinado o espirito, que até ali reinava no Senado, e que tendia para o seu aniquilamento, e que me fez suppôr que tudo irresistivelmente tocava à completa e prompta subversão das nossas Instituiçoens, em tal desanimo, que era bem de prever a vista do progresso, e incarniçamento dos intitulados liberaes, não queria eu ao menos assistir, e authorisar com a minha assistencia huma dissolução reputada infallivel.

Realmente a Sessão de 1837, principalmente no Senado, discortinou o pensamento predominante do Brasil: à imprensa por hum lado, e a tribuna por outro, erão por toda parte combatidas as tendencias republicanas; firmava-se cada vez mais a Monarchia; cumpre confessar que para esse completo triunfo cooperou o acreditar-se, que com o Regente Feijó havião baqueado as ideas anti-monarchicas.

O Regente Pedro de Araujo Lima, já como provisorio, já como quatrienal, regeo o Imperio desde 19 de Setembro de 1837, até os recentes successos de 22 e de 23 de Julho de 1840, em que o Sr. D. Pedro 2.º entrou no exercicio das funcçoens, que lhe competião pela Constituição: nenhum outro Governo desde o fatal 7 de Abril de 1831 havia entrado com melhores agouros, que o de 19 de Setembro de 1837, intitulado por excellencia – o das Capacidades – , e apezar dos seus erros, tergiversaçoens, e até geralmente accusavão de venalidades alguns dos Membros do Ministerio, comtudo

conservou, e sahio com huma grande maioridade nas Camaras.

O Regente Araujo Lima, constante em seu plano de subir e engrandecer-se sem escolha dos meios, embora não sejão verdadeiras in totum as accusaçoens, que tanto na tribuna, como nos periodicos do dia, ultimamente lhe fazião, entre outros – a Regeneração N.º 5 – do 1.º de Setembro de 1840. Artigo a – Perfidia Mania – Deputado liberal da Assemblea constituinte, trahio seus amigos e alliados politicos; Ministro nos ultimos annos do Reinado de D. Pedro 1.º, trahio a hum tempo a Corte e ao partido liberal; em 1837, inculcando-se amigo fiel de Feijó, depois de receber delle a Senatoria, o trahio; trahido o Ministro Calmon, etc. etc. para suster-se no Posto, não hesitava em sacrificar todas as reputaçoens, e até considerei como hum laço, quando mal sustendo-se com o seu Ministerio de Candido Baptista, Conde de Lages, Alz. Branco, e outros dessa estofa, mandou-me por Joze Clemente Pereira, e ao depois elle mesmo me convidou, fallar para aceitar a Pasta dos Negocios do Imperio; como havia de confiar de hum homem, que sempre encontrei infenso? ainda nas minimas pretençoens, quando requeria indemnisação do meu Officio de Inspector d'Alfandega do Rio Grande e Norte, e posteriormente no Ordenado do Conselho d'Estado, que depois de paliar-se por immenso tempo, experimentando pelos effeitos, que existia no Gabinete huma influencia maligna, huma cabeça de Meduza, que paralisava e encontrava as minhas mais Justas pretençoens, que variando-se de Ministros sempre eu variasse de fortuna, não podia ser outro que o próprio Regente, que dissimilado e fingido, e ainda predominado de alguma camarilha, não podendo fazer-me outro mal, me reduzia à miseria; recorri à Camara temporária, que na Sessão de 1839 deo à Commissão de Fazenda favorável Parecer, que entrou em discussão, e teve muitos apoyos: à offerta do emprego de Secretario d'Estado recusei redondamente, porque – *timeo Danaos et dona ferentes* – e desconfiando, de que gozando nesse tempo de alguma. reputação litteraria, quereria elle mais essa victima.

NB: Era tal o mao fado que acompanhava o Projecto da 3º Commissão de Fazenda da Camara dos Deputados, datado de 9 de Julho de 1839 Nº 50 que declarava ao Sup.ᵉ o Ordenado de Conselheiro da Fazenda que depois de tres Sessoens, ainda na de 1841, ficou por decidir. (Decidio-se na longa Sessão de 1843).

Taes foram as vicessitudes politicas destes dez ultimos annos, que me obrigarão tambem a variar e recusar mais servir nessa quadra, e julgando perdido o systema Monarchico, que eu professava com fanatismo, e tinha em minha consciencia, que era o unico capaz de salvar a Pátria, desistia para não vê-la expirar em minhas maons.

Caberia aqui explicar algumas cousas dos Tratados estipulados com

diversas Naçoens, dos quaes fui eu hum dos Plenipotenciarios, mas a historia dessas negociaçoens, acha-se bem desenvolvida no Masso – Papeis relativos a varias Negociacoens Diplomaticas – e seria aqui huma fastidiosa repetição: de passagem bastará notar para os que suscitarem reparos ao Tratado de Paz com Buenos Ayres, em 24 de Maio de 1827, do qual fui hum dos Plenipotenciarios.

No Artigo 2.º manifestão-se já modificadas aquellas minhas primeiras ideas, de que fosse o Rio da Prata divisa, e barreira invariavel do Imperio do Brasil por aquelle lado; tenho ponderado nas difficuldades, e por isso hoje estou que para paz do mundo commercial conviria antes – que Maldonado, Monte Video, e a Colonia, fossem outras tantas Republicas Federadas, como as Cidades livres Anseaticas, Hamburgo, Inbeck, Bremen, etc. com hum territorio circunscripto, debaixo da protecção to Brasil, como as Ilhas Jonias são protegidas por huma grande Potencia etc. assim não entrarião em ciúme a Inglaterra, e França.

Hoje já não são occultas as manobras da Inglaterra para baralhar, e suscitar embaraços para que não fosse a effeito o referido Tratado; Canning, que na quelle tempo dirigia os destinos da Inglaterra, tinha huma política variável e de circunstancias; acerrimo deffensor da liberdade civil, como era da tolerancia religiosa, certificou-me o Marquez de Santo Amaro, quando em 1831 se recolheo de huma Embaixada extraordinária à Londres, que tinha dados para assegurar-me, que elle Canning depois de tanto cooperar pela sua intervenção para Declaração da Independencia do Brasil, se arrependera desse passo.

Em summa; tenho a consciencia de haver salvado a Patria na salvação desta Província – na renhida discussão, sustentada debaixo de mão por mim, entre o Governador Paulo Joze e o Vice Rei Marquez de Sobremonte para estabelecer depois da guerra de 1801 as Guardas da Fronteira – pela Convenção de 1819, que toda dirigi pelos debates no Congresso de Lisboa sobre o abandono da Cisplatina – pelos meus esforços durante minha Presidencia e a Convenção Preliminar de paz de 24 de Maio de 1827.

Descosidamente, como he de esperar de apontamentos desta natureza, que vão lançando-se à medida, que vão occorrendo, sem aquella ligação, que em tempo se lhe dará.

Depois de tres Sessoens annuaes (1837, 1838, 1839) seguidas no Senado, urgindo negocios da minha casa parti do Rio em o Bargantim – Novo Porto – juntamente com o Conde do Rio Pardo, se bem me recordo, em princípios do anno de 1840.

Este anno foi fecundo em acontecimentos extraordinários; realizou-se a declaração antecipada da Maioridade do Imperador, há muito

premeditada, e reporto-me aos successos assas conhecidos de 23 e 24 de Julho; poucos dias depois, nos primeiros despachos que fez Sua Magestade Imperial, no dia 2 de Agosto, Annos da Princeza D. Francisca, nomeou-me Veador das Princezas Imperiaes.

Julguei-me constituído na rigorosa obrigação de comparecer e assistir ao Acto da Coroação, como huma prova da minha adhesão à Monarchia, apromptei-me para essa viagem, trazendo em minha companhia meu filho Joze Feliciano, de idade então de nove annos, afim de dar-lhe educação: parti pois de Porto Alegre no dia 18 de Março de 1841, chegando à Villa do Norte cahio-nos no dia 27 de Março a mais medonha tempestade de vento, trovoada, chuva de pedras, que jamais tenho visto, e que fez hum dos maiores estragos, de que havia tradição; chegamos ao Rio de Janeiro à 18 de Abril; mas não sendo possivel concluir e promptificar-se com brevidade os sumptuosos preparativos para a Coroação, só se realisou esta solemnidade no seguinte 18 de Julho: não he para aqui contar essa a mais brilhante Função, da qual tratão Relaçoens especiaes: pelo que me tocou em particular, fui nomeado para, no prestito, levar o sceptro, o mesmo, e a unica insignia, que tinha servido ao Imperador D. Pedro 1.º, do qual fui Ministro; era elle de ouro massiço, e tinha de altura sessenta e oito polegadas; de volta da Capella tocou-me a guarda dos colares de diversas ordens: no banquete publico desse dia, pelas sete horas da noite, coube-me a honra de servir de trinchante da Princeza Imperial a Senhora Dona Januaria; os detalhes apparecerão das Relaçoens dessa solemnidade.

Terminada a Sessão Legislativa em fins de Novembro de 1841, fui apresentar-me no Paço para entrar de Serviço, quando me competisse; e com effeito entrei de semana no Sabbado 27 de Novembro, e fui rendido no dia 4 de Dezembro seguinte, recebendo o melhor e mais favoravel acolhimento, o que muito me satisfez, não só das Pessoas Imperiaes, mas de todos do Paço.

No dia 2 de Dezembro, dos Seus Annos, Sua Magestade lmperial Se Dignou condecorar-me Dignitario da Ordem do Cruzeiro, (Esta graça parecia achar-se-me preconisada e prometida por lei; a lei da criação da Ordem do Cruzeiro marcava o prazo depois do qual eu tinha accesso à Dignitario, na fundação della, por serviços praticados nas Cortes de Portugal me foi concedida a Commenda de – Official – e quasi vinte annos depois he que me foi conferido esse grào (nunca por mim requerido), ao qual nesse intervallo forão promovidos outros sem serviços como Joze Clemente, Joze Ricardo), por acto espontaneo, e lembrança Sua, como me certificarão os Ministros d'Estado, e eu testimunhei quando fui agradecer.

Huma scena bem triste, que me levou quasi as bordas da sepultura,

foi a enfermidade de hum antharás, que com os caracteres mais malignos appareceo-me na mão esquerda, no principio do mez de Fevereiro de 1842.

Fica para outro lugar a historia dos meus soffrimentos e do perigo de vida em que me achei.

Levantando-me de tão perigosa enfermidade ainda mal convalescido, e com a mão pendurada no peito, fui beijar a Mão de Sua Magestade no dia 27 de Abril de 1842, à Quinta da Boa Vista.

Quando nos preparavamos para começar a Sessão Legislativa, no Domingo, 1.º de Maio, reunidos poucos Senadores no Senado, apenas seis, entre os quaes fui hum, entregou-se na Meza ao Presidente, e o Secretario leo o Decreto seguinte:

"Tomando em consideração o que me expuzerão os meus Ministros e Secretarios d'Estado, no relatorio desta data, .e tendo ouvido o meu Conselho d'Estado, Hei por bem, usando das attribuiçoens que me confere a Constituição no artigo 101 paragr. 5; dissolver a Câmara dos Deputados; e convocar, desde ja, outra, que se reunirá no dia 1.º de Novembro do corrente anno."

Candido Joze de Araujo Vianna etc. etc. Palacio do Rio de Janeiro em 1.º de Novembro de 1842

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Nota: Vide o Relatorio citado e Decreto, no Jornal do Commercio de 2 de Maio de 1842.

NB: Por motivos, não se abrio a Assemblea no dia in fronte aprazado, mas sim no 1.º de Janeiro de 1843.

Esta extraordinaria novidade veio transtornar grandemente os meus interesses, e medidas, espaçando ainda alem do referido prazo, minha demora nesta Cidade.

Os Deputados Antonio Carlos e Martim Francisco, apparecerão com hum – Protesto – no Diario do Rio – 7 de Maio, e no dia 8 de Maio partirão no Vapor São Paulo, dizia-se para conciliar a Província de São Paulo, e pouco depois apparecerão as rebellioens de São Paulo e Minas, cujos successos se lerão em lugares competentes.

Em lugar proprio farei menção da Commissão de que fui encarregado pelo Governo para assistir aos Actos do Collegio de Pedro 2º, e do resultado farei hum Relatorio.

NB: Por Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio de 26 de Outubro de 1842, fui incumbido de assistir aos Exames dos Alumnos do Collegio de Pedro 2º, que tiverão principio em 21 de Novembro seguinte,

e durarão até 30 do mesmo mez. Tomei como hum sinal de Approvação a reiteração da nomeação para igual Commissão no anno seguinte, por Aviso da sobredita Secretaria de 25 de Outubro de 1843, encargo que não aceitei por achar-me de partida, como parti, para a Província do Rio Grande. Vide o Aviso de 6 de Novembro de 1848.

Na quarta feira 19 de Abril de 1843 assisti a Audiencia solemne, em presença da Corte, na qual o Ministro da França, Barão de Langsdorff pedio a mão à esposa da Princeza D. Francisca, que com o Imperador achavão-se presentes no Throno, para o Principe de Joinville, e tanto o Imperador como a Princeza, responderão, ao Ministro, em Francez: a Princeza D. Januaria não assistio.

1843

A longa Sessão Legislativa de 1843 foi, o que era bem de prever e esperar, laboriosa, e agitada: Tinha-se de pronunciar, e julgar nella os Senadores complicados nas rebellioens de São Paulo e Minas (vejão-se as discussoens impressas no Jornal do Commercio d'essa epocha; e os Processos, e respostas dos Reos, que se distribuirão no Senado: à mim tocou-mo grande parte dessa tarefa, como Membro da Commissão da Constituição etc.

Nota: Sobre o julgamento dos Senadores implicados na rebellião de São Paulo e Minas, tratarei difusamente em outro lugar: a quem me taxar de nimio rigor pela minuciosa difusão, com que explanei as bases do Sr. Vergueiro – trarei a proposito este trecho de historia – O Escriptor da Vida de Milton à quem concedida a amnistia, por achar-se implicado na revolução, que levou Carlos 1.º de Inglaterra ao cadafalso, julgou-se conveniente, conservar-se a memória do crime de que fora perdoado: – Ne tanti facinoris immunitas, aut non extitisse, aut non vindicata fuisse videatur.

Viagem do Rio de Janeiro para Porto Alegre em 3 de Dezembro de 1843 e chegada aqui em 6 de Janeiro de 1844.

Encerrada a Sessão neste anno, tratei de recolherme para o seio da minha família em Porto Alegre: Obtive licença de Sua Magestade o Imperador, e três dias antes de partir, fui beijar-lhe a Mão por despedida, a Imperatriz, e a Sua Alteza Imperial, na Fazenda da Taquara, 5 legoas da Cidade, e assim na melhor disposição e concórdia com todo o mundo, sahi pela barra fora do Rio de Janeiro em Domingo, e no Domingo 17 do mesmo mez, entrei felizmente pela barra do Rio Grande, no Brigue – Bella União –; à minha casa em Porto Alegre, só cheguei no Dia de Reis, a seis de Janeiro de 1844, e achando todos sem novidade.

Desde Março de 1841, em que dei à Vella para o Rio, com o principal

fito de assistir a sagração e coroação do Imperador, o que de mais notável occorreo em minha vida neste período foi:

1.º – Prover na educação de meu filho Joze Feliciano como tanto desejava; entrou logo no Collegio de Valdetaro, e achando pouco adeantamento, passei-o para o Collegio do Costa, e em ambos foi meio pensionista; até que prompto nas primeiras letras, entrou para o Collegio de Pedro 2º em 2 de Fevereiro de 1848: em Quinta feira Santa desse mesmo anno entrou no exercito de Moço Fidalgo da Casa Imperial, de que se lhe passou Alvará, assignado pelo Imperador.

2.º – Entre as importantes materias, que se ventilarão nessa Sessão, foram – O espinhoso Processo dos Senadores implicados na revolução de Minas e São Paulo – o bem disputado Projecto sobre a prerogativa a favor dos Alumnos do Collegio de Pedro 2.º, de se lhe conceder o grao de Bacharel em Letras etc. e o intento da fusão das Alfandegas desta Provincia na do Rio Grande só – as quaes sustentei com felicidade, e desta última apenas chegou a notícia deo-me o Commercio desta Capital as provas mais significativas de satisfação, e consta que reservavão outras para minha chegada, o que recusei etc. etc.

Por Aviso da Secretaria d´Estado do Imperio, tornei a ser nomeado para assistir aos exames do Collegio de Pedro 2.º, e escusei-me por estar de partida para esta Província.

Quando cheguei a Corte em 1841 achei-me nomeado – Veadôr – da Casa Imperial; e à excepção do tempo das Sessoens Legislativas, e durante minha grave moléstia, fiz effectivo Serviço, – Na

1.ª Semana

Entrei no dia 27 de Novembro de 1844 – Sahi no dia 4 de Dezembro de 1841.

2.ª Semana

Entrei de Serviço (depois de huma longa e perigosa molestia, e ainda com a chaga aberta) no dia 15 de Outubro de 1842 – Sahi no dia 22 do mesmo mez e anno.

3.ª Semana

Entrei no dia 17 de Dezembro de 1842 – Sahi no Sabbado 24 de Dezembro de 1842

Nota: Duas Acçoens occorrerão neste anno de 1843 na minha vida pública, aliás de interesse transcendente a toda Nação Brasileira:

1.º – Na Sessão Legislativa de Sabbado 2 – 30 de Setembro de 1843 – impugnei fortissimamente a proposta enxertada pelo Ministro da Fazenda,

Joaquim Francisco Vianna, Artigo 64 dos Additivos. o qual pedia authorisação para fundir as diversas Alfandegas da Província, em huma só, a do Rio Grande; pelas razoens, que se podem ler no debate Impresso dessa Sessão, propuz a suspensão, a qual venceo-se: incalculaveis forão os males, que com isto evitei: apenas constou esta decisão em Porto Alegre, o Commercio extasiado em alegria, veio de noite com tocatas, músicas e vivas à porta da minha casa, pedindo que apparecesse minha mulher e dando-lhe os agradecimentos etc. mas (notou hum Periodico) que quando d'ahi a tres mezes appareci nesta, nenhuma felicitação me dirigirão.

2.º – A prerogativa que passou por huma Resolução sobre o Grao de Bacharel em Letras, no Collegio de Pedro 2º e logo nesse mesmo anno, conferio-se a alguns dos alumnos.

Recompensas e consideraçoens academicas

Receando que se dê interpretação maligna, se passasse em silêncio aquelle periodo da minha Vida, em que recebi mais distincçoens e recompensas litterarias, no qual entrando em contas comigo mesmo, admirava-me, como sem talentos, e sem outras qualidades necessarias, subisse ao gráo de reputação scientífica, em que me achava favoneado por todos os lados, indicarei aqui sem vaidade e sem orgulho os titulos, que me tem enviado diversas Associaçoens Scientificas, e que se acharão na Gaveta da Mesa, em a qual estudo

Sociedades Litterarias Nacionaes

1839 – Presidente Perpetuo do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, do qual fui hum dos Fundadores. Vejão-se as Memorias do mesmo Instituto, das quaes tenho Collecção completa – Tomo 4.º – Vide Revista Trimestral etc.

1839 – Socio, e elleito Vice Presidente da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. NB: Tive alguma parte nesta Instituição, como se vê do Aviso de 18 de Julho de 1827, em que sendo então Ministro do Imperio, declarei a Approvação dos Estatutos apresentados, e a nomeação da primeira Meza etc. O dito Aviso corre impresso, annexo aos primeiros Estatutos.

Nota: Em abono do meu amor e devoção à Pública Instrucção, releve-se-me a complacencia em gloriar-me de que sempre que eu estive no Poder, usei delle para dar vida e acção às Instituiçoens de Publica Instrucção, como a Academia das Bellas Artes, a Escola Medico-Cirurgica do Rio, que na salla dos Exames lá conserva meu retrato junto ao do Imperador o Senhor D. Pedro 1.º; os dous Cursos Juridicos de São Paulo e Olinda etc. etc acolhi e inculquei os Sabios etc. etc. do que darei provas.

1838 – Socio effectivo da Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro.

1889 – Socio Correspondente do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro.

1835 – Membro Correspondente da Sociedade de Instrucção Elementar do Rio de Janeiro.

1842 – Presidente Honorario da Sociedade de Instrucção Liberal das Cachoeiras de Macacú.

Das Sociedades Estrangeiras de que sou Membro

1822 – Socio Correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por Diploma de 16 de Outubro de 1822, durante a União dos 3 Reinos.

1827 – Membro da Sociedade de Agricultura de Carlsruhe – no Grão Ducado de Baden.

1830 – Socio da Academia Real dos Amigos Curiosos da Natureza de Berlim.

1832 – Socio Correspondente da Sociedade Philomatica de Paris.

1834 – Membro Correspondente do Instituto Historico da França.

1841 – Membro Honorário da Sociedade Ethnologica de Paris.

1841 – Membro Correspondente da Sociedade Rhênana de História Natural em Mavença.

1841 – Membro da Sociedade Real dos Antiquarios do Norte.

1840 – Socio Correspondente da Sociedade Real Borbonica, Academia das Sciencias de Napoles.

1840 – Socio da Academia Pontaniana de Napoles.

1842 – Socio Honorario da Associação Marítima e Colonial de Lisboa.

Exhausta quasi a primeira edição dos – Annaes da Provincia de São Pedro – O 1.º Tomo impresso no Rio de Janeiro, 1819 – O 2º Tomo em Lisboa, 1822 – tratei de huma 2ª Edição, correcta, augmentada; impressa em Paris – 1839 – acompanhado de hum Mappa Topographico da Província, aberto e gravado em Paris, posto que com alguns deffeitos, como ommissoens, notaveis, como não assinalar a serra de Butucarahy, trocas de lugares, a Parochia da Villa nova de S. Anna (trocando pela de S. Joze) na Província Limitrophe de S. Catharina, e outros enganos etc. desta 2.ª edição fiz offerta de alguns exemplares, ricamente encadernados, à Sua Magestade o Senhor D. Pedro 2.º, as Princezas do Brasil, a alguns Soberanos Estrangeiros, entre ellles a Rainha de Portugal D. Maria 2.ª a cuja educação tocou-me inspectar, na forma da Constituição do Imperio, como Ministro de Interior.

Entre as Personagens Estrangeiras offertei hum exemplar à Sua Magestade o Imperador da Russia animado pelo respectivo Ministro do Brasil, e são resultados:

1º – O mais benigno accolhimento, e agradecimentos de Sua dita Magestade que m'os communicou em Officio datado de 10 de Junho de 1840 o Conselheiro d'Estado Julio de Wallenstrin, Consul Geral da Russia no Brasil. (Vide na Gaveta dos diversos Diplomas Estrangeiros).

2.º Carta da Sociedade Filosophica de Philadelphia, nos Estados da União Norte Americana, datada de 18 de Agosto de 1826 agradecendo a coadjuvação, que na minha Obra lhe presto, com a qual prehenche o fim da sua instituição, o de promover os conhecimentos uteis etc, etc.

3.º – Prodigaliza-me louvores o – Relatorio de huma Obra intitulada – Annaes da Provincia de São Pedro – por Mr. Joze Feliciano Fernandes Pinheiro, Barão (aliás Visconde) de São Leopoldo, antigamente Ministro d'Estado do Imperio do Brasil – lido na Academia das Sciencias do Instituto da França – Por Mr. Augusto de S. Hilaire.

NB: — A Gazeta do Rio intitulada – Diario do Rio de Janeiro, de 14 de Dezembro de 1837 transcreve especialmente este final:

"Somos já devedores ao Sr. J. F., convidemo-lo a que continue nas suas indagaçoens sobre a geographia, estatística e história do seu pais; devemos-lhe agradecimentos, e tenha a sua Obra hum lugar distincto na bibliotheca do Instituto."

4.º – No – Bulletin General et Universelle des Annonces et des Novelles Scientifiques Nº 8 – à Paris – Aout, 1823 – pagina 333 – annunciando os – Annaes da Capitania de São Pedro, Por J. F. F. P. Tomo 1.º Rio de Janeiro 1819 – Tomo 2.º Lisboa 1822 – Geographie et Statistique – Assim se explica relativamente ao Autor dos Annaes:

"Jurisconsulto illustrado, historiador fiel, Mr. J. F. F. P. he ainda hum excellente Geographo; e os cargos emminentes, de que se acha revestido, o tem posto ao alcance de consultar os documentos os mais raros, e de correr os paizes que elle descreve."

O Voto de Mr. de S. Hilaire he para mim o mais lisongeiro, no qual dou o maior apreço, e a quem conheci viajando grande parte do Brasil, sabio conhecido pelas suas excellentes Obras, de algumas foi o Relator na Academia das Sciencias o Barão de Humboldt, tendo elle já dado huma noção desta Província no excellente – Aperçu d'un Voyage dans l´interieur du Bresil – Paris – 1823.

Das minhas Obras e trabalhos Litterarios, fosse pela importancia da matéria, fosse pela occasião, e occurrencias, em que foi publicada, a que

fez alguma bulha, foi a Memoria – Quaes os limites naturaes, pacteados, e necessarios do Imperio do Brasil?

A mais tremenda rebellião havia apparecido na Província do Pará; a pretexto de oppor hum cordão sanitario, marcharão tropas de Cavyena, invadirão o território Brasileiro, e ultrapassarão o Oyapock, limite até então reconhecido, e respeitado, e só fizerão alto mui perto da Fortaleza de Macapá, e em huma Ilha do lago do Amapá estabelecerão hum Posto Militar, que conservarão guarnecido por 200 homens de primeira linha, protegidos por embarcaçoens de guerra.

Foi tornando-se logo depois hum couto e covil dos rebeldes, e perpetradores de crimes atrozes (Exposição do Estado do Pará, pelo Marechal Andrea).

Esta manifesta violação de território exasperava a todo Brasileiro, principalmente aos mais zelosos da honra nacional, tanto mais que suppunhão que o Gabinete soffria impassivel e indifferente, lançavão-se sarcasmos pela imprensa, e em huma Sessão do Senado em 1839, na de 6 de Junho, hum Senador, conhecedor dos negócios diplomáticos, declarou que a despeito das vivas reclamaçoens do nosso Ministro em Paris, o Gabinete das Tulherias insistia na violenta occupação, e chegou a ameaçar que sem embargo das estipulaçoens dos Tratados de Utrecht e de Vienna, se não lhe fossem restituídos os territórios à que a França se julgava com direito (não pelo Oyapock) passaria a tomá-los por força: o expediente que restava era recorrer à Inglaterra, que pela Convenção Secreta de 1815, de novo se obrigou a garantir os limites marcados nos Tratados antecedentes; e o mais que pode conseguir o então Ministro e Duque de Wellington, foi que o Oyapock ficasse servindo de limite provisório até as negociaçõens ulteriores a esse respeito.

Foi nesse apurado ensejo, que me aventurei a sahir a campo, com a Memória, acima mencionada, com o intuito de fazer serviço ao Brasil, a qual acolhido geralmente com applausos, e com as demonstraçõens mais lisonjeiras: pelos Periódicos da Corte, a mor parte dos quaes conservo emassados na Gaveta dos – Titulos abonatorios dos meus estudos.

Esta Memoria encontrou echo em Lisboa: O Conselheiro Manoel Joze Maria da Costa e Sá, escreveo – Breves Annotacoens da Memoria do Visconde de São Leopoldo sobre os limites do Brasil – offerecido o M. S. pelo Autor à Sua Magestade o Imperador D. Pedro 2.º.

Veio parar ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, debaixo de cuja protecção, e expensas, havia sido publicada a Memória: deliberando o Conselho do Instituto, que se imprimissem a sua custa as – Annotaçõens –, fiz a Resposta. (NB. Esta minha Resposta às Breves Annotaçoens sobre

os limites etc. Pelo Conselheiro Manoel Joze Maria da Costa e Sá, appareceo impressa em 1845, e recebi dez exemplares, com que me mimoseou o Instituto Historico etc.), e pedi, que em seguimento dellas fosse ella impressa, por decoro do Instituto e meu, e entreguei o meu M. S. ao 2.º Secretário Perpetuo, e Archivista o Dr. Manoel Ferreira Lagos, antes da minha partida para o Rio Grande do Sul, e receando que pela celeridade, com que tirava a limpo o rascunho, receando que me houvesse escapado alguma cousa, no caso de encontrar equivoco, ou Incongruencia, fosse eu ouvido; dei à Vella do Rio no dia 3 de Dezembro de 1843.

Alem desta, publicarão-se outras Memorias, com huma noticia das Sociedades Litterarias, que existirão no Brasil: hum Relatorio, e Observaçoens sobre o Collegio de Pedro 2º, para o qual tinha sido nomeado Commissario do Governo para assistir aos Exames, etc. Alguns Discursos nas Solemnidades do mesmo Instituto Brasileiro, inseridos na Revista Trimestral – Discursos Parlamentares transcriptos nos Diarios do Senado, etc, etc.

Visita de Sua Magestade Imperial à Província de São Pedro, 21 de Novembro de 1845.

Pacificada a Província do Rio Grande, Sua Magestade Imperial veio visitá-la, e tendo-se demorado em Santa Catharina, e na Cidade do Rio Grande, surdio no ancoradouro desta Cidade de Porto Alegre em hum barco de Vapor, na Sexta feira, 21 de Novembro, pelas oito horas da manhã, e desembarcou pelo meio dia por entre aclamaçoens do Povo etc, etc.

O Bispo Diocesano em Visita.

Na mesma occasião veio do Rio de Janeiro em visita O Bispo Diocesano D. Manoel Roiz do Monte, desembarcou logo depois de Sua Magestade Imperial no mesmo dia 21 de Novembro de 1845, e abrio visita nesta Cidade de Porto Alegre. Visitou até o Rio Pardo – veio à Viamão, Aldea, São Leopoldo, S. Anna. Voltou, sahindo de Porto Alegre – no dia 1.º de Fevereiro de 1846.

Sua Magestade Imperial desde o dia 21 de Novembro de 1845, em que desembarcou nesta Capital de Porto Alegre não cessou de correr as Estaçoens Publicas, indagar, examinar tudo, indo ver os lugarejos visinhos, foi no dia 7 e 8 de Dezembro à Capella de Viamão, onde o esperava hum Troço do Exército, passou revista em pessoa, e fez manobrar etc.

Tinha antes, no dia dous de Dezembro, Anniversário dos seus Annos, feito muitas Graças e Mercês, como consta da Relação dos Despachos.

Na Terça feira 16 de Dezembro, pelas cinco horas da manhã, largou desta Cidade em hum Vapor, com grande Commitiva, para visitar a Colonia

Estrangeira de São Leopoldo; ali se demorou nos dias 16, 17, 18 do mez de Dezembro de 1845, correo e visitou tudo, quanto era possivel pesquizar – e chegou de volta à Capital no dia 18, pelas dez horas da noite, no mesmo Vapor; mostrando-se tanto SS. MM. II. mui satisfeitos do que virão.

No Sabbado 27 de Dezembro de 1845, Segunda Oitava do Natal, pelas oito horas da manhã, Suas Magestades Imperiaes embarcarão no Trapiche d'Alfandega, para bordo de hum Vapor, que subio pelo Guayba, na direcção da sua Viagem para a Campanha.

Chegando à Villa do Rio Pardo, e sintindo incommodos Sua Magestade a Imperatriz, ficou ali, onde esperou a jornada do Imperador, que seguio até o Quartel de São Gabriel.

Na Quarta feira 28 de Janeiro de 1846, pelas duas horas da madrugada, chegarão de volta a esta Capital Suas Magestades Imperiaes, em perfeito estado de saúde.

No dia 3 de Fevereiro de 1846, embarcarão Suas Magestades em hum Vapor pelas cinco horas da manhã, acompanhadas desde o Palacio até o trapiche d'Alfandega de grande concurso, tanto de Senhoras, como d'homens, dos principaes, e immediatamente seguio com destino à Cidade de Pelotas, na qual se demorou sete dias, partindo a 11 de Fevereiro de 1846.

Demorando-se Suas Magestades Imperiaes poucos dias (7 dias) na Cidade de Pelotas, onde forão ricamente recebidos, e fez algumas Mercês, partio d'ali no dia 11 de Fevereiro no mesmo grande Vapor, e de bordada sahio barra fora para Santa Catharina, de tarde, das 4 para 5 horas desse mesmo dia.

O Bispo Diocesano D. Manoel do Monte, sahio também na mesma occasião.

Chegou o tempo da abertura da Assemblea Legislativa Provincial, tiverão lugar as Sessoens Preparatorias nos dias 27 e 28 de Fevereiro, na de 27 apresentei o meu Offício, datado desse dia, no qual dava minhas excusas para deixar de tomar assento nessa Assemblea no 1.º de Março (Domingo) pelo meio dia apresentou-se o Presidente da Província, e lendo seu Relatorio, abrio-se a Sessão com as solemnidades do estillo.

Ad memorandum. – Três dias antes de partir de Porto Alegre Sua Magestade o Imperador entreguei em suas Maons hum requerimento circunstanciado, e documentado, em que reclamava a indemnisação do Officio de Juiz d'Alfandega da Cidade do Rio Grande da minha propriedade, cuja indemnisação cedia a favor da educação de meu filho Joze Feliciano.

Por esta occasião farei menção de hum requerimento que dirigi tambem à Sua Magestade Imperial antes de partir do Rio para esta Cidade

de Porto Alegre em 1843, pedindo em plena remuneração dos meus serviços huma pensão pecuniaria para cada huma de minhas filhas, este requerimento corre impresso, e o original conserva-se na Secretaria do Império.

Por feliz me darei se tiverem comigo a mesma attenção que se teve com a Baroneza de Taquari, a quem por Decreto de 9 do Mez de Julho de 1845, remettido à Camara dos Deputados em Sessão de 9 de Julho do mesmo anno (vide Jornal do Commercio de 11 de Julho desse anno, (Art. – Expediente) lhe foi concedida a pensão de 1:200$000 rs. com sobrevivencia repartidamente para suas duas filhas, sem prejuízo do meio soldo, que por ley lhe compete etc.

O Conde de Caxias, tendo dado posse da Presidencia ao Vice Presidente Patricio Correa da Camara, e do Commando do Exército ao Brigadeiro Coelho, sahio para o Rio de Janeiro, em hum Vapor em a noite de 12 para 13 de Março de 1846 – e sahio barra fora no dia 15 do dito mez de Março.

Sua Magestade tendo partido do Rio Grande como acima deixamos dito, no dia 11 de Fevereiro de 1846, por Officio do Presidente de São Paulo, de 6 de Março de 1846, que vem transcripto no Imparcial do 1.º de Abril do mesmo anno, fez Sua entrada solemne na Capital daquella Província em o dia 26 de Fevereiro precedente.

Diversas particularidades da Assemblea Provincial.

Retro, no fim da Pagina 83 vimos em como se abrio a Assemblea Provincial no primeiro do Mez de Março de 1846.

Em huma das Sessoens Preparatorias entreguei o meu Officio, em que me excusava de tomar nella assento, para o qual fora elleito, e a copia delle vem impresso, tanto em hum dos números do Imparcial, como no Periódico – O Rio Grandense.

Esta Sessão, sem experiencia, sem tirocinio, correo à ventura, e he notável pelos seus erros, na minha opinião o mais notavel e imperdoavel foi a revogação da lei, que tinha Decretado de Festa Nacional o Dia 15 de Junho, por ser Anniversario da Reacção de Porto Alegre. (Veja-se no – Commercio – Periodico desta Capital, Junho de 1846), no Artigo – Ultimo Adeus do 15 de Junho de 1836, – do qual tenho huma copia entre os meus papeis, e documentos da Revolução de 20 de Setembro de 1835.

Nota: Tambem vi proposto como programma na – Sentinella da Monarchia – Rio de Janeiro.

Predominarão nessa Assemblea os vendidos ao Partido Caxias, por que não tendo razoens o Autor nesse Projecto de extincção para fundamentar a necessidade de tornar a sepultar em completo olvido, qualquer refe-

rencia a estes factos commemoradores de nossos tão aturados males etc. etc verdadeiramente por não dar de rosto aos rebeldes que passeião impunemente entre nós, pretextou-se que assim convinha para – mas em que absurdos se precipita aquelle, que aberra da verdade, e da razão! querendo simullar escrupullo de não belliscar esse Decreto de Amnistia, minou pelos fundamentos, e deixou sem base, e sem motivo outro Decreto, que por esse heroico Feito da mais prodigiosa defesa, mereceo ser honrada esta Capital com o Titulo de – Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre.

Ignominia eterna para aquelles, que adquirindo sua fama e reputação por haverem cooperado para essa gloria, por incomprehensivel contradicção, votarão para essa escandalosa revogação: lá virão tempos em que se corrijão taes effeitos de huma corruptora suggestão.

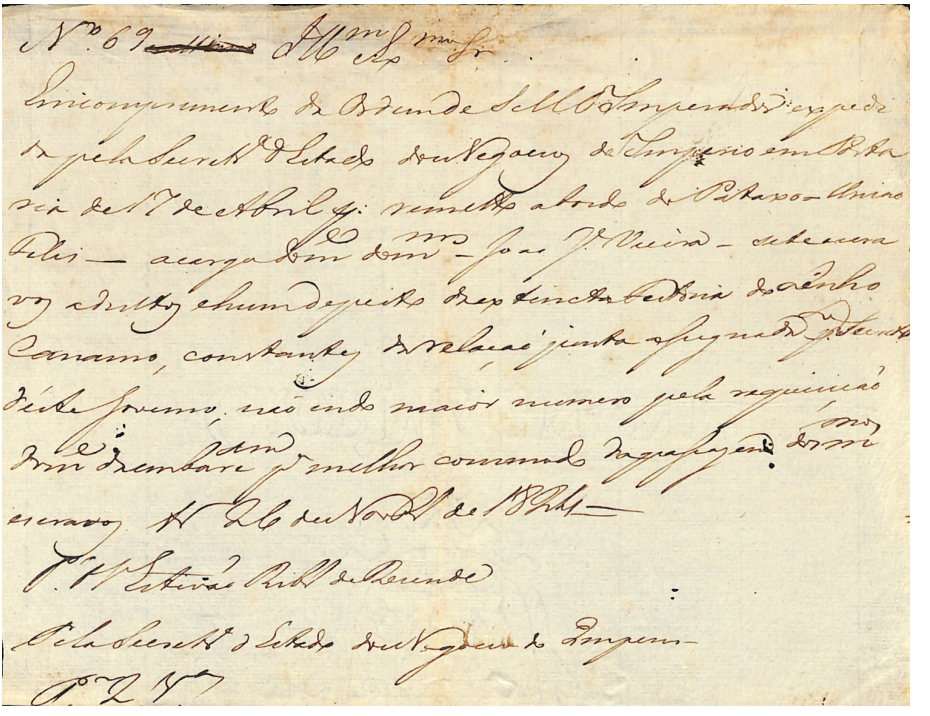
Acto da Confraria da Misericordia a meu respeito.

Exige a minha especial gratidão, que consigne neste lugar huma acção da Contraria da Misericordia desta Cidade a meu respeito: fallecendo huma minha terceira neta, filha do Coronel Bilancourt e de minha filha Maria Thereza, na ausencia daquelle, pretendi que se sepultasse na Caridade, o Provedor João Baptista da Silva Pereira convocou a Meza, emcorporada com o Pendão alçado, assistio a Encommendação, acompanhando o Anjinho até a Sepultura, que foi no Cemiterio dos Irmaons: advirta-se que o Pae da minina não era irmão, e fizerão reverter todas estas distincçoens em meu obsequio etc. – que muito me obrigou – Em 21 de Outubro de 1846 – Não desejo infamar a alguém etc.

Horrível tempestade... Para memória. Passados erão mais de quarenta annos da residencia de Porto Alegre desde Dezembro de 1802 (n'esta cidade desembarquei em Domingo, 5 de Dezembro do dito 1802), e por isso apenas com excepção de alguns annos, que estive fora em diligencias, não constou, nem havia tradição, de furacão maior, do que cahio ao amanhecer para o Domingo, 1.º de Novembro de 1846, pelas tres horas da madrugada mais ou menos, seguido de horrorosa trovoada da parte d´O. S. O., e copiosa chuva, cuja maior fúria da tempestade duraria quinze minutos; levantou telhados, alagou todas as casas, destelhou, virou dous grandes brigues ali ancorados, arrancou arvores, como no meu quintal, cedros, alamos etc.

He notavel que o furacão limitou-se à Cidade até o cristal – ao sul.

NB: Veja-se a descripção desta tempestade no Periódico – Imparcial – Quarta feira 4 de Outubro de 1846.



Terceira Parte

Epochas notaveis da minha Vida

Nasci em Santos, Villa da Capitania de São Paulo, em nove de Maio de 1774. Embarquei de Santos para Lisboa à 2 de Julho de 1792, onde cheguei no 1.º de Outubro do mesmo anno.

Parti de Lisboa para Coimbra à 15 de Outubro de 1792.

Formei-me em Direito Canonico a 25 de Junho de 1798.

Em Outubro desse mesmo anno voltei para Lisboa a solicitar arrumação.

No 1.º de Agosto de 1799 fui para a Quinta do Manique a trabalhar nas Obras Litterarias, e della despedi-me a 20 de Junho de 1801.

Por Decreto de 15 de Julho de 1800 fui nomeado Juiz d'Alfandega da Capitania do Rio Grande.

Por Decreto de 1.º de Junho de 1801 fui despachado Auditor de todos os Regimentos della.

Por Decreto de 7 de Junho do mesmo anno obtive a Mercê do Hábito de Christo.

A 10 de Novembro de 1801 parti de Lisboa para o Rio, onde cheguei a

21 de Dezembro de 1801.

A 22 de Novembro de 1802, pelas 8 horas da manhã, entrei pela barra do Rio Grande e desembarquei em Porto Alegre a 5 de Dezembro do dito anno.

Nasceo minha mulher no dia 13 de Setembro de 1785 pelas 4 horas da manhã.

No dia 9 de Maio de 1819, pelas seis horas da tarde, cazei na Igreja Matriz de Porto Alegre com D. Maria Eliza Julia.

Filhos

Maria Joze: nasceo no dia dous de Fevereiro de 1820 pelas seis horas e meia da tarde, e baptizou-se no dia 10 do mesmo mez, pelas onze horas e meia do dia. – Foi Padrinho o Senhor Conde da Figueira.

Maria Thereza: Minha segunda filha, Nasceo no dia Sabbado 17 de Março de 1821, pelas sete horas da manhã. Baptizou-se no dia vinte quatro do mesmo mez de Março pelas onze horas e meia da manhã; sendo Padrinhos, seu Avô Materno Joze Antonio Fernandes Lima, e minha Irmã D. Maria Joaquina Fernandes Pinheiro.

No dia 7 de Outubro de 1840, o Tenente Coronel Bilancourt pedio-me ella para sua esposa, e casou no dia 16 do mesmo mez. Dei em dote 1:000$000 rs. em dinheiro, além de jóias e hum casal de escravos. Partio para o Rio de Janeiro, em companhia do seu marido, no dia 9 de Dezembro de 1840, pelas 4 horas da tarde.

1822

Tendo offerecido a Academia das Sciencias de Lisboa hum exemplar – dos Annaes da Província de São Pedro –; e tendo precedido a Informação de huma Commissão dos seus Membros, em consequencia daqual fui admittido, fiz a minha entrada na Sessão de 6 de Novembro de 1822, que foi presidida pelo Secretario Joze Correa da Serra, e pronunciei o Discurso ou Cumprimento seguinte:

"Senhores.

Apreciando em extremo a honra de me associardes à esta respeitável Assemblea, eu venho hoje não só render o tributo devido dos meus sinceros agradecimentos, mas também firmar neste Sancctuario da Sabedoria os protestos de redobrar meus esforços para corresponder, e cada vez mais fazer-me digno de tão alta distincção."

O Secretario respondeo-me, e deo-se-me a collecção systematica

dos Estatutos.

A 28 de Dezembro de 1822 fui convidado, e admittido a Sociedade Promotora da Industria Nacional, de Lisboa, como consta do Officio de Participação pelo Secretário della, cujo original ajunto aqui.

1823

Nas Elleiçoens para a Assemblea Geral Constituinte do Brasil, fui reeleito Deputado pela Província de São Paulo, e eleito Deputado pela de São Pedro – Prevaleceo a elleição pela residencia.

No dia da Coroação do Imperador fui condecorado com a Mercê de Official da Ordem do Cruzeiro, — NB. (Fui contemplado na 1.ª Promoção que fez o Imperador, de seu moto proprio, no dia da sua Coroação pelos serviços feitos em Portugal no Congresso, pela causa do Brasil.) — e apresentei-me com as Insignias no Beija-mão do dia 12 de Outubro de 1823; Anniversario da Acclamação e Natalicio de Sua Magestade o Imperador.

Na Sessão de 6 de Novembro de 1823 debatendo-se na Assemblea Constituinte sobre dispensar da residencia de Deputado à Felisberto Caldeira Brant Pontes, designado pelo Governo para Agente das nossas Negociaçoens em Londres, ouvi a An.to Carlos esta proposição – que elle não era de tal sorte escrupulloso, que não pensasse que os principios devem vergar as circumstancias – tanto mais admirei esta volubilidade, quanto pouco antes, na questão de exercerem os Ministros d'Estado, Carneiro de Campos e Nogueira da Gama, cumullativamente os dous empregos, tinha sido de opinião diversa: eu firme nos meus princípios, votei contra aquella dispensa.

1824

No dia 15 de Agosto de 1824 em que se apurarão votos das Elleiçoens para as Camaras de Senadores e Deputados, achei-me elleito Senador por esta Província de São Pedro com maioridade de sessenta e dous votos, superior aos outros Elleitos. NB. Nomeou-me o Imperador pela de São Paulo.

Nota – Dous Filhos gemêos; – No Domingo 26 de Setembro de 1824 deo à luz minha mulher, pelas nove horas e meia da noite, a dous gêmeos, que terião pouco mais de seis mezes: nascerão vivos, e os baptizou o Reverendo Thomé Luiz de Souza, ao varão deo-se o nome de Joze, e à femea o de Anna; o primeiro durou apenas huma hora, e a segunda tres horas: sepultarão-se no dia seguinte.

Já no fim do anno de 1824, tendo eu partido para Lisboa, teve minha mulher outro aborto, lançando huma criança de tres mezes.

Nas Elleiçoens do anno de 1824 fui elleito Deputado pela 3.ª vez pela

Província de São Paulo para a Asemblea ordinaria, e Legislativa do Rio de Janeiro: mas o Imperador, ignoro as razoens escolheo-me Senador por esta Província de São Paulo.

Anno de 1825

No dia 28 de Agosto de 1825, pelas quatro horas da tarde, nasceo-me huma filha, que foi baptizada no dia 11 de Setembro (Festividade do SS. Nome de Maria) com o nome de Maria, forão Padrinhos, meu cunhado Antonio Joze Fernandes Lima, e minha irmã D. Anna Eufrazina Fernandes Pinheiro. Minha filha Maria Rita — Falleceo de huma catarral (achando-me ausente no Rio) no dia 30 de Julho de 1826, pelas oito horas da noite.

1826

Maria Benedicta: No dia 30 de Agosto de 1826 nasceo (durante minha ausencia no Rio de Janeiro), huma filha, a qual se baptizou no dia 22 de Setembro seguinte, sendo Padrinhos o Barão de Sorocaba e sua Senhora, e por Procuração destes o Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, e minha cunhada D. Anna Joaquina.

1829

Maria Rita 2°: Maria Rita — Nasceo no dia 15 de Outubro de 1829, pelas seis horas da tarde, e baptizou-se no dia 31 de Outubro dito pelas onze horas e meia da manhã: foi madrinha sua Irmã primogenita D. Maria Joze Pinheiro.

1831

Joze; Morreo. — No dia vinte tres de Junho do anno de 1831, durante minha ausencia no Rio de Janeiro, no exercicio do meu emprego de Senador, nasceo meu filho Joze, pelas duas horas da tarde desse dia; por achar-se mui fraquinho, foi deferido o baptismo até 22 de Agosto seguinte, sendo Padrinho o Ex.^{mo} Bispo Capellão Mór, D. Joze Caetano, por Procuração apresentada pelo Vigario Geral desta, levando-o à Pia minha filha D. Maria Thereza.

Nota: Falleceo meu filho Joze no dia Segunda feira 3 de Setembro de 1852, sucumbindo ao trabalho da dentição, que sahirão muitos juntos.

Viagem ao Rio de Janeiro no anno de 1831

Em 11 de Abril de 1831, em huma Segunda feira, pelas quatro horas da tarde, embarquei neste Porto no Patacho – Constante Oliveira – e chegando no dia 21 ao ancoradouro defronte da Povoação do Norte, ahi tive noticia da

abdicação do ex-Imperador D. Pedro 1.º, entrei pela barra do Rio de Janeiro no dia 4 de Maio seguinte: finda a longa e trabalhosa Sessão Legislativa, que durou seis mezes, voltei para esta Provincia no sobredito Patacho, sahindo pela barra do Rio de Janeiro no dia 10 de Dezembro do mesmo anno, e entrando pela barra do Rio Grande no dia 21 do dito, pelas duas horas da tarde, e ahi corremos muito risco de naufragio: foi preciso desembarcar para a Villa do Rio Grande, d'onde parti no Sabbado 30 de Dezembro em hum hiate, e cheguei à minha casa no dia 5 de Janeiro de 1832.

1832 Outro Filho de nome Joze

Joze: No dia quatro de Outubro de mil oitocentos e trinta e dous, pelas dez horas e meia da noite, com a maior felicidade nasceo-me hum filho; Baptizou-se a quatorze do mesmo mez e anno, em hum Domingo em que celebrava a Igreja o Patrocinio de São Joze, que por minha especial devoção foi o Padrinho, e tocou huma lamina, que tenho do mesmo Santo: e Madrinha, sua Tia Materna D. Anna Joaquina de Lima; puz-lhe o nome de – Joze –.

Maria Eliza: No dia dezesete (17) de Julho de mil oitocentos e trinta e quatro, pelas cinco horas da tarde, nasceo-me huma filha, e baptizou-se no Domingo vinte e sete de Julho corrente com o nome de – Maria Eliza – foi baptizada pelo Conego Thomé Luis de Souza, que servia de Parocho, e foi sua Madrinha, minha irmã D. Maria Joaquina Fernandes Pinheiro.

Continuação as Lembranças

Rio de Janeiro Abril de 1841

Em Abril de 1841 voltando eu ao Rio de Janeiro para assistir a Coroação do Sr. D. Pedro II, trouxe comigo meu filho Joze Feliciano para tratar da sua educação; entrou logo no Collegio de Valdetano, do qual o passei para o do Dr. Costa, e prompto já nos primeiros rudimentos, em 5 de Fevereiro de 1843 entrou no Imperial Collegio de Pedro 2.º, na qualidade de Alumno e Pensionario interno, acompanhado do competente enxoval, exigido pelos Estatutos, etc. Passa a folha 19. (A folha 19 consta o seguinte:) Vide Continuação arranjo de meu filho Joze Feliciano. Em principios de Maio desse anno entrou meu filho para o Collegio Valdetano para aprender as primeiras letras, d'ahi o mudei para o do Dr. Costa; prompto das primeiras letras, entrou para o Collegio de Pedro 2.º no dia 5 de Fevereiro de 1843: neste mesmo anno Sua Magestade Imperial o admittio ao Fôro de Moço Fidalgo, e entrou em exercicio na Solemnidade do – Lava-pes – em Quinta feira de Endoenças, 13 de Abril de 1843.

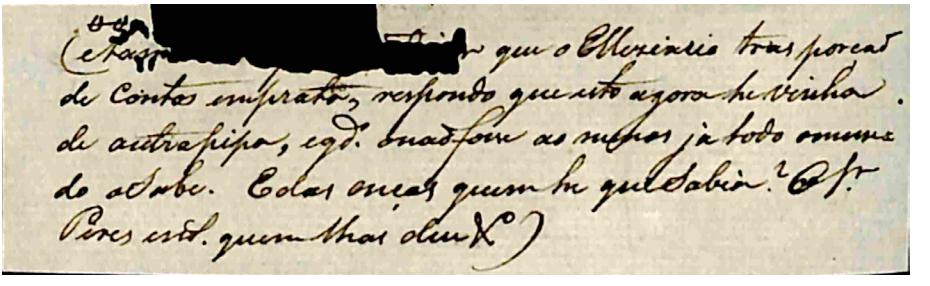
No Domingo de Pascoela, 23 de Abril de 1843, foi chrismado pelo

Bispo Capellão Mór, D. Manoel Bispo do Rio de Janeiro, sendo o seu Padrinho o Commendador João Francisco Vieira Braga.

Em Porto Alegre – desde 6 de Janeiro de 1844.

Completo os meus 70 annos de idade. Amanheceo o dia Quinta feira 9 de Maio de 1844, em que completo os meus setenta annos; depois de longa ausência achando-me hoje rodeado de toda minha família, todos nós em perfeita saúde, reinando paz e contentamento, que não foi perturbado por alguma afflicção ou desgosto, passamos o dia em satisfação...

Louvado sejaes, bom Deos, pelas vossas infinitas misericordias para comigo!



Projetos

O Ministério da Cultura e o
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,
por meio da Lei de Incentivo à Cultura, com o copatrocínio
de Santander Brasil e os patrocínios de
Gerdau e Banrisul Pagamentos/Vero, apresentam o projeto:
Implantação do Plano de Prevenção e
Proteção Contra Incêndio do Palácio Piratini - PRONAC 185355

Lei de Incentivo à Cultura
Lei Rouanet

copatrocínio
Santander

patrocínio
GERDAU
O futuro se molda

vero
nota integrada

realização

PALÁCIO PIRATINI

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
O futuro nos une.

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Confira o release do projeto no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br